XXII SEMINÁRIO DE PESQUISA, AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS / PPGE - UFG

PESQUISAS E SABERES EM TRANSIÇÃO:
SENTIDO, RELEVÂNCIA E DESAFIOS DA PÓS-GRADUAÇÃO DIANTE DAS PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO

ANAIS

ISSN 2596-3112

De **3 a 6** de **junho** de **2025**
Local: Faculdade de Educação

Apoio:

FUNAPE
Fundação de Apoio à Pesquisa

Realização:

PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

UFG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

XXII SEMINÁRIO DE PESQUISA, AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS – PPGE-UFG

Goiânia – Goiás - Brasil
3 a 6 de junho de 2025

PESQUISAS E SABERES EM TRANSIÇÃO: SENTIDO, RELEVÂNCIA E DESAFIOS DA PÓS-GRADUAÇÃO DIANTE DAS PERSPECTIVAS ATUAIS

ANAIS

FERNANDA BARROS
ADDA DANIELA LIMA FIGUEIREDO ECHALAR
RITA MÁRCIA MAGALHÃES FURTADO
(ORGS.)

XXII SEMINÁRIO DE PESQUISA, AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS PPGE/UFG

3 a 6 de junho de 2025

Tema:

PESQUISA E SABERES EM TRANSIÇÃO: SENTIDO, RELEVÂNCIA E DESAFIOS DA PÓS-GRADUAÇÃO DIANTE DAS PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO

Site do evento https://www.even3.com.br/seminario_ppge_2025/
Instagram do PPGE - https://www.instagram.com/ppge_ufg/
Site do PPGE - https://ppge.fe.ufg.br/
Local: presencial na Faculdade de Educação – FE/UFG

APOIO FINANCEIRO
Fundação de Apoio à Pesquisa - FUNAPE

COMISSÃO ORGANIZADORA
Profa. Dra. Rita Márcia Magalhães Furtado
Profa. Dra. Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar
Profa. Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Prof. Dr. Luís Gustavo Alexandre da Silva
Profa. Dra. Gina Glaydes Guimarães de Faria
Profa. Dra. Fernanda Barros
Steffany Paula Morais dos Santos
Ana Santana Moreira
Glacimar Santana Alves Martins Ferreira
Iury Kesley Marques de Oliveira Martins
Jhon Maykel Fernandes
Kássia Moreira Cunha
Pollyanna Rosa Ribeiro

ARTE
Jhon Maykel Fernandes

SECRETARIA E COMUNICAÇÃO
Profa. Dra. Gina Glaydes Guimarães de Faria
Iury Kesley Marques de Oliveira Martins
Steffany Paula Morais dos Santos

COORDENAÇÃO DA MONITORIA
Ana Santana Moreira
Afonso José Mendes
Alex de Lima Cunha
Baobao Ma
Cinthia Brenda Siqueira Santiago
Ester de Sousa Almeida
Fernanda Caroline de Melo Pereira
Gabriela Gomes Miranda
Lucí Côrtes Dourado
Marina Lemes Landeiro
Nalva dos Santos Camargo Silva
Pedro Augusto Miranda
Kássia Moreira Cunha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GPT/BC/UFG

S471 Seminário de Pesquisa Autoavaliação e acompanhamento de egressos PPGE-UFG (12. : 2025 : Goiânia, GO).

12° Seminário de Pesquisa Autoavaliação e acompanhamento de egressos - PPGE-UFG. [recurso eletrônico] / organização, Fernanda Barros, Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar, Rita Márcia Magalhães Furtado. - Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF). – Goiânia : Faculdade de Educação - UFG, 2025.

Inclui referências.
Tema : Pesquisas e saberes em transição : sentido, relevância e desafios da Pós-graduação diante das perspectivas atuais.
Evento realizado : 3 a 6 de junho de 2025 em Goiânia, Goiás.

1. Educação – Congressos. 2. Estudantes de pós-graduação - Goiânia (GO). 3. Educação - Estudo e ensino (Pós-graduação) - Goiânia (GO). I. Barros, F. B. II. Figueiredo, A. L. 3. Furtado, R. M. M.

CDU: 378.046-021.68(817.3).

Bibliotecário responsável: Enderson Medeiros / CRB1: 2276

LINHAS DE PESQUISA DO PROGRAMA

LINHA DE PESQUISA I - Trabalho, Educação e Movimentos Sociais
Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa
Profa. Dra. Maria Izabel Machado
Profa. Dra. Maria Margarida Machado
Prof. Dr. Rones de Deus Paranhos
Prof. Dr. Wanderson Ferreira Alves

LINHA DE PESQUISA II - Estado, Políticas e História da Educação
Profa. Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira
Profa. Dra. Karine Nunes de Moraes
Profa. Dra. Lúcia Maria de Assis
Prof. Dr. Luís Gustavo Alexandre da Silva
Profa. Dra. Miriam Fábia Alves
Prof. Dr. Nelson Cardoso Amaral

LINHA DE PESQUISA III - Cultura e Processos Educacionais
Profa. Dra. Márcia Ferreira Torres Pereira
Profa. Dra. Rita Márcia Magalhães Furtado
Prof. Dr. Márcio Penna Côrte Real
Profa. Dra. Silvia Rosa da Silva Zanolla
Prof. Dr. Wilson Alves de Paiva

LINHA DE PESQUISA IV - Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo
Profa. Dra. Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar
Profa. Dra. Amone Inácia Alves
Profa. Dra. Ivone Garcia Barbosa
Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno
Prof. Dr. Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira
Profa. Dra. Rosemara Perpétua Lopes
Profa. Dra. Sandra Valéria Limonta

LINHA DE PESQUISA V - Fundamentos dos Processos Educativos
Profa. Dra. Gina Glaydes Guimarães de Faria
Profa. Dra. Juliana de Castro Chaves
Profa. Dra. Gisele Toassa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11
PROGRAMAÇÃO GERAL 13
PROGRAMAÇÃO POR LINHA 15
LANÇAMENTO DE LIVROS 23
LINHA DE PESQUISA 1 – TRABALHO, EDUCAÇÀO E MOVIMENTOS SOCIAIS 25

“E ESSAS DEMANDAS DE CUIDADOS QUE VOCÊ ME TROUXE, ELAS SÃO FEITAS POR QUEM? EU!”100% EU, 100% EU...” 25
Amanda Peçanha Magalhães
Orientadora: Profa. Maria Izabel Machado

“NÃO ERA PARA TRABALHAR NADA QUE PUDESSE CAUSAR DÚVIDA PARA A CRIANÇA”: educação sexual, silenciamentos e neoconservadorismo em Goiânia 31
Patrícia Elizabeth Jesus de Sousa
Orientadora: Profa. Maria Izabel Machado

“PÓS-MATERNAR”: as relações de apoio e as práticas de cuidado que sustentam as trajetórias das mães pós-graduandas na UFG 37
Raysa Carvalho
Orientadora: Profa. Maria Izabel Machado

A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) COM ESTUDANTES IMIGRANTES: um estudo sobre o trabalho prescrito e o trabalho real 43
Ludmilla Marçal Cirqueira
Orientador: Prof. Wanderson Alves

O TRABALHO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 49
Kátia Helena Hilario Firmino
Orientador: Prof. Rones Paranhos

DOS EXAMES SUPLETIVOS AO ENCCEJA: a trajetória da política de certificação de trabalhadores jovens e adultos em Goiás 54
Ana Santana Moreira
Orientador: Prof. Rones Paranhos

“AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VIDA ME FIZERAM TRILHAR ESSE CAMINHO, EU NÃO CONSEGUI OUTRO”: um estudo com professoras na educação infantil 60
Marcia Regina Tristão Dutra
Orientadora: Profa. Maria Izabel Machado

CURSO DE PEDAGOGIA DA TERRA NA UFG: história, memória e “singularidades” 67
Ester de Sousa Almeida
Orientadora: Profa.Maria Margarida Machado

LINGUAGEM E TRABALHO: uma análise acerca da atividade linguageira no cotidiano da educação infantil 75
Ariane Pereira Magalhães de Oliveira
Orientador: Prof.Wanderson Alves

CERCAMENTOS: escolarização e a subalternização camponesa em Jataí-GO **83**
Matheus Lúcio dos Reis
Orientador: Prof.José Paulo Pietrafesa

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E ESCOLARIZAÇÃO: uma análise das condições dos atendidos pelo Centro POP de Goiânia **89**
Thainá Oliveira de Sena
Orientadora: Profa. Maria Izabel Machado

LINHA DE PESQUISA 2 – ESTADO, POLÍTICAS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO **96**

TUTORIA EDUCACIONAL: dilemas e contradições da função na regional de Aparecida de Goiânia **96**
Daiana Pires Tizzo
Orientador: Prof. Luís Gustavo Alexandre da Silva

AS ATRIBUIÇÕES E A ATUAÇÃO DO DIRETOR ESCOLAR NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE GOIÂNIA **102**
Hélen Consuelo Delmondes
Orientador: Prof.Luís Gustavo Alexandre da Silva

A INFLUÊNCIA DOS PARÂMETROS GERENCIAIS NO PROCESSO DE PROVIMENTO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DE GOIÁS **107**
Isadora de Souza Neiva
Orientador: Prof. Luís Gustavo Alexandre da Silva

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E EDUCAÇÃO: visão de gestores de alto escalão **113**
Genessi Borba Gomes Alves Santos
Orientadora: Profa. Daniela da Costa Britto Pereira Lima

ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (PNEM) A PARTIR DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS **119**
Rodrigo Gouvêa Rodrigues
Orientadora: Profa. Daniela da Costa Britto Pereira Lima

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL, EDUCAÇÃO E E-CIDADANIA **124**
Jeferson Lisboa Alves
Orientadora: Profa. Daniela da Costa Britto Pereira Lima

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS E FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS **129**
Nalva dos Santos Camargo Silva
Orientadora: Profa. Karine Nunes de Moraes

O NOVO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO CEPAE E NO IFG/CAMPUS GOIÂNIA **137**
Tatiana Cristina Ribeiro
Orientadora: Profa. Karine Nunes de Moraes

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REUNI NA UFG **143**
Arielli Curado Andrade Bueno
Orientadora: Profa. Karine Nunes de Moraes

EXPANSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFG E SUCESSO ACADÊMICO (2008-2022): um estudo de caso 150
Viviane Gaspar Abrão
Orientadora: Profa. Karine Nunes de Moraes

QUANDO A FARDA PESA MAIS QUE O GIZ: a política de financiamento da educação pública e a militarização das escolas em Mato Grosso 154
Gibran Dias Paes de Freitas
Orientadora: Profa. Miriam Fábia Alves

A EDUCAÇÃO DOS/AS JOVENS EM GOIÂNIA: uma análise a partir da implementação da Lei nº 13.415/2017 em uma escola da rede estadual 162
Jason Jacob Correia
Orientadora: Profa. Miriam Fábia Alves

O PAPEL DO COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO NA GESTÃO ESCOLAR: uma análise nas escolas da rede pública estadual de ensino de Goianésia 168
Elivânia Souza Mendonça
Orientador: Prof. Luís Gustavo Alexandre da Silva

GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO: revisão sistemática de literatura entre os anos 2001 e 2024 172
Fernanda Altino Walczak
Orientador: Prof. Luís Gustavo Alexandre da Silva

UNESCO E A GESTÃO EDUCACIONAL NA ERA DIGITAL: análise de documentos oficiais sob a ótica do novo gerencialismo 178
Matheus Ferreira Manso
Orientador: Prof. Luís Gustavo Alexandre da Silva

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM HONDURAS: políticas, desafios e potencialidades do uso da inteligência artificial 183
Maria Jose Morales Gamez
Orientadora: Profa. Daniela da Costa Britto Pereira Lima

PLATAFORMAS DIGITAIS NA GESTÃO ESCOLAR EM GOIÁS: elementos das práticas gerencialistas na educação básica 192
Mony Iaslyn Sampaio Luz
Orientadora: Profa. Daniela da Costa Britto Pereira Lima

LINHA DE PESQUISA 3 – CULTURA E PROCESSOS EDUCACIONAIS 198

A FORMAÇÃO IMPOSSÍVEL: dialética negativa e filosofia da educação a partir de Theodor Adorno 198
Fernando Sepe Gimbo
Orientadora: Profa. Silvia Zanolla

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS DANÇAS DE SALÃO: a binariedade como teoria da dominação e contraponto à educação emancipatória 205
Kesi Line de Morais
Orientadora: Profa. Silvia Zanolla

A FORMAÇÃO CULTURAL E A EDUCAÇÃO ESTÉTICA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA **211**
Leila Gomes de Luz Sousa
Orientadora: Profa. Márcia Ferreira T. Pereira

TRADIÇÃO, COSTUMES E FORMAÇÃO HUMANA NA LITERATURA COMO TESTEMUNHO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE **218**
Maria Fernanda M. Soares
Orientadora: Profa. Márcia Ferreira T. Pereira

EDUCAÇÃO NA INTERFACE COM O GPT: a padronização humana como desafio à educação crítica e emancipadora **225**
Gabriela Gomes Miranda
Orientadora: Profa. Silvia Zanolla

DO PUNK À SALA DE AULA: narrativas antirracistas a partir da produção de zines **231**
Nathália Cristina Lemes Simão
Orientador: Prof. Márcio Penna C. Real

EDUCAÇÃO, CULTURA E IDENTIDADE: do "eu no mundo" para o "eu crítico" **237**
Vitoria Gabriella Souza Nunes
Orientadora: Profa. Márcia F. Torres Pereira

AS NOTAS PRÉVIAS DE CLARICE LISPECTOR COMO DISPOSITIVOS PEDAGÓGICOS E ESTRATÉGIAS DE DISTINÇÃO **244**
Octavio Augusto Ferreira Soares
Orientador: Prof. Márcio Penna C. Real

AS CONTRADIÇÕES DA FORMAÇÃO EM SAÚDE: O CINEMA E A LITERATURA COMO RECURSO DE EMANCIPAÇÃO EM UM PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL **251**
Luana Viana de Souza
Orientadora: Profa. Márcia Ferreira T. Pereira

ARTE E CULTURA NO PROCESSO FORMATIVO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA FRANKFURTIANA **258**
Elisa Moreira Ferreira
Orientadora: Profa. Márcia Ferreira Torres

A TEMÁTICA MATERNA-DOMÉSTICA NA ARTE: representação e representatividade de mulheres artistas que são mães **262**
Ruth Marçal Honorato G. Ribeiro
Orientadora: Profa. Rita Márcia M. Furtado

RELIGIÃO NATURAL E EDUCAÇÃO NATURAL EM JEAN-JACQUES ROUSSEAU: a relação entre o sagrado na (de)formação do homem moderno **268**
Guilherme Henrique Camargo
Orientador: Prof. Wilson Alves de Paiva

A FORMAÇÃO DO HOMEM COMPOSTO SEGUNDO JEAN-JACQUES ROUSSEAU: o conceito de "lente" **274**
Geraldo Márcio da Silva
Orientador: Prof. Wilson Alves de Paiva

ARQUEOLOGIA DAS EPISTEMES EDUCACIONAIS **280**
Ednei de Genaro
Orientadora: Profa. Rita Márcia M. Furtado

LINHA DE PESQUISA 4 – FORMAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE E TRABALHO EDUCATIVO **287**

AS TECNOLOGIAS NOS PROCESSOS DE TRABALHO-FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: DISCUSSÕES INICIAIS **287**
Magaly Ediane de Oliveira
Orientadora: Profa. Adda Echalar

A TRAJETÓRIA DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS VIVÊNCIAS COM TECNOLOGIAS **293**
Neuza Borges de Oliveira
Orientadora: Profa. Rosemara Lopes

DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA, TECNOLOGIAS MÓVEIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: resultados preliminares de pesquisa **299**
Cinthia Alencar Pacheco
Orientadora: Profa. Rosemara Lopes

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS PRIMEIROS ANOS ESCOLARES PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO COM TECNOLOGIAS DIGITAIS: resultados iniciais de pesquisa **306**
Rafaella Hellen Faria
Orientadora: Profa. Rosemara Lopes

PROFESSOR, ALUNO E TECNOLOGIAS UBÍQUAS: resultados preliminares de uma pesquisa sobre conflitos existentes em ipês da região centro-oeste brasileira **311**
Paulo Henrique Santana de Oliveira
Orientadora: Profa. Rosemara Lopes

A DUPLA/TRIPLA JORNADA DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: impactos no trabalho pedagógico **317**
Izabela Beatriz Minela de Oliveira
Orientadora: Profa. Sandra Limonta

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR: contextos pedagógicos e humanos do atendimento educacional hospitalar e domiciliar a estudantes em iminência de morte pelo Projeto "Hoje" em Goiás (2000-2013) **322**
Márcia Gouveia da Cunha
Orientador: Prof. Ricardo Teixeira

OS SENTIDOS DA ESCOLA PÚBLICA DE TEMPO INTEGRAL: desafios e contradições **327**
Juliana da Silva Santos Machado
Orientadora: Profa. Amone Alves

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - contribuições e desafios **333**
Glacimar Santana Alves M. Ferreira
Orientadora: Profa. Amone Alves

HISTÓRIAS DE VIDA: narrativas da trajetória escolar de mulheres **340**
Beatriz de Paula Ferreira Silva
Orientadora: Profa. Sandra Limonta

ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: concepções, perspectivas e práticas pedagógicas em análise 346
Luci Côrtes Dourado
Orientadora: Profa. Sandra Limonta

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS À DISTÂNCIA: impactos sobre o trabalho docente 352
William Alves de Souza
Orientadora: Profa. Sandra Limonta

FORMAÇÕES POLÍTICAS RECENTES EM MOVIMENTOS ESTUDANTIS: centros acadêmicos de cursos de humanas/licenciaturas e do DCE da UFG 359
Marina Lemes Landeiro
Orientadora: Profa. Amone Alves

ARTE URBANA E CULTURA VISUAL NO ENSINO DE ARTES: estéticas periferizadas, cultura juvenil e insurgências 365
Jhon Maykel Fernandes
Orientadora: Profa. Marilza Suanno

EDUCAÇÃO E LITERATURA: formação humana na relação metafórica entre prosa e poesia - análise de obras selecionadas de Edgar Morin 371
Valdirene Aparecida de Oliveira
Orientadora: Profa. Marilza Suanno

ESCOLAS CRIATIVAS E SABERES-FAZERES DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS COMPLEXOS, TRANSDISCIPLINARES E ECOFORMADORES 375
Rejane Gomes Tavares
Orientadora: Profa. Marilza Suanno

ESTÁGIO DOCÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO: formação para a docência na educação superior 381
Roberta Barbosa dos Santos
Orientadora: Profa. Marilza Suanno

MEDIAÇÃO DIDÁTICA TRANSDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA 384
Thaís Gouvêa Silva
Orientadora: Profa. Marilza Suanno

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM GOIÁS: um olhar por meio da Revista de Educação (1937-1963) 387
Cinthia Brenda Siqueira Santiago
Orientador: Prof. Ricardo Teixeira

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA FREIREANA: um olhar transversal para matemática nas classes hospitalares em Goiás 394
Eriene Macedo de Moraes
Orientador: Prof. Ricardo Teixeira

LINHA DE PESQUISA 5 – FUNDAMENTOS DOS PROCESSOS EDUCATIVOS 401

A RELAÇÃO ENTRE EMOÇÕES E MOTIVAÇÃO DOS ESTUDANTES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE FÍSICA: uma pesquisa histórico-cultural 401
Kássia Moreira Cunha
Orientadora: Profa. Gisele Toassa

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS E EDUCAÇÃO ESCOLAR: uma pesquisa bibliográfica **407**
Karine Custódio Ribeiro
Orientadora: Profa. Juliana de Castro Chaves

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA RACIONALIDADE DOS ATAQUES VIOLENTOS ÀS ESCOLAS BRASILEIRAS **412**
Ana Luisa Bueno Mamede
Orientadora: Profa. Juliana de Castro Chaves

LAICIDADE E EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA NO BRASIL: tensões, desafios e disputas atuais **418**
Pedro Augusto Miranda
Orientadora: Profa. Gina Glaydes Guimarães de Faria

APRESENTAÇÃO

XXII SEMINÁRIO DE PESQUISA, AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS PPGE/UFG

Tema:
PESQUISA E SABERES EM TRANSIÇÃO: SENTIDO, RELEVÂNCIA E DESAFIOS DA PÓS-GRADUAÇÃO DIANTE DAS PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO

As transformações ocorridas nestes primeiros anos do século XXI, a evidente crise de desconfiança nos saberes científicos – instaurada pela disseminação desregrada de informações de fontes duvidosas –, as políticas de inclusão e a internacionalização evidenciam os desafios que se apresentam no âmbito epistemológico, sobretudo quando analisamos as relações com o saber e suas novas configurações neste momento de transição, no qual as ferramentas tecnológicas adquirem cada vez mais protagonismo. Dessa forma, ampliar o modo de compreensão dessas mudanças, sem renunciar aos critérios sociais, políticos, éticos e estéticos que resguardam seu potencial emancipatório, recai na necessidade de problematização de questões fundamentais. Estas perpassam pela análise dos conceitos de transmissão e de validação dos saberes diante da sólida formação legitimada por seu caráter teórico e metodológico, pautado na construção coletiva, que é a marca do PPGE/FE/UFG.

Com o tema *Pesquisa e saberes em transição: sentido, relevância e desafios da pós-graduação diante das novas perspectivas de formação*, o XXII Seminário de Pesquisa, Autoavaliação e Acompanhamento de Egressos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás -PPGE/FE/UFG, parte da análise de que a pós-graduação, apesar de ter se mostrado nos últimos anos mais inclusiva na distribuição de vagas e equitativa no atendimento das necessidades de seus participantes, precisa avaliar constantemente os impactos sociais de sua prática. O seminário pretende constituir-se como um espaço de escuta, análise, debate e problematização desse processo de transição, visando, a partir das produções acadêmicas aqui desenvolvidas, apreender as necessidades ainda existentes e os desafios que se apresentam neste processo.

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás atende às demandas locais e regionais da pesquisa em educação, assumindo gradualmente maior visibilidade e significância, sobretudo com a atuação dos docentes, pós-graduandos e egressos no cenário das políticas públicas nacionais, bem como com o processo de internacionalização, cada vez mais abrangente. Nesse sentido, XXII Seminário de Pesquisa, Autoavaliação e Acompanhamento de Egressos do Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UFG, tem como missão a difusão e a propagação dos saberes produzidos no programa, garantindo que seu caráter formativo e o rigor científico sejam alcançados. O fortalecimento das redes de pesquisa, a qualificação dos docentes, os intercâmbios, bem como o bom desenvolvimento das teses e dissertações produzidas, explicitam a inserção social do programa. Com cinco linhas de pesquisa comprometidas com a excelência acadêmica, o PPGE/FE/UFG, busca atender às demandas da comunidade com pesquisas inovadoras e que tenham impacto direto na vida social e acadêmica das pessoas, reafirmando seu compromisso social.

Com periodicidade anual, o Seminário representa a possibilidade de [re]examinar e discutir o processo de formação, em especial da 37ª turma de mestrado e 21ª turma de doutorado. As novas demandas, enfatizadas na divulgação científica, presam por atender às expectativas da comunidade acadêmica e científica, promovendo uma interação contínua com a graduação e professores da Educação Básica, por meio dos grupos de pesquisa, conferindo maior visibilidade ao trabalho aqui desenvolvido e reafirmando nosso compromisso com a educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Criado em 1986, inicialmente como Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, foi o primeiro curso de mestrado do estado de Goiás. Em 2001, o PPGE instituiu o primeiro curso de doutorado da região Centro-Oeste e, desde então, o Programa de Pós-Graduação em Educação tem se consolidado como uma referência de excelência em formação no âmbito da pós-graduação nacional. Com cinco linhas de pesquisa que contemplam a diversidade dos saberes, em seus 39 anos de existência, o PPGE/FE/UFG mantém um vínculo profícuo com professores da Educação Básica e com o Ensino Superior de diversas instituições. A relação direta com as redes públicas de ensino apresenta-se como um importante fator de qualificação para a carreira docente. O XXII Seminário de Pesquisa, Autoavaliação e Acompanhamento de Egressos do PPGE/FE/UFG é essencial para delinear os aspectos epistêmicos que compõem o programa, avaliando e considerando a concepção de formação, a importância do exercício da crítica sobre o sentido da pós-graduação e a necessidade de [re]afirmar sua relevância neste contexto, bem como avaliar seus efeitos nos processos de subjetivação.

A FUNAPE desempenha junto às instituições de ensino superior que apoia, o desenvolvimento científico e tecnológico. Essa mesma missão é objetivada pelo Seminário de Pesquisa, Autoavaliação e Acompanhamento de Egressos do PPGE//FE/UFG, pois neste evento é possível a troca e diálogo profícuo entre seus pares. Docentes, estudantes e egressos do PPGE reúnem-se anualmente com a intenção de apresentar as pesquisas de mestrado e doutorado em andamento, congregar conhecimentos produzidos nos intramuros do Programa, bem como avaliar os rumos da produção de ciência na área de Educação, desenvolvidas tanto por seus membros, quanto por seus egressos. Nesse sentido, o apoio da Funape ao seminário coaduna com a sua missão primordial que é o desenvolvimento da ciência.

PROGRAMAÇÃO GERAL

Terça-feira – 3 de junho de 2025	
16h às 17h	**Credenciamento**
19h às 21h *Miniauditório da FE*	**Encontro Anual dos Egressos do PPGE/UFG: processos de formação e atuação profissional** LINHA DE PESQUISA I - Trabalho, Educação e Movimentos Sociais - Júlio César Apolinário Maia LINHA DE PESQUISA II - Estado, Políticas e História da Educação - Déborah Freire Ventura LINHA DE PESQUISA III - Cultura e Processos Educacionais - Pollyanna Rosa Ribeiro LINHA DE PESQUISA IV - Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo - Fernanda Alves de Oliveira LINHA DE PESQUISA V - Fundamentos dos Processos Educativos - Michele Carolina de Jesus Melo

Quarta-feira – 4 de junho de 2025	
12h às 15h	**Credenciamento**
14 às 16h *Miniauditório da FE*	***Roda de conversa*** **Apresentação dos dados da autoavaliação discente 2024** Coordenação: Prof. Dr. Luís Gustavo A. da Silva Presidente da Comissão de Autoavaliação do PPGE
17h às 18h *Miniauditório da FE*	***Sarau poético***
18h às 19h *Miniauditório da FE*	***Abertura solene*** **Pró-reitor da PRPG** - Prof. Dr. Felipe Terra Martins **Diretora da FE** - Profa. Dra. Lueli Nogueira Duarte da Silva **Vice-coordenador do PPGE** - Prof. Dr. Luis Gustavo Alexandre da Silva **Coordenadora do XXII Seminário do PPGE** - Profa. Dra. Rita Márcia Magalhães Furtado
19h30 às 22h *Miniauditório da FE*	***Conferência de abertura*** **Pesquisa e saberes em transição: sentido, relevância e desafios da pós-graduação diante das novas perspectivas de formação** Profa. Dra. Lilian do Valle (UERJ) Mediação: Profa. Dra. Rita Furtado (PPGE UFG)

Quinta-feira – 5 de junho de 2025	
8h às 12h	***Sessões de Comunicação Oral*** *Vide local na programação por linha*
14h às 18h	***Sessões de Comunicação Oral*** *Vide local na programação por linha*
19h às 22h	***Sessões de Comunicação Oral*** *Vide local na programação por linha*

Sexta-feira – 6 de junho de 2025	
8h às 12h	***Sessões de Comunicação Oral*** *Vide local na programação por linha*
14h às 17h *Miniauditório da FE*	***Mesa-redonda*** **Trabalho, Educação, Ética e Conhecimento: problematizando a formação e a inteligência artificial** Profa. Dra. Joana Peixoto (IFG) e Prof. Dr. Rafael Rodrigues Pereira (UFG) Mediação: Profa. Dra. Adda Daniela lima Figueiredo Echalar (UFG)
17h às 18h *Miniauditório da FE*	***Lançamento de livros***
18h *Miniauditório da FE*	***Encerramento***

PROGRAMAÇÃO POR LINHA

LINHA DE PESQUISA I - Trabalho, educação e movimentos sociais			
Apresentação de até 15 minutos e discussão de até 25 minutos			
Local: sala 245 e virtual			
Quinta-feira **5 de junho de 2025** **8h às 12h**	"E essas demandas de cuidados que você me trouxe, elas são feitas por quem? eu!"100% eu, 100% eu..."	Amanda Peçanha Magalhães Orientadora: Profa. Maria Izabel Machado	Debatedor: Prof. Rones Paranhos
	"Não era para trabalhar nada que pudesse causar dúvida para a criança": educação sexual, silenciamentos e neoconservadorismo em Goiânia	Patrícia Elizabeth Jesus de Sousa Orientadora: Profa. Maria Izabel Machado	Debatedor: Prof. Rones Paranhos
	"Pós-maternar": as relações de apoio e as práticas de cuidado que sustentam as trajetórias das mães pós-graduandas na UFG	Raysa Carvalho Orientadora: Profa. Maria Izabel Machado	Debatedor: Prof. Rones Paranhos
	Intervalo – 20 minutos		
	A docência na educação de jovens e adultos (EJA) com estudantes imigrantes: um estudo sobre o trabalho prescrito e o trabalho real	Ludmilla Marçal Cirqueira Orientador: Prof. Wanderson Alves	Debatedor: Prof. Rones Paranhos
	O trabalho do tradutor intérprete de libras na educação de jovens e adultos	Kátia Helena Hilario Firmino Orientador: Prof. Rones Paranhos	Debatedora: Profa. Maria Izabel Machado
	Dos exames supletivos ao Encceja: a trajetória da política de certificação de trabalhadores jovens e adultos em Goiás	Ana Santana Moreira Orientador: Prof. Rones Paranhos	Debatedora: Profa. Maria Izabel Machado
LINHA DE PESQUISA I - Trabalho, educação e movimentos sociais			
Apresentação de até 15 minutos e discussão de até 25 minutos			
Local: sala 245 e virtual			
Quinta-Feira **5 de junho de 2025** **14h às 17h30**	"As circunstâncias da vida me fizeram trilhar esse caminho, eu não consegui outro": um estudo com professoras na educação infantil	Marcia Regina Tristão Dutra Orientadora: Profa. Maria Izabel Machado	Debatedor: Prof. José Paulo Pietrafesa
	Curso de Pedagogia da terra na UFG: história, memória e "singularidades"	Ester de Sousa Almeida Orientadora: Profa. Maria Margarida Machado	Debatedora: Profa. Maria Izabel Machado
	Linguagem e trabalho: uma análise acerca da atividade linguageira no cotidiano da educação infantil	Ariane Pereira Magalhães de Oliveira	Debatedor: Prof. José Paulo Pietrafesa

		Orientador: Prof. Wanderson Alves	
	Intervalo – 20 minutos		
	Cercamentos: escolarização e a subalternização camponesa em Jataí-GO	Matheus Lúcio dos Reis Orientador: Prof. José Paulo Pietrafesa	Debatedora: Profa. Maria Margarida Machado
	População em situação de rua e escolarização: uma análise das condições dos atendidos pelo Centro POP de Goiânia	Thainá Oliveira de Sena Orientadora: Profa. Maria Izabel Machado	Debatedora: Profa. Maria Margarida Machado
	Educação para privados de liberdade: história e memória do Colégio Estadual Dona Lourdes Estivalete Teixeira (1997-2025)	Nelson Carneiro Júnior Orientadora: Profa. Maria Margarida Machado	Debatedora: Profa. Maria Izabel Machado

LINHA DE PESQUISA II - Estado, Políticas e História da Educação			
Apresentação de até 15 minutos e debate de 15 minutos de discussão			
Local: sala 251			
Quinta-feira **5 de junho de 2025** **14h às 17h30**	Tutoria educacional: dilemas e contradições da função na regional de Aparecida de Goiânia	Daiana Pires Tizzo Orientador: Prof. Luís Gustavo Alexandre da Silva	Debatedora: Profa. Lúcia Maria de Assis
	As atribuições e a atuação do Diretor Escolar no Sistema Municipal de Ensino de Goiânia	Hélen Consuelo Delmondes Orientador: Prof. Luís Gustavo Alexandre da Silva	Debatedora: Profa. Lúcia Maria de Assis
	A influência dos parâmetros gerenciais no processo de provimento da função de diretor escolar na rede pública estadual de ensino de Goiás	Isadora de Souza Neiva Orientador: Prof. Luís Gustavo Alexandre da Silva	Debatedora: Profa. Karine Nunes de Moraes
	Intervalo – 20 minutos		
	Inteligência artificial e educação: visão de gestores de alto escalão	Genessi Borba Gomes Alves Santos Orientadora: Profa. Daniela da Costa Britto Pereira Lima	Debatedora: Profa. Karine Nunes de Moraes
	Análise da formação da política nacional do ensino médio (PNEM) a partir do ciclo de políticas públicas	Rodrigo Gouvêa Rodrigues Orientadora: Profa. Daniela da Costa Britto Pereira Lima	Debatedora: Profa. Lúcia Maria de Assis

	Políticas públicas de inteligência artificial no Brasil, educação e e-cidadania	Jeferson Lisboa Alves Orientadora: Profa. Daniela da Costa Britto Pereira Lima	Debatedora: Profa. Karine Nunes de Moraes
LINHA DE PESQUISA II - Estado, Políticas e História da Educação			
Apresentação de até 15 minutos e debate de até 15 minutos de discussão			
Local: sala virtual			
Quinta-feira **5 de junho de 2025** **19h às 22h**	Universidade Estadual de Goiás e formação docente no contexto das políticas públicas	Nalva dos Santos Camargo Silva Orientadora: Profa. Karine Nunes de Moraes	Debatedora: Profa. Míriam Fábia Alves
	O novo ensino médio e suas implicações na organização do ensino médio no CEPAE e no IFG/campus Goiânia	Tatiana Cristina Ribeiro Orientadora: Profa. Karine Nunes de Moraes	Debatedora: Profa. Míriam Fábia Alves
	A implementação do programa reuni na UFG	Arielli Curado Andrade Bueno Orientadora: Profa. Karine Nunes de Moraes	Debatedor: Prof. João Ferreira de Oliveira
	Expansão dos cursos de graduação da UFG e sucesso acadêmico (2008-2022): um estudo de caso	Viviane Gaspar Abrão Orientadora: Profa. Karine Nunes de Moraes	Debatedora: Profa. Míriam Fábia Alves
	Intervalo – 20 minutos		
	Quando a farda pesa mais que o giz: a política de financiamento da educação pública e a militarização das escolas em Mato Grosso	Gibran Dias Paes de Freitas Orientadora: Profa. Miriam Fábia Alves	Debatedor: Prof. João Ferreira de Oliveira
	A educação dos/as jovens em Goiânia: uma análise a partir da implementação da Lei nº 13.415/2017 em uma escola da rede estadual	Jason Jacob Correia Orientadora: Profa. Miriam Fábia Alves	Debatedor: Prof. João Ferreira de Oliveira
LINHA DE PESQUISA II - Estado, Políticas e História da Educação			
Apresentação de até 15 minutos e debate de até 15 minutos de discussão			
Local: sala 251			
SEXTA-FEIRA	O papel do coordenador administrativo e financeiro na gestão escolar: uma análise nas escolas da rede pública estadual de ensino de Goianésia	Elivânia Souza Mendonça Orientador: Prof. Luís Gustavo Alexandre da Silva	Debatedora: Profa. Daniela da Costa Britto Pereira Lima

6 de junho de 2025 **8h às 12h**	Gestão democrática nos planos nacionais de educação: revisão sistemática de literatura entre os anos 2001 e 2024	Fernanda Altino Walczak Orientador: Prof. Luís Gustavo Alexandre da Silva	Debatedora: Profa. Daniela da Costa Britto Pereira Lima
	Unesco e a gestão educacional na era digital: análise de documentos oficiais sob a ótica do novo gerencialismo	Matheus Ferreira Manso Orientador: Prof. Luís Gustavo Alexandre da Silva	Debatedora: Profa. Daniela da Costa Britto Pereira Lima
	Avaliação da qualidade na educação a distância em Honduras: políticas, desafios e potencialidades do uso da inteligência artificial	Maria Jose Morales Gamez Orientadora: Profa. Daniela da Costa Britto Pereira Lima	Debatedor: Prof. Luís Gustavo Alexandre da Silva
	Intervalo – 20 minutos		
	Plataformas digitais na gestão escolar em goiás: elementos das práticas gerencialistas na educação básica	Mony Iaslyn Sampaio Luz Orientadora: Profa. Daniela da Costa Britto Pereira Lima	Debatedor: Prof. Luís Gustavo Alexandre da Silva
LINHA DE PESQUISA III - Cultura e Processos Educacionais			
Apresentação de até 15 minutos e debate de até 15 minutos de discussão			
Local: sala 252			
Quinta-Feira **5 de junho de 2025** **8h às 12h**	A formação impossível: dialética negativa e filosofia da educação a partir de Theodor Adorno	Fernando Sepe Gimbo Orientadora: Profa. Silvia Zanolla	Debatedor: Prof. Adão José Peixoto
	Violência de gênero nas danças de salão: a binariedade como teoria da dominação e contraponto à educação emancipatória	Kesi Line de Morais Orientadora: Profa. Silvia Zanolla	Debatedora: Profa. Amone Inácia
	Intervalo – 20 minutos		
LINHA DE PESQUISA III - Cultura e Processos Educacionais			
Apresentação – até 15 minutos e debate: 15 minutos de discussão			
Local: Sala 252			
Quinta-feira **5 de junho de 2025** **14h às 17h30**	A formação cultural e a educação estética no contexto da violência na escola	Leila Gomes de Luz Sousa Orientadora: Profa. Márcia Ferreira T. Pereira	Debatedora: Profa. Gina Glades
	Tradição, costumes e formação humana na literatura como testemunho à luz da teoria crítica da sociedade	Maria Fernanda M. Soares Orientadora: Profa. Márcia Ferreira T. Pereira	Debatedora: Profa. Rita Márcia M. Furtado
	Educação na interface com o GPT: a padronização humana como desafio à educação crítica e emancipadora	Gabriela Gomes Miranda Orientadora: Profa.	Debatedora: Profa. Márcia F. Torres Pereira

		Silvia Zanolla	
	Intervalo – 20 minutos		
	Do punk à sala de aula: narrativas antirracistas a partir da produção de zines	Nathália Cristina Lemes Simão Orientador: Prof. Márcio Penna C. Real	Debatedora: Profa. Márcia F. Torres Pereira
	Educação, cultura e identidade: do "eu no mundo" para o "eu crítico"	Vitoria Gabriella Souza Nunes Orientadora: Profa. Márcia F. Torres Pereira	Debatedora: Profa. Gina Glades
	As notas prévias de Clarice Lispector como dispositivos pedagógicos e estratégias de distinção	Octavio Augusto Ferreira Soares Orientador: Prof. Márcio Penna C. Real	Debatedora: Profa. Keila Matida
LINHA DE PESQUISA III - Cultura e Processos Educacionais			
Apresentação de até 15 minutos e debate de até 15 minutos de discussão			
Local: sala 252			
Quinta-feira **5 de junho de 2025** **19h às 22h**	As contradições da formação em saúde: o cinema e a literatura como recurso de emancipação em um programa de residência multiprofissional	Luana Viana de Souza Orientadora: Profa. Márcia Ferreira T. Pereira	Debatedor: Prof. Fernando Gimbo
	Arte e cultura no processo formativo à luz da teoria crítica frankfurtiana	Elisa Moreira Ferreira Orientadora: Profa. Márcia Ferreira Torres	Debatedor: Prof. Fernando Gimbo
	A temática materna-doméstica na arte: representação e representatividade de mulheres artistas que são mães	Ruth Marçal Honorato G. Ribeiro Orientadora: Profa. Rita Márcia M. Furtado	Debatedora: Profa. Silvia Zanolla
	Intervalo – 20 minutos		
	Religião natural e educação natural em Jean-Jacques Rousseau: a relação entre o sagrado na (de)formação do homem moderno	Guilherme Henrique Camargo Orientador: Prof. Wilson Alves de Paiva	Debatedora: Profa. Silvia Zanolla
LINHA DE PESQUISA III - Cultura e Processos Educacionais			
Apresentação – até 15 minutos e debate: 15 minutos de discussão			
Local: sala 252			
Sexta-feira **6 de junho de 2025** **8h às 12h**	A formação do homem composto segundo Jean-Jacques Rousseau: o conceito de "lente"	Geraldo Márcio da Silva Orientador: Prof. Wilson Alves de Paiva	Debatedora: Profa. Rita Márcia M. Furtado
	Arqueologia das epistemes educacionais	Ednei de Genaro Orientadora: Profa. Rita Márcia M. Furtado	Debatedor: Prof. Márcio Penna Corte Real

LINHA DE PESQUISA IV - Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo			
Apresentação de até 15 minutos e debate de até 15 minutos de discussão			
Local: sala virtual			
Quinta-feira **5 de junho de 2025** **8h às 12h**	As tecnologias nos processos de trabalho-formação docente na educação básica brasileira: discussões iniciais	Magaly Ediane de Oliveira Orientadora: Profa. Adda Echalar	Debatedora: Profa. Rosemara Lopes
	A trajetória de professoras da educação infantil e suas vivências com tecnologias	Neuza Borges de Oliveira Orientadora: Profa. Rosemara Lopes	Debatedora: Profa. Adda Echalar
	Docência universitária, tecnologias móveis e inteligência artificial: resultados preliminares de pesquisa	Cinthia Alencar Pacheco Orientadora: Profa. Rosemara Lopes	Debatedora: Profa. Adda Echalar
	Intervalo – 20 minutos		
	Formação continuada de professores dos primeiros anos escolares para o trabalho pedagógico com tecnologias digitais: resultados iniciais de pesquisa	Rafaella Hellen Faria Orientadora: Profa. Rosemara Lopes	Debatedora: Profa. Adda Echalar
	Professor, aluno e tecnologias ubíquas: resultados preliminares de uma pesquisa sobre conflitos existentes em ipes da região centro-oeste brasileira	Paulo Henrique Santana de Oliveira Orientadora: Profa. Rosemara Lopes	Debatedora: Profa. Sandra Limonta
	A dupla/tripla jornada de professoras da educação de jovens e adultos: impactos no trabalho pedagógico	Izabela Beatriz Minela de Oliveira Orientadora: Profa. Sandra Limonta	Debatedora: Profa. Rosemara Lopes

LINHA DE PESQUISA IV - Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo			
Apresentação de até 15 minutos e debate de até 15 minutos de discussão			
Local: sala virtual			
Quinta-feira **5 de junho de 2025** **14h às 17h30**	Educação especial e inclusão escolar: contextos pedagógicos e humanos do atendimento educacional hospitalar e domiciliar a estudantes em iminência de morte pelo Projeto “Hoje” em Goiás (2000-2013)	Márcia Gouveia da Cunha Orientador: Prof. Ricardo Teixeira	Debatedora: Profa. Amone Alves
	Os sentidos da escola pública de tempo integral: desafios e contradições	Juliana da Silva Santos Machado Orientadora: Profa. Amone Alves	Debatedora: Profa. Sandra Limonta
	Programa Saúde na Escola - contribuições e desafios	Glacimar Santana Alves M. Ferreira Orientadora: Profa. Amone Alves	Debatedora: Profa. Sandra Limonta

	Intervalo – 20 minutos		
	Histórias de vida: narrativas da trajetória escolar de mulheres	Beatriz de Paula Ferreira Silva Orientadora: Profa. Sandra Limonta	Debatedora: Profa. Amone Alves
	Alfabetização na educação de jovens e adultos: concepções, perspectivas e práticas pedagógicas em análise	Luci Côrtes Dourado Orientadora: Profa. Sandra Limonta	Debatedora: Profa. Amone Alves
	Educação de jovens e adultos à distância: impactos sobre o trabalho docente	William Alves de Souza Orientadora: Profa. Sandra Limonta	Debatedora: Profa. Amone Alves
	Formações políticas recentes em movimentos estudantis: centros acadêmicos de cursos de humanas/licenciaturas e do DCE da UFG	Marina Lemes Landeiro Orientadora: Profa. Amone Alves	Debatedora: Profa. Sandra Limonta
LINHA DE PESQUISA IV - Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo			
Apresentação de até 15 minutos e debate de até 15 minutos de discussão			
Local: sala virtual			
Quinta-feira **5 de junho de 2025** **Das 19h às 22h**	Arte urbana e cultura visual no ensino de artes: estéticas periferizadas, cultura juvenil e insurgências	Jhon Maykel Fernandes Orientadora: Profa. Marilza Suanno	Debatedor: Prof. Ricardo Teixeira
	Educação e literatura: formação humana na relação metafórica entre prosa e poesia - análise de obras selecionadas de Edgar Morin	Valdirene Aparecida de Oliveira Orientadora: Profa. Marilza Suanno	Debatedor: Prof. Ricardo Teixeira
	Escolas criativas e saberes-fazeres didáticos-pedagógicos complexos, transdisciplinares e ecoformadores	Rejane Gomes Tavares Orientadora: Profa. Marilza Suanno	Debatedor: Prof. Ricardo Teixeira
	Estágio docência na pós-graduação: formação para a docência na educação superior	Roberta Barbosa dos Santos Orientadora: Profa. Marilza Suanno	Debatedor: Prof. Ricardo Teixeira
	Intervalo – 20 minutos		
	Mediação didática transdisciplinar na educação básica	Thaís Gouvêa Silva Orientadora: Profa. Marilza Suanno	Debatedor: Prof. Ricardo Teixeira
	Contexto histórico da educação especial em Goiás: um olhar por meio da Revista de Educação (1937-1963)	Cinthia Brenda Siqueira Santiago Orientador: Prof. Ricardo Teixeira	Debatedora: Profa. Marilza Suanno
	Educação inclusiva na perspectiva freireana: um olhar transversal para matemática nas classes hospitalares em Goiás	Eriene Macedo de Moraes Orientador: Prof. Ricardo Teixeira	Debatedora: Profa. Marilza Suanno

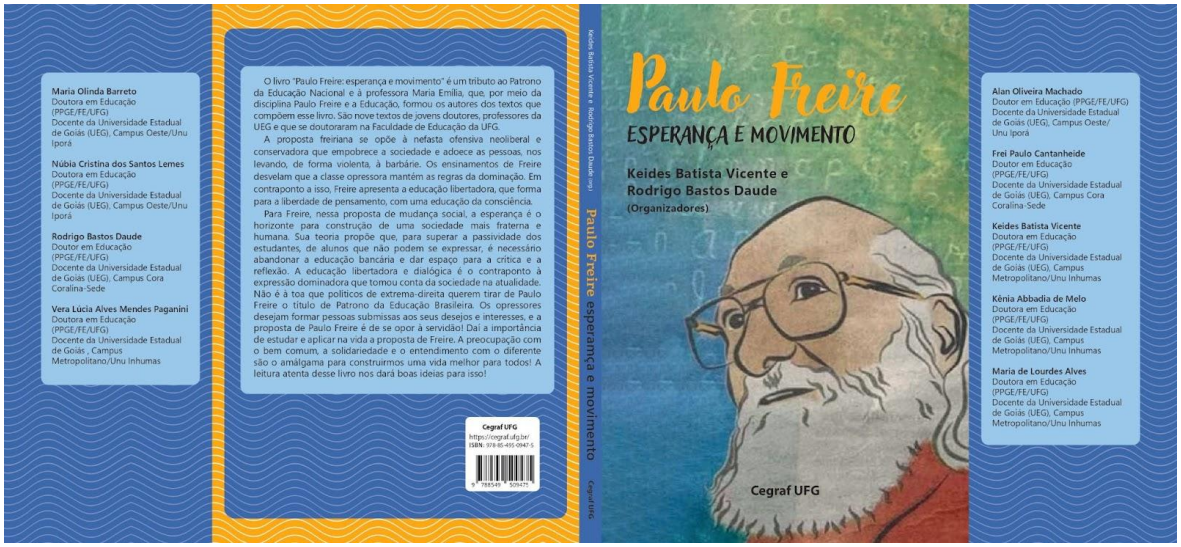
LINHA DE PESQUISA V - Fundamentos dos Processos Educativos			
Apresentação de até 15 minutos e debate de até 15 minutos de discussão			
Local: sala 251 e virtual			
Quinta-feira **5 de junho de 2025** **8h às 12h**	A relação entre emoções e motivação dos estudantes no ensino e aprendizagem de física: uma pesquisa histórico-cultural	Kássia Moreira Cunha Orientadora: Profa. Gisele Toassa	Debatedora: Profa. Gina Glaydes Guimarães de Faria
	Competências socioemocionais e educação escolar: uma pesquisa bibliográfica	Karine Custódio Ribeiro Orientadora: Profa. Juliana de Castro Chaves	Debatedora: Profa. Gina Glaydes Guimarães de Faria
	Uma análise crítica da racionalidade dos ataques violentos às escolas brasileiras	Ana Luisa Bueno Mamede Orientadora: Profa. Juliana de Castro Chaves	Debatedora: Profa. Cynthia Maria Jorge Viana
	Intervalo – 20 minutos		
	Laicidade e educação escolar pública no brasil: tensões, desafios e disputas atuais	Pedro Augusto Miranda Orientadora: Profa. Gina Glaydes Guimarães de Faria	Debatedor: Prof. Lênin Tomazett Garcia

LANÇAMENTO DE LIVROS

O olho que sente e pensa: a estética fenomenológica em Mikel Dufrenne e suas implicações para a educação

Autora: Rita Márcia Magalhães Furtado
Ano de publicação: 2025
ISBN: 978-85-495-1111-9

Resumo - O livro *O olho que sente e pensa: a estética fenomenológica em Mikel Dufrenne e suas implicações para a educação* busca uma aproximação da estética com a educação, tendo como principal referência a produção estético-filosófica do filósofo francês Mikel Dufrenne, com foco na obra *Fenomenologia da Experiência Estética*. É nela que a autora se detém para buscar alguns elementos que considera cruciais para subsidiar a discussão dos problemas pedagógicos advindos do contato com o objeto estético. O livro, ao abordar questões relativas à imagem da arte, propõe um exercício de aprendizado estético quando promove **questionamentos a ela inerentes.**



Paulo Freire: esperança e movimento

Autor(es) / organizador(es): Keides Batista Vicente e Rodrigo Bastos Daude
Editora: Cegraf/UFG
Ano de publicação: 2024
ISBN: 978-85-495-0947-5

Resumo - Apresentamos aqui o resultado de pesquisas de professores que se encontravam no processo de formação, no Doutorado em Educação, pelo convênio entre a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Universidade Federal de Goiás (UFG). Ao longo desse processo, vários estudos teóricos foram realizados e compilados em artigos. No caminho trilhado pelos doutorandos, a aproximação com Paulo Freire foi possível em vários momentos. Os artigos foram elaborados com duas perspectivas. Alguns deles são resultados de trabalhos realizados durante a disciplina ministrada pela Professora Maria Emília, foram lidos e avaliados por ela, assim, buscamos mantê-los sem alterações. Outros foram escritos levando em consideração o ano do centenário de Paulo Freire e enfatizaram as contribuições do autor para a educação.

LINHA 1 – TRABALHO, EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

E ESSAS DEMANDAS DE CUIDADOS QUE VOCÊ ME TROUXE, ELAS SÃO FEITAS POR QUEM? "EU! 100% EU, 100% EU...[1]" AS MÃES DA PESTALOZZI: EXPERIÊNCIAS SOBRE O CUIDADO

Amanda Peçanha Magalhães
Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Machado
Bolsista CAPES

Resumo: O presente trabalho foi fomentado pela convivência com diversas mulheres exercendo o maternar de crianças atípicas em uma instituição conveniada com o município de Goiânia, responsável pelo atendimento especializado na reabilitação de crianças com deficiência. Foram feitas observações participantes e entrevistas, na qual o objetivo tem sido investigar como se dão as experiências de cuidado das mães da Associação Pestalozzi - Centro de Atendimento Renascer Goiânia/Go. A pesquisa proposta segue a abordagem qualitativa, numa perspectiva autoetnográfica e pesquisa de campo, que se propôs a entrevistar mulheres que frequentam a instituição, por meio de roteiro semi-estruturado, a observar sua movimentação e ocupação desse espaço institucional a fim de responder a seguinte questão: o que as mulheres que frequentam o CAE Renascer vislumbram sobre o que é cuidado, e como experienciam o cuidado de suas crianças e o cuidado de si em seu cotidiano? Até o presente foram entrevistadas sete mulheres que com suas falas reforçam nossas hipóteses preliminares de que as responsáveis principais pelo cuidado da família são as mulheres, surgiu também a importante questão da carência de redes de apoio bem como a jornada de maternagem solitária que essas mulheres seguem.
Palavras-chave: Mulheres; Cuidado; Crianças com Deficiência; Atípicas.

Introdução, problema de pesquisa e fundamentação teórica

Há quase uma década tenho sido mãe, o que ressignificou toda a minha vida agregando-me vivências, experiências, demandas e um novo status em meio as minhas identificações enquanto ser vivente. Percursos que antes eram planejados e seguidos na praticidade de ser só, hoje são pautados por um pequeno ser que demanda cuidados, atenção, tempo, recursos financeiros e muito esforço. Ao pensar em quem sou vem à minha mente: Amanda, mãe, mulher negra, professora, pesquisadora. Entre todos esses reconhecimentos, dois deles têm determinado minha jornada: ser mulher e ser mãe.

[1] Resposta da entrevistada Gláucia, que desejou que seu nome não fosse mudado nas menções.

Versar sobre o status de mulher e mãe me leva a um processo de reflexão que expõe a questão de que desde o nascimento, o feminino traz consigo um repertório largo de estigmas que reforçam a naturalização de comportamentos, atitudes e concepções que acabam por gerar expectativas e imposições sobre um ideal de mulher que aprisiona, subalterniza, sobrecarrega e subjuga.

De tanto inculcar em nós que somos "feitas" para cuidar e maternar, podemos acabar operando de modo automático, muitas vezes deixando de lado o que poderíamos e ainda podemos fazer de nossas vidas se houvesse uma divisão e responsabilização equilibrada das atividades de cuidado. A justificativa para essa atribuição às mulheres aciona comumente o aparato biológico que condiciona, relaciona e continuamente limita a mulher às atividades ligadas à reprodução. Parir, amamentar e cuidar de crianças acaba por determinar o lugar dessa mulher como se a natureza influenciasse a capacidade de cuidar, reforçando assim a distribuição desigual das responsabilidades sociais.

Em meio a essas questões que fervilham em minha mente despertadas pelos estudos preliminares sobre Cuidado, me encontrei em um ambiente que reflete e corrobora com as naturalizações e essencialismos associados ao mesmo. Como já dito, sou mãe e mãe de uma criança com Transtorno do Espectro Autista coexistindo com Altas Habilidades/Superdotação e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. A maternidade dessa criança tem me levado a lugares que antes de ser mãe eu não conseguia imaginar que são espaços de relações tão complexas, intrigantes, profundas e significativas, como os que frequento atualmente. Ao levar meu pequeno para receber atendimentos de reabilitação comecei a observar as pessoas que transitavam por aqueles lugares, esses ambientes eram novos para mim de modo que me deter nas relações que ali se estabeleciam foi inevitável.

Nas tardes rotineiras comparecendo à Associação Pestalozzi - Centro de Atendimento Especializado Renascer da cidade de Goiânia/GO[2] - passei a refletir sobre a presença majoritariamente feminina de cuidadoras naquele espaço e sobre como mesmo desenvolvendo um trabalho que gera muita sobrecarga, essas mulheres se organizam em pequenos grupos, promovendo algumas ações que parecem mitigar suas angústias.

[2] O Centro de Atendimento Especializado Renascer, foco de minhas observações, faz parte da Associação Pestalozzi de Goiânia/Go e em parceria com o município presta serviços de educação e saúde para crianças e adolescentes até 14 anos.

Mães, avós, tias, irmãs, se apresentam como cuidadoras principais ou fazem parte da rede de apoio de uma outra mulher. Nesse movimento diário de comprometer-se com os cuidados de outros, me pego pensando se essas mulheres se percebem nesse lugar. Desse modo, com esse trabalho pretendo investigar a experiência vivida a partir da maternidade atípica e responder a seguinte problemática: Como as mulheres, que frequentam o Centro de Atendimento Especializado Renascer - Associação Pestalozzi vislumbram sobre o que é cuidado, e como experienciam o cuidado de suas crianças e o cuidado de si em seu cotidiano?

Ao falar sobre cuidado acionamos comumente ideias relativas ao trabalho doméstico e reprodutivo, porém cuidar vai além disso. No cerne do cuidado está a relacionalidade, de modo que cada caso aciona questões e categorias particulares. O que fica em geral é o carecimento de inter relacionar demandas diversas, demandas essas que exigem especialidade e expertise que não são inatas, que requerem diálogo e trocas entre quem cuida e é cuidado e a reflexão sobre perspectivas, normatizações e configurações em torno do tema.

Falar de cuidado compreende discussões sobre relações de poder concatenadas às relações de trabalho, gênero, raça, classe e entre outros marcadores (Tamanini, 2018), que identificam os sujeitos que carregam o fardo do cuidado. Quando os atos de cuidado não geram produção e consumo, ao não serem vistos como produtos do mercado, o cuidado se mantém no meio privado e invisível. Dessa forma ele se estabelece como trabalho doméstico, feminino, sem valor econômico e que reforça a divisão sexual do trabalho e as estruturas que distinguem e hierarquizam assimétricamente os gêneros. (Brecailo, 2018).

Possibilitar condições de vida dignas aos sujeitos diz respeito à responsabilização e divisão dos cuidados de modo igualitário, a tornar o cuidado política pública e demanda de todos, todas e todes, desnaturalizar o cuidado como pertencente ao feminino, desessencializá-lo (Machado, 2022). Cuidar acarreta responsabilidades, compromissos, carga e exige expertise, se entendido como ocupação das mulheres, com trabalho gendrificado ele acarreta prejuízos sociais e democráticos. Para Marcela Komechen Brecailo (2018), a participação igualitária na vida social e pública, o acesso a tempo livre e possibilidade de autodesenvolvimento são direitos que podem e devem ser alcançados quando o cuidado sair da esfera pré-política e ser entendido como algo compartilhado entre os membros da família e de responsabilidade de esfera social.

Objetivos

Objetivo Geral

A pesquisa aqui proposta tem como objetivo geral analisar a experiência de mulheres que cuidam de crianças e adolescentes com deficiência (atendidas pelo CAE Renascer) e o que esse cuidado acarreta em suas vidas, a partir de suas movimentações, ocupação de espaços e relações vivenciadas.

Objetivos Específicos

- Conhecer e caracterizar o perfil de quem cuida das crianças, compreendendo o contexto das relações familiares e sociais vinculadas ao cuidado;
- Analisar a percepção das mulheres pesquisadas sobre o trabalho de cuidado que desenvolvem cotidianamente e os modos de conciliação entre a vida pública e privada, em especial com a presença de crianças e/ou adolescentes com deficiência;
- Analisar que tipo de mecanismos/redes elas estabelecem entre si para atenuar suas demandas e sofrimentos e o que esses mecanismos/redes significam para essas mulheres.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho partem de memórias de experiências vividas numa abordagem de inspiração autoetnográfica, tensionadas a um referencial teórico que expõe os desafios políticos, culturais, sociais, teóricos e práticos do cuidado, investigados por meio de uma análise interseccional, que leva em conta as vulnerabilidades e desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Temos pesquisado e cartografado os sujeitos envolvidos no cuidado de crianças com deficiência, e como se dão essas relações de cuidado estabelecidas entre eles, de modo que a pesquisa qualitativa é a abordagem considerada capaz de dar conta desse universo investigativo da produção humana com suas dimensões macro e micro. Estamos desenvolvendo uma pesquisa de campo e observação participante do cotidiano das famílias e

crianças no Centro de Atendimento Especializado Renascer – Associação Pestalozzi. Junto à observação participante, estima-se a escuta de 8 a 12 mulheres, considerando a densidade dos métodos e técnicas a serem usados, o tempo de transcrição, comparação e análise dos dados, o tensionamento com a teoria e a conclusão da escrita. Os contatos têm sido estabelecidos para com os sujeitos que se mostram mais disponíveis para a entrevista, sendo essa disponibilidade notada no cotidiano da observação participante, bem como na indicação pelo método "Bola de Neve" (Vinuto, 2014).

Resultados iniciais/parciais e discussão

A pesquisa encontra-se em andamento, porém os estudos feitos até o momento apontam para a necessidade de sensibilização do meio acadêmico científico para uma desnaturalização do cuidado, tornando a parentalidade uma ação compartilhada, despatologizando essas relações. Ao longo do processo de pesquisa e revisão literária, o tema em questão demonstrou ter maior espaço de diálogo nas áreas da saúde, especialmente por se tratar do cuidado de crianças com deficiência, porém tais estudos se voltam em grande parte para as questões biológicas e de saúde mental.

Os resultados não são definitivos, porém já indicam que o cuidado precisa ser socializado e sociologizado, superando a visão da maternidade como natural e de responsabilidade dos sujeitos que têm aparato biológico para gestar e amamentar. Esse ponto tem sido ratificado com veemência! Todas as mulheres entrevistadas são as responsáveis principais, quando não são as únicas, pelo cuidado de suas crianças, independente de terem companheiros/maridos.

Quanto a divisão do trabalho e a percepção sobre o cuidado, a maioria reconhece que o trabalho deveria ser dividido, que estão com mais demandas que seus companheiros, que a sobrecarga que enfrentam é extrema, porém carregam em seus discursos a justificativa de que seus parceiros não desempenharão a função conforme o exigido, ou que os mesmos estão muito cansados para tal, que são as mulheres as responsáveis por esse trabalho além de encararem o cuidado apenas como trabalho doméstico.

Considerações finais

As “mães da Pestalozzi” nos ensinam cotidianamente que é preciso mudar. Deixar a cargo das mulheres o que precisa ser compartilhado com todos os sujeitos implica em roubar seu tempo, restringir suas escolhas, normatizar seus corpos, perpetuar desigualdades e exercer sobre elas poder e dominação.

Implicações dos estudos feitos até o momento levam a reflexão dos lugares sociais atribuídos aos sujeitos e como a perpetuação desses lugares e sua essencialização precisam ser urgentemente superadas. O cuidado precisa sair da esfera pré-política e ocupar espaços de ampla discussão e visibilidade, estendendo sua presença e efetivação nas políticas públicas garantindo sua socialização e sociologização.

Referências

BRECAILO, Marcela. Komechen. O Cuidado de crianças: desafios culturais, sociais e políticos. In: TAMANINI, Marlene (Org.) et. al. **O cuidado em cena: desafios políticos, teóricos e práticos**. Florianópolis: UDESC, 1a ed., 2018, p.217-250.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 127p.

MACHADO, Maria Izabel. Quarenta anos de “uma voz diferente”: sexo, gênero e a necessidade de desessencializar o cuidado. **Schème: revista eletrônica de psicologia e epistemologia genéticas -** Marília/SP, v. 14, Número Especial, p. 52-80, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez Editora, 23a ed. rev. e atual, 2007, 304p.

TAMANINI, Marlene. (Org.). **O cuidado em cena: desafios políticos, teóricos e práticos.** et al. Florianópolis: UDESC, 1a ed., 2018, 380p.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas** - Campinas/SP, v. 22, n. 44, p. 103-118, 2014.

"NÃO ERA PARA TRABALHAR NADA QUE PUDESSE CAUSAR DÚVIDA PARA A CRIANÇA": Educação sexual, silenciamentos e neoconservadorismo em Goiânia

Patrícia Elizabeth Jesus de Sousa
Orientadora Profa. Dra. Maria Izabel Machado
Bolsista CAPES

Resumo: Esta dissertação busca analisar como o neoconservadorismo tem afetado a abordagem da educação sexual nas escolas públicas de Goiânia, especialmente no ensino fundamental. A partir de uma perspectiva pós-estruturalista, investigo como discursos de censura têm se articulado por meio de legislações, como o Projeto de Lei 0994/2019, e influências religiosas e políticas nos discursos que circulam sob tal temática. A pesquisa qualitativa combina entrevistas com dez docentes da rede municipal, análise documental e autoetnografia, considerando minha própria experiência como professora da educação básica. Os resultados revelam um ambiente escolar marcado pela precarização docente, ausência de materiais e apoio institucional, e medo de represálias. A educação sexual, quando abordada, ocorre de forma superficial ou substituída por termos como "reprodução humana", devido à pressão moral e à ameaça de acusações de doutrinação. Mesmo assim, práticas de resistência surgem por meio do acolhimento e da escuta sensível dos alunos.

Palavras chaves: Educação sexual; Neoconservadorismo; Neoliberalismo; Docência; Gênero.

Introdução, fundamentação teórica, problema de pesquisa

Esta pesquisa surge como resposta a inquietações que me acompanham desde a graduação, período em que investiguei a influência neoconservadora na supressão das temáticas de educação sexual, gênero e sexualidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017. No contexto de Goiânia, observa-se um cenário desfavorável à discussão dessas pautas, em grande parte devido à forte influência de correntes religiosas, que moldam tanto o cenário político quanto a organização social das famílias. Desse modo, tendo como ponto de partida essa constatação inicial, elenquei como problema de pesquisa a seguinte questão: Como os ataques neoconservadores aos debates sobre educação sexual na educação básica, especialmente no ensino fundamental de município de Goiânia, têm contribuído para a censura do tema nos currículos escolares, influenciado para restrições de abordagens

abrangentes sobre gênero e sexualidade na educação, bem como está consubstanciando a promoção de discursos de ódio?

A educação sexual, conforme Jimena Furlani (2025), é um processo formativo que visa o autoconhecimento, a autonomia e a consciência crítica sobre o corpo, os afetos, as relações interpessoais e os direitos sexuais e reprodutivos. Ela vai além do aspecto biológico, abordando questões de gênero, identidade, diversidade e prevenção de violências. No entanto, discursos conservadores distorcem esse conceito, chamando-o de “ideologia de gênero”, um termo sem base científica, utilizado para deslegitimar práticas pedagógicas inclusivas. Esses grupos alegam que a educação sexual confunde as crianças, criando uma ameaça fictícia para justificar a censura a conteúdos que promovem o respeito à diversidade e o pensamento crítico.

Nos últimos anos, no Brasil, ataques contra os estudos de gênero e sexualidade têm se intensificado, com grupos conservadores e autoridades públicas utilizando argumentos de autoridade e pânicos morais para desacreditar o ensino de educação sexual nas escolas. Eles defendem uma educação “neutra” e “apartidária”, tratando a escola como espaço para a implementação de agendas políticas e mercadológicas (Miskolci e Campana, 2017)

O fragmento que dá título a este trabalho — “Não era para trabalhar nada que pudesse causar dúvida para a criança” — foi retirado da fala de uma professora entrevistada, ao relatar a retirada de um livro literário da sala de aula, classificada por ela como uma “ação coordenada da pasta da Educação”. Para a docente, o episódio reflete como a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia enxerga a educação sexual: um tema interditado por supostamente gerar dúvidas nas crianças e confrontar a lógica binária e heteronormativa que estrutura as políticas educacionais locais. Essa lógica se baseia na produção de sujeitos normalizados por normas de gênero e sexualidade.

O currículo escolar, longe de ser neutro, atua como dispositivo regulador que define quais identidades, corpos e saberes são legitimados. Ao repetir padrões que naturalizam o masculino, o feminino e a heterossexualidade como norma, outras formas de existência acabam sendo silenciadas. Assim, como será discutido ao longo desta dissertação, a escola delimita espaços e funções, informando, por meio de símbolos e códigos, o "lugar" de meninos e meninas. A escola, orientada por um currículo normativo e excludente que frequentemente

inviabiliza a formação humana ao esvaziar disciplinas como história, geografia e artes, atua de forma a reforçar essa lógica — como pude constatar em minha coleta de campo via entrevistas semiestruturadas. (Louro, 1997)

Neste sentido, para atender os elementos dessa pesquisa minha base teórica é fundamentada no pós-estruturalismo, tendo como principais contribuições os estudos de Jimena Furlani (2005; 2007; 2009; 2025), Michael Foucault (2014; 2021), Wendy Brown (2019), Guacira Lopes Louro (1996; 1999), Jeffrey Weeks (1999) Teresa de Lauretis (2019), Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017), Richard Miskolci (2009; 2016), Tomaz Tadeu e Silva (2010; 2016), dentre outros, que relacionam as questões de gênero e educação, e, também, cujas pesquisas, contemplam as influências do neoliberalismo e neoconservadorismo nos debates sobre educação sexual, gênero e sexualidades na educação. Além da pesquisa bibliográfica na qual elenquei nove teses e dissertações que discutem e avançam sobre a interpretação discursiva do tema.

Objetivos geral

Analisar a experiência de docentes da rede básica pública do ensino fundamental de Goiânia em relação à educação sexual junto a crianças e adolescentes de 6 a 14 anos.

Objetivos específicos

● Investigar os documentos normativos do Estado de Goiás que regulam a educação no ensino fundamental, com foco na abordagem da educação sexual, para compreender como esse tema é tratado e sua incorporação nas políticas educacionais;

● Compreender a partir da experiência dos docentes se existe e como se dá a influência de ideais conservadores sobre a abordagem de educação sexual nas escolas;

● Entender as correlações das investidas de grupos neoconservadoras na política institucional, bem como disseminação cultural da chamada “ideologia de gênero” ;

● Analisar as estratégias narrativas no entorno da implementação do Projeto de Lei: PL 0994/2019, que objetiva proibir o ensino da "ideologia de gênero" nas escolas das redes pública e privada de ensino em Goiás.

Percurso metodológico

O percurso metodológico desta pesquisa não foi linear nem previsível. Enfrentei impasses, desvios e descobertas que me exigiram sensibilidade e reposicionamentos constantes. Embora a estrutura acadêmica nos empurre para uma narrativa coerente e objetiva, escolhi adotar uma postura mais honesta, reconhecendo que a construção do conhecimento é atravessada por incertezas e relações de poder. Inspirada em Michel Foucault, compreendo que o saber não é neutro: é historicamente situado e condicionado por disputas discursivas. Por isso, assumi a autoetnografia como parte constitutiva do meu método, reconhecendo minha implicação como pesquisadora e como sujeito que também é atravessado pelos discursos que analiso. (Foucault, 2014)

Esta pesquisa qualitativa busca compreender como os discursos neoconservadores têm impactado o ensino de educação sexual no ensino fundamental da rede municipal de Goiânia. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez docentes, efetivos e contratados. As respostas revelaram padrões relacionados à precarização da estrutura escolar, à desvalorização da carreira docente e ao controle burocrático do trabalho pedagógico. Também ficou evidente a influência moral, especialmente religiosa, que tem limitado abordagens sobre educação sexual, gerando medo, autocensura e esvaziamento curricular. Esses fatores restringem a autonomia docente e comprometem a formação crítica dos estudantes, nos anos iniciais e finais do fundamental.

Por conseguinte, analisei documentos normativos que regem a educação, assim como analisei o Projeto de Lei 0994/2019 (Dispõe sobre a proibição da "ideologia de gêneros" nas escolas da rede pública estadual e de ensino privado em todo o Estado de Goiás.). A análise dos dados foi feita a partir da perspectiva foucaultiana da análise do discurso, que me possibilitou identificar os jogos de poder e as condições de produção que moldam o que pode ou não ser dito no contexto escolar. Essa escolha metodológica me permitiu não apenas descrever falas e documentos, mas compreender os efeitos de verdade que esses discursos produzem, assim como os silenciamentos e resistências que atravessam as práticas pedagógicas relacionadas à sexualidade e ao gênero.

Resultados iniciais/parciais e discussão

Os dados das entrevistas revelam um cenário de desgaste e precarização da carreira docente, atravessado por excesso de burocracia, desvalorização profissional, estrutura precária e salas superlotadas. A maioria dos professores aponta a ausência da participação familiar como um dos maiores desafios em sala, ao mesmo tempo em que sentem a presença desses mesmos pais apenas quando há algum confronto com valores morais ou religiosos, especialmente relacionados a temas como gênero e sexualidade. A prática pedagógica mostra-se engessada, limitada por kits didáticos e planejamentos centralizados que dificultam a abordagem de temas humanísticos, reduzindo o currículo àquilo que é cobrado por avaliações externas. A percepção de insegurança e medo de represálias é latente, sobretudo entre professoras, que se mostram mais receosas ao tratar temas considerados "polêmicos".

No que tange à educação sexual, os dados apontam que há pouca ou nenhuma formação específica, além de ausência de materiais adequados e respaldo institucional. A abordagem do tema ocorre de forma pontual, muitas vezes restringida à Semana do Projeto “Faça Bonito”[3], sendo rara sua inserção contínua no currículo. Ainda assim, relatos indicam que, quando o assunto é trazido de forma sensível, surgem relatos espontâneos de abuso sexual, principalmente por parte de meninas. Docentes que conseguem abordar questões de gênero e sexualidade o fazem com cautela ou de forma indireta, geralmente substituindo o termo “educação sexual” por “reprodução humana”, a fim de evitar acusações de doutrinação. Os discursos também revelam que o medo, a influência político-partidária e religiosa e a onda neoconservadora têm minado a autonomia docente e o compromisso da escola com a formação crítica e inclusiva dos estudantes.

[3] A campanha Faça Bonito tem como objetivo realizar mobilizações, promover a sensibilização, informar e convocar toda a sociedade a participar da defesa dos direitos de crianças e adolescentes contra a violência sexual. No contexto do municipio analisado, segundo informações disponíveis no portal da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME), a pasta tem atuado, desde 2004, em ações de prevenção à violência sexual e outras formas de violência, utilizando-se de notificações aos órgãos competentes sempre que há violação de direitos de crianças e adolescentes matriculados nas unidades educacionais. Além disso, promove ações institucionais alusivas ao tema no dia 18 de maio, data estabelecida como marco no enfrentamento desse tipo de violação.

Considerações finais

As vozes docentes ouvidas ao longo desta pesquisa revelam um cenário de intenso esvaziamento do trabalho docente na escola pública, atravessado por sobrecarga, desvalorização, burocratização e falta de autonomia. Como pesquisadora e professora da rede pública, compartilho dessa mesma realidade: vivencio diariamente os limites impostos pelas estruturas institucionais e a tensão constante entre o desejo de formar criticamente e falta de respaldo em todos os âmbitos que reduzem nossa ação ao fazer mecanizado. Os relatos coletados não me são estranhos, eles ecoam em minha curta trajetória profissional, em minhas angústias e em minhas escolhas pedagógicas. Assim como os professores entrevistados, também me vejo lidando com a ausência de materiais, a invisibilização de temas fundamentais e a insegurança diante da censura, que nunca foi velada, e que pesa sobre nosso cotidiano escolar.

A ausência de políticas públicas efetivas, de formação continuada direcionada e de respaldo institucional tem nos deixado, professoras (es), desamparados frente a um público que nos traz demandas urgentes e complexas. Ao mesmo tempo, reconheço, com esperança, os gestos de resistência que emergem mesmo em contextos adversos: o acolhimento sensível de um aluno, a escuta atenta diante de um relato difícil, a insistência em nomear o que muitos querem silenciar. Concluo parcialmente as considerações finais para essa apresentação, com a certeza de que é preciso garantir à escola pública as condições para ser, de fato, um espaço de formação emancipadora.

Referências

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** a vontade de saber; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 11. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021. (Coleção Biblioteca de Filosofia).

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. **"Ideologia de gênero":** notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Sociedade e Estado, v. 32, p. 725-748, 2017.

"PÓS-MATERNAR": AS RELAÇÕES DE APOIO E AS PRÁTICAS DE CUIDADO QUE SUSTENTAM AS TRAJETÓRIAS DAS MÃES PÓS-GRADUANDAS NA UFG

Raysa Carvalho[4]
Orientadora Profa. Dra. Maria Izabel Machado[5]
Bolsista CAPES

RESUMO

O presente estudo investiga as trajetórias acadêmicas de mães pós-graduandas na Universidade Federal de Goiás (UFG), buscando responder à pergunta: quais são as condições para que as mães pós-graduandas consigam traçar uma carreira acadêmica e profissional na Universidade Federal de Goiás? Embora as mulheres sejam maioria nos programas de pós-graduação no Brasil (Ribeiro, 2023), a sobrecarga relacionada à divisão sexual do trabalho e ao trabalho de cuidado impacta diretamente suas possibilidades de permanência e avanço na carreira, inclusive na trajetória acadêmica. Esta investigação científica, de caráter qualitativo, é norteada pelas perspectivas feministas pós-estruturalistas e pelo método hermenêutico-dialético proposto por Maria Cecília de Souza Minayo (2013), com entrevistas em profundidade, a serem realizadas com mães pós-graduandas da UFG, discentes dos programas de mestrado e doutorado que ingressaram de 2022 a 2025. Pretende-se analisar a percepção das mães pós-graduandas quanto aos desafios de ingresso, permanência e formação na pós-graduação e carreira acadêmica; busca-se também identificar as redes de apoio e as práticas de cuidado que sustentam a vida das mães pós-graduandas no ambiente acadêmico, profissional e familiar; além disso, pretende-se analisar quais os efeitos subjetivos dos mecanismos androcêntricos, como a percepção de negligência com os filhos e a culpa, nas experiências das mães na pós-graduação. A pesquisa está em estágio inicial e espera-se que os resultados contribuam para o avanço das discussões institucionais sobre parentalidade na ciência e para a formulação de políticas públicas e institucionais mais inclusivas e equitativas.

Palavras-chave: Maternidade. Pós-Graduação. Cuidado. Divisão Sexual do Trabalho.

[4] Estudante da 38ª turma do Mestrado Acadêmico em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Faculdade de Educação, na Universidade Federal de Goiás (PPGE/FE-UFG): raysa_carvalho@discente.ufg.br

[5] Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Faculdade de Educação, na Universidade Federal de Goiás (PPGE/FE-UFG), na linha de pesquisa Trabalho, Educação e Movimentos Sociais: mariaizabelmachado@ufg.br

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

As mulheres já são maioria nos programas de pós-graduação no Brasil, "segundo a Capes, 54,2% dos matriculados no stricto sensu são do gênero feminino. Elas correspondem a 58% dos beneficiários de bolsas, também"[6]. No entanto, ser a maioria numérica não elimina os impactos das assimetrias de gênero e da divisão sexual do trabalho que ainda incidem sobre as vivências das mulheres dentro e fora do ambiente acadêmico, relacionadas à sobrecarga do trabalho de cuidado e nas perspectivas de carreira, especialmente quando são mães (Machado et al., 2019). Logo, quais são as condições para que as mães pós-graduandas consigam traçar uma carreira acadêmica e profissional na Universidade Federal de Goiás (UFG)? É a este problema que essa pesquisa se dedica.

Os estudos sobre o impacto da maternidade na carreira das mulheres pesquisadoras no Brasil têm evidenciado os desafios entre a conciliação do trabalho acadêmico e o trabalho de cuidado parental (Machado et al., 2019), marcado por assimetrias posto que se trata de um trabalho de cuidado generificado "[...] justamente porque as mulheres, e em particular as mães, são esmagadoramente responsáveis pelo trabalho de cuidado em seus lares e comunidades, cuidado infantil, cuidado de idosos e trabalho doméstico" (O'Reilly, 2021, p. 41).

No entanto, os dados sobre a presença das mães, tanto nos cursos de graduação, quanto nos programas de pós-graduação nas universidades, como na UFG, seguem sendo uma incógnita. Segundo o Movimento *Parent In Science*[7], "there are no quantitative data on the impact of motherhood on women's scientific careers in Brazil, at any stage (masters, doctorates and postdoctoral, professors/researchers)"[8] (Machado et al, 2019, p. 37 e 38).

---

[6] RIBEIRO, Fernanda Teixeira. Por que as mulheres são maioria na pós-graduação, mas ocupam menos da metade dos cargos de docência nas universidades? Jornal da Unesp, 2023. Disponível em: https://jornal.unesp.br/2023/03/
/03/por-que-as-mulheres-sao-maioria-na-pos-graduacao-mas-ocupam-menos-da-metade-dos-cargos-de-docencia-nas-universidades/ Acesso em: 1 out. 2024.

[7] O Parent in Science é um grupo formado por cientistas brasileiros, mães e pais, que atuam nos estudos, divulgação e apoio à parentalidade na ciência e na academia. Para saber mais, acesse: https://www.parentinscience.com/. Acessado em: 1 out. 2024

[8] "não há dados quantitativos sobre o impacto da maternidade na carreira científica das mulheres no Brasil, em qualquer estágio (mestrado, doutorado, pós-doutorado, professores/pesquisadores)". (Machado et al., 2019, p. 37 e 38, tradução livre)

Sendo assim, nosso principal objetivo é compreender quais são as experiências das mães pesquisadoras na pós-graduação na UFG, de 2022 a té 2025, à luz das perspectivas feministas do cuidado. De forma mais específica, objetivamos analisar a percepção das mães pós-graduandas quanto aos desafios de ingresso, permanência e formação na pós-graduação e carreira acadêmica; também pretendemos identificar as redes de apoio e as práticas de cuidado que sustentam a vida das mães pós-graduandas no ambiente acadêmico, profissional e familiar; também iremos analisar quais os efeitos subjetivos dos mecanismos androcêntricos, como percepção de negligência com os filhos e a culpa, nas experiências das mães na pós-graduação.

Tendo em vista que "[...] uma ordem social que ignora o cuidado não pode ser qualificada como justa" (Kittay, 1996, p. 257, apud Garrau & Le Goff, 2010, p. 111), é relevante promover tal análise em articulação com as perspectivas feministas sobre o trabalho de cuidado, com Joan Tronto (2007), Marie Garrau e Alice Le Goff (2010), Nadya Guimarães e Helena Hirata (2020), e demais autoras que têm produzido pesquisas neste campo.

Também se faz importante a compreensão das tecnologias do cuidado de si e do outro, e das relações de solidariedade que são empregadas pelas mulheres a fim de viabilizar suas trajetórias acadêmicas, em conciliação com as atribuições familiares, domésticas e trabalhistas; para tanto, recorreremos à noção foucaultiana de cuidado, em que o cuidado de si caracteriza as normas de condução da vida pessoal e social (Foucault, 2010), entre outros.

A presente pesquisa possui um recorte focado nas experiências das Mães pós-graduandas, sendo relevante incorrer em percurso conceitual sobre maternidade enquanto marcador de gênero, a fim de identificar como características, atribuições e expectativas historicamente e socialmente atribuídas ao gênero feminino têm sido articuladas, especialmente frente à divisão sexual do trabalho, partindo dos estudos de Sarah Ruddick (1989) e Andrea O'Reilly (2021).

METODOLOGIA

Tal pesquisa possui abordagem qualitativa, "ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes" (Minayo,

2021a, p. 20). Também tem sido desenvolvido um levantamento bibliográfico de autorias de referência e dos conceitos sobre trabalho, educação, divisão sexual do trabalho e gênero, além da análise de documentos, para apreender sobre as leis e as políticas afirmativas parentais em implementação no País.

O *corpus* da pesquisa será composto por uma até duas discentes dos programas de pós-graduação de cada grande área do conhecimento[9], da Universidade Federal de Goiás (UFG), na cidade de Goiânia-GO, abarcando de oito a doze entrevistadas, que sejam mães e cujo ingresso nos cursos de mestrado e/ou doutorado tenha ocorrido a partir de 2022 até os dias atuais, tendo em vista contemplar a diversidade de relatos sobre as trajetórias acadêmicas nessas diferentes etapas formativas. Ainda sobre a definição da amostra, a faixa etária dos filhos não será considerada como fator de ponderação, buscando abarcar as múltiplas experiências englobadas nas diferentes fases de maternar, desde as mães de crianças pequenas, até as de filhos adultos, e que podem impactar de modos diversos nas dinâmicas entre maternidade e pós-graduação.

Para acesso ao campo de pesquisa e identificação das discentes de pós-graduação que são mães e deverão compor a amostragem, será enviado um FORMULÁRIO DE ABORDAGEM AO CAMPO aos estudantes de pós-graduação da UFG, por meio de endereços eletrônicos divulgados oficialmente nos canais dos PPGs e acessíveis ao público; também será empregada a tática bola de neve. O formulário combina perguntas de múltipla escolha e perguntas abertas, tem o objetivo de divulgar a pesquisa, convidar pessoas a participarem e já selecionar as mães pós-graduandas com disponibilidade para a próxima fase de coleta de dados.

Para a coleta de dados será empregada a estratégia de entrevistas em profundidade, a partir de um roteiro semi-estruturado que "combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada" (Minayo, 2021b, p. 59), seguindo o método hermenêutico-dialético proposto por Maria Cecília de Souza Minayo (2013), em que, por meio de entrevistas em profundidade, valoriza-se os depoimentos das agentes compreendidas em uma conjuntura

[9] As oitos áreas de conhecimento da UFG são: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; e, Lingüística, Letras e Artes. Tais áreas correspondem a 63 programas de pós-graduação ativos. Informação disponível em: https://pos.ufg.br/p/programas-mestrado-doutorado-ufg. Acessado em: 1 out. 2024

socioeconômica, histórica e política, numa dialética entre a racionalidade e a experiência que surge da realidade concreta.

O presente trabalho e os seus instrumentos de coleta de dados foram submetidos à validação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás - UFG, recebendo parecer de autorização em fevereiro de 2025.

RESULTADOS INICIAIS/PARCIAIS E DISCUSSÃO

Além de iniciar a revisão bibliográfica, a partir do levantamento dos/as autores/as de referência, já foi realizada a etapa inicial de abordagem ao campo, com o envio de formulários online, com perguntas básicas para composição de amostragem. Essa coleta inicial teve como objetivo reunir informações preliminares e organizar os contatos para o agendamento das entrevistas em profundidade. Utilizando a tática bola de neve, até o momento, nove mães pós-graduandas, de cinco Programas de Pesquisa Acadêmica da UFG responderam a pesquisa e se disponibilizaram para a próxima etapa.

Os dados coletados até o momento reforçam a relevância da pesquisa e apontam para a presença de redes de apoio, bem como para as dificuldades enfrentadas pelas mães na conciliação entre as atividades acadêmicas e as responsabilidades familiares. No formulário aplicado às participantes, uma das perguntas de múltipla escolha foi: “Em relação aos cuidados com o(s) filho(s) durante suas atividades relacionadas à pós-graduação, como você define?”. Entre as três alternativas disponíveis como múltipla escolha, as nove mães pós-graduandas que responderam indicaram que cinco delas assumem total responsabilidade pelos cuidados com os filhos, duas relataram receber ajuda ocasionalmente, e duas afirmaram dividir os cuidados de forma equilibrada com outras pessoas. Essa realidade corrobora as análises sobre a persistência das desigualdades de gênero no trabalho de cuidado, especialmente relacionadas à maternidade, como discutido por O’Reilly (2021).

Ainda estamos na etapa de preenchimento dos formulários. A próxima etapa consiste na realização das entrevistas em profundidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvido na vertente da pesquisa social, este trabalho segue os estudos feministas e pós-estruturalistas, posto que as "éticas feministas têm como propósito principal repudiar e por fim à opressão sofrida pelas mulheres e outros grupos historicamente oprimidos, estando, portanto, muito mais preocupadas [...] em provocar transformações político-sociais" (Zoboli, 2004, p. 27).

Acredita-se que a presente investigação, ainda em estágio inicial, poderá contribuir com dados para apoiar os movimentos de mudança nas políticas acadêmicas e institucionais, com o propósito de favorecer práticas para maior equidade de gênero e para o acolhimento e suporte às mães no mestrado e no doutorado, fortalecendo o compromisso de todas e todos com as ações pela diversidade, pela inclusão e pela equidade.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. 3ª ed. 4ª tiragem. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GARRAU, Marie; & LE GOFF, Alice. **Care, justice et dépendance**: Introduction aux théories du care. Paris cedex 14, France: Presses Universitaires de France, 2010.

GUIMARÃES, Nadya Araujo, & HIRATA, Helena Sumiko. **O Gênero do Cuidado:** Desigualdades, Significações e Identidades. Cotia: Ateliê Editorial, 2020.

MACHADO, Leticia Santos et al. Parent in Science: the impact of parenthood on the scientific career in Brazil. In: 2019 IEEE/ACM 2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering (GE) **Anais...** Montreal, Canadá: IEEE, 2019. p. 37-40. Disponível em: https://doi.org/10.1109/GE.2019.00017. Acessado em: 1 out. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Caminhos do Pensamento**: epistemologia e método. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2021a.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2021b.

O'REILLY, Andrea. "Certainly not an equal-opportunity pandemic": COVID-19 and its impact on mothers' carework, health, and employment. In: O'REILLY, Andrea; GREEN, Fiona Joy (Org.). **Mothers, mothering, and COVID-19: dispatches from a pandemic.** Bradford: Demeter Press, 2021. p. 41–52.

RIBEIRO, Fernanda Teixeira. Por que as mulheres são maioria na pós-graduação, mas ocupam menos da metade dos cargos de docência nas universidades? **Jornal da Unesp**, 2023. Disponível em: https://jornal.unesp.br/2023/03/03/por-que-as-mulheres-sao-maioria-na-pos-graduacao-mas-ocupam-menos-da-metade-dos-cargos-de-docencia-nas-universidades/ Acesso em: 1 out. 2024.

RUDDICK, Sara. **Maternal Thinking**: Toward a Politics of Peace. Boston: Beacon Press, 1989.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 2, p. 285–308, maio de 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/r8ZmgZVYSX9q4PQmYcFkBmK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 1 out. 2024.

A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) COM ESTUDANTES IMIGRANTES: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO PRESCRITO E O TRABALHO REAL

Ludmilla Marçal Cirqueira Osawa[10]
Orientador Prof. Dr. Wanderson Ferreira Alves[11]

Resumo: Este estudo de caso problematiza o trabalho docente de professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que atuam com estudantes imigrantes em escolas da rede pública. Busca destacar os recursos pedagógicos mobilizados e os gestos de ensinar construídos nas práticas cotidianas, com base nos referenciais teórico-metodológicos da Clínica da Atividade e da teoria histórico-cultural. O objetivo é compreender as dinâmicas educativas estabelecidas entre educadores e estudantes imigrantes, com ênfase nas tensões entre o trabalho prescrito e o trabalho real. A pesquisa se desenvolve em três etapas: revisão de literatura, análise documental de políticas públicas e dados migratórios e por fim a realização de entrevistas semiestruturadas, instruções ao sósia e autoconfrontações com os docentes. Espera-se que os resultados contribuam para uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica em contextos multiculturais, favorecendo ações inclusivas.
Palavras-chave: Educação; Trabalho docente; Imigrantes; Trabalho prescrito; Trabalho real.

[10] Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal de Goiás (PPGE-UFG); e-mail: ludmarcal@ufg.br;
[11] Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), com Pós-Doutorados em Ergologia pela Université d'Aix-Marseille e em Sociologia do Trabalho pela Université Paris-Ouest Nanterre La Défense. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFG). Email: wanderson_alves@ufg.br;

O trabalho prescrito e o trabalho real, as potencialidades da prática pedagógica com estudantes imigrantes na EJA

O trabalho prescrito e o trabalho real constituem um eixo analítico central nesta pesquisa, especificamente no contexto da EJA com estudantes imigrantes[12]. Conforme Schwartz (2007), a atividade humana não se limita ao que está prescrito, pois envolve ajustes constantes às situações concretas vivenciadas no cotidiano da prática profissional. A Clínica da Atividade, nesse sentido, fornece ferramentas metodológicas que permitem compreender como os professores enfrentam os desafios do ensino em contextos marcados por deslocamentos, vulnerabilidades e diferenças culturais. Ao discutir os riscos psicossociais e a qualidade do trabalho, Clot (2017) propõe uma nova perspectiva, ao afirmar que "o psicossocial não é necessariamente um risco. Ele pode se tornar o objeto de uma atividade deliberada, fonte potencial da vitalidade social e organizacional, um recurso a desenvolver" (CLOT, 2017, p. 18).

A docência nesse contexto é atravessada por uma prática situada, que exige escuta ativa, flexibilidade e sensibilidade intercultural. A pesquisa se ancora em dois principais referenciais: a Teoria Histórico-Cultural de Vigotski (2007; 2009; 2021; 2024) e a Clínica da Atividade desenvolvida por Clot (2006; 2010; 2017), que ao tratar da atividade de trabalho, propõe a análise da tensão dialética entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Enfatiza como os profissionais transformam coletivamente as exigências formais em respostas criativas, mediadas pelos imprevistos da prática e pelas singularidades do "métier".[13]

Vigotski (2024) compreende o desenvolvimento humano mediado pelas relações sociais e pela cultura, destacando que os sujeitos constroem seus modos de ser e aprender na interação com os outros e com o mundo. Ao compreender a pessoa como ser histórico e

[12] Nesta pesquisa, adota-se prioritariamente o termo imigrantes para se referir aos sujeitos que chegam e se estabelecem no Brasil. Com base em Vettorassi (2018), reconhece-se que os termos migrantes, emigrantes e imigrantes expressam diferentes dimensões do deslocamento humano.

[13] "Um *métier* é primeiramente um paradoxo: ele não pertence a ninguém e, entretanto, cada um é responsável diante das sanções da prática. O *métier* é uma espécie de instituição com várias vidas simultâneas [...] As tensões se insinuam em todas as direções nessa arquitetura até, às vezes, fazê-la explodir. Pois o *métier* reúne nas discordâncias criativas ou destrutivas esses quatro registros: impessoal, transpessoal, interpessoal e pessoal." (Clot, 2017, p. 20)

social, essa perspectiva teórica permite analisar os processos educativos como coletivas, marcadas por sentidos compartilhados, práticas culturais e condições concretas de existência:

> "[...] A interação da pessoa com a sociedade é uma interação de fatores culturais amplos com experiência particularizada acumulada com a sociedade (experiência social individual). Em vez de a personalidade ser parcialmente determinada por mecanismos biológicos e parcialmente determinada pela experiência social, é "por natureza, social" (Vigotski, 2024, p. 755).

A problemática central que orienta o presente estudo de caso diz respeito a como os professores da EJA constroem suas práticas pedagógicas no enfrentamento das demandas complexas impostas pela presença de estudantes imigrantes em sala de aula. Destaca-se que esses docentes transformam normas em ações que respondem às realidades concretas dos alunos. Conforme Nogueira (2023), os gestos de ensinar atuam como mediações pedagógicas articuladas a recursos técnico-semióticos, sendo ações intencionais que mobilizam sentidos compartilhados, o que reforça a docência como uma atividade complexa que envolve dimensões simbólicas, corporais, afetivas e cognitivas.

Diante desse cenário, o objetivo geral da pesquisa é analisar as dinâmicas entre o trabalho prescrito e o trabalho real nas práticas de professores da EJA que atuam com estudantes imigrantes na rede pública de ensino. Como objetivos específicos, propõe-se: identificar os gestos profissionais e os recursos pedagógicos mobilizados diante das demandas culturais e linguísticas desses estudantes; compreender os sentidos atribuídos pelos professores ao seu fazer pedagógico; analisar como as condições institucionais influenciam a prática docente nesse contexto; e contribuir para a formulação de políticas públicas e propostas formativas mais sensíveis à diversidade.

A escolha por esse objeto de estudo se justifica tanto pela crescente presença de estudantes imigrantes na rede pública de ensino quanto pela carência de políticas educacionais que deem conta das complexidades envolvidas nesse processo. A abordagem metodológica adotada, inspirada na Clínica da Atividade, permite acessar os saberes da experiência docente, evidenciando como os professores transformam criativamente as exigências do trabalho prescrito em respostas situadas, mediadas pelas contradições do cotidiano escolar. Essa perspectiva destaca os processos coletivos de reinvenção da prática pedagógica, nos quais os dilemas impostos pela diversidade cultural e linguística dos estudantes imigrantes se tornam motores para a construção de estratégias não antecipadas nas diretrizes oficiais.

Caminhos Metodológicos: Clínica da Atividade e Pesquisa Qualitativa em Contexto Intercultural

A metodologia desta pesquisa está ancorada na abordagem qualitativa, fundamentada nos referenciais da Teoria Histórico-Cultural e da Clínica da Atividade, com foco na análise do trabalho docente em sua dimensão situada. Neste momento, a pesquisa encontra-se nas primeiras etapas previstas: a revisão de literatura e a análise documental. A revisão tem permitido o mapeamento de produções científicas que discutem as interseções entre o trabalho docente e a educação de estudantes imigrantes.

A segunda etapa, dedicada à análise documental, examina dados demográficos e migratórios do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), além de documentos pedagógicos e normativos da EJA. O cruzamento dessas fontes permitiE mapear o perfil sociodemográfico dos imigrantes e grupos com maior representatividade nos fluxos recentes e confrontá-lo com as diretrizes oficiais. Busca-se observar as orientações de documentos normativos pertinentes às demandas culturais e linguísticas dos estudantes imigrantes na EJA.

Os dados empíricos da terceira etapa, baseada em entrevistas semiestruturadas, instruções ao sósia e autoconfrontações, ainda não foram coletados, pois dependem da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). No entanto, a preparação metodológica avança com o delineamento de critérios de seleção dos participantes, visando garantir diversidade de experiências dentro do estudo de caso: professores da EJA com diferentes tempos de atuação, formação inicial e contato com perfis migratórios distintos (haitianos, venezuelanos e bolivianos).

A expectativa é que, através desses instrumentos da Clínica da Atividade, sejam revelados os saberes invisíveis da prática docente, compreendendo como os professores avaliam, negociam e reinventam coletivamente estratégias pedagógicas frente às complexidades interculturais da EJA. Como destaca Clot (2010), “[...] por seu intermédio, é que os trabalhadores se avaliam e se julgam mutuamente, além de que cada um deles avalia sua própria ação” (p. 125). Essa abordagem não busca generalizações, mas profundidade analítica sobre os processos de transformação do trabalho em um contexto delimitado, onde a dimensão reflexiva e dialógica se torna chave para ressignificar o prescrito.

Apontamentos Finais: a complexidade do trabalho docente no atendimento a estudantes trabalhadores imigrantes.

O presente estudo de caso tem buscado compreender, a partir das contribuições da Teoria Histórico-Cultural e da Clínica da Atividade, as múltiplas dimensões que atravessam o trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) com estudantes imigrantes. As etapas iniciais do estudo já evidenciam que a docência nesse contexto é marcada por uma tensão permanente entre o prescrito e o real. Os professores, diante de uma realidade que desafia as normativas escolares, mobilizam saberes oriundos da experiência, da escuta e da criatividade, construindo práticas que dialogam com as singularidades dos imigrantes.

A análise documental revela que, embora existam dispositivos legais que garantam o acesso à educação básica para todos, independentemente da nacionalidade, ainda são escassas as diretrizes que orientem o trabalho pedagógico com estudantes imigrantes de forma concreta e efetiva. Nesse vácuo normativo, o professor é convocado a desenvolver caminhos, construir pontes entre culturas e mediar processos de aprendizagem atravessados por diferentes repertórios linguísticos, histórias de vida e vulnerabilidades. Trata-se de um fazer pedagógico que não se restringe à aplicação de conteúdos, mas que implica reconhecer o outro em sua totalidade.

O conceito de trabalho real se mostra especialmente fecundo para compreender a prática docente. Ao lidar com situações imprevisíveis, os professores recorrem a estratégias que não estão previstas nas prescrições institucionais. Essas ações são expressões dos gestos profissionais que estruturam o ofício docente e evidenciam a inteligência do trabalho vivo. Conforme Clot (2010), o caráter reflexivo e coletivo da atividade de trabalho emerge na relação com o outro.

Diante dos apontamentos realizados até aqui, reafirma-se a importância de compreender os professores como sujeitos produtores de saber, que não apenas executam tarefas, mas também ressignificam sua prática no cotidiano escolar. A complexidade do trabalho docente na EJA com imigrantes não pode ser compreendida sem considerar os atravessamentos históricos, sociais e culturais que conformam as trajetórias desses estudantes e dos próprios educadores. Este estudo de caso, ao visibilizar as tensões entre o

prescrito e o real, espera contribuir para a valorização das práticas docentes e para a construção de políticas educacionais mais inclusivas e sensíveis à diversidade.

Referências

ALVES, Wanderson Ferreira. Retorno sobre o tema da natureza e especificidade do trabalho docente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte-MG, v. 40, e45870, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-469845870. Acesso em: 25 abr. 2025.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; LEMOS SILVA, Sarah. Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2023. Série Migrações. **Observatório das Migrações Internacionais**;. Brasília, DF: OBMigra, 2024

CLOT, Yves. A função psicológica do trabalho. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

CLOT, Yves. **Clínica da Atividade.** Horizontes, Bragança Paulista-SP, v. 35, n. 3, p. 18-22, 2017. Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/526. Acesso em: 18 abr. 2025.

CLOT, Yves. **Trabalho e poder de agir.** Tradução de Guilherme J. de F. Teixeira; Marlene M. Z. Vianna. Belo Horizonte-MG: Fabrefactum, 2010.

NOGUEIRA, Ana Lúcia Horta. Gestos de ensinar e instrumentos técnico-semióticos na alfabetização. **Educação & Realidade,** Porto Alegre-RS, v. 48, e123747, 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236123747vs01. Acesso em: 12 abr. 2025.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. **Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana.** Rio de Janeiro-RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007.

SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde,** Rio de Janeiro-RJ, v. 9, supl. 1, p. 19-45, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/3L3MNZ8dZcXzKTL3tXHczkp. Acesso em: 14 abr. 2025.

SCHWARTZ, Yves. Um breve panorama da história cultural do conceito de atividade. In: VERÍSSIMO, Mariana et al. (Orgs.). **Dramáticas de uso de si na sala de aula.** Curitiba-PR: Editora CRV, 2021.

VETTORASSI, Andréa. **Laços de Trabalho, Fios da Memória e Redes Migratórias**. Editora Appris, 2018.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem.** 2. ed. São Paulo-SP: Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** 7. ed. São Paulo-SP: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **História do desenvolvimento das funções mentais superiores.** São Paulo-SP: Martins Fontes, 2021.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **O essencial de Vigotski.** Organização: Robert W. Rieber e David K. Robinson; tradução de Priscila Nascimento Marques e Caesar Souza. Petrópolis-RJ: Vozes, 2024.

O TRABALHO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Kátia Helena Hilário Firmino
Prof. Dr. Rones de Deus Paranhos
Bolsista CNPq

Resumo: O projeto de pesquisa investiga o trabalho do Tradutor Intérprete de Libras-Português (TILSP) na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Embora legalmente garantida, a presença do TILSP na EJA ainda enfrenta desafios significativos quanto à inclusão de alunos surdos na modalidade. O objetivo da pesquisa é analisar o trabalho do TILSP na EJA, na rede estadual de educação de Goiânia, buscando compreender como as estratégias e práticas adotadas por esses profissionais contribuem para a permanência dos estudantes surdos nessa modalidade. Especificamente, objetiva-se traçar o perfil dos intérpretes atuantes, identificar os marcos legais que regulamentam sua atuação, compreender os desafios enfrentados e investigar as estratégias pedagógicas utilizadas por esses profissionais. A pesquisa será desenvolvida em quatro etapas, a saber: a) revisão bibliográfica e análise documental; b) identificação dos TILSP que atuam em escolas de EJA e elaboração de questionários; c) entrevistas semi-estruturadas. Espera-se que os resultados da pesquisa fortaleçam as discussões no campo da EJA e do trabalho do TILSP, de modo a subsidiar a luta pela valorização da modalidade, respeitando as especificidades linguísticas e culturais dos educandos surdos.

Palavras-chave: EJA, Intérprete de Libras, TILSP.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na inclusão de estudantes historicamente marginalizados do direito à educação. Reconhecida como modalidade da educação básica pela Lei nº 9394/1996, a EJA enfrenta desafios, entre eles a inclusão de estudantes surdos. Para esse público específico, o Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP) exerce um papel importante na mediação entre Língua Brasileira de Sinais (Libras) e língua portuguesa. Seu trabalho, construído em

colaboração com professores, alunos surdos e ouvintes, gestores e outros intérpretes, é resultado das lutas políticas travadas pela comunidade surda (Santos, 2021).

Embora o decreto nº 5.626/2005 reconheça legalmente a presença do TILSP nas escolas, Santos e Lacerda (2015) ressaltam que isso por si só não garante aos surdos o acesso ao conhecimento. Embora a profissão TILSP seja relativamente recente, o vínculo desses profissionais com a comunidade surda tem raízes históricas profundas, marcadas por laços familiares, de amizade e religiosos (Albres e Jung, 2023). No contexto da EJA, a discussão sobre o trabalho do TILSP ainda é escassa, e tanto a identidade desses profissionais quanto o papel que desempenham no contexto educacional são definidos de maneira difusa (Albres, 2015). Posto isso, a pergunta que orienta a proposta é: Sob quais condições o trabalho do TILSP é desenvolvido na rede estadual de ensino de Goiânia e como ele influencia a permanência de estudantes surdos na EJA?

A pesquisa tem como objetivo analisar o trabalho do TILSP na EJA, na rede estadual de educação de Goiânia, buscando compreender como as estratégias e práticas adotadas por esses profissionais contribuem para a permanência dos estudantes surdos nessa modalidade. Para analisar as imbricações que perpassam o trabalho do TILSP e sua relação com a permanência dos surdos na EJA, tem-se os seguintes os objetivos específicos: a) Levantar o perfil dos Intérpretes de Libras que atuam na EJA da rede estadual de Goiânia para caracterizar o perfil desses profissionais; b) Identificar e analisar os marcos normativos que regulamentam o trabalho do TILSP na EJA, a fim de compreender quando e como ocorreu a inserção desses profissionais na rede estadual de ensino; c) Identificar os desafios relacionados ao trabalho do TILSP no intuito de compreender a complexidade tradutória e interpretativa no contexto da sala de aula da EJA; d) investigar as estratégias pedagógicas utilizadas pelo TILSP em salas de aula da EJA, analisando de que maneira essas estratégias contribuem com o processo de aprendizagem.

Nesse sentido, a análise e a discussão serão subsidiadas com base nos diferentes autores que pesquisam e discutem a EJA e os estudos no campo da Tradução e Interpretação em Libras/Português. Entre eles, destacam-se: políticas públicas para a EJA (Costa e Machado, 2018; Ventura, 2012; Machado, 2012); movimentos sociais no Brasil (Gohn, 2009; Gohn, 2010); movimentos sociais e EJA (Machado, 2009); desafios para EJA (Ventura e Bonfim,

2015); Movimentos sociais da comunidade surda (Lodi, Rosa e Almeida, 2012); educação de surdos (Strobel, 2009); trabalho do TILSP no contexto educacional (Albres e Jung, 2023; Albres, 2015), entre outros que poderão compor a fundamentação teórica da pesquisa.

Metodologia

A pesquisa adotará uma perspectiva epistemológica que compreende o papel do TILSP como resultado de relações sociais e históricas. O estudo será realizado junto à Secretaria Estadual de Educação (Seduc-Go), envolvendo os TILSP atuantes na EJA. A coleta e análise de dados ocorrerão em quatro etapas. A primeira etapa será considerada: a) revisão bibliográfica para o levantamento da literatura existente sobre o trabalho do TILSP na EJA, em bancos de dados específicos (BTD, CTD, Periódicos Capes, ANPEd - GT 18 e Repositório Institucional da UFSC); b) levantamento e análise de documentos da Seduc-Go relevantes para a temática e pesquisa em desenvolvimento.

A segunda etapa envolverá a identificação dos TILSP que atuam em escolas de EJA e a elaboração de questionários (Melo e Bianchi, 2015), com o objetivo de caracterizar o perfil desses profissionais e identificar temas emergentes para a realização de entrevistas individuais. A terceira etapa será dedicada à realização de entrevistas semi-estruturadas com os TILSP coleta de dados advindos da realização de entrevistas semi-estruturadas com os TILSP para ampliar as possibilidades de compreensão acerca dos desafios que atravessam suas práticas, bem como identificar as estratégias pedagógicas empregadas no contexto da salas de aula da EJA. A análise dos dados será realizada à luz dos conceitos relacionados ao trabalho do TILSP e Educação de Jovens e Adultos, que compõem o quadro teórico da presente investigação. Esse percurso metodológico visa construir um conhecimento aprofundado sobre o contexto da EJA para surdos em Goiânia, as experiências dos TILSPs e as relações que perpassam sua atuação, contribuindo para o objetivo geral da pesquisa.

Resultados iniciais/parciais e discussão

O projeto será encaminhado à Seduc-Go e em seguida ao comitê de ética da UFG para aprovação. Após a aprovação ética, a pesquisa seguirá em etapas conforme já mencionadas.

Considerações finais

A investigação acerca do trabalho do TILSP na EJA oferece reflexões importantes para o fortalecimento da EJA e da comunidade surda. Ao analisar o trabalho do TILSP na modalidade, torna-se possível refletir sobre as estratégias e práticas adotadas pelos TILSPs que podem favorecer a permanência dos estudantes surdos, além de possibilitar o desenvolvimento de práticas que atendam às especificidades dos estudantes surdos da EJA na Seduc de Goiânia.

Referências

ALBRES, Neiva de Aquino; JUNG, Ana Paula. **História dos Intérpretes de Língua de Sinais no Brasil:** de Mãos Missionárias à Mãos Profissionais. Educação Especial em Debate, v. 8, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/41575. Acesso em: 16 maio 2015.

ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete educacional:** políticas e práticas em sala de aula inclusiva. São Paulo: Harmonia, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 14 dez. 2024.

COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. Políticas públicas e educação de jovens e adultos no Brasil. Cortez Editora. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2009.

LODI, Ana Claudia Balieiro; ROSA, André Luís Matiolli; ALMEIDA, Elomena Barboza de. **Apropriação da Libras e o constituir-se surdo:** a relação professor surdo-alunos surdos em um contexto educacional bilíngue. ReVEL, v. 10, n. 19, 2012. Disponível em:

https://www.revel.inf.br/files/0cfd4d051631c1ba66ec76d39d537ac8.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

MACHADO, Maria Margarida (Org.). **Educação de jovens e adultos**. Em Aberto, Brasília, v. 22. 2009.

MACHADO, Maria Margarida. **Formação de professores para EJA:** uma perspectiva de mudança. Retratos da Escola, v. 2, 2012. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/133. Acesso em: 26 abr. 2025.

MELO, Waisenhowerk Vieira de, BIANCHI, Cristina dos Santos. **Discutindo Estratégias para a Construção de Questionários como Ferramenta de Pesquisa**. Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, v. 8, 2015. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/1946/2179. Acesso em: 27/04/2025.

OLIVEIRA, Silvaney de; GUIMARÃES, Orliney Maciel; FERREIRA, Jacques de Lima. **As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 24, 2023. Disponível em: https://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/21779/15785. Acesso em: 27/04/2024.

SANTOS, Lara Ferreira dos; LACERDA, Cristina, Broglia Feitosa de. **Atuação do intérprete educacional:** parceria com professores e autoria. Cadernos De Tradução, v. 35, n. esp. 2, p. 505, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p505/30723. Acesso em: 05 maio 2025.

SANTOS, Lara Ferreira dos. Relações Mediadas: **A Formação do Intérprete Educacional no Contexto da Educação de Surdos**. Ibero Americana. V.16, 2021. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13485/12615. Acesso em: 24/04/2025.

STROBEL, Karin. **Educação de Surdos no Brasil**. Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade a distância, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifica/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 08/02/2025.

VENTURA, Jaqueline; BOMFIM, Maria Inês. **Formação de Professores e Educação de Jovens e Adultos:** o Formal e o Real nas Licenciaturas. Educação em Revista, v. 31, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/PDpfh7Cx5R9Qrj9QBssg4tB/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 abr. 2025.

VENTURA, Jaqueline. **A EJA e os desafios da formação docente nas licenciaturas**. Revista da FAAEBA. Educação e Contemporaneidade, v. 21, 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432012000100007&script=sci_abstract. Acesso em: 23 abr. 2025.

DOS EXAMES SUPLETIVOS AO ENCCEJA: a trajetória da política de certificação de trabalhadores jovens e adultos em Goiás

Ana Santana Moreira
Orientador Prof. Dr. Rones de Deus Paranhos
Bolsista CAPES

Resumo: Este projeto tem como tema a política pública de certificação da Educação Básica para jovens, adultos e idosos trabalhadores, com foco na transição dos Exames Supletivos para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) no estado de Goiás. O objetivo geral é analisar como essa transição expressa uma reconfiguração hegemônica da política pública de certificação, à luz da teoria gramsciana sobre hegemonia e Estado ampliado. Parte-se da hipótese de que, embora o ENCCEJA seja apresentado como uma política de democratização do acesso à certificação, ele reforça uma lógica de subordinação da educação às exigências do mercado, esvaziando o caráter formativo da escolarização. A fundamentação teórica está ancorada nos conceitos de Antonio Gramsci, especialmente hegemonia, Estado ampliado, sociedade política e sociedade civil, compreendendo a política educacional como espaço de disputa entre projetos societários distintos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com uso de análise documental considerando-os como fontes históricas, levantamento de dados sociodemográficos dos candidatos ao ENCCEJA em Goiás e realização de entrevistas semiestruturadas com servidores e ex-servidores da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc/GO), candidatos ao ENCCEJA e membros do Fórum Goiano de EJA. A pesquisa buscará compreender tanto os sentidos atribuídos pelos sujeitos à certificação quanto os conflitos e contradições presentes nesse processo.

Palavras-chave: Exame de certificação. Política Pública. Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores.

Introdução

Desde o século XIX, há registros de exames de certificação no Brasil, como o Exame Preparatório e os Exames de Madureza (Lago; Machado, 2022). Durante o regime da ditadura empresarial-militar, a reforma educacional promovida pelo governo Médici resultou na criação dos Exames Supletivos (ES), instiuídos pela Lei nº 5.692 (Brasil, 1971). O modelo de avaliação em questão substituiu os Exames de Madureza e passou a ser desenvolvido e aplicado pelas secretarias de educação de cada unidade federativa. A partir da década de 1990, foi intensificada a compreensão da flexibilização das relações sociais e da necessidade de oferecer, nos termos da legalidade, a ratificação dos conhecimentos, entendidos na forma de competências, adquiridos pelos sujeitos em suas trajetórias de vida. Nesse cenário, foi

criado, em 2002, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)[14], com o objetivo de substituir os ES. Sua finalidade é avaliar as competências e habilidades[15] dos sujeitos em quatro áreas do conhecimento, de acordo com o currículo escolar do Ensino Médio ou dos anos finais do Ensino Fundamental.

O objeto de investigação da presente proposta de pesquisa é o processo de transição de um exame de certificação (ES) a outro (ENCCEJA). Trata-se de uma transformação dos ES (Moreira, 2023), ou seja, um *continuum* da política de certificação pela certificação[16]. Entende-se que essa transição, no estado de Goiás, expressa uma reconfiguração hegemônica da política pública de certificação de jovens, adultos e idosos trabalhadores. Apesar do discurso de democratização e ampliação do acesso, prevalecem contradições que evidenciam a subordinação da política educacional às exigências do mercado e à lógica da certificação como fim em si mesma, o que esvazia o sentido formativo da educação escolar. Entre os anos 2002 e 2012[17], os dois exames foram aplicados simultaneamente em Goiás (Moreira, 2023). Diante desse cenário de mudanças nos mecanismos de certificação de trabalhadores, coloca-se a seguinte questão: como o processo de transição dos Exames Supletivos para o ENCCEJA, no estado de Goiás, expressa mudanças nas concepções de política pública de certificação da Educação Básica, à luz da teoria gramsciana sobre hegemonia e Estado ampliado?

A pesquisa tem como objetivo analisar a transição dos exames de certificação (ES e ENCCEJA) em Goiás para compreender a reconfiguração hegemônica da política pública de certificação da Educação Básica para jovens, adultos e idosos trabalhadores, à luz da teoria gramsciana sobre hegemonia e Estado ampliado. Os objetivos específicos são: a) Analisar a consolidação do ENCCEJA como política de Estado e como se tornou consenso dentro da sociedade civil, com vistas a identificar rupturas e permanências em relação aos ES; b) Estabelecer relações entre a transição dos ES ao ENCCEJA em Goiás e a conjuntura da EJA para compreender os elementos de disputa entre a sociedade política e sociedade civil que

[14] Ministério da Educação (MEC), pela Portaria nº 2.270, de 14 de agosto de 2002 (Brasil, 2002).

[15] Avelar (2023) destaca que, no Brasil, a Pedagogia das Competências tomou corpo na década de 1990. O autor afirma que "essa compreensão se insere na hegemonia neoprodutivista, que vem dominando o cenário educacional em nosso país" (Avelar, 2023, p. 198).

[16] Os exames de certificação mudaram a forma de elaboração e aplicação, mas a essência continuou a mesma, isto é, pauta-se numa postura hegemônica dominante com propósitos de atender ao interesse do capital.

[17] Entre 2002 e 2012, o estado de Goiás aplicou simultaneamente os exames de certificação em dois formatos: Exames Supletivos (Moreira, 2023) e do ENCCEJA (Catelli Junior; Haddad, 2014).

perpassam o projeto de formação da classe trabalhadora no estado goiano; c) Caracterizar o perfil dos candidatos do estado de Goiás inscritos no ENCCEJA, com base em aspectos sociais, econômicos e educacionais, a fim de compreender a busca por um certificado sem ter acesso aos conhecimentos sistematizados na escola; d) Analisar o posicionamento dos sujeitos envolvidos (servidores e ex-servidores da Seduc/GO, candidatos do ENCCEJA e membros do Fórum Goiano de EJA) nos exames de certificação para compreender criticamente as diferentes visões, interesses e conflitos que atravessam os sujeitos envolvidos nos exames de certificação, a fim de revelar as contradições estruturais e ideológicas presentes nessa política pública, especialmente quando ela é tratada como solução para o direito à educação de jovens e adultos.

Essa pesquisa adota Antonio Gramsci como referencial teórico e metodológico, isto é, pretende-se fazer uma tradutibilidade[18] para o contexto brasileiro do início do século XXI. Entre os principais aportes do autor está o conceito de Estado Ampliado ou Estado Integral. Para Gramsci, "[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)" (Gramsci, 2007, p. 248). Nessa perspectiva, o Estado é concebido em sua forma ampliada, compreendendo tanto a sociedade política (governo, aparato burocrático e legal) quanto a sociedade civil (espaços onde se disputa a direção moral e intelectual da sociedade) (Gramsci, 2007).

O Estado tem seus aparelhos coercitivos tais como as forças militares e policiais. No entanto, o Estado não se sustenta apenas com coerção. Ele utiliza-se de consenso que é construído e divulgado por alguns aparelhos ideológicos entre a massa trabalhadora. Esse consenso é produzido por algumas entidades da sociedade civil, como por exemplo os jornais, igrejas, escolas e as mídias sociais. A partir do momento que o consenso chega a ser uma "vontade coletiva" é instituída uma hegemonia dentro da sociedade civil e política (Gramsci, 2007). Sendo assim, por Estado deve-se entender, além do aparelho de governo também o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil. Não é possível estabelecer um modelo societário sem o par consenso e coerção.

[18] Para Maia (2024, p. 40), "a tradutibilidade corresponde ao uso das reflexões de Gramsci para o enfrentamento de problemas sociais de diversas ordens".

Gramsci (2007) chamou atenção para as formas que a burguesia utiliza para fazer com que suas ideias sejam incorporadas e aceitas pela grande massa de trabalhadores como se fossem seus próprios interesses. Há uma tensão permanente entre o movimento coercitivo e os aparelhos privados de hegemonia para que cumpram o seu papel de manter o consenso por meio de seus aparelhos de cultura ou midiáticos. No campo educacional, essas disputas se expressam na formulação e implementação de políticas que, sob o discurso de democratização, podem operar como instrumentos de manutenção da ordem social vigente.

Nessa direção, para propagar e fazer a manutenção de uma ideia hegemônica é necessário a colaboração de intelectuais. Gramsci (2001) salienta que cada grupo social tem sua própria categoria de intelectuais, que esse assunto é complexo por causa da real formação histórica de constituição desses sujeitos. Ele critica o erro comum de tentar identificar essa definição apenas pelas atividades intelectuais em si. Em vez disso, sugere que a definição deve ser baseada nas relações sociais e nas condições em que essas atividades ocorrem. Ele afirma que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (Gramsci, 2001, p. 18). Dessa forma, essa pesquisa se fundamentará, principalmente, nos conceitos de hegemonia, Estado ampliado e sociedade civil, para analisar a transição dos Exames Supletivos para o ENCCEJA como expressão de uma reconfiguração da política pública de certificação da Educação Básica para a classe trabalhadora.

Metodologia

Essa pesquisa adotará como lente epistemológica o Materialismo Histórico-Dialético (MHD), por compreender o posicionamento em relação à realidade como aquele que possibilitará o desvelar das múltiplas determinações e condicionantes do fenômeno investigado. Em função do objeto e objetivos, serão realizados estudos de natureza documental e historiográfica (Barros, 2019), a partir de fontes históricas relacionadas ao ENCCEJA. O recorte temporal adotado considera dois marcos: o início das aplicações do ENCCEJA no estado, em 2002, e o último ano de aplicação dos Exames Supletivos, 2012.

Inicialmente, será realizada uma revisão sistemática (Galvão; Ricarte, 2019) acerca do ENCCEJA no Brasil e em Goiás, com vista a ampliar as compreensões do tema e demarcar as

contribuições da pesquisa, ora apresentada, para a compreensão do objeto. Na sequência, a pesquisa fará uma busca e seleção de fontes históricas sobre o exame no contexto goiano, a partir dos materiais arquivados junto ao Centro Memória Viva: Documentação e Referência em Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Movimentos Sociais do Centro-Oeste (CMV/Goiás). Concomitante a isso, será realizado o contato com a Seduc/GO e o departamento responsável pelo ENCCEJA, para obtenção dos arquivos dos documentos existentes sobre o exame de certificação. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas (Silva; Oliveira; Neves, 2021) com servidores e ex-servidores da Seduc/GO que trabalharam na coordenação e/ou certificação do ENCCEJA, bem como com integrantes do Fórum Goiano de EJA, além de candidatos que realizaram a prova do ENCCEJA.

A sistematização e análise dos dados se dará pela constituição de categorias e relações que evidenciem o movimento lógico-histórico do objeto pesquisado. Para tanto, pretende-se dialogar com autores e autoras que discutem as políticas e movimentos educacionais ligados à educação de jovens, adultos e idosos a partir da conjuntura brasileira; a educação escolar na sociedade capitalista; além disso, a tese recorrerá a Pedagogia Histórico-Crítica para analisar a concepção pedagógica.

Resultados iniciais e discussão

A pesquisa encontra-se em etapa de conclusão do projeto para solicitar anuência da Seduc/GO para acessar os documentos e contactar os servidores que serão entrevistados. Na sequência, será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFG.

Considerações iniciais

A certificação da Educação Básica para jovens, adultos e idosos trabalhadores tem se consolidado como uma política estratégica no cenário educacional brasileiro, especialmente a partir da transição dos Exames Supletivos para o ENCCEJA. No estado de Goiás, essa transição expressa não apenas uma mudança administrativa, mas revela transformações mais profundas nas concepções de política pública voltada à EJA. Sob o discurso da ampliação do

acesso e da democratização da educação, observa-se a consolidação de um modelo de certificação que tende a subordinar os processos formativos às exigências do mercado e à lógica da certificação como um fim em si mesmo.

Referências

AVELAR, Lucas Martins de. **"EU NÃO SOU TAREFEIRA!"** – Tarefas de articulação didática para a organização histórico-crítica do ensino de Biologia com a Educação de Jovens e Adultos. 2023. 431f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

BARROS, José d'Assunção. **Fontes Históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. **Portaria nº 2.270, de 14 de agosto de 2002**. Institui o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

CATELLI JUNIOR, Roberto; HADDAD, Sérgio. O Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja: seus impactos nas políticas de EJA e nas

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion**: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 2. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**, vol. 3. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LAGO, Stephany Nascimento; MACHADO, Maria Margarida. Exames de Madureza em Goiás. In: MACHADO, Maria Margarida; COSTA, Cláudia Borges. **Trajetórias da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores**: pesquisas a partir do CMV/Goiás, v. 1: a memória e a história da EJA na produção do Centro Memória Viva de Goiás. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2022, p. 67-110.

MAIA, Júlio César Apolinário. **Antonio Gramsci e a educação de trabalhadores**: um estudo de tradutibilidade e filologia a partir dos escritos jornalísticos. 2024. 203 f. Tese (Doutorado

em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2024.

MOREIRA, Ana Santana. **Os conteúdos da física na trajetória dos exames supletivos no estado de Goiás (1973 – 1988).** 2023. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

SILVA, Lorrane Stéfane; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; NEVES, Eliana Helena Corrêa. Entrevista na pesquisa em educação de abordagem qualitativa: algumas considerações teóricas e práticas. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 110-112, 25 dez. 2021.

trajetórias educacionais de jovens e adultos. In: CATELLI JUNIOR, Roberto; HADDAD, Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos:** insumos, processos e resultados. São Paulo: Ação Educativa, 2014, p. 35-579.

"AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VIDA ME FIZERAM TRILHAR ESSE CAMINHO, EU NÃO CONSEGUI OUTRO": UM ESTUDO COM PROFESSORAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marcia Regina Tristão Dutra
Orientadora Profa Dra Maria Izabel Machado
Bolsista CAPES

Resumo: Este projeto de pesquisa investiga as práticas de cuidado de si entre professoras da Educação Infantil, a partir da interseção entre gênero, trabalho e docência. Motivada por dados que evidenciam a feminização da profissão docente e a sobrecarga do cuidado atribuída às mulheres, a pesquisa busca compreender como essas profissionais, com 35 anos ou mais e atuantes em Goiânia-GO, vivenciam e significam o cuidado de si em meio às exigências do trabalho e da vida pessoal. Com base nos estudos foucaultianos, o cuidado de si é compreendido não como autocuidado banal, mas como prática ética, relacional e formativa. A metodologia adotada é qualitativa, com entrevistas em profundidade, e os dados iniciais revelam recorrência de esgotamento, estratégias de resistência e persistência de valores associados à "vocação feminina" para o cuidado. Os resultados parciais apontam que, mesmo diante da precarização das condições de trabalho, as professoras desenvolvem práticas sutis de cuidado de si, como reorganização do tempo doméstico e atenção à saúde, que podem ser lidas como formas de resistência à lógica produtivista e como exercício ético de liberdade. A análise evidencia a importância de reconhecer essas práticas como dimensões políticas e formativas do ser docente, contribuindo para reflexões sobre valorização, saúde e permanência das mulheres na profissão.

Palavras-chave: cuidado; cuidado de si; Educação Infantil; Professoras.

Introdução, fundamentação teórica, problema de pesquisa

O presente projeto de pesquisa nasce da inquietação sobre a relação entre mulheres na Educação Infantil, cuidado e cuidado de si. Ao acessar o Censo Escolar 2023[19], publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), constatou-se que, na Educação Infantil brasileira, existem 684.686 docentes, representando um aumento de 4,2% em relação ao ano anterior. Deste total, 658.775 são mulheres e 25.881 são homens. No Estado de Goiás, 560.960 docentes são do sexo feminino e 11.387 são do sexo masculino. No município de Goiânia–GO, os números indicam 10.430 docentes do sexo feminino e 2.828 do sexo masculino, o que nos fornece pistas sobre a feminização da docência, fruto das disparidades de gênero na escolha das profissões.

Outro dado norteador da pesquisa refere-se ao percentual de participação de mulheres e homens no cuidado de crianças, idosos, enfermos ou pessoas com deficiência. Em 2022, a participação feminina foi de 34,9%, contra 23,3% de participação masculina. O informativo *Estatísticas de Gênero — Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil* do IBGE (2023)[20] revela que, quando os dados sobre afazeres domésticos e cuidado são analisados conjuntamente, chega-se a uma média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por sexo (em horas semanais). Considerando a Região Centro-Oeste, a média de dedicação dos homens é de 10,4 horas, enquanto as mulheres dedicam em média 18,9 horas. Esses dados evidenciam o que vem sendo naturalizado no que se refere ao cuidado.

No que tange à Educação Infantil, o cuidado não é apenas um aspecto secundário, mas sim uma parte essencial do processo educativo. Além disso, essa mesma lógica se repete na proposta pedagógica, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), que reiteram o cuidado como prática integral à educação, incluindo a organização de espaço, tempo e materiais. Na Educação Infantil o cuidar e o educar são indissociáveis(BNCC, p.34). Por cuidado nos referimos a uma forma de conceber o acompanhamento, oferecer uma proteção que sustente os outros. Nesse entendimento, o cuidado é visto como uma forma de

[19]Disponível em: https://www.gov.br/inep. Acesso em: 22 jun. 2024.
[20] Informativo. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024

pensar e proporcionar proteção às pessoas vulneráveis, englobando uma dimensão relacional e política (Tamanini,2018). Percebemos pela leitura dos documentos que a expectativa na Educação Infantil é que crianças desenvolvam habilidades que façam o diálogo entre os contextos familiar e escolar, como socialização, autonomia e comunicação. Não podemos deixar de destacar, que a fase da Educação Infantil, é quando ocorre o primeiro rompimento dos laços familiares/maternais e, portanto, tendo mulheres na grande porcentagem nas atividades de cuidado, nos dá motivos para reflexão da predominância de professoras na Educação Infantil.

A partir da inquietação gerada por esses dados, este projeto de pesquisa surge de uma trajetória acadêmica e pessoal profundamente envolvida pela temática do cuidado. Ao ingressar no curso de Pedagogia na Universidade Federal de Goiás, já na vida adulta, surgiram reflexões sobre o papel socialmente atribuído às mulheres, especialmente no contexto da docência. Ao longo da minha formação acadêmica, essas inquietações se intensificaram, permitindo-me questionar a associação entre o feminino, a maternidade e a naturalização do cuidado como uma responsabilidade intrinsecamente atribuída às mulheres.

Esse processo formativo foi enriquecido principalmente pelas aulas de Sociologia da Educação e pelos estudos de iniciação científica, que possibilitaram o aprofundamento em temas como relações de gênero, divisão sexual do trabalho e práticas de cuidado.

Inspirado nos estudos foucaultianos, este projeto propõe analisar o conceito de "cuidado de si", não como sinônimo de bem-estar ou autocuidado, mas como uma prática ética, relacional e formativa, conforme Michel Foucault delineia em sua obra. Para Foucault (2006), o cuidado de si é um exercício constante de atenção a si, que envolve transformação subjetiva e processos de constituição de si por meio de práticas discursivas, sociais e corporais. Esse conceito adquire especial relevância no contexto da docência na Educação Infantil, onde o cuidado com o outro é central, mas pouco se questiona sobre como essas profissionais — majoritariamente mulheres — desenvolvem práticas para o cuidado de si. Considerando essa breve contextualização, entende-se que esta pesquisa se insere nos estudos sobre cuidado, gênero e trabalho, com foco na feminização dos trabalhos de cuidado, especialmente na Educação Infantil, pois como dissemos, é nessa fase que atividades de cuidado são inseridas na rotina diária das crianças, como banho, refeição, trocas de fraldas, dentre outras

necessidades específicas. Para tanto, foi traçado como objetivo geral compreender e analisar quais práticas de cuidado de si essas professoras que atuam na Educação Infantil conseguem adotar em suas vivências. Os objetivos específicos definidos são: analisar as concepções de cuidado e cuidado de si, avaliar a percepção das professoras sobre a importância do cuidado de si no contexto profissional e pessoal, e investigar as barreiras enfrentadas por elas na implementação dessas práticas.

Para embasar teoricamente esta pesquisa, utiliza-se, preliminarmente, as contribuições de Michel Foucault (2004; 2010), Joan Scott (1989; 1991), Marlene Tamanini (2018), entre outros, que, à medida que a análise dos dados avança, se tornam necessários.

Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por permitir a compreensão aprofundada das percepções, vivências e significados atribuídos pelas participantes, aproximando-se de suas realidades sociais (Minayo,1994). O método possibilita captar a complexidade das relações, sentidos e estratégias de existência e resistência, alinhando-se ao conceito de “tecnologias de si” de Foucault.

A investigação buscou, por meio de entrevistas em profundidade, apreender os sentidos construídos pelas docentes da Educação Infantil em Goiânia, com 35 anos ou mais. Utilizou-se um roteiro semiestruturado e amostragem por indicação em cadeia “bola de neve” (Vinuto, 2014).

A coleta ocorreu entre 05/01 e 18/02/2025. O convite foi divulgado em grupos de WhatsApp e redes acadêmicas, com baixa adesão inicial, o que levou à mobilização de contatos pessoais. As entrevistas (12 no total) foram realizadas remotamente via Google Meet ou WhatsApp, com gravação autorizada. A amostra foi considerada suficiente com base na saturação dos dados. O roteiro abordou identificação, trajetória profissional, cotidiano de trabalho e vida pessoal.

Resultados iniciais/parciais e discussão

A pesquisa encontra-se na fase de compilação dos dados, e a principal expressão presente nos relatos das participantes é “esgotamento”, atribuído às precárias condições de trabalho: excesso de alunos por sala, falta de auxiliares, escassez de formação continuada e dificuldade em conciliar vida pessoal e profissional. Esses fatores refletem a precarização do trabalho docente na Educação Infantil, conforme apontam documentos oficiais (BRASIL, 2009; CNE, 2010).

Apesar dos desafios, muitas professoras associam sua escolha profissional à realização pessoal, destacando a vantagem de trabalhar um turno para acompanhar os filhos e cuidar da casa. A maioria relata ter escolhido a docência por influência familiar, especialmente de mães e tias, o que remete à ideia de “vocação feminina” para o cuidado (Louro, 1997; Nóvoa,1992). Algumas evangélicas mencionam que a experiência com crianças em contextos religiosos também motivou essa escolha (Tedesco, 2002).

Sobre o cuidado de si, embora reconheçam sua importância, as participantes relatam dificuldades em praticá-lo. Muitas substituem o intervalo de descanso por tarefas escolares ou domésticas, revelando sobrecarga e invisibilidade do trabalho reprodutivo (Hirata; Kergoat, 2007). Algumas frequentam academias entre os turnos como forma de autocuidado, enquanto outras abandonaram a prática por cansaço ou questões financeiras.

Quanto à saúde, a maioria realiza exames durante as férias para evitar perdas salariais por afastamentos. Isso evidencia a fragilidade das políticas públicas voltadas à saúde docente (BRASIL, 2021). O cuidado em momentos de adoecimento costuma ser assumido por outras mulheres da família, reforçando a lógica da feminização do cuidado e da divisão sexual do trabalho (Hirata, 2002; Carrasco, 2011).

Esses dados reforçam a centralidade dos debates sobre a feminização do cuidado, da docência e das desigualdades de gênero no trabalho, especialmente no contexto da Educação Infantil.

Considerações Finais

Os dados parciais da pesquisa revelam os múltiplos desafios enfrentados por professoras da Educação Infantil, marcados pelo esgotamento físico e emocional, decorrente da precarização do trabalho e da sobrecarga de tarefas invisíveis ligadas ao âmbito doméstico. Apesar disso, reafirmam sua escolha profissional por sentimentos de realização, vocação e vínculos familiares e religiosos, evidenciando a dimensão afetiva da docência — marcada por valores culturalmente atribuídos às mulheres, como cuidado e dedicação, que tanto dão sentido ao trabalho quanto o tornam mais oneroso.

As práticas de cuidado de si relatadas — como frequentar academia, reorganizar tarefas domésticas ou buscar atendimento médico nos recessos — refletem esforços de resistência e autocuidado. Segundo Foucault (2006), essas ações configuram práticas éticas e políticas de liberdade, que desafiam normas sociais e produtivistas, revelando formas de constituição de si em meio às adversidades.

O fato de o cuidado, em situações de adoecimento, recair sobre outras mulheres da família reforça a feminização do cuidado e a divisão sexual do trabalho (Hirata, 2002), perpetuando desigualdades na vida social e educacional. Assim, os dados indicam que, apesar dos obstáculos, essas mulheres constroem estratégias de enfrentamento e ressignificação, apontando para a relevância do cuidado de si como chave de leitura para pensar políticas mais humanas e sensíveis à realidade docente.

Referências

BRASIL**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Informativo. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Relatório Anual 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep. Acesso em: 22 jun. 2024.

CARRASCO, Cristina. **Trabalho reprodutivo e economia feminista: desafios teóricos e políticos**. Cadernos Pagu, n. 37, p. 13-30, 2011.

CNE. **Conselho Nacional de Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores. Brasília: MEC, 2010.

FOUCAULT, M. **Hermenêutica do sujeito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **Tecnologias de si**. Verve, v. 6, p. 321-360, 2004.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

HIRATA, Helena. **Feminização do trabalho**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**; tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. - São Carlos: Claraluz, 2005. 96 p.; 21 cm.

SCOTT, Joan. **A mulher trabalhadora.** In: Ferrand, Suzanne (Org.). História das mulheres no ocidente. Vol. 4. O século XIX. Roma: Laterza e Filgli, 1991.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Dubat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991. Texto original: SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. New York: Columbia University Press, 1989.

TAMANINI, Marlene et al. (Org.). **Para uma epistemologia do cuidado: Teorias e políticas**. In: MARTINS, C. (Org.). Cuidado em cena: desafios políticos, teóricos e práticos. Florianópolis: Udesc, 2018. p. 31-69.

TEDESCO, Juan Carlos. **Formação docente e profissionalismo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 197-212, 2002.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, v. 22, n. 44, p. 103-118, 2014.

CURSO DE PEDAGOGIA DA TERRA NA UFG: HISTÓRIA, MEMÓRIA E "SINGULARIDADES"[21]

Ester de Sousa Almeida
Orientadora Profa. Dra. Maria Margarida Machado
Bolsista: CAPES

Resumo: Este projeto de pesquisa tem como tema o curso especial de Pedagogia - Pedagogia da Terra, desenvolvido em convênio firmado entre a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), a Via Campesina e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), com o objetivo de formar educadores para áreas de assentamento de reforma agrária. (Clímaco; Loureiro, 2007). As seguintes questões orientam a investigação: Quais foram os determinantes políticos, econômicos e sociais que influenciaram a parceria entre a universidade e os movimentos sociais do campo nessa estratégia formativa? Como essa experiência formativa para trabalhadores e trabalhadoras do campo dialoga com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo esta uma modalidade da Educação Básica? Tem, portanto, como objetivo geral buscar compreender os determinantes históricos, econômicos, políticos e sociais que levaram à implantação e desenvolvimento do curso de Pedagogia da Terra, por meio do convênio firmado entre a FE/UFG e o Pronera, no período de 2007 a 2011, bem como sua relação com outras propostas formativas para jovens e adultos trabalhadores do campo. Busca-se compreender a implementação e o desenvolvimento do Convênio FE/UFG/Pronera, assim como suas possíveis particularidades em relação a convênios semelhantes realizados em outras instituições. Trata-se de pesquisa qualitativa de tipo bibliográfica, documental e contará com depoimento de sujeitos envolvidos por meio de entrevistas.

Palavras-chave: Pedagogia da Terra; Faculdade de Educação da UFG; Pronera; Educação de Jovens e Adultos; História e Memória.

Delimitação do tema

Este projeto de pesquisa tem como tema um curso especial de Pedagogia, denominado Pedagogia da Terra, desenvolvido em convênio firmado entre a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), a Via Campesina e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

[21]Inicialmente, a pesquisadora tinha como temática a formação de professores leigos em serviço em Goiás, a partir do título *A Formação em Serviço de Professores Leigos em Goiás na Perspectiva dos Professores-Cursistas: O Caso do Proformação*. No entanto, devido às dificuldades para acessar informações e documentação sobre o Proformação, a pesquisa foi reorientada, levando ao desenvolvimento e escrita de um novo projeto. O foco da pesquisa continua sendo a formação de adultos trabalhadores — anteriormente, a formação investigada correspondia ao nível médio; com essa mudança de objeto, passa a referir-se à formação em nível superior.

(Pronera), com o objetivo de formar educadores para áreas de assentamento de reforma agrária (Clímaco; Loureiro, 2007).

O convênio entre universidades e o Incra/Pronera para a oferta de formação de educadores nas áreas de assentamentos de reforma agrária não é exclusividade da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG). Diversas outras instituições de ensino superior no Brasil firmaram parcerias com o Pronera. Especificamente, na UFG, o curso de Pedagogia da Terra, realizado por meio do convênio FE/UFG/Pronera, foi desenvolvido entre os anos de 2007 e 2011, com o objetivo de formar educadores do campo, preparando-os para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, "tanto de crianças quanto de jovens e adultos e para atividades de coordenação e assessoramento pedagógico em escolas, instituições do sistema educacional e projetos educativos, considerando a especificidade da educação do campo" (Clímaco; Loureiro, 2007, p. 298).

O público-alvo do convênio era composto por adultos trabalhadores com formação em nível médio, que já desempenhavam funções educativas (professores em serviço) ou tinham a intenção de desenvolvê-las. A formação oferecida pelo curso de Pedagogia da Terra era de nível superior, podendo ser considerada como inicial (para aqueles que ainda não desempenhavam funções educativas) ou continuada, para os professores que já atuavam em seus assentamentos.

Diante da exposição da temática deste projeto de pesquisa, as seguintes questões orientam a investigação: Quais foram os determinantes políticos, econômicos e sociais que influenciaram a parceria entre a universidade e os movimentos sociais do campo na busca pelo direito à educação no campo? Como essa experiência formativa para trabalhadores e trabalhadoras do campo dialoga com a Educação de Jovens e Adultos, ofertada na Educação Básica, levando em consideração o fato de ambas as experiências se voltarem às pessoas que tiveram seu direito à educação negado?

O objetivo geral da pesquisa é buscar compreender os determinantes históricos, econômicos, políticos e sociais que levaram à implantação e desenvolvimento do curso de Pedagogia da Terra, por meio do convênio firmado entre a FE/UFG e o Pronera no período de 2007 a 2011, bem como sua relação com outras propostas formativas para jovens e adultos trabalhadores do campo. Os objetivos específicos são:

- Compreender de que forma o cenário político, econômico e social, no qual o convênio FE/UFG/Pronera foi estabelecido, influenciou/possibilitou o desenho de uma política envolvendo movimentos campesinos, o Pronera e Universidade;
- Caracterizar o contexto de desenvolvimento do convênio FE/UFG/Pronera, distinguindo-o de outros convênios semelhantes realizados no país, sob as perspectivas política e pedagógica;
- Identificar as características e especificidades desta formação de trabalhadores do campo às demais experiências voltadas à educação de pessoas trabalhadoras.

Referencial Teórico

Reconstituir o histórico de implementação e desenvolvimento do curso de Pedagogia da Terra, realizado por meio do Convênio FE/UFG/Pronera, destinado à formação inicial e continuada de trabalhadoras e trabalhadores camponeses que integravam diversos movimentos sociais do campo, implica também resgatar o processo histórico de constituição da Educação do Campo no Brasil.

Esse processo tem ocorrido por meio das lutas e debates (em seminários e convenções nacionais) dos movimentos campesinos pelo direito a uma educação com características singulares, que envolvem a vida e o trabalho no campo e que deve ser efetivada exclusivamente nesse território, considerando, por exemplo, a forma como os povos campesinos organizam suas relações sociais, culturais e econômicas.

As discussões sobre a Educação no campo permeou os debates do ano de 2002, realizados no contexto de aprovação do Parecer CNE nº 36/2001, que trata da elaboração das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Conforme Caldart (2012, p. 260): “[...] com a marca de ampliação dos movimentos sociais camponeses e sindicais envolvidos nessa luta [...]”, há “[...] uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo” (Kolling, Cerioli e Caldart, 2002, p. 19 apud Caldart, 2012, p. 260).

Entretanto, a disputa política e social em torno dos direitos da Educação do Campo, mobilizada pelos movimentos sociais do campo, precede a década de 2000. Um exemplo disso é a criação, em 1998, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), fruto

das lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo e da compreensão sobre a necessidade de que os trabalhadores camponeses tenham acesso aos diferentes níveis de ensino. Esse programa fomentou o desenvolvimento dos cursos de Pedagogia da Terra, estabelecidos por meio de convênios, como o que é objeto do presente projeto de pesquisa.

O Pronera "foi criado na perspectiva de consolidar uma política pública de educação do campo, instituída no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)" (Brasil, 2015, p. 9). Especificamente, no que diz respeito à oferta do ensino superior para os educadores do campo, entre os anos de 1998 e 2011, o Pronera desenvolveu 42 cursos de graduação e 12 de pós-graduação, nas modalidades de especialização e residência agrária.

Estes cursos são desenvolvidos a partir da pedagogia da alternância e têm como propósito oferecer aos cursistas conhecimento científico, sistematizado e historicamente produzido, sem desconsiderar todas as particularidades que envolvem a educação do e no campo.

Acerca da 'pedagogia própria', Arroyo (2003) aponta que os movimentos sociais, e aí também se inserem os movimentos sociais do campo, possuem virtualidades educativas e que o aprendizado dos direitos se situa, nos movimentos sociais, "[...] como uma dimensão educativa. Os movimentos sociais colocam a luta pela escola no campo dos direitos, na fronteira de uma pluralidade de direitos: a saúde, a moradia, a terra, o teto, a segurança, a proteção da infância, a cidade" (Arroyo, 2003, p. 30).

Arroyo (2015) situa a militância e a luta dos movimentos sociais como uma 'consciência de mudança' e ao indagar sobre os saberes, culturas e os valores dos diversos movimentos sociais e de que forma os incorporar em currículos alternativos da educação básica do campo, e da cidade, afirma que: "os se movimentos sociais lutam pelo direito aos conhecimentos, outros conhecimentos e radicalizam as formas históricas de sua produção como segregados até do acesso aos conhecimentos." (Arroyo, 2015, p. 61).

Segundo Arroyo (2015) os movimentos sociais não se veem como grupos de 'excluídos, inferiorizados ou subalternos', eles [...] reagem às estruturas econômicas, sociais, políticas, de classe que os exploram e segregam." (Arroyo, 2015, p. 61).

Metodologia

Para o desenvolvimento da temática acerca do curso especial de Pedagogia da Terra, desenvolvido através do Convênio FE/UFG/Pronera, será adotada a metodologia da pesquisa qualitativa de acordo com Chizzotti (2000), e serão utilizados como instrumentos: pesquisa bibliográfica ancorada em Marconi e Lakatos (2003), pesquisa documental e entrevistas.

Assim, utilizando a abordagem qualitativa, a pesquisa bibliográfica terá como finalidade acessar, principalmente, dissertações e teses produzidas sobre os cursos de Pedagogia da Terra, com o intuito de constatar ou não, as possíveis diferenças nos âmbitos político e pedagógico, na estruturação dos diversos convênios firmados a partir da parceria Pronera/universidades.

Para caracterizar as "especificidades" do Convênio FE/UFG/Pronera, na implementação e desenvolvimento do curso de Pedagogia da Terra - Turma Salete Strozake, seus determinantes políticos, econômicos e sociais, está em curso uma pesquisa documental, no acervo da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, que preservou registros do curso de Pedagogia da Terra em suas dependências. No decorrer da investigação também serão objeto de análises outros documentos nacionais e locais que auxiliem na compreensão do contexto no qual o convênio foi firmado. A pesquisa documental fundamenta-se em Severino (2007).

Como arcabouço metodológico também se valerá das contribuições de Barros (2019), que considera a necessidade do uso de diferentes fontes históricas, que possam interpelar o pesquisador. Ao considerar o problema de pesquisa, as fontes históricas devem ser analisadas a partir de suas taxonomias, considerando, entre outras, as seguintes perguntas: Qual a posição em relação ao conjunto de acontecimentos aos quais as fontes se referem? De que material e tipo de linguagem é feita? Trata-se de uma fonte intencional – produzida para falar de determinados acontecimentos? (BARROS, 2019).

Além das pesquisas bibliográfica e documental, para a compreensão das 'singularidades' do curso e o aprofundamento das informações acerca dos cursistas, serão realizadas entrevistas do tipo semiestruturadas com egressos do curso de Pedagogia da Terra da FE/UFG, com uma das coordenadoras e com alguns professores que lecionaram no curso.

As entrevistas com os egressos do curso de Pedagogia da Terra da FE/UFG serão realizadas de forma remota, por meio da ferramenta Google Meet, uma vez que os egressos localizados para a entrevista residem fora do estado de Goiás ou distantes da região metropolitana de Goiânia. A coordenação do curso e os professores possivelmente serão entrevistados de forma presencial.

Resultados iniciais/parciais e discussão

Os resultados iniciais e parciais referem-se à etapa da pesquisa documental. A pesquisadora realizou o inventário dos documentos que compõem o acervo do curso de Pedagogia da Terra da UFG. Documentos gerados durante a implementação e o desenvolvimento do curso de Pedagogia da Terra na UFG foram preservados pela Faculdade de Educação. Trata-se de três caixas de arquivos que se encontram armazenadas na sala 130 da FE/UFG.

Nesta fase da pesquisa documental, o objetivo foi buscar identificar os itens documentais que poderão auxiliar na caracterização das "especificidades" do Convênio FE/UFG/Pronera. Entre os documentos acessados, destacam-se: currículos profissionais de eventuais professores (de diversas disciplinas do conhecimento) a serem contratados para lecionar no curso de Pedagogia da Terra, propostas de disciplinas _ incluindo Núcleo Livre, relação de documentos pessoais e profissionais de professores que, efetivamente lecionaram no curso, dados dos alunos (nome, movimento campesino a que pertence, endereço de assentamento, nº de telefone, etc.) e notas e frequências do Curso de Pedagogia da Terra de 2007 a 2011. Os documentos acessados foram descritos e sistematizados em um quadro, contendo o tipo de documento e o ano a que se refere.

Em relação a pesquisa bibliográfica, foi iniciada uma revisão de literatura sobre a Educação do Campo, em livros (que compõem o acervo do Centro Memória Viva - CMV) sobre o tema, bem como em artigos das revistas "*Educação & Sociedade*" e "*Revista Brasileira de Educação*". A periodicidade refere-se ao período de 1985 a 2025. Já as entrevistas com os egressos do curso de Pedagogia da Terra, com a coordenação do curso e com alguns professores, ocorrerão após a aprovação do projeto na Plataforma Brasil.

Cabe ressaltar que importantes bibliografias sobre convênios entre universidades, o Pronera e movimentos sociais campesinos já foram localizadas (a partir de pesquisas realizadas na internet), e inclusive auxiliaram na elaboração deste projeto de pesquisa. Trata-se de três dissertações, e uma tese. Entre as dissertações, duas abordaram o curso de Pedagogia da Terra na FE/UFG, são:*"Vida, formação e educação: o curso de Pedagogia da Terra da Faculdade de Educação da UFG"* - Nogueira Sobrinha (2012) e*"Pedagogia da Terra, Turma Salete Strozak UFG/FE - Uma Práxis da Educação do Campo"* - Silva (2022); tem-se ainda a dissertação intitulada*"O curso de Pedagogia da Terra da Universidade Federal de São Carlos: uma análise a partir do olhar de um grupo de graduados da primeira turma"* - Teixeira (2015), e a tese: "*Educação, Campo e Contradições: A Turma Evandro Lins e Silva (UFG/2012)"* - Borges (2019).

Ademais, foi localizado um artigo escrito pelas coordenadoras do curso de Pedagogia da Terra desenvolvido na Faculdade de Educação da UFG, intitulado: *"Curso de Pedagogia Convênio FE/UFG/Pronera"* - Clímaco e Loureiro (2007), onde as autoras descrevem e problematizam a implementação, e como se dará o desenvolvimento do Convênio FE/UFG/Pronera.

Considerações finais

No que diz respeito às demais etapas da pesquisa, serão digitalizados os documentos acessados e selecionados no acervo do curso de Pedagogia da Terra da UFG, e será realizada uma análise documental. Ressalta-se que, no decorrer da investigação, também serão analisados outros documentos nacionais e locais que auxiliem na compreensão do contexto em que o convênio FE/UFG/Pronera foi firmado. Concomitantemente, será elaborado um texto que apresente a revisão bibliográfica e documental relacionada ao objeto de pesquisa.

Para a estruturação e escrita do primeiro capítulo da dissertação será desenvolvida a apresentação do objeto de pesquisa, fundamentada na revisão bibliográfica e documental realizadas, e em seguida tece-se a discussão a fim de compreender o cenário político, econômico e social, no qual o convênio FE/UFG/Pronera foi estabelecido, fundamentando-se

na revisão bibliográfica e análise documental realizada, bem como nos aportes teóricos e metodológicos definidos pela pesquisadora.

Simultaneamente ao processo de escrita do primeiro capítulo, serão realizadas entrevistas com egressos do curso de Pedagogia da Terra na UFG, com a coordenação do curso e com alguns professores que nele lecionaram, além de transcrever e sistematizar os dados coletados nas entrevistas. Para o desenvolvimento do segundo capítulo, a partir das pesquisas bibliográfica e documental, além da análise inicial dos dados das entrevistas, será feita a caracterização do contexto do convênio FE/UFG/Pronera, destacando diferenças em relação a convênios similares no Brasil, sob as perspectivas política e pedagógica.

Referências

ARROYO, Miguel González. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015. Editora UFPR.

ARROYO, Miguel González. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BORGES, G. M. T. **Educação, campo e contradições: a turma Evandro Lins e Silva (UFG/2012)**. 2019. 244 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. II PNERA: **Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Brasília, DF, junho de 2015.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. Da pesquisa qualitativa. In: CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

CLIMACO, Arlene Carvalho de Assis; LOUREIRO, Walderês Nunes. Curso de Pedagogia Convênio FE/UFG/Pronera. In: **Educativa**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 293-304, jul./dez. 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NOGUEIRA SOBRINHA, D. E. **Vida, formação e educação: o curso de Pedagogia da Terra da Faculdade de Educação da UFG**. 2012. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O trabalho acadêmico: orientações gerais para o estudo na universidade. In: SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, K. L. da. **Pedagogia da Terra Turma Salete Strozak UFG/FE - Uma Práxis da Educação do Campo**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023.

TEIXEIRA, R. de O. **O curso de Pedagogia da Terra da Universidade Federal de São Carlos: uma análise a partir do olhar de um grupo de graduados da primeira turma**. 2015. 139 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LINGUAGEM E TRABALHO: UMA ANÁLISE ACERCA DA ATIVIDADE LINGUAGEIRA NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL [22]

Ariane Pereira Magalhães de Oliveira
Orientador: Prof. Dr. Wanderson Ferreira Alves

Resumo: Este texto apresenta um projeto de pesquisa que se interroga pela interrelação entre trabalho e linguagem, a partir das tessituras presentes na concepção de atividade linguageira como ato simbólico e as formas interpretativas do agir profissional. A metodologia desta pesquisa está ancorada nos fundamentos da Clínica da Atividade, com o propósito de desenvolver estratégias de autoconfrontações e de Grupos de Encontro sobre o Trabalho. Na investigação há um imbricamento com a linguagem sobre o trabalho, a linguagem no trabalho e a linguagem como trabalho para que se possa proceder com a busca pela compreensão de como ganham sentido e circulam os registros docentes que constituem a documentação pedagógica na Educação Infantil.

Palavras-chave: Linguagem. Trabalho. Registros. Documentação Pedagógica.

A complexidade presente na relação linguagem e trabalho está no cerne desta pesquisa e será analisada do ponto de vista da atividade humana de trabalho. Tal abordagem compreende a atividade humana a partir do conceito de "Tätigkeit"[23], um termo alemão que

[22] Trabalho apresentado ao XXII Seminário de Pesquisa, Autoavaliação e Acompanhamento de Egressos/PPGE-UFG.

[23] Nesta concepção, a atividade é entendida como um *élan* de vida e de saúde, sem limite pré definido, que sintetiza, atravessa e liga tudo o que as disciplinas têm apresentado separadamente (Durrive, 2000, p.25).

remete a uma concepção transversal à filosofia e a diversos campos do conhecimento, que tem como característica não dissociar aquilo que muitas vezes é tratado de maneira separada, como por exemplo: corpo/mente, individual/coletivo, imposto/desejado, linguagem/pensamento etc. Esse olhar sobre a atividade atravessa o consciente e o inconsciente, o verbal e o não verbal, o biológico e o cultural, o mecânico e os valores numa perspectiva dialética. É assim que a noção de atividade humana de trabalho torna-se um lugar de debates com resultados sempre incertos entre as normas antecedentes enraizadas nos meios de vida e as tendências à renormalização pelos seres humanos (Souza-e-Silva, 2008; Schwartz, 2005).

Com isso em mente, a noção de atividade ganha relevância, pois compreende as formas de ação da presença humana em seu meio de trabalho, com seus valores, seu engajamento, sua mobilização diante dos imprevistos. Isso implica considerar as práticas e trocas linguageiras frente à forma como os indivíduos resolvem seus problemas no cotidiano de trabalho. Considera-se então a linguagem como atividade, mais especificamente, como atividade linguageira (Faïta, 2002; Cunha, 2011). Expressar-se por meio da linguagem é ao mesmo tempo agir, é construir discursos e enunciados no domínio das relações sociais. Conforme explicita Faïta (2000, p.180), é a linguagem que dá sentido às nossas ações.

Entra em cena a importância da dimensão simbólica no que tange a falar, ler, escrever e esquematizar em meio às novas configurações de trabalho, isso evidencia um “jogo de reciprocidade entre o dizer e o fazer”, entre o geral e o particular (Schwartz, 2021). Assim, “a linguagem aparece como objeto, bem como barreira” entre a “experiência de trabalho e o trabalho de pesquisa e intervenção”. As práticas linguageiras tornam-se um espaço para que se possa construir sentidos e interpretações sobre o agir profissional (Cunha, 2011). Nessa direção, Schwartz (2021) ressalta que mesmo em um contexto de trabalho sob as bases do taylorismo, em que a linguagem era supostamente suprimida, havia muita coisa sendo intercambiada, palavras, gestos, trocas que tinham funcionalidades. O trabalhador utiliza a linguagem para regular sua própria atividade, “o fato de poder reconhecer sua expressão linguageira na atividade o faz reconsiderar sua própria relação com o trabalho” (Schwartz, 2021, p, 148).

Tomar a linguagem como reveladora da complexidade do trabalho, significa também considerar os textos prescritivos, registros normativos e autorais, registros audiovisuais, entrevistas prévias e posteriores à realização de atividades, numa acepção tripartite. Essa tripartição que consideramos presente na relação trabalho e linguagem, advém das formulações de Nouroudine, um filósofo que utiliza o termo "práticas linguageiras" como termo genérico abrangendo três aspectos: "a linguagem **sobre o** trabalho; a linguagem **no** trabalho e a linguagem **como** trabalho" (Nouroudine, 2002, p.17, grifo nosso). Assim mencionados, esses aspectos possuem um interesse epistemológico e estão em estreita relação, configuram-se com um caráter multidimensional. Recorrendo a Bakhtin, Nouroudine concebe a atividade linguageira dirigida a dimensões do coletivo de trabalhadores (agindo em direção aos outros e ao meio) e a si próprios (agindo em direção aos seus saberes formais e adquiridos na experiência). Essa "interação entre o locutor e o interlocutor torna a linguagem fundamentalmente social, integrando ao mesmo tempo a coesão e o conflito" (Nouroudine, 2002, p.21)

É também na interface das práticas linguageiras com os contextos imprevistos, inacessíveis à observação imediata que nos propusemos a proceder com uma pesquisa na perspectiva dialógica acerca da atividade de trabalho de professoras[24] na Educação Infantil, tendo como foco a análise de suas práticas linguageiras para composição de registros e sistematização da documentação pedagógica. O documento da Rede Municipal de Goiânia, "Documentação Pedagógica, Planejamento e Avaliação na Educação Infantil", estabelece três pilares para o processo documental, "a observação, o registro e a interpretação", partindo da compreensão de que esse processo "constrói narrativas visuais, audiovisuais, e escritas que revelam as experiências das crianças" (GOIÂNIA, 2023). Assim, as professoras que atuam na Educação Infantil precisam gerir o tempo, o espaço, as atividades e necessidades das crianças, tendo em mente um trabalho que viabilize aprendizagens e desenvolvimento, atendendo à organização de chegadas e saídas, a espera, o choro, a birra, o dormir, o despertar, o banho, o embalo, os brinquedos e brincadeiras, as preferências e rejeições, as linguagens etc.

[24] Dados do Censo Escolar da Educação Básica no Basil (2023), no que diz respeito ao perfil dos docentes, mostram que há uma presença próxima à totalidade de mulheres na educação infantil (96.2%), com isso em mente usaremos a flexão do termo no feminino.

Em meio a essa complexidade do cotidiano, cabe às professoras a elaboração de registros para fundamentar as documentações que em 2023 foram assim estabelecidas: As fichas diagnósticas, que apresentam dados das crianças concedidos pela família, para análise e percepção das particularidades delas; O planejamento da ação educativa e pedagógica, composto pelo registro reflexivo e registro antecipado das ações educativas; O portfólio das aprendizagens da criança, um instrumento de avaliação composto por um conjunto de amostras (atividades e produções com participação das crianças e das famílias) que evidenciam as aprendizagens da criança; O Relatório das Aprendizagens da Criança (uma escrituração da trajetória educacional da criança na unidade educacional, conforme exigência da Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 120 de 07/12/2016, Art.º 35.).

Considerando a distância entre o prescrito e o real, entre o que está posto nas normativas e a complexidade do cotidiano da Educação Infantil, para compreender como as professoras se mobilizam para criarem seus registros e compor a documentação pedagógica em função das singularidades e dos problemas colocados pela situação, lançaremos mão dos aportes teóricos da Clínica da Atividade[25], que pressupõe a interpretação em situação, dos atos corriqueiros do cotidiano, impregnados de valor em decorrência das relações que os trabalhadores estabelecem (Faïta, 2005). Trata-se de uma abordagem que recorre aos fundamentos da psicologia do trabalho, que por sua vez propõe "meios de agir sobre as relações entre atividade e subjetividade, indivíduo e coletivo", visando a transformação do trabalho (Clot, 2017, p.18). A decisão por esta abordagem, se dá pela possibilidade de se desvelar certas formas de fazer, desvelar aspectos implícitos do trabalho na Educação Infantil, desvelar aspectos até então desconhecidos na conduta dos professores pela via da linguagem.

Na realização das atividades de trabalho como, planejar, articular, discutir, negociar, avaliar, formalizar, enfim, agir, desvela-se a linguagem como uma dimensão estruturante. Uma dimensão em que os sentidos se constroem de forma contextualizada, uma linguagem situada, portanto nem sempre compreendida. Dito isso, delineando o quadro em que se situa o problema deste estudo, considerando a complexidade do trabalho docente no contexto específico da infância, atribuímos centralidade às seguintes questões: Como os registros

[25] Em psicologia do trabalho, a clínica da atividade visa a ação para mudar o trabalho. Ela se desenvolveu ao mesmo tempo na filiação da ergonomia francófona, destaca o poder de agir dos profissionais sobre seu meio de trabalho, sobre a organização e sobre si-mesmos (Clot, 2017).

ganham sentido e circulam na interface dos múltiplos trabalhos das professoras na Educação Infantil? Como as tensões dos usos de si estão presentes na elaboração e seleção desses registros para que componham a documentação pedagógica?

Ancorando-se no que postulam Grosjean e Lacoste (1999), o linguista, Faïta (2005), coloca a questão do trabalho educativo como um conjunto de interações entre educadores e crianças; educadores e seus pares; educadores e instituição (direção; hierarquias). O referido autor, defende que um exercício de interpretação em contexto, não permite a interpretação de práticas linguageiras em sentido unívoco. Uma mesma situação pode convocar educadores a reagir por meio de atos e por discursos diferentes. Com base nessa concepção que se evoca a questão dos sentidos do trabalho, e por conseguinte nos interrogamos pelos sentidos dos registros docentes que ganham forma e circulam no cotidiano na Educação Infantil. As práticas linguageiras são dotadas de sentidos socialmente definidos. Ao expressar-se o indivíduo recorre a discursos já produzidos anteriormente sobre aquilo que se fala e dirige-se ao interlocutor, por quem deseja ser compreendido (Faïta, 2005).

Quando se fala em sentido, extrapola-se a concepção de enunciados circunscritos a temas exaustivos, entretidos por relações objetivas e se atribui valor às nuances, às diferentes vozes que constituem uma pluralidade de gêneros de discurso (Faïta, 2005). A esse respeito, vale ressaltar o que afirma Schwartz (2000, p. 181): “comunicar é reconstruir os sentidos das palavras com os interlocutores”, o que aponta para um movimento de recriação e criação de sentidos nos enunciados e registros.

A busca por melhor compreender as tensões dos usos de si que podem estar presentes na elaboração e seleção dos registros docentes para que componham a documentação pedagógica, encontra fundamento na relação entre “trabalho e o uso de si”, explicitada por Schwartz (2000, p. 156; 203). Desse ponto de vista, o autor assevera que as normas não antecipam tudo sobre o trabalho, portanto será necessário fazer escolhas. Cada pessoa vai agir perante as lacunas a seu modo, com seus próprios valores. Essa variabilidade contribui para o que Schwartz (2000) considera como “ressingularização” do meio, o que implica também em assumir riscos. Nesse ponto reintegram-se as trocas linguageiras, envolvidas numa tensão própria da atividade. Nesse entorno, é que pretendemos apreender tensões com que se deparam as professoras nos processos de elaboração e seleção de registros que

constituirão a documentação pedagógica prevista na etapa de Educação Infantil da Rede Municipal de Goiânia. É por esta via que se faz nossa busca por compreender a atividade linguageira, suas construções, subversões e invenções.

Acrescenta-se o reconhecimento de que a linguagem como atividade sustenta o desenvolvimento mental, intelectual e cultural de uma pessoa (Schwartz, 2000). Sendo assim, pode-se depreender que o conjunto de relações que as pessoas estabelecem com seu coletivo de trabalho favorece a construção de uma organização do trabalho.

Ora, é diante desse quadro que se adensa a investigação aqui proposta. Em face das questões expostas e da complexidade que envolve nosso objeto de estudo, esta pesquisa terá como objetivo geral: compreender e analisar como os registros ganham sentido e circulam na interface dos múltiplos trabalhos das professoras na Educação Infantil, de forma que também se possa apreender como as tensões dos usos de si estão presentes na elaboração e seleção desses registros para que componham a documentação pedagógica. Esse objetivo desdobra-se em objetivos específicos, a saber: analisar os documentos normativos que prescrevem os registros necessários para a composição da documentação pedagógica na Rede Municipal de Goiânia para a Educação Infantil e os documentos produzidos pelas professoras; compreender os sentidos atribuídos pelas professoras aos registros que realizam cotidianamente; apreender saberes, valores e práticas que são mobilizados no contexto de trabalho por meio das trocas linguageiras no cotidiano.

Pretende-se realizar um estudo de caso, lançando mão da estratégia de autoconfrontação simples e cruzada. Na autoconfrontação simples, o trabalhador é confrontado por filmagens de sua atividade, na sequência, comenta com o pesquisador sua situação de trabalho. Na autoconfrontação cruzada, essa atividade filmada torna-se objeto do comentário de colegas de trabalho com o mesmo nível de especialização e na presença do investigador (Clot, 2017). No caso desta pesquisa, se intentará realizar as autoconfrontações com duas professoras de turmas de mesma faixa etária em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), tentando evidenciar as práticas linguageiras convocadas no cotidiano para a constituição de registros que culminarão na documentação pedagógica. Aguarda-se a possibilidade de realizar o mesmo procedimento em um CMEI de cada Regional em Goiânia, sendo cinco regionais. A pesquisa será conduzida também por meio de observações para

inserção da pesquisadora no campo, bem como de Grupos de Encontros sobre o Trabalho (GET), a fim de apreender e problematizar junto ao coletivo práticas linguageiras que dão forma aos registros e concorrem para a composição da documentação pedagógica. Tal perspectiva pertence à abordagem ergológica do trabalho[26], contudo se considera pertinente incorporá-la à estratégia de análise desta pesquisa.

A partir da leitura de pesquisas com temática semelhante ao que nos propomos a investigar nesta, percebemos uma tendência a privilegiar a relação entre registros e currículo. Muitos trabalhos enfrentaram a distância do campo, por imposição do período pandêmico. Em grande medida, as teses e dissertações defendem a composição da documentação pedagógica a partir dos princípios de Reggio Emília, em que o ato de documentar expressa a cultura infantil. Defendem o ato de documentar como possibilidade de relatar os percursos educativos; Como possibilidade de reflexão sobre a própria prática; Como construção e partilhas de memórias e como possibilidade de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido no cotidiano com as crianças. Foi possível perceber que em muitos casos, as concepções relacionadas aos registros e à documentação pedagógica recorriam às definições expressas em documentos normativos, como é o caso de algumas citadas anteriormente neste trecho.

Partindo do pressuposto de que "para todos os pesquisadores, existem pontos cegos diferentes" (Faïta, 2002, p. 59), na tentativa de superar os "pontos cegos" desta pesquisa, a dimensão subjetiva das atividades linguageiras serão colocadas em questão, criando condições de diálogo entre os trabalhadores a respeito dos problemas de sua atividade comum. Para isso, será necessário lançar o olhar não apenas ao que é visível, mas também aos implícitos observáveis nas situações de trocas linguageiras no cotidiano da Educação Infantil. Como parte do problema que nos propusemos a investigar situa-se o desafio de analisar um discurso que apesar de existir, muitas vezes não é pronunciado, o que nos convoca a aguçar o olhar para interpretar também os silêncios.

[26] A abordagem ergológica teve sua origem em 1980, na França, no encontro entre três pesquisadores: Daniel Faita, linguista; Bernard Vuillon, sociólogo; e Yves Schwartz, filósofo. Essa abordagem contou com os aportes teóricos da ergonomia da atividade de língua francesa, de Alain Wisner, os estudos de Ivar Oddone e com as referências filosóficas de Georges Canguilhem (SCHWARTZ; DURRIVE 2015).

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA. **Censo escolar da educação básica 2023**. Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. Diretoria de Estatísticas Educacionais | Deed, 2024.

CLOT, Yves. A função psicológica do trabalho. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CLOT, Yves. Clínicas da Atividade**. Horizontes**, v. 35, n. 3, p. 18-22, set./dez. 2017.

CUNHA, Dayse Moreira. Linguagem entre a Experiência (de Trabalho) e o Conceito. **Eutomia: Revista de Literatura e Linguística.** v.1. nº08, Eutomia: Dez, 2011.

FAÏTA, Daniel. A linguagem como atividade. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (Org.). **Trabalho e Ergologia:** conversas sobre a atividade humana. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000.

FAÏTA, Daniel. Análise das Práticas Linguageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. In: **Linguagem e Trabalho:** construção de objetos de análise no Brasil e na França**.** São Paulo: Cortez, 2002.

FAÏTA, Daniel. **Análise Dialógica da Atividade Profissional**. Rio de Janeiro, 2005.

NOUROUDINE, Abdallah. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: **Linguagem e Trabalho:** construção de objetos de análise no Brasil e na França**.** São Paulo: Cortez, 2002.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (Org.). **Trabalho e Ergologia II** – Diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (Org.). **Trabalho e Ergologia:** conversas sobre a atividade humana. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000.

SCHWARTZ, Yves. Actividade, **Laboreal** [Online], Volume 1 Nº1 | 2005, posto online no dia 01 dezembro 2005, consultado o 15 setembro 2020.

SCHWARTZ, Yves. Um breve panorama da história cultural do conceito de atividade. In:

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez. Atividade de Linguagem, Atividade de Trabalho: Encontro de Múltiplos Saberes. **Revista Intercâmbio**, volume XVIII: 1-21. São Paulo: LAEL/PUC-SP. ISSN 1806-275x, 2008.

URL : http://journals.openedition.org/laboreal/14272

VERISSIMO, Mariana. *et al*. (org.) **Dramáticas dos usos de si em sala de aula**: abordagem ergológica ou o ponto de vista da atividade. Curitiba: CRV, 2021.

CERCAMENTOS: Escolarização e a subalternização camponesa em Jataí-GO

Matheus Lucio dos Reis Silva
Orientador: Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa
Bolsista FAPEG

Resumo: Esta pesquisa busca refletir como a escolarização no campo, no município de Jataí-GO, revela novas facetas de atuação do capital agrário em sua perspectiva de consolidação hegemônica, de modo a continuar a subalternização camponesa no interior dos processos produtivos, educativos, tecnológicos e culturais, desvelando o *cercamento* como componente central do capitalismo na legitimação das desigualdades sociais. A elaboração do conceito de *cercamento*, revela-se como componente central desta pesquisa, porque apresenta mecanismos de reprodução de uma complexa estrutura de práticas simbólicas e materiais que (re)produzem a subalternização e/ou precarização dos sujeitos do campo atravessados pelo capitalismo agrário.

Palavras-chave: Antropologia Rural; Desigualdade; Cercamento.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A escolarização de adolescentes e jovens do campo continua sendo confeccionada como um delicado capítulo da educação brasileira. Historicamente marginalizados do processo educativo, houve, nas últimas décadas, um significativo avanço no acesso à escola e na sua possibilidade de conclusão de ciclos e níveis educacionais. Processo que melhorou a qualidade do ensino ofertado a este público. Contudo, em meio a estas conquistas, novas contradições surgiram no interior destes processos, demandando novas reflexões, para perceber as mediações que levaram a continuidade da reprodução da desigualdade social no campo. Para debruçar-se no entendimento destas contradições, este trabalho delimitou o *cercamento* como conceito central do recorte analítico realizado. Delimita-lo como tal, pressupõe, primeiramente, apresentar, de forma sintética, a elaboração do conceito, para assim avançar na proposição dos objetivos de pesquisa propostos.

O Cercamento (*Enclosure*) realizado na Inglaterra, iniciado nos séculos XVI, tendo seu auge nos séculos XVIII e XIV, representa uma página fundamental na constituição do capitalismo. Ao contrário do que a suposição parece indicar, o capitalismo possui origens agrárias (Wood, 2000). Para avançar neste debate, é fundamental apresentar, de forma sintética, que o contexto social e econômico da Europa Pré-Industrial era predominantemente

caracterizado por uma organização socialmente constituída no meio rural, sendo constituídas por práticas anteriores a instituição do capitalismo e da propriedade privada, todavia, mesmo estas condições, já reservavam os elementos de divisão e desigualdade estruturais, que mais tarde formariam as classes sociais e seus interesses (Brenner, 1976). Este contexto foi denominado por Marx (2015) como palco da acumulação primitiva, caracterizado como o ponto de partida do modo de produção capitalista. Este objeto histórico, portanto, revela-se central para o desenvolvimento do capitalismo.

Este período histórico, caracteriza-se também na face agrária do capital e reserva importantes elementos analíticos para compreender a dinâmica do capitalismo. Compreendendo este aspecto, Thompson (1998), na contramão dos estudos deste tema, optou por elaborar uma microanálise do contexto social e cultural do período, direcionando sua reflexão para os elementos culturais que circundaram (e foram circundadas) pelo cercamento inglês. A ruptura realizada nos modos de produção e, sobretudo, nos antigos padrões de interação entre os indivíduos em seu trabalho e na interação destes com a natureza, na produção dos elementos necessários à sobrevivência, como sujeito biológico e social, é a tese central apresentada por Thompson (1998), deflagrando as implicações do cercamento no cotidiano da época, apresentando novas camadas reflexivas

O cercamento, em termos sintéticos, surgiu como expropriação das terras comunais de camponeses ingleses, culminando na transformação do trabalho autônomo, em trabalho assalariado, inaugurando também o arrendamento capitalista da terra e a proletarização dos camponeses desterrados (Marx, 2015). Para Thompson (1998), os indivíduos cercados foram atravessados por um conjunto de práticas que além de retirarem suas terras comunais, retirou-lhes as práticas agrícolas, saberes e modos de socialização inerentes a um determinado modo de vida que pressupunha o uso comum de recursos e da sociabilidade humana. Isto ocorreu mediante o emprego de diferentes formas de violência física impositiva, como já demarcava Marx (2015); todavia, ele também atuou de forma sutil, estabelecendo uma *violência simbólica* (Bourdieu, 1999). O capitalismo, desde sua origem, fundou-se mediante um complexo movimento de imposição de valores e práticas, seja pela injunção arbitrária de práticas, como pela transformação de valores, que legitimam a dominação

econômica e simbólica da classe dominante, ao mesmo tempo que subalterniza a classe dominada.

O conceito de *cercamento*, aqui apresentado, refere-se, portanto, à esta estrutura de práticas simbólicas e materiais que culminaram por (re)produzir a subalternização e/ou precarização dos sujeitos do campo submergidos nas vísceras do processo capitalista, através da transformação de costumes, práticas e culturas, de modo a legitimar a ordem dominante vigente. Para isto, o *cercamento* atua nas populações do campo a partir de duas lógicas: a) *encurralamento* (Santos; Barbosa, 2020); b) *confinamento*. A análise destas duas lógicas foi elaborada em corroboração com os conceitos de *campo* e *habitus* (Bourdieu, 1996). Para o conceito de *encurralamento*, entende-se que o agronegócio, como *campo*, atua de modo a exercer um *cerco*, um sufocamento na cultura camponesa resistente, impedindo-o de continuar suas práticas a partir da violência efetiva ou pela inviabilização concreta das práticas camponesas (Silva, 2021). Já para o conceito de *confinamento*, o agronegócio, atua de modo a efetivar a incorporação de suas lógicas, valores e práticas no interior da cultura camponesa, transformando-a por dentro, não através de uma violência efetiva. Sendo um complexo mecanismo de imposição simbólica ocorrido na disputa dos campos sociais.

Nesta vertente, a reflexão sobre o *cercamento* busca compreender, a partir de uma perspectiva analítica da organização cultural socialmente constituída, as formas de atuação do capitalismo e suas novas formas de exploração e legitimação da classe dominante na sociedade. Estas foram aqui delimitadas sob três meios de atuação: a) práticas *inclusivas excludentes*, b) *expropriação cultural*, e c) *incorporação da ideologia dominante*. A definição das práticas *inclusivas excludentes,* realizadas no processo de *cercamento* das populações do campo, resgatada a partir de Kuenzer (2002), que versou sobre uma forma de dualidade estrutural objetificante das novas relações estabelecidas entre os indivíduos. Por sua vez, estas são legitimadas através da *incorporação da ideologia dominante*, através de um complexo mecanismo de ressignificação, que dentro da lógica do *cercamento*, expropria os sujeitos não só da propriedade e posse das terras comuns, bem como do acesso às terras de melhor qualidade produtiva (Silva, 2021), mas, notadamente, atua na negação de sua própria cultura, de suas práticas e valores adjacentes. O sujeito, portanto, vivencia uma *expropriação cultural*, à medida que tem suas práticas e valores substituídos, de forma direta ou indireta,

por uma cultura capitalista empresarial de vertente neoliberal. Dentro deste movimento, as práticas de *inclusão excludente* ocultam mecanismos de subalternização no cerne de práticas inclusivas. Este elemento do *cercamento* torna-se fundante do mecanismo potencializador da desigualdade social, uma vez que age através do *desconhecimento* (Martins, 2021), ocultando, no seio de processos inclusivos, fins excludentes. A vulnerabilidade social dos(as) *cercados(as)*, tende a conduzi-los a aceitar práticas que os explorem. Por outro lado, há cenários ainda mais complexos, onde a exploração torna-se a melhor opção econômica ao explorado.

A elaboração do conceito de *cercamento*, ocorreu em contato direto com os sujeitos de pesquisa, enquanto professor presencial do novo programa de Ensino Mediado do Estado de Goiás (GOIÁS TEC). Estando em uma escola rural no município de Jataí-GO, no Sudoeste goiano e atuando diretamente com os filhos dos trabalhadores assalariados das fazendas, este contato e convívio, provocou reflexões e indagações à cerca da realidade observada. Por esta via, estes indivíduos, são impactados diretamente na elaboração de suas práticas e valores pelo agronegócio, como campo social, ao mesmo tempo que vivenciam transformações tecnológicas, sociais e culturais complexas, colocando também a escola como palco deste processo. Dessa forma: a) Qual o papel da escola e da tecnologia na legitimação e reprodução do *cercamento*? Teria ambas elaborado mecanismos de *cercamento* específicos? Como o *cercamento*, analisado nesta perspectiva cultural, possibilita compreender a reprodução das desigualdades sociais na elaboração de novas formas de subalternização e precarização?

O objetivo geral desta pesquisa, visando refletir estas inquietações, é analisar como os diferentes *cercamentos* (escolar, tecnológico e cultural) configuram ressignificações nas práticas e valores dos indivíduos oriundos de famílias camponesas em regime de assalariamento nas fazendas do município de Jataí. Para isto, os objetivos específicos são: a) Elaborar o conceito de *cercamento* como mecanismo de ampliação da subalternização de camponeses precarizados no interior do processo capitalista; b) descrever os diferentes *cercamentos* (escolar, tecnológico e cultural) e suas constituições a partir do cotidiano dos sujeitos desta pesquisa; c) examinar as novas disputas educacionais do capital agrário goiano e suas implicações no *cercamento*; d) analisar as implicações dos *cercamentos* na reprodução social dos trabalhadores assalariados do campo no município de Jataí-GO.

A metodologia da pesquisa baseia-se em uma abordagem etnográfica, inspirada em Geertz (2017), com foco na análise do cotidiano como forma de revelar desigualdades sociais ocultas, desvelando o *cercamento* na análise do micro, permitindo compreender os significados construídos pelos sujeitos nas suas práticas diárias. Os dados serão coletados por meio de observações participantes, entrevistas abertas e semiestruturadas, registros em diário de campo, rodas de conversa realizadas na escola, além de fotografia. O objetivo é construir uma análise densa (Geertz, 2017) das relações sociais e educacionais dos sujeitos pesquisados, especialmente nas suas vivências na escola. A pesquisa contempla uma diversidade de sujeitos: adolescentes, jovens e suas famílias, oriundas do trabalho assalariado rural, além de professores das escolas rurais. A escolha dos sujeitos considera intencionalmente variáveis como gênero, origem, raça e trajetória escolar para garantir representatividade e aprofundamento na análise dos *cercamentos*. Os espaços da escola, da casa e do trabalho serão analisados com o intuito de identificar como reproduzem, ressignificam ou elaboram resistências aos *cercamentos*. A pesquisa de campo está em desenvolvimento e foi dividida em duas etapas: primeiro, a aplicação de questionários e entrevistas abertas para levantamento de dados primários junto a estudantes e profissionais da educação; depois, a etapa etnográfica com observações mais detalhadas nas escolas rurais e visitas domiciliares aos que aceitarem participar da pesquisa.

Com o desenvolvimento da pesquisa alguns dados e problemas demandaram modificações na estrutura inicial da pesquisa: 1) baixa adesão aos questionários e no aceite a participar da pesquisa por medo de retaliações dos fazendeiros; 2) a extensa jornada de trabalho das famílias tem dificultado a realização da pesquisa de campo. Para preservar os sujeitos, que possuem medo de sofrerem retaliação dos fazendeiros, optou-se por realizar uma etnografia de menor escopo quantitativo, somente nas famílias que não possuíam nenhum risco de serem impactadas pela pesquisa.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Diante dos caminhos trilhados e dos que ainda estão por vir, bem como dos obstáculos enfrentados no desenvolvimento desta pesquisa, delimita-se o *cercamento* como mecanismo

vivo do capitalismo, que permanece atual e operante nas dinâmicas de precarização e subalternização de sujeitos camponeses em contextos rurais. Busca-se compreender como os *cercamentos* (cultural, escolar e tecnológico) atua de forma integrada, minando práticas, valores e resistências locais, enquanto reforçam as estruturas de desigualdade social. As limitações encontradas no desenvolvimento da pesquisa, por meio das retaliações e ameaças temidas pelos trabalhadores assalariados confirmam que o capitalismo agrário contemporâneo se reproduz não apenas por meios econômicos e políticos, mas, sobretudo, por dispositivos simbólicos, que transformam as formas de existir, sentir e agir dos sujeitos *cercados*. Analisar os *cercamentos*, enquanto processo multifacetado, operando do macro ao micro, é fundamental para desvelar os mecanismos que sustentam e legitimam a desigualdade social no campo, ao mesmo tempo que abre caminhos para refletir e subsidiar práticas pedagógicas, potencializando políticas públicas capazes de enfrentar tais lógicas que *cercam* os camponeses a contrapelo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BRENNER, R. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. **Past & present**, v. 70, n. 1, p. 30-75, 1976.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1.ed. – [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

KUENZER, A. Z. *Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho*. **Capitalismo, trabalho e educação**, v. 3, p. 77-96, 2002.

MARTINS, J. S. **Sociologia do desconhecimento**: ensaios sobre a incerteza do instante. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

MARX, K. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2015.

SANTOS, F. D..; SOARES, R. B. CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA AMBIENTAL E O PROCESSO DE ENCURRALAMENTO/EXPROPRIAÇÃO DAS POPULAÇÕES LOCAIS NO NORTE DE MINAS. **Revista Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 145–157, 2020. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1551. Acesso em: 9 maio. 2025.

SILVA, E. B. **CAMPONESES: cercados e a contrapelo**. Editora CRV. 518p. 2021.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WOOD, E. M. As origens agrárias do capitalismo. **Revista Crítica Marxista**, v. 1, n. 10, 2000.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E ESCOLARIZAÇÃO: uma análise das condições dos atendidos pelo Centro POP de Goiânia

Orientanda: Thainá Oliveira de Sena
Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Machado

Resumo: A pesquisa "Entre histórias e trajetórias: ecos da escolarização na vida da população em situação de rua no município de Goiânia" tem como objetivo compreender de que forma os processos de escolarização vivenciados por pessoas em situação de rua impactam na efetivação de seus direitos fundamentais. De abordagem qualitativa, o estudo está sendo desenvolvido com usuários do Centro POP de Goiânia, por meio de entrevistas semiestruturadas e análise documental. Até o momento, foram realizadas duas entrevistas, cujos relatos revelam rupturas precoces com a escola, frequentemente associadas à necessidade de trabalhar desde a infância e à sensação de não pertencimento ao ambiente escolar. Paralelamente à pesquisa, a investigadora atua como alfabetizadora no Programa Brasil Alfabetizado (PBA), também no Centro POP. Observa-se que fatores como privação de sono, exaustão física e mental, uso de substâncias e outras vulnerabilidades impactam diretamente na frequência dos alunos. Ainda assim, quando presentes, demonstram forte interesse nos conteúdos trabalhados, transformando o espaço pedagógico em território fértil para a escuta, a partilha de experiências e a produção de narrativas que contribuem fortemente com a pesquisa em andamento.

Palavras-chave: Educação. População em Situação de Rua. Escolarização. Direitos Humanos e Sociais.

Introdução

O projeto de pesquisa intitulado "Entre histórias e trajetórias: ecos da escolarização na vida da população em situação de rua no município de Goiânia" proposto pela mestranda Thainá Oliveira de Sena, orientado pela Prof.ª Dr.ª Maria Izabel Machado e vinculado à linha de pesquisa "Educação, trabalho e movimentos sociais", possui como objetivo principal compreender as trajetórias de educação e escolarização da população em situação de rua,

atendida pelo Centro POP de Goiânia, e suas influências na efetivação de direitos fundamentais. Especificamente, busca analisar os contextos legislativos nas esferas nacional e municipal relacionados às políticas públicas voltadas para a população em situação de rua; avaliar, por meio de entrevistas, os percursos de escolarização dessa população em Goiânia, atendida pelo Centro POP; e sistematizar as principais demandas, a partir de suas vivências, para efetivação de seus direitos.

Diante de tais objetivos, propôs-se a investigar o seguinte problema: em que medida a educação pode atuar como um facilitador ou um obstáculo na efetivação dos direitos da população em situação de rua? Para responder a este problema, é necessário a escuta dos sujeitos que estão inseridos neste duplo contexto: em situação de rua e em atendimento pelo Centro POP de Goiânia.

É fundamental realizarmos a escuta da população a qual esses direitos são destinados, com o objetivo de compreendermos o seu estágio de efetivação: se estão ou já estiveram em processo de escolarização; se demonstram interesse em retomar os estudos; quais são os principais obstáculos enfrentados; quais direitos têm sido sistematicamente negados; dentre outras questões.

Neste contexto, Duarte (2004) argumenta que se as entrevistas

> [...] forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (p. 215).

Assim, para construção da pesquisa, em comunhão com as trajetórias a serem escutadas, é necessário considerar o contexto da população em situação de rua no âmbito das políticas públicas e da garantia e efetivação de direitos, refletindo acerca de sua relação com a escola, suas rupturas, suas demandas e obstáculos sociais.

A educação é um direito fundamental que não pode ser dissociado das demais dimensões dos direitos humanos e sociais. Sua concretização exige a garantia de condições mínimas de existência, como o acesso à alimentação, moradia, saúde, trabalho e segurança. Dessa forma, ela não deve ser tratada de maneira isolada, mas inserida em um projeto social mais amplo, comprometido com a promoção da justiça social e com o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Nesse debate, as reflexões de Michael Apple são de extrema relevância. Em sua obra "A educação pode mudar a sociedade?", o autor argumenta que isso só será possível se a educação enfrentar abertamente as estruturas de classe e o capitalismo (APPLE, 2019).

Aplicando esse olhar ao contexto da população em situação de rua, torna-se imprescindível compreender as dinâmicas sociais que moldam suas vivências. Questões de classe, raça, gênero e sexualidade atravessam suas existências, constituindo marcadores sociais que influenciam diretamente o acesso ou a negação aos direitos humanos e sociais. A educação, nesse contexto, é também um reflexo das exclusões sofridas por esses sujeitos e, ao mesmo tempo, uma ferramenta potente de resistência e superação.

Apple compreende que

> A luta pela democracia em educação tem sido, e ainda é, exatamente isto: uma luta. Possui uma longa e valiosa história. Essa história engloba movimentos diversos para transformar a educação e outras instituições, para que seus meios e fins respondam a necessidades e anseios vividos pelo experimento continuado de criar cidadãos críticos e conhecedores de que são responsáveis pelas suas próprias vidas. Isso exige, devidamente, que levemos a sério as demandas das pessoas que não se beneficiam dos modos como nossas sociedades estão organizadas atualmente: aquelas "marcadas" pela visão dominante de classe, raça, gênero/sexualidade, deficiência, direitos de imigrante, e tanto mais. Exige também uma interrogação crítica constante sobre quem somos "nós", como ponto de partida. Essas questões colocam um conjunto de responsabilidades éticas, políticas, e também educacionais, sobre as pessoas que se preocupam com o papel da educação na sociedade maior: um conjunto de responsabilidades que são ainda mais urgentes para pessoas comprometidas com a transformação social verdadeira (2017, p. 901).

Compreender essas dimensões permite avaliar o impacto da educação no cotidiano dessas pessoas e sua contribuição para a inclusão social e o exercício pleno de direitos.

Metodologia

De acordo com dados fornecidos pela equipe técnica do Centro POP, composta por psicólogos e assistentes sociais, no mês de abril de 2025 foram atendidas 445 pessoas. Dentre elas, 86% são homens cisgêneros heterossexuais, 9,5% mulheres cisgêneras heterossexuais, 2% homens transexuais e 2,5% mulheres transexuais. Os registros contemplam tanto indivíduos em primeiro atendimento quanto reincidentes com prontuário ativo.

A maior parte dos atendidos tem entre 18 e 39 anos (55,5%), seguida por pessoas entre 40 e 59 anos (38,5%). Apenas 6% têm mais de 60 anos. Quanto à autodeclaração racial, 67,5%

se identificam como pardos, 18,5% como pretos e 14% como brancos. Em relação à escolaridade, observa-se que 51% possuem ensino fundamental incompleto, 11% concluíram o ensino fundamental, 15% têm ensino médio incompleto, 18% concluíram o ensino médio, 1,5% possuem ensino superior incompleto, 1,5% completaram o ensino superior e 2% são analfabetos. No que diz respeito à ocupação, 84% exercem alguma atividade profissional, formal ou informal, enquanto 16% não possuem vínculo de trabalho ou profissão.

Diante desse cenário, foram estabelecidos critérios de inclusão para a participação na pesquisa, priorizando indivíduos com prontuário ativo no Centro POP, o que possibilita filtrar com maior precisão as demais condições de elegibilidade. Foram incluídas pessoas que estão em situação de rua há mais de seis meses, com idade entre 18 e 59 anos, abrangendo tanto homens quanto mulheres, cisgêneros e transgêneros, em proporções compatíveis com o perfil geral de atendimentos da unidade: aproximadamente 88% homens e 12% mulheres. Foram excluídos do estudo indivíduos com idade superior a 60 anos, aqueles cuja situação de rua é inferior a seis meses e pessoas sem prontuário ativo no Centro POP.

A coleta de dados está sendo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com aproximadamente 8 a 15 participantes. O número exato será definido conforme o critério de saturação, quando os relatos começarem a se repetir. As entrevistas estão sendo conduzidas individualmente, em ambiente reservado, em horários previamente combinados com os participantes.

A abordagem metodológica adotada é qualitativa, fundamentada na análise de discurso e de conteúdo, com apoio em referenciais teóricos relacionados ao tema. Todas as entrevistas estão sendo gravadas em áudio, mediante o consentimento prévio dos participantes, formalizado por meio da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), conforme protocolo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Até o momento, duas entrevistas foram realizadas. O convite à participação está sendo feito de forma presencial, respeitando a natureza do público-alvo e com o apoio da equipe do Centro POP. Ressalta-se que a pesquisa se encontra em fase inicial de coleta de dados e está sendo conduzida com a anuência institucional da SEMASDH e do Comitê de Ética em Pesquisa da UFG.

A escolha pelo método qualitativo justifica-se pela necessidade de uma aproximação sensível com o campo e com os sujeitos envolvidos. Tal escolha é reforçada pelo meu vínculo profissional no lócus da pesquisa, o que contribui para o estabelecimento de confiança e compreensão mais profunda das trajetórias vividas. Conforme argumenta Chizzotti (1995), a pesquisa qualitativa reconhece que o conhecimento é produzido na interação entre o sujeito e a realidade social, a qual é carregada de sentidos e construída por sujeitos concretos em suas práticas cotidianas.

Resultados iniciais/parciais e discussão

Até o presente momento, foram realizadas duas entrevistas das quinze previstas. Embora ainda não tenham sido transcritas integralmente, os diálogos apontam para fortes rupturas com a experiência escolar, especialmente desde a infância. Os sujeitos relatam abandono precoce da escola, motivado por fatores como a necessidade de trabalhar desde cedo e um constante sentimento de não pertencimento ao ambiente escolar. Um dos entrevistados revelou que nem mesmo nas aulas de arte conseguia se sentir incluído entre os colegas, reforçando a ideia de que a escola não se constituiu como espaço de acolhimento e construção de identidade.

Paralelamente à realização das entrevistas, iniciei há dois meses, como alfabetizadora responsável, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) na unidade do Centro POP, em horário de contra turno ao meu trabalho regular. Inicialmente ofertado no período vespertino, o programa enfrentou baixa adesão, uma vez que muitos participantes precisavam se ausentar nesse horário para trabalhar, organizar documentação ou cuidar de demandas urgentes da sobrevivência cotidiana. Há cerca de um mês, a turma foi transferida para o período matutino, momento em que há maior circulação de pessoas na unidade, entre o café da manhã e o almoço e, com isso, registrou-se um aumento significativo na participação.

Apesar da melhora na frequência, persistem desafios constantes. Muitos dos participantes não conseguem dormir durante a noite, permanecendo em estado de vigilância devido à insegurança nas ruas, o que os leva a dormir durante o dia. Os que comparecem às aulas frequentemente apresentam sinais de cansaço extremo e sonolência. Diante disso,

tenho buscado estratégias para tornar o ambiente mais acolhedor e compatível com a realidade dos alunos. Além disso, a realização do programa, expandido também para o letramento, além da alfabetização, tem possibilitado a escuta de narrativas ricas para a pesquisa em andamento, sendo fundamentais para a compreensão das vivências de cada sujeito e os seus percursos escolares.

Considerações finais

Os dados preliminares da pesquisa sugerem que os processos de escolarização dessas pessoas são atravessados por fatores históricos e estruturais, como o trabalho infantil precoce, o sentimento de exclusão no ambiente escolar e a ausência de políticas públicas integradas que garantam o direito à educação de forma plena. As entrevistas realizadas até o momento indicam que a experiência escolar, para muitos dos sujeitos, esteve mais associada à rejeição e ao não pertencimento do que à emancipação ou inclusão.

Neste momento, os dados em construção não permitem conclusões definitivas, mas reforçam a necessidade de refletir sobre como as políticas públicas voltadas à população em situação de rua têm (ou não) considerado o direito à educação em sua complexidade. A continuidade da pesquisa buscará aprofundar essas questões, a fim de compreender em que medida a educação pode contribuir para a efetivação de direitos e para a reconfiguração de trajetórias historicamente marcadas pela exclusão.

Referências

APPLE, Michael W. **A educação pode mudar a sociedade**? São Paulo-SP: Cortez, 1a ed., 2019, 208p.

APPLE, Michael. **A luta pela democracia na educação: história e desafios atuais**. Curriculum: revista de teorias e práticas de educação. São Paulo-SP, v. 18, n. 2, p. 901-916, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/35530/24420>. 09 maio 2025.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo-SP: Cortez, 3a ed., 1995, 127p.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em Revista. Curitiba-PR, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/?lang=pt>. Acesso em: 09 maio 2025.

LINHA 2 – ESTADO, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

TUTORIA EDUCACIONAL: OS DILEMAS E CONTRADIÇÕES DA FUNÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE APARECIDA DE GOIÂNIA

Daiana Pires Tizzo
Orientador: Prof. Dr. Luís Gustavo Alexandre da Silva

Resumo: Esta pesquisa analisa o trabalho do tutor educacional os dilemas e contradições da função nas escolas públicas da regional de educação de Aparecida de Goiânia diante do "Circuito de Gestão Goiano" e das prescrições da rede estadual. O estudo é resultado de análise de documentos do repositório institucional do Instituto Unibanco e da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás, consistindo, ainda, em uma revisão de literatura sobre o tema gestão educacional no contexto da rede estadual de ensino em Goiás e um questionário com os tutores educacionais. Esse modelo, amplamente difundido no Brasil como uma tentativa de otimização da gestão educacional, inspira-se em abordagens gerencialistas, conforme discutido por autores como Ball (2001) e Adrião (2009), que problematizam a influência do gerencialismo e das parcerias público-privadas na formulação e implementação de políticas educacionais. Além disso, a pesquisa se apoia em Lück (2009), que discute a importância da gestão democrática e participativa, contrapondo-se a modelos que enfatizam o controle e a padronização dos processos educacionais. A atuação do tutor educacional, nesse contexto, revela uma série de contradições, especialmente no que diz respeito à sua autonomia e às exigências institucionais impostas pelo programa

Palavras-chave: Circuito de Gestão. Tutor Educacional. Ensino Médio.

O modelo de tutoria educacional adotado em Goiás se inspira na experiência da cidade de Nova York, sistematizada pela Fundação Itaú Social. A proposta visa integrar a tutoria à estrutura dos sistemas públicos de ensino, funcionando como uma estratégia permanente de acompanhamento e desenvolvimento profissional nas unidades escolares. De acordo com o *Guia de Tutoria Educacional*, essa política foi incorporada ao sistema estadual de ensino goiano, que formou cerca de trezentos tutores distribuídos em quarenta órgãos regionais, consolidando uma rede de apoio à gestão escolar comprometida com resultados educacionais mais efetivos. (Itaú social, 2014)

A função tutora está associada à necessidade de consolidar processos de formação continuada em serviço e ao acompanhamento sistemático das práticas escolares. A partir do Pacto pela Educação, lançado em Goiás em 2012, houve uma reconfiguração significativa dessa função. Até 2011, havia a chamada "dupla pedagógica", cuja atribuição era acompanhar

a prática pedagógica das escolas. Com a reformulação promovida pelo pacto, o cargo foi renomeado para “tutor educacional”, assumindo um papel mais estratégico e voltado à gestão da aprendizagem, com foco na melhoria dos indicadores educacionais, especialmente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). (Silva e Tizzo, 2022)

Diante desse contexto, este estudo se propõe também a investigar o papel do tutor educacional especificamente dentro do Circuito de Gestão *e do* Programa Ensino Médio Inovador. Nesses programas, os tutores desempenham um papel estratégico ao organizar semanalmente a pauta de trabalho e ajustá-la às necessidades de cada escola sob sua supervisão. Esse processo exige uma escuta qualificada, capacidade analítica e articulação constante com a equipe gestora. O maior desafio enfrentado por esses profissionais, em parceria com a gestão escolar, é garantir o controle e o monitoramento do trabalho pedagógico com foco na melhoria dos resultados. Com base nessa proposta, o estudo visa compreender de forma mais aprofundada como a atuação dos tutores contribui para o fortalecimento da gestão escolar e para o avanço dos indicadores de qualidade da educação pública em Goiás. (Silva e Tizzo, 2022)

Além do trabalho direto nas unidades escolares, os tutores também participam de momentos formativos nas regionais, em encontros realizados semanalmente, uma vez por semana. Nesses momentos, os tutores estudam e discutem temas pedagógicos com os assessores da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (Seduc-GO), os quais são formados pela gerência de tutoria em parceria com o Instituto Unibanco. Essa estrutura de formação contínua busca garantir a atualização teórica e metodológica desses profissionais, qualificando ainda mais sua intervenção nas escolas e fortalecendo o papel do tutor como formador de gestores e professores. (Silva e Tizzo, 2022)

A função de tutor educacional no contexto da educação pública surge como uma estratégia de intervenção pedagógica e de gestão, com o objetivo de fortalecer o acompanhamento das escolas e promover a melhoria dos índices educacionais. Essa figura, inicialmente pensada como um articulador entre as equipes técnicas e as escolas, tem ganhado centralidade nos programas de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino, como forma de garantir que as diretrizes e metas educacionais se materializem no

cotidiano escolar. O tutor atua como mediador entre a teoria das políticas educacionais e a prática pedagógica, sendo um elo entre a gestão central e o chão da escola. (Neto, 2022)

Investigar a função do tutor educacional na execução das ações do Circuito de Gestão, identificando as contradições inerentes ao seu trabalho diante das prescrições institucionais da SEDUC-GO. A partir da observação e análise da prática desses profissionais, busca compreender como as diretrizes estabelecidas pelo programa se materializam no cotidiano escolar e de que forma os tutores lidam com desafios, limitações e possibilidades dentro desse contexto de gestão.

A partir deste recorte alguns pontos serão levantados na pesquisa para reflexão e prática do trabalho do tutor educacional. Como, de que maneira o trabalho do tutor educacional, no contexto do Circuito de Gestão Goiano em Aparecida de Goiânia, se articula com a gestão escolar e quais contradições surgem dessa relação? Como a trajetória e as funções do tutor educacional foram sendo constituídas dentro das políticas educacionais voltadas ao Circuito de Gestão? Quais são as principais atribuições do tutor educacional dentro do Circuito de Gestão e como essas atribuições se materializam no cotidiano escolar? Como o tutor educacional percebe e vivencia as contradições entre as diretrizes institucionais da SEDUC-GO e as demandas práticas da gestão escolar? Quais desafios e possibilidades surgem da atuação do tutor educacional como mediador entre a gestão escolar e as políticas educacionais implementadas em rede?

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, uma análise documental e a revisão bibliográfica são métodos adotados para a investigação. Entre os documentos a serem examinados, destaca-se a Portaria nº 1874, de 12 de abril de 2023(Seduc-GO, 2023) que normatiza o trabalho do tutor educacional e define suas atribuições dentro da rede estadual de ensino de Goiás. Também será analisada a Diretriz Operacional 2023-2025 (Goiás, 2025), que orienta a implementação do Circuito de Gestão e estabelece parâmetros para a atuação desses profissionais. Além disso, a pesquisa buscará levantar dados disponíveis sobre a parceria entre o Instituto Unibanco e a Secretaria Estadual de Educação de Goiás (SEDUC-GO), investigando de que forma essa colaboração influencia a organização das formações continuadas para professores, mediadas pelos tutores educacionais. Outro aspecto

fundamental será a análise de fontes bibliográficas sobre o pacto pela educação no estado de Goiás.

Para apreender o movimento contraditório existente na realidade de seu objeto, optou-se pela pesquisa qualitativa, que objetiva apreender as contradições, buscando as causas da sua existência, de modo a explicar suas origens, as relações e as mudanças no decorrer da história.

> Por meio da pesquisa qualitativa com enfoque histórico-estrutural-dialético, é possível assinalar as causas e as consequências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa. (Triviños 1987, p. 125)

Nesse sentido, para ampliar a reflexão sobre a prática, um questionário semiestruturado[27] apresenta-se como um instrumento metodológico essencial para capturar as percepções dos sujeitos da pesquisa sobre sua atuação no contexto escolar. Os participantes deste estudo serão tutores educacionais da rede estadual de ensino de Goiás do município de Aparecida de Goiânia, que vivenciam diretamente a implementação do Circuito de Gestão e suas implicações na prática pedagógica e na administração escolar.

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário composto por perguntas fechadas, respondido de forma online e sem a presença do pesquisador, conforme metodologia descrita por Marconi e Lakatos (2003). A escolha desse instrumento de pesquisa visou proporcionar maior sistematização e confiabilidade às informações obtidas, garantindo uma melhor compreensão do objeto de estudo.

No decorrer do processo investigativo, foi realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de identificar os principais referenciais teóricos que fundamentam a pesquisa, além de contribuir para a delimitação do tema. A revisão permitiu mapear as recorrências e lacunas existentes nos estudos sobre a atuação do tutor educacional, a implementação do Circuito de Gestão e as relações entre gestão escolar e políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio. Esse levantamento foi fundamental para compreender as abordagens já consolidadas na literatura e evidenciar aspectos ainda pouco explorados, orientando assim a construção do problema de pesquisa e dos objetivos específicos.

[27] O questionário aplicado aos tutores educacionais será um instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa, via plataforma Jotform.

Os bancos de dados utilizados na revisão bibliográfica foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal de Periódicos da CAPES, que reúnem produções acadêmicas de diversas instituições do país. A partir dessas bases, foram selecionadas dissertações, teses e artigos científicos que abordam temas relacionados ao papel do tutor educacional, as políticas de gestão escolar e os impactos das reformas educacionais na rede pública de ensino. Além disso, foram consultadas obras de autores referenciais na área da gestão educacional, políticas públicas e avaliação educacional, a fim de aprofundar a análise sobre o contexto de atuação dos tutores e as contradições inerentes ao modelo de gestão implementado pelo Instituto Unibanco em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de Goiás (SEDUC-GO).

Para a realização da revisão bibliográfica, foram utilizados os seguintes descritores de busca: "*Reforma educacional*", "*Tutor educacional*", "*Rede pública de ensino*". A busca foi conduzida em bases de dados acadêmicas reconhecidas, garantindo a seleção de produções científicas que dialogam com os objetivos da pesquisa.

O recorte temporal adotado compreende o período de 2012 a 2025, justificando-se pela necessidade de analisar estudos recentes que abordam as transformações no campo da gestão escolar e da atuação do tutor educacional no contexto da educação pública brasileira. Esse intervalo considera o impacto das políticas educacionais mais recentes, incluindo as diretrizes implementadas pelo Instituto Unibanco em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de Goiás (SEDUC-GO), bem como as mudanças ocorridas no Ensino Médio e nas avaliações externas, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Além disso, esse período contempla a Diretriz Operacional 2023-2025, que rege a atuação dos tutores educacionais, e a Portaria nº 1874/2023, que normatiza suas atribuições, possibilitando uma análise mais contextualizada e alinhada com as transformações mais atuais na gestão escolar e na política educacional.

Considerações finais

Dentro desse contexto do privado dentro do público a partir de medidas gerencia listas, o tutor apresenta um perfil contraditório, ele atua como facilitador do processo

educativo, promovendo a ligação entre docentes, alunos e gestão escolar, implementa as práticas pedagógicas definidas pelo Pacto pela Educação, acompanha o aprendizado dos estudantes e monitora as proficiências alcançadas nas avaliações externas IDEB, é responsável pelo acompanhamento do circuito de gestão goiano que surgiu do Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de futuro, monitora os resultados e compreende o funcionamento da rotina escolar, atua como elo entre a unidade escolar e os órgãos de gestão regional e central além de mobilizar e articular as práticas de gestão na rede de ensino. (Silva e Tizzo, 2022)

Em resumo, o tutor educacional é um profissional-chave na implementação do Pacto pela Educação, atuando como um mediador entre os diferentes atores do processo educativo e garantindo que as diretrizes do Pacto sejam seguidas. Ele é responsável por monitorar o desempenho dos estudantes, implementar práticas pedagógicas inovadoras e promover a interlocução entre a escola e os órgãos de gestão.

REFERÊNCIAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS. SEDUC-GO. **Portaria nº 1667, de 18 de maio de 2023**. Estabelece no uso de suas atribuições legais sobre a seleção e modulação de tutores educacionais no âmbito da Seduc. 2023a. Disponível no SEI – Seduc/Goiás.

SILVA, L. G. A. da; TIZZO, D. P. **O TRABALHO DO TUTOR EDUCACIONAL NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DE GOIÁS**. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 2, p. 779–794, 2022.

SILVA, L. G. A. et al. A gestão escolar no contexto atual: o paradigma gerencial e o trabalho do dirigente escolar em Goiás. *In:* OLIVEIRA, J. F.; OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. (orgs.) **Trabalho docente na educação básica em Goiás**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 197-217.

SILVA, Luís Gustavo Alexandre; TEIXEIRA Ricardo Antônio. **A gestão da escola e o trabalho do diretor escolar em tempos de gerencialismo na educação pública**. Curitiba, Appris, 2022.

Tozoni-Reis, M.F.de C. O método materialista histórico e dialético para pesquisa em educação. Rev. Simbio-Logias, V. 12, Nr. 17 – 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. Pesquisa Qualitativa. In: TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo, SP: Atlas, 1987. p. 116-170.

AS ATRIBUIÇÕES E A ATUAÇÃO DO DIRETOR ESCOLAR NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE GOIÂNIA

Hélen Consuelo Delmondes
Orientador: Prof. Dr. Luís Gustavo Alexandre da Silva

Resumo: A pesquisa intitulada "As atribuições e a atuação do Diretor Escolar no Sistema Municipal de Ensino de Goiânia" objetiva contribuir com a reflexão sobre o trabalho e as atribuições do diretor escolar das escolas municipais de Goiânia, a partir de diferentes reflexões, análises e experiências que afetam diretamente o trabalho deste profissional. A pesquisa tem abordagem qualitativa e o caminho metodológico adotado foi bibliográfico, documental e de campo, por meio de entrevistas com os diretores das escolas selecionadas. Serão entrevistados cinco diretores de escolas públicas da rede municipal de ensino de Goiânia, sendo um de cada Coordenadoria Regional de Educação. Será realizada a partir dos estudos e análises de autores que tratam da gestão democrática, a nova gestão pública e o contexto educacional, o trabalho do diretor escolar, os documentos legais que normatizam as suas atribuições, o sistema municipal de ensino de Goiânia e o estudo de caso múltiplo.

Palavras-chave: Diretor Escolar, Atribuições, Demandas, Atuação.

Introdução

Este estudo pretende contribuir com a reflexão sobre as atribuições e a atuação do diretor escolar nas escolas municipais de Goiânia, a partir de diferentes reflexões, análises e experiências que afetam diretamente o trabalho do diretor escolar. Tem como objetivo discutir os pressupostos teóricos e os eixos que fundamentam o exercício da prática e a partir desta reflexão, entender que as duas realidades não podem ser compreendidas como opostas e desvinculadas. O recorte temporal para este estudo se estabelece entre janeiro de 2014 a julho de 2025, compreendendo-o como relevante, pois contempla o período de implantação de diferentes documentos normativos relacionados ao Ensino Fundamental. O servidor que atua na função de diretor de uma escola municipal de Goiânia não pode ser comissionado ou estar em regime de contrato especial. Esta função será exercida por profissionais da educação, efetivos, que não estejam em estágio probatório e que sejam aprovados ao final de um curso

de formação ministrado pela Gerência de Formação dos Profissionais da Educação - GERFOR, da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.

Referencial Teórico

Esta pesquisa tem como aporte teórico os seguintes autores: Barroso (1996); Botelho (2022); Brooke (2006, 2008); Chauí (2005); Dourado (2001, 2006, 2007, 2008); Fernandes (2018); Gadotti e Romão (1997); Gil (2002); Laval (2019); Libâneo (2012, 2014); Medeiros (2003); Minayo (1994); Netto (2011); Paro (1998, 2005, 2012, 2015); Saviani (2006); Schlesener (2006); Silva (2015); Silva e Teixeira (2022), Souza (2006); Veiga (1995); Verger (2019); Werle (2003); Wittmann (2000); entre outros autores descritos nas referências.

Metodologia

Este projeto de pesquisa seguirá uma abordagem qualitativa por meio de revisão de literatura sobre o tema diretores escolares e entrevistas com os diretores das escolas municipais de Goiânia. A primeira etapa será a revisão de literatura nos bancos de teses, dissertações e no portal de periódicos da Capes sobre o perfil, a atuação e o trabalho dos diretores escolares, para compreender o desenvolvimento das pesquisas na área. A segunda etapa será a análise de documentos do sistema municipal de ensino pertinente à função de diretor escolar, normativas, documentos que descrevem o funcionamento do sistema municipal de ensino e as atribuições dos diretores. Assim como leis que regulamentam a atuação dos diretores ou gestores escolares nas instituições públicas do nosso país; as portarias; os documentos normativos da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, do Conselho Municipal de Educação e de outras instâncias governamentais. A terceira etapa será a realização de entrevistas com cinco diretores escolares das escolas públicas do sistema municipal de ensino de Goiânia distribuídas nas cinco Coordenadorias Regionais de Educação de Goiânia. A quarta etapa está relacionada à discussão, levantamento de problemas e propostas, e análise do que foi coletado a fim de compreender o contexto, comportamentos, motivações, atitudes e contradições que atribuem sentido ao trabalho realizado.

Considerações Finais

São inúmeros os desafios no âmbito do trabalho e da atuação dos diretores das escolas municipais de Goiânia. Compreender essa afirmação exige pensar sobre a materialização dos princípios democráticos, as intencionalidades e consequências que estão por trás deste viés. Este artigo apresentou elementos que auxiliam na compreensão da atuação do diretor nas escolas municipais de Goiânia, a natureza de sua função e os desafios que este profissional enfrenta, tais como a precarização e a intensificação do seu trabalho. Contribuir para a compreensão dos embates que se travam historicamente no campo educacional entre o poder governamental e os sujeitos políticos envolvidos para o avanço de uma gestão efetivamente democrática. Identificar as práticas que envolvem o trabalho do diretor escolar, bem como quais as condições de trabalho e o perfil deste profissional no exercício de sua função.

Referências

BARROSO, J. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In: BARROSO, J. **O estudo da Escola**. Porto: Porto Ed. 1996.

BOTELHO, G., SILVA, L. G. A. Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor: o trabalho do diretor escolar em análise. ***Jornal de Políticas Educacionais.*** v. 16, março de 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014. **Lei do Plano Nacional de Educação - PNE.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.

BROOKE, N. **O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil.** Cadernos de Pesquisa. v. 36, p. 377-401, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a06.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

_____, Nigel. CUNHA, M. A. de A. A avaliação externa como instrumento de gestão educacional dos estados. **Estudos e pesquisas educacionais.** Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/avaliacao_externa_fvc.pdf. Acesso em: 19 abr. 2025.

_____, N. SOARES, J. F. Pesquisa em eficácia escolar: **origens e trajetórias (org)**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CHAUÍ, M. Cultura e Democracia: **o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Cortez, 2011.

CURY, C.R.J. Gestão Democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA, M. A. M. (org.). Gestão Educacional: **Novos olhares Novas abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 15-21

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. C. (org.). Gestão democrática da educação: **atuais tendências, novos desafios**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____, L. F. **Gestão da Educação Escolar.** Brasília, DF: Universidade de Brasília, Centro de Educação à Distância, 2006.

_____, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br/Acesso em: 20/04/2025.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Gestão democrática no Brasil: **a emergência do direito à educação**. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GOIÂNIA. Lei Complementar nº 091, de 26 de junho de 2000. **Estatuto dos Servidores do Magistério Público do Município de Goiânia**. Goiânia, GO: Diário Oficial do Município, 2000.

GOIÂNIA, Secretaria Municipal de Educação e Esporte. **Proposta Político-Pedagógica para a Educação Fundamental da Infância e da Adolescência**. Goiânia, GO: SME, 2016.

GOIÂNIA. Portaria SME nº 579, de 15 de dezembro de 2020. **Regimento Escolar**. Goiânia, GO: SME, 2020.

GOIÂNIA. Lei Complementar nº 355, de 14 de outubro de 2022. **Altera a Lei Complementar nº 091, de 26 de junho de 2000**. Goiânia, GO: Diário Oficial do Município, 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. ***Fundamentos de metodologia científica***. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: **o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar:** Políticas, Estrutura e Organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____, J. C. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 28ª ed. São Paulo, SP: Loyola, 2014.

MEDEIROS, I. L. P. de. **Gestão democrática na rede municipal de educação de Porto Alegre de 1989 a 2000:** a tensão entre reforma e mudança. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003.

MENDONÇA, E.. *Estado patrimonial e gestão democrático do ensino público no Brasil*. **Educação & Sociedade,** ano XXII no 75, agosto/2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dxChfBYZjdfgPRc3v3wYZXS/> Acesso em 30/08/2024.

MINAYO, M. C. de S. *Ciência, Técnica e Arte*: O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (Orgs.). *Pesquisa social*: **teórica, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, D. A. Nova Gestão Pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação: ***Educação & Sociedade***, Campinas. v. 36, n. 132, p. 625-646, jul/set. 2015.

_____, D. A.; DUARTE, A. W. B.; CLEMENTINO, A. M. A Nova Gestão Pública no contexto escolar e os dilemas dos (as) diretores(as): ***RBPAE*** - v. 33, n. 3, p. 707-726, set./dez. 2017.

OLIVEIRA, M. M. de. ***Como fazer pesquisa qualitativa***. Petrópolis: Vozes, 2007.

PARO, V. H. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, Luiz Heron da; org. **A organização cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1998.

_____, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 2005.

_____, V. H. Administração Escolar: **introdução crítica.** 17ª. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** 3ª ed. São Paulo, SP: Ática, 2012.

_____, V. H. Diretor escolar: **educador ou gerente.** São Paulo, SP: Cortez, 2015.

ROMÃO, J. E,; PADILHA, P. R. Diretores escolares e gestão democrática da escola. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org.). Autonomia da escola: **princípios e proposições.** São Paulo, SP: Cortez, 1997.

SAVIANI, D. Educação: **do senso comum à consciência filosófica.** 12ª Edição. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SCHLESENER, A. H. Gestão democrática da educação e formação de conselhos escolares. In: SILVA, N. S. F. C. da. Políticas públicas e gestão da educação: **polêmicas, fundamentos e análises.** Brasília, DF: Líber Livro, 2006.

SILVA, E. L, da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação.** 4ª ed. Revisada. Florianópolis, SC: Laboratório de Ensino a Distância/UFSC, 2005.

SILVA, L.G.A.; TEIXEIRA, R. A. G. A **gestão da escola e o trabalho do diretor escolar em tempos de gerencialismo na educação pública**. Curitiba. Appris, 2022.

SOUZA, A. R. de. **O perfil da gestão escolar no Brasil.** Tese - Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, A. R.; OLIVEIRA, A. C. P.; CARVALHO, C. P. Como os estados e os municípios capitais no Brasil regulamentam as competências do diretor escolar. In: **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, p. 1-19, 2023. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa. Acesso em: 20 jan. 2025.

VEIGA, I. A. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: **uma construção possível.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

VERGER, Antoni. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave**.** In: ***Práxis Educativa***, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 9-33, jan./abr. 2019. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa. Acesso em: 20 jan. 2025.

A INFLUÊNCIA DOS PARÂMETROS GERENCIAIS NO PROCESSO DE PROVIMENTO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DE GOIÁS.

Isadora de Souza Neiva
Orientador: Prof. Dr. Prof. Dr. Luís Gustavo Alexandre da Silva

Resumo: Este estudo tem por objetivo analisar a influência dos princípios gerenciais na estruturação e organização dos processos seletivos para diretor escolar no sistema estadual de ensino de Goiás, ou, mais precisamente, a utilização de critérios técnicos de mérito e desempenho como componentes delimitadores do provimento da função estabelecidos pela meta 19 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. Trata-se de uma revisão bibliográfica e da análise de documentos oficiais que regulamentam o processo, a saber, a Lei n.º 20.115/2018 e a Portaria n.º 0681/2023. Como principais conclusões do estudo estão as de que os critérios técnicos de mérito e desempenho estabelecidos nos documentos interferem no processo de provimento da função de diretor escolar ao condicionarem a aceitação do candidato à sua aprovação prévia em curso preparatório e associarem o trabalho do diretor ao alcance de metas e resultados de aprendizagem. Tais critérios desconsideram o

perfil dos professores, a cultura organizacional da escola e o incentivo a práticas democráticas, como prevê a legislação educacional.

Palavras-chaves: Eleição de diretores. Diretor escolar. Provimento de função.

O estudo sobre a gestão educacional e a organização dos sistemas de ensino permite compreender a dinâmica de funcionamento das escolas públicas e os efeitos das políticas educacionais propostas para a composição e organização dos processos de decisão na gestão escolar e no trabalho do diretor. Considerando os preceitos definidos no artigo 206 da Constituição Federal e as prerrogativas legais contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) de defesa da gestão democrática, cuja base de organização constitui-se, por meio, dos conselhos escolares e dos projetos pedagógicos, o estudo dos componentes que estabelecem a gestão democrática, como os procedimentos de provimento do dirigente escolar e a sua efetivação na função tornam-se objeto dessa pesquisa.

A gestão democrática refere-se a uma concepção de gestão a ser instituída nos sistemas de ensino e na organização da escola tendo como base a defesa do diálogo, o estímulo à participação e o incentivo a práticas democráticas no cotidiano escolar. Silva e Teixeira (2022) esclarecem

> [...] a luta pela educação pública como um direito tornava-se um objetivo comum a ser alcançado pelos movimentos democráticos, articulados à ampliação da participação política, ao exercício da cidadania e o fortalecimento das instituições republicanas voltadas para a defesa do bem comum (p. 15).

Nesse sentido, o conceito de gestão democrática ganhou espaço na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB que estabeleceu como parâmetro de referência para a organização dos sistemas de ensino (Brasil, 1996). A LDB contribuiu com a efetivação da gestão democrática nos sistemas de ensino e nas escolas ao definir um conjunto de especificidades, cujo sentido seria materializar a participação coletiva dos profissionais da educação e da comunidade escolar como atores fundamentais no processo de democratização da escola (Silva; Teixeira, 2022).

O artigo 14 da LDB assegura que

> os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

> **I** - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
> **II** – Participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes

Nesta perspectiva, a eleição é um componente pertencente da concepção de gestão democrática, se torna um agente de ideias que poderão ser contrárias ao que de fato é proposto. Sem querer simplesmente constatar as distâncias entre o dito e o feito, esta pesquisa pretende analisar como os parâmetros democráticos, como a eleição de diretores, têm se sustentado considerando a influência de princípios gerenciais no processo de provimento da função do diretor escolar da rede estadual de ensino do Estado de Goiás?

Diante do exposto, a questão fundamental desta pesquisa é investigar como a eleição de diretores têm se sustentado considerando a influência de princípios gerenciais e a estruturação dos processos seletivos para a função de diretor escolar na rede pública estadual de ensino do Estado de Goiás.

Como se pretende aprofundar os estudos concernentes à influência dos princípios gerenciais na estruturação dos processos seletivos para a função de diretor escolar na rede estadual de ensino do Estado de Goiás, cabe indagar: quais são os princípios que têm orientado o processo seletivo para o provimento da função? Quais são os condicionantes definidos nos documentos para a permanência do candidato selecionado na função? Qual é o efeito dessas diretrizes no trabalho do diretor escolar? Quais são as interferências sobre os fundamentos da eleição de diretores e da gestão democrática?

O conceito de gestão democrática constitui-se na histórica luta dos trabalhadores da educação pela defesa da escola pública de qualidade e pela melhoria dos procedimentos e práticas democráticas no espaço escolar.

Conforme Silva e Teixeira (2022, p. 15),

> [...] a luta pela educação pública como um direito tornava-se um objetivo comum a ser alcançado pelos movimentos democráticos, articulados à ampliação da participação política, ao exercício da cidadania e o fortalecimento das instituições republicanas voltadas para a defesa do bem comum

No decorrer dos anos 1980, a defesa desses princípios desenvolveu-se em um contexto de abertura política e democratização da sociedade, quando diversos movimentos sociais e

políticos estavam engajados no fortalecimento da escola como espaço participativo e democrático.

Para definir o conceito de gestão democrática, Paro (2010, p. 765) parte do pressuposto de que a administração "[...] é sempre a utilização racional de recursos para realizar determinados fins", independentemente da natureza daquilo que se pretenda administrar. Assim, esse conceito rompe com duas tradicionais premissas: a primeira, a de que existe sempre alguém que administra e alguém que é administrado (ou subordinado às determinações de outra pessoa), e a segunda, a de que administrar sempre faz parte das atividades técnicas consideradas como "meio", ou seja, destinadas a alcançar algo.

Salienta-se que a gestão democrática instituída na década de 1980 e corroborada pela LDB defrontou-se com novos parâmetros organizativos para a escola pública. A década de 1990 foi marcada por grandes reformas na área da educação, pautadas pelos conceitos de descentralização, responsabilização e meritocracia. As mudanças ocorreram em sintonia com as decisões acordadas durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em março de 1990 em Jomtien, Tailândia, que traçou as prioridades para a educação mundial, sobretudo, nos países periféricos.

Para Silva e Teixeira (2022), as reformas tinham como objetivo apresentar um novo modelo de organização da estrutura educacional e, portanto, de significativas alterações no currículo, na gestão educacional, nos procedimentos de avaliação e na profissionalização docente. Afonso (2000) destaca que as reformas decorreram de relevantes mudanças ocorridas em contextos nacionais e internacionais. O autor acredita que as reformas

> "[...] podem também ser interpretadas como respostas pragmáticas às tendências de crise na educação pública envolvendo um discurso e um aparato cujo objetivo principal é fazer a gestão dessa mesma crise [...]", (Afonso, 2000, p. 57).

Saliente-se que as reformas educacionais ocorreram em sintonia com profundas mudanças na estrutura administrativa do Estado, desencadeadas na segunda metade dos anos 1990, e que constituíram a Nova Gestão Pública. Tratou-se de um novo padrão de administração pública, marcado pela presença eficiente do Estado, e entre as políticas que disseminou destaca-se a descentralização – entendida como a transferência das decisões dos tradicionais centros deliberativos da estrutura central para instâncias locais –, associada a procedimentos de incentivo à autonomia financeira e à prestação de contas.

A pesquisa é um labor artesanal, que não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular (Minayo, 1994). Como perspectiva metodológica do estudo faz-se referência ao ciclo de pesquisa defendido por Minayo (1994) que considera três fases: a exploratória, o trabalho de campo e o tratamento do material.

Quanto aos procedimentos técnicos para coleta de dados, o estudo abrangerá inicialmente a revisão de literatura nas plataformas de Periódicos do Capes e BDTD. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 158), “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Na fase exploratória deve ser dedicado tempo para interrogar-nos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo. Nesta perspectiva, o ponto de partida deste estudo será a revisão de literatura nos bancos de dados: Banco de Teses e Dissertações - BDTD, e Portal de Periódicos da Capes com o intuito de buscar o que já foi produzido entre o período de 2000 a 2024.

O recorte temporal para identificação dos trabalhos foi estabelecido entre os anos de 2000 a 2024 considerando que, este período engloba importantes mudanças no processo de provimento da função de diretor escolar, bem como a sua atuação à frente da gestão escolar.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica em que foi possibilitado o conhecimento mais aprofundado das pesquisas já realizadas a partir da temática proposta, bem como, os referenciais teóricos que contribuíram com a riqueza de conceitos apresentados.

Desse modo, os bancos de dados utilizados para a revisão bibliográfica deste estudo foram: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTB) e o Periódico da Capes. Inicialmente, foram selecionados três descritores sendo eles: e*leição de diretores and rede estaduais de ensino; eleição de diretores OR redes estaduais de ensino; eleição de diretores and gestão democrática.* Assim, não foram encontrados resultados satisfatórios que contemplassem a temática da pesquisa. Dessa forma, foi incluído mais um descritor: *eleição*

de diretores and gestão democrática and rede estadual de ensino, como forma de filtrar os resultados que estavam muito escassos. Assim com a aplicação deste quarto descritor, foi possibilitado o conhecimento dos trabalhos mais direcionados a esta pesquisa.

Considerações finais

O processo de provimento da função de diretores escolares, componente marcante da gestão democrática, também sofre os efeitos de critérios técnicos de mérito e desempenho. Além da aprovação na prova técnica sobre os conteúdos ministrados no curso para gestores (um dos critérios para a seleção), o processo de eleição é restrito aos candidatos aprovados na fase inicial, o que condiciona a legitimidade política aos parâmetros operacionais da função de diretor. Na prática, há uma deformidade no modelo de gestão democrática para o provimento da função, que é submetido a parâmetros técnicos e de desempenho e resultados.

A presente pesquisa será relevante por contribuir com o avanço do conhecimento pertinente a esse tema, uma vez que foram encontradas poucas pesquisas acerca desse assunto. Será importante ainda para compreender os novos formatos de gestão aplicados na rede estadual de ensino do Estado de Goiás e a ameaça desses padrões aos princípios democráticos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei n. 9394/1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf. Acesso em: 26/06/2023

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES Romeu.; MINAYO, Maria Cecília. De Souza. (Orgs.). *Pesquisa social*: teórica, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

PARO, Vitor Henrique. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010

SILVA, Luís Gustavo Alexandre; TEIXEIRA Ricardo Antônio. **A gestão da escola e o trabalho do diretor escolar em tempos de gerencialismo na educação pública**. Curitiba, Appris, 2022.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E EDUCAÇÃO: VISÃO DE GESTORES DE ALTO ESCALÃO

Genessí Borba Gomes Alves Santos
Orientadora: Profa. Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados parciais da tese de doutorado em andamento, cujo objetivo é investigar as percepções de gestores de alto escalão (CAPES, INEP e MEC) sobre a relação entre políticas de inteligência artificial (IA) e os campos da educação, e-cidadania e e-democracia, analisando como essas visões influenciam a formulação de agendas políticas. A pesquisa, de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, contempla um recorte temporal entre 2019 e 2025 — período marcado por intensa produção normativa e tecnológica — e envolve entrevistas com gestores estratégicos das principais instituições federais de educação. Como etapa preliminar, realizou-se um levantamento bibliográfico que evidenciou a predominância de abordagens técnico-administrativas nos estudos sobre IA, com baixa incidência de análises que discutam seus efeitos sobre a e-democracia, a e-cidadania e a formulação de políticas públicas. Destacam-se os trabalhos de Sayad (2022), Silva (2024) e Siqueira e Souza (2020), que problematizam os riscos da IA na educação, enquanto estudos como Rodríguez *et al.* (2023) propõem modelos preditivos sem considerar sua regulação democrática. Os achados iniciais apontam uma lacuna na produção acadêmica quanto à escuta de gestores e à análise crítica da IA como instrumento de poder tecnopolítico. A pesquisa busca, assim, contribuir para o debate público, oferecendo subsídios empíricos para decisões mais éticas, participativas e democráticas no campo educacional.

Palavras-chave: inteligência artificial; e-cidadania; e-democracia; educação; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

No contexto das reformas educacionais recentes e das transformações digitais impulsionadas pela inteligência artificial (IA) intensifica-se o debate sobre a atuação do Estado na formulação de políticas públicas que articulem inclusão, democracia e inovação tecnológica. Entre 2019 e 2025 — período caracterizado por intensa produção normativa e avanços tecnológicos — observa-se, no Brasil, a ampliação do uso de tecnologias digitais na

educação, ainda que marcada pela limitada escuta dos gestores e por uma análise crítica insuficiente acerca das implicações sociopolíticas da IA. Esta pesquisa tem como objetivo geral, investigar as percepções de gestores de alto escalão (CAPES, INEP e MEC) sobre a relação entre Inteligência Artificial, e-cidadania, e-democracia e políticas públicas educacionais, analisando de que forma essas percepções influenciam a formulação de agendas públicas no campo da educação.

JUSTIFICATIVA

O interesse por este tema decorre de sua atualidade diante do avanço da inteligência artificial no âmbito educacional, especialmente no contexto das políticas digitais emergentes. A pesquisa se destaca por seu ineditismo ao articular IA, e-cidadania, e-democracia e políticas públicas sob a ótica dos gestores, um enfoque ainda pouco explorado. Sua relevância e pertinência estão na contribuição para o debate público e na possibilidade de subsidiar a formulação de políticas educacionais mais éticas, participativas e democráticas, em sintonia com os desafios da transformação digital. A partir dessa problemática, busca-se responder à seguinte questão de pesquisa: Dentro do contexto das políticas de inteligência artificial, qual é a visão de gestores de alto escalão sobre sua relação com a educação, a e-cidadania e a e-democracia, observando como essas visões podem influenciar a formação da agenda política? Com base nisso, estabelece-se como objetivo geral investigar as percepções de gestores de alto escalão sobre a relação entre Inteligência Artificial e os campos da Educação, e-cidadania e e-democracia, analisando como essas percepções podem influenciar a formação e implementação de agendas políticas. Para alcançar esse objetivo, definem-se os seguintes objetivos específicos: Mapear a produção acadêmica recente sobre Inteligência Artificial, e-cidadania, e-democracia, educação e políticas públicas, identificando tendências e lacunas. Analisar os fundamentos ético-políticos que sustentam o uso da IA no campo educacional. Investigar os desafios e as possibilidades da e-cidadania no contexto da transformação digital na educação. Examinar os impactos da IA sobre a e-democracia e a participação cidadã na formulação de políticas públicas educacionais. Analisar as concepções de gestores da CAPES, MEC e INEP sobre a relação entre IA, e-cidadania e gestão educacional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa se ancora, nos escritos de teóricos relevantes, dos textos do levantamento bibliográfico e, em seu segundo capítulo, nas contribuições de Dardot e Laval (2016) e Apple (2011), que fundamentam a crítica ao neoliberalismo na educação, abordando a reconfiguração das funções do Estado, a governamentalidade e as políticas educacionais orientadas por métricas e mercado. Ainda que anteriores ao recorte empírico da pesquisa (2019-2025), seus aportes são relevantes para compreender os efeitos estruturais do neoliberalismo nas políticas públicas, voltadas à formação continuada de professores. Harvey (2008) contextualiza o neoliberalismo como um projeto político de reorganização das instituições sociais. O Conselho da Europa (2018) adverte para os riscos de uma e-cidadania reduzida à competência técnica. No campo da educação digital crítica, Lima (2022) defende uma formação humana que vá além da lógica instrumental, reconhecendo os desafios democráticos impostos pelas tecnologias. Valente, Lopes e Teixeira (2018) oferecem uma leitura conceitual que, mesmo fora do período delimitado, sustenta reflexões sobre e-cidadania e e-democracia aplicáveis ao contexto digital atual. Esses autores mostram como o neoliberalismo torna a educação mais técnica e menos democrática.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, composta por etapas: levantamento bibliográfico, análise e investigação empírica com gestores de alto escalão. A primeira etapa consistiu em um levantamento bibliográfico sistemático (2019–2025) e discussões, com inclusão de textos de acesso aberto, que abordam IA, educação e políticas públicas sob perspectiva crítica. Excluíram-se artigos pagos, estudos descritivos e produções sem vínculo educacional. Utilizaram-se operadores booleanos (*AND/OR*) com os descritores: *“inteligência artificial”, “educação”, “e-cidadania” ou “cidadania digital”, “e-democracia” ou “democracia digital”, “políticas públicas”* e *“formação de agenda”,* termos adotados neste estudo por sua relevância no contexto digital atual. A busca foi feita nos repositórios da BDTD, CAPES, *ERIC, Scopus*, *SciELO, Web of Science*. Dos 1.820 documentos

encontrados, 142 foram sistematizados em planilha eletrônica e selecionados com base em critérios de inclusão, com base em critérios de inclusão como: acesso aberto, foco educacional e abordagem crítica. Foram mapeados: artigos científicos (112), capítulos de livro (5), dissertações de mestrado (5), documento técnico (1), editorial de periódico científico (1), livro (1), relatórios de pesquisa (13), resenha crítica (1) e teses de doutorado (3). Essa diversidade de fontes contribuiu para uma compreensão mais ampla e interdisciplinar da relação entre inteligência artificial, políticas públicas, educação, e-cidadania e e-democracia. A segunda etapa compreende entrevistas semiestruturadas com gestores vinculados ao Ministério da Educação (MEC), ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), selecionados por sua atuação estratégica em políticas educacionais relacionadas à IA. As entrevistas visam captar suas percepções sobre *implicações da IA* na formulação e implementação de políticas públicas educacionais, com foco em *e-cidadania, e-democracia, avaliação educacional, financiamento da ciência e educação profissional e tecnológica.* Os dados obtidos serão triangulados com os achados do levantamento bibliográfico, a fim de identificar convergências, lacunas e tensões entre teoria e prática.

RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

Poucos textos abordam a escuta de gestores ou a regulação da IA sob a ótica da e-cidadania e da e-democracia. Destacam-se estudos como Sayard (2022), que aponta os riscos da IA substituir o debate democrático por decisões algorítmicas; Silva (2024), que analisa plataformas adaptativas sob a ótica da vigilância; Siqueira e Souza (2020), que criticam o tecnocratismo na BNCC; e Rodríguez *et al*. (2023), que propõem modelos preditivos sem questionar seus efeitos ético-políticos. As análises nos repositórios revelaram escassez de estudos que articulem Inteligência Artificial, e-cidadania, e-democracia, educação e formação de agenda política. Predominam enfoques técnico-regulatórios, com pouca atenção a dimensões críticas e político-pedagógicas. O descritor mais produtivo foi "*artificial intelligence AND public policy AND education*", com maior incidência no repositório *ERIC*, seguido por *Scopus* e *Web of Science*. Outros descritores relevantes foram "*inteligência artificial" AND*

educação e *"artificial AND intelligence AND education AND (digital citizenship OR e-citizenship)*". O levantamento bibliográfico identificou um total de 1.820 trabalhos, distribuídos entre os seguintes repositórios (nacional e internacional): BDTD (50 encontrados / 9 selecionados), CAPES (28 / 13), *ERIC* (309 / 36), *SciELO* (456 / 30), *Scopus* (647 / 29) e *Web of Science* (330 / 25), totalizando 142 trabalhos selecionados para análise. Esse mapeamento evidencia a amplitude do levantamento e a relevância de integrar repositórios diversos. Observa-se maior incidência de textos nos repositórios *Scopus, SciELO* e *ERIC*, refletindo o interesse na temática, ainda que predominem abordagens técnicas, voltadas para o uso prático da IA, sem discutir seus efeitos sociais, políticos ou educacionais. A seleção permitiu identificar produções com foco na relação entre IA, políticas públicas e educação. Em contraste, descritores como "*cidadania digital*", "*democracia digital*" e "*formação de agenda*" apresentaram baixa recorrência, indicando concentração da produção em aspectos administrativos, regulatórios e operacionais, em detrimento de perspectivas político-pedagógicas e democráticas. As 142 produções selecionadas contemplam 22 países, com destaque para Brasil (13), Chile (3), China (4), Colômbia (3), Espanha (4), Estados Unidos (10), França (3) e Reino Unido (2). Também foram identificadas contribuições de países como Argentina, Austrália, Bulgária, Canadá, Finlândia, Irã, Itália, México, Paquistão, Palestina, Peru, Portugal, Suécia e Tailândia. Essa diversidade internacional evidencia o interesse global pela temática, embora com variações de enfoque sobre a relação entre IA, educação e políticas públicas. Esses achados revelam uma produção ainda incipiente sobre os efeitos da IA nos direitos digitais, na participação democrática e na formulação de políticas educacionais. Reforça-se, assim, a necessidade de abordagens que envolvam escuta ativa de gestores públicos — *entendida como prática dialógica, reflexiva e intencional* — e que reconheçam a IA como tecnologia de regulação e poder tecnopolítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento bibliográfico evidencia uma produção acadêmica relevante, porém ainda limitada quanto à regulação crítica da IA na educação. A escassez de estudos que articulem cidadania, democracia e tecnologia, bem como a ausência da perspectiva de

gestores na formulação de políticas, revelam lacunas investigativas. A realização de entrevistas com gestores de alto escalão visa compreender como esses atores percebem o papel da inteligência artificial na formulação e implementação de políticas públicas educacionais. Busca-se analisar como suas visões influenciam decisões estratégicas relacionadas à e-cidadania, à e-democracia, à avaliação educacional e ao financiamento da ciência. No contexto atual, marcado por avanços tecnológicos rápidos e desafios ético-políticos, conhecer essas percepções é imprescindível para subsidiar políticas mais participativas, democráticas e comprometidas com o bem público.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael Whitman. **Educação e poder**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. Disponível em: https://pdfcoffee.com/apple-michael-educaao-e-poderpdf-pdf-free.html. Acesso em: 10 mai. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://mst.org.br/download/a-nova-razao-do-mundo-ensaio-sobre-a-sociedade-neoliberal/. Acesso em: 10 mai. 2025.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. Disponível em: https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008. Acesso em: 10 mai. 2025.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. Formação humana e democracia: relações entre tecnologias digitais e educação. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 31, p. 1–16, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-20972022000100120. Acesso em: 10 mai. 2025.

RODRÍGUEZ, Patricio; VILLANUEVA, Alexis; DOMBROVSKAIA, Lioubov; VALENZUELA, Juan Pablo. A methodology to design, develop, and evaluate machine learning models for predicting dropout in school systems: the case of Chile. **Education and Information Technologies**, v. 28, p. 10103–10149, 2023. Disponível em: https://eric.ed.gov/?id=EJ1388198. Acesso em: 10 maio 2025.

SAYAD, Alexandre Le Voci. **Inteligência artificial e seu impacto no desenvolvimento do pensamento crítico**. 2022. 116 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Tecnologias da Inteligência e Design Digital da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/29620. Acesso em: 10 maio 2025.

SILVA, Cristiane Samária Gomes da. **Adaptive Learning e Inteligência Artificial**: um Jogo Educacional para a Alfabetização. 2024. 185 f. Tese (Doutorado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/42870. Acesso em: 10 mai. 2025.

SIQUEIRA, Leonardo Moura Lima Calmon de; SOUZA, Laumar Neves de. Transformações no mundo do trabalho e política pública educacional no Brasil. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 15–32, jan./abr. 2020. DOI: 10.17648/2238-037X-trabedu-v29n1-16240. Acesso em: 10 maio 2025.

VALENTE, Inês Maria Ferreira; LOPES, Diogo; TEIXEIRA, Maria Cristina. Desafios à cidadania europeia no século XXI. **Debater a Europa**, Coimbra, n. 19, p. 57–68, jul./dez. 2018. DOI: https://doi.org/10.14195/1647-6336_19. Acesso em: 10 maio 2025.

ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (PNEM) A PARTIR DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Rodrigo Gouvêa Rodrigues
Orientadora: Profa. Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima

Resumo: A presente proposta de pesquisa tem como objetivo principal analisar o processo de formação do Plano Nacional do Ensino Médio (PNEM) enquanto política pública no Brasil. Pretende-se desvendar os fatores, atores e dinâmicas políticas e sociais que influenciaram a sua concepção, formulação e aprovação, compreendendo a sua configuração final perante os desafios do Ensino Médio brasileiro. A metodologia proposta é predominantemente qualitativa, adotando-se o Estudo de Caso como abordagem principal para investigar o fenômeno em profundidade. A coleta de dados envolverá uma pesquisa documental (leis, relatórios, atas, notícias) e a realização de entrevistas com os atores principais que participaram no processo. A análise dos dados será orientada por um referencial teórico específico da área de políticas públicas (como ciclos da política). As considerações destacam que o elemento diferenciador desta investigação reside no seu foco analítico no processo de formação da política, utilizando rigor teórico e metodológico para ir além de uma descrição ou avaliação do plano concluído. O estudo pretende proporcionar uma contribuição significativa para a compreensão da política educacional brasileira, fornecendo informações sobre os mecanismos de tomada de decisão e possíveis lições para futuros ciclos de políticas públicas no setor.

Palavras-chave: Plano Nacional do Ensino Médio. Ciclo de Política Pública. Formação da Política.

Introdução

O Ensino Médio no Brasil, historicamente, enfrenta desafios diversos e multifacetados, o que perpassa por inúmeras questões, tais como permanência, acesso, mudanças curriculares, qualidade e infraestrutura para a juventude brasileira. Desde o ano de 2016 até os dias atuais, processos de formação e implementação de políticas públicas de educação no Brasil passaram por quatro diferentes governos, bem distintos, cada qual determinados por sentidos até antagônicos entre si (Rodrigues; Dias; Nogueira, 2023). Essas mudanças e alternâncias de governo produzem jogos de forças de tomadas de decisões em diferentes demandas sociais.

E essas mudanças governamentais também resultam em mudanças nas políticas educacionais, tanto em âmbito nacional quanto internacional, refletindo, por exemplo, em políticas econômicas neoliberais e, assim, também transformam o mundo do trabalho. No início de 2017 foi estabelecido o Novo Ensino Médio (Brasil, 2017) e, como o próprio nome reflete, visava uma reformulação. Contudo, essa política não mostrou efeitos positivos prometidos. Muitas discussões em torno dessa política de reforma foram realizadas, além de vários estudos a partir dessa política. Devido a problemas na implementação dessa política, que são decorrentes de inadequações pedagógicas, falta de contratação e concursos para professores, formação inicial e continuada precárias, além da já infraestrutura complexa que a educação possuía (e ainda possui), diversas instituições, grupos de pesquisadores e sociedade civil organizada se posicionaram contra o Novo Ensino Médio.

Com isso, torna-se imprescindível uma política educacional na tentativa de uma reestruturação para que essa etapa da educação básica possa ser aprimorada. O Plano Nacional do Ensino Médio (PNEM) (Brasil, 2024) representa um objetivo de estudo fundamental para a compreensão dos rumos desta fase educacional. Entender as políticas educacionais é cada vez mais um elemento essencial na formação e na atuação docente. Com a análise de sua formação, é possível desvendar processos decisórios, metas e estratégias. Compreender como foi a gestão do PNEM é essencial para que se possa avaliar seu potencial de impacto pretendido, bem como os desafios inerentes à sua implementação.

A análise da formação de políticas públicas constitui um campo de estudo complexo que busca explicar como determinados problemas sociais ascendem à agenda governamental, como as soluções são formuladas e quais forças sociais e políticas influenciam nesse processo. De acordo com Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 123), “a formulação da política refere-se ao processo de criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema público”. Portanto, envolve a identificação e a determinação das possíveis soluções para os problemas políticos e das diversas opções ou alternativas para enfrentá-los.

O estágio da formulação de políticas pode ser subdivido em fases. Thomas (2001) identifica 4 fases: a apreciação, o diálogo, a formulação e a consolidação. A formulação de políticas inclui a identificação de restrições técnicas e políticas à ação do governo. Reconhece as limitações, revelando o que é e não viável. Além disso, muitas restrições podem vir de capacidades administrativas e financeiras do Estado (Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

Diversas abordagens teóricas podem ser empregadas para analisar a formação de políticas públicas. Dentre essas abordagens, destacamos o Ciclo de Políticas Públicas, por Howlett, Ramesh e Perl (2013) e Wu *et al.* (2014), e a Teoria dos Múltiplos Fluxos, de Kingdon (2003).

Assim, diante de tantas complexidades que envolvem a formação de políticas educacionais em um país com dimensões continentais e diversidades como o Brasil, e considerando o Plano Nacional do Ensino Médio, última etapa da educação básica, emerge a necessidade de investigar o seu processo. Portanto, esta proposta de trabalho busca responder à seguinte questão: Qual(is) o(s) principal(ais) fator(es), atores e dinâmicas políticas e sociais que influenciaram a formação do Plano Nacional do Ensino Médio no Brasil? Assim, poderemos observar e discutir sobre os principais desafios e oportunidades que moldaram a inclusão dessa temática na agenda governamental; identificar os atores governamentais e não governamentais que tiveram maior influência; as diferentes concepções e interesses que disputaram espaço durante o processo; como o contexto político e social brasileiro influenciou a negociação e aprovação do Plano. Responder essas questões contribuirá na compreensão dos mecanismos e das forças que atuam na arena da política educacional brasileira, com foco na formação de um dos seus instrumentos para o Ensino Médio.

Temos, então, como objetivo geral: analisar o processo de formação do PNEM como política pública ao identificar os principais fatores, atores e dinâmicas que influenciaram sua concepção, formulação e aprovação. Para desdobrarmos o objetivo geral, temos os específicos: a) mapear o processo de construção da agenda – ou seja, identificar como a temática em questão se tornou uma prioridade na agenda governamental, quais os possíveis eventos, problemas e atores foram cruciais para impulsionar o PNEM; b) identificar e caracterizar os atores chave; c) descrever as propostas e embates na formulação – diferentes visões, propostas curriculares, pedagógicas, de financiamento consideradas e debatidas durante a fase de formulação; d) investigar a influência do contexto político e institucional.

Para conseguirmos concretizar esses objetivos, partiremos, a priori, de um levantamento bibliográfico e documental, estudo de caso, entrevistas com atores envolvidos na formulação da política. Como instrumento de coleta de dados, esta pesquisa utilizará a análise qualitativa documental e das entrevistas. A análise documental, segundo de Lüdke e André (1986), pauta-se na identificação de informações pontuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses previamente delimitadas. Deste modo, os documentos são fontes que devem ser contextualizadas, a partir dos quais podem ser retiradas evidências que sustentam afirmações e declarações do pesquisador.

Como o projeto está em fase inicial, estamos fazendo o levantamento bibliográfico e documental para aprofundarmos nosso arcabouço teórico. Estamos também formatando possíveis estruturas das entrevistas e atores-chave que serão convidados para poder colaborar com a pesquisa.

Considerações finais

Perante a complexidade dos desafios enfrentados pelo Ensino Médio no Brasil e a centralidade do Plano Nacional do Ensino Médio (PNEM) como instrumento orientador da política educacional para este nível de ensino, a presente proposta de pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender em profundidade o processo da sua formação enquanto política pública. Este evento não se afigura como um acontecimento técnico e neutro, sendo

antes um espaço de disputas, negociações e influências multifacetadas que carecem de análise.

O presente estudo, fundamentado em referenciais teóricos consolidados da análise de políticas públicas e recorrendo a uma abordagem metodológica qualitativa e robusta — que combina pesquisa documental, entrevistas com atores-chave e a potencial utilização da análise de processo —, visa proporcionar uma compreensão mais completa e multifacetada sobre a forma e os motivos que conduziram à conformação do PNEM. Com os objetivos específicos delineados, esta investigação visa contribuir de forma significativa para o domínio da política educacional e da análise de políticas públicas no Brasil.

Em suma, o estudo proposto visa não só descrever o PNEM, mas também contribuir para a literatura acadêmica sobre a formação de políticas públicas no Brasil, fornecendo subsídios para a reflexão sobre a natureza e os desafios da política educacional brasileira.

Referências

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. Lei n. 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. **Diário Oficial da União:** seção 1, ed. 147, Brasília, DF, 31 jul. 2024. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.945-de-31-de-julho-de-2024-575696390. Acesso em: 11 maio 2025.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública:** seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3. ed. New York: Harper Collins, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas**.** São Paulo: E.P.U., 1986.

RODRIGUES, A.; DIAS, J. P.; NOGUEIRA, L. Discursividade da implementação do novo ensino médio: sentidos em disputa, desigualdades e resistência. **Traços de Linguagem - Revista de Estudos Linguísticos**, *[S. l.]*, v. 7, n. 2, 2023. DOI: 10.30681/2594.9063.2023v7n2id11985. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/11985. Acesso em: 11 maio 2025.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, SCOTT. **Guia de políticas públicas:** gerenciando processos. Trad. Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL, EDUCAÇÃO E E-CIDADANIA

Jeferson Lisboa Alves
Orientadora: Profa. Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Bolsista CAPES

Resumo: Este trabalho tem como objetivo geral levantar e analisar as políticas públicas, programas e ações de inteligência artificial (IA) no Brasil e suas relações com a educação e com a e-cidadania. Parte-se de um levantamento bibliográfico das principais políticas, programas e ações entre 2019 e 2024 , visando: a) realizar levantamento bibliográfico que trate do tema da inteligência artificial e suas relações com a educação e e-cidadania; b) mapear a construção de políticas, programas e ações de IA no Brasil, identificando marcos regulatórios e instituições responsáveis; c) identificar nas políticas públicas, programas e ações levantados os desafios e oportunidades na articulação entre IA, educação e e-cidadania. A investigação, de natureza aplicada e abordagem qualitativa-exploratória, de pesquisa documental em fontes oficiais e análise bibliográfica. Ao final, espera-se evidenciar limitações e oportunidades nas políticas analisadas, propondo caminhos que potencializem o uso da IA na educação em favor do fortalecimento da e-cidadania e de práticas educacionais democráticas.

Palavras-chave: políticas públicas; inteligência artificial; educação; e-cidadania; Brasil.

Introdução

A incorporação da Inteligência Artificial (IA) à educação e à vida em sociedade tem se intensificado, despertando debates sobre seu potencial e os desafios éticos e sociais

associados (NOBRE, 2024). Embora a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial – EBIA (BRASIL,2019) proponha diretrizes voltadas à educação, ainda há lacunas quanto ao papel da educação e da e-cidadania nessas políticas (GONSALES, 2022).

Este estudo busca analisar como as políticas públicas brasileiras de IA, entre 2019 e 2024, dialogam com a formação de cidadãos digitais críticos, transparência algorítmica e participação social. A investigação, de natureza qualitativa e exploratória, propõe mapear marcos normativos e avaliar os desafios e oportunidades na interface entre IA, educação e e-cidadania.

Partimos do pressuposto de que, para além da inserção tecnológica, é fundamental formar sujeitos críticos e co-responsáveis pela governança das tecnologias, construindo uma sociedade digital ética, democrática e inclusiva, numa perspetiva socialmente referenciada (LIMA, 2022; CAMPOS; FIGUEIREDO, 2022; REIS; ANDRÉ; PASSOS, 2020).

Desenvolvimento

Este estudo, vinculado ao Grupo de Estudos em Tecnologias e Educação a Distância – GEaD/CNPq/UFG e em parceria com a Associação Universidade em Rede - UniRede, busca compreender como as políticas públicas de Inteligência Artificial (IA) no Brasil, entre 2019 e 2024, têm sido formuladas e implementadas no campo educacional, analisando seus impactos na formação da e-cidadania. A questão central da pesquisa é: que lugar a educação e a e-cidadania ocupam nas políticas públicas, programas e ações que tratam da inteligência artificial no Brasil?

A fundamentação teórica apoia-se no modelo de ciclo de políticas de Howlett, Ramesh e Perl (2013), que estrutura a formulação de políticas em cinco etapas: identificação do problema, formulação, decisão, implementação e avaliação. Essa estrutura é complementada pela abordagem de Ball (1994), que destaca os contextos de influência e prática na construção de políticas educacionais. As contribuições de Lima (2022) orientam a compreensão da interdependência entre democracia, tecnologias digitais e formação cidadã, reforçando que o acesso às TDIC não garante, por si só, a participação democrática.

O objetivo geral é analisar criticamente as políticas públicas de IA na educação brasileira em relação à promoção da e-cidadania. Os objetivos específicos incluem: a) realizar levantamento bibliográfico que trate do tema da inteligência artificial e suas relações com a educação e e-cidadania; b) mapear a construção de políticas, programas e ações de IA no Brasil, identificando marcos regulatórios e instituições responsáveis; c) identificar nas políticas públicas, programas e ações levantados os desafios e oportunidades na articulação entre IA, educação e e-cidadania.

A metodologia adotada é qualitativa e exploratória, com base em Minayo (2009), articulando três etapas: levantamento bibliográfico, pesquisa documental e análise interpretativa. Foram utilizadas bases como a BDTD, Portal de Periódicos CAPES, Catálogo de Teses da CAPES e SciELO, com descritores combinados por operadores booleanos e recorte temporal de 2019 a 2024, pois corresponde a um período-chave de formulação, regulamentação e início da implementação de políticas públicas de IA no Brasil.

O levantamento inicial identificou 94 trabalhos, dos quais apenas 12 foram selecionados por relevância direta ao objeto de estudo. Os destaques incluem: Farias (2023), que compara marcos regulatórios internacionais e nacionais; Gonsales (2022), que propõe uma abordagem crítica para a IA no currículo; e Marchi (2023), com evidências sobre o uso do ChatGPT na educação. No Capes, os trabalhos de Passarelli e Gomes (2020), Lemos et al. (2024) reforçam a centralidade da IA na reconfiguração dos processos educacionais e de governança.

Os resultados parciais indicam fragilidades recorrentes nas políticas de IA educacional, como a descontinuidade de programas, ausência de formação docente em IA e carência de marcos legais específicos (GARCIA; MACIEL, 2022; NOBRE, 2024). Embora haja iniciativas como a EBIA (BRASIL, 2019) e a PNED (BRASIL, 2023) não se verifica uma articulação consistente entre os eixos de infraestrutura, legislação, formação docente e participação social.

A análise também revela que a governança dessas políticas opera em rede, envolvendo atores públicos e privados, porém sem garantir mecanismos robustos de controle e transparência. Autores como Reis, André e Passos (2020) alertam para a “renúncia

intencional" do Estado na regulação da IA, delegando decisões a atores externos. Como enfatiza Lima (2022, p. 7):

> Cabe às iniciativas de IA incluir módulos de educação digital que expliquem os fundamentos dos algoritmos, seus riscos e vieses, e ofereçam atividades de metacognição — permitindo que alunos e professores avaliem criticamente os resultados gerados pelas máquinas.

A pesquisa segue em curso, com foco na análise empírica de documentos normativos e na consolidação dos dados levantados, com o objetivo de identificar como as políticas, programas e ações de IA no Brasil entre 2019 e 2024 se articulam com a educação e a e-cidadania, apontando desafios e oportunidades nesse processo.

Considerações finais

A partir do levantamento bibliográfico realizado entre 2019 e 2024, observou-se que as políticas públicas de IA no Brasil apresentam avanços normativos, como a EBIA e a PNED, mas ainda não se articulam plenamente com práticas educacionais voltadas à formação cidadã crítica e participativa. A maioria dos estudos analisados permanece no campo conceitual, revelando uma lacuna na abordagem empírica e na implementação concreta de ações educacionais inclusivas.

Dois desafios se destacam neste cenário: a integração efetiva das etapas do ciclo de políticas públicas e a incorporação de práticas que favoreçam a compreensão crítica da inteligência artificial no contexto educacional. A continuidade desta pesquisa concentrar-se-á na análise de documentos normativos e no mapeamento de programas e ações em vigor, com o objetivo de identificar como tais políticas dialogam com os princípios da democracia, da e-cidadania e da justiça social, contribuindo para a consolidação de uma educação de qualidade numa perspectiva socialmente referenciada.

Referências

BALL, S. J. **Education Reform: A Critical and Post-structural Approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BRASIL. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023**. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Brasília, DF, 11 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm. Acesso em: 23 abril 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial**. Brasília, DF: MCTI, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/estrategia-brasileira-de-inteligencia-artificial. Acesso em: 10 abr. 2025.

CAMPOS, Lucas R.; FIGUEIREDO, Paulo P. T. **Aplicação de Inteligência Artificial no ciclo de políticas públicas**: interfaces e desafios. São Paulo, 2022.

FARIAS, Jéssica de Cássia da Silva. O desafio das tecnologias de inteligência artificial na Educação. **Revista Educação em Foco**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 1–15, set./dez. 2023. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/43288. Acesso em: 01 maio 2025.

GARCIA, Débora Regina; MACIEL, Izabel. A descontinuidade das políticas públicas de educação para pessoas com deficiência no Brasil: retrocessos e resistências. **Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 178–199, maio/ago. 2022. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/67697. Acesso em: 30 mar. 2025.

GONSALES, Priscila. **Inteligência artificial, educação e pensamento complexo: caminhos para religação de saberes.** 2022. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Tecnologias da Inteligência e Design Digital da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Studying public policy: policy cycles and policy subsystems. 3. ed. **Oxford: Oxford University Press**, 2013.

LEMOS, Grayce; ESPÍNDOLA, Marina Bazzo de; TOSATTI, Nayara Cristine Muller. Soberania digital: definições, desafios e implicações na era da datafication. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 11, p. e-7364, 2024. DOI: 10.21728/logeion.2024v11e-7364.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. Formação humana e democracia: relações entre tecnologias digitais e educação. **Revista de Educação Pública**, Brasília, v. 31, jan./dez. 2022, p. 1–16.

LIMA, J. D. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37–45, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000200005. Acesso em: 27 abril 2025.

MARCHI, Caio Favero. **O cérebro eletrônico que me dá socorro**: os impactos da Inteligência Artificial Generativa e os usos do ChatGPT na educação. 2023. Tese (Doutorado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Tecnologias da Inteligência e Design Digital da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NOBRE, Leonardo Braga. **IA Educativa**: possibilidades e perspectivas para a prática docente. 2024. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

NOBRE, Mariana. Aplicações de IA na educação brasileira: desafios éticos e de privacidade. **Revista Brasileira de Educação e Tecnologia**, São Paulo, v. 36, n. 120, 2024.

PASSARELLI, B., GOMES, ACF (2020). Transliteracias: A Terceira Onda Informacional nas Humanidades Digitais. **Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação**, 13 (1), 253–275. https://doi.org/10.26512/rici.v13.n1.2020.29527. Acesso em: 25 março 2025.

REIS, André R.; PASSOS, Luciana L. Políticas de formação de professores no Brasil: desafios e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, n. 146, 2020.

USP. **Competências para educar na era da IA e os desafios do contexto brasileiro**. Jornal da USP, São Paulo, 21 ago. 2023. Disponível em: https://jornal.usp.br/artigos/competencias-para-educar-na-era-da-ia-e-os-desafios-do-contexto-brasileiro. Acesso em: 30 mar. 2025.

ZYLBERSZTAJN, Moisés. **Aproximações possíveis (e necessárias) entre Inteligência Artificial e escola**. 2024. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS E FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS[28]

Nalva dos Santos Camargo Silva
Orientadora Profa. Dra. Karine Nunes de Moraes

RESUMO: Este estudo é parte de uma pesquisa em desenvolvimento em que se pretende analisar a política de formação de professores da Universidade Estadual de Goiás (UEG) de

[28] Resumo apresentado ao Seminário de pesquisa, autoavaliação e acompanhamento de egressos/PPGE-UFG

1999 a 2024 e como ela tem contribuído para a qualidade da educação no estado. O problema que dá origem à pesquisa é: Como a Política de Formação de Professores da UEG se desenvolveu entre os anos de 1999 e 2024 e quais os seus impactos na qualificação docente e na educação básica goiana? Diante dessa questão, o estudo se justifica por tratar de uma temática relevante, relacionada às políticas públicas, especificamente as políticas de formação de professores na UEG. A metodologia envolve a pesquisa bibliográfica e documental tendo como referência o viés qualitativo de investigação, pautando-se nas discussões de Godoy (1995), considerando que tal abordagem oferece três possibilidades distintas para a realização da pesquisa a saber, vertente documental, o estudo de caso e a etnografia. Lima e Mioto (2007), ao desvelar questões importantes acerca da pesquisa bibliográfica. O aporte teórico utilizado para o desenvolvimento da investigação estrutura-se a partir das discussões de Reis (2024), Baldino (1991), André (2012), Imbernón (2009), Gatti (2020), Saviani (2011), Scheibe e Bazzo (2016), além de outros que apresentam discussões que subsidiam o desenvolvimento da temática proposta. Os resultados preliminares da pesquisa indicam que ao longo de seus vinte e seis anos de existência a instituição se reconfigura, articulando-se ao contexto social, regional e nacional na oferta de cursos de graduação, especialização lato e stricto sensu mestrados e doutorados, acadêmico e profissional.

Palavras chave: Formação docente. Políticas de formação docente. Qualidade da educação.

INTRODUÇÃO

A trajetória da Universidade Estadual de Goiás (UEG), articula-se ao contexto social e político do estado, em específico na segunda metade do século XX, a partir dos anos de 1950, quando diversas instituições de educação superior privadas e públicas (a exemplo da Escola de Engenharia, pública e a Faculdade Livre de Belas Artes,) ambas instituições pública, mantida pelo Estado, além de outras que foram mantidas por instituições privadas e também pela igreja católica. (BALDINO, 1991). É diante desse cenário de crescimento da educação superior que a instalação de várias autarquias de ensino superior vão se originando no Estado, a exemplo da Universidade de Goiás, atual, Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC instituição privada sem fins lucrativos, que o governo de Goiás em 1959 autoriza a igreja católica a criar e que muito contribuiu com a formação de professores em Goiás. (REIS, 2024)

Nessa mesma esteira de abordagem, a criação da Universidade Federal de Goiás (UFG) em 1960, marca também o avanço do processo formativo, na esfera pública. Impulsionados pelo interesse renovador dos governos estadual e Federal, a criação em 1962 da Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis, torna-se também elemento basilar no contexto da educação superior que vai gradativamente transformando a realidade goiana, sobretudo no sentido da

qualificação profissional. É também no bojo de distintas ações políticas, no contexto de expansão da educação superior, no Brasil e também de um amplo processo de reformas que se concretiza o projeto de criação da UEG em 1999. A aglutinação de 28 faculdades isoladas à Universidade Estadual de Anápolis UNIANA, por meio da Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999, representava para Goiás a consolidação das expectativas de "criar uma universidade para o estado" (REIS, 2024, p. 28), embora sob a perspectiva do Conselho Estadual de Educação (CEE) a supracitada lei, "não tratou da criação de uma nova universidade, mas da transformação de uma universidade em outra" (GOIÁS/CEE, Parecer nº 009/2002, s/p)

A partir da criação da UEG, uma instituição pública de educação superior a formação em áreas distintas foi sendo ainda mais ampliadas, considerando que além das faculdades isoladas e das instituições públicas como a Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA), o estado contava também com a PUC – Goiás, que embora fosse uma instituição privada, não tinha fins lucrativos. Além destas instituições, atuando na oferta de cursos de graduação, bacharelado e cursos técnicos, a UFG, juntamente com a recém implantada UEG ganham forças na oferta da formação de professores, além de possibilitar à população goiana e dos estados vizinhos a cursos de graduação, alicerçando assim a melhoria da educação básica das redes estadual e municipal.

Em relação a oferta de cursos voltados para a licenciatura, a UEG, desde sua criação vem desenvolvendo atividades nas áreas da linguagem, das ciências humanas e da natureza, e em outras, por meio dos cursos de Pedagogia, Matemática, Letras Português/Inglês, História, Geografia, Ciências Habilitação em Química e Fisioterapia, distribuindo vagas nas vinte e oito unidades da UEG, possibilitando o ingresso imediato de 3.770 estudantes, em seu primeiro vestibular, aumentando ano após ano o quantitativo de cursos, turmas, vagas e unidades

Ainda em relação à UEG, merece destaque o número de estudantes já titulados em seus vinte cursos de graduação, sendo até 2009 mais de 42 mil estudantes, titulados. Ao longo de sua existência, a universidade ampliou o quantitativo de cursos, saltando de vinte em 1999 para quarenta e seis cursos em 2024. De igual modo, o crescimento do número de egressos, que até 2013 era de aproximadamente cinco mil estudantes, número que vai diminuindo a partir de 2014. No que se refere ao funcionamento da instituição a UEG é uma universidade

acessível pois funciona nos turnos, matutino, noturno e integral. Além dos vinte cursos de graduação ofertados, a universidade também ofertar cursos de formação continuada, sob forma de cursos de Especialização Lato e Stricto Sensu.

No contexto da formação de professores, de acordo com a UEG, por meio de seus cursos especialmente no interior goiano, sobretudo nos anos iniciais de sua criação, a instituição voltou-se "ao atendimento da demanda do estado e, consequentemente da sociedade graduando professores para a educação básica possibilitando o acesso ao ensino superior ao promover uma política de interiorização da universidade" (UEG, 2023, p. 22). Nesse sentido, a (UEG) desde 2001, busca assegurar, a implementação do plano geral de capacitação docente do plano geral de capacitação e da realização de concurso público, investindo na melhoria da educação, a partir de uma formação de professores alicerçada pela legislação e em consonância com a realidade local.

Fundamentação teórica

O desenvolvimento da pesquisa baseia-se inicialmente nas discussões sobre a universidade, realizadas por Reis (2024) ao dialogar sobre o processo de instalação e expansão do ensino superior no estado de Goiás, mostrando aspectos essenciais sobre a fase inicial da implementação UEG e suas contribuições com a educação básica.

A pesquisa ancora-se nas análises de Carvalho (2015) ao focar sua abordagem na revisão da noção de política pública trazendo de forma coerente e provocativa uma reflexão acerca do redimensionamento do espaço público e consequentemente a ampliação dos atores das políticas públicas. Tais considerações nos impele a conhecer um pouco mais sobre as políticas públicas, em específico aquelas voltadas à formação de professores no contexto da UEG, compreendendo que embora o foco principal da instituição não era a formação de professores, mas que houve por parte desta universidade um esforço para oportunizar a formação docente em áreas distintas ao longo destas quase três décadas de existência.

Em se tratando da formação de professores de maneira mais direta, o estudo em desenvolvimento, baseia-se nas discussões de Imbernón (2009) considerando a perspectiva permanente da formação de professores. Andre (2012) ao mencionar sobre a relevância da

pesquisa na prática formativa, considerando, portanto, que a formação deve ser contínua. Nesse entendimento, Gatti (2020) ao tratar sobre a perspectiva de formação como uma proposta para além do aprendizado prático, compreendendo esta sob o viés das políticas públicas e na concretização de uma perspectiva social e cultural ampla e complexa, ajuda-nos a entender a formação como um processo dinâmico e como elemento construtor da cidadania. Assim sendo, para a autora, é essencial "Formar docentes oferecendo-lhes cultura geral e especializada que lhes propicie a construção de uma filosofia educacional associada a uma praxiologia parece ser uma possível resposta aos dilemas enfrentados nas práticas formativas para a docência", (p. 17). Ou em outras palavras, a formação de professores pressupõe uma articulação entre as dimensões sociais, culturais e teórica.

As discussões acerca da formação de professores, são também pensadas a partir dos diálogos de Saviani (2011) ao postular a importância do preparo didático e pedagógico como base para a formação como elemento importante, deixando claro que o conhecimento para diferentes áreas é construído a partir de uma formação pautada numa perspectiva curricular sólida. Além destes, a pesquisa ancora-se na abordagem de Sheibe e Bazzo (2016) e outros que vão sendo incluídos no decorrer da mesma.

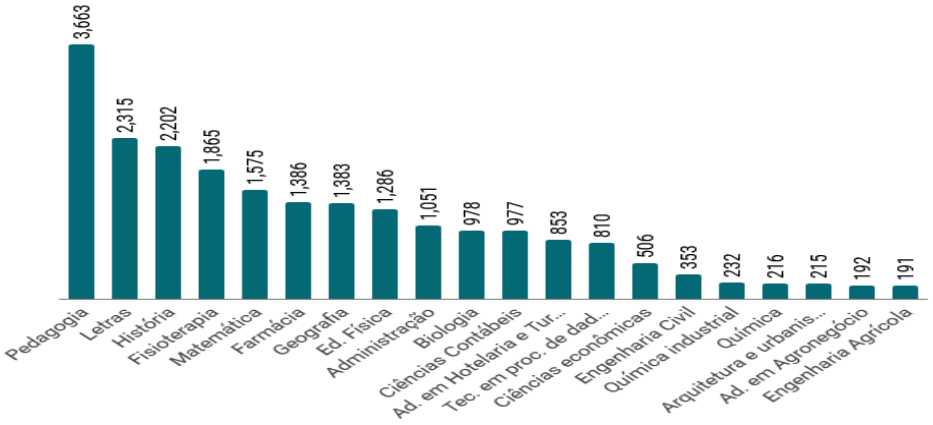
Ao elencar algumas das bases nas quais a pesquisa é construída, torna-se também relevante deixar claro de onde partimos, para tanto a questão principal considerada ponto de partida para a presente investigação é: Como a Política de Formação de Professores da UEG se desenvolveu entre os anos de 1999 e 2024 e quais os seus impactos na qualificação docente e na educação básica goiana? Desta questão apresentamos como objetivo principal, é mostrar como nestas quase três décadas a UEG vem promovendo uma formação docente, que contribua com o estado de Goiás na promoção de uma educação de qualidade. Além deste, traçamos mais dois objetivos que subsidiam o estudo em desenvolvimento.

- Identificar dentro do PDI os principais desafios e avanços na implementação das políticas públicas de formação docente;
- Analisar as diretrizes, programas e mudanças na política de formação de professores da UEG no período de 1999 a 2024.
- Avaliar os impactos da formação docente da UEG na educação básica em Goiás;
- Comparar quantitativamente o número de professores formados entre 1999 e 2024.

Diante da problemática acima mencionada e dos objetivos propostos, desenvolveu-se uma revisão bibliométrica, que segundo Macias-Chapula (1998) é adequada, para conhecer os aspectos quantitativos, a disseminação e a utilização da informação contida na produção de vários campos científicos. Nesse mesmo entendimento, Figueiredo (1990) sustenta que os estudos bibliométricos em teses e dissertações são justificados pois fornece informações nos permitindo contextualizar "a extensão e significância do problema que se maneja. Aponta e discute possíveis soluções para problemas similares e oferece alternativas de metodologias que têm sido utilizadas para a solução do problema". Desse modo, analisando publicações científicas de forma quantitativa identificou-se um número considerável de estudos que abordam a temática proposta. O material empírico encontrado, constitui-se de 72 artigos indexados na plataforma Scielo, Scientific Electronic Library Online, no período de 1999 a 2024. Além da pesquisa bibliométrica realizou-se a pesquisa documental, incluindo visita técnica ao Núcleo de seleção UEG para a coleta de dados acerca do número de cursos, unidades, estudantes e docentes no primeiro processo seletivo/vestibular da UEG em 1999, assim como a continuidade da revisão de literatura.

Ao longo dos meses de fevereiro e março de 2025, fora realizada a busca e a exportação dos artigos, e em seguida a seleção daqueles que mais se aproximam da discussão realizada até o momento. As próximas etapas da pesquisa envolvem a demarcação dos critérios de inclusão e de exclusão, a seleção e filtragem dos artigos, a leitura e a validação dos critérios de inclusão e exclusão.

Como resultados iniciais da pesquisa, foram até o momento realizados o levantamento de dados, dos quais construímos o gráfico referente ao número de inscritos por cursos no vestibular de 1999 na UEG para ingresso no ano 2000, nas 28 unidades da UEG, com um total de 22.249 concorrentes para 3.770 vagas conforme dados da pesquisa documental



Fonte: Elaborado pela autora (2025) a partir da pesquisa documental UEG (1999). com uso do https://infogram.com/pt/criar/grafico.

Ao comparar o número de concorrentes do primeiro processo seletivo de 1999 com o quantitativo de concorrentes para o vestibular de 2024, duas questões merecem destaques. Primeiro, o número de cursos que em 1999 era de vinte cursos, em 2024 chega a quarenta e seis cursos, distribuídos em licenciatura, tecnólogos, bacharelados presenciais e à distância. Já em relação aos campus, a partir de 2020 a UEG estabelece a divisão entre campus e unidade universitária, sendo estes, nove campus e trinta e três unidades universitárias que em 2024 ofertaram 4.150 vagas para todos os cursos e tendo 14.372 inscritos.

Algumas considerações

O estudo sobre a Universidade Estadual de Goiás e Formação docente no contexto das políticas públicas, embora ainda esteja em fase inicial, buscou de maneira breve traçar uma contextualização histórica sobre a origem desta instituição, salientando como a formação docente foi sendo implementada como uma das políticas da instituição. Assim, ao dialogar sobre a formação docente, tratou-se de elencar algumas das principais vertentes teóricas que corroboram com a discussão em construção, assim como apresentar reflexões mesmo que de forma embrionárias, já são possíveis de se fazer. Em relação aos dados parciais, os mesmos foram construídos, a partir da pesquisa documental.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **Pesquisa, formação e prática docente**. In: ANDRÉ, M. (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 12. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BALDINO, José Maria. **Ensino superior em Goiás em tempos de euforia**: da desordem aparente à ordem ocorrida na década de 80. 1991. 309f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_-_Jos%C3%A9_Maria_Baldino.pdf. Acesso em 20 de fev. 2025.

CARVALHO, Luís Miguel. **As políticas públicas de educação sob o prisma da ação pública: esboço de uma perspectiva de análise e inventário de estudos**. *Currículo sem Fronteiras*, v. 15, n. 2, p. 314-333, maio/ago. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/286442422_As_Politicas_Publicas_De_Educacao_Sob_O_Prisma_Da_Acao_Publica_Esboco_De_Uma_Perspetiva_De_Analise_E_Inventario_De_Estudos. Acesso em 02 de fev. de 2025.

GATTI, Bernadete. Angelina. **Perspectivas da formação de professores para o magistério na educação básica: a relação teoria e prática e o lugar das práticas**. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 29, n. 57, p. 15–28, 2020. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2020.v29.n57.p15-28. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/8265. Acesso em: 10 março. 2025.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores no Brasil**: dilemas e perspectivas. Poiésis Pedagógica. Catalão, v.9, n.1, p.7-19, jan./jun.2011. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/15667. Acesso em 20 de março de 2025.

SCHEIBE, Leda, BAZZO, Vera Lúcia, **formação de professores da educação básica no ensino superior: diretrizes curriculares pós 1996.** Rev. Inter. Educ. Sup. Campinas, SPv.2n.2p.241-256maio/ago. 2016ISSN 2446-9424. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/RIESup. Acesso em 10 de março 2025.

O NOVO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO CEPAE E NO IFG/CAMPUS GOIÂNIA

Tatiana Cristina Ribeiro
Orientadora: Profa. Dra. Karine Nunes de Moraes

Resumo: A pesquisa discute a reforma do ensino médio estabelecida pela lei nº 13.415/2017, e suas implicações em duas instituições federais que ofertam o ensino médio em Goiânia: o Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFG) – campus Goiânia. O objetivo é compreender se a reforma do ensino médio (lei nº 13.415/2017) provocou mudanças na organização pedagógico-curricular do ensino médio no CEPAE e no IFG, e analisar as implicações da reforma do ensino médio na trajetória formativa dos estudantes destas duas escolas bem como a percepção dos docentes e discentes sobre esse processo. A metodologia, de abordagem qualitativa, envolverá pesquisa bibliográfica e estudo de caso, analisando os Projetos Pedagógico-Curriculares das escolas pesquisadas, vigentes e os anteriores à reforma, além de entrevista com os professores de ensino médio das instituições pesquisadas e aplicação de questionário aos alunos. O referencial teórico abrange Gramsci (1982; 2001; 2002; 2004; 2007), Frigotto (2009; 2012; 2024), Ciavatta (2005; 2011; 2012), Ramos (2009; 2012; 2014; 2024), Silva (2023), Kuenzer (2001; 2009; 2011; 2017), Cássio (2022, 2023), Ferretti (2018), entre outros. A pesquisa encontra-se em fase inicial e os resultados indicam, até o momento, que o processo de elaboração e tramitação da reforma se deu num contexto político controverso, com pouca discussão com educadores e pesquisadores. As principais mudanças referem-se à ampliação da carga horária e flexibilização curricular com a instituição dos itinerários formativos.

Palavras-chave: Ensino Médio; Política Educacional; Reforma do Ensino Médio.

Introdução

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, brasileiro tem sua trajetória marcada pela dualidade estrutural que caracteriza a sociedade capitalista, pela dificuldade em se definir sua identidade e por reformas e contrarreformas que evidenciam os embates acerca de seus objetivos e finalidades. A mais recente reforma tem sofrido críticas sobretudo sobre a forma como foi definida, por meio da Medida Provisória nº 746/2016, posteriormente convertida na lei nº 13.415/2017, sem o devido debate com educadores e pesquisadores da área, e o seu conteúdo, uma vez que forma e conteúdo são indissociáveis.

Esta pesquisa propõe-se a investigar a implementação da reforma do ensino médio no estado de Goiás, mais especificamente em duas escolas do sistema federal de ensino de Goiânia/GO: CEPAE e o IFG/ câmpus Goiânia. As duas instituições, mesmo pertencendo ao

sistema federal, apesar de serem instituições públicas, apresentam características que as diferenciam das demais escolas públicas do estado. O CEPAE é uma escola que, além de ofertar a educação básica, constitui espaço de formação pedagógica de professores, servindo de campo de estágio para os estudantes dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Goiás (UFG), enquanto o IFG, oferece o ensino técnico integrado ao ensino médio em diversas habilitações profissionais.

Fundamentação Teórica

A reforma do ensino médio, materializada na Lei nº 13.415/2017, pode ser compreendida a partir da análise da disputa de diferentes projetos societários no campo educacional, os quais por sua vez refletem a dualidade estrutural da sociedade capitalista, dividida em classes sociais antagônicas (capitalistas e classe trabalhadora).

O referencial teórico-metodológico abrangerá as contribuições de Gramsci (1982; 2001; 2002; 2004; 2007), em relação aos conceitos de hegemonia, formação omnilateral, escola unitária, trabalho como princípio educativo e o papel da cultura; Frigotto (2009; 2012; 2024), Maria Ciavatta (2005; 2011; 2012) e Marise Ramos (2009; 2012; 2014; 2024), que abordam a formação humana omnilateral, educação politécnica e relação entre trabalho e educação; Silva (2023), Kuenzer (2001; 2009; 2011; 2017), Cássio (2022; 2023), Ferretti (2018), entre outros que discutem a reforma do ensino médio.

A divisão da sociedade em classes antagônicas, sobretudo entre capitalistas/dirigentes e classe trabalhadora, dá origem a formas diferenciadas de educação. Assim, a classes sociais distintas correspondem trajetórias educacionais distintas, sendo a formação acadêmica intelectualizada destinada às elites, enquanto para a classe trabalhadora a formação oferecida tem como foco as habilidades voltadas para o trabalho instrumental (Kuenzer, 2009).

A partir dos estudos gramscianos é possível entender as relações de força que traduzem as relações de hegemonia no espaço escolar. O conceito de hegemonia é fundamental para compreender o processo pelo qual a classe dominante mantém seu poder na sociedade. O exercício da hegemonia é possibilitado pelo equilíbrio entre força (poder coercitivo do estado) e consenso, que se constrói por meio da influência cultural que

possibilita que “a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações [...]” (Gramsci, 2007, p. 265).

Gramsci (2001) defendia uma escola que priorizasse a formação humanista, que caracteriza como “comum, única e desinteressada”, onde o aspecto formativo não seja sobreposto pela preocupação em satisfazer interesses práticos imediatos (como a formação profissional, por exemplo). Na sua concepção a escola não deveria ser hierarquizada por classes sociais, mas proporcionar uma educação que contemple a todos os indivíduos com as mesmas oportunidades de formação. Criticava, portanto, a dualidade entre escola clássica/humanista e profissional.

O conceito de escola unitária de Gramsci relaciona-se ao conceito de educação omnilateral, que diz respeito à concepção de educação ou de formação humana que “busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico” (Frigotto, 2012, p. 265).

A flexibilização curricular proposta pela reforma do ensino médio tem em vista a formação de um trabalhador multitarefa, capaz de exercer os diferentes trabalhos disponibilizados pelo mercado, demandando apenas um rápido treinamento, a partir de algum aporte de educação geral, seja no nível básico, técnico ou superior. Esta formação, contudo, não é a mesma para todos os alunos do ensino médio. Assim, alguns são preparados para exercer trabalhos qualificados e criativos, tendo em vista sua origem de classe, em espaços de formação, que não envolvem a escola pública, sendo pouco atingidos pela reforma. Já para a maioria dos trabalhadores, resta ocupar trabalhos temporários simplificados, repetitivos e fragmentados, para os quais não necessitam de formação qualificada, mas provavelmente de certificados ou reconhecimento de competências, o que o atual ensino médio talvez atenda (Kuenzer, 2017).

Problema de Pesquisa

Esta investigação tem como objeto de estudo o processo de implementação do novo ensino médio no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) e o Instituto

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), buscando responder: a reforma do ensino médio (lei nº 13.415/2017) provocou mudanças na organização pedagógico-curricular do ensino médio no CEPAE e no IFG câmpus Goiânia? Caso haja mudanças, quais as possíveis implicações na trajetória formativa dos estudantes? Como a reforma do ensino médio foi percebida e compreendida pelos sujeitos da escola?

Objetivos

Objetivo Geral:

Compreender se a reforma do ensino médio (lei nº 13.415/2017) provocou mudanças na organização pedagógico-curricular do ensino médio no CEPAE e no IFG, e analisar as implicações da reforma do ensino médio na trajetória formativa dos estudantes destas duas escolas bem como a percepção dos docentes e discentes sobre esse processo.

Objetivos Específicos:

Mapear e analisar a produção do conhecimento sobre a reforma do ensino médio a partir da promulgação da lei nº 13.415/2017; analisar a lei nº 13.415/2017 e seu contexto de formulação; fazer um estudo comparativo dos projeto pedagógico-curricular do CEPAE e do IFG antes e depois da reforma do ensino médio para analisar se houve mudanças; discutir se há relações entre a reforma do ensino médio e o atual projeto pedagógico-curricular do ensino médio no CEPAE e no câmpus Goiânia do IFG; analisar a percepção de docentes e discentes do CEPAE e do IFG sobre a reforma do ensino médio e a trajetória formativa dos estudantes.

Metodologia

A pesquisa, de abordagem qualitativa, envolverá pesquisa bibliográfica e estudo de caso a ser realizado no CEPAE e no câmpus Goiânia do IFG. Serão analisados os documentos

referentes ao processo de tramitação da lei nº 13.415/2017, analisando criticamente a reforma desde o seu processo de elaboração até sua implementação pelos sistemas de ensino.

Será realizada análise da produção acadêmica que contemple o estudo da reforma, sobretudo no campo das políticas educacionais, utilizando-se como fontes para a pesquisa a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal de Periódico da CAPES.

Em relação ao estudo de caso, a coleta de dados envolverá o levantamento e análise dos projetos político-pedagógicos, projetos pedagógicos de curso e documentos curriculares das instituições pesquisadas, em vigor antes da implementação da lei nº 13.415/2017 e as atualizações destes documentos após a implementação da referida lei, se houver. A análise visa entender se houve e, caso positivo, quais foram as principais mudanças na organização do ensino médio, a partir da lei nº 13.415/2017, nestas instituições.

Também serão coletados por meio de entrevistas com os professores do ensino médio das instituições pesquisadas que atuem nestas instituições desde, pelo menos, 2016 (ano da MP nº 746/2016, mais tarde convertida na lei nº 13.415/2017). Tais entrevistas visam conhecer as percepções dos professores acerca do “novo” ensino médio bem como identificar os principais fatores que tem favorecido ou dificultado a implementação do novo ensino médio nestas escolas.

Será aplicado questionário aos alunos concluintes do ensino médio nas escolas pesquisadas, buscando apreender suas percepções acerca da formação recebida durante o ensino médio, identificando os principais desafios enfrentados, as expectativas atendidas e as frustradas em relação a esta formação, os aspectos que consideram positivos e o que consideram que poderia ser melhorado em relação à formação recebida durante o ensino médio. Pretende-se ainda identificar qual a percepção dos alunos acerca da parte flexível do currículo (disciplinas eletivas, itinerários formativos, entre outras), como se deu o processo de escolha destas disciplinas/ itinerários e como avaliam a contribuição destas disciplinas/ itinerários para sua formação. Para tanto, serão convidados a responder o questionário todos os alunos que estejam cursando o último ano do ensino médio nas escolas pesquisadas no momento da coleta de dados.

Resultados iniciais

A pesquisa encontra-se ainda em fase inicial, mas já foi possível evidenciar que o processo de elaboração e tramitação da reforma do ensino médio (lei nº 13.415/2017) deu-se em um cenário político controverso, logo após o golpe que culminou com a deposição da presidenta Dilma Rouseff e ascensão de Michel Temer ao Governo. A reforma foi instituída por Medida Provisória, recebendo duras críticas pela ausência de debates com educadores e pesquisadores.

As principais mudanças instituídas pela lei nº 13.415/2017 referem-se à ampliação da carga horária para inicialmente mil horas anuais, devendo chegar a mil e quatrocentas horas anuais; a carga horária destinada à Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, sendo o restante da carga horária composto da parte flexível (itinerários formativos); somente as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa são obrigatórias nos três anos do ensino médio; foram instituídos os itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, em uma ou mais das áreas de: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional; cria-se a possibilidade de que o ensino médio seja organizado em módulos, adotando o sistema de créditos com terminalidade específica; parte do currículo do ensino médio pode ser integralizado por meio de reconhecimento de competências e/ou educação a distância.

Considerações finais

A pesquisa em andamento pretende contribuir com as reflexões acerca da reforma do ensino médio, analisando sua implementação no CEPAE e IFG/câmpus Goiânia, a partir do estudo do processo de elaboração e tramitação da lei nº 13.415/2017 e dos interesses que o permearam. Além disto, pretende analisar como esta reforma é percebida por docentes e estudantes do ensino médio, as possíveis mudanças provocadas e os desafios em relação à sua implementação nas escolas pesquisadas.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.415/17**. Altera as Leis 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e 11.494/07 que regulamenta o FUNDEB e dá outras providências.

BRASIL. **Medida Provisória MP 746/2016**. Brasília, 22 de setembro de 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida (org.) **Ensino Médio**: Constituindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, abr./jun., 2017.

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REUNI NA UFG[29]

Arielli Curado Andrade Bueno
Orientadora: Profa. Dra. Karine Nunes de Moraes

RESUMO: O Programa Reuni instituído pelo Decreto n° 6.096/2007 durante o governo Lula (2003-2011) propiciou significativas mudanças no campo da Educação Superior. O programa promoveu o aceleramento da expansão pública das universidades federais mediante a criação de um projeto de reestruturação para a adesão. Na UFG a adesão ao Programa ocorreu no ano de 2007, sendo aprovada na quinta convocação do Conselho Universitário. O presente estudo objetiva analisar o impacto da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades – Reuni na UFG no que se refere a expansão dos cursos de graduação na sede e nos campus da universidade. Adota-se a pesquisa bibliográfica e documental como parâmetro de análise dos documentos Decreto n° 6.096/2007, Portaria nº 1461, de 13/07/2007 – UFG, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2008-2012 ancorada a metologia de Estudo de caso. O estudo fundamenta-se teoricamente em Bourdieu (1989,20221), Nunes (2013) e Oliveira (2019). Constata-se com a pesquisa em fase de desenvolvimento, que a UFG, ao aderir a ao Reuni estruturou um projeto com metas quantitativas e qualitativas com rígidos prazos, expandindo se significativamente após a implementação do Programa Reuni.

Palavras-chave: Programa Reuni; Educação superior; Expansão da educação superior.

Introdução

O presente estudo encontra-se em desenvolvimento e está articulado a pesquisa de mestrado intitulada A implementação do Programa Reuni na UFG, vinculada à Linha de Pesquisa Estado, Política e História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG. O Programa Reuni foi instituído através do Decreto n° 6.096/2007 que, dentre seus objetivos, destacam-se a democratização do acesso e permanência de estudantes no ensino superior, a ocupação de vagas ociosas e aberturas de turmas no noturno. Para a adesão ao Programa, as universidades federais deveriam elaborar um projeto de reestruturação e expansão física, acadêmica e pedagógica (Brasil, 2007). Na UFG a adesão ao Programa ocorreu no ano de 2007, sendo aprovada na quinta convocação dos Conselho Universitário.

Isto exposto indaga-se em que medida a adesão ao Programa Reuni contribuiu para a expansão da UFG no período de 2008 a 2012, especificamente no que se refere à expansão dos cursos de graduação? O estudo tem como objetivo geral analisar o impacto da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades – Reuni na UFG no que se refere a expansão dos cursos de graduação na sede e nos campus da universidade. Em relação aos objetivos específicos da pesquisa, pretende-se: realizar o mapeamento bibliográfico das produções científicas (teses e dissertações) e artigos referente a política de expansão dos cursos de graduação durante a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades - REUNI (2008-2012) na Universidade Federal de Goiás; analisar o desenvolvimento da expansão dos cursos de graduação durante a implantação do programa Reuni, no período de 2008-2012 no cenário das políticas educacionais brasileiras para a Educação Superior, considerando a origem e a história da Universidade Federal de Goiás; verificar o desenvolvimento da expansão universitária durante a implantação do programa REUNI, no período de 2008-2012, a partir da análise dos documentos institucionais da Universidade Federal de Goiás -UFG que versam sobre o aumento de vagas de ingresso aos cursos de graduação.

Metodologia

Ao se definir o problema e objetivos que nortearão a pesquisa, compreendeu-se que o estudo se configura como uma pesquisa bibliográfica descritiva de caráter quaitativo que oferecerá subsídios metodológicos para o seu desenvolvimento pela estratégia do Estudo de Caso. A pesquisa qualitativa atende às particularidades em um nível de realidade não quantificável, pois trabalha com o universo aprofundado de significados que respondem processos e fenômenos independentes de variáveis númericas. Diante disso, o Estudo de Caso oportuniza um estudo aprofundado do objeto, de modo a atingir o conhecimento amplo e pormenorizado. Uma vez que o fenômeno estudado não é isolado do contexto de interesse do pesquisador, considera-se para a aquisição dos dados da pesquisa três aspectos relevantes: a natureza da experiência, o fenômeno investigado, e o conhecimento que se pretende atingir. Desse modo, é primordial o planejamento concreto de cada momento com a finalidade de selecionar informações precisas e necessárias para o desenvolvimento dos objetivos específicos (Cesar, 2005; Minayo, 2011).

Discussão

Face a acelerada expansão universitária privada decorrente de governos presidenciais de cunho neoliberais, intensificou-se o debate entre os atores do Campo da Educação Superior para a condução de políticas públicas voltadas para a expansão das universidades públicas brasileiras. Tais debates na arena política culminou na formulação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades – Reuni, instituído pelo decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesse estudo, compreende-se como campo um espaço relacional onde há relações de disputa entre forças para conservar e/ou transformar o campo em disputa. O campo da educação superior enquanto uma parte do campo científico, para Bourdieu, coexiste dentro de um campo de forças e disputas para conservar ou transformar o campo em questão, buscando a distinção e a conquista de bens simbólicos angariados principalmente pela relação do objeto com os pares que compõem o campo científico (Bourdieu, 1989, 2021).

Através da adesão ao programa, caberia as Universidades Federais apresentar ao Ministério da Educação – MEC o projeto de reestruturação da universidade que atendesse as seguintes diretrizes: redução das taxas de evasão, preenchimento de vagas ociosas e aumento do número de vagas com ênfase no período noturno, ampliação da mobilidade estudantil, diversidade na oferta de cursos de graduação, ampliação da política de inclusão e articulação entre a pós educação e a educação básica. (Brasil, 2007).

O Programa Reuni oferecia as universidades federais a oportunidade de expansão universitária pública, onde o governo federal comprometeu-se com recurso financeiro (Brasil, 2007, p. s/n): "[...] na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas [...]." Destarte a possibilidade de implementação do Reuni na UFG, o Conselho Universitário da UFG - CONSUNI instituiu, através da Portaria nº 1461, de 13/07/2007, uma comissão composta por nove membros que realizou um estudo sobre a adesão ao Reuni.

O relatório elaborado pela comissão para o estudo sobre a implantação do Reuni na UFG encaminhou, como primeiras ações, a solicitação de discussão sobre o assunto às unidades acadêmicas e que encaminhassem à comissão as intenções de expansão. As unidades acadêmicas, assim, deveriam analisar a possibilidade de aumento na oferta de vagas nos cursos e graduação, a abertura de novas turmas e novos cursos nos três turnos, vislumbrando uma expansão física e dos docentes e técnicos administrativos. (UFG, 2007a).

A Comissão projetava, no final de cinco anos, o valor de R$ 1.970.205.000,00[30] para os gastos com profissionais e manutenção das unidades acadêmicas, e no decorrer de 2012 seria acrescido R$ 51.871.000,00 no orçamento anual da UFG. Com a adesão do Reuni, o relatório propusera, no final da implementação o total de diplomados nos cursos de graduação presencial de 64, 41% e o contínuo monitoramento das ações do projeto de adesão para a garantia efetiva da diplomação desses estudantes (UFG, 2007a, 2008)

[30] Os valores estimados para a implementação do Programa Reuni referem-se ao ano de 2007 onde ocorreu a criação do projeto deg adesão. Conforme o cálculo da poupança, estima-se que o valor atualizado para maio de 2025 seria em torno de R$ 6.441.381.331,28 com a correção de 226,939650% (UFG, 2008, Banco Central do Brasil, 2025)

Apesar da atratividade em atender o chamado federal, houve manifestações contrárias a adesão da UFG ao Reuni. A Faculdade de Educação em reunião do Conselho Universitário se manifestou publicamente contrário à adesão, ao refletir a expansão universitária como um mercado de profissões que subestimava a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A política de flexibilização, diversificação era criticada por pesquisadores do Campo da Educação Superior que defendiam a educação superior gratuita e publica que preconizavam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (UFG, 2007b, Moraes, 2013)

Para a discussão da adesão ao programa Reuni, ao todo realizaram-se cinco convocações para reunião do Conselho Universitário para deliberar pela adesão ao não ao Reuni. As convocações ocorreram no ano de 2007 entre 24 de agosto a 25 de outubro e com exceção da primeira, foram presididas pelo Reitor Edward Madureira Brasil. Na primeira e segunda sessão, apresentou-se o relatório preliminar do CONSUNI e os documentos recebidos das Unidades Acadêmicas, salienta-se o esparso espaço para o debate uma vez que o decreto foi instituído em abril, a chamada pública em setembro e o envio de propostas finalizava-se em outubro de 2007. A terceira e quarta sessões, objetivava a apreciação do REUNI, entretanto foram interrompidas pelos acalorados protestos estudantis (Oliveira, 2019).Entretanto, a última convocação ocorreu no período matutino no prédio da Justiça Federal a fim de evitar possíveis interrupções no leito. Sendo aprovada a adesão ao Reuni por 46 votos favoráveis e 3 contrários. Nesse cenário, a universidade Federal de Goiás – UFG aderia a implementação do Reuni em 27/10/2007 para o primeiro semestre de 2008, obtendo a aprovação integral do MEC em 27/11/2007. Com a implantação do programa Reuni, a UFG previa no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2008-2012, a oferta de 9.230 vagas em todas as áreas do conhecimento, principalmente na capital do Estado até o final do mês de dezembro de 2012 (UFG, 2008).

Para tanto, no projeto preliminar de adesão ao REUNI previa o acréscimo de 62,63% de vagas no vestibular e 38% do número de professores. A UFG, no documento, propôs a criação de 29 novos cursos de graduação na Sede e nas Unidades Acadêmicas da Universidade e a abertura de 22 novas turmas nos cursos já existentes. Outro aspecto considerado no

projeto de adesão ao REUNI pela UFG era a baixa oferta de vagas de graduação no período noturno que totalizava 26,7% no ano de 2005 (Brasil, 2007; UFG, 2007; 2008).

Os objetivos da UFG no projeto de adesão ao programa Reuni para sua reestruturação e expansão foram: ampliar a oferta de cursos de graduação presencial aumentando a relação de 18 alunos por professor, elevar as matrículas do período noturno para 50%, criar 15 novos cursos no Campus Samambaia, 03 novos cursos de graduação presenciais no Câmpus Colemar Natal e Silva, 03 novos cursos de graduação presenciais no Câmpus de Catalão e 04 novos cursos de graduação presenciais no Câmpus de Jataí, ofertar 567 vagas em novas turmas dos cursos de graduação presenciais existentes nos Câmpus Samambaia e Colemar Natal e Silva, 60 vagas em nova turma do curso de graduação presencial existente no Câmpus da Cidade de Goiás, 40 vagas em nova turma do curso de graduação presencial existente no Câmpus de Jataí, e expandir 155 novas vagas nas turmas dos cursos de graduação presenciais existentes nos Câmpus Samambaia e Colemar Natal e Silva, 185 novas vagas nas turmas dos cursos de graduação presenciais existentes no Câmpus de Jataí, além de diversificar as modalidades de graduação na UFG, oferecendo cursos, preferencialmente, que superem a profissionalização precoce e especializada (UFG, 2008).

Considerações Finais

UFG, ao aderir a ao Reuni estruturou um projeto com metas quantitativas e qualitativas com rígidos prazos para se cumprir. Observa-se uma demanda da população goiana para a expansão universitária pública, portanto o projeto apresentado ao governo federal propusera a expansão em Câmpus Samambaia e Colemar Natal e Silva, ambos em Goiânia e inclusive, criação e ampliação das ofertas nas cidades de Catalão, Goiás e Jataí. Apesar das críticas, o Reuni foi aprovado na quinta convocação com expressiva adesão das unidades acadêmicas. Com isto, a UFG dobraria de tamanho em curso espaço de quatro ano, impactando expressivamente as graduações ofertadas na instituição.

Referências Bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do cidadão – Correção de Valores**. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/ Acesso em: 12/05/2025.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In R. Ortiz (Org.), Pierre Bourdieu. **Sociologia,** (pp. 122–155). Ed. Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia geral vol. 2: Habitus e campo: Curso no Collège de France (1982-1983)**. Editora Vozes, 2021.

BRASIL. **Decreto n° 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -REUNI.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm Acesso em: 20/07/2024

CESAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho. Método do Estudo de Caso (Case studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração. **REMAC Revista Eletrônica Mackenzie de Casos, São Paulo-Brasil**, v. 1, n. 1, p. 1, 2005.

MINAYO, M. C. S., DESLANDES, S. F., GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2011.

MORAES, Karine Nunes de. A **produção acadêmica sobre a expansão da educação superior no Brasil no período de 1995 a 2010.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

OLIVEIRA, Osmar Gonçalves de. **A gestão de políticas públicas para educação superior: análise e plano de ação do programa Reuni na Universidade Federal de Goiás.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Universidade Federal de Goiás, 2019. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Proposta da Comissão Reuni -UFG (documento preliminar),** 2007a. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1/o/Reuni-UFG-22-10-07.pdf Acesso em 20/07/2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS-UFG. **Faculdade de Educação. A Faculdade de Educação e o REUNI.** 2007b. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1/o/Reuni-doc-FE.pdf. Acesso em 25/01/25.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de desenvolvimento institucional: 2008– 2012 /Universidade Federal de Goiás, Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos, Programa de Gestão Estratégica**. – Goiânia: CEGRAF–UFG, 2008.

EXPANSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFG E SUCESSO ACADÊMICO (2008-2022): um estudo de caso [31]

Viviane Gaspar Abrão
Orientadora: Profa. Dra. Karine Nunes de Moraes

Resumo: Este artigo apresenta o delineamento de uma pesquisa em andamento que analisa a expansão dos cursos de graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e o sucesso acadêmico entre os anos de 2008 a 2022. O estudo busca compreender a relação entre a ampliação das matrículas, as políticas públicas federais, especialmente o REUNI, e os indicadores de ingresso, permanência e diplomação. A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, combinando procedimentos qualitativos e quantitativos, com ênfase na análise documental e estatística. Do ponto de vista qualitativo, realiza-se uma análise crítica de documentos institucionais que registram o processo histórico e os desdobramentos das políticas de expansão da Universidade Federal de Goiás (UFG), no sistema *Analisa UFG* e no Censo da Educação Superior possibilitando a compreensão aprofundada dos aspectos administrativos, pedagógicos e estruturais envolvidos. Do ponto de vista quantitativo, serão examinados dados estatísticos sistematizados a partir de fontes oficiais, o que permite a identificação de tendências, padrões e transformações ocorridas no período analisado. São abordadas questões como a eficácia das ações de expansão e a implementação de políticas de permanência estudantil. A relevância desta pesquisa reside em sua contribuição para a compreensão crítica das políticas de democratização do ensino superior, destacando os avanços e os desafios estruturais enfrentados pela UFG no período estudado. Além disso, a pesquisa possui relevância prática, já que a autora atua como servidora na instituição e busca gerar subsídios para o aprimoramento das políticas acadêmicas e administrativas. O artigo também explora as limitações enfrentadas, como a lacuna entre ingressantes e diplomados, e ressalta a importância de políticas públicas articuladas que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos cursos. Assim, este estudo visa contribuir para o debate acadêmico e institucional, reforçando a necessidade de estratégias eficazes para garantir a equidade e a qualidade no ensino superior público brasileiro.

Palavras-chave: Ensino Superior; Expansão da educação superior; Sucesso Acadêmico.

Introdução

A pesquisa aborda a expansão dos cursos de graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG) entre os anos de 2008 a 2022, com foco especial no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A fundamentação teórica

[31] Comunicação Oral Para O XXII Seminário de Pesquisa do PPGE/FE/UFG

mobiliza autores como Dourado (2007), Saviani (2008), Moraes e Dourado (2021; 2023), que discutem a democratização do ensino superior e os desafios das políticas de permanência. Conforme destacado por Gonçalves e Rosa (2018), a UFG experimentou um crescimento notável de cursos e vagas, mas enfrentou dificuldades para assegurar a permanência e a diplomação dos estudantes, o que revela as contradições históricas do processo de expansão. O problema de pesquisa consiste em indagar: a expansão promovida pela UFG entre 2008 e 2022 resultou em aumento efetivo da diplomação e sucesso acadêmico, acompanhada por políticas institucionais eficazes de permanência?

O objetivo geral da pesquisa é analisar a relação entre a expansão das matrículas nos cursos de graduação da UFG, no período de 2008 à 2022 e o sucesso acadêmico, aqui entendido como diplomação, articulando os dados sobre ingresso e diplomação às políticas institucionais de permanência estudantil. Objetivos específicos incluem: (a) identificar no PDI as políticas de expansão implementadas; (b) mapear o crescimento das matrículas; (c) analisar indicadores de ingresso, permanência e sucesso acadêmico; (d) examinar os mecanismos de preenchimento de vagas; e (e) avaliar as ações de permanência realizadas.

A pesquisa tem relevância acadêmica e prática, podendo contribuir para o aprimoramento das políticas institucionais da UFG e oferecendo subsídios para reflexão crítica sobre a eficácia das políticas públicas de expansão e permanência no ensino superior.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e documental, com foco na análise crítica-dialética. O estudo mobiliza autores como Dourado (2007), Saviani (2008), Moraes e Dourado (2021; 2023), Gonçalves e Rosa (2018), entre outros, abordando temas como democratização do ensino superior, políticas de permanência, e desafios estruturais da expansão universitária. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) são destacados nesta pesquisa como pilares centrais da política educacional federal implementada a partir da década de 2000. Ambos os programas são problematizados à luz de seus impactos concretos sobre a realidade institucional da Universidade Federal de Goiás

(UFG), considerando tanto os avanços estruturais e de acesso quanto os desafios enfrentados na consolidação de uma política de permanência qualificada.

Do ponto de vista qualitativo, realiza-se uma análise crítica de documentos institucionais que registram o processo histórico e os desdobramentos das políticas de expansão da Universidade Federal de Goiás (UFG), possibilitando a compreensão aprofundada dos aspectos administrativos, pedagógicos e estruturais envolvidos. Do ponto de vista quantitativo, são examinados dados estatísticos sistematizados a partir de fontes oficiais, o que permite a identificação de tendências, padrões e transformações ocorridas no período analisado.

As principais fontes documentais e empíricas utilizadas incluem os relatórios institucionais produzidos pela UFG, os dados extraídos da plataforma *Analisa UFG* – que consolida indicadores acadêmicos e administrativos da universidade – e os microdados do Censo da Educação Superior, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). A triangulação dessas fontes visa assegurar robustez analítica e rigor metodológico à investigação, permitindo a correlação entre os dados estatísticos e as decisões institucionais registradas documentalmente. A revisão bibliográfica, por sua vez, fundamenta-se em autores que discutem as políticas públicas de expansão da educação superior no Brasil, a gestão universitária e os impactos do Programa REUNI, assegurando embasamento teórico ao exame crítico dos dados coletados.

Resultados iniciais/parciais e discussão

Como a pesquisa encontra-se em estágio inicial, os resultados esperados concentram-se na identificação de uma expansão significativa do número de cursos e matrículas de graduação na Universidade Federal de Goiás (UFG) entre os anos de 2008 e 2022, em consonância com os objetivos estabelecidos pelo Programa REUNI. Pretende-se evidenciar, por meio de dados estatísticos e análise documental, os efeitos diretos dessa política na reestruturação acadêmica e administrativa da instituição, assim como a evolução das políticas institucionais de permanência, especialmente no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Espera-se, ainda, detectar uma persistente discrepância entre o número de estudantes ingressantes e aqueles que concluem os cursos, o que pode sinalizar desafios estruturais e socioeconômicos relacionados à permanência estudantil. Nesse sentido, a análise documental deverá revelar tanto os avanços institucionais no que se refere à ampliação da infraestrutura, à criação de mecanismos de apoio e inclusão, quanto as limitações enfrentadas no tocante à efetiva consolidação de uma política de permanência robusta e equitativa.

A discussão dos dados empíricos será articulada criticamente com os referenciais teóricos selecionados, a fim de aprofundar a compreensão das dinâmicas institucionais e das contradições inerentes às políticas públicas de expansão e democratização do ensino superior. Espera-se, por fim, contribuir com uma análise crítica que reforce a necessidade de políticas públicas mais abrangentes e integradas, capazes de assegurar não apenas o ingresso, mas sobretudo a permanência e a conclusão bem-sucedida dos cursos por parte dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Considerações finais

Embora este estudo ainda esteja em fase de desenvolvimento, as reflexões iniciais indicam que a expansão dos cursos de graduação da UFG, impulsionada pelo REUNI, representou um avanço expressivo na democratização do ensino superior. No entanto, os desafios relacionados à permanência e ao sucesso acadêmico permanecem como questões centrais a serem aprofundadas. Espera-se que os resultados possam subsidiar não apenas o debate acadêmico, mas também a formulação e aprimoramento de políticas institucionais voltadas ao fortalecimento das ações de permanência e êxito acadêmico. Este trabalho reafirma a importância da continuidade de políticas públicas integradas e sustentáveis, capazes de promover o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, assegurando qualidade e equidade na educação superior pública.

Referências

BRASIL. Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – **REUNI**. Diário Oficial da União,

Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 5 maio 2025.

INEP – **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Censos da Educação Superior. Brasília: INEP, diversos anos.

MORAES, Karine Nunes de. A produção acadêmica sobre a expansão da educação superior no Brasil no período de 1995 a 2010. 2013. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Relatórios de gestão 2008-2015**. Goiânia: UFG, 2015.

QUANDO A FARDA PESA MAIS QUE O GIZ: A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS EM MATO GROSSO

Gibran Dias Paes de Freitas
Orientadora: Profa. Dra. Miriam Fábia Alves

Resumo: Esta pesquisa analisa criticamente os impactos da militarização das escolas públicas estaduais em Mato Grosso, com foco no financiamento educacional e na gestão democrática. A partir de análise documental, dados orçamentários e legislação, investiga-se como o redirecionamento de recursos para escolas cívico-militares compromete princípios constitucionais como equidade, participação e valorização docente. Fundamentada em autores como Alves (2018, 2023), Saviani (2018) e Foucault (2014). A pesquisa aponta a escola militarizada como um dispositivo disciplinar, alinhado a um projeto neoliberal e conservador. Os resultados evidenciam a concentração de recursos em militares da reserva, com altas verbas indenizatórias e isentas de tributos, em contraste com a precarização de professores civis. Além das desigualdades salariais, observa-se uma gestão verticalizada, que reduz a autonomia pedagógica e a participação comunitária, acirrando as desigualdades e fragilizando os princípios da educação pública.

Palavras-chave: escolas militarizadas; escola cívico-militar; militarização; financiamento da educação; gestão democrática.

Introdução, Fundamentação Teórica e Problema de Pesquisa

A militarização das escolas públicas em Mato Grosso não é uma medida pontual para resolver problemas de segurança ou disciplina, mas parte de uma lógica estrutural de avanço de políticas educacionais de caráter neoliberal, conservador, autoritário e privatista. Essa lógica se concretiza em marcos normativos como as Leis Estaduais nº 10.922/2019, nº 11.273/2020, nº 12.388/2024 e o Decreto nº 709/2024, que institucionalizam um modelo de gestão cívico-militar com a atuação de agentes das forças de segurança em funções diretivas, administrativas e disciplinares nas escolas.

O projeto, sob o pretexto da moralização e da busca por eficiência, representa uma inflexão autoritária na educação pública. Ele desloca o centro da função formadora da escola para um aparato de controle social, voltado à contenção da juventude; especialmente aquela oriunda das classes populares, negras e periféricas. Nesse contexto, torna-se pertinente a indagação de Alves e Santos (2023, p. 103): “Se as escolas não podem debater a realidade da sociedade em que ela e seus sujeitos estão inseridos, como podemos afirmar que essa escola é espaço educativo?”

A militarização da escola pública expressa uma racionalidade autoritária que transforma o espaço educativo em território de controle dos corpos e silenciamento das consciências. Como afirmam Alves e Santos (2023, p. 95), esse processo integra a hipermilitarização da sociedade brasileira, na qual a escola assume contornos de encarceramento. Assim, a militarização e o aprisionamento simbólico da Educação Básica funcionam como táticas de disciplinamento e controle social, inseridas em uma política mais ampla de hierarquização da sociedade. Do ponto de vista pedagógico, o modelo impõe uma lógica disciplinar e hierárquica que substitui a mediação educativa pelo controle e pela vigilância (Foucault, 2014).

A gestão escolar, nesse contexto, é verticalizada, excluindo a comunidade das decisões e deslegitimando a pedagogia como saber e prática. O discurso da ordem e da disciplina justifica a imposição de um modelo que subordina a escola à lógica da segurança pública, em detrimento de uma formação crítica e emancipadora. A militarização também promove uma elitização seletiva da escola pública, guiada por interesses político-eleitorais. Tal movimento

se articula com o que Saviani (2018) identifica nas pedagogias não críticas, que naturalizam a desigualdade ao responsabilizar o indivíduo pelo fracasso escolar, ignorando as condições estruturais, promovendo uma falsa neutralidade ao despolitizar o ensino e tratando-o como mera técnica, o que acaba por reforçar e reproduzir a ordem social vigente. Como destacam Alves e Santos (2023, p. 281), trata-se de “uma propaganda enganosa e excludente”, que vende a elitização de parte das escolas como solução para os problemas da educação e da sociedade.

A militarização das escolas públicas está intrinsecamente vinculada às orientações neoliberais que reconfiguram o financiamento da educação, revelando prioridades políticas que favorecem o controle social em detrimento da valorização do trabalho docente. Em Mato Grosso, o governo estadual alocou, em 2024, mais de R$ 7,4 milhões em verbas indenizatórias para militares da reserva em atuação nas escolas cívico-militares (Mato Grosso, 2024); valores isentos de tributação e alheios às exigências do concurso público; enquanto os profissionais civis enfrentam salários defasados, elevada carga tributária e precarização das condições de trabalho

Dessa maneira, esta pesquisa se constrói a partir da seguinte problemática, que emerge das contradições e disputas em torno do projeto de educação pública em curso: De que maneira a política de militarização das escolas públicas estaduais em Mato Grosso impacta a dinâmica do financiamento da educação pública, e em que medida esse redirecionamento de recursos compromete os princípios constitucionais da gestão democrática, da equidade e da qualidade social da educação, conforme previstos na Constituição Federal de 1988, Constituição Estadual de 1989, na LDB e no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014)?

A importância dessa questão está no fato de que o financiamento educacional reflete disputas políticas e ideológicas dentro do Estado. Santos e Cara (2020, p. 185) apontam que há um financiamento diferenciado para escolas militarizadas e uma seletividade no acesso a elas. Isso mostra que o financiamento da educação é uma decisão política, marcada por escolhas e omissões que afetam o direito à educação.

Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é analisar criticamente a política de financiamento da educação pública em Mato Grosso, especialmente no contexto da militarização das escolas estaduais. Para alcançar esse objetivo, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos: investigar os marcos legais e os discursos que sustentam a militarização das escolas públicas; mapear os recursos públicos destinados às escolas militarizadas; comparar os salários e benefícios entre gestores civis e militares; e verificar a compatibilidade dessa política com os marcos legais da educação pública.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, ancorada no referencial teórico-metodológico de base **crítico-dialética**, por compreender que os fenômenos sociais e educacionais não se apresentam de forma isolada, mas como expressões históricas e contraditórias das relações sociais de produção, de poder e de dominação. **Minayo (2001)** ressalta que a abordagem qualitativa se dedica ao estudo dos significados, valores, crenças, atitudes e motivações, buscando compreender de maneira profunda as relações e os processos que emergem das interações sociais.

A estratégia metodológica envolve, portanto, a análise documental e legislativa (leis estaduais, portarias, convênios e emendas parlamentares), bem como o exame de dados financeiros públicos disponibilizados em portais institucionais (como o Portal da Transparência do Governo de Mato Grosso e relatórios da SEDUC-MT). A análise será orientada por categorias, como financiamento da educação, gestão democrática, militarização e controle social, permitindo articular os elementos formais das políticas educacionais com os interesses ideológicos e os conflitos que lhes são inerentes.

Resultados Iniciais e Discussão

A militarização das escolas públicas em Mato Grosso, institucionalizada pelas Leis nº 10.922/2019, 11.273/2020, 12.388/2024 e regulamentada pelo Decreto nº 709/2024, representa um grave retrocesso institucional ao ferir princípios constitucionais como a gestão democrática do ensino, a valorização dos profissionais da educação e a isonomia no serviço público. Essas normativas transferem o controle de unidades escolares para as forças militares, estabelecendo cargos de direção e coordenação exclusivos para oficiais da reserva, sem formação pedagógica e sem concurso público, esvaziando o protagonismo da gestão educacional civil.

Além disso, o modelo aprofunda distorções no financiamento da educação pública ao destinar recursos vultosos à remuneração de militares da reserva, sob a forma de verbas indenizatórias isentas de tributação, em detrimento dos professores da rede estadual, que enfrentam defasagens salariais e alta carga tributária.

Esse projeto de militarização não se dá à revelia da política de financiamento da educação, mas está profundamente articulado às políticas neoliberais. A alocação de recursos públicos para esse modelo revela prioridades políticas claras: Em 2024, dados da própria Secretaria de Planejamento e Gestão de Mato Grosso (Mato Grosso, 2024) mostram que o governo estadual destinou mais de R$ 7,4 milhões apenas em verbas indenizatórias para militares da reserva atuando em escolas cívico-militares, com remunerações médias mensais superiores a R$ 6.600,00, chegando a ultrapassar R$ 11.000,00 em alguns casos; valores isentos de tributação e não sujeitos às regras do concurso público (Mato Grosso, 2024). Em contraste, o piso salarial de professores da rede estadual permanece defasado, os diretores civis raramente ultrapassam a faixa dos R$ 15.000,00 mensais (incidem sobre esse valor 14% de previdência e 27,5% de Imposto de Renda, logo o vencimento líquido é 41,5% menor do que o valor bruto), mesmo possuindo titulação, experiência acadêmica e docente (Mato Grosso, 2023).

Essa lógica de priorização orçamentária não apenas compromete o princípio constitucional da valorização dos profissionais da educação (art. 206, inciso V, da CF/88), como também agrava a dualidade estrutural no interior da rede pública, criando escolas de primeira

e segunda categoria. O Decreto nº 709/2024 intensifica esse desequilíbrio ao garantir apoio técnico e financeiro específico às escolas militarizadas, sem contrapartida proporcional às demais unidades escolares, violando o princípio da equidade e reforçando o caráter seletivo e excludente desse modelo.

Do ponto de vista legal, a militarização fere a gestão democrática, previsto no art. 206, inciso VI, da Constituição Federal de 1988 e no art. 237 da Constituição do Estado de Mato Grosso (Brasil, 1988; Mato Grosso, 1989); ao excluir a comunidade escolar da escolha dos gestores, ao estabelecer hierarquias rígidas incompatíveis com os fundamentos pedagógicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1996) (BRASIL, 1996), e ao criar dispositivos discriminatórios, como a reserva de vagas para filhos de militares (art. 7º, § 2º, da Lei nº 11.273/2020), afrontando o princípio da isonomia (Mato Grosso, 2020).

Portanto, a militarização das escolas em Mato Grosso revela-se como uma estratégia de controle social que viola princípios constitucionais, fragiliza o projeto pedagógico democrático e compromete a equidade no financiamento da educação pública. Impõe-se, assim, a necessidade urgente de revisão estrutural desse modelo, com a retomada do debate público sobre os fundamentos e a finalidade da escola pública, reafirmando seu compromisso com a formação crítica, emancipadora e cidadã dos estudantes.

Considerações Finais

Os resultados iniciais deste trabalho evidenciam que a militarização das escolas públicas estaduais em Mato Grosso não é apenas uma medida de gestão escolar, mas um projeto político de reconfiguração do papel da educação pública. Ao privilegiar estruturas militarizadas com recursos financeiros, cargos exclusivos e prerrogativas institucionais, o Estado compromete princípios constitucionais fundamentais como a gestão democrática, a valorização dos profissionais da educação e a equidade na distribuição dos recursos públicos.

A análise dos dados revela uma desigualdade institucionalizada: militares da reserva, sem formação na área e sem concurso, recebem mais que docentes, via verbas indenizatórias isentas de tributos. Esse modelo desvaloriza o magistério, fragmenta a rede pública e desvirtua a educação como direito social.

Além disso, o modelo cívico-militar impõe um *ethos* autoritário às escolas, esvaziando os espaços de participação coletiva e reduzindo a autonomia pedagógica dos educadores. A criação de cotas para filhos de militares e o tratamento diferenciado em termos de financiamento reforçam o caráter seletivo e excludente desse modelo, distante dos fundamentos legais e pedagógicos da escola pública democrática.

Como pesquisa em andamento, este trabalho ainda pretende aprofundar a análise sobre os impactos orçamentários de longo prazo desse modelo, além de investigar suas repercussões nos indicadores educacionais e na cultura institucional das escolas. Reverter o avanço da militarização requer, portanto, mais do que revisão normativa: exige mobilização social, compromisso político e ação institucional articulada em defesa de um projeto de educação que valorize o conhecimento, a democracia e a justiça social.

Referências

Alves, Miriam Fábia, Toschi, Mirza Seabra, & Ferreira, Neusa Sousa Rêgo. (2018). **A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação na rede estadual.** In: *Retratos Da Escola*, *12*(23), 271–288.

BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 03 de abril 2025.

BRASIL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 de abril 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 de abril 2025.

MATO GROSSO. **Constituição do Estado de Mato Grosso.** Cuiabá: Assembleia Legislativa, 1989. Disponível em: https://www.al.mt.gov.br/leis . Acesso em: 03 de abril 2025.

MATO GROSSO. **Decreto nº 709, de 2 de abril de 2024. Regulamenta a Lei nº 12.388/2024, dispondo sobre a gestão e funcionamento das escolas cívico-militares**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 3 abr. 2024.

MATO GROSSO. **Lei Complementar nº 756, de 14 de fevereiro de 2023.** Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998, e à Lei Complementar nº 442, de 4 de novembro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/mt/lei-complementar-n-756-2023-mato-grosso-altera-e-crescenta-dispositivos-a-lei-complementar-no-50-de-1o-de-outubro-de-1998-e-a-lei-complementar-no-442-de-04-de-novembro-de-2011-e-da-outras-providencias. Acesso em: 14 março 2025.

MATO GROSSO. **Lei nº 10.922, de 27 de maio de 2019. Institui o Programa Escola Militar Tiradentes da Polícia Militar no âmbito da Secretaria de Estado de Educação.** Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 28 maio 2019.

MATO GROSSO. **Lei nº 11.273, de 17 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a criação, organização e funcionamento das escolas estaduais cívico-militares.** Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 18 dez. 2020.

MATO GROSSO. **Lei nº 12.388, de 18 de março de 2024. Amplia o programa de escolas cívico-militares e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 19 mar. 2024.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. ***Consultas de despesas por órgão: remuneração de pessoal.*** 2024. Disponível em: https://consultas.transparencia.mt.gov.br/pessoal/despesas_por_orgao/. Acesso em: 13 novembro 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

Santos, Catarina & Alves, Miriam. (2023). **Militarizar e encarcerar a Educação Básica para um projeto de nação.** In: *Educere et Educare.* 18. 90-112. 10.48075/educare.v18i47.30698.

SANTOS, Catarina de Almeida.; CARA, Daniel Tojeira. **Militarização das escolas públicas no Brasil e o financiamento: da educação como um direito à educação como privilégio**. In:

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 43ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

A EDUCAÇÃO DOS/AS JOVENS EM GOIÂNIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 13.415/2017 EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL

Jason Jacob Correia
Orientadora: Profa. Dra. Miriam Fábia Alves

Resumo: O recorte desse projeto de mestrado pretende problematizar o tema da educação da juventude, tendo como objeto a análise da educação ofertada aos/ás jovens que frequentaram o Novo Ensino Médio em uma escola da rede pública estadual em Goiânia durante a vigência da Lei 13.415/2017 (Novo Ensino Médio). Buscar-se-á identificar, compreender e problematizar os impactos na formação desses/as jovens nesse período para verificar se essa educação contribuiu ou não para a construção do/a jovem como sujeito social e para o fortalecimento do processo democrático. O referencial teórico constitui-se com as obras de Freire (1996; 1979). Dayrell (2003; 2007), Sandel (2020), Bobbio (1986) e Teixeira (1977). A abordagem qualitativa será realizada a partir das pesquisas bibliográfica, documental e de campo, visando contribuir para a melhoria da qualidade da educação em Goiás, focada no desenvolvimento de habilidades e potencialidades dos/as estudantes, e o fortalecimento do processo democrático em nosso país.

Palavras-chave: Educação de jovens. Novo Ensino Médio. Sujeito social. Democracia.

Introdução

A educação, além de ser um direito básico, é o instrumento de grande relevância para a construção de uma sociedade justa, solidária, fraterna e igualitária. Também é função da educação preparar os/as estudantes para a valorização, a vivência e a manutenção da democracia, pois vivemos um Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, afirma Anísio Teixeira (1977, p. 220), “Todas as outras formas de sociedade precisam de alguma educação, só a democracia precisa de educação para todos e na maior quantidade possível”.

Dessa forma, o recorte desse projeto pretende problematizar o tema da educação da juventude, buscando analisar a implementação do Novo Ensino Médio, em uma das escolas da rede pública estadual em Goiânia durante a vigência da Lei 13.415/2017[32]. Buscar-se-á identificar, compreender e problematizar os impactos na formação desses/as jovens nesse período, por meio da pesquisa de campo, e verificar se essa educação contribuiu ou não para

[32] A Lei 13.415/2017 altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundeb e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

a construção do/a jovem como sujeito social[33] e para o fortalecimento da democracia. Assim, analisar a implementação da referida lei em uma unidade de ensino da rede estadual em Goiânia, tendo como referência a formação do jovem como sujeito social e a formação para a democracia, é nosso propósito.

Definição do problema

Baseando-se nos diversos marcos legais que subsidiam o direito à educação e na perspectiva da formação humanizadora, democrática e participativa, é que surgem os questionamentos e a necessidade de se desenvolver uma pesquisa a respeito da implementação da Lei 13.415/2017 em Goiás, especialmente com jovens que participaram desse processo educacional. Dessa forma, buscar-se-á responder o seguinte problema: a implementação do Novo Ensino Médio na "Escola Esperança"[34][3], durante a vigência da Lei 13.415/2017, contemplando a parte flexibilizada do currículo e a preocupação com o *Projeto de Vida* e o *Protagonismo Juvenil*, apresentou contribuições para a formação dos/as jovens como sujeitos sociais? Se eles/elas destacarem contribuições, quais foram e como foram alcançadas? Quais as dificuldades encontradas e quais os avanços apresentados, na perspectiva dos/as jovens estudante?

Objetivo Geral

Investigar o processo educacional da juventude em uma escola pública da rede estadual em Goiânia (Escola Esperança), na implementação da Lei 13.415/2017, a partir da escuta dos jovens, buscando verificar se essa reforma contribui para a construção do sujeito social.

[33] Ao enfatizar a sociologia do sujeito, no capítulo terceiro da obra *Da relação com o saber: elementos para uma teoria,* Bernard Charlot nos traz elementos para a definição de sujeito social. Em sua perspectiva educacional o autor afirma que "toda relação consigo mesmo é relação com o outro, e toda relação com o outro é também relação consigo mesmo (CHARLOT, 2000, p. 46).

[34] A escola na qual será realizada a pesquisa será chamada pelo nome fictício de "Escola Esperança", tanto no projeto como na dissertação.

Objetivos Específicos

1. Problematizar as mudanças realizadas pela reforma do Ensino Médio em 2017 (Lei nº 13.415/2017), para e com as juventudes na perspectiva da formação do sujeito social.

2. Investigar as narrativas dos jovens estudantes a cerca do Novo Ensino Médio, especialmente no que diz respeito ao projeto de vida e o protagonismo juvenil.

3. Analisar as narrativas dos/as jovens entrevistados/as a cerca da formação realizada, suas dificuldades e perspectivas no Ensino Médio.

Metodologia

O trabalho de pesquisa será fundamentado na *abordagem qualitativa* e será *explicativa* quanto a seus objetivos. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa se define como *Bibliográfica, Documental* e *de Campo,* em conformidade com Severino (2013, p.104).

A pesquisa de campo contará com *entrevistas semiestruturadas,* entrevistando 41 estudantes da terceira série do Ensino Médio[354] que participaram do processo ensino-aprendizagem durante a vigência da Lei 13.415/2017. Esses/as alunos estão mais tempo na escola e frequentaram as aulas antes da revogação do Novo Ensino Médio.

Poderá ser realizada uma *roda de conversa*, que será planejada com antecedência, seguindo as recomendações de Alves e Gonzáles-Monteagudo (2019), e acertada com os/as participantes e a direção da unidade escolar durante a realização das entrevistas individuais, sendo comunicado previamente a data e o local.

Por fim, será elaborada a dissertação, reunindo as conclusões e informações pertinentes a cada etapa da abordagem: os conceitos, as experiências, as reflexões, os ensinamentos, as sugestões e os desafios para serem trabalhados na atualidade.

[35] Serão definidos/as, por sorteio os/as participantes das entrevistas: dos 205 estudantes da 3ª série (Ensino Médio - Matutino), serão entrevistados/as 20% (vinte por cento), totalizando 41 estudantes.

Resultados iniciais/parciais e discussão

O ensino médio, enquanto educação formal e a última etapa da escolarização obrigatória, é o final do percurso escolar para uma parcela significativa dos/as jovens. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgados em 22 de março de 2024, pela Agência IBGE Notícias[365], "no grupo etário de 14 a 29 anos, 9,0 milhões não completaram o ensino médio, seja por terem abandonado a escola antes do término desta etapa ou por nunca a terem frequentado. Destes, 27,4% eram brancos e 71,6% eram pretos ou pardos" (BRASIL, IBGE, 2024). Portanto, percebe-se a importância de se problematizar a educação escolar oferecida aos/às jovens brasileiros, levando-se em consideração o contexto em que é ofertada e o seu caráter excludente. Assim, refletir de forma séria e responsável o *projeto de vida* do/a jovem constitui uma necessidade, face aos inúmeros problemas enfrentados pelas juventudes.

> [...] seria importante ressignificar o projeto de vida como uma necessidade da juventude, que só pode se materializar numa proposta de educação integral em que os jovens ocupem o espaço do debate sobre que escola e que projeto de formação querem, e que respondem aos seus anseios. Para isso, o ensino médio, etapa da educação básica, deve ser um caminho para que se cumpra o princípio constitucional da educação como direito de todos. (ALVES; OLIVEIRA, 2020, p. 13).

Nessa mesma direção, e tratando os jovens como sujeitos, Juarez Dayrel, ao comentar a respeito da pesquisa científica realizada com dois jovens da periferia de Belo Horizonte, ligados a grupos musicais, escreve:

> Tomar os jovens como sujeitos não se reduz a uma opção teórica. Diz respeito a uma postura metodológica e ética, não apenas durante o processo de pesquisa mas também em meu cotidiano como educador. A experiência da pesquisa mostrou-me que ver e lidar com o jovem como sujeito, capaz de refletir, de ter suas próprias posições e ações, é uma aprendizagem que exige um esforço de auto-reflexão, distanciamento e autocrítica. A dificuldade ainda é maior quando o outro é "jovem, preto e pobre", essa tríade que acompanha muitos dos jovens como uma maldição. (DAYRELL, 2003, p. 44).

Percebe-se, a partir das reflexões apresentadas por pesquisadores/as e especialistas, que a formação para a cidadania, para a construção do sujeito autônomo e livre dos

[36] IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023. Acesso em 26/01/2025.

preconceitos; a formação para a diversidade, para a igualdade e para a democracia, parece estar se declinando. Isso é evidenciado por meio da análise dos processos educacionais que valorizam a meritocracia, o individualismo e o tecnicismo, enfraquecendo a educação voltada para os direitos humanos, a valorização da democracia e a formação integral dos/as estudantes. Assim, é de fundamental importância analisar as leis e as normas de regulamentação da reforma do Ensino Médio no Estado de Goiás, bem como compreender como as juventudes experimentam sua implementação no cotidiano escolar, avaliando se o novo ensino médio tende a aprofundar as desigualdades e a dualidade educacional, dificultando a formação dos/as jovens estudantes enquanto sujeitos sociais.

Considerações finais

Conforme Immianovsky e Schreiber (2022, p. 46), a partir do ano de 2016 foram aprovadas leis que "[...] provocaram modificações estruturais no sistema de ensino público brasileiro". Dentre elas a Lei 13.415/2017, que segundo os autores "[...] se trata, na verdade, de uma contrarreforma que age no agravamento da educação voltada à juventude brasileira" (p. 47).

Compreendendo que a reforma no ensino médio foi implementada em Goiás em um período desafiador, agravado pelas consequências educacionais provocadas pela pandemia de Covid-19, ela enfatiza a flexibilização do currículo e a formação técnica, em conformidade com a reforma nacional. Dessa forma, nota-se que não há um enfrentamento das reais necessidades educacionais dos estudantes e nem um avanço significativo em termos de profissionalização. Nesse sentido, Alves e Oliveira (2022) ao se referirem ao conjunto das informações relativas à reforma do ensino médio em Goiás, afirmam que as finalidades previstas na LDB de 1996 e o que se propõe para o ensino médio não são atendidos pelo desenho da reforma. Dessa forma, a educação ofertada "[...] esvazia de sentido a formação geral e não sustenta a formação profissional" (p.17). A pesquisa, ao se propor ouvir as juventudes de uma escola estadual de Goiânia, poderá trazer elementos importantes que contribuirão para o processo de ressignificação do ensino médio em Goiás.

Referências

ALVES, Miriam Fábia; GONZÁLES-MONTEAGUDO, J**.** "Eu já falei que tenho algo a dizer, e disse"**:** As rodas de conversa na pesquisas com jovens – potencialidades e limites para o fazer da pesquisa. In. I.B. Oliveira, L.B. Peixoto, M. L. Sussekind (orgs). **Estudos do Cotidiano, Currículo e formação docente: questões metodológicas, políticas e epistemológicas**. Curitiba, 2019.

ALVES, Míriam Fábia; OLIVEIRA. Valdirene Alves de. O 'Novo' Ensino Médio: embuste de uma reforma participativa em Goiás. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 34, p. 89-109, jan./abr. 2022.

ALVES, Míriam Fábia; OLIVEIRA. Valdirene Alves de. **Política educacional, projeto de vida e currículo do ensino médio**: teias e tramas formativas. Revista Humanidades e Inovação v.7, n.8 – 2020

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. [tradução Marco Aurélio Nogueira]. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. (p.35-170).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023

BRASIL. **Lei 13.415**, Secretaria-Geral da Presidência da República, 2017.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** [Tradução de Bruno Magne]. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. 93 p.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia,** 25ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IMMIANOVSKY, Charles; SCHREIBER, Ana Cristina Quintanilha. Juventude e educação no Brasil**. Revista Retratos da Escola**, v. 16, nº 34, p. 39-51, 2022.

SANDEL, M. J. **A tirania do mérito:** o que aconteceu com o bem comum? [tradução Bhuvi Libâneo]. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020 (páginas 121 - 220).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] São Paulo: Cortez, 2013.

TEIXEIRA, A. S. **Educação e o Mundo Moderno**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

TEIXEIRA, A. S. (1968). **Educação é um direito**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. (Coleção Anísio Teixeira, v. 7.).

O PAPEL DO COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO NA GESTÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICAESTADUAL DE ENSINO DE GOIANÉSIA

Elivânia Souza Mendonça
Orientador: Prof. Dr. Luís Gustavo Alexandre da Silva

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo examinar a função do Coordenador Administrativo e Financeiro (CAF) na gestão das escolas estaduais que atendem aos Anos Finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio no município de Goianésia, Goiás. A importância desta investigação está na necessidade de compreender de que maneira essa função, estabelecida pela política de descentralização da gestão implementada pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás, impacta a administração escolar e os resultados educacionais. A pesquisa parte da premissa de que o Coordenador Administrativo e Financeiro (CAF) desempenha um papel fundamental na articulação dos aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos da escola, influenciando diretamente a organização do trabalho escolar e o alcance das metas educacionais. Para tanto, será realizada uma análise qualitativa que incluirá a revisão de documentos oficiais, entrevistas com os CAFs e a observação das práticas cotidianas nas instituições de ensino. O recorte temporal da pesquisa abrange os últimos cinco anos, período em que a função de Coordenador Administrativo e Financeiro (CAF) foi implementada e consolidada na rede estadual. A análise será embasada em referenciais teóricos que abordam a gestão democrática, o trabalho escolar e a organização do trabalho pedagógico, com ênfase em autores como Paro, Oliveira e Libâneo. Os resultados esperados desta pesquisa têm como objetivo contribuir para a compreensão do papel do Coordenador Administrativo e Financeiro (CAF) como um elo entre as dimensões administrativas e pedagógicas da gestão escolar, ressaltando suas potencialidades, limitações e desafios. Ademais, o estudo poderá servir como fundamento para a formulação de políticas públicas e ações formativas que busquem aprimorar a gestão educacional nas escolas públicas estaduais.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Coordenador Administrativo e Financeiro (CAF); Políticas Educacionais; Rede Estadual de Ensino; Educação Pública.

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa propõe investigar a função comissionada do CAF na Rede Estadual de Ensino do Estado de Goiás, com foco específico no município de Goianésia. A função de CAF foi instituída como parte de uma política de reorganização da gestão escolar, alinhando-

se às diretrizes da Nova Gestão Pública (NGP), que se fundamenta na descentralização administrativa, na responsabilização por resultados e na meritocracia. No entanto, ainda são limitadas as pesquisas que analisam os efeitos dessa função na dinâmica da escola pública, especialmente no que diz respeito à articulação entre a gestão administrativa e as metas educacionais.

A fundamentação teórica desta pesquisa é embasada em autores que abordam a gestão democrática, a organização do trabalho pedagógico e as políticas educacionais no contexto da Nova Gestão Pública (NGP). Paro (2015) enfatiza que a gestão escolar deve integrar as dimensões pedagógica e administrativa, sendo esta última um suporte essencial à primeira, e alerta para os riscos da fragmentação e da sobrecarga administrativa enfrentada pela equipe gestora. Silva e Teixeira (2022) discutem como as políticas de accountability e meritocracia transformam a atuação dos gestores, condicionando a alocação de recursos financeiros e gratificações a indicadores de desempenho, como a frequência e as notas dos estudantes em avaliações externas.

O problema de pesquisa centra-se na investigação de como o perfil profissional, o vínculo empregatício e as condições de trabalho dos CAFs influenciam a gestão administrativa e financeira das escolas estaduais em Goianésia. Em particular, busca-se compreender de que forma essas variáveis impactam as exigências de desempenho e a permanência dos estudantes. A análise desse contexto é fundamental, uma vez que as características profissionais e as condições laborais dos CAFs podem afetar diretamente a eficácia das práticas de gestão, a implementação de políticas educacionais e a capacidade de atender às demandas de um ambiente escolar que se vê cada vez mais pressionado por resultados. Assim, a pesquisa pretende elucidar as inter-relações entre esses fatores e suas implicações para a qualidade da educação nas escolas estaduais da região.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar de que maneira o perfil, o vínculo e as condições de trabalho dos CAFs influenciam a gestão escolar em Goianésia, levando em consideração os desafios enfrentados e os efeitos das políticas educacionais sobre sua atuação. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: primeiro, compreender as atribuições legais da função de CAF e sua relação com os indicadores de frequência e desempenho dos estudantes; segundo, investigar como o perfil

profissional, a capacitação e o vínculo institucional afetam a prática cotidiana do CAF; e, por fim, avaliar os limites e as possibilidades da política de gratificação vinculada ao mérito e desempenho, com base na experiência dos CAFs nas escolas estaduais de Goianésia.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender, em profundidade, o papel do CAF na gestão escolar das escolas estaduais da cidade de Goianésia, excluindo da amostra aquelas que implementam políticas educacionais específicas, como o Colégio Militar e o Centro de Ensino em Tempo Integral. O estudo caracteriza-se como um estudo de caso múltiplo, o que possibilita a análise comparativa entre diferentes realidades escolares dentro do mesmo território educacional.

A seleção das unidades escolares será realizada com base em critérios de tipologia institucional e regularidade de funcionamento. Os sujeitos da pesquisa incluirão os CAFs efetivamente lotados nessas escolas, além dos gestores escolares que atuam diretamente com esses profissionais.

A coleta de dados será realizada por meio de duas técnicas principais. A primeira consiste em entrevistas semiestruturadas com os CAFs, o que permitirá a obtenção de informações sobre suas experiências, percepções, desafios e práticas de gestão. A segunda técnica envolve a análise documental, que incluirá o exame de diretrizes, portarias, decretos, planos de ação, registros de prestação de contas e outros documentos institucionais que orientam e regulamentam a atuação do CAF.

A análise dos dados será orientada pela técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Essa abordagem buscará identificar categorias e padrões relacionados à função do CAF, ao vínculo entre administração e pedagogia, e à influência das políticas de responsabilização e meritocracia sobre a organização do trabalho escolar.

O recorte temporal da pesquisa abrange os últimos cinco anos, período em que a função de Coordenador Administrativo e Financeiro CAF foi efetivamente regulamentada e implementada no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Goiás. Essa delimitação temporal possibilita a observação de mudanças recentes e tendências na prática da gestão escolar.

Embora a pesquisa ainda esteja em fase inicial, alguns elementos já se destacam como pontos relevantes para reflexão. A análise preliminar das normativas — como o Decreto nº

10.382/2024, a Portaria nº 0856/2024 e as Diretrizes Operacionais da SEDUC-GO — evidencia que a função de CAF está fortemente vinculada a uma lógica de responsabilização, característica das políticas educacionais inspiradas na NGP.

A presente pesquisa busca contribuir para a compreensão do papel do CAF na gestão escolar, situando essa função no contexto das políticas educacionais implementadas no estado de Goiás nos últimos anos. A partir da análise das normativas e do levantamento inicial junto aos profissionais da rede, observa-se que a função do CAF transcende a dimensão técnica, sendo influenciada por exigências relacionadas ao desempenho e à permanência dos estudantes. Essa realidade insere a função do CAF em uma lógica de responsabilização, característica da NGP.

As análises parciais indicam que a configuração atual da função de CAF apresenta tensões entre o que é prescrito e o que é vivenciado nas escolas. Há uma distância perceptível entre o perfil idealizado nos documentos oficiais e as condições reais de trabalho enfrentadas por muitos CAFs, o que pode comprometer a estabilidade e a continuidade das ações de gestão administrativa e financeira. Além disso, o vínculo entre a gratificação e os indicadores de desempenho escolar levanta questões éticas e pedagógicas, especialmente quando a gestão se vê pressionada a cumprir metas em detrimento da escuta, da colaboração e da construção coletiva.

Ao final da pesquisa, espera-se não apenas ampliar a produção acadêmica sobre a função de CAF, que ainda é pouco estudada, mas também oferecer subsídios que possam contribuir para a formulação de políticas públicas mais alinhadas à realidade das escolas e aos princípios da gestão democrática. O aprofundamento deste estudo poderá colaborar com a valorização do trabalho do CAF e com a construção de práticas de gestão mais justas, coerentes e integradas aos desafios educacionais vivenciados no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIÁS. **Decreto Nº 10.382, de 5 de janeiro de 2024**. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/108381/pdf>. Acesso em: 02 nov. 2024.

GOIÁS. **Diretrizes Operacionais das Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás 2025**. Goiânia-GO, 2024.

GOIÁS. **Diretrizes Operacionais SEDUC 2024**. Disponível em: https://goias.gov.br/educacao/diretrizes-operacionais-2024-pdf/. Acesso em: 02 nov. 2024.

GOIÁS. **Portaria N. 0856, de 06 de fevereiro de 2024.** Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/wp-content/uploads/sites/40/2024/AcessoaInformacao/LegislacaoAplicavel/PORTARIA0856.pdf >. Acesso em: 02 nov. 2024.

LIBÂNEO, J.C; FREITAS, R.M.M. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**.– 1ª ed. – Goiânia : Editora Espaço Acadêmico, 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 2013.

PARO, V.H. **Diretor escolar: educador ou gerente**? São Paulo: Cortez, 2015.

PEREIRA, V.S.M. **Avaliação Em Larga Escala: Repercussões do IDEB na Visão dos Diretores de Escola da Rede Estadual De Goiás.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2018.

QEDU. **Use dados. Transforme a educação**. Disponível em: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 02 nov. 2024.

SILVA, L.G.A; TEIXEIRA, R.A.G. **A gestão da escola e o trabalho do diretor escolar em tempos de gerencialismo na educação pública**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2022.

GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA ENTRE OS ANOS 2001 E 2024

Fernanda Altino Walczak
Orientador: Prof. Dr. Luís Gustavo Alexandre da Silva

RESUMO: Como dispositivo constitucional, a gestão democrática, visa garantir a participação dos cidadãos nas decisões políticas no sistema público educacional. Este princípio inspirou a

criação de diversas leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente e os Planos Nacionais de Educação. Sendo, este último, epicentro das políticas públicas educacionais, que enfatiza, dentre suas metas, a implementação da gestão democrática em todo o sistema público educacional brasileiro. Acredita-se imprescindível, que sejam realizadas pela academia indagações sobre gestão democrática, processos e mecanismos de participação da comunidade escolar nas instituições e o fortalecimento das entidades de classe e conselho. Neste sentido, com o intuito de contribuir para a elaboração de novas pesquisas garantindo sua originalidade, e suscitar reflexões que, possivelmente, orientem a elaboração de políticas mais assertivas, no sentido de contribuir para a consolidação da gestão democrática e participativa, este trabalho pauta-se na metodologia de Revisão sistemática de literatura, como meio de analisar e compreender o que a produção do campo científico em artigos, teses e dissertações entre os anos de 2001 e 2024, revela sobre princípio de gestão democrática presente nos Planos Nacionais de Educação. Mais especificamente, compreendendo os princípios, concepções, definições legais e processo histórico da gestão democrática no Brasil; discorrendo sobre o histórico dos Planos Nacionais de Educação, em especial, o PNE 2010-2021 e PNE 2014-2024, com ênfase nas metas que tratam da gestão democrática, problematizando as contradições que envolvem a democracia participativa no contexto da construção de uma política pública de Estado.

Palavras-chave: Gestão democrática. Gestão da educação. Plano Nacional de Educação.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, assegura a participação dos cidadãos nas decisões políticas no sistema público educacional brasileiro, mediante o art. 206, princípio VI, que estabelece “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (Brasil, 1988). Este princípio legal, desencadeou a elaboração de outras leis que visam assegurar a participação popular, como: o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, no Inciso IV do art. 53) (Brasil, 2001); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Art. 3º, inciso VIII) (Brasil, 1996) e os Planos Nacionais de Educação, o que, progressivamente, significou um avanço para as escolas públicas e sistemas de ensino brasileiros, visto que, “implica a participação cidadã dos interessados e a necessidade de prestação de contas por parte dos dirigentes e dos próprios docentes quanto aos objetivos da educação escolar” (Cury, 2005, p. 9).

Segundo Apple (2006, p. 104), “o poder e o controle econômicos se apresentam interconectados com o poder e o controle culturais”. Assim sendo, a escola, como lugar de

produção e disseminação do conhecimento, constitui-se como um forte instrumento para a manutenção da hegemonia. Entretanto, ao mesmo tempo, ela pode ser espaço de enfrentamento, reconstrução e reinvenção das políticas públicas na luta pela democracia. Neste sentido, portanto, a gestão democrática pode ser vista como uma postura a ser assumida pelos diversos sujeitos que participam desse processo (comunidade, professores, diretores, secretários, governantes, etc.).

Dourado (2017), define o Plano Nacional de educação como epicentro das políticas públicas educacionais, eixo central dessas políticas. Em concordância, este estudo considera, a materialização das metas e estratégias do PNE, uma condição *sine qua non* para o avanço da democracia, visando, dentre outras coisas, implementar a gestão democrática em todo o sistema público educacional brasileiro. (Dourado, 2017).

Objetiva-se, analisar e compreender o que a produção do campo científico em artigos, teses e dissertações entre os anos de 2001 e 2024, revela sobre princípio de gestão democrática presente nos Planos Nacionais de Educação. Mais especificamente, compreendendo os princípios, concepções, definições legais e processo histórico da gestão democrática no Brasil; discorrendo sobre o histórico dos Planos Nacionais de Educação, em especial, o PNE 2010-2021 e PNE 2014-2024, com ênfase nas metas que tratam da gestão democrática, problematizando as contradições que envolvem a democracia participativa no contexto da construção de uma política pública de Estado; e descrever as etapas da revisão sistemática dos artigos, teses e dissertações e os resultados desta análise.

METODOLOGIA

Em consonância com o objetivo deste trabalho, que é analisar e compreender o que a produção do campo científico em artigos, teses e dissertações entre os anos de 2001 e 2024, revela sobre princípio de gestão democrática presente nos Planos Nacionais de Educação, optou-se pela metodologia de Revisão Sistemática de Literatura, uma metodologia de pesquisa que, obrigatoriamente, segue protocolos específicos e rigorosos.

Caracterizada, principalmente, pelo profundo rigor científico e transparência, “cujo objetivo visa minimizar o enviesamento da literatura, na medida em que é feita uma recolha

exaustiva dos textos publicados sobre o tema em questão" (Faria, 2019, p. 20, *apud* Thorpe, Holt, Macpherson, & Pittaway, 2005; Tranfield et al., 2003), a Revisão Sistemática de Literatura, tem como principais características: questão-problema clara e objetiva; propósito de atribuir logicidade a um grande *corpus* documental; ser passível de reprodutividade por outros pesquisadores e possuir alto nível de evidência (Galvão e Ricarte, 2019). Portanto, proporcionalmente ao grau de como se estabelecem as regras, possibilitando a replicação do processo, maior será a credibilidade da pesquisa.

Ademais, como fundamentos para a construção do referencial teórico, visando a contextualização do tema e elucidação de conceitos, recorreu-se a autores como: Bordenave (1983), Bordignon e Gracindo (2000) e Vieira (2007) nas considerações sobre gestão democrática; Gramsci (2000, 2004), Freitas (2018) e Apple (2006), ao tratar Estado ampliado, hegemonia e economicismo; Cury (2009, 2010, 2011), Dourado (2011, 2017a, 2017b, 2019, 2020) e Machado (2018) no que diz respeito aos Planos Nacionais de Educação, dentre outros autores e documentos legais.

RESULTADOS INICIAIS/PARCIAIS

A pesquisa iniciou agosto de 2024. Progressivamente, está sendo realizado o levantamento e leitura da literatura pertinente à construção do referencial teórico para a contextualização do tema e elucidação de conceitos. Em paralelo, foi iniciado a busca nas bases de dados para compor o *corpus* documental para a revisão sistemática de literatura, composto por artigos, teses e dissertações, como descrito a seguir.

Primeiramente, foram definidos os tópicos de pesquisa a serem utilizados no preenchimento dos filtros das bases de dados. Conforme a temática principal: o princípio da gestão democrática contido nos Planos Nacionais de Educação (2001-2010 e 2014-2024). A saber, expressões-chave e operadores booleanos:("plano nacional de educação" OR "PNE" OR "meta 19") AND ("gestão democrática" OR "princípio da gestão democrática"); apenas teses, dissertações e artigos em língua portuguesa publicados entre 2001 e 2024; acesso aberto; área do conhecimento: ciências humanas.

As buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Portal de Periódicos da CAPES e da Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação (RBPAE). As formas de buscas foram ajustadas conforme a especificidade funcional intrínseca a cada uma das bases de dados, com o cuidado de não alterar o escopo das premissas determinadas pela pesquisa, conforme Faria (2019).

A primeira busca foi feita no site do BDTD, resultando em 205 trabalhos, sendo 50 teses e 155 dissertações. A segunda busca ocorreu no Portal de periódicos da CAPES. A partir dos filtros utilizados foram obtidos 876 artigos. A terceira busca, foi realizada no site da Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação (RBPAE). Essa busca resultou em somente 1 artigo, então optou-se em decompor as expressões de busca. Assim, foram inseridos no campo da busca, separadamente, as expressões: “plano nacional de educação”, “PNE”, “meta 19”, “gestão democrática”, “princípio da gestão democrática”. Revertendo em 124 artigos encontrados.

Um novo refinamento da análise dos resultados, está sendo realizado embasando-se nas informações contidas nos títulos e resumos, seguindo o critério de ocorrência dos termos: “PNE” ou “Plano Nacional de Educação”.

Os próximos passos consistem em: discorrer sobre os princípios, concepções, definições legais e processo histórico da gestão democrática no Brasil; o histórico dos Planos Nacionais de Educação, em especial, o PNE 2010-2021 e PNE 2014-2024, com ênfase nas metas que tratam da gestão democrática e descrever as etapas da revisão sistemática dos artigos, teses e dissertações e os resultados desta análise.

CONSIFERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que, a possibilidade de desmascaramento das relações autoritárias estabelecidas no processo organizacional dos sistemas de ensino e fortalecimento da participação da sociedade no planejamento educacional mediante tomadas de decisões coletivas, de forma mais democrática e menos excludente, principalmente se dará, mediante o fortalecimento das entidades de classe e conselhos. Podendo ter como suporte, indagações

e pesquisas, como essa, realizadas pela academia, sobre gestão democrática, processos e mecanismos de participação da comunidade escolar nas instituições.

REFERÊNCIAS

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Col. primeiros passos; 95)

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. *In:* FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2000, p.147).

BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: [s.n.], 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília,** DF: Presidência da República, [1996].

Campos, Alessandra Freire Magalhães de; Caetano, Luís Miguel Dias & Gomes, Victor Márcio Laus Reis. (2023). REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA EM EDUCAÇÃO: CARACTERÍSTICAS, ESTRUTURA E POSSIBILIDADES ÀS PESQUISAS QUALITATIVAS**. Linguagens, Educação E Sociedade**, *27*(54), 139–169. https://doi.org/10.26694/rles.v27i54.2702

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os fora de série na escola**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/Anpae, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. **REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: CONCEITUAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO**. Logeion: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835. Acesso em: 9 abr. 2025.

GALVAO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167949742014000100018&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 maio 2025.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica /** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

VIEIRA, Sofia Lerche. _____. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. *In*: LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de (Org.). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 27-4.

UNESCO e a Gestão Educacional na Era Digital: Análise de documentos oficiais sob a Ótica do Novo Gerencialismo

Matheus Ferreira Manso
Orientador: Prof. Dr. Luís Gustavo Alexandre da Silva
Bolsista CAPES

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo a investigação do posicionamento da UNESCO em relação ao uso de sistemas de informação, tecnologias digitais e plataformas no planejamento e gestão de políticas educacionais, analisando seu alinhamento com os princípios da Nova Gestão Pública (NGP). A partir de uma revisão histórica da UNESCO, o presente trabalho identifica esta instituição internacional como fundamental na formulação de diretrizes globais voltadas para o campo da educação, as quais promovem reformas educacionais à reestruturação produtiva do capitalismo. Especialmente após a pandemia de COVID-19, a UNESCO tem fomentado a adoção de Sistemas de Informação para Gestão Educacional (SIGEd), Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e plataformas digitais, sob a justificativa de eficiência e transparência, como descentralização, meritocracia, parcerias público-privadas e gestão por resultados. Assim, o presente estudo busca analisar documentos oficiais sob a ótica da Nova Gestão Pública, a fim de verificar se o posicionamento da UNESCO tende a reforçar uma lógica gerencialista na educação.

Palavras-chave: UNESCO, Nova Gestão Pública, Tecnologias Digitais, Gestão Educacional, Reformas Educacionais.

INTRODUÇÃO (fundamentação teórica, problema de pesquisa e objetivos)

A atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como formuladora de diretrizes globais para a educação tem sido objeto de crescente análise crítica no campo das políticas educacionais. Desde os anos 1990, com a promulgação da Declaração de Jomtien (1990) e do Relatório Delors (1996), observa-se uma progressiva convergência entre seus princípios orientadores e os processos de reestruturação do capitalismo global (Oliveira, 2010; Perrude, 2011, Laval 2004). Essa articulação se manifesta particularmente na ênfase em modelos de gestão educacional que incorporam preceitos da Nova Gestão Pública (NGP), caracterizados pela racionalidade empresarial, mensuração de resultados e flexibilização das estruturas estatais (Verger; Normand, 2015).

Atualmente, a UNESCO tem demonstrado crescente interesse na incorporação de tecnologias digitais e sistemas de informação na gestão educacional, posicionando-os como elementos-chave para a modernização dos sistemas de ensino em escala global. Documentos recentes, como *"Modernização da gestão educacional através dos SIGEd"* (2021) e *"Políticas digitais em educação na América Latina"* (2022), destacam a importância de plataformas digitais para o aprimoramento da eficiência administrativa, a coleta de dados em tempo real e a tomada de decisões baseada em evidências.

Diante desse movimento, o presente estudo parte do seguinte problema de pesquisa: Existe algum alinhamento entre o posicionamento da UNESCO – em seus documentos oficiais – sobre a inserção de Sistemas de Informação para Gestão Educacional (SIGEd), Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a lógica do Novo Gerencialismo na Educação? A investigação se justifica pela necessidade de desvelar os pressupostos teóricos e políticos que subjazem às aparentemente neutras diretrizes tecnológicas para a educação, particularmente em contextos periféricos como a América Latina.

A hipótese central desta pesquisa postula que a crescente ênfase em plataformas digitais e sistemas de informação (UNESCO, 2021, 2022a), parte de uma tendência global que, além de reforçar a dominação das instituições internacionais nos sistemas nacionais de educação, constitui uma atualização do projeto gerencialista na educação, reforçando mecanismos de controle e precarização sob o discurso da eficiência e modernização.

Para examinar esta problemática, foram estabelecidos três objetivos que se relacionam entre si: (1) analisar os fundamentos conceituais que sustentam as noções de

qualidade e eficiência nos documentos da UNESCO; (2) investigar os pressupostos político-econômicos da proposta de informatização da gestão educacional; e (3) avaliar o alinhamento entre tais diretrizes e os princípios da NGP.

Por fim, foi utilizado um referencial teórico que analisa a UNESCO enquanto instituição (Guimarães, 2001) (Perrude, 2011), o Novo Gerencialismo como imperativo (Verger & Normand, 2015) (Oliveira, Duarte & Clementino, 2017) e as consequências do uso de tecnologias para gestão e administração dos sistemas de ensino (Garcia & Adrião, 2023).

METODOLOGIA

Quanto à metodologia adotada neste estudo, escolheu-se a abordagem qualitativa da pesquisa em educação a partir do método da coleta de dados. Para consecução dos objetivos escolhidos, empregou-se a análise documental dos documentos oficiais destacados nesta introdução, buscando identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse (André; Lüdke, 2020, p. 45).

Partindo da hipótese de que a UNESCO é uma instituição que, segundo análises críticas, se encontra notoriamente alinhada aos pressupostos da reestruturação produtiva do capital (Harvey, 2008) (Oliveira, 2010) (Perrude, 2011), é possível que suas recomendações acerca de sistemas de informação, tecnologias digitais e plataformas se alinhem aos princípios do Novo Gerencialismo.

Por fim, buscou-se fazer o levantamento atualizado da bibliografia pertinente ao presente tema. Para tanto procedeu-se com a revisão bibliográfica por meio dos seguintes bancos de dados: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTB) e o Periódico da Capes. Para que fosse possível realizar tal revisão do tema proposto, foram utilizados os seguintes descritores: "UNESCO and Sistemas de Informação", "UNESCO and Planejamento educacional", "UNESCO and Plataformas Digitais" e "UNESCO and Gestão Educacional".

RESULTADOS PARCIAIS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras realizadas até o momento, é possível verificar que a inserção de tecnologias e plataformas digitais na gestão educacional não é neutra. De modo distinto, ela reflete uma visão instrumental da educação, na qual a racionalidade técnica e a lógica de mercado se sobrepõem a discussões sobre equidade, autonomia pedagógica e condições de trabalho docente (GARCIA; ADRIÃO, 2023).

Ao promover a adoção dessas ferramentas, a UNESCO parece reforçar um modelo de gestão educacional alinhado aos princípios da Nova Gestão Pública, em que a suposta neutralidade tecnológica mascara processos mais amplos de precarização e mercantilização da educação pública (PERRUDE, 2011).

A atuação da UNESCO neste cenário revela uma contradição fundamental: enquanto proclama o direito à educação, suas diretrizes tecnológicas acabam por naturalizar a financeirização desse direito. Como alerta Laval (2004), a racionalidade gerencial imposta pelas tecnologias educacionais converte a noção de qualidade em eficiência operacional, o que pode acabar por suprimir o potencial transformador da educação pública.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa Maria Freitas de; GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha. Mudanças organizacionais na gestão da escola e sua relação com o mundo empresarial: aprofundamento da privatização na educação básica brasileira? **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 25, n. 50, p. 435-452, set.-dez., 2015.

ANDRÉ, M. E. D. A; LÜDKE, M. **Pesquisa em educação:** Abordagens Qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E. P. U., 2020.

GARCÍA, T..; ADRIAO, T. Privatização da gestão escolar no Brasil: controle digital e interesses corporativos. Profesorado, **Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 81–102, 2023. DOI: 10.30827/profesorado.v27i1.26245. Disponível em: https://revistaseug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/26245. Acesso em: 20 fev. 2025.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

OLIVEIRA, D. A. **Educação Básica:** gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. W. B.; CLEMENTINO, A. M. A Nova Gestão Pública no contexto escolar e os dilemas dos(as) diretores(as). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 707–726, 2017. DOI: 10.21573/vol33n32017.79303. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/79303. Acesso em: 20 fev. 2025.

PERRUDE, M.R.S. Políticas de gestão escolar nos documentos da Unesco a partir da década de 1990: traduzindo intencionalidades. **Cadernos de Pesquisa**: Pensamento Educacional, Paraná, v. 6, n. 12, p. 46-65, 30 abr. 2011. Quadrimestral. Disponível em: https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/427/397. Acesso em: 07 fev. 2025.

SILVA, L.G. A; TEIXEIRA R.A. **A gestão da escola e o trabalho do diretor escolar em tempos de gerencialismo na educação pública**. Curitiba, Appris, 2022.

UNESCO. **Educação**: Um Tesouro a Descobrir; relatório confeccionado pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Paris: UNESCO,1996. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acesso: 12 fev. 2025.

UNESCO. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtien, 1990. Brasília: UNESCO, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em 11 jul. 2023.

UNESCO. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **A Declaração de Nova Delhi sobre Educação Para Todos**, Nova Delhi - Índia: Unesco, 1993. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139393por.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

UNESCO. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Educação Para Todos**: o compromisso de Dakar, Senegal: Cúpula Mundial de Educação, 2001. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

UNESCO. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Declaração de Cochabamba Educação Para Todos**: Cumprindo nossos compromissos coletivos. Cochabamba - Bolívia: Unesco, 2001. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275- /127510por.pdf. Acesso em 13 jul. 2023.

VERGER, Antoni; NORMAND, Romuald. Nueva gestión pública y educatión: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de um modelo de reforma educativa global. E**ducação e Sociedade**, Campinas, v. 36, no. 132, p. 599-622, jul.-set. 2015.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM HONDURAS: POLÍTICAS, DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

María José Morales Gámez
Orientadora: Profa. Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Bolsista CAPES

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar as políticas de qualidade na Educação a Distância (EaD) em Honduras e explorar criticamente as possibilidades e limitações do uso da Inteligência Artificial (IA) nos processos de avaliação educacional, a partir de uma perspectiva socialmente referenciada. Parte-se do reconhecimento de que a expansão da EaD em contextos marcados por desigualdades estruturais, como o hondurenho, coloca o desafio de construir marcos normativos alinhados a uma educação inclusiva, democrática e contextualizada. Adota-se uma abordagem qualitativa, exploratória e crítica, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. O recorte temporal inicia-se em 2008, com a formalização de normativas específicas para a EaD em Honduras, enquanto o recorte internacional parte de 2016, em diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o avanço das tecnologias emergentes. Parte-se do pressuposto de que a qualidade na EaD não pode ser reduzida a métricas tecnocráticas, sendo necessário problematizar o uso da IA à luz de suas implicações pedagógicas, políticas e sociais. Os primeiros achados do levantamento bibliográfico evidenciam a escassez de estudos sobre avaliação da qualidade na EaD no país, bem como a falta de investigações que analisem criticamente o uso da IA nesse âmbito. Essas lacunas justificam a relevância de uma proposta que articule o entendimento das políticas vigentes com uma reflexão sobre os limites e potencialidades do uso de tecnologias emergentes, evitando posturas tecnocêntricas. O estudo busca contribuir para o fortalecimento de políticas públicas que considerem não apenas critérios técnicos, mas também as realidades pedagógicas, culturais e sociais dos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Educação a Distância; Qualidade socialmente referenciada; Inteligência Artificial na educação; Políticas educacionais; Contexto hondurenho.

Introdução

Honduras, país centro-americano com uma população próxima a 10 milhões de habitantes, dos quais mais de 4 milhões residem em áreas rurais (INE, 2023), enfrenta históricas desigualdades estruturais refletidas em um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (0,51) e em uma taxa de pobreza que afeta mais de 60% dos lares (INE, 2023). A Taxa Bruta de Matrícula no Ensino Superior atinge apenas 22,4% segundo o padrão da UNESCO (18-22 anos) e 18,3% segundo a metodologia nacional (18-24 anos), conforme dados da Direção de Educação Superior da Universidade Nacional Autônoma de Honduras (UNAH, 2023). Esses

percentuais evidenciam que apenas uma minoria consegue ingressar no ensino superior, refletindo as barreiras estruturais que limitam a democratização do direito à educação no país.

A EaD em Honduras surge como uma oportunidade de acesso à educação em um contexto de restrições orçamentárias e desigualdade territorial (Zelaya et al., 2024). Contudo, ao situá-la no contexto das transformações educacionais promovidas por políticas neoliberais em nível global, torna-se necessário interrogar criticamente em que medida sua expansão no país reproduz lógicas que, como adverte Apple (2013), deslocam o sentido público da educação ao priorizar a cobertura numérica, a padronização e a gestão gerencialista, em detrimento de uma construção coletiva, crítica e emancipatória da qualidade.

Por outro lado, Burns (2023) afirma que a aprendizagem online se tornou uma das formas mais dominantes e em crescimento na Educação a Distância, impulsionada pela expansão do acesso à internet e pelo desenvolvimento tecnológico. Esse processo, embora amplie a cobertura, traz questionamentos já mencionados, tais como as condições de infraestrutura, pedagógicas e de justiça social necessárias para garantir uma educação crítica e emancipatória. Portanto, existe o risco de se adotar uma visão tecnocêntrica na Educação a Distância, na qual a tecnologia é tratada como fim em si mesma, subordinando os processos pedagógicos à sua lógica funcional (Escontrela, 2018).

Superar essa perspectiva requer um olhar crítico e contextualizado, que reconheça que as tecnologias digitais, neste estudo com foco na Inteligência Artificial, não são ferramentas neutras, mas sim elementos carregados de valores sociais, culturais e políticos (Feenberg, 2015), que atravessam as relações educativas.

Nesse cenário, torna-se fundamental analisar criticamente as políticas e os marcos normativos que orientaram a expansão da Educação a Distância em Honduras, assim como seus processos e critérios atuais de avaliação da qualidade, interrogando em que medida respondem às necessidades sociais, culturais e pedagógicas do contexto hondurenho. Nessa perspectiva, é necessário explorar a integração da Inteligência Artificial nos processos de avaliação educacional não apenas a partir de sua potencialidade técnica, mas problematizando-a à luz de suas implicações em termos de equidade, justiça social e qualidade educacional socialmente referenciada, como parte de um processo crítico e situado de reflexão sobre a qualidade da educação.

Este marco orienta a apresentação do problema de pesquisa, dos objetivos, da metodologia e de uma reflexão inicial sobre os achados, articulando as tensões, os desafios e as possibilidades identificados até o momento.

Desenvolvimento

Esta pesquisa se constrói a partir do cruzamento entre três dimensões: a expansão da EaD em contextos de desigualdade como o hondurenho, os marcos normativos e políticos que definem o que se entende por qualidade educacional e as tecnologias emergentes, em especial a IA, que começam a ser incorporadas nesses processos. A articulação crítica desses eixos permite questionar como e para quem se constroem as políticas de qualidade na EaD.

Com base no Referencial de Qualidade Socialmente Referenciada para Cursos Superiores a Distância[37] (2025), elaborado pela Rede de Pesquisa 'Qualidade e Regulamentação no Contexto da Educação Aberta, Flexível ou a Distância no Brasil, Moçambique, Portugal e América Latina', este estudo orienta-se pela seguinte pergunta: Como se definem e avaliam as políticas de qualidade na Educação a Distância em Honduras? Quais são as tensões, os desafios e as possibilidades colocadas pela incorporação da Inteligência Artificial em sua avaliação, a partir de uma perspectiva socialmente referenciada?

Nessa perspectiva, este estudo busca: a) Analisar as políticas de regulação e qualidade na Educação a Distância em Honduras, considerando referenciais e perspectivas internacionais; b) Explorar criticamente as tensões, os desafios e as possibilidades da incorporação da Inteligência Artificial na avaliação da qualidade na EaD; c) Identificar as lacunas e limitações das políticas de qualidade na EaD em relação aos princípios de uma qualidade socialmente referenciada, explorando as possíveis contribuições e limitações do uso da Inteligência Artificial como ferramenta de análise; e d) Propor diretrizes críticas e recomendações gerais para o fortalecimento das políticas de avaliação da qualidade na EaD em Honduras considerando os desafios e tensões identificados.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e crítica, estruturada em três fases: revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com

[37] Disponível em: https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/book/674

atores-chave no contexto da Educação a Distância em Honduras. O processo orienta-se metodologicamente pelo ciclo de pesquisa proposto por Minayo (2009) e pelo desenho de aproximações sucessivas de Lima e Mioto (2007). Adota-se também uma perspectiva dialógica, que reconhece a centralidade do diálogo na construção do conhecimento (Freire, 1994), valorizando as experiências e os sentidos dos sujeitos envolvidos em torno da qualidade educacional e do uso de tecnologias. Esta etapa contempla ainda uma exploração conceitual com Inteligência Artificial, voltada para a identificação de limites e potencialidades de seu uso em processos de avaliação educacional a partir de uma perspectiva crítica e situada.

Na fase inicial desta pesquisa, foi realizada uma busca exploratória sem delimitação temporal específica, com o objetivo de mapear as principais produções sobre Educação a Distância (EaD) e avaliação da qualidade no contexto hondurenho. A partir desse mapeamento, define-se um recorte empírico que tem início no ano de 2008, momento em que se formalizam normativas relevantes para a institucionalização da EaD em Honduras (Rodezno, 2024). Para a análise bibliográfica e teórica internacional, adota-se o recorte temporal a partir de 2016, em diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados em 2015 e em vigor desde 2016 (Nações Unidas, 2015), e com a expansão do uso de tecnologias emergentes na educação, especialmente a Inteligência Artificial.

Na fase exploratória do levantamento bibliográfico, realizada entre setembro e outubro de 2024, sem um recorte temporal estrito, foram utilizados descritores como “educação a distância”, “qualidade educacional”, “inteligência artificial”, “qualidade socialmente referenciada” e “Honduras”, em bases como BDTD, RCAAP, ERIC, Google Acadêmico, Tz'ibalnaah UNAH, Repositório UPNFM, entre outras.

A análise dessa busca revelou a escassez de estudos sobre avaliação da qualidade na EaD em Honduras, sobretudo sob uma perspectiva socialmente referenciada. Também se constatou a ausência de investigações que problematizem criticamente o uso da IA nesse contexto. Ainda que alguns trabalhos internacionais abordem modelos de qualidade ou aplicações educacionais da IA, eles não apresentam vínculos diretos com os processos avaliativos da EaD hondurenha.

Na segunda fase do levantamento, priorizou-se a busca em bases como BDTD, SciELO, CAPES, Redalyc, entre outras, excluindo o descritor “Honduras” em algumas combinações, devido à sua baixa representatividade na fase exploratória. Com o encerramento dessa etapa do levantamento bibliográfico e documental, consolida-se uma base teórica e contextual que orienta a fase analítica e de construção metodológica, atualmente em andamento.

A partir do avanço na revisão bibliográfica e da análise preliminar de documentos, foram sendo delineadas algumas compreensões-chave sobre a Educação a Distância (EaD). Compreende-se que a EaD é uma modalidade educacional inclusiva e flexível, que busca democratizar o acesso ao conhecimento, superando barreiras geográficas, socioeconômicas e temporais. Seu propósito vai além da mera transmissão de conteúdos, promovendo uma prática educativa dialógica, interativa e reflexiva, capaz de estimular a autonomia, a participação crítica e a emancipação cidadã. Está fundamentada nas tecnologias digitais da informação e da comunicação (Araújo et al., 2024).

A EaD articula ações pedagógicas coletivas, autorais e contextualizadas, mediadas por equipes multidisciplinares que buscam atender à diversidade estudantil e às necessidades do seu contexto (Araújo et al., 2024). Nessa perspectiva, a EaD constitui não apenas uma modalidade educacional, mas também um campo de investigação comprometido com uma qualidade socialmente referenciada, entendida como aquela que articula as demandas sociais, culturais e tecnológicas de seu tempo, promovendo inclusão, equidade e participação democrática (Lima, 2023).

Em Honduras, a Educação a Distância (EaD) no nível superior surge formalmente em 1985 com a criação do Sistema de Educação a Distância (SUED) da Universidade Nacional Autônoma de Honduras (UNAH). Ao longo das décadas seguintes, a modalidade expandiu-se progressivamente, considerando-se que há um total de vinte e uma (21) universidades no país: seis públicas e quinze privadas (Zelaya et al., 2024). No entanto, é a partir de 2008 que se observa um processo de institucionalização mais claro, marcado pela elaboração de normativas específicas e pelo fortalecimento de estruturas dedicadas à EaD. Esse processo ganha força em 2021 com a criação da Rede de Educação Superior a Distância de Honduras (RESAD-HN), que reúne onze instituições do país, consolidando um cenário diverso, complexo e em expansão (Rodezno, 2023).

A qualidade socialmente referenciada é uma concepção educacional que transcende os indicadores meramente técnicos ou quantitativos, comprometendo-se com a construção coletiva, dialógica e contextualizada de critérios de qualidade que respondam às necessidades, expectativas e realidades da sociedade em que se insere. Essa perspectiva articula as dimensões políticas, culturais e sociais do processo educativo, promovendo a equidade, a inclusão e a participação democrática, em contraposição a enfoques tecnocráticos ou mercantilizados que reduzem a qualidade a padrões descontextualizados (Freire, 2001; Dourado; Oliveira, 2009; Lima; Alonso, 2019; Lima, 2023).

A incorporação da Inteligência Artificial (IA) na Educação a Distância coloca novas possibilidades e dilemas em torno da qualidade educacional. Embora a IA tenha sido promovida como uma ferramenta de personalização da aprendizagem, automatização de processos e suporte adaptativo (Holmes, Bialik, Fadel, 2019; Montalván et al., 2024), sua implementação na EaD precisa ser problematizada criticamente. A literatura recente adverte que, sem uma mediação pedagógica reflexiva, existe o risco de que a IA reforce lógicas tecnocráticas, desloque o papel docente e reproduza desigualdades estruturais (Zawacki-Richter et al., 2019; Fernandez; Abella, 2024).

Sob a perspectiva de uma qualidade socialmente referenciada, a integração da Inteligência Artificial na EaD não deve se limitar às suas potencialidades técnicas, mas articular-se com princípios de equidade, inclusão, diálogo e participação democrática. Nesse sentido, a partir de uma perspectiva crítica da tecnologia, Feenberg (2015) adverte que a tecnologia não é neutra nem puramente instrumental, mas configura estilos de vida e estruturas sociais que devem ser objeto de deliberação democrática. Aplicar esse olhar à EaD implica superar uma adoção tecnocêntrica da IA e considerar suas implicações éticas, pedagógicas e de equidade, em diálogo com uma qualidade socialmente referenciada.

Perspectivas para o desenvolvimento do estudo

No atual cenário de expansão das tecnologias emergentes na educação, esta pesquisa reafirma a necessidade de se analisar criticamente as políticas de avaliação da qualidade na Educação a Distância em Honduras, situando-as em diálogo com os princípios de uma

qualidade socialmente referenciada. Parte-se do reconhecimento de que a Inteligência Artificial, embora ofereça novas possibilidades, pode também reforçar lógicas tecnocráticas e descontextualizadas, caso seus usos, impactos e limites não sejam problematizados. Em contextos marcados por desigualdades estruturais, como o hondurenho, esse debate não pode ser dissociado das condições materiais, políticas e culturais que configuram o acesso e a permanência educacional.

Longe de uma postura contrária às tecnologias, esta pesquisa propõe avançar em uma compreensão crítica e situada da Inteligência Artificial, reconhecendo que sua incorporação em processos de avaliação deve estar mediada por uma perspectiva democrática, pedagógica e coletiva. Ao longo do desenvolvimento do estudo, buscar-se-á não apenas compreender os marcos normativos e os discursos que sustentam a qualidade na EaD, mas também tornar visíveis suas tensões, lacunas e oportunidades. Nesta etapa inicial, evidenciam-se lacunas importantes tanto na literatura quanto na implementação de políticas, o que reforça a pertinência e a urgência do trabalho em curso.

Nesse sentido, a pesquisa busca não apenas compreender o estado atual das políticas e das tecnologias na EaD hondurenha, mas também contribuir com subsídios para uma avaliação contextualizada e democrática de sua qualidade.

Referências

APPLE, Michael W. Creando educación democrática en tiempos neoliberales y neoconservadores. ***Praxis Educativa***, Santa Rosa, v. 17, n. 2, p. 39–47, jul./dez. 2013. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8602286. Acesso em: 10 jan. 2025

ARAÚJO**,** Patrícia Maria Caetano de; CHAQUIME, Luciane Penteado; DEUS**,** Karen Brina Borges de; FURLANI, Juliana Maria Sampaio; MALHEIRO**,** Cícera Aparecida Lima; SANTOS, Marilde Terezinha Prado; SILVA E SILVA, Maria da Glória. Educación a distancia: concepción e implicaciones. In: LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; MAENZA, Rosa Rita; FONSECA, Maria Aparecida Rodrigues da; MORALES GÁMEZ, María José (Org.). ***Conectando el conocimiento****: tecnologías y reglamentación de la educación a distancia en Argentina, Brasil, Honduras, México y Mozambique.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: edUTecNe, 1. ed., 2024. p. 16–21. Disponível em: https://repositorio.flacso.org.ar/handle/10469/19115. Acesso em: 10 jan. 2025.

BURNS, Mary. ***Distance education for teacher training:*** *Modes, models and methods*. 2. ed. Waltham, MA: Education Development Center, 2023. Disponível em: https://edc.org/resources/distance-education-for-teacher-training-modes-models-and-methods/. Acesso em: out. 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201–215, maio/ago. 2009. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 3 set. 2024.

ESCONTRELA MAO, Ramón. *Hacia un modelo integrador en el uso de las TIC en la educación a distancia: Apuntes y comentarios desde la investigación y la experiencia.* **Revista de Investigación**, Caracas, v. 32, n. 65, p. 15–32, dic. 2008. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1010-29142008000300003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 3 set. 2024.

FEENBERG, Andrew**.** *O que é filosofia da tecnologia?* Tradução português de Franco Nero Antunes Soares, 2006. Disponível em: https://www.sfu.ca/~andrewf/translations.html. Acesso em: 25 abr. 2025.

FERNÁNDEZ MÁRMOL, Keiri; ABELLA GARCÍA, Víctor (Coord.). ***Docencia en la era de la inteligencia artificial:*** *enfoques prácticos para docentes.* Burgos: Universidad de Burgos, mar. 2024. Disponible en: https://doi.org/10.36443/ubu.2024.ia. Acesso em: 3 set. 2024.

FREIRE, Paulo***. Política e educação:*** *ensaios.* 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 23). Disponível em: https://www.coletivopaulofreire.org/SME/acervo-paulo-freire/obras-de-paulo-freire Acesso em: 25 abr. 2025.

HOLMES, Wayne; BIALIK, Maya; FADEL, Charles**. *Artificial Intelligence in Education:*** *Promise and Implications for Teaching and Learning.* Boston: Center for Curriculum Redesign, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332180327. Acesso em: 3 set. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE**). *Resumen ejecutivo:*** *resultados de la LXXVII Encuesta Permanente de Hogares de Propósitos Múltiples – EPHPM, junio 2023.* Tegucigalpa: INE, 2023. Disponível em: https://www.ine.gob.hn/. Acesso em: 3 set. 2024.

LIMA**,** Daniela da Costa Britto Pereira (Coord.). ***Referencial de qualidade socialmente referenciada para cursos superiores a distância.*** Goiânia-GO: CEGRAF/UFG, 2025. Disponível em: https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/book/674. Acesso em: 15 abr. 2025.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; ALONSO, Kátia Morosov**.** *Qualidade e educação a distância: do referencial teórico à sua proposição.* ***EccoS – Revista Científica****,* São Paulo, n. 51, e15250, out./dez. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5585/EccoS.n51.15250. Acesso em: 3 set. 2024.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira**.** *Qualidade, e-cidadania e educação a distância: uma relação possível.* **Inter-Ação**, Goiânia, v. 48, n. 2, p. 460–471, maio/ago. 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5216/ia.v48i2.77113. Acesso em: 3 set. 2024.

MONTALVÁN-VÉLEZ, Carmen Liliana; MOGROVEJO-ZAMBRANO, Jacqueline Norma; ROMERO-VITTE, Irene Jesús; PINARGOTE-CARRERA, Mónica Lucía del Carmen. Introducción a la inteligencia artificial: conceptos básicos y aplicaciones cotidianas. ***Journal of Economic and Social Science Research***, v. 4, n. 1, p. 1–20, 2024. Disponível em: https://economicsocialresearch.com/index.php/home/article/view/93. Acesso em: 3 set. 2024.

NACIONES UNIDAS. ***Transformar nuestro mundo:*** *la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible.* Resolución A/RES/70/1, Asamblea General, 25 sept. 2015. Disponível em: https://undocs.org/es/A/RES/70/1. Acesso em: 3 sept. 2024.

RODEZNO**,** Carlos (Org.). ***Educación superior a distancia en Honduras****: origen, evolución y desafíos.* Tegucigalpa-HND: Universidad Nacional Autónoma de Honduras, 1a ed., 2023. 88 p.

UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE HONDURAS (UNAH**). *Estudiantes y Tasa Bruta de Matrícula en Educación Superior****,*** *2013–2023*. Tegucigalpa: Dirección de Educación Superior, 2024. Disponível em: https://des.unah.edu.hn/dmsdocument/18371-tasa-bruta-de-matricula-2018-2023-pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

ZAWACKI-RICHTER, Olaf; MARÍN, Victoria I.; BOND, Melissa; GOUVERNEUR, Franziska. Systematic review of research on artificial intelligence applications in higher education – where are the educators? ***International Journal of Educational Technology in Higher Education***, v. 16, n. 39, p. 1–27, 2019. Disponível em: https://educationaltechnologyjournal.springeropen.com/articles/10.1186/s41239-019-0171-0. Acesso em: 3 set. 2024.

ZELAYA MATAMOROS**,** Jenny Margoth; MARTÍNEZ SOLORZANO, Bessy Carolina; MOLINA CLAROS, Jonathan; MORALES GÁMEZ, María José; QUIROZ SÁNCHEZ, Luis Fernando. Legislación de la educación a distancia en Honduras**.** In: LIMA**,** Daniela da Costa Britto Pereira; MAENZA**,** Rosa Rita; FONSECA**,** Maria Aparecida Rodrigues da; MORALES GÁMEZ, María José (Org.). ***Conectando el conocimiento****: tecnologías y reglamentación de la educación a distancia en Argentina, Brasil, Honduras, México y Mozambique*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: edUTecNe, 1. ed., 2024. p. 220–241. Disponível em: https://repositorio.flacso.org.ar/handle/10469/19115. Acesso em: 10 jan. 2025.

PLATAFORMAS DIGITAIS NA GESTÃO ESCOLAR EM GOIÁS: ELEMENTOS DAS PRÁTICAS GERENCIALISTAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Mony Iaslyn Sampaio Luz
Orientador: Profa Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Bolsista FAPEG

RESUMO: O objetivo geral da pesquisa é analisar como a secretaria estadual de educação de Goiás implementa e faz uso das plataformas digitais nas atividades de gestão das suas escolas vinculadas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada na escrita científica (Mendonça, 2017) e na metodologia de análise de dados proposta por Minayo (2002). O levantamento bibliográfico foi realizado em repositórios como Periódico da CAPES, BDTD, Anais da Anpae e Banco de Dissertações e Teses da CAPES, ampliando a discussão sobre os elementos gerencialistas nas plataformas de gestão escolar em Goiás. A metodologia segue a estrutura proposta por Gil (2008), com técnicas documental e bibliográfica, sustentadas por Prodanov e Freitas (2013) e Severino (2013). O referencial teórico envolve autores que discutem o gerencialismo na educação, como Apple (2020), Bresser-Pereira (1996), Freire (2022), Laval e Vergne (2023), Libâneo e Freitas (2018), Paro (2005, 2016), entre outros. No campo das tecnologias educacionais, destacam-se Adrião e Domiciano (2020), Castells (1999), Lima (2016, 2022, 2024) e Valente *et. al* (1999). Os resultados indicam dois principais usos das tecnologias: como ferramentas de gestão escolar, que fragilizam o princípio da gestão democrática ao fiscalizar a ação docente e monitorar o desempenho discente; e como propostas de inovação, vinculadas à conectividade e ao uso de conteúdos digitais. Contudo, os documentos analisados apontam limitações de infraestrutura e revelam que os ambientes virtuais também atuam como instrumentos de controle sobre professores e estudantes. Conclui-se, até o momento, que a implementação das TICs na educação pública goiana está inserida em um discurso tecnocrático e mercadológico, com foco em eficiência e resultados, o que pouco contribui para o fortalecimento da gestão democrática nas escolas.

Palavras chaves: Práticas Gerencialista, Educação Básica, Goiás, Plataformas Digitais.

O Decreto nº 4.650, de 25 de novembro de 2024, suspendeu as eleições para diretores nas escolas públicas de educação infantil e ensino fundamental em Goiânia, sinalizando o enfraquecimento da gestão democrática em Goiás (Goiânia, 2024). Esse movimento ocorre em meio a reformas educacionais marcadas pela militarização de escolas estaduais e pela gestão de instituições de ensino profissional e tecnológico por parcerias público-privadas, o que revela um processo de desresponsabilização do Estado em relação à educação (Alves; Toschi; Ferreira, 2018; Nazareth, 2022).

A dissertação analisa como práticas gerencialistas têm se disseminado na gestão escolar em Goiás, especialmente com a incorporação de tecnologias como ferramentas estratégicas. Esse processo ocorre em um contexto influenciado por políticas neoliberais e neoconservadoras, que redefinem o papel do Estado na educação e no controle do conhecimento escolar, como discute Apple (2020). Diante disso, torna-se necessário compreender quais plataformas estão sendo utilizadas, que dados são coletados, como são analisados, a quem servem essas análises e quais os efeitos desse modelo de gestão nas escolas públicas.

A seguir, apresenta-se de forma sintética o quadro (1) com a questão-problema, os objetivos gerais e específicos da pesquisa desenvolvida:

QUADRO 1 – Descrição da Metodologia da Pesquisa

Problema	De que maneira o uso de plataformas digitais nas escolas estaduais de Goiás influencia a adoção de práticas gerencialistas na gestão educacional?
Objetivo Geral	Analisar como a secretaria estadual de educação de Goiás implementa e faz uso das plataformas digitais nas atividades de gestão das suas escolas vinculadas.
Objetivos Específicos	**1.** Identificar, por meio de levantamento bibliográfico e documental, os principais achados sobre gestão democrática, práticas gerencialistas e o uso de plataformas digitais no contexto escolar. **2.** Compreender como as práticas gerencialistas, enquanto política pública, têm sido hibridizadas com o princípio constitucional da gestão democrática, moldando os processos de gestão escolar. **3.** Analisar o uso de plataformas digitais nas escolas estaduais de Goiás, investigando como incorporam características gerencialistas e alteram os processos de gestão democrática.

Fonte: Elaboração própria (2025).

A metodologia adotada segue a classificação de Gil (2008), considerando abordagem, natureza, técnica e finalidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa (Mendonça, 2017), de natureza básica (Prodanov; Freitas, 2013), com procedimentos bibliográficos (Lima; Mioto, 2007) e documentais (Severino, 2013), de caráter exploratório e descritivo (Prodanov; Freitas, 2013). Para a análise dos materiais selecionados seguiu-se a metodologia de Minayo (2002).

Em relação ao levantamento bibliográfico, esse foi realizado entre os meses de maio e julho de 2024, nos seguintes repositórios: (a) Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); (b) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); (c) Banco de Teses e Dissertações da CAPES; e (d) Anais da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae). O recorte temporal

utilizado foi 2014, ano da promulgação da Lei nº 13.019/2014 (Brasil, 2014). Utilizamos como descritores *gestão democrática*, *prática gerencialista*, *Goiás, tecnologias* e *gestão escolar*, combinados com o operador booleano *AND* (Picalho; Lucas; Amorim, 2022).

Do total de 789 trabalhos encontrados, 39 foram selecionados. A análise revelou uma lacuna importante: não há produção sobre os sistemas tecnológicos usados na gestão escolar da rede estadual de Goiás. Isso reforçou a necessidade de uma investigação documental com base em legislações, normativas e planos de governo. Dentre as plataformas de gestão escolar, foi selecionada para análise: SIGE (dados da secretaria escolar), SIAP (diário eletrônico do professor) e SIGAE (informações utilizadas pelas Coordenações Regionais e pela Secretaria de Educação). Cada uma representando um segmento distinto da gestão escolar no estado. Enfim, destacamos ainda que as duas primeiras plataformas são do Estado Goiano e a terceira é vinculada a uma parceria com o Instituto Unibanco.

O levantamento identificou maior concentração de produções nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, com destaque para Goiânia (GO) e Natal (RN). O ano de 2024 foi o mais produtivo, com ênfase em temas como gestão educacional, participação democrática, políticas neoliberais, privatização, patrimonialismo e crises estruturais. A maioria das dissertações e teses é oriunda da área de Educação, mas também foram encontradas produções nos campos da História e das Políticas Públicas. Entre os principais referenciais teóricos identificados estão Vitor Paro e Stephen Ball, que contribuíram para o aprofundamento da análise desta pesquisa.

Posteriormente ao capítulo do levantamento, o próximo capítulo abordou três temáticas centrais relacionadas à gestão escolar. Na primeira subseção, destacamos como a gestão democrática tem sido progressivamente hibridizada com práticas gerencialistas, analisando o impacto desse processo sobre as políticas públicas educacionais em um contexto de Nova Gestão Pública (NGP). Na segunda subseção, discutimos como o contexto histórico influencia as ações do presente, evidenciando que, tanto em nível nacional quanto regional, as políticas educacionais estão permeadas por elementos gerencialistas. Por fim, na terceira subseção, enfatizamos os aspectos da gestão escolar, examinando como as ações governamentais, em diferentes níveis, estão profundamente marcadas por abordagens

gerencialistas (Apple, 2020; Bresser-Pereira, 1996; Freire, 2022, Laval; Vergne, 2023; Libâneo e Freitas, 2018; Paro, 2005, 2016).

No capítulo dedicado às tecnologias, analisamos como essas ferramentas têm sido inseridas na educação pública de Goiás tanto por meio de sistemas de gestão escolar quanto por programas tecnológicos diversos. O uso das tecnologias, frequentemente respaldado por discursos e legislações de viés mercadológico, tem favorecido parcerias público-privadas que reforçam uma lógica de produtividade. Assim, em vez de potencializarem o processo pedagógico, as tecnologias vêm sendo utilizadas como instrumentos de controle, avaliação e ranqueamento, contribuindo para uma lógica classificatória que esvazia o sentido formativo da educação (Adrião; Domiciano, 2020; Castells, 1999; Lima, 2016, 2022, 2024; Valente *et. al*, 1999).

Como conclusão, o levantamento bibliográfico e documental realizado permitiu identificar práticas gerencialistas que fragilizam a gestão democrática na educação pública de Goiás. Além disso, evidenciou-se a carência de debates aprofundados sobre o papel das tecnologias. Portanto, a pesquisa apontou, até o momento, que a tecnologia tem sido utilizada no estado de duas formas principais: como ferramenta de gestão escolar, voltada ao controle da ação docente e ao monitoramento do desempenho discente e como proposta de inovação, associada à conectividade e ao uso de conteúdos digitais.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cassia Alessandra. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 668-684, 2020. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1223/pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S.; FERREIRA, N. S. R. A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação na rede estadual**. Retratos da Escola**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 271–288, 2018. DOI: 10.22420/rde.v12i23.865. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/865. Acesso em: 25 jul. 2024**.**

APPLE, Michael W. **A luta pela democracia na educação**: lições de realidade sociais. Michael W. Apple com Luis Armando Gandin, Shunig Liu, Assaf Meshulam e Elenice Schirmer.Tradução Marcus Penchel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público.** V. 120, nº 1, jan-abr. 1996. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702/550. Acesso em: 02 dez. 2024.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. 6ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Disponível em:https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf. Acesso em: 04 jul. 2024.

GOIÂNIA. **Decreto nº 4.650**, de 25 de novembro de 2024. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2024/do_20241125_000008423.pdf. Acesso em: 01 mai. 2025.

LAVAL, Chrostian. VERGNER, Francis. **Educação Democrática**: a revolução escolar iminente. Tradução de Fabio Creder. 1 e.d. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. (Orgs.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**: uma qualidade restrita de educação escolar [livro eletrônico]. 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira**. Educação Híbrida em Contexto com a RIEH**: Conceito e Orientações Pedagógicas. RIEH-NEES- UFAL, 2024.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. Formação Humana e Democracia: relações entre tecnologias digitais e educação. **Revista de Educação Pública**, v. 31, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/repub/v31/2238-2097-REPUB-31-e13411.pdf. Acesso em: 26 dez. 2024.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. **Tecnologias, Educação e formação**: Conceitos, Inclusão e Iniciativas. In: ANDERI, E. G. C.; TOSCHI, M. S. (Orgs.). Inclusão digital e social – Conhecimento e Cidadania. Anápolis: Editora UEG, 2016, p. 29-48.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt. Acesso em: 17 jun. 2024.

MENDONÇA, Priscilla Bibiano de Oliveira. A metodologia científica em pesquisas educacionais: pensar e fazer ciência. **EDUCAÇÃO**, v. 5, n. 3, p. 87-96, 2017. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/4020. Acesso em: 20 jul. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A análise de dados em pesquisa qualitativa**. In: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu Gomes; MINAYO, Maria

Cecília de Souza (organizadora). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

NAZARETH, Henrique Dias Gomes de. **Escolas *chater* no Brasil:** soluções ou ameaças aos princípios do ensino?. 1 ed. Curitiba: Appris, 22022.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 13 ed. São Paulo. Editora Cortez, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4 ed. São Paulo. Editora Cortez, 2016.

PICALHO, Antônio Carlos; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; AMORIM, Igor Soares. Lógica booleana aplicada na construção de expressões de busca. **AtoZ**: novas práticas em informação e conhecimento, v. 11, p. 1-12, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/193823. Acesso em: 7 de junho de 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 16 out. 2020

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

VALENTE, José Armando *et al*. **O computador na sociedade do conhecimento.** Campinas: Unicamp/NIED, v. 6, 1999. Disponível em: https://sites.icmc.usp.br/sisotani/aulas/SLC0610/livroMEC.pdf. Acesso em: 26 dez. 2024.

LINHA 3 – CULTURA E PROCESSOS EDUCACIONAIS

A FORMAÇÃO IMPOSSÍVEL: dialética negativa e filosofia da educação a partir de Theodor Adorno

Fernando Sepe Gimbo
Orientadora: Profa. Dra. Silvia Rosa da Silva Zanolla

RESUMO: Esta tese propõe uma leitura da obra de Theodor W. Adorno a partir da centralidade da educação em sua teoria crítica. Contra interpretações que apontam um suposto "déficit normativo" em seu pensamento, defendemos que a negatividade adorniana não é um impasse, mas sim um fundamento reflexivo que se ancora numa aposta em outra experiência formativa (Adorno, 2022, 2009). A crítica de Adorno à *Bildung* — enquanto falsa formação ou *Halbbildung* — revela como a educação moderna, quando separada da verdade e da experiência do sujeito, transforma-se em instrumento ideológico de adaptação e conformismo social (Adorno, 1972). No entanto, ao recusar tanto o conservadorismo nostálgico quanto uma crítica meramente destrutiva, Adorno abre espaço para uma reinvenção do educar sob o signo da resistência do espírito e da emancipação (2022, 2009). Para isso, retornamos à genealogia do conceito moderno de formação, destacando como, historicamente, a educação esteve associada a um ideal de humanidade ancorado na racionalidade, na liberdade e no progresso. Contudo, argumentamos que este ideal se tornou insustentável no contexto do capitalismo tardio, onde a educação é instrumentalizada como engrenagem das engenharias político-econômicas e das novas formas de tecnocratismo. O que se impõe hoje, portanto, é a necessidade de repensar o ser da educação, enfrentando a crise de seus fundamentos modernos sem cair na repetição de seus pressupostos fracassados. A partir da concepção adornianas de dialética negativa, buscamos rearticular conceitos como sujeito, história, emancipação, autonomia, civilização, progresso, humanismo e infância, formulando uma filosofia da educação que reconhece sua impossibilidade presente como condição de possibilidade para um novo começo. Trata-se, enfim, de reaprender a perguntar o que é — e o que ainda pode ser — a educação hoje.

Palavras-chaves: educação; emancipação; dialética; teoria crítica; Adorno.

Introdução e justificativa

Há um gesto inicial característico de muitas de nossas melhores reflexões pedagógico-críticas: em geral, costuma-se começar por um diagnóstico rigoroso da concepção de educação em operação dentro de determinada tradição ou contexto sócio-histórico específico para, somente depois, desenvolver, por contraste, uma ideia consistente e alternativa sobre o verdadeiro sentido do processo educacional. Gesto que, em seu duplo movimento, nos

indica como em tal reflexão o que deve estar em questão é, simultaneamente, tanto *a negação determinada* de um modelo pressuposto – normalmente um senso comum não refletido ou uma aplicação tecnicista que segue acriticamente os imperativos de reprodução e assimilação da vida material - quanto a *superação* de tais limites por meio do desenvolvimento de um conjunto de conceitos capazes de alargar e orientar a nossa compreensão do sentido das práticas educacionais como um todo (vide, a esse respeito, Freire (1967), Teixeira (1975) e Ribeiro (1969).

É tal movimento que iremos encontrar também, por exemplo, nas reflexões seminais de Adorno sobre o conceito de *Bildung*/*Halbbildung* — formação e semiformação — (1972), assim como em seus escritos sobre as relações contraditórias entre *individuação subjetiva e sociedade* (2022, 2009, 2006, 2001). De tal maneira que não nos parece exagero afirmar, a questão da possibilidade da formação humana como um todo — e a concomitante exigência de transformação social — é uma questão que impulsionará *toda a filosofia de Adorno*, organizando de maneira consistente o caráter multívoco de um pensamento capaz de articular séries complexas e plurais de objetos com a exigência persistente de uma outra experiência social de formação — marcada pela força normativa de um apelo à reflexão, à autonomia e à emancipação coletiva (Adorno, 2009).

Sendo assim, o que nossa tese propõe é ler a obra de Adorno a partir de um movimento dialético em metacrítica : em primeiro lugar, trata-se de mostrar como, diferentemente do que autores como Habermas e Honneth propuseram (2010, 1988), a teoria crítica adorniana não apresenta nenhum "*déficit normativo*" em que o caráter negativo da crítica giraria infinitamente sobre si mesmo, incapaz de encontrar um fundamento último capaz de orientá-la, naufragando em um pessimismo lúcido, mas em última análise incapaz de propor alternativas reais de ordem teórico-prática. Pelo contrário, como gostaríamos de demonstrar, *é no caráter de resistência individual e coletiva, mediada por uma aposta em um processo educativo outro, que a reflexividade exigida pela obra de Adorno encontra seu fundamento imanente próprio* (2009, 2005, 2022). Isso porque, em Adorno, teoria crítica e educação encontram-se, talvez, pela *última vez*, sob o signo não da reconciliação, mas de uma *dialética negativa* exigente capaz de, ao mesmo tempo, negar o caráter ideológico e integrador dos processos educacionais atuais — assim como de seus ideais e pressupostos não mediados pela

dinâmica social do capitalismo tardio — comprometendo-se com uma ideia de educação e vida humana que ainda não teve lugar na história (Adorno, 2022).

Em segundo lugar, e se for assim, nossa hipótese de trabalho é que, no pensamento adorniano, encontramos uma orientação decisiva para uma outra *compreensão do sentido filosófico da formação*, compreensão dialética em que a impossibilidade e bloqueios dos processos educativos devem ser confrontados enquanto exigência para a rearticulação de conceitos-chave como sujeito, objeto, autonomia, ciência, história, progresso, civilização, emancipação, humanismo, estética, infância, memória, identidade, etc. Conceitos que, quer reconheçamos ou não, orientam silenciosamente nossa *ideia de educação como um todo* e, por conseguinte, sem uma reflexão conceitual rigorosa tornam-se mero signos do esgotamento do ideário próprio à educação moderna. (Adorno, 1972)

Em uma palavra, trata-se de afirmar que, se por um lado, a teoria crítica adorniana pressupõe a força da educação enquanto processo criativo e civilizatório fundamental e, portanto, como um fundamento normativo e contraditório para o seu próprio pensamento, ao mesmo tempo, essa teoria crítica é hoje, mais do que nunca, peça-chave para uma nova resposta pedagógica ao problema da formação, rearticulando de outra maneira a constelação de conceitos que historicamente configuraram nossa filosofia da educação . Afinal, se Adorno um dia afirmou que “a filosofia, que um dia pareceu ultrapassada, mantém-se viva porque se perdeu o instante de sua realização”, ou ainda que a dialética negativa é “solidária com a filosofia no instante mesmo de sua queda” (2009, p. 11/337), talvez possamos ouvir tais proposições, que abrem e fecham seu último livro, como uma tarefa própria ao nosso tempo: *afinal, o que significa educação hoje? Como recusar tanto o idealismo quanto a impossibilidade inscrita em nossas categorias pedagógicas, sem destruí-las ou abandonar sua necessária e inalienável exigência humana? Qual o sentido da educação na teoria crítica frankfurtiana de Adorno?*

Objetivos

Nosso objetivo geral é demonstrar como o conceito de educação - face ao seu sentido cultural amplo - é um conceito fundamental à teoria crítica adorniana e, ao mesmo tempo,

como apenas por meio de uma reflexão crítica a ideia de educação moderna pode, ainda hoje, mostra-se atual.

Os objetivos específicos propõem desenvolver tanto a crítica adorniana à ideia moderna de formação, quanto rearticular seus principais conceitos — sujeito, objeto, autonomia, ciência, história, progresso, civilização, emancipação, humanismo, estética, infância, memória, identidade — a partir de uma configuração atual e à altura dos problemas teóricos contemporâneos. Em suma, trata-se de uma tese que articula teoria crítica e filosofia da educação a partir dos pressupostos fundamentais da dialética negativa.

Metodologia

Trata-se de pesquisa teórica, de cunho bibliográfico. A metodologia utilizada será a revisão bibliográfica e a leitura sistemática do referencial teórico proposto e indicado ao final do trabalho. Conceitos como de sujeito e experiência, autonomia e dominação, razão e racionalidade instrumental, natureza e história, deverão ser dialeticamente articulados na tentativa de se desenvolver uma leitura nova dos pressupostos filosóficos modernos da ideia de formação.

Resultados iniciais

A tese encontra-se em estágio avançado de escrita e com perspectiva de término entre o final de 2025 e início de 2026. Até o momento foi possível alcançar as seguintes etapas:

levantamento bibliográfico e do arcabouço teórico; estabelecer interlocução entre a base conceitual teórico-crítica e os autores. Além disso, foi possível a escrita, provisória, de materiais para três capítulos ainda incompletos: um sobre a relação de sujeito e experiência dentro da tradição dialética; um segundo sobre a indústria cultural e o conceito de formação; e um terceiro sobre a contradição história entre progresso e barbárie. A isso, deve-se ainda somar mais dois capítulos, um sobre o conceito de técnica e um outro sobre a ideia de emancipação.

Referências bibliográficas primárias (outras fontes serão adicionadas no decorrer da pesquisa):

ADORNO**,** T. W. **Gesammelte Schriften**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1970–1986. 20 volumes.

_____, **Theorie der Halbbildung**. Gesammelte Schriften, Band 8. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1972.

_____, **Dialética Negativa**. Trad. Marcos Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____, Palavras e sinais: modelos críticos 2. Petrópolis: Vozes, 1995

_____, ***Kant's critique of pure reason***. Trad. Rodney Livingstone. Standford California: Standford University Press.

_____, **Dialética do esclarecimento,** trad. Guido Antonio de Almeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006 –

_____, **Minima Moralia.** Tradução: Artur Mourão. Lisboa: edições 70, 2001

_____, **Primeiros escritos filosóficos.** Tradução Verlaine Freitas. São Paulo: edt. Unesp, 2018.

_____, **Against Epistemology: a metacritique**. Tradução de Willis Domingo. Cambridge: Polity Press, 1982 -

_____, **The jargon of authenticity**. Tradução Knut Tarnowski e Frederic Will. Evanston: Northwestern University Press, 1973

_____, **Três estudos sobre Hegel**. Tradução de Ulisses Razzante Vaccari, São Paulo: edt. Unesp, 2013

_____, **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar, Rio de janeiro: Paz e Terra, 2022.

_____, **Introdução à dialética.** Tradução de Erick Calheiros de Lima. São Paulo: edt. Unesp, 2022.

_____, **Teoria estética**. Trad. Arthur Mourão. Lisboa: edições 70, 2008.

_____, **Lectures on negative dialectics.** Tradução de Rodney Livingstone, Cambridge, Polity Press, 2008

_____, . **Ontology and dialectics**. Tradução de Nicholas Walker, Cambridge: Polity Press, 2019.

_____, **Problems of moral philosophy**. Trad. Rodney Livingstone. Standford California: Standford University Press, 2000.

_____, **Critical models**, trad. Henry Pickford. Nova Iorque: Columbia University Press, 2005.

_____, **History and Freedom**. Trad. Rodney Livingstone. Standford California: Standford University Press, 2006.

_____, **Aspects of the new right-wing extremism**. Trad. Wieland Hoban. Cambridge: Polity Press, 2020.

_____, **Prismas: crítica cultural e sociedade.** Trad. Jorge de Almeira. São Paulo: edt. Ática, 1998.

_____, **Notas de Literatura, vols. 1 e 2.** Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: edt. 34, 2003.

_____, **Sem diretriz – Parva aesthetica**. Trad. Luciano Gatti. São Paulo: edt. Unesp, 2021.

_____, **Quase Uma Fantasia**. Trad. Eduardo Socha. São Paulo: edt. Uneso, 2007.

_____, **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo: edt. Unesp, 2007.

_____, **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Trad. Virginia Costa. São Paulo: edt. Unesp, 2019.

HORKHEIMER, M. **Teoria tradicional e teoria crítica,** in. Coleção os Pensadores. Tradução de Edgar Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. W, **Dialética do esclarecimento,** trad. Guido Antonio de Almeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

Referências bibliográficas secundárias:

BERMAN, A, **Bildung et Bildungsroman**, in. Le temps de la réflexion. Paris, Gallimard, 1983

BERNSTEIN, J.**. Adorno:** Disenchantment and Ethics. Cambridge: Cambridge University Press, 2001

BIESTA, G. **Beyond learning: democratic education for a human future**. Nova Iorque, Routledge, 2006.

FREIE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª edição, 2001.

_____, Was ist Aufklärung, in. **Textos seletos**, trad. Floriano de Sousa Fernandes. Rio de Janeiro, edt. Vozes, 1985.

FERRARESE, E. **The fragility of concern for others:** Adorno and the ethics of care. Trad. Stevan Corcoran. Edinburgh: Edinburg University Press, 2020.

GADAMER, H. **Verdade e método**. Trad. Flávio Paulo Meurer e Ênio Paulo Giachini. Rio de Janeiro, Vozes, 2015.

HABERMAS, J. **Discurso filosófico modernidade.** Trad. Luiz Repa. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

HEGEL, F. **A razão na história**. Tradução: Artur Mourão. Lisboa: edições 70, 2013

_____, **Fenomenologia do Espírito**. Trad. Paulo Meneses. Rio de Janeiros: Vozes, 2002.

_____, **Propedêutica filosófica**, trad. Arthur Mourão. Lisboa, edições 70, 1989.

HONNETH, A. **Kritik der macht**. Reflexionsstufen einer kritischen Gesellschaftstheorie. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1998.

JAMESON, F. **Marxismo tardio:** Adorno, ou a persistência da dialética. Trad. Paulo Rouanet. São Paulo: edt. Unesp e Boitempo. 1996.

MARX, K. **A ideologia alemã.** Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

_____, **O capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ROSE, G. **Melancholy Science:** An Introduction to the Thought of Theodor W. Adorno. London: Macmillan, 1978

SAFATLE, V. **Dar corpo ao impossível**: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno. Belo Horizonte, edt. Autêntica, 2019.

SCHMIDT, A. **The concept of nature in Marx**. Londres: Verso books, 2014.

TEIXEIRA, A. **A pedagogia de Dewey**, in. *John Dewey*, col. MEC Educadores, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010

WELLMER, A. **Zur Dialektik von Moderne und Postmoderne:** Vernunftkritik nach Adorno. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS DANÇAS DE SALÃO: A BINARIEDADE COMO TEORIA DA DOMINAÇÃO E CONTRAPONTO À EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

Kesi Linde Morais
Silvia Rosa da Silva Zanolla

Resumo: O projeto de pesquisa, que por ora se apresenta, busca analisar criticamente a binariedade de gênero e as estruturas de dominação presentes nas danças de salão – tradicionalmente organizadas com funções fixas de condutor (homem) e conduzida (mulher) – uma vez que tal processo se configura como práxis educativa contraditória à proposta emancipatória e humanista. Fundamentada na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt**,** sobretudo nas ideias de Adorno, compreende-se que essas funções não apenas reproduzem estereótipos de gênero, mas também reforçam o processo de dominação, por meio do patriarcado, da heteronormatividade e cisnormatividade. A dança enquanto prática cultural ensina mais do que movimentos, ela transmite valores, comportamentos e normas sociais, podendo contribuir ou resistir a manutenção da desigualdade e da violência. Desse modo, na sociedade contemporânea, a pluralidade de gênero exige uma revisão dessas práticas, visto que a naturalização da dominação do homem e da exclusão de pessoas trans, não-binárias e dissidentes de gênero também representa formas de violência. A proposta de pesquisa visa investigar como esses mecanismos de exclusão operam nas danças de salão e como se dá o processo de inclusão de sujeitos LGBTQIA+, buscando promover emancipação, consciência crítica e transformação social**.** A pesquisa se realizará por meio de investigação empírica e a análise será orientada pela Teoria Crítica da Sociedade, com o objetivo de contribuir para práticas mais inclusivas e igualitárias que extrapolem o campo da dança.

Palavras-chave: Danças de salão. Dominação. Gênero. Binariedade. Educação

Para o sociólogo, musicólogo e filósofo frankfurtiano Theodor Adorno, atividades culturais em sua integralidade manifestam uma práxis educacional contraditória como fruto do trabalho humano em sentido dialético (ZANOLLA, 2010a; 2010b). Logo, a dança não poderia ser um objeto mais coerente de análise nesse contexto. As danças de salão, também conhecidas como dança social pelo fato de serem dançadas a dois, se configuram como um repertório específico de signos de movimentos e estímulos entre os praticantes, no qual existem como regra dois papéis distintos: o de condutor (cavalheiro); e o de receptor (dama) (PERNA, 2005; POLEZI; SILVEIRA, 2017). Para alguns, a naturalização desses papéis parece insignificante, no entanto, uma breve reflexão sobre a teoria da dominação, apresentada por

Horkheimer e Adorno (1985), já nos permite identificar a estereotipia[38] de gênero e a forma de dominação estabelecida pela padronização de condutas e movimentos apreendidos por cada um dos pares nestas danças. Portanto, a dança em sua configuração ideológica carece de análise crítica em seus processos potencialmente educacionais em sentido amplo e cultural.

A dança enquanto manifestação cultural ensina mais do que passos de dança e modos de mover. Ela ensina comportamentos, condutas, regras, estéticas e vontades. Esses elementos não estão apenas naquilo que o professor diz, tampouco naquilo que expressa o aluno, eles circulam pelos modos de fazer e de se movimentar. (VALLE; ICLE, 2014, p. 155). Dessa forma, a dança enquanto prática cultural incorpora ou denuncia os valores estabelecidos socialmente. Nas danças de salão, assim como na prática social, percebe-se que a mulher assume uma posição de coadjuvante e de subserviência, uma vez que as técnicas de comandos são ensinadas e realizadas pelos homens, cabendo a estas a função de saber obedecê-los (PEREIRA, 2011). Assim, percebe-se que as danças de salão reforçam as estruturas de poder, não apenas do patriarcado, como também da binariedade e da cisnormatividade. Elas configuram-se como uma reprodução da representatividade dos papéis da suposta superioridade do homem em relação à mulher e da normatividade do sistema binário e cis (POLEZI; SILVEIRA, 2017). Visto que a pluralidade de gêneros é um fenômeno notável no contexto atual, essas questões tornam-se problemas emergentes na sociedade contemporânea.

A abordagem sobre as questões de gênero aparece na obra “O Segundo Sexo”, da escritora francesa Simone de Beauvoir (BEAUVOIR, 1980). Ela influenciou sobremodo o pensamento feminista e tem contribuído para transformar não somente a visão de milhares de mulheres sobre a vida em sociedade, como também suas condutas. Além de impulsionar as ideias feministas, Simone de Beauvoir foi a pioneira na introdução de reflexões sobre o conceito de gênero (SAFFIOTI, 1999). A célebre frase da autora “*On ne naît pas femme, on le devient*” (Ninguém nasce mulher, torna-se mulher), apresenta a ideia da construção do gênero feminino na sociedade e levanta a questão dos lugares e relações do homem e da mulher na

[38] O estereótipo, na acepção de Marilena Chauí (1997), vai referir-se, por um lado, a um “conjunto de crenças, valores, saberes, atitudes que julgamos naturais, transmitidos de geração em geração sem questionamentos, e nos dá a possibilidade de avaliar e julgar positiva ou negativamente ‘coisas e seres humanos” (p. 116).

sociedade contemporânea. Faz a observação de que gêneros não são os sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre eles. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 1997).

A partir dessa percepção, o conceito de gênero pretende referir-se “ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico" (LOURO, 1997, p. 06). Desse modo, passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Conforme análise crítica de Horkheimer e Adorno (1985, p. 203), na civilização ocidental, as mulheres

> não tiveram nenhuma participação independente nas habilidades que produziram essa civilização. É o homem que deve sair para enfrentar a vida hostil, é ele que deve agir e lutar. A mulher não é sujeito. Ela não produz, mas cuida dos que produzem, monumento vivo dos tempos há muito passado da economia doméstica fechada. Ela passou a encarnar a função biológica e tornou-se o símbolo da natureza, cuja opressão é o título de glória dessa civilização.

Esse pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros, o qual concebe homem e mulher como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão é compreendido como um sistema de organização binária dos gêneros (SCOTT, 1995). Para Louro (1997, p. 13), a concepção dos gêneros a partir dessa lógica dicotômica “implica um polo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia singular de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se "enquadram" em uma dessas formas”. Sob a perspectiva da teoria crítica da sociedade, a binariedade pode ser compreendida não apenas como construção histórica e social, mas como uma forma de dominação que opera por meio da imposição de categorias fixas e dicotômicas às subjetividades, universalizando os sujeitos, conforme crítica realizada por Horkheimer e Adorno, na obra Dialética do Esclarecimento (1985).

Apesar de a pluralidade de gênero ser um fenômeno visível e notável no atual contexto, a violência contra esses corpos dissidentes ainda se manifesta sob as mais variadas formas. Um dos princípios fundamentais da teoria crítica da Escola de Frankfurt é a luta contra a dominação, a qual culmina em barbárie e violência. Para os teóricos dessa escola, a luta contra a barbárie extrapola o universo objetivo e econômico, ela adentra o campo da cultura. Portanto, percebe-se que neste cenário de resistência, a cultura se mostra como elemento fundamental na disputa de dominação (HORKHEIMER; ADORNO, 1985).

Segundo Horkheimer e Adorno (1985, p. 06), “a superioridade do homem está no saber, disso não há dúvidas”. A necessidade de dominar não diz respeito apenas ao domínio da natureza, mas ao domínio do próprio “homem”, uma vez que este faz parte da natureza. E “quando a dominação da natureza é o verdadeiro objetivo, a inferioridade biológica será sempre o estigma por excelência, e a fraqueza impressa pela natureza a marca incitando à violência” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 203-204). Em nossa cultura, os estereótipos da superioridade do homem sobre a mulher é nocivo e violento e mantém a dominação brutal dos primórdios da civilização até os dias atuais. Por violência, compreende-se

> qualquer atitude coletiva ou individual que leva a situações de trauma, sofrimento, humilhação, adoecimento e dor, tanto para si quanto para o outro. A violência pode ser: física, aparente, quando acontece devido a confrontos diretos; armamentos; pressão pela força ou, psicológica, quando acontece devido a: tortura mental; preconceito ou *bullying*; ameaças escondidas, ou não (como por exemplo, assédio sexual) e danos morais (ZANOLLA, 2019, p. 07).

Tomando como base os conceitos freudianos, pode-se dizer que a violência em forma de preconceito não tem relação direta e imediata com a vítima, mas com quem não consegue deter o ódio a si mesmo e à sua condição social e psíquica, dirigindo-o para outros grupos e pessoas; esse ódio é marca do preconceituoso, mesmo que apareça em suas formas aparentemente mais inofensivas: o desprezo e a indiferença (ADORNO, 2019; CROCHIK, 2003).

Segundo Polezi e Silveira (2017), mesmo sendo um problema emergente, a discussão sobre a diversidade de gênero nas danças de salão ainda é algo anacrônico no Brasil. Além da importância da emancipação da mulher na busca do direito de igualdade e a desconstrução do preconceito que se estabeleceu culturalmente na dança, torna-se importante a reflexão sobre as diferentes formas de violência, sobretudo o preconceito, que ocorrem também com indivíduos que não se identificam com o padrão normativo binário. Essas questões se tornam relevantes, pois mudanças históricas impelem aos indivíduos uma nova maneira de existir e, consequentemente, uma nova maneira de dançar.

Portanto, o objetivo geral proposto deste projeto de pesquisa é identificar os elementos culturais e psíquicos que impedem ou contribuem com a naturalização da violência de gênero nas danças de salão. Enquanto objetivos específicos, busca-se: verificar como ocorre o processo de inclusão de indivíduos não binários nas danças de salão; identificar possíveis formas de violência/preconceito de gênero durante as aulas e bailes de salão e

analisar os elementos culturais e psíquicos que contribuem ou impedem a naturalização da violência de gênero nessas danças.

A pesquisa, de cunho qualiquantitativa (LAKATOS; MARCONI, 2003), propõe desenvolver a partir de um estudo empírico, a apreensão de alguns elementos importantes para a compreensão da prática cultural das danças de salão. Para isso, algumas escolas de dança de salão, da cidade de Goiânia, serão selecionadas e visitadas pela pesquisadora, a fim de observar como se dá a prática de ensino dessas danças. Embora ainda em desenvolvimento inicial da elaboração do instrumento, entrevistas serão realizadas com os professores, com a finalidade de compreender como eles acreditam que deve ser o ensino das danças de salão, a partir da pluralidade de gênero. Entrevistas e questionários serão realizados com os alunos (as) dessas escolas, a fim de identificar sua identidade de gênero e relatos de inclusão ou exclusão nas aulas. Os espaços dos bailes de salão também serão frequentados pela pesquisadora, para observar de forma sistemática como esses elementos sociopsicológicos se apresentam na prática social. Os elementos apreendidos serão analisados a partir do referencial teórico da Teoria Crítica da Sociedade. Acredita-se que a análise a partir deste escopo teórico possibilita o rompimento da falsa consciência e da desmistificação do conceito de práxis enquanto método perfeito.

A partir dos estudos já realizados é possível perceber que as danças de salão, enquanto manifestação cultural enraizada em normas tradicionais, reproduzem e reforçam padrões de gênero baseados na binariedade, na cisnormatividade e na dominação masculina. A rigidez desses papéis não apenas limita a expressão corporal, mas também pode contribuir para a perpetuação de formas sutis e naturalizadas de violência e exclusão de corpos dissidentes. A partir da perspectiva da Teoria Crítica, compreende-se que a cultura não é neutra, mas um campo de disputa ideológica e política, no qual os sujeitos são ensinados a ocupar posições de poder ou submissão. Assim, questionar os papéis de gênero na dança é também resistir às formas históricas de opressão, abrindo espaço para uma práxis mais inclusiva, crítica e emancipadora (ZANOLLA, 2010a).

Portanto, a promoção de reflexões e práticas pedagógicas que contemplem a diversidade de identidades de gênero nas danças de salão, reconhecendo essas manifestações como potentes ferramentas de transformação social é urgente. Essa mudança implica tanto a

desconstrução de estereótipos quanto o reconhecimento e acolhimento das pluralidades que compõem o corpo social contemporâneo. “É necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias. A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica” (ADORNO, 2020, p. 132). Espera-se que esta pesquisa contribua para a emancipação dos indivíduos e promova a conscientização de uma práxis que caminhe na direção da transformação social e cultural contemporâneos como suporte material para professores, pesquisadores e a todos que se interessam pela temática da arte, educação e cultura, como experiência consciente de autonomia contra o preconceito e qualquer forma de totalitarismo. Que esta possa ser o ponto de partida para o desenvolvimento de futuras pesquisas, haja vista a escassez de material que aborde o referido tema a partir do escopo teórico apontado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Organizado por Virgínia Helena Ferreira da Costa.Apresentação à edição brasileira e resumo de The Authoritarian Personality por Virgínia Helena Ferreira da Costa – São Paulo: Editora Unesp, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**, vI, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 70, 1980.

CROCHÍK, José Leon. **Manifestações de preconceito em relação às etnias e aos deficientes**. Bol. psicol, p. 89-108, 2003.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**. Tradução, Guido A. Almeida. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5ª ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

PEREIRA, Germana. C. Dois pra lá, dois pra cá: **a construção dos modelos de masculinidade e feminilidade na academia de dança de salão.** 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

PERNA, M. A. **Samba de Gafieira a História da Dança de Salão Brasileira**. 2ª ed. s/ editora. Rio de Janeiro. 2005.

POLEZI, Carolina; SILVEIRA, Paola Vasconcelos. Contracondutas no ensino e prática da Dança de Salão: a dança de salão queer e a condução compartilhada. **Revista Presencia.** Miradas desde y hacia la Educacion, n. 02, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Primórdios do conceito de gênero**. Cadernos pagu, n. 12, p. 157-163, 1999.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre: UFRGS, 1995, v. 20, n. 2, p. 71-99.

VALLE, Flavia P.; ICLE, Gilberto. Contraconduta como criação: jogos de enunciações na e sobre a dança. **Repertório. Salvador**, n. 23, p. 145-156, 2014.

ZANOLLA, S. R. S. Educação e barbárie: aspectos culturais da violência na perspectiva da teoria crítica da sociedade**. Sociedade &Cultura.** Goiânia: UFG, v. 13, n. 1, 2010a.

ZANOLLA, S. R. S. Vídeo game, educação e cultura. Campinas: Átomo e Alínea, 2010b.

ZANOLLA, Silvia Rosa da Silva. (coord). **O que é violência?**. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação. Goiânia: Set., 2019.

A FORMAÇÃO CULTURAL E A EDUCAÇÃO ESTÉTICA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Leila Gomes de Luz Sousa
Dra. Márcia Ferreira Torres Pereira
Bolsista CAPES

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo efetuar uma análise crítica sobre a formação cultural dos indivíduos à luz da teoria crítica frankfurtiana, a fim de possibilitar a compreensão da complexidade das relações sociais, tendo a literatura em seus aspectos éticos e estéticos como possibilidade de compreender a (semi)formação implementada nas escolas e no combate a violência nesses espaços de saber. A metodologia adotada é a pesquisa teórica e bibliográfica a partir da dialética negativa de Adorno (2009). A sociedade moderna, sob a dominação da indústria cultural, está determinada pelo sistema capitalista de produção e consumo que conduz os sujeitos a adaptação ideológica. Busca-se através da análise crítica da sociedade identificar as causas de tal dominação cultural, considerando que a educação se encontra alinhada à indústria cultural, podendo ser um instrumento de perpetuação da violência ou de resistência. A primeira etapa da pesquisa considera a o estado da arte de teses e dissertações sobre a temática da violência publicadas no banco de teses e dissertações da CAPES, a segunda etapa consiste na discussão teórica sobre a violência à luz da teoria crítica. Os resultados iniciais apontam para o estabelecimento da relação entre cultura e educação

na formação de forma crítica. Espera-se que essa pesquisa tenha um impacto social e educacional para a formação humana e esclarecimento crítico da realidade e, sobretudo possibilitar aos leitores a possibilidade de refletir a formação como excedente estético e ético necessário a humanização.

Palavras-chave: Cultura. Formação. Literatura. Violência

Introdução

A sociedade moderna expressa em seu processo histórico e cultural, econômico, político e social, a dominação imposta pela indústria cultural a qual reproduziu-se com intensidade a partir do progresso técnico-científico como determinante para perpetuar a deterioração das condições de humanização dos indivíduos através da cultura convertida em bens culturais, valendo-se da ausência de uma formação crítica da sociedade. Neste cenário o capitalismo tardio impõe a lógica do acúmulo de capital, sendo este altamente exploratório, ditando o ritmo do consumo sobre a vida dos indivíduos. Assim, cada vez mais foram criadas necessidades supérfluas, que mantém o avanço do sistema econômico vigente que objetifica os sujeitos, adaptando-os a realidade existente.

Como destaca o Adorno (1985), o sujeito moderno: sofrido, individualista e propenso à violência, torna-se mais vulnerável à alienação diante das manipulações impostas pela indústria cultural, estando a própria formação dominada por ela.

Esta pesquisa, dissertará em três capítulos sobre as relações de dominação que regem a sociedade, através da indústria cultural, e as contribuições da formação cultural pela literatura para autocrítica e crítica da realidade, com vistas a conscientização crítica sobre a violência e a barbárie praticadas na sociedade.

Justificativa

O esclarecimento que, segundo Adorno (1985), teve como intenção inicial romper com o mito e agir pela razão, trouxe consigo mudanças nas relações sociais nas quais os indivíduos agem com frieza diante da violência que impera na sociedade moderna, demonstrando um retrocesso civilizatório. A formação crítica que poderia levar a autorreflexão e resistir a mera

adaptação e reprodução da cultura vigente, curvou-se à realidade instrumentalizada. A educação, embora apresente, ainda, seu potencial de formação crítica deve considerar os impactos culturais que incidem sobre ela, especialmente nas escolas. Para compreender o cenário no qual os estudantes vivem, propício à alienação e à violência, há que se analisar a relevância da formação cultural crítica neste processo. Percebe-se, segundo Gruschka (2014), que os estudantes se adaptam facilmente aos grupos sociais para se sentirem aceitos, por não exercerem o domínio sobre si mesmo, e cederem a realidade da aparência, por ausência de criticidade.

Com o intuito de refletir sobre o potencial da educação através da cultura, de propiciar aos sujeitos a compreensão das contradições que regem a sociedade moderna, e assim, denunciá-la, resistindo-a e propondo transformações sociais, é que se considera relevante um aprofundamento teórico pela teoria crítica frankfurtiana, atendo-se à literatura nos seus aspectos éticos e estéticos como possibilidade de pensar criticamente sobre a realidade.

Fundamentação teórica

A fim de analisar a formação cultural e a possibilidade de combate à violência na escola, tendo a literatura como possiblidade de autorreflexão crítica, percebe-se a necessidade de um aprofundamento da pesquisa sobre a relação entre progresso industrial e indústria cultural, tendo autores como Horkheimer e Adorno (1985), em *Dialética do Esclarecimento* enquanto aparato teórico. Adorno & Horkheimer (1985), colocam que “o pensar reifica-se num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ela possa finalmente substituí-lo. O esclarecimento pôs de lado a exigência clássica de pensar o pensamento” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 33).

Para os estudos sobre a relação entre educação e o recrudescimento da violência e da frieza social, teremos como referência Gruschka (2014), em *Frieza burguesa e educação.* O autor disserta sobre como a frieza social impacta a sociedade, dominando-a, e implementando novas formas dos indivíduos se relacionarem coletivamente a partir da indiferença para com o outro, tornando-os propensos a cometer atos violentos e de barbárie.

Ainda destaca como a comunidade escolar é impactada por múltiplas violências em seu cotidiano, chegando ao ponto de naturalizá-las.

Conhecer as realidades de uma sociedade subjetiva e objetivamente por intermédio da literatura, que permite a reflexão crítica e de negação dialética sobre o papel da arte e da cultura, devido a sua forma e conteúdos complexos, poderá revelar as contradições da realidade e despertar atitudes que vise desestabilizar a racionalidade instrumental como forma de resistência.

Neste sentido, em “Notas de Literatura I” Adorno (2012, p. 56) esclarece: “Contar algo significa ter algo especial a dizer, e justamente é impedido pelo mundo administrado pela estandardização e pela mesmice. Antes de qualquer mensagem de conteúdo ideológico, já é ideológica a própria pretensão do narrador […]”. Necessário é que a formação possa romper com a lógica da identidade imposta pela realidade e a educação estética seja uma forma para romper com o conformismo.

Em Adorno (1995): *Educação e Emancipação,* contribui com embasamento teórico sobre discutir sobre as formas de adaptação dos sujeitos à indústria cultural e a implementação da (semi)formação à crítica na escola, impedindo que os indivíduos alcancem emancipação pela crítica imanente capaz de desvelar as contradições e resista às padronizações da adaptação.

Para Freud (2011), em Psicologia das massas e análise do Eu, a partir do estudo dos três sistemas da personalidade, visa identificar a forma que a sociedade está estruturada, a partir da personalidade individual, e como estas são manifestadas coletivamente, considerando que as pessoas agem de forma irracional e violenta, em espaços de saber como a escola, enquanto esta poderia ser um espaço de combate a violência. Já em Adorno (2008) em sua obra “Teoria estética”, a arte, importante para a formação cultural perde a sua autonomia, pois está a serviço da dominação social conduzida pelo sistema econômico que objetiva o lucro. Uma vez considerada mercadoria, a produção artística é submetida à lógica utilitarista contribuindo para a manutenção da sociedade administrada pela lógica da troca, contudo é a partir da cultura que é possível realizar a experiência formativa.

Problema de pesquisa

Diante da formação cultural e suas formas de produção que incidem sobre os ambientes escolares essa pesquisa problematiza como as relações de autoridade entre professores e estudantes se constituem no processo formativo.

Objetivo Geral

Promover uma análise crítica sobre a formação cultural e suas implicações na educação, considerando as contribuições da literatura em seus aspectos éticos e estéticos no currículo do ensino médio da educação nacional, para refletir sobre como as relações de autoridade estão configuradas.

Objetivos Específicos

Identificar as formas de reprodução da cultura sobre as formas de agir coletivamente; perceber as contribuições da literatura em seus aspectos éticos e estéticos, para possibilitar a autocrítica e crítica social e, contribuir com reflexões sobre a formação cultural no combate a violência e a frieza na escola.

Metodologia

A reflexão Crítica terá como embasamento autores da escola de Frankfurt, entre outros, conforme o desenvolvimento da pesquisa, para identificar o tensionamento entre cultura, arte e educação, a partir da dialética negativa. Dentre os autores, destacam-se: Adorno e Horkheimer (1973; 1985; 2014); Adorno (1995; 2008a; 2008b; 2009; 2010; 2012; 2021). Os referenciais bibliográficos destacam: Arruda e Santos (2014); Blanchot (2011); (Freud (2011); Gruschka (2014); Türcke (2010); Zanolla e Zuin (2019); Hobsbawm (2023). A pesquisa está estruturada da seguinte forma: A primeira etapa da pesquisa considera a investigação de teses e dissertações sobre as possibilidades de combate à violência nas

escolas, destacando a literatura no processo de aprendizagem e reflexão crítica em que o conhecimento incompleto do mundo pode ser obtido. A pesquisa será dividida em três capítulos, a saber: o primeiro capítulo dissertará sobre o contexto histórico da sociedade moderna em seus aspectos social, político e econômico que deu origem e gerou desdobramentos sobre a indústria cultural e o potencial de dominação por ela exercido. No segundo capítulo destacam-se as relações entre educação e cultura numa perspectiva crítica para refletir sobre a formação, semiformação e as condições sociais que recrudescem a formação para a autonomia em contextos de conflitos, de frieza e de barbárie. E no terceiro e último capítulo a literatura como experiência estética será abordada como contribuição para refletir sobre o caráter negativo da arte em que os estudos adornianos na teoria estética advogam essa possibilidade de existência na contramão do sistema, enquanto excedente crítico, ou seja, daquilo que não se realizou na sociedade.

Resultados iniciais/parciais e discussão

Diante dos estudos realizados até o momento surgem indagações sobre a relação entre cultura e educação para a formação de uma consciência crítica nos ambientes escolares e, para tanto, a partir da dialética negativa de Adorno (2009), a pesquisa bibliográfica está respaldada na compreensão de que a possibilidade de experiência seja realizada de forma crítica sobre o objeto convertida em forma subjetiva de reação.

Considerações finais

Ao oportunizar os relatos das experiências sociais ainda não contadas, a literatura crítica relativa à arte autêncica, poderá dar voz aos sujeitos, e garantir o não apagamento deles, dando visibilidade àqueles que permaneciam ignorados na sociedade. A formação humanizada, passa por essa vertente de descortinar as realidades colaborando para o conhecimento e reconstrução de histórias negadas a partir da crítica imanente.

Referências

ADORNO Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad.: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. **Temas básicos da sociologia**. Trad.: Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1973.

ADORNO, Theodor Wiesengrund, ***Palavras e Sinais: modelos crítica*** 2/ Theodor Adorno: tradução de Maria Helena Ruschel: supervisão de Álvaro Valls – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Notas de literatura 1**. Trad.: Jorge M.B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2012.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Dialética Negativa**. Trad.: Marcos Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Mínima Moralia: reflexões a partir da vida danificada.** Trad.: Gabriel Cohn. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Sem diretriz** – Parva estética. Trad.: Luciano Gatti. São Paulo: Unesp, 2021.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Teoria da semiformação**. In: PUCCI, B.; ZUIN Álvaro Soares.; LASTÓRIA Andreas Coelho. **Teoria crítica e inconformismo**: novas perspectivas de pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Teoria estética**. Trad.: Artur Morão. Lisboa: Arte e Comunicação, 2008a.

ADORNO, Theodor Wiesengrund**.“Educação após Auschwitz**” In: ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação.** Trad.: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARRUDA, Ricardo; SANTOS, Daniel dos. **O que é violência social?** – Lisboa: Escolar Editora, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania** (www.gov.br)

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e o outros textos (1920-1923).** Trad.: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GRUSCHKA, Andréas. **Frieza burguesa e educação:** a frieza como mal-estar moral da cultura burguesa na educação. Trad.: Érica Hansen Gonçalves, Rita Amélia Teixeira Vilela; Maj-Lis Strunk e Antônio Álvaro Soares Zuin. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

HOBSBAWN, Eric Jhon (1917-2012): **A era do capital**: 1848-1875/ tradução Leandro. Costa – 1. Ed. – ed. 0 Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada: filosofia da sensação**. Trad.: Antônio Álvaro Soares Zuin; Fábio Akcelrud Durão; Francisco Cock. Fontanella; Mario Luiz Frungillo. Campinas, S. P.: Editora da Unicamp, 2010.

ZANOLLA, Silvia.; ZUIN, A. **Educação contra a violência**. Campinas: Átomo e Alínea, 2019.

TRADIÇÃO, COSTUMES E FORMAÇÃO HUMANA NA LITERATURA COMO TESTEMUNHO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE

Maria Fernanda Medeiros Soares
Orientadora Dra. Márcia Ferreira Torres Pereira

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar o conceito de formação à luz da teoria crítica da sociedade, que legitima a possibilidade de transformação social, estabelecendo uma relação entre a literatura de testemunho e os desdobramentos sócio-históricos, a cultura e as tradições religiosas da vida social no Irã permeada pela modernização ocidental, a partir da dialética negativa como forma de pensamento e metodologia para realizar a análise de conteúdo das obras “Persépolis” de Marjane Satrapi (2007) e “Lendo Lolita em Teerã” de Azar Nafisi (2023). A pesquisa de caráter teórico-bibliográfica se estrutura com base nos estudos dos frankfurtianos: Walter Benjamin; Max Horkheimer e, principalmente, do pensamento crítico de Theodor Adorno**.**

Palavras-chave: Revolução Islâmica; Ocidente; Oriente; modernização; ideologia.

Introdução

A pesquisa busca analisar de forma crítica, incentivando o debate sobre a participação da mulher antes e depois da Revolução Iraniana de 1979, com foco nas categorias de modernização da cultura e tradição, frente às relações entre Oriente e Ocidente. O presente

projeto de pesquisa faz parte dos estudos da pesquisa de mestrado da Linha Cultura e Processos Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFG, e tem como referencial teórico a teoria crítica da sociedade, com base nos estudos dos frankfurtianos Benjamin (2020), Adorno e Horkheimer (1985) e, principalmente, Adorno (2020; 2019; 2015; 2012; 2010; 2009; 2022; 1998; 1986; 1971).

Objetivo

O objetivo desta pesquisa versa sobre a análise do conceito de formação à luz da teoria crítica da sociedade, que legitima a possibilidade de transformação social, estabelecendo uma relação entre a literatura de testemunho e os desdobramentos sócio-históricos, a cultura e as tradições religiosas da vida social no Irã permeada pela modernização ocidental e, em especial, a indústria cultural como fenômeno moderno de manutenção dos sistemas totalizantes que suprimem a individualidade, exercendo controle sobre os modos de produzir a vida social ao coaptar tradições e costumes como elementos que justificam a racionalidade capitalista, exercendo dominação sobre os sujeitos.

Problema de pesquisa

Fundamentada nos aspectos sócio-históricos da realidade, a pesquisa realiza uma relação entre o Irã e o Ocidente para analisar e problematizar o conceito de formação, a partir da literatura de testemunho. Para tanto, indagamos frente às relações entre o Oriente e Ocidente, como as possibilidades de vinculação do ser humano às convenções e ideologias liberais de transformação social e de formação cultural podem ocorrer e quais as contribuições para a educação em ambos os espaços geopolíticos?

A partir das formas de pensamento e método propostos por Adorno (2009) em sua obra “Dialética Negativa”, serão analisadas as obras “Persépolis” de Marjane Satrapi (2007) e “Lendo Lolita em Teerã” de Azar Nafisi (2023) que apresentam a forma literária comparável à “literatura de testemunho”, compreendida como um gênero literário de resistência social às

formas de opressão e forma de denúncia desafiando narrativas oficiais ao realizar intersecção entre história e literatura.

Justificativa

A opção pela literatura nessa investigação confere importância de sentido estético e ético formativo ao optar pela literatura de testemunho, que propõe a tarefa específica de escrever a história do ponto de vista da tentativa de apagamento do compromisso ético e político da memória histórica sobre a identidade feminina e de uma necessária demanda de resistência frente às condições impostas de seu tempo histórico que incidem sobre a formação. Assim, caracterizada por oferecer registro de experiências históricas documentadas por eventos marcados por violência, opressão e resistência, os registros literários potencializaram uma constelação trazida para que possa desafiar o leitor à crítica e a autocrítica em distintos contextos e identidades marcadas pela violência.

Consideramos que esse estudo constitui, portanto, uma importante reflexão no debate educacional e no exercício de formação intelectual, emocional e política. Para Adorno (1995) em “Educação e emancipação”, o papel ético do testemunho corresponde à memória contra a repetição da barbárie, destacando que o testemunho deve ser visto como alerta e enfrentamento ético de resistência contra o esquecimento e a banalização do mal.

Adorno (2023) em “O que significa elaborar o passado?” afirma que o regime nazista não significou apenas sofrimento, que muitos viveram bem sob o fascismo. Adorno ao desmistificar essa ideia, possibilita ao testemunho e reflexão frente aos algozes responsáveis pela barbárie que prevaleceu, ao mesmo tempo que retira a memória da vítima do campo individual, a vítima se torna articuladora de uma experiência vivenciada também por outros. Ao colocar a importância do testemunho em destaque, não há a intenção de transformá-lo em uma espécie de redentor da História, mas considerá-lo a partir de um movimento de tensão para compreender suas possibilidades e limitações a respeito da formação, visto que para Adorno (2023) a experiência da reflexão crítica é primordial à formação de uma consciência para a autonomia é evitar a repetição da barbárie.

Fabiana Fredrigo e Ivan Lima Gomes na introdução de *História e Trauma: Linguagens e Usos do Passado* (2020) ressaltam a importância de problematizar as narrativas dos acontecimentos traumáticos do século XX, pois em sua maioria são centradas exclusivamente no Holocausto, sendo que outras tragédias marcaram o século XX. Portanto, a análise de conteúdo, com base no pensamento dialético negativo de Adorno (2009), constitui o procedimento metodológico que propõe, a partir das obras selecionadas, a participação da mulher antes e depois da Revolução Islâmica. Antes do processo revolucionário se estabeleceu um período de incessante impulso por parte do governo em modernizar o Irã e posteriormente a Revolução se estabelece uma imposição do governo islâmico revolucionário de interromper o processo de modernização.

É importante destacar que a escolha das obras para análise também foi feita do ponto de vista do narrador, "pois contar algo significa ter algo especial a dizer e justamente isso é impelido pelo mundo administrado, pela estandardização e pela mesmice (Adorno, 2012, p. 56). Devido às condições da realidade, as autoras reconhecem a supremacia do mundo das coisas e, ao mesmo tempo, reconhecem a própria impotência como sujeito literário ao se declararem livres das convenções da representação do objeto. Fato é que essas autoras citadas estiveram por um período submetidas ao governo do Irã antes do processo revolucionário e puderam conferir imagens acerca do Ocidente em solo iraniano como também puderam testemunhar as razões econômicas, culturais e políticas que ganharam força com o regime potencialmente autoritário do governo iraniano, gerando greves que incluíram a indústria petrolífera.

Portanto, ao analisar as obras de Marjane Satrapi (2007) e Azar Nafisi (2023), é importante compreender se as autoras partem do caráter contraditório, limitado e ideológico da modernidade e do Ocidente. A análise será fundamentada a partir dos conceitos de modernidade e tradição, enquanto par dialético, como referência às formas de produzir a vida social no Irã e até que ponto servem de instrumentos de vinculação da mulher para legitimar convenções e ideologias.

Fundamentação teórica

O referencial da teoria crítica da sociedade considerou os estudos dos frankfurtianos Benjamin e Horkheimer e, especialmente, ao pensamento crítico de Theodor Adorno que norteará as reflexões na perspectiva de sua ubiquidade com relação aos outros saberes. A partir dos estudos da Teoria Estética de Adorno (1982) que compõe as categorias da constelação negativa, destacam a perspectiva lógico-epistemológica, político-antropológica, ético pedagógica, histórica- natural e hermenêutica.

Para compreender o processo revolucionário de 1979 é necessário explorar os acontecimentos ao longo do século XX, que antecedem a Revolução, principalmente as disputas das potências estrangeiras em torno da produção petroleira e as interferências de poder externas que o país sofreu. Portanto, é necessário abordar os aspectos sócio-históricos do Irã antes e depois da Revolução Iraniana, visto que a análise de conteúdo das obras visa tensionar as realidades vivenciadas pelas autoras durante o processo de modernização empenhado pela dinastia Pahlavi e após o processo revolucionário islâmico.

Os estudos de pesquisadores, como Osvaldo Coggiola (2008), Camila Munareto (2019), Ervand Abrahamian (1983; 1985), Júlia Carolina Benfica (2020) que se debruçam sobre o Irã são cruciais para o desenvolvimento da pesquisa. O centro da análise das categorias que surgem a partir da constelação é o referencial da teoria crítica da sociedade.

Metodologia

A pesquisa de caráter teórico-bibliográfica se debruça sobre a categoria de formação, com base nos aportes teóricos da crítica filosófica da teoria crítica da sociedade. Para o desenvolvimento dos aspectos sócio-históricos do Irã a pesquisa bibliográfica propende para estudiosos que voltam suas pesquisas para a compreensão do Irã, para tanto, o uso de diferentes autores se dá por conta da complexidade do objeto de estudo.

Para o desenvolvimento da pesquisa teórico-bibliográfica empreendemos a análise de conteúdo das obras “Persépolis” de Marjane Satrapi (2007) e “Lendo Lolita em Teerã” de Azar Nafisi (2023). Com vistas a compreender se as autoras partem do caráter contraditório,

limitado e ideológico da modernidade e do Ocidente, tensionando as perspectivas das autoras acerca do Oriente e Ocidente.

Resultados parciais

A pesquisa está em andamento, compreendendo um momento de leituras e reflexões teóricas sobre a temática. Esperamos, contudo, poder contribuir para distintos estudos sobre a formação e que haja impacto social sobre as formas de pensar e produzir a vida social.

Referências

ABRAHAMIAN, Ervand. **Iran Between two Revolutions**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1983.

ABRAHAMIAN, Ervand. The Crowd in Iranian Politics, 1905-1953. In: AFSHAR, Haleh (Ed.). **Iran: A Revolution in Turmoil**. Londres: Macmillan Press, 1985.

ADORNO, T. W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In.: COHN, G. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1986.

ADORNO, T. W. **Dialética negativa**. 2009. Trad.: Guido de Almeida. São Paulo: Zahar, 2009.

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Trad. Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. W. **Introdução à dialética**. Trad.: Erick Calheiros. São Paulo: Unesp, 2022.

ADORNO, T. W. **Notas de literatura 1**. Trad.: Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2012.

ADORNO, T. W. Sociologia. In.: COHN, G. **Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações de massa nessa sociedade**. São Paulo: Editora Ática, 1971.

ADORNO, T. W. Teoria da semiformação. In.: PUCCI; ZUIN; LASTÓRIA (Orgs). **Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2010.

ADORNO, T. W. Teses sobre a necessidade In.: **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. Trad.: Verlaine Freitas. São Paulo: Unesp. 2015.

ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AVERY, Peter; HAMBLY, Gavin; MELVILLE, CHARLES. **The Cambridge History of Iran: From Nadir Shah to the Islamic Republic**. Nova York: Cambridge University Press, 2007.

BENFICA, J. C. de Amorim. **A participação política feminina no contexto da revolução iraniana: uma análise dos discursos de Mahnaz Afkhami (1994- 2016)**. 2020. 114 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, 2020. BLANCHO, M. **O espaço literário**. São Paulo, Rocco, 2011.

BENJAMIN. W. **Sobre o conceito de história**. Trad.: Adalberto Müller e Marcio Seligmann Silva. São Paulo: Alameda, 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Iraniana**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations**. Cambridge University Press, 2005.

HOBSBAWM, E. **A invenção das tradições.** Trad.: Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**: 1789-1848. Trad.: Maria Tereza Teixeira; Marcos Penchel Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital**: 1848-1875. Trad.: Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**: 1875-1914. Trad.: Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad.: Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

KATOUZIAN, Hama. **The Political Economy of Modern Iran 1926-1979**. Londres: Macmillan Press, 1992.

MOTAHARI, Morteza. The Nature of the Islamic Revolution. In: AFSHAR, Haleh (Ed.). **Iran**: A Revolution in Turmoil. Londres: Macmillan Press, 1985.

MUNARETO, C. H.. **Modernização, instituições e revolução: o caso iraniano (1953-1979)**. 2019. 157 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

NOHADANI, Syrus Ahmadi. A Geopolítica do Irã de acordo com a teoria dos espaços tampão geográficos. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Interacionais**, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 17, p. 189-21, Jan/Jun. 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/austral/article/download/97198/57570/0. Acesso em: 9 mai. 2023.

NOVAIS, Fernando A. et al. (Ed.). **História da vida privada no Brasil-Vol. 1**: Cotidiano e vida privada na América portuguesa. Editora Companhia das Letras, 2018.

EDUCAÇÃO NA INTERFACE COM O GPT: a padronização humana como desafio à educação crítica e emancipadora

Gabriela Gomes Miranda
Orientadora: Profa. Dra. Silvia Rosa da Silva Zanolla
Bolsista CAPES

Resumo: Adorno e Horkheimer (1985) utilizam o termo indústria cultural para denominar o sistema baseado na produção em grande escala, padronizada e baseada em estatística e probabilidades que força a integração dos sujeitos à cultura como fruto do monopólio, que prende seus consumidores de forma a fazê-los sucumbir sem resistência ao que lhes é oferecido compulsivamente. A racionalidade técnica desta se baseia na repetição vai ao encontro da lógica de estatística, eficiência e probabilidade que é a mesma da chamada inteligência artificial (IA). Apesar de escritos de Adorno e Horkheimer (1985) datarem do século XX, sua discussão aponta para um sistema orientado para a cultura capitalista de repetição e modelagem que afeta os sujeitos, limitando sua imaginação e espontaneidade, sua capacidade de criar, de forma a produzir pessoas da mesma forma como modela a indústria em sua totalidade. A indústria cultural é instrumento do capitalismo tardio para manter o Liberalismo conservador em nome do Neo-liberalismo (Zanolla, 2007; 2010a; 2010b). Adorno (2006) destaca que sujeitos são manipulados contra guiar-se pelo seu próprio entendimento à democracia, em relação direta com a educação crítica. Ao contrário, a Educação, neste sentido, não se restringe apenas ao institucional, e possui potencial emancipatório assim como carrega em sua dialética a atividade de adaptação e ajustamento ao mundo, de forma contraditória. Logo, a educação tem se deparado com desafios relativos à tecnologia, em especial o Chat GPT, em contexto de inúmeras transformações e incertezas quanto ao futuro de forma nunca vista a educadores (Floridi, 2023). Assim, o presente trabalho visa uma discussão que se aporta na teoria crítica frankfurtiana, de forma atualizá-la ao relacionar discussões sobre indústria cultural e inteligência artificial, em especial o Chat GPT, e suas relações no mundo do trabalho, cultura e educação.

Palavras-chave: Indústria Cultural; Chat GPT; Inteligência Artificial; Educação.

INTRODUÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em sentido teórico crítico, a padronização humana reflete o movimento contrário à Educação em sentido amplo e cultural por manifestar a modelagem, repetição, coisificação e a alienação humana em perspectiva anticrítica e anti criativa (Horkheimer e Adorno, 1985). Para Adorno (1994), concentração e controle são parte de nossa cultura e educação e escondem-se na manifestação dela mesma, mantendo uma ilusão de realização individual. Adorno (2004) cita o espírito alienado que se ampara na socialização, mantendo a falsidade viva e reproduzindo-se de forma expandida. Tal alienação se faz dialética e constituinte da

sociedade capitalista, baseada na troca, que instaura um caráter de aparência que se apresenta como acidental, ocultando a divisão de trabalho, valor de uso e, consequentemente, o trabalho alienado, conforme discutido por Marx (2008): "Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto de seu* trabalho como [com] um objeto *estranho* estão todas estas consequências." (Marx, 2008, p. 81)

Neste sentido, a educação reflete trabalho. Segundo Crochik (2011), é essencial ao se pensar uma perspectiva materialista que tanto seus objetos quanto conceitos são históricos. Crochik (2011) também ressalta que toda ciência é histórica, e que não devemos desprezar o fato de que Marx (1818–1883) e Adorno (1903–1969) viveram em épocas distintas - logo, seus objetos de análise se modificaram e não podem ser descritos da forma exata como categorias do passado: "Para Adorno (1967, 2009), a história é síntese de continuidade e de rupturas e, por causa disso, o que existe na atualidade é reconhecível no passado e, concomitantemente, aponta para outras possibilidades ainda não realizadas." (Crochik, 2011, p. 82).

Pensar o tempo atual – século XXI – tendo como parâmetro a teoria crítica e associá-lo à inteligência artificial e Chat GPT pode parecer desafiador principalmente pelo fato de que o avanço tecnológico nos dias de hoje segue em uma velocidade que torna quase obsoleto quaisquer discussões que queiram fixar-se em um objeto específico. No entanto, justamente ancorados na teoria crítica frankfurtiana, e em seus autores fundadores como Adorno e Horkheimer (1985) e outros escritos de Adorno (1994, 2004, 2020), considerando o caráter histórico e buscando manter a tensão dialética é que o presente trabalho se propõe a discorrer sobre os desafios e consequências enfrentados principalmente na educação sob o contexto de inteligência artificial, revolução tecnológica e Chat GPT, analisando as consequências de tais "avanços" sob a ótica da teoria crítica frankfurtiana e alguns autores da atualidade que se dedicam ao estudo da ética e inteligência artificial como Floridi (2023) e Vallor (2024), e que podem contribuir para a compreensão de processos educacionais tecnológicos alienantes.

A respeito da inteligência artificial, Floridi (2023) destaca sua particularidade como mudança nunca vista antes na história, uma vez que ela não apenas segue a continuidade das invenções humanas já criadas, mas inaugura uma nova etapa ontológica que inclui uma intensa transformação estrutural na forma que vivemos, nos relacionamos com os outros e entre si, assim como nossa compreensão do mundo,

O Chat GPT, por sua vez, constitui um tipo de processamento da IA[39] que gerencia uma série de propriedades eletromagnéticas de processamento de texto com um sucesso extraordinário, muitas vezes de forma quase indistinguível da forma que os humanos seriam capazes de fazer, são chamados *large language models* (LLMs). Apesar de haver outros, o GPT segue sendo o mais conhecido, atraindo mais de 100 milhões de usuários apenas dois meses após seu lançamento em 2022.[40]

O monopólio apontado nas discussões de Marx (2008) e de Adorno e Horkheimer (1985) e Adorno (1994, 2004, 2020) se relaciona diretamente com o avanço instrumental da técnica, e influencia também na (de)formação humana, que é socialmente constituída a partir de uma série de objetivações, inerentes ao processo de produção e reprodução material na sociedade capitalista. O termo *Halbbildung* utilizado por Adorno (2004) indica simultaneamente formação cultural e cultura, em processo que se percebe a formação como a cultura pelo lado de sua apropriação subjetiva – tendo a ideia de tal cultura não como algo sagrado, mas que remete à sociedade e intermedia esta e a pseudoformação. Alguns autores brasileiros no momento da tradução se diferenciam no uso dos termos: pseudoformação ou semiformação. Em seu sentido, o termo se refere não à metade, mas a uma formação que não se realiza plenamente. O presente trabalho utilizará o termo pseudoformação ao se referir à formação cultural na sociedade capitalista contemporânea (Adorno, 2004).

A educação é parte do processo formativo, e pensá-la, de acordo com o Adorno (2004), é considerar também seu caráter contraditório e conversão em pseudocultura socializada. A educação, para o autor, não é um fato previamente dado, mas insere-se em um sistema, dentro de um todo social regido por interconexões que deveriam ser consideradas e analisadas antes de se buscar refletir a educação em si. Desta forma, pensar a inteligência artificial e chat GPT e suas possíveis influências nos processos educativos se faz relevante se queremos hoje nos direcionar a possibilidades de desenvolvimento da autonomia dos sujeitos participantes do processo educativo – autonomia esta essencial na constituição de uma democracia, conforme já comentado por Adorno (2006). Zanolla (2015) destaca a urgência em

[39] Inteligência Artificial. Utilizaremos o termo por ser mais conhecido, apesar da discussão posterior quanto se tratar realmente de uma inteligência (Floridi, 2023)

[40] Tech Target, 2025. Disponível em: https://www.techtarget.com/whatis/feature/12-of-the-best-large-language-models Acesso em 11 de maio de 2025.

se posicionar contra a barbárie social e cultural em uma posição de resistência, que por sua vez envolve diversos fatores como a autocrítica dos sujeitos e instituições, assim como a resistência dos que lutam contra a violência em todos os sentidos de forma interdisciplinar

Como visa analisar um objeto que ainda está em desenvolvimento: IA e Chat GPT e seus desafios para a educação, esta pesquisa ainda se debruçará em fontes que possam contribuir relativo a estudos e análises dessas duas dimensões. Ainda assim, a padronização e repetição como lógicas da indústria cultural podem ser associadas à inteligência artificial, uma vez que a interação da IA conosco nos afeta também e traz consequências quando utilizada não como instrumento, mas agência que faz por nós e afeta nossa percepção do mundo e forma de agir nele, atrofiando nossa capacidade de aprendizado (Floridi, 2023), atrofia que por sua vez foi discutida por Adorno e Horkheimer (1985) relativa à imaginação, como consequência da lógica da indústria cultural.

A inteligência artificial age de forma autômata também entre outras tecnologias, dados e informações, e a nomenclatura em si que denomina “inteligência” é questionada por Floridi (2023), ao argumentar que a IA na realidade segue um padrão estatístico e matemático a partir de dados (data), sem consciência e que opera sintaticamente – não semanticamente – apesar de possuir autonomia.

A IA é possível a partir da dissociação entre agência e inteligência, logo a IA é mais bem entendida como uma nova forma de agência, não de inteligência; a IA é, portanto, uma revolução surpreendente, mas num sentido pragmático e não cognitivo, e os desafios e oportunidades concretos e urgentes relativos à IA emergem da lacuna entre agência e inteligência, que continuará a aumentar à medida que a IA se torna cada vez mais bem-sucedida. (Floridi, 2023, p. 55).[41]

A particularidade na pesquisa relativa à inteligência artificial se dá no fato de esta poder apresentar um risco existencial, uma vez que nos afeta como seres humanos, assim como nossos modos de vida, e forma de nos relacionar (Floridi, 2023). Se Adorno e Horkheimer (1985) e Adorno (1994, 2004, 2020) discutiam ainda na primeira metade do século XX os riscos do esclarecimento como mito e da crença na racionalidade técnica como absoluta, teóricos como Vallor (2024) veem a IA como um espelho que reflete parte da

[41] Tradução livre da autora

realidade a partir de dados, mas que é uma imagem distorcida de nós mesmos, e não a realidade em si. Esse espelho aparenta uma perfeição assim como o reflexo no mito de Narciso, e é essencial que possamos reagir para que a humanidade não paralise diante da imagem refletida, que constitui a perdição de Narciso (Vallor, 2004).

PROBLEMA DE PESQUISA: Compreender os desafios da inteligência artificial – em especial o Chat GPT – como fator de ressignificação do sentido crítico e criativo na educação, sob perspectiva da teoria crítica frankfurtiana, sobretudo a adorniana.

OBJETIVOS:

Geral: Analisar e refletir sobre o contexto tecnológico atual – IA e Chat GPT - e seus desafios à educação sob a perspectiva teórico-crítica, sobretudo adorniana.

Específicos: Desenvolver conceitos da teoria crítica frankfurtiana abordados, contextualizando-os e relacionando-os aos de IA e Chat GPT – também contextualizado - visando atualizar os estudos associados ao contexto histórico atual, e seus desafios inerentes à educação.

METODOLOGIA

O presente trabalho parte de uma abordagem teórico-crítica, que se difere da teoria tradicional, pois parte de abordagem reflexiva e dialética que trata do objeto não de forma isolada, mas como fenômeno social que possui contradições, em contexto histórico específico baseado na formação cultural objetiva e subjetiva (Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas,1980). Assim, aqui se constitui uma pesquisa teórico qualitativa, mas que no decorrer do avanço do trabalho poderá debruçar-se na coleta de dados, tornando-se qualiquantitativa: “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (Minayo, 2002, p. 22).

RESULTADOS INICIAIS DA DISCUSSÃO

Com o levantamento bibliográfico pode-se perceber relações entre a modelagem e padronização de uma práxis contraditória em meio aos processos educacionais. O que remete a discussões e alertas de Adorno (1994, 2004, 2020); Adorno e Horkheimer, 1985). Ressalta-se assim, que com a lógica da inteligência generativa utilizada na IA e Chat GPT, os perigos à criatividade e consequências de seu uso irrefletido comparecem de imediato nestes estudos, uma vez que IA e Chat GPT se baseiam na estrutura formal dos textos que tem acesso, e não em seu significado, como nós humanos fazemos, de forma semântica (Floridi, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir em dimensões educacionais para uma perspectiva de defesa da educação criativa e crítica como emancipação, no sentido da maioridade Kantiana, direcionado a finalidades autônomas por experiências conscientes relativas a uma práxis autorreflexiva, conforme discutido por Adorno (1994, 2004, 2020) e Adorno e Horkheimer (1985).

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

ADORNO, T. Teoria de la pseudocultura. In. **Escritos sociológicos I**. Obra completa, 8. Madrid, España, de la edicíon de bolsillo, Ediciónes Akal S.A, 2004.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter; Horkheimer, Max; Adorno, Theodor W.; Habermas, Jürgen. Teoria tradicional e teoria crítica. In. **Os pensadores** - Textos Escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

COHN, Gabriel (org.) Sobre música popular. In. **Theodor W. Adorno, grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ed. Ática, 1994

FLORIDI, Luciano. **The Ethics of Artificial Intelligence - Principles, Challenges, and Opportunities**, 2023.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém; ZANOLLA, Silvia RosaSilva (org.). CROCHIK José Leon. Notas sobre a concepção de homem e sociedade em T. W. Adorno. In. **Sociedade, subjetividade e educação – perspectiva marxista e frankfurtiana**.Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes. 2022.

TECH TARGET. 2025. Disponível em: https://www.techtarget.com/whatis/feature/12-of-the-best-large-language-models Acesso em 11 de maio de 2025

VALLOR, Shannon. **The AI Mirror: how to reclaim our humanity in an age of machine thinking.** New York: Oxford University Press, 2024.

ZANOLLA, S. R. S. **Educação e barbárie: aspectos culturais da violência na perspectiva da teoria crítica da sociedade. Sociedade &Cultura. Goiânia: UFG, v. 13, n. 1, 2010a.**

ZANOLLA, S. R. S. Indústria Cultural e Infância: estudo sobre form. de valores em crianças no universo do jogo eletr. **Educação & Sociedade.** Campinas: INICAMP, v. 28, n.101, 2007.

ZANOLLA, S. R. S. **Vídeo game, educação e cultura.** Campinas: Átomo e Alínea, 2010b.

DO PUNK À SALA DE AULA: NARRATIVAS ANTIRRACISTAS A PARTIR DA PRODUÇÃO DE ZINES

Nathália Cristina Lemes Simão
Orientador: Prof. Dr. Márcio Penna Corte Real
Bolsista CAPES

Resumo: O presente trabalho é originado de uma pesquisa que tem a intencionaldade e de propor uma reflexão diante da produção de zines enquanto prática pedagógica antirracista. Tem como objetivo a análise de zines, bem como sua utilização enquanto dispositivo pedagógico, além de realizar uma intersecção entre práticas pedagógicas antirracistas e a prática zineira como um meio de reafirmar a voz e protagonismo de perspectivas marginalizadas por meio da educação das relações étnico-raciais. Dessa maneira, busca debater e refletir como a realização de zines, enquanto prática pedagógica antirracista, pode contribuir com o rompimento do ciclo da violência racial. A partir desta premissa, a intenção é explorar possíveis ações que possam dialogar com a produção independente de zines.

Palavras-chave: educação; antirracismo; zines; práticas pedagógicas; relações étnico-raciais.

Em um contexto social no qual pessoas negras vivem em situação de desvantagem no que diz respeito ao ingresso e permanência em espaços escolares e de poder, pensar em

práticas pedagógicas antirracistas pode ser transformador, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento da necessidade do enfrentamento contra o racismo estrutural.

Sendo assim, diante do reconhecimento das especificidades de cada grupo social que compõem a sociedade brasileira, este estudo tem como cerne o estudo do grupo étnico composto por pessoas pretas e pardas. A pesquisa busca contribuir com reflexões acerca da problemática do racismo, a partir da produção de zines enquanto prática pedagógica antirracista.

Para tanto, a proposta é o desenvolvimento da pesquisa por meio de oficinas, que considerem como objetivo geral a discussão e reflexão a partir da produção de zines enquanto prática pedagógica antirracista, cujo os objetivos específicos são: analisar a zine e sua utilização enquanto um dispositivo pedagógico, produzindo publicações de maneira acessível, artesanal e independente; propor uma intersecção entre práticas pedagógicas antirracistas e a prática zineira como um meio de reafirmar a voz e protagonismo de perspectivas marginalizadas por meio da educação das relações étnico-raciais.

Considera-se que zines são um veículo de baixo custo, manual e independente, que une jovens de vários lugares ao redor do mundo e os eventos que envolvem a música punk desde a década de 70. De acordo com Antônio Bivar, em 1976, Mark Perry, um bancário entediado, assiste ao show da banda punk norte-americana Ramones pela primeira vez. Após a apresentação, decide escrever uma crítica e reproduzi-la em 200 cópias para passar adiante. *Sniffing Glue*, título dado por Mark Perry, seria considerado então, o primeiro fanzine escrito e publicado.

Segundo Bivar, “Com a explosão do punk o fanzine cresce tanto que se torna o porta voz do movimento” (1988, p. 51). Ainda, de acordo com o autor, a edição de número 5 do fanzine vinha com o seguinte conselho: “[...] Todos vocês, garotos que lêem o SG, não se satisfaçam com o que nós escrevemos. Saiam e comecem seus próprios fanzines, ou mandem suas críticas para a imprensa do Sistema, vamos pegá-los pelos nervos e inundar o mercado com a escrita punk!” (Bivar, 1988, p. 56).

Sendo assim, criar e publicar zines é uma das atividades que compõem o âmago da história do punk, pois advém da ideia de “faça você mesmo”, traduzido o termo “*Do it yourself*” ou simplesmente *DIY.* Este conceito parte do princípio de que se existe algo que você

queira fazer, basta fazê-lo. Daniel Sinker, na introdução de sua obra "Não devemos nada a você", afirma que, "O punk nunca esperou aprovação de ninguém para fazer algo por conta própria. DIY é a resposta para "por quê?" (2009, p. 9).

No Brasil, as publicações surgem no mesmo período. De acordo com Gazy Andraus (2013) no texto de Márcio Sno (2015), "Nessa mesma época o país passava pelos "anos de chumbo" e os zines foram utilizados por "estudantes para a divulgação de trabalhos contra a ditadura e como contestação do sistema social vigente"" (Andraus, 2013, *apud* Sno, 2015, p. 29). Essas manifestações culturais serviram como meios para compartilhar ideias e materiais impressos que influenciaram gerações. Atualmente, a prática zineira, como é chamada a atividade realizada por aquelas pessoas que continuam fazendo zines para troca, ou venda, ocupa as banquinhas de feiras de publicadores independentes.

A prática de produção e criação de zines se dá de diversas maneiras, uma vez que pode ser capaz de unir produção textual e técnicas artísticas, estimulando a cognição e a criatividade, dentro de um trabalho único e autoral, que leva a personalidade daquele que a produz. De acordo com Sno (2015), há quem considere como zines "[...] as publicações realizadas em formatos diferentes como CD-rom, webzine, fita cassete, podcast, videozine, blog, aplicativo e software para tablets etc" (p. 12). Porém, esta pesquisa se dedica à análise da produção de zines impressos.

O termo possui origem da palavra em inglês *magazine* (revista), e de acordo com o autor, apesar das diversas definições dadas por dicionários brasileiros, o descreve como:

[...] um veículo de divulgação alternativo e independente, geralmente reproduzido em pequenas tiragens e distribuído para um público segmentado. Surge da necessidade de expressão de grupos específicos e tornaram-se campos férteis para experimentações gráficas e textuais graças à sua total e irrestrita liberdade (Sno, 2015, p.19).

Sendo assim, a prática zineira contribui para a criação de elos sociais que se formam entre o público que cria e que consome (e alterna essa hierarquia, pois consumidores também podem ser criadores); incentiva a produção literária e artística, e também contrapõe às lógicas mercadológicas, pois abre um espaço para publicação de autoras e autores que muitas vezes não teriam chances de verem seus textos reconhecidos por grandes editoras.

Enquanto prática antirracista, os zines podem fomentar à participação das crianças

como sujeitos ativos no processo pedagógico, de maneira que possam se expressar também por meio do conceito de *escrevivência* de Conceição Evaristo. A autora determina que,

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças (Evaristo, 2020, p. 30).

Ou seja, a partir da *escrevivência*, a expressão textual e artística traz traços individuais que reforçam a presença do sujeito enquanto criador e realizador daquele zine. Além de que, a publicação torna relevante pois transgride o sistema vigente e conservador, elabora novas práticas e as convida à possibilidade de crença em novos mundos possíveis, nos quais suas ações geram reações e podem transformar suas existências.

Se o sujeito negro, visto e colocado à margem da sociedade, bem como à margem da produção intelectual, durante a criação de zines, este, que antes subjulgado, agora pode ser o realizador e centro desta obra. A zine é individual, mas também coletiva. Possibilita a troca, a reformulação de ideias a partir do contato com a obra do outro.

Assim, quando realiza as trocas com o grupo, aquele que apresenta o seu próprio projeto, tem também a oportunidade de conhecer o outro. As crianças ficam expostas à possibilidade de se reconhecerem, ou se perceberem diferentes, ou até mesmo indiferentes. Ao possibilitar um momento para a construção de um projeto que envolva a criação de zines, as crianças estarão expostas à interação com materiais impressos, como revistas e imagens, de maneira que haja liberdade para criarem conteúdos a partir de corte e colagem, o textos e ilustrações, promovendo a expressão individual de cada uma delas.

Quando bell hooks (2017) defende os relatos pessoais na construção do conhecimento, demonstra que dessa maneira a prática de reflexão se torna mais significativa a leitoras e leitores afirmando que assim, “[...] essa teoria nasce do concreto, de meus esforços para entender as experiências da vida cotidiana, de meus esforços para intervir criticamente na minha vida e na vida de outras pessoas” (p. 97). E não apenas bell hooks reflete e compreende que a possibilidade de se expressar, verbalizar ideias e construir suas próprias narrativas são importantes para a construção humana. Grada Kilomba (2019) em *Memórias da Plantação* enfatiza a escrita como “atopolítico” e diz que “[...] enquanto escrevo, eu me torno a

narradora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou" (2019, p. 28). Ou seja, é importante para que pessoas negras protagonizem narrativas de maneira que as mesmas assumam e sejam compreendidas como sujeitos das histórias e não mais como objeto.

Dessa forma, as zines podem funcionar como esse espaço no qual se escreve a partir de vivências e experiências pessoais, que apesar de individuais, podem ser significativas para os demais leitores.

Esta pesquisa está na fase de escrita dos capítulos iniciais, que contam com a apropriação do campo teórico, bem como na formulação e planejamento de uma oficina zine para educandos de uma escola municipal localizada na cidade de Goiânia. Até o momento, este encontra-se sendo o maior desafio, pois há pouco retorno por parte das escolas constatadas para a realização do campo empírico.

De toda forma, concomitantemente a isso, vem sendo realizada a interlocução com autoras e autores como Lélia Gonzalez, diante de sua contribuição acerca do pensamento negro social brasileiro, com obras completas, como "Lugar de Negro" (Gonzalez; Hasenbalg, 2022) e "Por um feminismo afro latino americano" (2020). Gonzalez tem como papel auxiliar na conceituação do sujeito negro brasileiro, assim como contribui para melhor reflexão diante da política social no Brasil; Sueli Carneiro, que contribui na discussão sobre racismo e sexismo no Brasil de maneira a enriquecer a discussão acerca do trabalho pedagógico, com obras como "Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil" (Carneiro, 2011) e sua notória tese de doutorado "A construção do outro como não-ser como fundamento do ser" (2005), que propõe uma discussão sobre epistemicídio, que é relevante nesses estudos por se tratar de um conceito que reflete diante da construção (e destruição) da subjetividade diante da problemática do racismo; e Paulo Freire, com as obras "Pedagogia do oprimido" (2019) e "Educação como prática da liberdade" (2018), de maneira a contribuir com uma teoria da educação que busca refletir na prática, durante a realização das oficinas, bem como na concepção de educandos e educadores que esta pesquisa pretende analisar.

Além de outras autoras que pesquisam o racismo no contexto escolar brasileiro, como Nilma Lino Gomes com suas obras: "Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa" (2023), "O movimento negro educador" (2017) e "Experiências étnico-raciais para a formação

de professores" (2002); e Eliane Cavalleiro com "Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola" (2001). Ambas autoras contribuem para as reflexões diante das relações estabelecidas no ambiente escolar entre adultos e crianças. E por fim, Márcio SNO, autor brasileiro e pesquisador sobre publicações independentes de zines no Brasil com a obra "O universo paralelo dos zines" (2015); Antônio Bivar, com sua obra "O que é punk" (1988), ambos contribuindo para a conceituação acerca da prática zineira, bem como sua conexão com o movimento punk.

REFERÊNCIAS

BIVAR, Antonio. **O que é punk**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: **Racismo e anti-racismo na educação - Repensando a nossa escola.** 6a Ed. - São Paulo: Selo Negro, 2001.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 44a Ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67a Ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO, Marlene de (org.). **Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação.** 1a Ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SINKER, Daniel. **Não devemos nada a você: coletânea de entrevistas da Punk Planet**. São Paulo: Edições Ideal, 2009.

SNO, Márcio. **O universo paralelo dos zines**.1a Ed. - São Paulo: TimoZine, 2015.

EDUCAÇÃO, CULTURA E IDENTIDADE: DO “EU NO MUNDO” PARA O “EU CRÍTICO”

Vitoria Gabriella Souza Nunes
Orientadora: Profª. Dra. Márcia Ferreira Torres Pereira

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo refletir sobre a constituição do sujeito crítico por meio da relação entre educação, cultura e literatura, à luz da Teoria Crítica da Sociedade. Compreendendo que o sujeito em formação é constituído pela cultura e pela educação em interações sociais, contudo é envolvido pela indústria cultural que tende a padronizar nossas experiências e manter uma linha de pensamento sujeita a dominação social. O fundamento teórico-metodológico da pesquisa segue a abordagem teórico-crítica de Adorno (2009) primada pela dialética negativa como forma de pensar e como método para a formação de um sujeito crítico. Caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica mantendo a análise dialética da obra literária “Meu pé de laranja Lima”, de José Mauro De Vasconcelos. A dissertação pretende envolver categorias como: cultura, indústria cultural e a educação na formação de subjetividades em três capítulos. Os resultados parciais e as discussões desta pesquisa, se encontram por realizar.

.

Palavras-chave: formação; semiformação; estética; crítica; indústria cultural

Introdução

O ser humano é um ser em construção, passa por estágios e etapas de desenvolvimento, conhecidas na área da psicologia por distintas teorias, exercendo suas contribuições na educação. Relacionadas às capacidades cognitivas e emocionais acerca das relações entre os sujeitos e a realidade, essas teorias dão suporte à formação desde a infância.

É necessário compreendermos como a realidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento e a aprendizagem do indivíduo durante o percurso da vida. As relações sociais constituídas nesse processo são envolvidas por dinâmicas e atividades cotidianas constituídas pela cultura. Nesse processo de socialização, a cultura compreendida como um

sistema complexo e historicamente desenvolvido compõe a estrutura da vida social, permeia toda a formação dos sujeitos e estabelece sua relação com a educação.

Pensando nisso, a escola, instituição social inicial da vida, se constitui como espaço que possibilita tal interação. Conforme cita Freire (1967, p. 35), “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio.” Entendemos que a formação deve considerar a crítica no processo educacional para a tomada de consciência sobre a realidade para o exercício da autonomia para pensar e agir com criticidade, fundamental no processo formativo.

Adorno (2009) em sua obra “Dialética Negativa”, afirma que a realidade é marcada por contradições e pela cultura que se instrumentalizou. A indústria cultural, termo cunhado por Adorno e Horkheimer (1985) na “Dialética do Esclarecimento”, refere-se ao fenômeno que promove a padronização do pensamento e o abandono da crítica em prol da manutenção do consumo e da ideologia capitalista. Com o seu surgimento no capitalismo avançado perpetua a racionalidade técnica que serve ao controle e opressão dos sujeitos.

Tudo o que vemos e reproduzimos, as nossas marcas no mundo, são feitas a partir da cultura que nos permite uma leitura da realidade. Entretanto, é preciso problematizá-la para a formação de uma consciência crítica. Nossas ações e reações não devem se basear em meras reproduções ou adaptação da realidade, como experiências sempre idênticas. Adorno (2023) refuta as experiências padronizadas que escapam da reflexão sobre a complexidade que envolve a formação para a emancipação, devendo romper com a lógica da identidade exigida pela obediência cega às regras pré-estabelecidas em função de sua mera utilidade.

Problematização

Diante do exposto, essa pesquisa reúne categorias da teoria crítica da sociedade como a educação, cultura e identidade, considera a dinâmica histórica do que está “por vir” no processo de formação de seu “Eu no mundo” para interrogar criticamente a subjetividade que, apesar de frágil, guarda potencial de resistência diante da realidade e os desafios existentes potencializando o “Eu crítico”. Para Adorno (2008), a arte autêntica se constitui como forma de experiência que possibilita reflexão dialética, desvelando as contradições

sociais devido a sua mediação formal, negando a realidade imediata que padroniza a vida. Em contraste com a indústria cultural, essa arte resiste aos mecanismos da instrumentalização estética diretamente ligada ao entretenimento com vistas a formação massificada. Nesse contexto, a literatura se destaca não apenas como expressão estética, mas um lugar que dá voz ao não-dito e preserva a complexidade do real para possibilitar uma visão crítica do mundo e seu conteúdo de verdade.

Segundo Blanchot (2013), a literatura se constitui significativa como espaço de experiência formativa e de indeterminação dos sujeitos para constituir sua autodeterminação, em que a linguagem não somente comunica o cotidiano, mas confronta de modo crítico a condição ontológica e autônoma dos sujeitos, um espaço sempre inacabado de experiência do pensamento. A literatura para esse autor não reproduz a realidade, mas abre um espaço de ausência tornando uma experiência em que o leitor é atravessado pelo texto num movimento que não se completa, num diálogo que está sempre por vir e que nunca se realiza plenamente. Essa experiência permite a reflexão e a criatividade do leitor e do autor em relação ao lugar que ocupam na realidade.

Segundo Adorno (2008), as práticas culturais só têm sentido se forem críticas e, sob o capitalismo avançado, a cultura exerce um domínio e controle sobre os sujeitos produzindo uma racionalidade instrumental que esvazia a vida de sentido autêntico. Assim, diante desse cenário, a arte crítica e autêntica constitui um espaço de resistência mínima, mas necessária à mera adaptação do existente bem como o utopismo ingênuo. Nesses termos, a investigação pretende, a partir dos estudos da Teoria Crítica da sociedade, especialmente em Adorno (2008; 2012; 2022; 1998) e Horkheimer (1985), questionar: como a literatura, como objeto da cultura, poderá contribuir para a formação com vistas à constituição da identidade de sujeitos críticos e autocríticos diante das contradições que surgem dentro do próprio objeto? A articulação com leituras para problematizar a realidade, a partir da relação entre sujeito e objeto, em prol de uma formação consciente, comporá um dos procedimentos metodológicos.

Objetivos

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é introduzir o tema da formação cultural na constituição do sujeito e de sua identidade como parte integrante da sociedade pela tomada de consciência a partir da experiência da reflexão crítica sobre a cultura e sua relação com a educação. Os objetivos específicos visam: compreender como a literatura contribui para a educação crítica e estética; analisar uma obra literária à luz da teoria estética de Adorno (2008).

Fundamentação teórica

A relação entre educação e cultura, especialmente no contexto da sociedade industrial avançada, encontra uma realidade que deve ser refletida para promover autoconsciência crítica e uma formação para autonomia no sentido kantiano. A capacidade de os sujeitos refletirem criticamente demanda resistência contra uma educação superficial, adaptada à indústria cultural que doméstica e impede a emancipação e a reflexão crítica sobre a própria racionalidade.

Para Adorno (2023),

> A educação para a emancipação ainda precisa ser elaborada em todos, mas realmente em todos os planos de nossa vida, e que, portanto, a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nessa direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contestação e para a resistência (p. 200).

A relação entre a educação e a cultura, fundamentada em Adorno (2003), está ligada à crítica da cultura instrumentalizada e à sua defesa da arte autêntica e não como mercadoria cultural, como resistência à racionalidade dominante na sociedade administrada pela lógica do consumo.

Em Adorno (2023) a educação deve formar uma consciência crítica diferente da educação repressiva e instrumentalizada, possibilitando desde a infância um espaço de experiência de descobertas e de liberdade. A verdadeira educação deveria problematizar o sofrimento, mostrando como a razão instrumental pode levar à barbárie numa realidade em que a dor é negada, mas que produz a violência simbólica. A verdadeira experiência exige a negação, ou seja, resistência aos processos de dominação e ao pensamento identificador. Exige, ainda, pensar dialeticamente, o que não significa para Adorno (2022): “[...] impelir o

pensamento até o ponto que ele se aperceba , de certa maneira, de sua própria finitude, de sua própria falsidade e, por meio disso, se impulsionar para além de si mesmo" (p. 126).

O pensamento dialético se recusa a mascarar as contradições que surgem do próprio objeto ou conceito, pois as contradições surgem dentro da própria realidade, não como falhas, mas como sua verdade. Por isso, importa preservar o que escapa ao conceito e das análises estáticas, propondo examinar os conceitos e os objetos a partir de suas relações dinâmicas imbricadas em contextos históricos e sociais. O pensamento deve insistir na autonomia do crítico frente a dominação que persiste sob novas formas de controle sobre os sujeitos.

A abertura do pensamento não-idêntico, para Adorno (2009), faz-se necessária, tendo em vista que as relações sociais, a cultura e as subjetividades são afetadas pela lógica da dominação apaziguada de que tudo está bem, conformando os sujeitos e impedindo verdadeiras experiências formativas. Assim, a "leitura de mundo" deve considerar o pensamento crítico sobre as formas de produzir a vida social para a formação de identidades.

Em Adorno (2023), desde a infância a educação deve ser crítica diante da cooptação e manipulação da indústria cultural e da sedução de sua produção. Portanto, a infância deve ser pensada como forma de resistência, sobretudo conhecendo os mecanismos de opressão social. Para Adorno (2008) a arte constitui como espaço desse processo de formação frente ao empobrecimento da experiência estética produzido pela indústria cultural. A literatura nesse processo de formação, que preserve o não-idêntico, ainda que seja vista como mero objeto de consumo e de entretenimento, pode oferecer a possibilidade de refletir sobre as representações mercantilizadas que reproduzem o conformismo e transformam a dor real em espetáculo. Sabemos que a literatura para Adorno (2012) possui uma autonomia relativa, pois carrega marcas das contradições da sociedade. O fato de a literatura ser capaz de proporcionar a crítica a respeito do que reproduz da realidade, constitui a forma estética capaz de promover a crítica, a opressão e o sofrimento por ela produzido.

Metodologia

A pesquisa se caracteriza por ser bibliográfica do tipo qualitativa (Lakatos; Marconi, 2017), utilizando materiais já publicados como livros, artigos, dissertações, teses e fontes do

trabalho científico para realizar o estado da arte, mapeando o conhecimento existente sobre o tema proposto. Esse processo amplo de busca permitirá a análise e discussão crítica garantindo o embasamento teórico e autoria. Para esse momento da pesquisa destacam-se as seguintes referências: Adorno e Horkheimer (1985); Adorno (2022; 2022; 2012; 2009; 2008; 1998); Blanchot (2013; 2011), entre outros.

A abordagem crítica da metodologia filosófica de Adorno (2009) é a dialética negativa. A dialética consiste numa forma de pensar o pensamento, tem como princípios fundamentais a não conciliação das contradições e recusa a síntese, que muitas vezes oculta a dominação impondo uma unidade falsa. Ao preservar o negativo, isto é, o que resiste a categorização à dominação do conceito universal, mantém a crítica radical do que a razão instrumental esconde, privilegiando a crítica imanente.

A obra literária “Meu pé de laranja lima” de José Mauro de Vasconcelos foi escolhida para análise por entendermos que ela poderá captar a tensão entre a infância e a violência estrutural da sociedade, considerando as condições materiais que incidem sobre a formação crítica desde muito cedo e da memória como um espaço de resistência, considerando o potencial das experiências infantis e suas contradições. Assim, para descrever o conteúdo das mensagens da obra literária selecionada, a análise de conteúdo fará parte do procedimento metodológico de pesquisa qualitativa de análise dialética, pois reconhece a incompletude do objeto. Segundo Bardin (1977) a análise de conteúdo mostra possibilidades de mediação, cuja metodologia busca extrair sentido dos textos por meio de categorias temáticas, buscando identificar significados e relações subjacentes, indo além da superfície do texto.

A dissertação, organizada em três capítulos, pretende abarcar as relações entre cultura, indústria cultural e educação na formação de subjetividades, as contribuições da literatura para uma formação estética e a análise da obra “O meu pé de laranja lima” a partir das seguintes categorias: formação, dominação, identidade, emancipação, autoridade, resistência e imaginação.

Como resultados parciais e discussão, esclarecemos que a pesquisa está em processo, realizando leituras e reflexões iniciais, fundamentando os aportes teóricos da teoria crítica da sociedade. O intuito de tal investigação consiste em considerar as possibilidades da literatura no processo de formação crítica dos sujeitos desde a infância.

Referências

ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. Trad.: Guido de Almeida. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Dialética Negativa**. Trad.: Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Educação após Auschwitz In.: **Educação e emancipação**. Trad.: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Educação e emancipação**. Trad.: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Introdução a Dialética Negativa**. Trad.: Erick Calheiros de Lima. São Paulo: Unesp, 2022.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Prismas**: crítica cultural da sociedade. Trad.: Augusto Werner e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998. tur

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Teoria Estética**. Trad.: Arthur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad.: Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Trad.: Leila Perrone Moisés. São Paulo: Rocco, 2011.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. Trad.: Leila Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade.** Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967.

Lakatos, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

AS NOTAS PRÉVIAS DE CLARICE LISPECTOR COMO DISPOSITIVOS PEDAGÓGICOS E ESTRATÉGIAS DE DISTINÇÃO

Octavio Augusto F. Soares
Orientador: Prof. Dr. Márcio Penna Corte Real

Resumo: Esta comunicação apresenta o estado atual de uma investigação doutoral que examina as notas prévias de Clarice Lispector como atos pedagógicos e estratégias de distinção no campo literário. Parte-se da hipótese de que, ao antecipar valores e enquadramentos interpretativos, esses paratextos orientam o *habitus* leitor e reforçam a posição da autora. A pesquisa adota um *corpus* abrangente, focalizando todas as obras em que Clarice insere notas prévias. Metodologicamente, associa-se uma revisão histórica da função literária a uma análise hemerográfica na Hemeroteca Digital, tabulando menções explícitas e implícitas às notas em periódicos do período. Os ajustes recentes incluíram o refinamento do problema de pesquisa — enfatizando a tensão entre práticas escolares convencionais e o gesto educativo clariceano — e a precisão nos procedimentos de coleta e categorização de dados, visando correlacionar os efeitos pedagógicos com a recepção crítica contemporânea.

Palavras-chave: Clarice Lispector; Paratextos; Ato pedagógico; *Habitus* leitor; Bourdieu.

Introdução

O escopo original desta pesquisa contemplava um estudo amplo sobre os critérios de seleção de obras literárias no PNLD. Todavia, foi rapidamente percebido que esse objeto, devido à sua extensão burocrática e à diversidade regional, excederia os prazos e recursos disponíveis. Diante dessa constatação, o objeto de estudo foi reorientado para um recorte mais manejável, mas igualmente relevante: as notas prévias que Clarice Lispector insere em suas obras, entendidas como gestos pedagógicos e estratégias de distinção no campo literário. Entende-se o campo literário, segundo Pierre Bourdieu (1996), como um espaço de disputas simbólicas em que agentes (autores, críticos, leitores) acumulam e convertem diferentes formas de capital; as notas autorais tornam-se, nesse caso, instrumentos de legitimação e de produção de capital simbólico, que reforçam o prestígio da autora.

Adota-se a noção de paratexto de Gérard Genette (2009) para definir essas notas como limiares entre o texto e o público — elementos prévios ou marginais que orientam a recepção

e moldam o *habitus*[42] leitor, ou seja, o conjunto de disposições adquiridas que influenciam a postura interpretativa de quem lê (BOURDIEU, 1996). Assim, pode-se supor que, ao antecipar enquadramentos estéticos e oferecer chaves de leitura, Lispector não apenas prepara seu público para a complexidade de sua prosa, mas também intervém no processo de leitura, que, em nossa perspectiva é educativo, convertendo um ato literário em ato pedagógico.

A investigação combina, portanto, uma revisão histórico-teórica da função da literatura – da perspectiva moral e mimética aristotélica, passando pela mediação escolástica medieval, pela autonomia estética romântica e pela "arte pela arte", perspectiva mais contemporânea de leitura –, com a seleção meticulosa dos paratextos clariceanos e uma pesquisa hemerográfica na Hemeroteca Digital[43], que mapeia críticas e resenhas publicadas até um ano após cada lançamento. Trata-se de demonstrar como esses paratextos atuam como dispositivos interpretativos e simbólicos capazes de moldar a formação estética do leitor e de reforçar a posição de Clarice Lispector no panorama literário brasileiro.

Fundamentação teórica

Clarice Lispector insere em algumas de suas obras notas prévias e prefácios que operam como atos pedagógicos e estratégias de distinção no campo literário[44]. Para Bourdieu, o campo literário é um espaço relativamente autônomo de disputas simbólicas pelo valor e pela consagração literária (BOURDIEU, 1996). Assim, os escritores não apenas criam obras, mas também adotam estratégias de legitimação para afirmar sua posição nesse campo. As notas introdutórias de Clarice são parte dessas estratégias: intervenções autorais que orientam a recepção, ao, portanto, fornecer chaves interpretativas, o que, de antemão, regula o *habitus* do leitor à estética da autora. Ao preparar o leitor para uma experiência de leitura

[42] *Habitus* é compreendido como o conjunto de disposições duráveis e transponíveis que os agentes incorporam ao longo de suas trajetórias sociais, funcionando como esquemas inconscientes de percepção, pensamento e ação que orientam suas escolhas e práticas em um determinado campo (BOURDIEU, 1998, p. 21-22).
[43] Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 12 mai. 2025.
[44] Chartier (2008) chama a atenção para o fato de que a ordem, o formato e a inserção dos paratextos resultam de decisões editoriais calculadas, visando moldar a recepção do leitor, e não de critérios aleatórios (CHARTIER, 2008, p. 45).

desafiadora e não convencional, a escritora reforça seu capital simbólico e consolida a imagem de uma literata inovadora, digna de distinção no campo literário.

A teoria do paratexto, de Genette (2009), ajuda a compreender essas notas prévias como um limiar entre a obra e o leitor, uma fronteira que influencia a leitura do texto principal. Em Lispector, esses elementos cumprem essa função mediadora: ao explicitar motivações, contextualizar a narrativa ou dialogar ironicamente com o público, a autora intermedia a relação entre seu universo criativo e o horizonte de expectativas do leitor. Trata-se de uma atitude pedagógica na qual a escritora assume a mediação crítica de sua obra, pois ensina aquele que a lê por meio de sua chave interpretativa. Desse modo, as notas prévias clariceanas atuam como guias de leitura que antecipam elementos-chave da obra e alinham a percepção do leitor à proposta estética pretendida.

Nesse movimento de mediação, Clarice Lispector dialoga sutilmente com as reflexões de Roland Barthes e Michel Foucault. Barthes, ao proclamar a “morte do autor” (1968), deslocou o foco do texto da biografia do criador para a multiplicidade de sentidos imanentes à escrita; Foucault, em seguida (1969), reformulou o autor como uma “função” discursiva, instância que organiza e delimita as possibilidades interpretativas. As notas prévias de Clarice Lispector tensionam a invisibilidade do autor — recusando a noção de um narrador ausente — mas incorporam a concepção foucaultiana de autoria como reguladora do sentido. E, conforme Antoine Compagnon (1999) enfatiza, o autor retém seu poder de referência: a escritora comprova esse retorno da autoridade criadora, valendo-se do paratexto para reafirmar sua voz singular, guiar o entendimento e, por fim, consolidar seu prestígio no campo literário.

Em síntese, propomos que as notas prévias de Clarice Lispector revelam-se não meros apêndices editoriais, mas verdadeiros atos pedagógicos e estratégias de distinção simbólica. Sob o olhar de Bourdieu, Genette e dos pensadores pós-estruturalistas, entende-se que esses paratextos não apenas preparam o leitor para a fruição estética, mas também legitimam a autoridade da autora, moldando seu capital simbólico no campo literário. Ao exercer o papel de mediadora—no espírito de Foucault—e ao afirmar sua voz criadora—contrapondo-se à “morte do autor” de Barthes—Clarice Lispector instrui seu público num gesto de formação

crítica. Desse modo, a literatura surge, em seu gesto autoral, como dispositivo de transmissão de valores estéticos e de remodelação do *habitus* leitor.

Problema de pesquisa

Partindo da premissa de que as notas prévias de Clarice Lispector atuam como atos pedagógicos e estratégias de distinção no campo literário, este estudo questiona: como a recepção crítica contemporânea ao lançamento das obras em que Clarice insere notas prévias interpretou e avaliou essa dimensão pedagógica? Em termos mais específicos, busca-se compreender em que medida as resenhas e críticas veiculadas nos periódicos do período conseguiram identificar, destacar ou, ao contrário, negligenciar o caráter formativo e orientador desses paratextos — gestos sutis que antecipam enquadramentos estéticos e marcam uma ruptura em relação às práticas tradicionais de mediação literária.

Ao explorar esse problema, pretende-se revelar como as tensões entre o gesto educativo autoral e as convenções de leitura vigentes influenciaram a legitimação simbólica de Clarice Lispector, configurando seu prestígio e sua distinção no panorama literário brasileiro.

Objetivo Geral:

- Analisar as notas prévias de Clarice Lispector como atos pedagógicos e estratégias de distinção no campo literário, correlacionando-as com sua recepção crítica contemporânea para compreender como esses paratextos influenciaram a legitimação simbólica da autora.

Objetivos Específicos:

- Mapear historicamente as concepções da função da literatura (Antiguidade à Contemporaneidade) para contextualizar o gesto pedagógico autoral.
- Identificar e sistematizar o *corpus* de todas as obras de Clarice Lispector que contêm notas prévias, caracterizando seus formatos e conteúdos.

- Realizar pesquisa hemerográfica na Hemeroteca Digital, coletando e tabulando menções explícitas e implícitas a esses paratextos em periódicos publicados até um ano após cada lançamento.
- Categorizar manualmente as alusões críticas segundo tipo de referência (explícita/implícita), tom (positivo, neutro, negativo) e categoria de alusão (ironia, prescrição interpretativa, metalinguagem etc.).
- Produzir análise quantitativa (gráficos de frequência e de distribuição de tons) e qualitativa (tese interpretativa dos trechos extraídos) para avaliar o impacto pedagógico e a estratégia de distinção de Clarice Lispector.
- Confrontar os resultados hemerográficos com a teoria dos campos de Bourdieu e a noção de paratexto de Genette, refletindo sobre as implicações dessa mediação na construção do prestígio literário da autora.

Metodologia

A investigação adotou um delineamento qualitativo articulado em quatro etapas, cada uma justificada pela necessidade de fundamentar teoricamente o estudo e de sistematizar o material empírico.

Em primeiro lugar, organizou-se uma revisão teórico-cronológica da função da literatura em quatro marcos históricos (Antiguidade, Idade Média, Modernidade e Contemporaneidade). Esse mapeamento foi realizado para situar a prática de inserir notas prévias num contexto de longa duração, evidenciando como mudou, ao longo dos séculos, a concepção de literatura como recurso formativo. A partir de leituras de Aristóteles, Tomás de Aquino, autores românticos e pós-estruturalistas, foram sistematizados também os conceitos de paratexto (Genette) e de capital simbólico (Bourdieu), pois ambos oferecem as ferramentas analíticas necessárias para compreender o caráter simultaneamente pedagógico e estratégico dessas intervenções autorais.

Em seguida, procedeu-se à seleção e caracterização do *corpus* paratextual, identificando todas as obras de Clarice Lispector que incorporaram notas prévias — prefácios, explicações e comentários de autor — e descrevendo cada item tipologicamente em planilha.

Registrou-se, para cada paratexto, sua extensão, sua função declarada e seu tom discursivo. Essa descrição detalhada foi essencial para garantir a transparência do procedimento e para permitir comparações posteriores entre casos distintos, assegurando que a análise abarcasse toda a variedade de formatos e intenções presentes nas notas clariceanas.

Na terceira etapa, realizou-se uma pesquisa hemerográfica abrangente na Hemeroteca Digital, sem restrição de tipo de periódico, considerando críticas e resenhas publicadas até um ano após cada data de lançamento das obras com notas prévias. Os registros coletados foram tabulados em planilha Excel com variáveis que incluem data, veículo, autor da crítica, tipo de referência ao paratexto (explícita ou implícita), tom crítico (positivo, neutro ou negativo), categoria de alusão (ironia, metalinguagem, prescrição interpretativa) e trechos exemplares. Essa coleta sistemática foi desenvolvida para mapear de forma abrangente a recepção contemporânea e para quantificar padrões de atenção — ou de omissão — às mediações clariceanas.

Por fim, tratar-se-ão e analisar-se-ão os dados coletados. Na dimensão quantitativa, elaborar-se-ão gráficos de barras e de pizza para ilustrar a frequência das menções e a distribuição dos tons críticos, o que permitirá visualizar rapidamente tendências e pesos relativos. Paralelamente, na vertente qualitativa, proceder-se-á à codificação manual dos trechos selecionados, à luz das categorias definidas, e realizará-se uma interpretação fundamentada nos conceitos de *habitus* leitor, mediação paratextual e distinção literária. Em última instância, confrontar-se-ão os achados hemerográficos com o arcabouço teórico de Bourdieu e Genette, de modo a discutir as implicações pedagógicas e simbólicas das notas prévias de Clarice Lispector no processo de legitimação de sua obra no campo literário.

Resultados iniciais/parciais e discussão

A constituição do corpus paratextual e a pesquisa hemerográfica permitiram mapear um conjunto significativo de notas prévias de Clarice Lispector e suas manifestações críticas até um ano após cada lançamento. A análise qualitativa inicial revelou três perfis de recepção: críticas valorizadoras, que reconhecem nas notas um auxílio interpretativo capaz de enriquecer a experiência sensível do leitor; menções descritivas, que registram o paratexto

como componente editorial sem emitir juízo; e críticas desconstrutivas, que veem nas orientações autorais uma forma de cercear a liberdade interpretativa. Essa diversidade de reações aponta para uma recepção ambígua, em que o gesto pedagógico clariceano tanto amplia a compreensão estética das obras quanto suscita resistências em nome da autonomia do leitor.

À luz da teoria dos campos de Bourdieu e da noção de paratexto de Genette, esses achados preliminares indicam que as notas prévias funcionam como estratégias deliberadas de distinção, nas quais Clarice Lispector investe simbolicamente para afirmar seu prestígio no campo literário. Ao orientar o *habitus* leitor, ela consolida seu capital simbólico, mas, ao mesmo tempo, provoca uma tensão com as convenções de leitura estabelecidas, especialmente entre críticos alinhados à tradição da "morte do autor". A etapa seguinte aprofundará essa interpretação, relacionando as tendências de recepção ao perfil sociocultural dos críticos e ao contexto histórico de publicação, a fim de compreender como essa ambiguidade contribuiu para moldar o legado simbólico da autora.

Considerações finais

O trabalho até aqui desenvolvido demonstra que as notas prévias de Clarice Lispector operam como dispositivos pedagógicos que orientam a recepção e como estratégias deliberadas de distinção no campo literário. A pesquisa já mapeou e caracterizou o *corpus* paratextual, bem como sistematizou as reações críticas contemporâneas, revelando perfis diversificados de recepção — valorizadora, descritiva e desconstrutiva — que confirmam a ambiguidade do gesto autoral. Esses resultados iniciais indicam que, ao antecipar enquadramentos estéticos e interpretativos, Clarice não apenas molda o *habitus* leitor, mas também consolida seu capital simbólico, ao custo de tensionar convenções de autonomia hermenêutica.

Reconhece-se, entretanto, que o estudo se encontra em estágio intermediário. Cabe agora aprofundar a análise qualitativa, cruzando as tendências de recepção com o perfil sociocultural dos críticos e o contexto histórico de cada lançamento, de modo a compreender como essa ambiguidade influenciou a legitimação simbólica da autora. Nas próximas etapas,

serão refinados os procedimentos de codificação e interpretação dos dados obtidos até agora. Em maior detalhe, serão observados os efeitos pedagógicos percebidos, o que irá garantir uma conclusão que reflita integralmente o processo de investigação em curso.

Referências

BARTHES, Roland. **S/Z.** Paris: Éditions du Seuil, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Habitus. In: **Dicionário Bourdieusiano**. Organização de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. Tradução de Aline Binotti. São Paulo: Unesp, 2013.

COMPAGNON, Antoine. **Le Démon de la théorie**. Paris: Seuil, 1999.

FOUCAULT, Michel. **"Qu'est-ce qu'un auteur ?"** In: Dits et écrits II (1976–1988). Paris: Gallimard, 1994.

GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

AS CONTRADIÇÕES DA FORMAÇÃO EM SAÚDE: O CINEMA E A LITERATURA COMO RECURSO DE EMANCIPAÇÃO EM UM PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

Luana Viana de Sousa
Orientadora: Dra. Márcia Ferreira Torres Pereira

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo compreender os impactos do sistema capitalista na formação de profissionais de saúde em processo formativo em um programa de Residência Multiprofissional, à luz da Teoria Crítica da Sociedade, especialmente os estudos de Theodor Adorno. A pesquisa propõe um estudo teórico e bibliográfico sobre a teoria estética de Adorno, considerando o cinema e a literatura como recursos pedagógicos capazes de potencializar a reflexão crítica e a humanização nos processos formativos de residentes multiprofissionais do eixo de Urgência e Trauma em uma unidade de Saúde de Goiânia-GO. Parte-se da premissa de que tais expressões artísticas podem atuar como instrumentos de resistência à racionalidade instrumental, favorecendo uma formação sensível, ética e comprometida com o cuidado humano em saúde.

Palavras chaves: Teoria crítica da sociedade; Formação; Residência multiprofissional; Cultura.

Introdução

A saúde e a educação estão intrinsecamente ligadas às condições de vida e ao labor de uma sociedade, sendo influenciadas e moldadas pelas características da estrutura social e cultural (Alves, 2005). O sistema que rege a sociedade vigente é o capitalismo e, nas últimas décadas, alcançou-se a radicalização do mercado com o advento da ideologia neoliberalista, que impactou diretamente as instâncias da educação e saúde.

Fisher (2020) afirma que: “o neoliberalismo procurou eliminar a própria categoria de princípio, de valor no sentido ético da palavra: ao longo de mais de trinta anos, o realismo capitalista impôs com sucesso uma espécie de “ontologia empresarial " (p. 51). Essa rigidez diz da racionalidade instrumental que permeia todos os aspectos da vida humana, e que surgiu com a consolidação do sistema capitalista, resultando na padronização da existência humana em prol da dominação da sociedade administrada pela lógica do capital.

Por meio da cultura reificada, como destaca Adorno e Horkheimer (1985), que “converteu-se totalmente numa mercadoria, difundida como uma informação, sem penetrar nos indivíduos dela informados. O pensamento perde o fôlego e limita- se à apreensão do factual isolado” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 162). Assim, perde-se o valor da formação humana pela cultura substituída pela superficialidade das relações mercadológicas. Adorno (2010), destaca que na sociedade capitalista a semiformação atua como instrumento de adaptação ao sistema vigente: “(...) a formação foi entendida como conformar-se à vida real, ela destacou unilateralmente o momento da adaptação, e impediu assim que os homens se educassem uns aos outros” (p. 11). Portanto, a cultura como possibilidade de espaço de liberdade é ameaçada pelo capital.

Objetivos:

O presente estudo busca analisar os processos formativos na área da Saúde, com enfoque na modalidade de pós-graduação *lato sensu* denominada Residência Multiprofissional, a qual propõe uma formação teórico-prática baseada nos princípios de equidade, integralidade e universalidade, defendido pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Portanto é importante compreender os impactos do sistema capitalista na formação de profissionais de saúde que estão em processo formativo à luz da teoria crítica da sociedade, cuja formação estética poderá favorecer a reflexão crítica a partir da proposta metodológica da pesquisa. Os objetivos específicos são: relatar a experiência estética e formativa a partir da proposta de um filme e da literatura como recursos pedagógicos, analisando as percepções dos residentes.

Problematização

O próprio SUS, como aponta Torres (2018), nasce e se consolida em um contexto histórico e social repleto de contradições. Originado de uma longa luta social, o SUS acabou sendo permeado pelo projeto econômico neoliberal, que flexibilizou os direitos sociais e transferiu a gestão de serviços públicos para a iniciativa privada, ocasionando crescente precariedade dos serviços em saúde pública. A formação de profissionais de saúde em programas de residência multiprofissional ocorre em um contexto atravessado por intensas demandas técnicas, produtividade, alta especialização e pressões institucionais que refletem as contradições do sistema capitalista. Nesse cenário prioriza-se a eficiência, o desempenho e a operacionalização de saberes técnicos, em detrimento de uma formação crítica, ética e humanizada, contraditória à proposta de formação em saúde dentro dessa modalidade de pós-graduação *lato sensu* que prioriza em seu projeto político pedagógico os princípios da Equidade, Integralidade e Universalidade. Frente a isso, é possível promover uma formação em saúde crítica contrária à lógica capitalista?

Fundamentação Teórica

A Teoria Crítica da sociedade constitui um fundamento importante para a compreensão das contradições presentes no processo formativo, pois, como aponta Nobre (2004), a teoria crítica busca interpretar a sociedade atual a partir de suas estruturas e de seus acontecimentos históricos, identificando tanto as possibilidades de emancipação quanto os obstáculos que a impedem. Com base nessa perspectiva teórica, compreendida pelos

estudiosos frankfurtianos Adorno e Horkheimer, pretende-se analisar as percepções e vivências de indivíduos que estejam em processo formativo no âmbito de uma pós-graduação *lato sensu*, na modalidade de residência multiprofissional, com o objetivo de apreender as contradições que permeiam essa experiência. Além disso, busca-se relatar e analisar uma vivência formativa a partir da literatura e do cinema para potencializar uma experiência crítica e de autorreflexão.

A sociedade administrada pelo sistema capitalista apropria-se da ideia do esclarecimento como um ideal de liberdade, entretanto, esse processo levou a submissão às forças dominantes. A razão foi submetida a irracionalidade ao conferir a primazia da técnica sobre o sujeito, orientada pela lógica instrumental revelando "[...] objetivação apenas formal da razão, que como ciência-técnica, enquanto força produtiva, se interpõe entre o sujeito e a realidade, perdendo-se a capacidade de experimentar o objeto como algo que não é meramente objeto de dominação [...]" (Adorno, 1995, p. 27).

A racionalidade moderna, como instrumento típico do capitalismo tardio, é indicada por como um dos elementos precursores para a perda do ideal humanista da formação e o que visualiza é o fato de que o sujeito objetificou a si mesmo, como ressalta Wolfgang Leo Maar na apresentação da obra *Educação e Emancipação:* "[...] Para Adorno, o capitalismo tardio joga a pá de cal na possibilidade vislumbrada desde Humboldt como a formação autêntica. [...] Mas o que se observa é a imposição do homem a um mundo que não se humaniza [...] (, Maar apud Adorno, 1995, p. 27).

Promulgada a soberania da técnica sobre os sujeitos, a racionalidade organiza a sociedade e os indivíduos que passam a seguir critérios de eficiência e produtividade. É válido pensar nos impactos dessa racionalidade na formação e atuação dos profissionais da saúde diante do modelo que vigorou por muito tempo e ainda persiste, como os preceitos biomédicos, os quais compreendem o corpo humano como uma máquina complexa, que requer monitoramento constante de profissionais especializados Koifman (2001). Nesse modelo, aspectos sociais, psicológicos e comportamentais dos indivíduos são desconsiderados, assim como as práticas de cuidado complementares excluídas.

Frente a uma formação tecnicista e biologicista ainda presente, as Residências Multiprofissionais conferem essa abordagem curricular como inovadora para o ensino em

saúde, embora possuam uma estrutura educacional baseada na análise crítica da realidade dos serviços de saúde (Muniz e Brotto, 2015).

Historicamente, o SUS é reconhecido como a maior reforma da área social brasileira. Embora seu arcabouço conceitual tenha sido ancorado nos pilares democráticos da universalidade, equidade e integralidade, ele sofre, desde a sua criação, com as tensões advindas do paradigma neoliberal (Alves, 2005).

Adorno (1995), considera a educação como uma das potencialidades para o surgimento do sujeito emancipado ao afirmar que: “A única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência” [...] (p. 183). Todavia, para que isso se efetive o autor destaca que “é preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência” (Adorno, 1995, p.27)

A irracionalidade da técnica invadiu a cultura, assim sendo caracterizada por uma indústria cultural, na qual os produtos da cultura são submetidos a homogeneização e padronização, cuja “[...] barbárie estética realiza hoje a ameaça que pesa sobre as criações espirituais desde o dia em que foram colecionadas e neutralizadas como cultura” (Adorno, 2002, p.14). Em um sistema no qual o homogêneo é o desejável e a padronização da realidade reduz a capacidade de reflexão crítica do homem, aquilo que não é idêntico é combatido. Entretanto, a arte pode favorecer a percepção crítica do real. O momento pelo qual a obra de arte transcende a realidade [...] não consiste na harmonia realizada, [...] mas sim nos traços em que aflora a discrepância na falência necessária da apaixonada tensão para com a identidade. (Adorno, 2002, p. 13).

A arte para Adorno tem potencial humanizador na medida que favorece o enfrentamento do sofrimento, entendido pela literatura como momento estético. A literatura viabiliza a capacidade de reflexão e a sensibilidade estética para pensar de modo mais livre e complexo, indo além da opinião comum ou da ideologia dominante (Adorno, 2012). Já, o cinema, por mais que seja apontado como um instrumento de dominação e controle pela indústria, Adorno (2017), considera que os filmes podem transformar o mundo comum e bruto em algo esteticamente significativo, mesmo sem a intenção direta do artista,

justamente porque a câmera capta o real de maneira crua, mas carregada de um potencial estético.

Metodologia

A investigação proposta considera a abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica, prima pela metodologia da dialética negativa de Adorno (2009). Os dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com residentes multiprofissionais do programa de residência da secretária de saúde do estado de Goiás, alocados no eixo de concentração Urgência e Trauma comporão a pesquisa cuja interpretação dos dados será orientada por uma análise crítica do conteúdo, articulada aos pressupostos da Teoria Crítica, com foco na identificação de elementos que revelem processos de reificação, resistência, sensibilidade e possibilidade de emancipação, uma vez que a perspectiva crítica, considera as contradições da realidade diante da racionalidade instrumental moderna e da indústria cultural.

Os procedimentos para a realização deste estudo seguirão em etapas organizadas para garantir a qualidade da coleta e análise de dados. Inicialmente, o projeto será submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), assegurando o cumprimento das diretrizes éticas em pesquisa com seres humanos. Será dividida em três principais momentos: o primeiro momento será composto pela revisão da literatura realizada por meio do estudo de livros e artigos que versam a Teoria Crítica da Sociedade, especialmente de autores frankfurtianos.

A pesquisa será desenvolvida no Programa de Residência Multiprofissional na Área de Concentração em Urgência e Trauma do Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (HUGOL) de – Goiânia (GO). O público-alvo da pesquisa são residentes que concordarem em participar da pesquisa e assinarem termo de consentimento livre esclarecido (TCLE). O momento formativo será conduzido pela pesquisadora e preceptora de Psicologia no programa referido. Como procedimento metodológico, será realizada a leitura compartilhada do conto “Gente Podre”, de Fiódor Dostoiévski, texto literário que provoca reflexões ético-existenciais sobre a condição humana e a degradação moral em contextos de sofrimento. Em seguida, será exibido o filme “Patch Adams: O Amor é Contagioso”, que aborda de forma sensível e crítica os desafios da prática e a importância da humanização no cuidado em saúde.

A pesquisa encontra-se, neste momento, na fase de reelaboração do pré-projeto. Após a finalização dessa etapa, o projeto será submetido à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa, conforme os preceitos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata sobre pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Referências

ADORNO, Theodor; DUARTE, Rodrigo (trad. e org.). **A arte e as artes e Primeira Introdução à Teoria Estética**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Trad: Wolfgang Leo Maar. 2. ed. São Paulo, SP:Paz e Terra,1995.

ADORNO, Theodor. **Notas de Literatura** I. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2012.

ADORNO, Theodor. Teoria da semiformação. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S. NABUCO, L. A. C. (Orgs.) **Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas da pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2010.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Temas básicos em sociologia**. São Paulo: Cultix, 1956.

KOIFMAN, Lilian. O modelo biomédico e a reformulação do currículo médico da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, **História, Ciências**, v. 8, n. 1, p. 49 - 70, mar-jun. 2001.

MUNIZ, Marcelo; BROTTO, Marcio. O trabalho na saúde os reflexos do “novo” modelo de gestão da saúde. Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social I **Seminário Nacional de Serviço Social,** Trabalho e Política Social - 2015.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

TORRES, Joana. et al. A saúde pública na esfera neoliberal e as implicações para o assistente social. Vitória, **UFES**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018.

ARTE E CULTURA NO PROCESSO FORMATIVO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA FRANKFURTIANA

Elisa Moreira Ferreira
Orientadora Dra. Márcia Ferreira Torres Pereira

Resumo: A escola, instituição sociocultural marcada pelas normativas e pela lógica do capitalismo se alinha ao conceito de "cultura administrada", proposto por Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985), cujo processo formativo é prescritivo de um sistema de homogeneização, categorização e classificação correspondendo a ideologia dominante. A partir desse entendimento, a arte, especialmente a arte autêntica, emerge como uma possível forma de resistência à cultura instrumentalizada, propiciando um espaço de reflexão crítica. Este estudo tem como objetivo geral investigar as possibilidades da arte na educação como instrumento de resistência à reificação e à massificação do saber. Como objetivos específicos: compreender de que forma a arte e a cultura são abordadas na educação formal; refletir sobre a potencialidade da arte como prática pedagógica emancipadora, capaz de resistir à dominação e promover a autonomia dos sujeitos na sociedade contemporânea. A pesquisa busca analisar o papel da arte no currículo escolar e como ela pode contribuir para a formação de uma consciência crítica. Para tanto, adota-se a teoria crítica frankfurtiana como base teórica, com ênfase nos frankfurtianos Adorno, Horkheimer e Benjamin, para compreender a educação como um processo dialético entre a estrutura escolar e a sociedade capitalista. A pesquisa será desenvolvida a partir de uma análise bibliográfica e documental, com foco em documentos normativos da educação brasileira, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Palavras-chave: Arte, Autonomia, Currículo, Educação.

A instituição escolar se constitui na relação entre educação e cultura. Efetiva-se na função de instruir, educar formal ou informalmente seguindo as orientações de políticas de referências normativas internacionais que promovem implicações na elaboração dos currículos nacionais, sobretudo na incorporação de competências gerais alinhadas às habilidades do século XXI com metas a atingir e resultados mensuráveis nas redes de ensino voltadas ao mundo do trabalho, em detrimento de outras dimensões da formação crítica não desvinculando-se daquilo que poderíamos compreender como cultura instrumentalizada na sociedade administrada sob a lógica do consumo.

Instituição essa que concentra mecanismos de monopolização dos saberes e de propagação ideológica para a adaptação dos sujeitos, apesar dos discursos referentes à formação de competências descritas em seus documentos propõe uma educação crítica dentro de um marco institucional que escamoteiam uma proposta verdadeiramente crítica, pois reiteram em sua base objetivos de integração e de adaptação passiva ao sistema com

suas "[...] práticas administrativas, seguindo as demandas das várias camadas da organização a ponto de que aquilo que se comunica seja concentrado ao máximo e disseminado o mais amplamente possível" (Adorno, 2020, p. 246).

No entanto, a instituição escolar deve ser o espaço para a realização da formação de consciências críticas a partir da experiência que envolve o enfrentamento das contradições da sociedade considerando a pauperização da cultural que instrumentaliza o pensamento. Por não ser um espaço de mera adaptação, a escola deve fomentar a experiência estética resistindo à padronização e o pensamento conformista que reproduz a dominação social.

A exigência do processo dialético alinhado à necessária reflexão crítica constitui imperiosa diante da sociedade que reitera a alienação pela mera adaptação. Através da arte autêntica é possível pensar a negação da cultura que instrumentaliza a educação, uma vez que segundo Adorno (2020, p. 249), a "Cultura é o perene protesto do particular contra a generalidade, enquanto essa permaneça irreconciliada com o particular".

Desta forma, vale dizer que a eficácia da cultura, como nos aponta Adorno (2020, está na rigidez de sua constituição, e na solidificação de sua estrutura a partir da suposta homogeneização, na imposição do todo sobre a subjetividade. A escola precisa ser criticada para se estabelecer como espaço de reflexão sobre a normatização cultural sob a égide do sistema de organização atual, o capital.

Segundo Adorno (2020) sobre a cultura administrada entende-se:

> Sua eficácia exterior é função de sua homogeneidade interior, e isso depende de que o todo tenha primazia sobre o individual, que a organização tome seu lugar enquanto organização. Sua autossuficiência deriva da obrigação de se preservar, e, simultaneamente, em virtude dessa mesma autossuficiência, ela se aliena de seus próprios fins, bem como dos homens de que é composta (p.245).

A homogeneização, como mencionada no sentido de imposição da ideologia dominante, é hipostasiada com objetivos de não dominação para encobrir formas coercitivas exercidas sobre os sujeitos. Adorno e Horkheimer apontam como indústria cultural (2021) torna-se cultura para as massas. Na instituição escolar a indústria cultural coopera para homogeneização da subjetividade dos sujeitos, numa sociedade integrada e fechada cujo "[...] sistema da indústria cultural converte as massas, que ela praticamente não aceita desvios e coloca incessantemente em prática os mesmos esquemas de comportamento" (Adorno;

Horkheimer, 2021, p.119). Essa prática existe sobretudo nos materiais didáticos, nos conteúdos e nos ordenamentos estabelecidos.

A Educação para Adorno, segundo afirma Pucci (2023),

> Ao mesmo tempo em que descarta a possibilidade de entendê-la como uma "modelagem de pessoas" pois ninguém tem o direito de modelar os indivíduos a partir de fora e/ou como a mera transmissão de conhecimentos", caracteriza-a como a produção de uma consciência verdadeira. Esta expressão última enfatiza a importância e mesmo a exigência política da educação (p.48).

Nesses termos, compreende-se que não há neutralidade na educação e na cultura. A estrutura educacional e a atuação do professor precisam ser pautadas pelo pensamento crítico da sociedade, do contrário a reificação do sempre idêntico não encontrará resistências. Tendo em vista o contexto escolar como o espaço de atuação do professor atualmente, essa pesquisa visa se constituir no processo de investigação dialética desse contexto a partir da teoria crítica frankfurtiana para analisar as possibilidades para educação, que preconizam a autonomia e o esclarecimento capaz de desvelar as contradições e o conteúdo de verdade existente socialmente.

A contribuição estética para essa pesquisa consiste na possibilidade da construção para a emancipação a partir da educação. O que Adorno (2020, 2021), define como arte séria, ou arte autêntica é aquela que não coopera para a manutenção da alienação das massas, mas para sua emancipação a partir do processo dialético que constrói caminhos possíveis para a negatividade do sistema administrado pela ideologia e pela dominação, que coopera com a barbárie.

É mediante ao cenário educacional nacional do século XXI que se pretende de realizar essa pesquisa, ressaltando que “O problema que se impõe nessa medida é saber se por meio da educação pode se transformar algo de decisivo em relação à barbárie.” (Adorno, 2024, p.169). Busca-se, para tanto, partir da fundamentação teórico-crítica a análise do contexto documental dos ordenamentos jurídicos que norteiam a educação no Brasil. Configurada como uma pesquisa de análise bibliográfica qualitativa, a análise documental será realizada pela metodologia da dialética negativa, que como forma de pensar,

> [...] deslinda no pensamento o que ele não é e com isso mostra ao pensamento o que de fato deve ser. [...] No lugar do falso conceito busca-se sua materialidade, é revelado o primado do objeto, esse é o momento em que a dialética negativa se instala. (Adorno, 2003, In: Vilela, 2023, p.130).

Dessa forma, a partir da leitura sistêmica dos textos da teoria crítica frankfurtiana para fundamentar o trabalho, preconizando os referenciais teóricos de Adorno (2020; 2024; 2021; 2009), Adorno e Horkheimer (1973, 2021) e Benjamin (2023) entre outras obras dos autores. A análise documental, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), entre outros documentos que normatizam o currículo da Educação atual, terá como base o referencial teórico apresentado. O foco dessa análise é a arte e a cultura, e como são vistas na educação atual.

O que a indústria cultural elabora não são indicações para uma vida feliz e nem uma nova arte moralmente responsável, mas incitações para que se obedeça àquilo que está por trás dos interesses mais poderosos (Adorno, 2021, p.118). A arte no espaço escolar e no ensino não é exceção. Avistar a arte na educação contemporânea como a negação da indústria cultural se faz necessário enquanto a ação de resistência para uma formação crítica e emancipada.

Por isso, quanto à arte no espaço escolar "Convém também salientar que tanto museus como escolas, são espaços de autoformação e de confrontação de representação das relações sociais, e são essas características em conjunto, que permitem uma maior circulação social do saber." (Furtado, 2020, p.139). Com essa perspectiva de arte na educação é que essa pesquisa busca investigar e construir a crítica ao sempre idêntico na arte e educação para vislumbrar possibilidades emancipadoras a partir da experiência crítica.

Referências

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural: O esclarecimento como Mistificação das Massas. In: ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro-RJ: SCHWARCZ, 2021, p. 99-138.

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. **Temas Básicos da Sociologia**. São Paulo-SP: Cultrix, 1ª ed. 1973.

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 7º ed. 2024.

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. Cultura e administração. In: ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Indústria cultural**. São Paulo-SP: UNESP, v. 1, 2020, p. 240- 274.

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. O esquema da cultura de massas. In: ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Indústria cultural**. São Paulo-SP: Unesp, v. 1, 2020, p. 154-206.

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Sem diretriz: Parva Aesthetica**. São Paulo-SP: Unesp,1ª ed. 2021.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Dialética Negativa**. São Paulo: Zahar, 2009.

BENJAMIN, Walter Benedix Schönflies. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre-RS: L&PM, v. 1216, 2023.

FURTADO, Rita Márcia Magalhães. Lugares de guardar: Pensando o conceito e o sentido da transmissão cultural na escola e no museu. In: ZANOLLA, Silvia Rosa da Silva (org.), COSTA, Cristiano Aparecido. **Cultura, arte, técnica e educação: Pesquisas e análises críticas**. Goiânia GO, MC&G. 2020.

PUCCI, Bruno. Theodor Adorno, Educação e Inconformismo: ontem e hoje. In: PUCCI, Bruno; ZUIN, Antônio Álvaro Soares; LASTÓRIA, Calmon Nabuco. **Teoria crítica e inconformismo**. Campinas-SP: Autores associados. 2023, p. 47-60.

VILELA, Rita Amélia Teixeira. Teoria Crítica e Pesquisa Empírica: Metodologia Hermenêutica Objetiva na Investigação da Escola Contemporânea. In: PUCCI, Bruno; ZUIN, Antônio Álvaro Soares; LASTÓRIA, Calmon Nabuco. **Teoria crítica e inconformismo**. Campinas-SP: Autores associados, 2023, p. 128-146.

A TEMÁTICA MATERNA-DOMÉSTICA NA ARTE: REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES ARTISTAS QUE SÃO MÃES

Ruth Marçal Honorato Garcia Ribeiro
Orientadora: Rita Márcia Magalhães Furtado
Bolsista FAPEG

Resumo: O projeto intitulado “A temática materna-doméstica na Arte: representação e representatividade de mulheres artistas que são mães”, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFG, busca refletir sobre a representação do corpo materno na Arte e a representatividade artística feminina nos discursos da História da Arte ocidental, traçando um percurso historiográfico e analisando suas respectivas transformações ao longo do tempo. Investigará sobre como a sobrecarga materna-doméstica pode impactar os processos criativos de mulheres artistas que são mães, em especial no contexto artístico goianiense. A pesquisa busca tecer diálogos entre as obras de mães artistas, evidenciando suas realidades em comum e as possibilidades de construção de novos discursos e representações sobre a maternidade. Ademais, adota uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica com estudo empírico. Realizaremos uma análise

historiográfica da representação feminina na arte, destacando obras de renomadas artistas do passado como Artemísia Gentileschi, Louise Bourgeois e Mary Cassatt. Em seguida, dando ênfase ao contexto local, analisaremos obras de mães artistas goianienses, no período da pandemia e no pós-pandemia. Para isso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com essas artistas, bem como coletados registros fotográficos das mesmas em seus processos criativos, material este que será compilado em formato "mini doc" e exibido tanto no ato da defesa da pesquisa, quanto posteriormente disponibilizado para compartilhamento nas redes sociais. A fundamentação teórica baseia-se em autoras feministas, como Luciana Loponte, sob a perspectiva de suas pedagogias visuais do feminino, contrastando com as obras de mulheres artistas que subvertem essas narrativas e propõem novas representações da maternidade e da domesticidade. A proposta visa contribuir para a desromantização da maternidade e a descolonização do corpo materno na arte, destacando o papel das mães artistas como agentes ativos de resistência e transformação social.

Palavras-chave: Mulheres, Arte, Maternidade, Feminismo, Educação, Visualidades

Introdução:

Esta pesquisa aborda a representação da temática materna-doméstica na Arte, por meio do levantamento de um referencial teórico e artístico que se estende do passado ao presente. Inicialmente, observamos como a temática materna-doméstica é representada no cânone artístico masculino do Ocidente. Em seguida, analisamos as obras de artistas mulheres renomadas do passado, como Artemísia Gentileschi, Louise Bourgeois e Mary Cassat, a fim de perceber os meios pelos quais essas mulheres inovadoras descontinuaram a lógica sexista que vigorava na arte de seus respectivos momentos históricos.

Com base nessa abordagem teórica, procuramos compreender em que medida as obras dessas artistas dialogam com a produção de mães artistas goianienses contemporâneas, especificamente aquelas que possuem produções ativas no período que se estende desde a pandemia de Covid-19 até os dias atuais.

Nosso propósito é refletir sobre o relevo que adquire o papel de cuidado materno e doméstico para a construção do imaginário acerca do que é ser mulher, refletindo sobre o potencial que a arte tem de promover rupturas com as normas hierárquicas vigentes em determinadas sociedades, por meio de processos criativos e de produções artísticas realizadas por e para mulheres artistas que são mães.

Isso posto, a proposta desta investigação é estruturar um referencial teórico, estético e artístico pautado na temática materna-doméstica, com vistas a compreender a condição das mulheres-mães-artistas nos dias atuais, destacando as artistas goianienses no período da pandemia e no pós-pandemia.

Problema de Pesquisa:

A conciliação das múltiplas jornadas — materna, doméstica e profissional — influencia significativamente a produção artística de mulheres artistas goianienses que são mães, afetando tanto a quantidade quanto a qualidade de suas criações, bem como sua visibilidade e inserção no mercado de arte.

Objetivo Principal:

Refletir sobre a representação da temática materna na Arte e lançar um olhar local sobre a arte produzida por mães artistas goianienses no período da pandemia e pós-pandemia.

Objetivos específicos:

• Verificar como, historicamente, os corpos femininos são retratados na arte a partir de uma ótica masculinista e como isso se transforma na contemporaneidade.

• Refletir criticamente sobre a construção das representações da maternidade a partir de dispositivos educativos e culturais.

• Entender os conceitos de economia do cuidado e divisão sexual do trabalho.

• Tecer diálogos entre obras de mães artistas, evidenciando suas realidades em comum, mediante entrevistas semi estruturadas, registros fotográficos e audiovisuais e exibição de um minidocumentário.

• Construir outros discursos e representações sobre a maternidade, em uma mostra artística voltada para mulheres-mães-artistas e possíveis convidadas/os interessadas/os no tema.

Metodologia:

Esta pesquisa desenvolve-se tanto por meio de discussão bibliográfica quanto por meio de investigação qualitativa. No que tange à contextualização histórica, procederemos uma abordagem bibliográfica, utilizando autoras feministas e acadêmicas interessadas na temática materna-doméstica. Faremos um breve percurso historiográfico, destacando as obras de renomadas artistas e refletindo sobre a construção das formas de ver o tema da maternidade e do cuidado feminino doméstico. Em seguida, restringiremos nossa análise ao recorte local da realidade cotidiana de mães artistas goianienses durante a pandemia e depois desse contexto. Nessa etapa, analisaremos obras de autoras goianienses, a fim de refletirmos e estabelecermos correlações entre as estéticas do passado e aquelas do momento pandêmico, tendo em vista a representação da temática materna-doméstica para a construção do ideal de mulher e de maternidade. Por fim, realizaremos entrevistas semiestruturadas com mães artistas de Goiânia, onde abordaremos aspectos como as jornadas de trabalho e a economia do cuidado na vida dessas mulheres, investigando como se dá o processo criativo dessas mulheres, em conciliação com a vida materna, doméstica e de trabalho de mercado, no contexto goianiense do período pré e pós-pandemia. Faremos o registro fotográfico dessas entrevistas, bem como de suas obras de arte, de seus cadernos de artista e dos espaços criativos em que produzem, os quais serão compilados e exibidos em formato *mini doc* tanto no ato da defesa da pesquisa(convidando as mulheres-mães-artistas envolvidas para assistir), quando disponibilizados para compartilhamento nas redes sociais.

Desfecho primário:

O desfecho primário deste estudo consiste na identificação e análise das formas de representação da temática materna nas produções artísticas de mulheres-mães-artistas

residentes em Goiânia, cujas práticas criativas foram atravessadas pelas experiências da maternidade durante o contexto da pandemia e do pós-pandemia da Covid-19. Este desfecho será observado por meio da análise qualitativa de obras de arte selecionadas, em conjunto com dados obtidos por entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos e audiovisuais compilados em vídeo, com o intuito de compreender de que modo a vivência materna se manifesta, se ressignifica ou se tensiona na vida e na obra dessas artistas. Esse desfecho está diretamente vinculado ao objetivo principal da pesquisa, ao propor uma reflexão crítica sobre a produção artística local de mulheres que conciliam os papéis de mães trabalhadoras e criadoras, contribuindo para a valorização e visibilidade dessa produção no campo da arte contemporânea e dos estudos de gênero.

Desfecho secundário:

Como desfecho secundário temos a exibição do vídeo documental sobre a vida e a obra das artistas envolvidas. A partir do interesse particular das mesmas em se envolver de forma ativa na pesquisa-ação, permitindo que imagens sensíveis de suas vidas cotidianas, bem como de recortes de seus depoimentos coletados nas entrevistas possam ser veiculados na ocasião em que exibiremos o *mini doc*(que de forma poética, buscará expor a condição destas mães-artistas-trabalhadoras em tempo integral), visamos gerar reflexões sobre o tema, promover um espaço de acolhimento, escuta ativa, troca de experiências e visibilidade para a produção artística dessas mulheres.

Conclusão:

Espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento da luta pela emancipação feminina, fundamentando-se no processo de desromantização da maternidade e na descolonização do corpo materno. Consideramos que as obras de arte possuem um papel central nesse movimento, configurando-se como poderosas ferramentas de resistência e estratégias autênticas de sobrevivência dentro do sistema patriarcal opressor, especialmente no contexto artístico local. Do ponto de vista do progresso científico, a pesquisa busca ampliar o referencial teórico e artístico sobre a temática materna-doméstica na arte, possibilitando

novas abordagens interdisciplinares nos campos da Educação, História da Arte e Estudos de Gênero. Espera-se, ainda, que o estudo contribua para a formação de um olhar crítico sobre a representação do corpo materno, fomentando debates sobre a produção de mães-artistas e sua inserção nos circuitos artísticos e acadêmicos. Em termos de impacto social e cultural, almeja-se que as reflexões desenvolvidas sejam disseminadas e incorporadas em diversos espaços de difusão artística e de ensino de artes no Brasil, incluindo escolas, livros didáticos, exposições e programas de formação docente. Dessa forma, a pesquisa pretende não apenas gerar conhecimento teórico, mas também atuar como um instrumento de transformação social, promovendo maior representatividade e reconhecimento das experiências maternas na arte contemporânea.

Bibliografia

BARRA, Luiza. **Engendrar: reflexões sobre a maternidade em trabalhos de artes visuais na contemporaneidade**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021. ISSN 2179-510X.

BARRETO, Nayara Matos. Do nascimento de Vênus à arte feminista após 1968: um percurso histórico das representações visuais do corpo feminino. **Encontro Nacional de História da Mídia**, UFOP. Minas Gerais, 2013, p. 1-15.

FEDERICI, Silvia. ***Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax.** São Paulo: Elefante, 2017.

IBGE, 2019. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.** Disponível em <Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas | Agência de Notícias> Acesso em 17 de Fevereiro de 2025.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens.**

LOPONTE, Luciana. **Mulheres e artes visuais no Brasil: caminhos, veredas, descontinuidades**. *Congreso Internacional de Mujeres en el Arte*. Espanha, Madrid, 2007, p. 14-31.

LOPONTE, Luciana. **Pedagogias visuais do feminino: arte, imagens e docência.** Currículo sem Fronteiras, v.8, n.2, Jul/Dez, 2008, p.148-164.

NOCHLIN, Linda; **Porque não houve grandes mulheres artistas?** Edições Aurora/ Publication Studio SP; São Paulo, maio de 2016, p. 1-24.

RELIGIÃO NATURAL E EDUCAÇÃO NATURAL EM JEAN-JACQUES ROUSSEAU: a relação entre o sagrado na (de)formação do homem moderno

Guilherme Henrique Martins Camargo
Orientador: Prof. Dr. Wilson Alves de Paiva

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo evidenciar e relacionar os aspectos que fundamentam o pensamento educacional e religioso de Jean-Jacques Rousseau, com ênfase na *educação natural* e na *religião natural*. O início do trabalho procura mostrar o papel da natureza na reflexão do autor, que dentre várias funções, consideramos a *educação natural*. Trazemos suas duas primeiras obras, o *Primeiro Discurso* (1750) esboça a perspectiva negativa do autor em relação ao Renascimento e ao reestabelecimento das ciências e das artes, tendo-os como causadores do aviltamento e da corruptibilidade da natureza do homem e da educação. Através da hipótese criada pelo autor, em relação à origem do homem e das desigualdades, o *Segundo Discurso* (1754) traça o caminho degenerado que levou o *homem natural* ao declínio. Uma vez que seu tripé reflexivo (homem/natureza/sociedade) se baseou em sua análise crítica, consideramos a obra *Emílio* (1762) como aquela que condensa precisamente e de maneira única, as ideias e concepções humanas de formação do homem moderno. Na busca por discutir o objeto religião, entendendo sua ressonância junto ao desenvolvimento do homem, as luzes de *o sagrado e o profano* (2018) são bases norteadora da pesquisa. Por elas, conseguimos vislumbrar o caminho de dessacralização que foi trilhado pelo *homem religioso*. Por fim, com foco na *Profissão de Fé do Vigário Saboiano*, presente no Livro IV de *Emílio*, teceremos uma reflexão acerca da religião intimista de Rousseau, trazendo o sentimento religioso como pano de fundo dado pela natureza. Na contemporaneidade, tal ideia é aplicada como base sustentadora da tolerância religiosa. Tendo Rousseau, trazido a temática da religião atrelada à ideia de educação, parece-nos existir uma relação entre formação humana e educação religiosa pela via da natureza. A educação religiosa e o contato com Deus se dão pela consciência, no caminho da natureza.

Palavras-chave: Rousseau. Religião. Educação. Natureza. Emílio.

Introdução

O pensamento filosófico e educacional de Jean-Jacques Rousseau mostra a natureza[45] em alto pedestal de importância. Tanto no *Discurso Sobre as Ciências e as Artes* (1750) quanto no *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens* (1754), o autor evidencia que o declínio corruptivo do homem está ligado à desconexão do homem com

[45] Dent (1996) em seu *Dicionário Rousseau*, procurou decodificar, no pensamento de Rousseau, o sentido no uso do termo natureza. Dentre várias definições, considera-se que: "o homem é naturalmente bom; o estado de natureza é benigno e tranquilo; uma educação natural é criativa e construtiva; a imersão na natureza é saudável e revigorante" (p. 162).

a natureza, a partir do desenvolvimento da cultura e da sociedade. Deixando claro que seu ponto de vista negativo e pessimista. Tal constatação serviu-lhe como base epistemológica e deu espaço para a construção de sua teoria regeneradora. Em seu tratado educativo *Emílio ou da educação* (1762), ao epigrafar a obra com a frase estoica "sofremos de uma doença curável, e nascidos para o bem, somos ajudados pela natureza em nos querendo corrigir" (Rousseau, 1973, p. 05), o autor deixa claro que, tendo diagnosticado o *homem social* e a sociedade como corruptos, existe um caminho de restauração pela via da formação humana.

Isto pois, o processo educativo apresentado ao jovem Emílio, por meio de cenas pedagógicas aplicadas pelo preceptor, possui fundamentos e aplicações que advêm da natureza. Durante os anos em que o menino esteve tutelado pelo preceptor, esteve provisoriamente afastado da sociedade e a *educação natural* pôde exercer seu papel formador. Assim, tendo suas faculdades naturais potencializadas, o jovem pôde viver em meio ao meio social e não ser degenerado. Com isso, vislumbramos o exercício da educação do primeiro dos três mestre (*natureza; homens; coisas*) e percebemos nas palavras de Rousseau, a importância dada a educação, pois "tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é-nos dado pela educação" (Rousseau, 1973, p. 10).

Acerca do segundo mestre (*homens*), temos o exercício do professor e/ou daqueles que são responsáveis pela formação da criança. Rousseau deixa claro que, àquele que se dispõe a formar um ser humano, é necessário que esteja em sintonia com o aprendiz e, além disso, detenha um bom repertório humano. Além disso, o terceiro mestre (*coisas*) aparece sendo mediado pelo professor, e pela via das situações educativas bem elaboradas, o aluno terá seu desenvolvimento garantido. Por vias disso, o exercício da *educação negativa*[46] resguarda simplesmente o exercício feito pela natureza. O primeiro capítulo de *Emílio* detalha os cuidados necessários para que a formação da natureza aconteça. Entretanto, quando se trata da *educação positiva*, o trabalho está alocado ao formador, sendo assim, os próximos

[46] Define-se como educação negativa aquela que advém diretamente da natureza. Entre os 0-2 anos de idade, os sentidos, no qual a sensibilidade deve ser o de maior aguçamento, devem ser guiados pelo natural. O canto dos pássaros, o cheiro da terra molhada, o contando com diferentes texturas e gostos, faram com que a criança seja exposta a natureza, sendo exercitada por ela. A experiência em sentir diferentes climas e experimentar certos desconfortos, como o simples fato de não ser sempre atendida, são alguns exemplos da educação negativa.

quatro capítulos da obra são utilizados para formar Emílio em sua totalidade, pela via da *sensibilidade ativa* e *passiva*.

A *sensibilidade passiva* é impulsionada pela natureza, sendo exercitada sobretudo nos primeiros anos da criança, pela via da *educação negativa*. Nas sugestões do primeiro capítulo de *Emílio*, vemos que Rousseau se preocupou em tornar a criança resistente, suscitando a utilização daquilo que chamamos hoje de "resiliência" para lidar com os futuros desconfortos da vida adulta. Abrindo caminho para que a *sensibilidade ativa* seja bem exercitada pelo formador, uma vez que o gosto e as sensações estão suscetíveis de serem educadas. Estando atrelada à capacidade de comparação, seleção e escolha, a sensibilidade ativa deverá ser impulsionada pelo formador. Vale ressaltar que a *educação positiva*, além de operar em conjunto com a *sensibilidade ativa*, deve cumprir o papel de consolidar a *sensibilidade passiva*. É o que veremos no decorrer da vida de Emílio, que através da boa educação dada pela natureza e da correta intermediação feita por seu preceptor, gozara de uma formação integral (moral e física).

Em meio a este processo formativo, olhando para o quarto capítulo de *Emílio,* a *Profissão de Fé do Vigário Saboiano* nos chama a atenção. Sendo uma extensão dos termos citados acima, a *religião natural* aparece como base da educação religiosa de Emílio. Compostas por três artigo de fé, apresentados como sendo uma *força*, que é *inteligente* e movimentadas por uma *vontade*, tal trindade é acessada pela via da natureza. Neste ponto, a ideia de natureza e de Deus[47] são intricadamente aproximadas, dando uma ideia de quase unicidade. Na escrita que inaugura a obra *Emílio* "tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas" (Rousseau, 1973, p. 09), há uma certa sacralidade da natureza, sobretudo quando considerarmos a grafia de seu *manuscrit favre* em 1759, "tudo é certo em saindo das mãos da natureza" (Jimack, 1960, p. 101, apud Paiva, 2014, p. 401), tendo a considerado como viva e criadora[48].

[47] Em *Emílio*, Rousseau define Deus como sendo um "ser que quer e que pode, esse ser ativo por si mesmo, esse ser, enfim, qualquer que seja, que move o universo e ordena todas as coisas, eu chamo de Deus" (p. 313).

[48] haveria uma natureza absoluta (N) que gera a natureza (n) e o estado de natureza. Como força ativa que estabelece e conserva a ordem de tudo quanto existe (seja num sentido metafísico ou no sentido puramente científico atual), seu sentido é substantivo e não meramente qualificativo, que pode ser expresso na locução adjetiva *de nature*. É a força de onde emana o próprio estado original e visível da ordem existente, o qual chamamos de estado natural (Paiva, 2014, p. 60).

Na *Profissão*, Rousseau apresenta seu credo mínimo, não se preocupando em responder todas as questões teológicas que formam o arcabouço das inúmeras religiões. O autor se abstém de tais questões, ao estabelecer uma *religião natural* intermediada pela *sensibilidade ativa* do *homem religioso*. Neste sentido, propositalmente, Rousseau posterga em implementar lições religiosas a seu aluno, pois além de serem inúteis e inconcebíveis à criança, ele as utiliza como vacina na fase da adolescência. Sendo tal faixa etária carregada de intempéries, "tudo se passa como numa terapêutica: após ouvir o bom padre, o jovem terá sua constituição ajustada e estará curado de sua rebeldia" (Kawauche, 2021, p. 187). Olhando para o Vigário, vemos que seu objetivo não é convencer o jovem Emílio a crer e obedecer a uma determinada religião. Ao contrário disso, todas as liturgias e ritos intermediadores são dispensados, visto que "não preciso que me ensinem este culto, ele me é ditado pela própria natureza" (Rousseau, 1973, p. 315).

Por fim, além de conceber a *religião natural* como aquela que de fato conecta o homem até Deus pelas vias da natureza e de sua própria consciência, Rousseau relativiza os caminhos da religião tradicional, considerando os seus riscos e possíveis equívocos e abrindo caminho para uma pluralidade de acertos. O próprio Rousseau se diz refém deste mal, sobretudo na *Carta a Beaumont* (1763), onde tece críticas ao arcebispo de Paris e o considera intolerante. Antes disso na *Carta ao Senhor de Voltaire* (1756), ao dialogar sobre a providência divina e elencar as responsabilidades de Deus e dos homens, Rousseau já adiantou o assunto da intolerância religiosa. Considerando a nocividade individual e coletiva deste mal, ele afirma que "desses dogmas a serem proscritos, a intolerância é, sem dúvida, o mais odioso [...] denomino intolerantes todos aqueles que imaginam que um homem de bem deve necessariamente acreditar em tudo o que eles acreditam, e condenam impiedosamente os que não pensam como eles próprios" (Rousseau, 2005, p. 135).

Neste sentido, os fundamentos que sugerem uma possível ideia de tolerância religiosa tem sido considerada como hipótese na presente pesquisa. Em igual medida, há uma necessidade de compreensão da aplicação do conceito de *religião natural* e *religião civil*. O próprio autor considerou que a *religião natural* seria particularizada entre o homem e Deus, pela via de sua própria consciência (voz da razão) e pela via da natureza. Entretanto, Rousseau

parece trazer consigo a ideia de *religião civil* atrelada a uma religião coletiva. Isso que na contemporaneidade passou a se denominar como pátria. Em suas palavras:

> gostaria, então, que houvesse em cada Estado um código moral, ou uma espécie de profissão de fé civil, contendo, positivamente, as máximas sociais as quais cada um seria obrigado a admitir, e negativamente, as máximas fanáticas as quais seria obrigado a rejeitar, não como ímpias, mas como sediciosas. Assim toda religião que pudesse estar de acordo com o código seria admitida, todo religião que discordasse dele seria proscrita, e cada um seria livre para não ter outra a não ser o próprio código (Rousseau, 2005, p. 136).

A hipótese é que, no âmbito individual, mesmo dispensando os ditames das religiões tradicionais e apresentando a *religião natural*, independente do exercício/caminho optado, os homens necessitam exercer a religião civil, a pátria ou a religião coletiva. Assim, sua função seria a de regulador uma possível sobreposição ou irresponsabilidade, advindos da intolerância religiosa.

Objetivo geral

- Investigar a possível relação entre *educação natural* e *religião natural*.

Objetivos específicos:

- Compreender a função do sagrado no pensamento de Rousseau;
- Pensar a tolerância religiosa e a religião natural como remédio terapêutico regenerador;
- Construir um caminho de educação religiosa pela via rousseauniana.

Metodologia

A metodologia de leitura tem sido a hermenêutica. A palavra “hermenêutica” deriva do termo grego *hermeneutiké tejne*, composto de três palavras: *hermeneuo*, que é “decifrar”; *techné,* que é “arte”; acrescentando o sufixo *tikos* que significa “relacionando-a”. mesmo que este método tenha sido mais utilizado nos estudos teológicos, também é usado na filosofia, bem como em outras ciências humanas. O método passa pelas seguintes fases, segundo

Herman (2003): 1) Identificação do problema – feito, no caso desta pesquisa, no momento em que se identificou a questão da *religião natural* como exercício da natureza no conceito de *religião natural;* 2) Identificação de textos relevantes; 3) Leitura e análise dos textos. A hermenêutica filosófica é uma perspectiva de investigação que se ocupa de saberes e lida com certos pressupostos acadêmicos de modo dialógico.

Referências

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. 4° ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2018.

HERMAN**,** Nadja. **Hermenêutica e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KAWAUCHE, Thomaz. **Educação e filosofia no Emílio de Rousseau**. Editora Unifesp, 2021.

PAIVA, Wilson Alves de. A religião de Rousseau. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 395-421, jan./jun. 2014.

PAIVA, Wilson Alves de. Natureza e natureza: dois conceitos complementares em Rousseau. **Controvérsia (UNISINOS) - ISSN 1808-5253**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 60–65, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Carta a Christophe de Beaumont e outros escrito sobre religião e a moral**. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Vol. II. Tradução: Lourdes Santos Machado. Editora Nova Cultura Ltda. 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Sérgio Milliet. 2°ed. 1973.

A FORMAÇÃO DO HOMEM COMPOSTO SEGUNDO JEAN-JACQUES ROUSSEAU: O CONCEITO DE "LENTE"

Geraldo Márcio da Silva
Orientador: Prof. Dr. Wilson Alves de Paiva
Bolsista FAPEG

RESUMO: Este trabalho investiga a formação do homem composto segundo o filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Em uma perspectiva filosófica de cunho estético, a inovação deste estudo que faz parte da tese em desenvolvimento, compreende o conceito de "lente", como ação direta da perfectibilidade na formação tanto do homem quanto do cidadão. Para tal a investigação consiste em analisar o caminho pedagógico percorrido pelo Emílio, no romance pedagógico *Emílio ou Da educação*, e compreender, sob a ótica de Rousseau, como a formação da sensibilidade se dá e após a eclosão dos sentidos como o processo moral é iniciado na formação. A ação da "lente" composta por sensibilidade passiva, gera na primeira fase da vida da criança a possibilidade de desenvolver os sentidos físicos e após estes desenvolvimentos iniciasse o desenvolvimento da sensibilidade moral, do qual a criança já pode utilizar as capacidades racionais para viver em sociedade. Na última fase da formação do Emílio, observa-se que ele recebera tanto pela educação negativa e positiva, já que a primeira prescreve o campo da sensibilidade passiva e a segunda da sensibilidade ativa, em outras palavras, da união nas formações sensíveis: física e moral. Diante deste quadro está sendo utilizada uma vasta bibliografia escrita por Rousseau tai como: *Diálogos: Rousseau Juiz de Jean-Jacques*; *Devaneios de um caminhante solitário*; *Confissões*; *Discurso sobre a origem os fundamentos da desigualdade entre os homens*; *Discurso sobre as ciências e as artes*; *Carta à D'Alembert*; *Emílio ou Da Educação*; *Carta a Christophe de Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral*; *Discurso sobre a origem das línguas*; dentre outros. É a educação que dá a cada individuo a capacidade de sentir o mundo e as coisas que nele existem de modo sensível e inteligível, por isso a formação compreende um vasto universo daquilo que contém no mundo. Emílio agirá conforme a consciência, por vias das "lentes", escolherá a prescrição natural.

Palavras-chave: Rousseau, Emílio, formação sensível, a formação moral, a formação estética.

INTRODUÇÃO

Belos sons, um belo céu, uma bela paisagem, um belo lago, flores, perfumes, belos olhos, um olhar suave: tudo isso só age fortemente sobre seus sentidos depois de ter penetrado de alguma forma até seu coração.
Rousseau (In: Rousseau Juiz de Jean-Jacques: Diálogos)

Já no primeiro capítulo do *Emílio* Rousseau pensa no que faz um homem tornar-se autômato,[49] aquele que é desprovido de sensibilidade, possuindo em si mesmo a capacidade

[49] Para o século XVIII estava fortemente ligado às ideias do mecanismo e da racionalidade iluminista. Um autômato, nessa época, era compreendido como um dispositivo mecânico que imitava ações humanas ou

de não ter percorrido a expansão da *perfectibilidade* e consequentemente o pertencimento a si mesmo. A insensibilidade não é somente uma decodificação de desprover sentimental, mas é a decorrência de incapacidade do desenvolvimento humano no plano formativo diante das potencialidades sensoriais. Desprovido de tais sensibilidades, que são ativadas conforme as necessidades, o homem torna-se um ser isolado e dado como mero objeto. Entenda-se como isolado em relação a si mesmo, desprovido de gerir a própria movimentação dos músculos, danificado não somente as partes motoras, mas as cognitivas, pois não desenvolveu a capacidade de conviver com os semelhantes, nem tão pouco é capaz de reconhecê-los. Isso porque além de ser robótico, ele não tem história, jamais teve a capacidade de desenvolver-se tanto cognitivamente quanto emocionalmente. Foi-lhe negligenciada a capacidade de sentir o mundo, as coisas, e desconhece a moralidade oriunda de fatores nascidos no âmbito social.

Rousseau está na contramão de formar o homem autômato, pois esta formação além de promover uma concepção egoísta tem como base fundamental conceber somente o homem pelo homem. Ora, o humano possui capacidades além da mera representação unilateral e simples do *sensorium*, ou seja, do homem que possui sensação única ou que vive apenas pelas sensações imediatas. O homem, segundo Rousseau, não pode ser pensado a partir de uma inércia ou de uma paralisia transcendental. O *senso* humano não compreende a êxtase dado pela natureza na existência, como se todos os eixos que compõem a diversidade de sensações ou sentimentos fossem dados ao mesmo tempo a uma única e singular sensação da existência. Seria limitar o homem ao sentir somente como os animais e desprovê-lo da capacidade de vir à tona a imanência potencial. Assim, como o caso dos *castrati*. Este reducionismo simplista, dentro de um processo de pensar o homem como adultização, aligeira a capacidade formativa em um tempo que permite a antecipação da própria temporalidade natural de maturação. Pois, formar o indivíduo conforme a natureza compreende os fatores gestacionais da fase da infância, da adolescência, da juventude até se chegar ao adulto. Para este processo gradual a prescrição requer: paciência e sobriedade educacional em todo o processo formativo. Pois bem, vejamos o que descreve Rousseau sobre este pensamento:

animais, movido por engrenagens, molas e outros mecanismos físicos. Para Rousseau o "autômato" é o homem mal socializado, que age sem a sensibilidade (física e moral) mas em sociedade.

> Suponhamos que uma criança tivesse ao nascer a estrutura e a força de um homem adulto, e saísse, por assim dizer, completamente armada do ventre de sua mãe, como Palas saiu do cérebro de Júpiter. Esse homem-criança seria um perfeito imbecil, um autômato, uma estátua imóvel e quase insensível; nada veria, nada ouviria, não conheceria ninguém, não seria capaz de voltar os olhos para o que precisasse ver; não somente não perceberia objeto algum fora dele, como não relacionaria nenhum objeto com o órgão sensorial que o fizesse ser percebido; as cores não estariam em seus olhos, os sons não estariam em seus ouvidos, os corpos que tocasse não estariam junto ao seu, nem mesmo saberia que tem um corpo; o contato de suas mãos estaria em seu cérebro; todas as suas sensações se reuniriam num só ponto; ele só existiria no comum *sensorium* e só teria uma ideia, a de *eu*, à qual ligaria todas as suas sensações, e essa ideia, ou antes, esse sentimento, seria a única coisa que ele teria a mais que uma criança comum. (Rousseau, 2004, p. 46-47).

No segundo diálogo do livro *Diálogos: Rousseau Juiz de Jean-Jacques,* Rousseau afirma que “a sensibilidade é o princípio de toda ação” (Rousseau, 2022, p. 233). A inferência lógica apresentada, no início desse diálogo, demonstra a capacidade filosófica de análise, de maneira categórica, do pensamento que ele propõe. A ação sensível requer, primordialmente, o ato de ser executado. Sendo a ação um resultado do sentir, isso implica em perceber a si mesmo, o outro e o mundo ao redor. Na concepção de Rousseau os seres sencientes agem individualmente ou coletivamente. A ação direta da divindade sob a criação é na concepção dele a exegese[50] daquilo que compreende por sensibilidade. Por essa razão, ele recorre à religião para interpretar o artifício que dá forma à ação direta da obra de arte: o próprio homem. Como uma criação peculiar e significativa resultou “das mãos do autor das coisas” (Rousseau, 2004, p. 07), afirmada no *Emílio*, o homem se apresenta como um elemento central na elaboração estética do pensamento do genebrino. Ao longo deste excerto da tese, ao abordar o “tato” como parte da formação sensível do homem, essa reflexão será aprofundada. O agir divino é dado na ação direta da criação, isso implica em um movimento de poder executar e uma vontade, pois “[um] ser, ainda que animado, que não sentisse nada, não agiria: pois onde estaria para ele o motivo de agir? O próprio Deus é sensível, visto que age” (Rousseau, 2022, p. 233).

Segundo Rousseau, feito criatura, ou seja, obra de arte que saiu “das mãos do autor das coisas”, “[todos] os homens são, portanto, sensíveis e talvez no mesmo grau, mas não da mesma maneira” (Rousseau, 2022, p. 233). Ele pensa que a sensibilidade é inerente ao homem, e que porventura, além de dar-se individualmente, também pode apresentar de

[50] Neste contexto o termo: “exegese” refere-se à concepção artística.

modo coletivo. No entanto, a sua atuação em cada indivíduo ocorre de maneira distinta e peculiar. Cada ser humano apresenta-se em seu próprio isolamento existencial e por perceber individualmente as coisas e o mundo, recebe uma formação sensível única.[51] Por meio da "lente" individual, o grau generoso de cada ato é singularizado.

A inovação deste trabalho, descreve passo a passo de um novo termo: o conceito de “lente”. Mesmo que Rousseau não tenha conceituado este termo, porém demostrou indícios da sua existência quando, na prática discursiva, descreve a impressão particular e subjetiva dada as possibilidades de sua própria percepção de mundo. Este estudo, tenta localizar e proporcionar uma discussão justamente sob a ótica que ele emprega para dizer do dito, analisar a crítica vista pelos detratores e impulsionar o próprio conceito inaudito em busca de fazer o leitor pensar sobre toda a obra escrita, tanto em seu tempo quanto ao longo das discussões da filosofia rousseauista.

A “lente” é uma capacidade inerente ao ser humano, ela além de compor a ação da *perfectibilidade*,[52] é a responsável direta pelo desenvolvimento físico, moral e estético. Na primeira fase da formação, ela ativa a educação negativa, pois possui a capacidade de engendrar, em cada indivíduo, a ação dos órgãos do sentido, da própria sensibilidade física. Na segunda fase da formação, ou seja, a que compreende tanto a metafísica quanto a moralidade, a “lente” amplia a capacidade de percepção, por meio da tanto pela educação negativa quanto pela educação positiva, pois ela provavelmente poderá ser a garantia para que o homem aprenda a conviver na sociedade. Na última fase da formação, a que prepara o homem para viver em uma possivel sociedade, a ampliação da “lente” resulta na compreensão, em cada indivíduo, do papel possivel de ser exercido nela. Esta sociedade pode ser plural, ou distinta a se comparar com outras sociedades, dada a multiplicidade existente nas diversas aglomerações humanas sobre a Terra.

---

[51] Assim, com Rousseau descreve a solidão do homem natural, no *Segundo Discurso*: “errando pelas florestas, sem indústria, sem palavra, sem domicílio, sem guerra e sem ligação, sem qualquer necessidade de seus semelhantes, bem como sem qualquer desejo de prejudica-los, talvez se sequer reconhecer alguns deles individualmente, o homem selvagem, sujeito a poucas paixões e bastando-se a si mesmo, não possui senão os sentimentos e as luzes próprias desse estado, no qual só sentia suas verdadeiras necessidades, só olhava aquilo que acreditava ter interesse de ver, não fazendo sua inteligência maiores progressos do que a vaidade” (Rousseau, 1983b, p. 257). Neste estado a “lente” está inerte, ela compõe a natureza da *perfectibilidade*. No estado de natureza a “lente” é solitária e intransponível, por esse motivo é automaticamente inerente a identidade do indivíduo.

[52] Segundo Rousseau: “é a faculdade de aperfeiçoar-se” (Rousseau, 1983b, p. 243).

METODOLOGIA

Este trabalho de pesquisa é de cunho bibliográfico e hermenêutico, pretendemos trilhar um caminho de leitura, discussão e uma pesquisa analítica dos principais pensadores da obra de Rousseau afim de obter na tradição filosófica um estudo sistemático das contribuições pensadas no processo humano em relação a temática. No *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os homens,* (*Segundo Discurso*), na definição dos termos: *amor-de-si*; piedade natural; *amor-próprio*; paixão; *perfectibilidade*, na abordagem do homem como um agente livre dotado de sentimento natural. Outros aspectos que aborda-se no *Segundo Discurso* será a solidão do homem natural, é a ideia de propriedade, da primeira convenção, da origem da sociedade e das leis. No *Ensaio sobre a Origem das Línguas* busca-se compreender como se dá o nascimento das paixões humanas. Na *Carta à D'Alembert sobre os espetáculos* aborda-se a crítica no pensamento político de Rousseau em relação aos espetáculos teatrais, aos vícios causados pelo *amor-próprio*. No *Discurso sobre as ciências e as Artes,* (*Primeiro Discurso*), aborda-se a crítica em relação aos costumes e a educação dos jovens, do desprezo ao que tange às artes militares ocasionados pelos refinamentos das ciências e das artes.

RESULTADOS INICIAIS

De modo parcial o projeto está sendo encaminhado de modo ativo. Neste processo existe a elaboração de artigos científicos e publicação em periódicos em diversas Universidades tanto no Brasil como no exterior. Contato direto com pesquisadores que atuam na área filosófica da educação escolar e troca de base teórica-metodológica com vistas ao ensino da filosofia, das artísticas e culturais e do histórico-cultural. Participação ativa do projeto nos eventos acadêmicos voltados para à temática do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho comporá três capítulos, o primeiro trabalha a formação sensível, o segundo a formação moral e o último a formação estética. Estamos na composição do primeiro capítulo e trabalhando com as definições, o pensamento dos comentadores, que compõe a pedagogia, política e estética rousseauniana.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução e notas: Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa. Nova Vega, 2016.

PAIVA, Wilson Alves de. **A estátua de Glauco: oito conferências em Rousseau**. São Paulo. Edições Loyola, 2024.

PLATÃO. **A República**. Tradução: Leonel Vallandro. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Carta a Christophe de Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral.** Organização e apresentação: José Oscar de Almeida Marques. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo. Estação Liberdade, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Diálogos: Rousseau Juiz de Jean-Jacques**. Tradução: Jacira de Freitas e Claudio A. Reis. São Paulo. Editora da UNESP, 2022.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. Introduções e notas: Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. São Paulo. Abril Cultural, 1983b.

ARQUEOLOGIA DAS EPISTEMES EDUCACIONAIS

Ednei de Genaro (Doutorando)
Orientadora: Profa. Rita Márcia Magalhães Furtado

Resumo: Apresentamos uma proposta de análise da história da educação a partir da perspectiva de *arqueologia das epistemes educacionais*. Buscamos assim enfocar as *technê tou biou* (artes de viver) e suas correspondentes *askêsis* (asceses: práticas, treinamentos ou exercícios manuais e espirituais), movimentadas enquanto direcionamentos pedagógicos ou educacionais, por meio de invenções e hábitos com certas *hypomnemata* (dispositivos ou materialidades: tecnologias psíquicas e sociais, ambientes, artefatos, arquiteturas e estruturas educacionais e urbanas), concebidos e disseminados, orientados e normatizados, enquanto *epistemes educacionais*. Tais epistemes podem ser observadas – em seus parâmetros mais sobressalentes – de forma abrangente, exploratória e comparativa –, nos dez períodos clássicos da história geral da educação ocidental. Com a tese esperamos levantar novos elementos e reflexões que auxiliem na compreensão e complementação dos estudos anteriores de história geral da educação.

Palavras-chave: História da Educação; Arqueologia; Epistemes

Introdução

A história da educação, em sentido amplo – e da pedagogia, em sentido restrito, como teorias e práticas científicas de ensino-aprendizagem –, vem sendo trabalhada, em livros e cursos, de maneira normalmente centrada nas ideias dos pensadores, contextualizando-as, de maneira erudita ou não, com os fatos do período histórico em pauta. Tal perspectiva clássica de apresentar e discutir a história da educação é, pois, calcada na *história das ideias* e suas macroestruturas político-econômicas. Não obstante, outras formas de *fazer história* (da educação) são possíveis, oferecendo novos contornos, elementos e contribuições. O presente projeto de doutorado planteia nesta direção, apresentando uma proposta de tese que auxilie na produção de outros subsídios e compreensões da história da educação, salientando uma perspectiva ainda pouco explorada de *fazer história* da educação.

A proposta de tese que apresentamos, na linha de pesquisa de *cultura e processos educacionais*, é a que versa sobre a história da educação a partir da perspectiva que intitulamos *arqueologia das epistemes educacionais*, ou seja, enfocando as *technê tou biou* (artes de viver) e suas correspondentes *askêsis* (asceses: práticas, treinamentos ou exercícios manuais e espirituais), movimentadas enquanto direcionamentos pedagógicos ou

educacionais, por meio de invenções e hábitos com certas *hypomnemata* (dispositivos ou materialidades: tecnologias psíquicas e sociais, ambientes, artefatos, arquiteturas e estruturas educacionais e urbanas), concebidos e disseminados, orientados e normatizados enquanto *epistemes educacionais*. Para tanto, consideraremos um estudo panorâmico – abrangente, exploratório e comparativo – dos aspectos mais sobressalentes da epistemes educacionais incutidas em cada um dos dez períodos tradicionalmente discutidos pelos historiadores da educação ocidental: 1. Educação Difusa; 2. Tradicionalista; 3. Paideia; 4. Humanitas; 5. Paideia Cristianizada; 6. Humanista; 7. Realista; 8. Liberal; 9. Nacionalista; 10. Democrática.

Fundamentação

Uma tipologia das proposições metodológicas de *fazer história* (da educação) poderia apontar quatro tipos. A mais comum, já referida, é a proposição de *história das ideias educacionais*, ressaltando um itinerário programático de estudo histórico baseado em contextos ou fatos marcantes, em autores e textos cânones. Diferente ou complementar a isso vem a ser uma *história social da educação*, que enfoca os movimentos sociopolíticos e econômicos, seus poderes e programas na estruturação de modelos educacionais, ponderando, em última instância, sobre as lutas de classes ou as distinções sociais geradas a partir da aplicação destes modelos em instituições ou ambientes educacionais. Uma terceira proposição é a de *história cultural da educação*, enfatizando os valores e imaginários filosóficos, científicos e tradicionais, e analisando como as conformações disso encerram uma história particular de empreendimentos educacionais em uma determinada população. Um quarto tipo, correlacionado ao último, vem a ser a exploração de uma abordagem que entrelaça a *cultura material e a história da educação*, dando destaque ao estudo da episteme educacional de uma época, por meio da compreensão, como já referimos, das *technê tou biou* e *askêsis,* concretizadas por meio de invenções e hábitos com certas *hypomnemata*. Tal abordagem é produtiva para a identificação de processos de subjetivação ou assujeitamento educacionais, e gerando normatizações, programações, ensinamentos e/ou adestramentos (emocionais, práticos, morais e políticos). A *episteme* é, pois, o conjunto heterogêneo de dispositivos (enunciados, instituições, formas arquitetônicas, regulações, leis, medidas

administrativas, regras científicas, proposições) que determinam uma ordem de discurso com pretensão de verdade; em outras palavras, um certo sistema impessoal que determina o que é possível e impossível de ser pensado, dito ou percebido em dado momento histórico. Enquanto a *arqueologia* é a investigação de temporalização e espacialização, isto é, de descrição e análise sincrônicas dos dispositivos de cada época analisada, possibilitando reconhecer a episteme que deu sentido maior a tais dispositivos.

Objetivos

Vejamos os três níveis de investigação *arqueológica* que procuraremos trabalhar enquanto objetivos do trabalho, sendo eles aplicados em cada período histórico: I – Quais eram as peculiaridades deste período em pauta e as *programações gerais do eu* mais valorizadas? (*Nível panorâmico*); II – Como podemos aventar e inventariar os principais *hypomnemata*, dispositivos e ambiências, concebidos e disseminados, orientados e normatizados, enquanto *epistemes educacionais*?" (*Nível programático*); III – De que modo as *technê tou biou* e as *askêsis* eram cultivadas e ganhavam uma personificação e legitimação na(s) figura(s) central(is) desta época? (*Nível especializado*).

Metodologia

Apresentamos uma proposta de pesquisa de tese com caráter estritamente qualitativo, de interpretação histórica, centrada em livros, artes e arqueologias. A nossa perspectiva metodológica de arqueologia dos dispositivos, aportadas em autores contemporâneos (Peter Sloterdijk e Michel Foucault).

Embora a preferência por um tipo de *fazer história* não desconsidere necessariamente os outros, a opção por um tipo define importantes e necessárias posições metodológicas do pesquisador, em modos de questionar, investigar e discursar. Ao optar pelo quarto tipo e fazer referência a uma arqueologia para análise das epistemes educacionais, queremos evidenciar – pensando com Peter Sloterdijk (2012) –, o "pensar fisionômico", que permite retratar a

"fisiologia" de uma época e, em última instância, estimular uma consciência mais apropriada da formação de nós mesmos, no nível das "programações do eu", mediante a educação.

Como o eu chega a suas determinações? O que constitui o seu "caráter"? O que cria o material de sua experiência de si? A resposta é: o eu é um resultado de programações. Ele se forma em adestramentos emocionais, práticos, morais e políticos. "No início era a educação" [...]. Eu sou como *eu* sou. No nível reflexivo, a autoconsciência conquista uma clareza em relação a si mesma: assim são as minhas programações, as minhas cunhagens, os meus adestramentos; assim fui educado; assim me tornei; assim funcionam meus "mecanismos"; assim trabalha em mim aquilo que eu ao mesmo tempo sou e não sou (Idem, p. 102).

Ao formular suas ideias sobre as programações do eu e asseverar que o ser humano é um "projeto antropotécnico", Sloterdijk remete e desdobra alguns conceitos e estudos arqueológico-genealógicos de Michel Foucault, pensador que levou extremamente a sério a compreensão das epistemes, escrevendo que "não é somente no jogo dos símbolos que o sujeito é constituído. Ele é constituído em práticas verdadeiras – práticas historicamente analisáveis. Há uma tecnologia de constituição de si que perpassa os simbólicos ao utilizá-los" (Foucault, 1995, p.275). Os dispositivos e *hypomnemata* – pensando agora com Foucault –, determinantes das "escritas de si" de uma época, podem ser mais bem vislumbrados a partir do estudo minucioso dos signos, das anotações, regras, registros, hábitos temporais e espaciais, arquiteturas, sistemas, ordenamentos e monumentos diversos, uma vez que tudo isso circunscreve o conjunto de tecnologias (direta ou indiretamente) educacionais, conjugando uma episteme, que subsidia a formação dos indivíduos e coletividades.

Resultados iniciais

Quadro 1: sumário da tese

ARQUEOLOGIA DAS EPISTEMES EDUCACIONAIS

Introdução

Parte 1
I – Definição de arqueologia
II – Definição de episteme
III – Arqueologia das epistemes educacionais

Parte 2
I – Xamã e guerreiro
II – Escriba
III – Filósofo
IV – Magistrado
V – Padre
VI – Gênio
VII – Filósofo-cientista
VIII – Filósofo-ilustrado
IX – Especialista
XI – *Século XXI?*

Considerações finais

Quadro 2 e 3: períodos, temáticas e contextos de discussão e argumentação preliminares

	Estudos antropológicos das populações orais	*4000 a.C. – 476 a.C.* *Antiguidade Oriental*	*1100 a.C. – 146 a.C.* *Grécia Antiga*	*753 a.C. – 476* *Roma Antiga*	*Séculos V e XV* *Idade Média*
	EDUCAÇÃO DIFUSA	**EDUCAÇÃO TRADICIONALISTA**	**PAIDEIA**	**HUMANITAS**	**PAIDEIA CRISTIANIZADA**
Povo(s)	Comunidades orais (pré-escrita)	Sumérios, Hebreus, Babilônios	Gregos	Romanos	Eslavos, Germânicos, Latinos
Organização social	Tribo	Protetorado-imperial	Cidade-estado (POLIS)	República-militar (URBS)	Manso senhorial (FEUDO)
Arquétipo	Ameríndios	Damasco, Babilônia	Atenas	Roma	Castelo Liechtenstein Abadia de Monte Cassino
Vida privada e pública	Indissociação público-privado *Solidariedade mecânica*	Espaço privado (imperador) (Códigos imperiais) *Negotium*	Espaço público *Otium* versus *Negotium*	Espaço privado-público (Códigos imperiais) *Otium + Negotium*	Espaço privado (Códigos religiosos) *Meditatio*
Arquitetura	Aldeia (oca, terreiro)	Muralha, Templo, Palácio	Ágora, Teatro	Forum, Coliseu/Circus	Castelo, Monastério
Templo saber religioso & Templo do saber racional	Templo religioso = Templo racional *"magia" + "mitologia"*	Templo religioso = Templo racional *"potesta"*	1° Templo racional e 2° Templo religioso *"razão" – "mito"*	Templo religioso = Templo estatal-pagão-racional *"culto imperial" – "civilização-barbárie"*	1° Templo religioso e 2° Templo racional *"fé" – "razão"*
ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	(Difusa)	Escola do Escriba e Artesão	Escolas Filosóficas (Academia, Liceu, Jardim, Ágora)	Escolas de Direito e Retórica	1° Fase (Patrística, Monacais, Palatinas) 2°Fase (Patriciado urbano, Guildas, Cavaleiro, Universitas)
Persona central da EDUCAÇÃO E CULTURA	**XAMÃ; GUERREIRO**	**ESCRIBA**	**FILÓSOFO** (grego)	**MAGISTRADO** (cônsul)	**CLÉRIGO** (bispo, papa)
Exemplos	-	-	Sócrates, Platão, Aristóteles	Cícero, Sêneca	Santo Agostinho, Tomás de Aquino

	Séc. XV e XVI *Renascimento*	*Século XVII* *Ciência*	*Século XVIII* *Iluminismo*	*Século XIX* *Estado-nação*	*Século XX* *Democracia*
	EDUCAÇÃO HUMANISTA	**EDUCAÇÃO REALISTA**	**EDUCAÇÃO LIBERAL**	**EDUCAÇÃO NACIONALISTA**	**EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA**
Povo(s)	Italiano (e Europa)	Inglês (e Europa)	Francês (e Europa)	Europa	Mundo
Organização social	República-mercantil (BURGO)	Monarquia-constitucional (METRÓPOLE-COLÓNIA)	Monarquia-constitucional *versus* República-liberal	Monarquia-constitucional *versus* República-liberal	República-liberal *versus* República-socialista
Arquétipo	Florença	Londres	Paris	Berlim	Nova Iorque, Berlim, Moscou
Relação **Vida privada e vida pública**	*Burgo* + Estado = política, arte, social (*início* Mercantilismo)	*Mercado* + Estado = política, arte e social (*auge* Mercantilismo)	Formação da Esfera Pública Burguesa	Org. *Público-capitalista* da vida (Propriedade Privada)	Org. *Público-capitalista* da vida (Propriedade Privada) Versus Org. *Público-comunista* da vida (Propriedade Comunal)
Arquitetura	*Piazza, Loggia*, Jardins, Palácio, Biblioteca, Academias	Reformas urbanas, Empreendimentos coloniais, Estradas (circulação informação)	Centros Urbanos Nacionais, Instituições Públicas	Metrópoles nacionais Impérios coloniais (Familistério; Panopticon)	Metrópoles mundiais Organismos internacionais
Relação **Saber religioso e saber racional**	Antropocentrismo, secularização 1-"razão" e 2-"fé"	Ideia e fatos pioneiros de separação: "Educação Pública" x "Educação Religiosa"	"Declaração dos direitos do homem"; Liberdade de credo; Deísmo (religião natural)	Sistemas Nacionais de Ensino Ministérios da Educação Parâmetros Curriculares	Sistemas Nacionais de Ensino (Tendências pedagógicas; *forte predomínio de valores tecnicistas*)
ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	Colégio Humanista (*gentil-homem*) Colégio Protestante (*evangélico*) Colégio Missionário (*honnête homme*)	Escola Pública Escola Religiosa Academia de Ciências	Escola Pública Academia de Ciências (*início* Pedagogias Modernas)	"Reformas de ensino" (Jardim de Infância, Magistério, Licenciatura, Politécnicas, Bacharelado)	Pré-escola Ensino Fundamental Ensino Médio Ensino Superior
Persona central da EDUCAÇÃO E CULTURA	**HUMANISTA-ARTISTA** (Génio)	**FILÓSOFO-CIENTISTA** (Metódico)	**FILÓSOFO-PEDAGOGO** (Iluminista)	**MESTRE** (Educador / Servidor Público)	**(PEDAGOGIAS CIENTÍFICAS)**
Exemplos	Leonardo da Vinci, Montaigne	Descartes, Locke	Rousseau, Kant	- (*Pestalozzi, Froebel, Herbart*)	Positivismo (Behaviorismo), Fenomenologia (Gestalt), Pragmatismo (Pragmática), Construtivismo, Libertária (Não-diretiva), Marxismo (Socialista), Construtivismo (Interacionista)

Referências

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

DUSSEL, Inês. **A invenção da sala de aula***: uma genealogia das formas de ensinar*. São Paulo: Moderna, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas***: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: Rabinow, P.; Dreyfus, H. L. **Michel Foucault***: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MANACORDA, Mário A. **História da Educação***: da Antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1992.

MARROU, Henri-Irénée. **História da educação da Antiguidade**. São Paulo: Edusp, 1973.

NUNES, Ruy A. C. **História da educação na Antiguidade Cristã**. São Paulo: Edusp, 1978.

NUNES, Ruy A. C. **História da educação na Idade Média**. São Paulo: Edusp, 1978.

NUNES, Ruy A. C. **História da educação no século XVII**. São Paulo: Edusp, 1978.

SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica**. Estação Liberdade, 1992.

LINHA 4 – FORMAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO E TRABALHO EDUCATIVO

AS TECNOLOGIAS NOS PROCESSOS DE TRABALHO-FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: DISCUSSÕES INICIAIS

Magaly Ediane de Oliveira
Orientadora: Profa. Dra. Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar

Resumo: Este estudo é parte da pesquisa de mestrado e visa investigar as contribuições científico-acadêmicas sobre os processos históricos de inserção das tecnologias nos processos de trabalho-formação docente na educação básica brasileira. Por meio da revisão de literatura, em, dissertações e teses publicadas em revistas cadastradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), entre os meses de janeiro e abril de 2025. Ao todo foram encontrados sete artigos, que podem ser discutidos em cinco unidades temáticas: 1) Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo); 2) Formação de professores; 3) Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); 4) Inclusão digital e; 5) Práticas pedagógicas. A fundamentação foi pautada em autores críticos, destacando como as políticas de inserção das tecnologias podem reproduzir o sistema capitalista. Concluímos que é urgente desconstruir essa ideia de que as políticas de inserção das tecnologias na educação básica brasileira precise reproduzir o capitalismo, e sim, que as políticas públicas promovam a formação continuada dos professores, garantam o acesso a equipamentos e infraestrutura adequados e valorizem a prática pedagógica, para que a tecnologia possa ser utilizada como um recurso que potencialize o ensino e a aprendizagem.

Palavras-chave: escola pública; políticas públicas; sistema capitalista.

Introdução

Este trabalho é parte de mestrado intitulada “O lugar das tecnologias nos processos de trabalho-formação docente na educação básica brasileira”, sob a orientação da Professora Doutora Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, que objetiva explicar as finalidades educativas que fundamentam, historicamente, as políticas de inserção das tecnologias nos processos de trabalho-formação docente na educação básica brasileira.

As políticas de inserção das tecnologias nos processos de trabalho-formação docente na educação básica brasileira, pode ser compreendido como uma reprodução do capitalismo porque a introdução de tecnologias na escola está diretamente vinculado ao aumento da

eficiência e da produtividade, alinhando-se com os princípios do capitalismo que visam maximizar o lucro e reduzir custos. De acordo com Mészáros (2008, p. 35),

> A educação institucionalizada, [...] serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, [...].

Essa lógica é compreendida como uma reprodução do capitalismo devido a imposição de metas de produtividade, a priorização de habilidades técnicas e a crescente pressão para que os professores se adaptem a modelos de ensino tecnocêntricos. Essas formas de intensificar o trabalho e aumentar a mercantilização da educação evidencia como o sistema educacional reproduz o capitalismo.

Para além disso, a inserção de tecnologias na educação, analisada sob a ótica da reprodução capitalista, por vezes, é utilizada para reforçar estruturas de poder e desigualdade.

A falta de acesso a equipamentos e infraestrutura tecnológica, a desigualdade no acesso à internet e a falta de formação adequada para os professores podem ampliar as desigualdades entre diferentes grupos sociais, evidenciando como o sistema educacional reproduz as hierarquias sociais existentes.

Dessa forma, coloco a problematizar neste momento da pesquisa: o que as produções de dissertações e teses na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) revelam sobre as discussões de quais os processos históricos e fundamentos pedagógicos da inserção das tecnologias nos processos de trabalho-formação docente na educação básica brasileira? Assim, o principal objetivo deste estudo é investigar as contribuições científico-acadêmicas sobre educação e tecnologia, com recorte nas políticas de inserção das tecnologias nos processos de trabalho-formação docente na educação básica brasileira.

Percursos da Pesquisa

Pesquisa pautada no materialismo histórico-dialético, que no momento está no processo de revisão exploratória de literatura de modo a captura o caótico sobre o objeto de estudo.

Com o intuito de conhecer pesquisas que explicam os processos históricos e fundamentos pedagógicos de inserção das tecnologias nos processos de trabalho-formação docente na educação básica brasileira foi feito, no dia 01 de fevereiro de 2025, uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) um mapeamento de trabalhos que discutem a temática. Foram encontrados 32.593 trabalhos com o termo de busca “tecnologia e educação”. Refinando para o termo de busca “inserção das tecnologias na educação” restaram 2.667. Refinando ainda mais com o termo de busca PROINFO, chega-se ao resultado de 16 dissertações e duas teses.

Tivemos como critérios de exclusão, discussões vinculadas às políticas estaduais e municipais; pesquisas na rede EPT e outras modalidades de ensino; políticas de inserção de tecnologia assistiva, concluiu-se a busca com sete dissertações. A análise das dissertações selecionadas limitou-se, nesse primeiro momento, à leitura dos resumos, considerando que é nesse espaço que o(a) autor(a) apresenta o seu objeto de estudo, o qual deve se destacar como *lócus* central da pesquisa.

Para tanto, foi construído um instrumento de análise, o fichamento, no qual identifica-se as informações das dissertações, sendo: título; referência ABNT; ano/tipo de publicação; palavras-chave; resumo; identificação do tema principal; objetivos; autores citados; referencial teórico; tipo de pesquisa; resultados da pesquisa e outras considerações seguida pela construção dos agrupamentos temáticos.

O que sabemos até o momento?

Foi localizado e selecionado as sete dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicadas entre os anos 2002 e 2017, sendo quatro da região sul do Brasil, duas da região centro-oeste e duas da região sudeste. Não foram encontradas pesquisas da região nordeste e norte para o objeto de estudo em tela (Quadro 1).

Quadro 1 – Reflexões e desafios da inserção das tecnologias na educação básica brasileira.

Cód.	Referência	Unidade de análise
T1	GONÇALVES JÚNIOR, João Alberto. **Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)**: a inserção das tecnologias no ensino analisadas a partir da produção científica no Brasil de 2010 a 2015. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, 2016. Disponível em: http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/handle/tede/611	ProInfo
T2	STRAUB, Sandra Luzia Wrobel. **O computador no interior da escola pública**: avanços, desafios e perspectivas do/no ProInfo. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2002. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82691	ProInfo e Formação de Professores
T3	CHAVES, Cláudia Braga. **Escola participativa e a inserção da informática na educação**. 2002. 148 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2002. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82723	ProInfo
T4	EVANGELISTA, Edilene Quirino Neiva. **Práticas docentes e o uso das TIC: E-Proinfo e o curso "Redes de Aprendizagem".** 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017. Disponível em: http://ri.ufmt.br/handle/1/1991	ProInfo; Práticas Pedagógicas; Formação de Professores e TIC.
T5	BATISTA, Tatiane Custódio da Silva. **A relação entre educação e as tecnologias da informação e comunicação em marcos legais específicos para a educação básica brasileira**. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias) - Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, GO, 2016. Disponível em: http://www.bdtd.ueg.br/handle/tede/885	Inclusão Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
T6	RICHITELI, Aurélio Alberto. **Políticas para a inclusão digital**: práticas e possibilidades na escola pública. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2017. 160 f. Disponível em: http://bdtd.uftm.edu.br/handle/tede/449	Inclusão Digital; Práticas Pedagógicas e; Formação de Professores.
T7	CARLETTE, Regina Célia. **Construtivismo e uma proposta de "aprender com prazer**": uma aplicação da informática educativa. 2005. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/13080	ProInfo e Práticas Pedagógicas.

Após análise dos objetivos das pesquisas e dos principais resultados podemos evidenciar cinco agrupamentos temáticos principais: 1) Programa Nacional de Tecnologia

Educacional (ProInfo); 2) Formação de professores; 3) Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); 4) Inclusão digital; 5) Práticas pedagógicas.

As dissertações T1, T2, T3, T4 e T7 incluídos neste agrupamento temático apresentam o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) como política pública de educação, que tem como objetivo o incentivo à utilização das tecnologias como uma prática pedagógica com intuito de apoiar o letramento digital, tornar a educação mais atrativa e propiciar uma melhor formação no que diz respeito às TIC.

> Os discursos e as políticas educativas para uso de tecnologias se fundamentam numa racionalidade técnica que prioriza os resultados e a eficiência com um mínimo de investimentos. O objetivo principal das reformas educativas nos últimos anos tem sido o de responder aos imperativos do desenvolvimento econômico e à demanda crescente – quantitativa – por números, "inovação", compra de aparatos, ranqueamento e não formação. As tecnologias foram assumidas como recurso inelutável para responder a tais demandas (Echalar; Carvalho; Peixoto, 2016, p. 95).

As dissertações T2, T4 e T6, que discutem a formação de professores, abordaram questões como as "novas competências" que os educadores estão sendo desafiados a construir e a alfabetização científica/tecnológica necessária ao professor. Assim, como aspectos referentes à tecnologia educacional e à infra-estrutura considerada necessária à implementação de um programa de informática na educação. De acordo com Echalar (2015, p. 40),

> [...] as ações de formação continuada são focadas nas padronizações e na capacitação técnica para o manuseio de dispositivos tecnológicos, mediante cursos modulados de curta duração que acontecem em serviço e descontextualizados da realidade escolar do professor. O que geralmente observamos é que não há formação para o desenvolvimento crítico desse profissional, o que dificulta uma escolha consciente para o uso das tecnologias digitais.

As dissertações T4 e T5 centram sua discussão em uma perspectiva não-crítica e alicerçada em valores do capital. As TICs, por vezes, aparecem sob uma visão tecnocrática; a inclusão indicada está mais ligada a questões de acesso do que à emancipação ou à autonomia do sujeito; e a educação defendida permeia intenções de atendimento ao capital e ao mercado.

A discussão sobre inclusão digital, presente nos trabalhos T5 e T6, abordaram como questões centrais o fato dos professores alegarem não estarem preparados para este tipo de trabalho e que para eles a formação para a integração das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas é insuficiente e até mesmo superficial.

> As políticas públicas para uso das tecnologias na educação, conciliadas com as demandas econômicas de um mercado globalizado, repercutem em programas de formação de professores que dissociam o domínio técnico dos equipamentos das funções didático-pedagógicas que se espera que tais equipamentos desempenhem. Esta racionalidade instrumental, que separa os meios dos fins, fundamenta a epistemologia do processo formativo de nossos professores desde a formação inicial até a formação continuada específica proposta pelos programas oficiais para as tecnologias na educação (Peixoto; Carvalho, 2014, p. 594).

Por fim, as discussões sobre práticas pedagógicas, nas dissertações T4, T6 e T7, versam sobre repensar a educação partindo da inserção de tecnologias e mídias - tanto de forma síncrona como assíncrona - bem como sugeri-las como um diferencial na prática pedagógica.

Considerações Finais

A partir da primeira revisão de literatura efetivada evidenciamos que as discussões presentes nas pesquisas analisadas reforçam como as políticas públicas para uso das tecnologias na educação atendem as demandas econômicas de um mercado globalizado, de modo a repercutir em programas de formação de professores, que dissociam o domínio técnico dos equipamentos das funções didático-pedagógicas.

A pesquisa, até o momento, evidencia a urgência de denunciar os impactos dessas políticas de inserção das tecnologias nos processos de trabalho-formação docente e de se construir outras ações para que a tecnologia possa ser utilizada como um recurso que potencialize o ensino e a aprendizagem, e não como um meio de intensificar a exploração e a mercantilização da educação.

Referências

ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo; PEIXOTO, Joana; CARALHO, Rose Mary Almas de (Org.). **Ecos e repercussões dos processos formativos nas práticas docentes mediadas pelas tecnologias:** a visão de professores da rede pública da educação básica do estado de Goiás sobre os usos das tecnologias na educação. Goiânia: PUC Goiás, 2016. 87p.

ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo. **Formação docente para a inclusão digital via ambiente escolar**: o PROUCA em questão. 2015. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. [Tradução Isa Tavares]. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEIXOTO, Joana; CARVALHO, Rose Mary Almas de. Formação para uso de tecnologias: denúncias, demandas e esquecimentos nos depoimentos de professores da rede pública. **Educativa**. Goiânia, v. 17. n. 2, p. 577-603, jul./dez. 2014.

A TRAJETÓRIA DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS VIVÊNCIAS COM TECNOLOGIAS: PROPOSTA DE PESQUISA

Neuza Borges de Oliveira
Orientadora: Profa. Dra. Rosemara Perpetua Lopes

Resumo: A pesquisa de mestrado abordada neste trabalho está em fase de finalização da composição do projeto. O estudo proposto tem como objetivo geral investigar quais sentidos são atribuídos às tecnologias digitais no cotidiano escolar por professoras que atuam na educação infantil e de que modo esses sentidos podem influenciar suas experiências educativas com crianças pequenas que se constituem por meio da interação com tecnologias como *smartphone* e *tablet* fora da escola. O desenvolvimento do estudo prevê pesquisa de campo, com coleta de dados por meio de entrevistas narrativas a serem realizadas com professoras em exercício na educação infantil em instituições públicas da rede municipal de Goiânia. O projeto está em fase de conclusão, por esse motivo, neste trabalho, apresentamos resultados de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Ressalvadas as limitações metodológicas da revisão empreendida, os achados mostram uma escassez de estudos que relacionem o trabalho das professoras da educação infantil às tecnologias digitais, permitindo concluir que esse objeto de estudos é relevante do ponto de vista social e científico.

Palavras-chave: educação infantil, tecnologias digitais, trabalho docente.

Introdução

Este estudo focaliza as relações das professoras da Educação Infantil com as tecnologias digitais construídas ao longo de suas trajetórias escolar e profissional. Assim, tem como objetivo geral investigar quais sentidos são atribuídos às tecnologias digitais no cotidiano escolar por professoras que atuam na educação infantil e de que modo esses sentidos podem influenciar suas experiências educativas com crianças pequenas que se constituem por meio da interação com tecnologias como *smartphone* e *tablet* fora da escola.

Assim, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: (a) compreender de que maneira os sentidos atribuídos às tecnologias digitais influenciam as escolhas pedagógicas e as práticas educativas desenvolvidas com as crianças na educação infantil; (b) conhecer experiências escolares e formativas vivenciadas pelas professoras da educação infantil com as tecnologias digitais em sua trajetória escolar.

Desse modo, propõe-se uma investigação de cunho qualitativo, a ser realizada por meio de narrativas com professoras em exercício na educação infantil da rede pública municipal de Goiânia. As participantes serão selecionadas tendo como critérios a atuação na educação infantil e a disponibilidade para compartilhar sua trajetória escolar e profissional em relação às tecnologias digitais. O projeto está em fase final de estruturação e, em breve, será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

A fundamentação teórica deste estudo abrange Abramowicz e Kramer (2007, 2023), Souza e Moraes (2022), Oliveira e Marinho (2020), Falcão e Mill (2018), Martins (2018), Saviani (2012) e Kuhlmann Jr. (2000), podendo ser agregados outros estudos, posteriormente.

A seguir, são apresentados metodologia, resultados e considerações finais referentes ao exposto, destacando-se que os resultados se restringem à descrição de alguns dados obtidos por meio de uma revisão bibliográfica.

Metodologia

O desenvolvimento da revisão bibliográfica considerou as questões observadas no Quadro 1, correspondentes ao problema da pesquisa de mestrado, atualmente em estruturação, com o amparo de Weller e PFaff (2013).

Quadro 1 – Questões norteadoras

Questão principal (Qp1)	Como as tecnologias digitais são compreendidas e ressignificadas por professores da educação infantil no cotidiano da própria atuação profissional?
Questão secundária 1 (Qs1)	Quais são as limitações, referentes ao uso e acesso às tecnologias digitais nas práticas pedagógicas cotidianas da educação infantil?
Questão secundária (Qs2)	Como promover o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças de 0 a 6 com a contribuição das tecnologias digitais?

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Para a revisão bibliográfica foram delimitadas as palavras-chave: educação infantil, tecnologias digitais, prática docente. As buscas foram realizadas no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizando-se o operador booleano AND. A seleção dos trabalhos se deu por meio da leitura do título e/ou resumos. Os critérios de inclusão e exclusão foram definidos conforme consta no Quadro 2.

Quadro 2 – Critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos encontrados

Critérios de Inclusão		Critérios de Exclusão	
CI-1	Leitura de títulos e resumos de trabalhos que abordavam a educação infantil, as tecnologias digitais e professores	CE-1	Trabalhos que não abordavam educação infantil, tecnologias digitais e professores
CI-2	Trabalhos publicados em português e nos últimos cinco anos	CE-2	Trabalhos publicados em outro idioma que não fosse português

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Assim, foram priorizados trabalhos que tratam da relação das professoras de educação infantil com as tecnologias digitais, com destaque para a trajetória formativa.

Resultados

Em função dos limites deste texto e também do estágio em que se encontra o estudo aqui abordado, esta seção se restringe a descrever alguns resultados da revisão bibliográfica empreendida, sem discuti-los ou analisá-los, mantendo o foco no tema da pesquisa.

A primeira busca foi realizada em 17 de maio de 2025, com as palavras-chave “educação infantil” “tecnologias digitais” e “formação docente” e os filtros tipo de trabalho, período de 2019 a 2024, grande área Ciências Humanas, áreas Educação e Ensino. A segunda busca foi realizada na mesma data, com os mesmos filtros e as palavras-chave “Educação Infantil” “tecnologias digitais” “prática docente”. No Quadro 3 estão elencados os trabalhos encontrados e enquadrados nos critérios de inclusão estabelecidos.

Quadro 3 – Trabalhos selecionados após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão

Título	Descrição
Trabalho 1 (T1) Tecnologias digitais na educação infantil: elaboração de curso a distância para formação de professores	A dissertação aborda a necessidade de formação do professor de educação infantil para as tecnologias digitais, relacionando as políticas públicas de inclusão digital no contexto escolar. A pesquisa discute a formação de professoras sobre tecnologias digitais com a competência geral número 5 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a cultura digital e a política nacional de educação digital, instituída pela Lei n. 14.533, de janeiro de 2023. Tipo de pesquisa: bibliográfica. (Araújo, 2023)
Trabalho 2 (T2) A avaliação formativa no processo de aprendizagem da 5ª etapa da educação infantil: um estudo de caso	A dissertação estuda o processo avaliativo na educação infantil focalizando aspectos que incluem a utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação. Tipo de pesquisa: estudo de caso envolvendo professores, famílias, crianças e estudantes. (Dolci, 2022)
Trabalho 3 (T3) O ensino mediado por tecnologias educacionais	A dissertação aborda a compreensão da concepção de ensino mediado por tecnologias digitais, questionando quais as dificuldades/facilidades dos professores em aulas mediadas por tecnologias analógicas (teleaulas gravadas) e digitais (ambiente virtual) refletindo sobre a ausência de formação para professores para o ensino mediado por tecnologias digitais. A pesquisa traz ainda a limitação de acesso aos recursos tecnológicos digitais por docentes e discentes da educação básica. Tipo de pesquisa: documental, método de análise de conteúdo. (Simião, 2022)
Trabalho 4 (T4) Processos formativos dos professores da rede municipal de ensino da zona rural de Petrolina: fascínio ou rejeição ao uso das TDIC?	A dissertação aborda processos formativos dos professores em relação às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) em sala de aula. O estudo procurou identificar as dificuldades e experiências em sala de aula no uso das TDIC. Aponta que a maioria dos professores apresentou dificuldades voltadas para a inserção dessas tecnologias, principalmente, devido a formações inadequadas em seu percurso profissional. Contudo, os professores mostraram-se esperançosos em relação às mudanças nos processos formativos ofertados associados às tecnologias digitais. Tipo de pesquisa: pesquisa formação, qualitativa e colaborativa. (Ramos, 2022)
Trabalho 5 (T5) A importância da formação de professores no uso de tecnologias digitais de informação e comunicação na educação infantil: perspectivas e desafios	A pesquisa surgiu de uma inquietação da pesquisadora, que enquanto professora de Educação Infantil observou na prática o quanto as TDIC são mal utilizadas e pouco exploradas. Assim, aponta a falta de formação dos professores de Educação Infantil para o uso das TDIC. Tipo de pesquisa: bibliográfica. (Santos, 2023)
Trabalho 6 (T6) Engajamento infantil apoiado por tecnologias digitais: uma proposta de formação do professor	A pesquisa discute a necessidade de formação do professor da Educação Infantil para o uso de novas metodologias que possibilitem despertar o interesse dos alunos de forma afetiva por meio das tecnologias digitais. Propõe metodologias aliadas às tecnologias digitais, a fim de auxiliar os professores a interagirem, engajarem-se e manterem vínculos afetivos com os alunos da educação infantil. Tipo de pesquisa: estudo de caso, de natureza qualitativa. (Almeida, 2023)
Trabalho 7 (T7) Sequência didática aliada à tecnologia stop motion como ferramenta de aprendizagens na educação infantil	Aborda o mundo tecnológico em que as crianças estão inseridas e a presença do "nativo digital", destacando que a maioria das crianças convivem em espaços de Educação Infantil. A pesquisa sugere a criação de uma sequência didática utilizando a tecnologia *stop motion*. Tipo de pesquisa: não localizado, houve rodas de conversa para escuta do professor. (Garcia, 2022)

Trabalho 8 (T8) Uso da lousa digital interativa por professores na educação infantil: limites e possibilidades	A dissertação objetivou compreender a utilização da lousa digital interativa pelos professores da Educação Infantil em suas práticas pedagógicas e refletir como os recursos e as possibilidades de uso da Lousa Digital Interativa (LDI) podem contribuir com a prática docente no processo de ensino e de aprendizagem das crianças na educação infantil, bem como refletir sobre seus limites e possibilidades de uso, sobre a formação continuada dos professores e a utilização das tecnologias digitais como instrumentos didáticos pedagógicos. Tipo de pesquisa: pesquisa-formação, de abordagem qualitativa e colaborativa. (Fortunato, 2021)
Trabalho 9 (T9) Contribuições da teoria histórico-cultural para a utilização das tecnologias digitais na educação infantil	A dissertação aborda a teoria histórico-cultural e as contribuições dessa teoria para a ação pedagógica do professor ao usar as tecnologias digitais na educação infantil. Tipo de pesquisa: empírica, de abordagem qualitativa. (Godoi, 2022)
Trabalho 10 (T10) A documentação pedagógica na era digital: proposta de formação docente para a educação infantil	A dissertação analisa as contribuições das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação TDIC no processo de construção da documentação pedagógica, enquanto instrumento formativo da prática docente na educação infantil. Tipo de pesquisa: pesquisa-formação com nuances da pesquisa-ação, de natureza aplicada, com abordagem qualitativa. (Silva, 2023)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A finalidade da revisão empreendida foi averiguar nos trabalhos agrupados no Quadro 3 a proximidade com o tema da pesquisa. O levantamento realizado na base de dados Capes revelou escassez de estudos que abordem, especificamente, a relação das professoras da educação infantil com as tecnologias digitais a partir de suas trajetórias escolares. Os trabalhos selecionados, embora em número reduzido (dez, ao todo), evidenciam a presença das tecnologias digitais tanto na vida das professoras quanto na vida das crianças e apontam a formação como elemento fundamental para as professoras da educação infantil.

Sobre o reduzido número de trabalhos acerca do tema, considera-se que eles podem refletir limitações metodológicas do trabalho de revisão, tais como optar por realizar busca em uma única base de dados.

Considerações finais

Este trabalho aborda uma pesquisa de mestrado, que se propõe a investigar o percurso de professoras da educação infantil com tecnologias digitais em ambientes escolares, a partir das histórias narradas por elas próprias, com foco em sua trajetória, partindo do pressuposto de que a relação que elas construíram com as tecnologias em sua trajetória escolar e profissional influencia o tratamento conferido às mesmas em seu campo de atuação (Marcelo, 1998).

Em um contexto social marcado por inúmeras e diversas tecnologias digitais, crianças se relacionam com artefatos tecnológicos e mídias desde os primeiros anos de vida (Martins, 2018). Para além dos malefícios ocasionados por esse consumo (Postman, 1999), cumpre investigar como esta relação é percebida e tratada pela professora de educação infantil e de que modo a sua percepção influencia a sua prática pedagógica, sendo este o objeto de estudo da pesquisa cuja confecção da propositura se encontra em andamento.

Os resultados da revisão bibliográfica empreendida mostram que não são numerosos os estudos que tratam da percepção da professora sobre a tecnologia na educação infantil, construída a partir de sua experiência com a mesma em ambientes da educação formal. Conclui-se, assim, que os trabalhos reunidos no Quadro 3 conferem relevância ao assunto e indicam a necessidade de estudos que investiguem as relações das professoras da educação infantil com as tecnologias digitais.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; KRAMER, Sonia. Afinal para que serve a Educação Infantil? **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 26, p. 1-11, e-22414.065, 2023. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/22414/209209218140. Acesso em: 23 mai. 2025.

FALCÃO, Patrícia M. de P.; MILL, Daniel. A criança e seu fascínio pelo mundo digital: o que o discurso nos revela. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 14, n. 30, p. 136-153, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/4966/496659054008/html/. Acesso em: 23 mai. 2025.

KRAMER, Sônia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. **Revista Teias**, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2007. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/23857/16830. Acesso em: 23 mai. 2025.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 5-18, mai./jun./jul./ago. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 23 mai. 2025.

MARCELO, Carlos. Pesquisa sobre a formação de professores: o conhecimento sobre aprender a ensinar. **Revista Brasileira de Educação**, n. 9, p. 51-78, set./out./nov./dez. 1998. Disponível em: educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n09/n09a05.pdf. Acesso em: 23 mai. 2025.

OLIVEIRA, Nedia M. de; MARINHO, Simão P. P. Tecnologias digitais na educação infantil: representações sociais de professoras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. 4, p. 2094-2114, 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/6198/619865691024/html/. Acesso em: 23 mai. 2025.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SOUZA, Raquel A.; MORAES, Raquel de A. Políticas de educação, tecnologia e inovação: contribuições para uso emancipatório das tecnologias. **RIAEE-Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1457-1472, abr./jun. 2022. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15876/13415. Acesso em: 23 mai. 2025.

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole (orgs.). **Metodologia da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA, TECNOLOGIAS MÓVEIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: RESULTADOS PRELIMINARES DE PESQUISA

Cinthia Alencar Pacheco
Orientadora: Profa. Dra. Rosemara Perpetua Lopes

Resumo: Após eventos como a pandemia de Covid-19 e a popularização de temas como a inteligência artificial e o *ChatGPT*, é fundamental investigar a formação inicial de professores com foco na educação básica. Assim, a pesquisa abordada neste relato tem como objetivo geral compreender como ocorre a apropriação crítica de novas tecnologias digitais, como o celular, a inteligência artificial e o *ChatGPT*, nos cursos de licenciatura da UFG, abrangendo tanto os documentos institucionais, os projetos pedagógicos, a infraestrutura tecnológica, quanto a percepção dos docentes. Os objetivos específicos são: averiguar os documentos oficiais que contenham determinações e/ou recomendações acerca do uso de tecnologias digitais na formação de professores; analisar os projetos pedagógicos dos curso de licenciaturas da UFG, para identificar elementos que favoreçam a apropriação crítica de novas tecnologias digitais pelo professor nos contextos educacionais da formação de professores; mapear a infraestrutura tecnológica dos cursos de licenciatura, a fim de identificar os recursos disponíveis aos docentes para a formação dos futuros profissionais da educação; compreender a percepção dos docentes sobre a relação entre tecnologia e educação, com foco no uso de celular e inteligência artificial no processo de ensino e aprendizagem; a partir das percepções docentes e dos demais dados coletados, extrair caminhos possíveis para apropriação crítica de novas tecnologias digitais na formação de professores nas licenciatura da UFG. Destaca-se o ineditismo da pesquisa, uma vez que não foi localizado estudo científico similar sobre as novas tecnologias digitais nas licenciaturas da UFG. Partindo do pressuposto de que a escola reflete em seu interior a sociedade, espera-se que os resultados do estudo em

andamento possibilitem fortalecer os cursos de licenciatura que formam professores para o exercício da profissão em uma sociedade cada dia mais conectada, que ambiciona se tornar inclusiva e efetivamente democrática.

Palavras-chave: formação de professores; licenciatura, tecnologias digitais, inteligência artificial, *ChatGPT*.

INTRODUÇÃO

A pesquisa relatada neste trabalho tem origem em questionamentos sobre como ocorre o uso das novas tecnologias digitais, considerando o celular, a inteligência artificial (IA), especificamente o *ChatGPT*, na formação de professores. Com foco nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Goiás (UFG), o escopo abrange também a compreensão de qual a percepção dos professores formadores sobre estes recursos em sala de aula.

Como refletem Lopes e Fürkotter (2023), na educação básica brasileira, o uso do celular pelo aluno é um assunto polêmico, quando não é proibido, é restrito[53]. No ensino superior, quando há proibição, as autoras explicam que é prerrogativa do professor, ou seja, ele faz opção por permitir ou não o uso do celular na aula, e sua opção pode compor ou não o plano de ensino.

Portanto, delimitou-se como problema de pesquisa: como ocorre o uso das novas tecnologias digitais, como o celular, a IA e o *ChatGPT,* nos cursos de licenciatura da UFG e qual a percepção dos professores sobre estes recursos em sala de aula? Como objetivo geral busca-se compreender de que forma ocorre a apropriação crítica de novas tecnologias digitais, nos cursos de licenciatura da UFG, abrangendo tanto dos documentos institucionais, projetos pedagógicos, a infraestrutura tecnológica quanto a percepção dos docentes.

A relevância do estudo empreendido encontra-se no fato de não existir outro similar[54] com foco nas novas tecnologias digitais, apesar dos muitos trabalhos já existentes sobre formação inicial de professores e tecnologias digitais no Brasil (Gatti *et al*., 2011, 2019). Em consulta ao Google Acadêmico, para as publicações a partir de 2022 (ano de lançamento do

[53] Lei n. 15.100/2025, proíbe o uso por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.100-de-13-de-janeiro-de-2025-606772935. Acesso em: 10 mai. 2025.

[54] Todas as buscas e *strings* da pesquisa foram realizadas entre os dias 05 e 11 de maio de 2025.

ChatGPT), obteve-se o total de cem resultados para artigos com o parâmetro "*ChatGPT* e formação de professores" em português. Com os restritores em inglês *"ChatGPT and teacher training*" o número baixou para 24 resultados.

Ao pesquisar no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), apesar de haver resultados elevados para buscas sobre termos como "formação de professores" (60.242), "licenciatura" (7.933) ou "inteligência artificial" (9.094), ao empregar *"ChatGPT"*, apareceram 53 resultados, sendo apenas duas dissertações de mestrado na área de Educação. Mesmo tratando de IA, esses estudos são associados a outros campos do conhecimento, que não a formação de professores. Vale ressaltar que não há aqui uma apologia de que a formação de professores e/ou a literatura educacional siga tendências ou novidades lançadas no campo tecnológico. Muito além disso, faz-se um convite à reflexão sobre as possibilidades de ensino mediado com tecnologias, inclusive crítico, destacando também que não é possível desassociar a prática docente da realidade conectada de uma sociedade em rede (Castells, 2006), da cultura das mídias (Santaella, 2003) ou do algoritmo da inteligência artificial nas redes (Santaella; Kaufman, 2020).

Sem incorrer em determinismo ou apologia aos meios digitais, a fundamentação teórica abrange estudos sobre a formação de professores (Gatti *et al*., 2011, 2019) sob um viés crítico (Barreto, 2021), mas também propositivo (Valente; Almeida, 2014), uma vez que as novas possibilidades criadas pelas tecnologias, inclusive móveis, estão trazendo mudanças aos espaços educacionais, mais notadamente nos espaços não-formais e informais.

METODOLOGIA

O método escolhido para o desenvolvimento do estudo em andamento[55] é o hipotético-dedutivo, a partir das concepções de Popper, descritas por Marconi e Lakatos (2003), as autoras detalham que, para Popper, a investigação parte de um problema e a este é oferecida uma resposta provisória, chamada de teoria-tentativa. Em seguida, questiona-se a solução, a fim de eliminar o erro, e, tal como no caso da dialética, esse processo renova a si

[55] A pesquisa está em processo de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFG.

mesmo, dando surgimento a novos problemas. Para isso, o percurso metodológico da pesquisa foi delimitado em estreita articulação com o problema e os objetivos, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Delineamento metodológico da pesquisa

Objetivo geral: compreender como ocorre a apropriação crítica de novas tecnologias digitais, como o celular, a inteligência artificial e o ChatGPT, nos cursos de licenciatura da UFG, abrangendo tanto os documentos institucionais, projetos pedagógicos, a infraestrutura tecnológica quanto a percepção dos docentes..		
Questões de pesquisa	Objetivos específicos	Método e procedimentos
Existem elementos que favoreçam a apropriação crítica de novas tecnologias digitais (celular, IA e *ChatGPT*) nos documentos normativos e institucionais, além dos PPC dos cursos de licenciatura da UFG?	Averiguar os documentos oficiais que contenham determinações e/ou recomendações acerca do uso de tecnologias digitais na formação de professores;	Análise documental dos documentos oficiais e regulamentadores que estão disponíveis em sítios online.
	Analisar os projetos pedagógicos dos curso de licenciaturas da UFG, para identificar elementos que favoreçam a apropriação crítica novas tecnologias digitais pelo professor nos contextos educacionais da formação de professores;	Método hipotético-dedutivo - Pesquisa bibliográfica e análise documental (Lakatos; Marconi, 2003). Análise dos PPC dos cursos.
Qual a infraestrutura tecnológica disponível aos docentes nos cursos de licenciatura da UFG?	Mapear a infraestrutura tecnológica dos cursos de licenciaturas a fim de identificar os recursos disponíveis aos docentes para a formação de futuros profissionais;	Levantamento de itens e apresentação dos resultados.
Qual a percepção dos professores sobre estes recursos nos cursos de licenciatura?	Compreender a percepção dos docentes sobre a relação entre tecnologia e educação com foco no uso de tecnologias digitais como o celular, inteligência artificial e ferramentas como o *ChatGPT* para o processo de ensino e aprendizagem;	Aplicação de questionários e análise qualitativa com uso do *software* Atlas.Ti[56]. Uso de ferramentas analíticas para definição de categorias.
	Extrair, a partir das percepções docentes, caminhos possíveis para a apropriação crítica de novas tecnologias digitais na formação de professores nos cursos de licenciatura da UFG.	Análise de conteúdo do material coletado. Definição a posteriori das categorias de análise (Bardin, 2016).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Neste trabalho são apresentados resultados preliminares referentes aos objetivos específicos que tratam de elementos que favoreçam a apropriação crítica de novas tecnologias digitais (celular, IA e *ChatGPT*) nos cursos de licenciatura da UFG.

[56] *Software* de análise qualitativa de dados.

RESULTADOS

Na legislação federal brasileira, a formação de professores é regida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que não traz determinação explícita sobre uso de tecnologias nessa área, no ensino superior. A LDB teve seis artigos alterados desde 2021 sobre este tema na educação básica. Dessa forma, foi aprovada a Lei n. 14.533/2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital. No seu art. 3, § 1º, inciso IX, é estratégia prioritária do eixo "Educação Digital Escolar", a promoção da formação inicial de professores da educação básica e da educação superior em competências digitais ligadas à cidadania digital e à capacidade de uso de tecnologia, independentemente da área de formação.

Além das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, que dispõem sobre a incorporação de novas tecnologias, a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) n. 4/2024, específica sobre a formação de professores, determina, no art. 4º, inciso VI, que seja garantido "o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC, possibilitando o desenvolvimento de competências digitais docente, para o aprimoramento da prática pedagógica, e a ampliação da formação cultural dos professores e licenciandos" (Brasil, 2024, s/p). Nesse contexto, foram analisados PPC das 23 licenciaturas da UFG, que totalizam 21 documentos (os cursos de Música permitem três habilitações distintas, descritas em apenas um PPC), o mais antigo tem data de 2008 e o mais recente, de 2024. Por meio de uma busca pelo termo "tecnologia" empreendida nesses documentos, verificou-se que vinte deles contemplam o uso de tecnologias para o ensino em alguma medida. Na apuração considerou-se contextos que associam descrição de equipamentos, ferramentas ou metodologias.

Dentre as ocorrências, o PPC do curso de Dança[57], no perfil do curso, afirma que "usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino. Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações" (UFG, 2023, p. 16). O PPC de Ciências Sociais prevê, dentre outros recursos pedagógicos, o uso de tecnologias informáticas, possuindo também o Laboratório de Tecnologias do Processo Educativo. Apenas o PPC de Psicologia, datado de 2014, contém o

[57] Disponível em: https://fefd.ufg.br/p/danca. Acesso em: 12 mai. 2025.

termo “tecnologia” somente nas bibliografias. Um único PPC, de Educação Intercultural, menciona, explicitamente, o uso de dispositivos móveis como ferramentas pedagógicas, e nenhum deles, mesmo os aprovados após 2022, contém alusão à IA ou ao *ChatGPT*. Outros termos análogos, como *smartphone,* celular e tecnologia móvel, não foram encontrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de doutorado abordada neste relato encontra-se em estágio inicial de desenvolvimento e ainda tem algumas etapas a cumprir, conforme descrito no Quadro 1, de maneira que os resultados apresentados poderão sofrer alterações. Nas etapas previstas será realizado o levantamento dos equipamentos disponíveis aos docentes para uso de tecnologias em sala de aula e a coleta de dados empíricos sobre a percepção dos professores formadores acerca do tema.

Os resultados preliminares evidenciam a presença das tecnologias nos documentos institucionais, o que pode favorecer a apropriação crítica nos documentos, mas não assegura que isso aconteça na prática. Tais achados são um convite à reflexão sobre as possibilidades de ampliação dessa apropriação crítica na formação de professores, uma vez que atualmente não se pode ignorar as novas tecnologias, pois elas estão integradas na sociedade.

À guisa de conclusão, esses resultados remetem a Barreto (2021), quando afirma que, mesmo as tecnologias sendo um elo entre diretrizes curriculares baseadas em competências, a trama envolta nessa relação não pode ser apenas matéria de mistificação, reforçando, por exemplo, a parceria público-privado. Para o docente, por vezes, são desconsiderados os contextos, a formação, a infraestrutura, abrindo espaço, não somente para a precarização nas formas de uso das tecnologias digitais no ensino, mas para uma percepção distorcida dos professores quanto ao lugar das novas tecnologias em processos formativos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2016.

BARRETO, R. G. A escola entre os embates na pandemia. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. 1-16, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 4/2024.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Brasília, 2024.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** 9. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GATTI, B. A; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil:** um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A.; ALMEIDA, P. C. A. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, R. P.; FURKOTTER, M. O celular na aula universitária: possibilidade ou desafio?. **Educ. Rev.**, Curitiba, v. 39, e84255, 2023.

LOPES, R. P.; FÜRKOTTER, M. Tecnologias móveis: do possível ao realizável na educação. **Revista Eletrônica de Educação**, v.16, 1-21, jan./dez. 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. 2. ed. reimpr. Rio de Janeiro : E.P.U., 2018.

SANTAELLA, L; KAUFMAN, D. O papel dos algoritmos de inteligência artificial nas redes. **Revista Famecos**, v. 27, p. 1-10, 2020.

SANTAELLA, L. **Cultura das mídias.** São Paulo: Experimento, 2003.

UFG. Universidade Federal de Goiás. **Projeto Pedagógico do Curso de Dança**. Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD). Goiânia: UFG, 2023.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. Narrativas digitais e o estudo dos contextos de aprendizagem. **Revista em Rede.** v. 1. n. 1. p. 32-50, 2014.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS PRIMEIROS ANOS ESCOLARES PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO COM TECNOLOGIAS DIGITAIS: RESULTADOS INICIAIS DE PESQUISA

Rafaella Hellen Faria
Orientadora: Profa. Dra. Rosemara Perpetua Lopes

Resumo: A formação continuada para o trabalho pedagógico com tecnologias digitais nos primeiros anos escolares revela-se um desafio diante do contexto digital. Desse modo, a pesquisa relatada neste trabalho tem como objetivo geral investigar a formação continuada para o trabalho pedagógico com tecnologias digitais oferecida aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental do município de Luziânia/GO, no decorrer das duas últimas décadas, com enfoque nas iniciativas e políticas educacionais, considerando as ações implementadas no estado de Goiás. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e documental, realizada com base em legislações, programas, planos e cursos disponíveis em plataformas governamentais e outros. O estudo está em andamento, os resultados iniciais aqui apresentados indicam a existência de iniciativas federais, estaduais e municipais, ao mesmo tempo em que revelam que, para os primeiros anos escolares, essas ações são limitadas e desvinculadas das reais necessidades da escola. Tais resultados reforçam a importância de investir em uma formação continuada que promova o desenvolvimento crítico-reflexivo do professor.

Palavras-chave: formação continuada de professores; ensino fundamental; tecnologias digitais; políticas públicas.

Introdução

No atual cenário educacional, é crescente a demanda por profissionais da educação que tenham conhecimentos relacionados às tecnologias digitais e sua inserção na prática pedagógica. Paradoxalmente, observa-se uma lacuna entre as políticas de formação e as reais necessidades docentes, o que justifica a investigação sobre o tema.

Para Kenski (2007), a formação docente deve ultrapassar a dimensão instrumental das tecnologias e se constituir como espaço de compreensão e transformação da prática educativa, de maneira que o docente tenha conhecimentos que permitam decidir adotá-las ou não no ensino. A autora argumenta que o simples domínio técnico dos artefatos e mídias não garante mudanças na prática pedagógica.

Complementarmente, Nóvoa (1992) salienta que a formação de professores deve ser compreendida como um processo permanente e indissociável da prática profissional. O autor defende que é na relação entre o saber e o fazer docente que se constrói a identidade do

educador, sendo, por isso, fundamental investir em formações que valorizem a experiência, a autonomia e o desenvolvimento profissional.

Partindo desses pressupostos, a pesquisa de mestrado ora relatada considera o seguinte problema: que formação continuada para o trabalho pedagógico com tecnologias digitais tem sido ofertada aos professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental no município de Luziânia, estado de Goiás, nas duas últimas décadas? Como essa formação se caracteriza, em termos de iniciativas e políticas educacionais?

Diante disso, tem-se como objetivo geral investigar a formação continuada para o trabalho pedagógico com tecnologias digitais oferecida aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental do município de Luziânia/GO, no decorrer das duas últimas décadas, com enfoque nas iniciativas e políticas educacionais, considerando as ações implementadas no estado de Goiás.

Para alcançar tal propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: mapear políticas nacionais de formação continuada de professores para os anos iniciais do ensino fundamental em tecnologias digitais, datadas de 2005 a 2025; identificar e categorizar cursos e demais ações de formação continuada voltados ao trabalho pedagógico com tecnologias digitais nos anos iniciais do ensino fundamental implementados no município de Luziânia.

Além disso, pretende-se: caracterizar a formação continuada em tecnologias digitais ofertada aos professores dos primeiros anos escolares do município de Luziânia quanto a aspectos como carga horária, duração, local de realização, público-alvo, conteúdo, objetivos e outros; analisar e discutir a formação propiciada quanto aos conhecimentos veiculados, à abordagem subjacente e as relações com a realidade escolar.

Metodologia

A pesquisa tem abordagem qualitativa, sendo descritiva e documental. As fontes documentais selecionadas incluem legislações em âmbito federal, estadual e municipal, planos e programas de formação, registros da Secretaria Municipal de Educação de Luziânia e documentos disponibilizados por órgãos como o Ministério da Educação e a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc/GO). O tratamento e a análise desses documentos vêm

sendo realizados a partir de categorias construídas com base nos objetivos específicos da pesquisa.

A análise dos dados será norteada pelo método de análise de conteúdo (Bardin, 2011). Atualmente, a investigação encontra-se em fase de finalização da coleta de documentos, tratamento e sistematização dos dados levantados, a etapa posterior, de análise, discussão e interpretação, conta com o aporte teórico de Kenski (2007, 2012, 2014), no que tange à relação entre tecnologias digitais e prática docente, e Nóvoa (1992, 1997), quanto à formação de professores concebida a partir da profissionalização e da valorização dos saberes docentes.

Resultados iniciais e discussão

Até o momento, foram mapeados documentos normativos federais, estaduais e municipais com enfoque em programas e cursos de formação continuada ofertados entre os anos de 2005 e 2025.

Em âmbito federal, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394/1996, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Plano Nacional de Educação (PNE), a Política Nacional de Educação Digital, o Programa Educação Conectada. No contexto estadual foram identificados o Plano Estadual de Educação de Goiás, a Política de Educação Digital nas Escolas e iniciativas da Seduc/GO e do Centro de Estudo, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação (Cepfor). Também foram localizados cursos ofertados por plataformas como a Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (AVAMEC).

No Cepfor foram localizados 38 cursos, datados de 2024, dos quais seis possuíam foco em tecnologias digitais, sendo quatro com carga horária de quarenta horas, um de oitenta horas e um de cento e vinte horas. Em 2025, também foram identificados 32 cursos, um para formação em pares, voltado para professores formadores, com três módulos, sendo o primeiro sobre letramento digital com carga horária total de quarenta horas e sete cursos voltados para tecnologias digitais, distribuídos em um curso de cento e vinte horas, um de oitenta horas e quatro de quarenta horas cada. Todos esses cursos datados do período compreendido entre 2024 e 2025 são oferecidos pela modalidade da Educação à Distância (EaD).

Quanto à plataforma AVAMEC, foram mapeados duzentos e quarenta cursos, sendo 46 já encerrados. Entre os cursos com foco em tecnologias digitais, foram identificados quarenta cursos ativos e 18 encerrados. No recorte por etapa de ensino, 13 cursos são voltados à educação infantil, apenas quatro estão ativos, dois tratam de recursos digitais com foco em ensino remoto e estratégias de implementação do ensino à distância, ambos encerrados em 2020. Para os anos iniciais do ensino fundamental foram encontrados 41 cursos, sendo três voltados às tecnologias digitais, dois encerrados e um ativo, este último voltado ao desenvolvimento do pensamento computacional.

Os cursos sobre tecnologias concentram-se no uso instrumental de ferramentas digitais, cultura digital básica, recursos educacionais, inteligência artificial e pensamento computacional. Sob determinado ponto de vista, embora possam representar avanço na implementação de recursos tecnológicos no cotidiano escolar, a julgar por sua configuração e objetivos, tais cursos ainda se limitam a abordagens técnicas, com pouca articulação com os projetos das escolas e o desenvolvimento profissional dos professores, remetendo ao alerta de Nóvoa (1997, p. 24), no ponto em que afirma que a formação “tem ignorado, sistematicamente, o desenvolvimento pessoal” e a ausência de articulação entre formação e projetos escolares fragiliza o processo formativo.

Além disso, Kenski (2007) sustenta que o processo de formação docente para o uso das tecnologias, quando reduzido a aspectos técnicos, desconsidera os aspectos pedagógicos e críticos fundamentais a uma prática docente transformadora. Ao analisar os cursos oferecidos pelo AVAMEC e pelo Cepfor, nota-se a escassez de formação voltada, especificamente, aos professores dos primeiros anos da educação básica, o que revela um distanciamento entre as políticas de formação continuada e as reais necessidades dos professores dessa etapa escolar, levando a questionar o motivo de .

Em conjunto, os resultados apurados até o momento apontam a necessidade de repensar a formação e suas prioridades, bem como promovê-la a partir de uma perspectiva crítico-reflexiva, conforme proposto por Lima e Lopes (2024). Apesar de iniciais, tais resultados convidam a aprofundar o debate sobre as políticas de formação continuada para os primeiros anos escolares.

Considerações finais

A pesquisa de mestrado relatada neste trabalho encontra-se em andamento, em fase de conclusão da coleta e sistematização das fontes documentais para posterior análise. Os resultados iniciais apresentados permitem considerar que, apesar da existência de políticas públicas e programas de formação continuada de professores nas esferas federal, estadual e municipal, a presença de formações específicas sobre tecnologias digitais para os primeiros anos escolares é incipiente e pouco articulada às reais necessidades da escola.

Esses resultados preliminares apontam lacunas nas políticas de formação e limitações, como a dificuldade de acesso a documentos municipais atinentes ao objeto investigado e a escassez de dados qualitativos sobre o impacto efetivo dessas formações na atuação docente.

Atualmente, a pesquisa avança no sentido de responder ao problema proposto e alcançar os objetivos traçados. A análise documental em curso será fundamental para consolidar os resultados obtidos até o momento.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** Campinas: Papirus, 2012.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e tempo docente.** Campinas: Papirus, 2014.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; LOPES, Rosemara Perpétua. **Formação continuada de professores para apropriação crítico-reflexiva de tecnologias na educação básica**. Goiânia: Cegraf/UFG, 2024. Disponível em: https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/560/481/2057. Acesso em: 12 mai. 2025.

NÓVOA, António. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, 1997.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

PROFESSOR, ALUNO E TECNOLOGIAS UBÍQUAS: RESULTADOS PRELIMINARES DE UMA PESQUISA SOBRE CONFLITOS EXISTENTES EM IPES DA REGIÃO CENTRO-OESTE BRASILEIRA

Paulo Henrique Santana de Oliveira
Orientadora: Profa. Dra. Rosemara Perpetua Lopes

RESUMO: O presente relato de pesquisa focaliza possíveis conflitos entre professores e alunos mediados por tecnologias digitais móveis, com destaque para Inteligência Artificial Generativa (IAG), no contexto do ensino superior público da região Centro-Oeste do Brasil. Diante do avanço acelerado e da crescente popularização da Inteligência Artificial (IA), a pesquisa aqui abordada parte das seguintes questões: nas salas de aula das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) existe conflitos entre docentes e discentes motivados pelo uso de tecnologias digitais móveis e IAG? Em caso afirmativo, qual o contexto, os envolvidos, a tecnologia, o encaminhamento e, principalmente, como interpretar tais ocorrências à luz do conhecimento científico da área educacional? Desse modo, o objetivo geral consiste em analisar a existência e a natureza dos conflitos entre professores, alunos e tecnologias digitais móveis, incluindo IAG e *smartphone*, no ensino superior público da região Centro-Oeste, identificando seus principais tipos, locais de ocorrência e características. Assim, empreende-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, documental, calcada em registros institucionais, como resoluções, normativas e relatórios de ouvidoria das IPES, tendo como foco os conflitos ocorridos nos últimos vinte anos. O estudo está em fase inicial e sua relevância reside na disseminação da IAG e de dispositivos móveis marcados pela ubiquidade nos atuais processos formativos. Espera-se que os resultados contribuam para inspirar políticas educacionais voltadas à apropriação crítica, equilibrada e ética das Tecnologias Móveis de Conexão Sem Fio (TMSF), preservando a qualidade das relações entre professores e alunos.

Palavras-chave: trabalho docente, ensino superior, tecnologias digitais móveis, inteligência artificial.

INTRODUÇÃO

Os resultados preliminares apresentados neste trabalho são oriundos de um estudo que focaliza possíveis conflitos entre professores e alunos envolvendo tecnologias digitais móveis, com destaque para Inteligência Artificial Generativa (IAG), no contexto do ensino superior público da região Centro-Oeste do Brasil. A pesquisa parte das seguintes questões: há conflitos entre professor, aluno e tecnologias digitais móveis, incluindo a Inteligência Artificial Generativa (IAG), no dia a dia do ensino nas instituições públicas de ensino superior da região Centro-Oeste? Caso afirmativo, quais são, onde ocorrem e como eles se caracterizam? A partir de tais questionamentos propõe-se, a título de objetivo geral, investigar a existência e a natureza dos conflitos entre professores, alunos e tecnologias digitais móveis,

incluindo IAG, no ensino superior público da região Centro-Oeste, identificando os tipos de conflito, locais de ocorrência e características.

O estudo está fundamentado nas obras de Adorno (1985, 1995), Gatti (2014), Barreto (2019), Zuin (2015, 2018), Lopes (2023), Kuenzer (1999), entre outras.

METODOLOGIA

O estudo de doutorado relatado neste trabalho adota uma abordagem qualitativa voltada à compreensão aprofundada de como as Tecnologias Móveis de Conexão Sem Fio (TMSF), especialmente a IAG, afetam a dinâmica educacional e as interações entre professores e alunos. Além disso, permitirá identificar padrões, contextos e implicações desses conflitos.

A pesquisa documental em andamento parte de registros das ouvidorias das instituições públicas de ensino superior da região Centro-Oeste do Brasil, além de resoluções, normativas e outros documentos institucionais. O período delimitado abrange os últimos vinte anos, em uma tentativa de mapear a evolução dos conflitos e a forma como as instituições têm regulamentado a inserção de TDIC no ensino superior, como foco nas já mencionadas TMSF e IA. A coleta de dados ocorrerá a partir da identificação de manifestações documentadas sobre conflitos envolvendo tecnologias digitais móveis, categorizando-os conforme sua natureza, frequência e como podem afetar a relação professor-aluno.

O trabalho metodológico será norteado por procedimentos descritos em um roteiro de elaboração própria, que incluirá os locais de coleta, os documentos priorizados organizados por categoria, as etapas do processo (da coleta ao tratamento e análise), as metas por etapa e o que buscar nos documentos, tendo em vista os objetivos específicos da pesquisa.

A formulação do roteiro está assentada em Marconi e Lakatos (2021), que conceituam o estudo documental como uma pesquisa que utiliza fontes secundárias, como documentos, arquivos e registros já produzidos, para extrair informações relevantes para a análise do fenômeno investigado. Esse tipo de estudo se distingue pela análise crítica e interpretativa dos documentos e pode ser tanto exploratório quanto descritivo, a partir dos objetivos da pesquisa.

A obtenção de documentos institucionais, como resoluções, registros de ouvidorias, cujo acesso é assegurado pela Lei de Acesso à Informação (LAI) n. 12.527/2011, e outras fontes que farão parte do universo de pesquisa ocorrerá por meio de consulta aos sítios eletrônicos institucionais e comunicação formal às IPES, informando, de forma detalhada, do que trata a pesquisa e solicitando apoio e colaboração para conseguir os referidos dados.

A análise dos dados coletados será conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), que permite categorizar e interpretar criticamente os sentidos emergentes nos textos. O tratamento dos dados qualitativos será realizado com o auxílio dos *softwares* IRaMuTeQ e Atlas.ti, que possibilitam organização, segmentação, análise lexical e temática dos materiais coletados, favorecendo a identificação de padrões discursivos, recorrências e categorias analíticas relevantes. Essa triangulação metodológica permitirá conferir maior rigor e profundidade à análise, contribuindo para uma compreensão crítica e contextualizada dos conflitos pedagógicos mediados pelas tecnologias digitais nas IPES da região Centro-Oeste.

Considerando que a pesquisa está em fase inicial, apresentam-se como resultados neste trabalho alguns dados iniciais coletados no sistema e-MEC com o intuito de discriminar a distribuição de cursos superiores nas IPES na região Centro-Oeste, utilizados para delimitar o universo da pesquisa. Esses dados orientam a coleta de documentos institucionais e registros de ouvidoria, que serão analisados com o apoio dos *softwares* IRaMuTeQ e Atlas.ti.

RESULTADOS PRELIMINARES

Esta pesquisa se encontra em fase de reestruturação metodológica, razão pela qual ainda não dispõe de resultados, propriamente ditos. Desse modo, optou-se por relatar passagens iniciais do percurso que se pretende percorrer, referentes ao escopo do estudo.

Os dados apresentados na Tabela 01 consistem em uma amostra coletada por meio de pesquisa documental no sítio eletrônico do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC[58]), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), entre os dias 15 e 17 de março de 2025. Esses dados referem-se à distribuição quantitativa de instituições

[58] Endereço eletrônico: https://emec.mec.gov.br/emec/nova. Acesso em: 13 mai. 2025.

públicas de ensino superior e seus respectivos cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos) em atividade na região Centro-Oeste do Brasil. A amostra foi selecionada com o intuito de sustentar as etapas iniciais da pesquisa, fornecendo um panorama sobre a oferta educacional pública na região, de modo a auxiliar na delimitação do universo da pesquisa e coleta de documentos institucionais, como resoluções, normativas e, sobretudo, registros de ouvidoria.

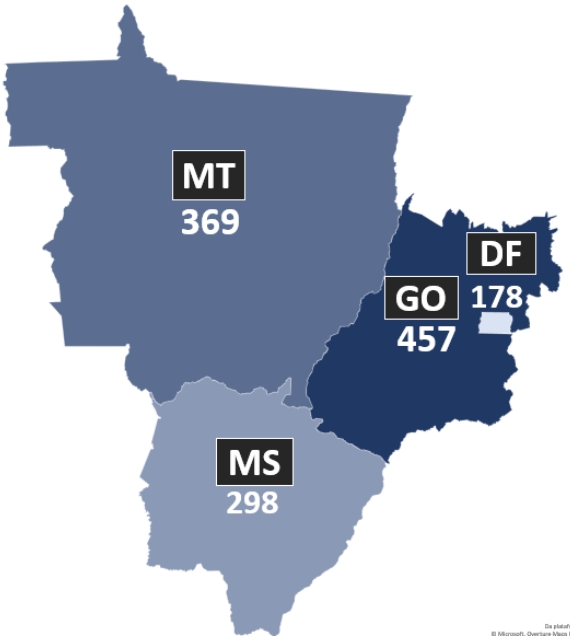
Tabela 01 - Instituições de ensino superior públicas do Centro-Oeste

NOME COMPLETO	SIGLA	ESTADO	TIPO	CURSOS SUPERIORE	BACHARELADO	LICENCIATURA	TECNOLÓGICO
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS	IFG	GO	Federal	52	27	21	4
INSTITUTO FEDERAL GOIANO	IF Goiano	GO	Federal	65	38	14	13
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG	GO	Estadual	156	62	75	19
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO	UFCAT	GO	Federal	35	20	14	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	GO	Federal	124	80	44	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ	UFJ	GO	Federal	25	15	10	0
TOTAIS GOIÁS				**457**	**242**	**178**	**37**
INSTITUTO FEDERAL DE BRASILIA	IFB	DF	Federal	32	4	15	13
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	DF	Federal	130	89	41	0
UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	UnDF	DF	Estadual	16	7	4	5
TOTAIS DISTRITO FEDERAL				**178**	**100**	**60**	**18**
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	IFMT	MT	Federal	76	28	20	28
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	MT	Estadual	169	84	66	19
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	MT	Federal	100	64	36	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS	UFR	MT	Federal	24	15	9	0
TOTAIS MATO GROSSO				**369**	**191**	**131**	**47**
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	MS	Federal	55	29	24	2
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	IFMS	MS	Federal	26	10	2	14
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	MS	Estadual	84	44	33	7
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	MS	Federal	133	71	53	9
TOTAIS MATO GROSSO DO SUL				**298**	**154**	**112**	**32**
TOTAL GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO CENTRO OESTE				**2306**	**1220**	**850**	**236**

Fonte: Elaboração própria.

Para obtenção dos resultados da Tabela 01 os parâmetros indicados foram: a) busca por curso de graduação; b) informar a sigla da instituição pública de ensino superior; c) selecionar o campo UF de acordo com o parâmetro sigla; d) marcar em grau as opções bacharelado, licenciatura e tecnológico e; e) marcar a opção situação com o valor “em atividade”. A seguir a Figura 01 mostra o quantitativo geral de cursos de graduação por estados do centro-oeste e Distrito Federal.

Figura 01 - Quantitativo de cursos superiores por estado do Centro-Oeste



Fonte: Elaboração própria. Data: 27/04/2025.

A Tabela 01 e a Figura 01 apresentam uma amostra das instituições públicas de ensino superior da região Centro-Oeste, incluindo universidades e institutos federais, além das instituições do Distrito Federal. Esses dados metodológicos são relevantes por definirem o recorte da pesquisa, permitindo mapear a presença e a distribuição das instituições que compõem o universo a analisar. Esse levantamento inicial orienta a coleta dos documentos institucionais e registros de ouvidoria, que servirão como base para compreender os conflitos relacionados ao uso de tecnologias digitais móveis no contexto educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de cunho qualitativo abordada neste trabalho propõe investigar a existência e as características de possíveis conflitos emergentes entre professores e alunos mediados por tecnologias digitais móveis, por meio de análise documental. Os resultados apresentados são preliminares e referentes ao processo de coleta de material para análise, atualmente em andamento.

O processo vivenciado até o momento confere relevância à investigação iniciada, na medida em que dados como os da Tabela 01 exorta a problematizar não apenas o contexto

de uso das tecnologias, mas também os sentidos atribuídos a elas pelos diferentes atores institucionais, bem como o papel da escola nos dias atuais e o seu futuro em uma sociedade que insiste em incorporar tecnologias à educação pela via da substituição (Barreto, 2019).

Nesse contexto, conclui-se que repensar o desenho metodológico aproximou o pesquisador do objeto de estudos da pesquisa e reforçou a expectativa de que, ao mapear diretrizes, normativas e relatórios de ouvidoria, seja possível identificar tendências, lacunas e tensões que fomentem uma reflexão mais ampla e aprofundada sobre as TMSF e suas relações no ensino superior. Mantém-se o desejo de que este estudo possa contribuir para futuras políticas que promovam práticas pedagógicas conscientes, éticas e alinhadas aos desafios educacionais do século XXI, pautadas na valorização do trabalho e da formação docente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação.** Tradução de Wolfgang Leo Maar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologias na educação brasileira: de contexto em contexto. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 43, p. 218-234, 2019.

GATTI, B. A. Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 24- 54, 2014.

KUENZER, Acacia Zeneida. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrante. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XX, n. 68, p. 163-184, dez. 1999.

LOPES, Rosemara Perpetua; FÜRKOTTER, Monica. O celular na aula universitária: possibilidade ou desafio? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, e84255, 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. A autoridade pedagógica em tempos de cultura digital. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 29, n. 58, p. 745-769, jul./dez. 2015.

ZUIN, Vânia Gomes; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. O celular na escola e o fim pedagógico. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 143, p. 419-435, abr./jun. 2018.

A DUPLA/TRIPLA JORNADA DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: IMPACTOS NO TRABALHO PEDAGÓGICO

Izabela Beatriz Minela de Oliveira
Orientadora: Profa. Dra. Sandra Valéria Limonta

RESUMO: A pesquisa tem como finalidade conhecer e analisar, por meio da História Oral, a trajetória profissional de professoras que atuam no segundo segmento do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos e que realizam dupla e/ou tripla jornada de trabalho, seja na escola, nos estudos, no lar ou em outra instância, buscando entender o impacto deste fenômeno no trabalho pedagógico desenvolvido na escola. Em nossa sociedade capitalista-burguesa, a exploração do trabalho se dá, também, no contexto da exploração de gênero. Tal relação não é fruto desse específico modo de produção, porém, ambas as formas de opressão se relacionam dialeticamente, ocorrem em conformidade e cooperam para uma maior exploração e segregação de determinados grupos sociais - nesse caso, as mulheres. Ao mesmo tempo, sabe-se que a docência, sobretudo na Educação Básica, é majoritariamente composta por mulheres, uma profissão que tem enfrentado, cada vez mais, processos de precarização e formas burocráticas de controle.

Palavras-chave: Trabalho docente. Gênero. Dupla/tripla jornada de trabalho. História oral.

Introdução, fundamentação teórica e problema de pesquisa

O projeto aqui proposto busca compreender o impacto, no trabalho pedagógico, da dupla/tripla jornada de trabalho vivenciadas por professoras do segundo segmento do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Educação de Senador Canedo. Por meio da história oral e da entrevista em profundidade, buscaremos captar a trajetória profissional e as atuais vivências das professoras, e como, num sistema econômico que valoriza a individualidade e a competitividade, este fenômeno da dupla/tripla jornada tem impactado o trabalho pedagógico.

Para analisar o fenômeno, é preciso considerar a desigualdade de gênero, que constitui as atuais formas de divisão do trabalho e se impõe na cultura. Essa desigualdade não se deve ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas é evidente que complexificação deste fortaleceu e afirmou formas de opressão. Saffioti afirma que “o modo capitalista de produção eleva ao máximo a contradição presente em todas as formações econômico-sociais anteriores assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano” (1976, n.p).

Na emergência do capitalismo houve uma modificação no indivíduo, a construção de um novo ser humano que atendesse às demandas exclusivas do sistema, nesse caso, do capital. Nesse cenário, segundo Kergoat (2009), o trabalho se constituiu um importante meio pelo qual homens e mulheres têm seus papeis sociais construídos. Essa construção baseada no que os indivíduos podem ou não podem fazer, podem ou não podem ser, partindo de seu sexo biológico, tem suas raízes na divisão sexual do trabalho, sobre a qual são construídos o masculino e o feminino sob a ideia da pré-existência de uma essência biológica. A divisão dos papeis sociais, relegados ao sexo biológico, e à divisão sexual do trabalho, segundo Kergoat (2009) reforçaram e legitimaram a concepção binária e contraposta: masculino/feminino.

Analisar o processo da divisão sexual do trabalho se faz importante na medida em que revela não apenas a desigualdade existente nas relações sociais de sexo, mas as ferramentas que a sociedade utiliza para hierarquizar essa relação (Kergoat, 2009). Além da desvalorização econômica na esfera produtiva, as tarefas domésticas na esfera reprodutiva continuaram a ser designadas à mulher, o que resulta na dupla/tripla jornada de trabalho, essencial à manutenção do sistema capitalista.

> [...] a intersecção do trabalho com a reprodução, na conformação capitalista serve ao capital, não somente pela exploração da força de trabalho feminina no espaço produtivo, mas também porque as atividades desenvolvidas pelas mulheres na esfera doméstica garantem, entre outras coisas, a manutenção de "trabalhadores/as" para o mundo do trabalho assalariado (Nogueira, 2010, p. 59).

As conquistas das mulheres nos campos social, econômico e político concederam-lhes certa liberdade e independência, ao mesmo tempo, foram submetidas a uma realidade de múltiplas funções além do trabalho formal para além do lar, tidas como responsabilidades específicas do gênero, como o cuidado com o lar e com os filhos. A dupla jornada de trabalho, como foi nomeado tal fenômeno, se estendeu como tripla jornada de trabalho às mulheres que buscavam aprimorar a educação formal e a capacitação profissional (Nogueira, 2010).

Tendo em vista a não possibilidade de pesquisar a respeito da subordinação e da resistência das mulheres sem atravessar a concepção do patriarcado, serão utilizadas autoras como Safiotti (1976) (1979), Nogueira (2010), Davis (2016), Kergoat (2009) e Arruzza (2015). Os estudos de Federici (2019) acerca desses assuntos também serão considerados, ainda que seja de plena ciência sua contrariedade a alguns pontos adotados como base para essa pesquisa.

Sobre a feminização do trabalho docente e as relações gendrificadas inseridas nessa conjuntura, Lobo (1991), Hypolito (2020) e Apple (1987) orientarão as discussões a serem realizadas. A respeito do trabalho docente numa perspectiva das contradições que permeiam essa área de estudo e atuação, nos pautamos em autores como Saviani (2014), Mészàros (2007) e Apple (2003).

A partir das premissas teóricas e do tema da pesquisa apresentado até aqui, podemos sintetizar nosso problema de pesquisa da seguinte forma: Quais são os impactos da dupla/tripla jornada de trabalho de professoras do segundo segmento do Ensino Fundamental da EJA em suas práticas pedagógicas?

Objetivo geral

Compreender, por meio das narrativas das professoras do segundo segmento do Ensino Fundamental da EJA da Rede Municipal de Educação de Senador Canedo, sobre suas trajetórias profissionais, o impacto da vivência da dupla/tripla jornada no trabalho pedagógico.

Objetivos específicos

Levantar uma base bibliográfica a respeito do trabalho docente feminino.

Identificar e analisar como as professoras compreendem as condições e possibilidades de formação continuada e/ou formação acadêmica.

Evidenciar os possíveis fenômenos da desigualdade de gênero e do adoecimento fomentados pela dupla/tripla jornada de trabalho.

Metodologia

A pesquisa se fundamenta no referencial teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético para pensar o trabalho docente feminino no atual estágio do modo de produção capitalista, pois acreditamos que esse referencial é capaz de compreender a

realidade através da materialidade histórica do movimento, do pensamento e das múltiplas contradições e constantes transformações que formam a totalidade (Oliveira, 2023).

A escolha do materialismo histórico-dialético para pensar o trabalho docente feminino justifica-se pelo fato de que essa teoria parte da realidade social para apreender a aparência e a essência de determinada questão, identificando relações desiguais e discriminatórias a fim de refletir sobre novas formas das relações sociais. Ciente da historicidade dos fenômenos sociais e, portanto, da intencionalidade e parcialidade que os constituem, a teoria materialista assume um posicionamento necessário à superação dos interesses individuais e à exploração de grupos socialmente marginalizados.

A metodologia da pesquisa é a história oral, que se propõe a estudar e analisar as narrativas e percepções das professoras entrevistadas e o procedimento de coleta de dados será a entrevista em profundidade. A escolha da metodologia da história oral justifica-se na medida em que esta permite o registro e a valorização das vozes, memórias e experiências de sujeitos muitas vezes silenciados em procedimentos tradicionais (BRISOLA; MARCONDES, 2011). Somente por meio dessa metodologia é que a pesquisa se humaniza, transcende ao ambiente acadêmico e atinge o universo íntimo muitas vezes ignorado ou subestimado em estudos tradicionais, muitas vezes descolados e distantes da realidade. O procedimento de pesquisa é a entrevista em profundidade. Segundo Cassab e Ruscheinsky (2004),

> A busca pelas fontes orais diz respeito à possibilidade da interpretação de temas da história ainda insuficientemente registrada por outros tipos de informações, a fatos relevantes cuja documentação se deseja completar ou abordar por ângulo diverso do habitual. Um dos momentos mais sublimes da pesquisa pode ser caracterizado como um momento em que as relações sociais já vividas são dilapidadas e recriadas, quando o hoje visita o ontem com outros olhares e perspectivas, construindo o passado pelo presente e reconstruindo o próprio presente (p. 25).

O projeto passará pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás e, assim que aprovado, entraremos em contato com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura para apresentar o projeto e obter autorização para o contato e realização das entrevistas com as professoras. As entrevistas serão videogravadas e serão realizadas de forma presencial ou online, de acordo com a disponibilidade das professoras.

Resultados iniciais/parciais e discussão

No presente momento a pesquisa encontra-se em fase inicial, estamos no processo seleção de material bibliográfico que permita consolidar a fundamentação teórica e situar a produção acadêmica já existente sobre o objeto de pesquisa e os principais conceitos que sustentarão as análises das entrevistas – trabalho, gênero e trabalho docente, bem como aprofundando os conhecimentos sobre história oral, entrevista em profundidade e análise de entrevistas. O projeto segue em desenvolvimento, sendo continuamente aprimorado com base nos conhecimentos adquiridos e nos diálogos estabelecidos dentro do ambiente acadêmico.

Referências

APPLE, Michael. **Educando à direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, Michael. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. **Cadernos de pesquisa**, n. 60, p. 3-14. 1987.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro**, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 05 de Maio de 2025.

BORGES, Vilmar José; BORGES, Jullizze Maia. Potencialidades da História Oral na pesquisa e na forma(ação) docente: percurso metodológico. **Teias**, v. 22. n. 64, 2021.

BRISOLA, E. M. A.; MARCONDES, N. A. V. A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos. **Revista Ciências Humanas**, vol. 4, n. 1, p. 124-136, jan-jul/2011. Disponível em: https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/9/8. Acesso em: 06 de Maio de 2025.

CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY, Aloísio. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **Biblos**, v. 16, p. 7-24, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. São Leopoldo: Oikos, 2020.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

LOBO, Elizabeth Souza. As operárias, o sindicato e o discurso sociológico. In: **Classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 115 -142;

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. In: **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Aurora**, n. 6, p. 59-62, 2010.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de. Materialismo histórico e dialético e a pesquisa em educação: considerações metodológicas a partir das obras de Marx. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 15, n. 2, p. 407-429, ago. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.51832. Acesso em: 05 de Maio de 2025.

SAFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFIOTTI, Heleieth. O fardo das brasileiras - de mal a pior. **Escrita,** Ano III, n. 5, São Paulo, 1979, pp. 10-39.

SAVIANI, Dermeval. O paradoxo da educação escolar: análise crítica das expectativas contraditórias depositadas na escola. In: **O lunar de Sepé**. Campinas-SP: Autores Associados, 2014, p. 85-99.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR: CONTEXTOS PEDAGÓGICOS E HUMANOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E DOMICILIAR A ESTUDANTES EM IMINÊNCIA DE MORTE PELO PROJETO “HOJE” EM GOIÁS (2000-2013)

Marcia Gouveia da Cunha
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira

Resumo: Este estudo tem como objetivo investigar e compreender o contexto didático-pedagógico e humano vivenciado por estudantes em iminência de morte, por meio da análise dos cadernos pedagógicos das professoras de classe hospitalar do Projeto “Hoje”. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, que pretende identificar e analisar os registros referentes aos encaminhamentos didático-pedagógicos realizados pelas professoras junto a esses estudantes, no período de 2000 a 2013, na cidade de Goiânia. O

acervo documental da pesquisa é composto por 291 cadernos pedagógicos provenientes de 13 instituições hospitalares e do atendimento domiciliar. A investigação encontra-se atualmente em fase inicial, dedicada à leitura exploratória e à sistematização preliminar desses documentos. Até o momento, percebe-se que a pesquisa provavelmente concentrará sua análise nos cadernos pedagógicos produzidos no Hospital Araújo Jorge (HAJ), devido à maior incidência de registros de óbitos relatados pelas professoras. Essa concentração permitirá uma compreensão mais profunda das situações didático-pedagógicas relacionadas a estudantes em iminência de morte, contribuindo para os objetivos deste trabalho.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Especial. Classe hospitalar. Estudantes em iminência de morte. Projeto Hoje.

Introdução

Este trabalho investiga o contexto didático-pedagógico e humano vivenciado por estudantes em iminência de morte atendidos em classes hospitalares e domiciliares em Goiás. Para isso, define-se o seguinte problema de pesquisa: quais situações e encaminhamentos didático-pedagógicos são registrados pelas professoras do Projeto “Hoje” nos cadernos pedagógicos ao acompanharem estudantes em iminência de morte?

Objetivo Geral: analisar e compreender as situações didático-pedagógicas e humanas registradas pelas professoras atuantes em classe hospitalar e domiciliar do Projeto “Hoje”, relativas aos estudantes em iminência de morte.

Objetivos Específicos:

- Identificar, nos relatórios diários registrados pelas professoras nos cadernos pedagógicos do Projeto “Hoje”, as ocorrências de óbitos entre estudantes no período de 2000 a 2013;
- Analisar o percurso didático-pedagógico descrito nos cadernos pedagógicos, destacando as estratégias e encaminhamentos pedagógicos utilizados com estudantes em iminência de morte.

Para isso, dividimos a pesquisa em duas etapas. Na primeira, atualmente em andamento, realizamos uma pesquisa bibliográfica, análise documental do acervo disponibilizado e levantamento das produções acadêmicas (dissertações e teses) relacionadas ao tema na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Na

segunda etapa ocorrerá a análise detalhada dos dados levantados, especialmente os registros de óbitos e os contextos pedagógicos dos estudantes em iminência de morte.

O projeto “Hoje” foi desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás, iniciando em 1999, visando assistir estudantes hospitalizados. Em 2013, esse atendimento educacional passou a integrar a gerência de ensino especial da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte, sob a denominação Núcleo de Atendimento Educacional Hospitalar (NAEH) (Teixeira et al., 2019).

Nesse contexto estão inseridos os cadernos pedagógicos elaborados pelas professoras entre 2000 e 2013, período em que vigorou o projeto “Hoje”. O acervo é constituído por 291 cadernos pedagógicos de planejamento e relatórios provenientes de 13 instituições hospitalares de Goiânia, além de registros específicos (13 cadernos) de atendimento domiciliar. Esses documentos são mantidos no acervo particular do professor Dr. Ricardo Teixeira.

A maior parte dos cadernos analisados provém da Nefron Clínica de Rim e Hemodiálise (56 cadernos), seguida pelo Centro de Reabilitação e Readaptação (CRER) e pelo Hospital Geral de Goiânia (HGG), ambos com 36 cadernos cada. Outras instituições com significativa documentação incluem o Hospital Santa Casa de Misericórdia (25 cadernos), o Hospital de Doenças Tropicais (HDT, 4 cadernos), o Hospital Araújo Jorge (HAJ, 21 cadernos), o Centro de Doenças Renais (CDR, 15 cadernos) e o Hospital das Clínicas (HC, 14 cadernos). Também há registros de casas de apoio: Casa de Apoio São Luiz (9 cadernos), Casa de Apoio Caminho da Luz (4 cadernos) e Casa de Apoio Quirinópolis (2 cadernos). Outros 26 cadernos não apresentam identificação específica de data ou instituição.

Os cadernos pedagógicos estão estruturados por aula e incluem planejamento com tema, disciplina, objetivos, metodologia e um relatório diário das atividades desenvolvidas. Optamos por analisar detalhadamente esses relatórios, especialmente em busca de registros relacionados a óbitos.

Durante o processo de análise dos registros, identificaram-se múltiplas emoções das professoras, como alegria, tristeza e encantamento pelo trabalho. Os registros mais detalhados e emocionalmente significativos são encontrados no Hospital Araújo Jorge (HAJ),

que também apresenta o maior número de óbitos. Instituições como o CRER possuem relatórios mais sucintos, provavelmente devido a orientações institucionais específicas.

Além disso, destaca-se que o projeto “Hoje” acolhia estudantes de diferentes faixas etárias, incluindo crianças, adolescentes, adultos e idosos, além dos seus acompanhantes. A pesquisa bibliográfica inicial na base da BDTD resultou em seis trabalhos acadêmicos (quatro dissertações e duas teses) diretamente relacionados à classe hospitalar, após rigoroso critério de inclusão dos trabalhos levantados.

As leituras iniciais apontam que discussões pedagógicas específicas sobre classe hospitalar ainda são escassas na literatura acadêmica. Os relatos evidenciam o impacto emocional do ambiente hospitalar sobre estudantes e familiares, revelando que os profissionais da educação precisam lidar cotidianamente com situações de estresse emocional e incertezas, exigindo grande sensibilidade para desenvolver atividades pedagógicas significativas.

Considerações Finais

Até o momento, as leituras permitem inferir um ambiente altamente estressante, marcado por adversidades atípicas ao contexto educacional convencional. As professoras necessitam desenvolver estratégias pedagógicas que transcendam as limitações físicas e emocionais impostas pela doença, oferecendo aos estudantes momentos que amenizem o sofrimento e resgatem a rotina de vida fora do ambiente hospitalar. Os relatos indicam claramente que as aulas são momentos aguardados pelos estudantes e familiares, proporcionando breves intervalos de normalidade e conforto em meio às dificuldades cotidianas vivenciadas no hospital.

Portanto, supomos que será muito interessante analisarmos o percurso didático-pedagógico desses estudantes em iminência de morte, pois muito provavelmente será feito de grande sensibilidade e comprometimento educacional.

Referências

AMORIM, P. S. **Significados da escolarização para crianças/adolescentes com insuficiência renal crônica na vivência com a hemodiálise**. Dissertação (Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2014.

BRAGIO, J. **A fenomenologia de ser professora em uma classe hospitalar**. Tese (Educação) – Pós-Graduação em Educação Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória- ES, 2019.

GOIÁS. **Núcleo de Atendimento Educacional Hospitalar – HOJE**: o que é e como funciona. Gerência de Ensino Especial. Secretaria de Estado da Educação de Goiás, 2013.

GONZALEZ, R. F.; BRANCO, Y. R. **Capacitação de professores de classe hospitalar em relação professor-aluno/paciente na perspectiva Balintiana**. Tese (Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia- GO, 2008.

MARIA ALMEIDA OLIVEIRA, L. DE. **Repercussões da hospitalização no processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes internados em um Hospital Universitário.** Dissertação (Educação) – Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba- MG, 2024.

ROBERTO, R.; NASCIMENTO, A. **Intervenções psicossociais em oncologia**: investigação de práticas do psicólogo junto a crianças com câncer. Dissertação (Psicologia) – Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica- RJ, 2020.

RODRIGUES, J. C. **O corpo entre o riso e o choro na classe hospitalar**. Dissertação (Educação Física) – Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, 2016.

TEIXEIRA, R. A. G. *et al*. Classe Hospitalar: A Gestão Pedagógica de Professores com Educandos em Iminência de Morte. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, v. 35, n. 2, p. 401, 27 ago. 2019.

OS SENTIDOS DA ESCOLA PÚBLICA DE TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

Juliana da Silva Santos Machado
Orientadora: Profa. Dra. Amone Inácia Alves
Bolsista CAPES

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo compreender como se deu a implantação das escolas de tempo integral dentro do contexto neoliberal atual em uma escola de Ensino Médio em Goiânia. Queremos com isso analisar as trajetórias dos estudantes dessa escola, a fim de apreender o antes e o depois dessa escolha pela permanência das escolas. Para essa tarefa utilizamos a pesquisa bibliográfica, apresentando quais discursos predominam no meio acadêmico sobre essa temática, buscando trabalhos principalmente em revistas e periódicos na área educacional. Para a fundamentação teórica dialogamos com Frigotto (2010), e Laval (2019). A partir dos estudos realizados foi possível estabelecer dois principais grupos temáticos. O primeiro refere -se às questões de reformas educacionais pautadas em uma perspectiva mercadológica da educação. E o outro grupo refere-se às contradições entre tempo integral e educação integral nas escolas que têm jornada ampliada. Nessa esteira, os jovens são alvos de várias disputas, o ensino passa a ter como prioridade o atendimento aos interesses do mercado, e acaba esvaziando-se da perspectiva de uma formação humana e integral.

Palavras-chave: Escola de tempo integral; Neoliberalismo; Educação integral.

Introdução

O tema das Escolas de tempo integral tem ganhado proeminência no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, com um amplo debate sobre as reformas educacionais e elaboração da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação - LDB em 1996. A partir desse contexto, algumas ações em âmbito federal foram criadas, a fim de colaborar para a ampliação gradativa da jornada escolar. Um importante documento que fomentou esse projeto foi o Plano Nacional de Educação - PNE (2014 - 2024), que propôs metas robustas visando o aumento do número de escolas públicas brasileiras que ofertam educação em tempo integral.

No Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024, a escola de tempo integral é estabelecida como meta (Meta 6). Que visa a oferta desse modelo de educação em no mínimo 50% das escolas brasileiras, com o atendimento de no mínimo 25% dos estudantes com a jornada ampliada. A justificativa é de que “crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir os níveis de ensino, eliminando mais celeremente o

analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira" (BRASIL, 2014).

Para o alcance dessa meta, a primeira estratégia sugerida no PNE (2014), orienta que as atividades na escola devem ser promovidas com atividades diversificadas, incluindo as esportivas e culturais, com acompanhamento pedagógico e multidisciplinar, por pelo menos 7 horas diárias.

Observando essas orientações, um ponto importante a se destacar, acerca da efetividade dessa proposta no chão da escola, questiona-se: a escola de tempo integral oferece uma educação integral? Ou ela abre precedentes para a realização de uma educação compensatória para as camadas populares? Nesse contexto, as reformas propostas para a educação brasileira pretendem construir que tipo escola? Como compreender os percursos formativos vivenciados pelos jovens nessas escolas?

São questões amplas, que exigem reflexões profundas sobre o cenário Educacional brasileiro, em que se deve discutir sobre temas que impactam diretamente na qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas do país. Um grande exemplo, é a grande influência da perspectiva neoliberal na educação, que impulsiona o aprofundamento das desigualdades escolares conforme indicam os autores Frigotto (2010) e Laval (2019).

Diante da apresentação do objeto de estudo dessa pesquisa, a escola de tempo integral e o neoliberalismo, pretendemos enviar esforços para realizar algumas breves relações sobre essa temática, a fim de compreender como as escolas públicas de tempo integral têm impactado a vida dos estudantes, principalmente no Ensino Médio.

A partir desse contexto de ampliação e implantação das Escolas de tempo integral no Brasil, buscou-se averiguar, pela pesquisa bibliográfica, quais discursos predominam nas revistas científicas e pesquisas acadêmicas sobre o tema. Uma vez que este é um assunto amplamente estudado no campo da educação.

Assim, a fim de contribuir para o avanço dos estudos e promover reflexões críticas sobre esse modelo de ensino, buscamos as produções científicas brasileiras dos últimos dez anos. Esse recorte temporal da década de 2015 a 2025 se deu pelo fato de haver uma significativa abrangência para as escolas de tempo integral no país, para o alcance das metas estabelecidas no PNE (2014)

Outrossim, em 2017 foi instituída a lei nº 13.415 que reformulou a organização curricular do, Ensino Médio impactando diretamente na jornada escolar dos estudantes. Portanto, consideramos importante observar o que foi produzido sobre essa temática nesse contexto.

A importância deste trabalho está em colocar em destaque os impactos da ampliação do tempo na trajetória escolar dos estudantes da educação básica, principalmente no Ensino Médio. Observando nos trabalhos produzidos, quais as repetições e as rupturas presentes nos discursos atuais. Dessa forma, o tema escolhido foi elaborado considerando a importância e atualidade dele, principalmente em um país em que as desigualdades escolares são tão profundas.

Embasando-se nos trabalhos de Lima e Mioto (2007) e Severino (2016), para a construção metodológica da revisão bibliográfica. Selecionamos periódicos científicos de grande relevância nacional e internacional, para observar como a temática sobre as escolas tempo integral tem sido discutida. Para a coleta de dados estabelecemos os seguintes critérios: parâmetro temático, parâmetro linguístico, principais fontes e parâmetro cronológico.

A partir da pesquisa bibliográfica, foi possível estabelecer dois principais grupos temáticos. O primeiro refere -se às questões de reformas educacionais pautadas em uma perspectiva mercadológica da educação. E o outro grupo refere-se às contradições entre tempo integral e educação integral nas escolas que têm jornada ampliada.

Resultados e Discussões

No Brasil as políticas neoliberais, se inserem no contexto das políticas sociais, e refletem seus preceitos nas reformas educacionais principalmente a partir da década de 1990. Influenciada pela discussão sobre a universalização da Educação, advinda principalmente da assinatura da Declaração Mundial de Educação para Todos ocorrida em 1990, na Tailândia.

Esse documento, torna-se um importante instrumento de análise quanto às propostas neoliberais manifestadas de forma sútil, em um discurso que parece enfim trazer uma

esperança para a qualidade e acesso à educação brasileira, principalmente para os mais pobres.

O discurso da equidade ganha força nesse contexto, como uma promessa de diminuir as desigualdades acolhendo as diferenças. Porém essa lógica não revela o real causador das desigualdades, e utiliza a retórica das diferenças para sustentar a ideia de que a igualdade é um mito, quando na realidade "a proteção dos diferentes esconde os desiguais" (RESENDE; MIRANDA, 2016, p. 39). Não há nesse contexto lugar para a crítica das condições sociais que aprofundam as desigualdades, principalmente as educacionais.

Um exemplo evidente dessas políticas neoliberais foi a implementação da Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que institui as escolas de ensino médio de tempo integral, e adequação para a oferta da educação de jovens e adultos no período noturno para aqueles alunos que não conseguem frequentar no horário regular.

Com essa ampliação do tempo de permanência na escola, o currículo escolar também foi reformulado, e de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi organizando em percursos formativos em cinco áreas do conhecimento: Linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e a formação técnica e profissional.

Essa reorganização fez com que disciplinas como História, Geografia, Filosofia e Sociologia fossem aglutinadas dentro das ciências humanas e sociais. A partir de 2018 com a aprovação da reforma do novo Ensino Médio, esse cenário tornou-se ainda mais preocupante, pois somente as disciplinas escolares de Língua Portuguesa e Matemática permaneceram como obrigatórias durante os três anos, e as demais disciplinas ficaram inseridas nas cinco áreas do conhecimento dentro de percursos formativos.

Essa reforma reflete notadamente como a lógica neoliberal, influencia diretamente as políticas educacionais no país. Reformas como essas, abrem caminho para uma flexibilização de importantes conhecimentos para uma formação humana e crítica, e para além disso simplifica a profissão docente a um "notório saber", onde qualquer profissional independente de sua formação possa lecionar essas disciplinas. O currículo passa a ser um espaço de disputa de poder. A autonomia dos professores é questionada, a exploração com alta carga horária de

trabalho, pressão psicológica acaba reproduzindo e naturalizando a violência direcionada à escola, o que culmina em uma educação cuja qualidade passa a ser questionada.

Contribuindo para a compreensão desse movimento, Laval (2019) concebe que o neoliberalismo “é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico” (p. 21). Ou seja, a escola é organizada e pensada, não como um direito social, mas para atender aos interesses do capital, cujo objetivo é manter e reproduzir a sociedade tal como está posta.

Essa perspectiva sedimentou as diretrizes para os programas de indução da jornada escolar em tempo integral. E segundo as pesquisas, afastam a concepção da educação como um direito social, e limitou as possibilidades da efetivação de uma educação integral com a ampliação da jornada escolar (GUILARDUCCI; COELHO, 2025).

Considerações Finais

As pesquisas revelam que esse modelo de ensino alimenta a lógica do individualismo na formação dos jovens, e tem a escola como uma instituição que, mediante sua organização pedagógica, garante os interesses do mercado. Por isso o grande interesse na ampliação da jornada escolar, com a oferta do ensino tecnicista, voltada principalmente para os jovens que estão no ensino médio.

Laval (2019) traz em sua obra a concepção de que nesse cenário o que importa para os alunos é aprender para o trabalho, em que o conhecimento que deve ser valorizado na formação escolar, são aqueles que lhes serão úteis profissionalmente. Esvaziando as discussões teóricas e tornando-as insignificantes, ao passo que cresce o processo de desumanização nas relações trabalhistas, ampliação das desigualdades sociais e ausência do exercício da cidadania de forma autônoma e crítica.

Nessa esteira, os jovens são alvos de várias disputas, o ensino passa a ter como prioridade o atendimento aos interesses do mercado, e acaba esvaziando-se da perspectiva de uma formação humana e integral. A proposta de educação limita a escola pública de forma que não seja possível pensar qualquer organização fora dos arranjos da sociedade capitalista.

Imputando aos estudantes e professores, princípios mercadológicos como a responsabilidade individual pela sua trajetória de vida, empreendedorismo e meritocracia.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB,2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB,2017.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva:** um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, Abr. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/fwBNt6pKWJKTdYrCkxHjPdQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 05 mai. 2025.

GUILARDUCCI, R. M.; COELHO, L. M. C. DA C. Indução da Jornada Escolar de Tempo Integral no Brasil: Descentralização ou Desconcentração?. Revista **Inter-Ação**, Goiânia, v. 48, n. 2, p. 522–543, 2023. doi: 10.5216/ia.v48i2.75588. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/75588 . acesso em: 6 maio. 2025.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos Metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista **Katályses**, Florianópolis, p. 37-45, abr., 2007.

MIRANDA, Marília Gouvea de. O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n.1, p.1-15, jan./abr., 2020. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/62691/34786 Acesso em: 21 fev. 2021.

RESENDE, Anita C. Azevedo; MIRANDA, Marília Gouvea de. **Igualdade, equidade e educação.** In: MIRANDA, Marília Gouvea de (org.). Educação e desigualdades sociais. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 24a Edição rev. e atual. Cortez Editora, São Paulo, 2016.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS

Glacimar Santana Alves Martins Ferreira[1]
Amone Inácia Alves[259]

RESUMO: O presente estudo discute o Programa Saúde na Escola (PSE) como estratégia intersetorial entre os setores da saúde e educação, visando ao desenvolvimento integral dos estudantes no ambiente escolar. Essa aproximação entre os setores da saúde e da educação constitui a base deste estudo, que se propõe a compreender as ações educativas desenvolvidas no Programa Saúde na Escola. Com base na análise de documentos oficiais, legislações e pesquisas acadêmicas, exploram-se os principais eixos de ação do programa, bem como seus efeitos na promoção da saúde e na formação integral e cidadã dos estudantes. A metodologia utilizada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, por meio de revisão documental e bibliográfica, com o objetivo de compreender os desafios e avanços na implementação do PSE nas redes de ensino. Buscou-se a referência nos autores Libâneo (2020), Bueno (2022), e outros. Os resultados indicam que o programa desempenha uma função importante na prevenção de agravos, na promoção da qualidade de vida e na formação cidadã dos estudantes, além de evidenciar a importância da formação de professores e profissionais da saúde para a implementação das ações educativas propostas. Conclui-se que a intersetorialidade e a articulação entre as políticas públicas são relevantes para o fortalecimento do PSE, garantindo uma abordagem integral da saúde no contexto educacional.

Palavras-chave: Programa Saúde na Escola. Educação em saúde. Intersetorialidade. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A relação entre saúde e educação tem sido amplamente discutida como um eixo estratégico para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma escola promotora de direitos. O ambiente escolar, por sua natureza coletiva e alcance sistemático junto a crianças e adolescentes, representa um espaço privilegiado para a promoção da saúde e prevenção de agravos. A articulação intersetorial entre educação e saúde se configura como uma política pública essencial à garantia do bem-estar e da qualidade

[59] Mestranda em Educação (PPGE FE UFG). Professora da Rede Municipal de Educação. Goiânia, Goiás. ORCID: https://orcid.org/0009-0001-9699-5246, e-mail: glacimaralves@discente.ufg.br,
[2] Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE FE UFG). Goiânia, GO. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3131-6230. e-mail: amone_alves@ufg.br.

de vida da população escolar, devido à possibilidade de alcance da comunidade escolar no território.

O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286/2007, representa um marco no avanço da intersetorialidade entre as políticas públicas brasileiras. Ao articular esforços dos Ministérios da Saúde e da Educação, o PSE tem como finalidade promover práticas educativas na prevenção de doenças e agravos, por meio da educação em saúde e ações que favoreçam a permanência e o sucesso escolar. A iniciativa dialoga diretamente com o princípio da integralidade da atenção, conforme preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e com os direitos educacionais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

As ações de saúde no ambiente escolar tiveram início com práticas higienistas e campanhas sanitárias nos séculos XIX e XX. Ao longo das décadas, tais práticas foram ampliadas, sendo progressivamente integradas às políticas curriculares por meio de legislações como as Leis nº 4.024/1961 e nº 5.692/1971. Esta última, por exemplo, determinou a inclusão de Programas de Saúde nos currículos escolares. A LDB de 1996 fortaleceu esse compromisso ao prever o acesso a programas suplementares de assistência à saúde como direito dos estudantes da educação básica (Art. 4º, inciso VII).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)(1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais incorporaram a temática da saúde às disciplinas escolares, com conteúdos sobre o corpo humano, auto cuidado, prevenção de doenças e hábitos saudáveis. Recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estruturou o currículo em competências gerais e específicas, das quais se destaca a competência geral nº 8, que propõe o desenvolvimento do autoconhecimento, do cuidado com a saúde física e emocional e da valorização da diversidade humana. (BRASIL, 2018).

Apesar desses avanços normativos e curriculares, a implementação efetiva do PSE nas redes educacionais ainda enfrenta inúmeros desafios, como a fragilidade na articulação intersetorial, a escassez de formação específica para os profissionais envolvidos, a ausência de planejamento contínuo e a carência de indicadores de monitoramento das ações. Além disso, o atual cenário epidemiológico evidencia agravos recorrentes entre crianças e adolescentes — como obesidade infantil, doenças infecciosas, baixa cobertura vacinal, cáries

dentárias e gravidez precoce — reforçando a urgência de fortalecer as políticas de promoção da saúde no espaço escolar (BRASIL, 2022; IBGE, 2019; PeNSE, 2021).

Diante dessa realidade, emerge a seguinte problemática: quais os principais desafios e perspectivas para a implementação efetiva do Programa Saúde na Escola (PSE) como política intersetorial voltada à promoção da saúde e à formação integral dos estudantes no Brasil?

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar a implementação do Programa Saúde na Escola (PSE), por meio da revisão de literatura e dos marcos legais, as transformações históricas no binômio saúde-educação e a identificação dos principais desafios à sua efetivação nas unidades educacionais.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, realizada por meio de revisão da literatura. A investigação fundamenta-se na seleção, análise e interpretação de documentos oficiais (como decretos, diretrizes, leis e relatórios governamentais) e estudos científicos publicados desde a instituição do Programa Saúde na Escola (PSE), em 2007.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de novembro de 2024 e março de 2025, utilizando as bases de dados SciELO, PubMed e Google Acadêmico, mediante os seguintes descritores: Programa Saúde na Escola, educação em saúde, intersetorialidade, promoção da saúde e políticas públicas.

Os critérios de inclusão consideraram materiais com acesso gratuito, publicados em português, com foco na análise de políticas públicas intersetoriais voltadas à saúde escolar. A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa interpretativa, visando à identificação de temáticas recorrentes, efeitos do programa e desafios na articulação entre os setores da educação e da saúde.

RESULTADOS

As análises documentais e a revisão de literatura identificaram tanto os avanços quanto os desafios relacionados à implementação do Programa Saúde na Escola (PSE). O estudo identificou como desafios o estabelecimento de diretrizes equitativas na intersetorialidade, especialmente na reformulação de políticas que regem o programa, atualmente concentradas no Ministério da Saúde (monitoramento e avaliação das ações e repasse das verbas às secretarias municipais de saúde). Como apontam Magalhães e Bodstein (2009), a adoção de ações intersetoriais enfrenta entraves históricos e estruturais que comprometem sua consolidação no campo das políticas públicas.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A preocupação com a saúde estudantil tem sido um tema recorrente ao longo da história, visto que o ambiente escolar é um espaço propício à promoção da saúde e à prevenção de doenças. No Brasil, o aumento do fluxo imigratório durante a expansão cafeeira e as precárias condições de saneamento e moradia, a saúde da população foi comprometida. Epidemias de febre amarela, varíola e outras doenças elevaram os índices de mortalidade infantil, Em 1886, o Decreto nº 9.554 estabeleceu uma política voltada para a inspeção sanitária das escolas públicas e particulares da Corte. Possivelmente influenciada pelos movimentos alemães, a medida visava à fiscalização das condições sanitárias dos estabelecimentos educacionais. A partir da década de 1970, o Brasil começou a programar políticas públicas mais integradas entre os setores da educação e da saúde. A Carta de Ottawa estabeleceu princípios e estratégias para promover a saúde, com a participação comunitária e a reorientação dos serviços de saúde. A proposta das Escolas Promotoras de Saúde (EPS) visa integrar educação e saúde, estimulando a aprendizagem e a mudança de comportamento em toda a comunidade escolar, e não apenas entre os estudantes.

Em 2007, foi criado o Programa Saúde na Escola (PSE), formalizado pelo Decreto Presidencial nº 6.286, a parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação, o consolidou-se como uma política intersetorial voltada à promoção da saúde dos estudantes brasileiros. O

PSE enfrenta o desafio de integrar as áreas da educação e da saúde, respeitando suas especificidades e promovendo ações colaborativas e corresponsáveis. A partir dessa integração, busca-se fortalecer estratégias de prevenção de agravos e doenças, contribuindo para a proteção da saúde de crianças e estudantes no ambiente escolar (Santiago, 2012).

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) é uma ação intersetorial realizada pelo Ministério da Saúde (MS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de fornecer um panorama sobre a saúde e o bem-estar dos adolescentes brasileiros. O inquérito desempenha uma função importante na identificação de questões prioritárias, para a proposição de políticas públicas para a melhoria da saúde dos estudantes no país. O atual contexto epidemiológico revela os desafios de saúde dos estudantes, como a obesidade, a transmissão de doenças infectocontagiosas transmissíveis, saúde bucal, gravidez na adolescência e a baixa cobertura vacinal (esta última causada pela disseminação de notícias falsas na mídia, desconsiderando as evidências científicas sobre a eficácia das vacinas).

Segundo Libâneo (2020), todo esse percurso histórico reforça a importância da escola como um espaço de síntese, onde o conhecimento é apropriado pelos estudantes e a promoção da saúde se estabelece como um dos pilares para a transformação social. O Programa Saúde na Escola, ao articular educação e saúde, fortalece essa perspectiva, promovendo práticas pedagógicas interdisciplinares e voltadas à formação cidadã. A compreensão teórica apresentada oferece subsídios à análise dos avanços, desafios e possibilidades que o PSE representa na atualidade, especialmente diante das desigualdades estruturais que ainda permeiam a realidade educacional e sanitária do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura evidenciou a evolução do PSE, seus efeitos positivos e os desafios enfrentados na implementação. O programa tem contribuído para a promoção da saúde e prevenção de doenças no ambiente escolar. No entanto, limitações estruturais e fragilidades na articulação intersetorial ainda dificultam sua execução.

Destaca-se, entre os avanços, a ampliação das ações voltadas à saúde mental e à formação continuada de profissionais da educação e da saúde, caminhos promissores para o fortalecimento das práticas intersetoriais. Os dados mais recentes apontam melhorias em alguns indicadores, como o aumento da cobertura de saneamento básico e melhores condições para a educação em saúde. Contudo, persistem desafios na uniformização das condições entre as diferentes regiões do país.

O estudo evidencia a importância da relação entre educação e saúde, ressaltando a necessidade de novas pesquisas que explorem as dimensões educativas presentes em programas institucionais e projetos governamentais. A presente investigação, em fase de desenvolvimento, pretende explicitar nuances dessa relação, contribuindo para o aprimoramento de políticas públicas intersetoriais inclusivas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thiago Pereira. **Programa Saúde na Escola**: Uma Revisão de Literatura. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – AJES - Faculdade do Vale do Juruena, Juína – MT: 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 10 dez.2024.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**.Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 10 dez.2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 10 fev. 2025

BRASIL. Ministério da Saúde. **Escolas Promotoras de Saúde**: experiências no Brasil. Série B. Textos básicos de saúde. Série Promoção de Saúde nº 6. Brasília, DF, 2007. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/escolas_promotoras_saude_experiencias_brasil_p1.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde**: 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101748.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

LIBÂNEO, J. C. **Didática Crítica e Emancipatória.** São Paulo: Cortez, 2020.

MAGALHÃES, R.; BODSTEIN, R. Ações intersetoriais: desafios e possibilidades para a promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 861-868, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Carta de Ottawa para Promoção da Saúde.** Ottawa: OMS, 1986. Disponível em: https://iris.paho.org/handle/10665.2/55710. Acesso em: 17 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Declaração de Cochabamba.** Cochabamba, Bolívia, 2001. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

SANTIAGO, C. Políticas públicas e bem-estar social: uma análise histórica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, p. 245-265, 2012.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; CHAVES, Sandra Mara Matias; ROSA, Sandra Valéria Limonta (org.). **Educação como prática social, didática e formação de professores**: contribuições de José Carlos Libâneo. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020.

VALLE, A.; ESPÍNDULA, J. Intersetorialidade nas políticas públicas: uma análise do Programa Saúde na Escola. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 14, n. 2, p. 289-308, 2023.

HISTÓRIAS DE VIDA: NARRATIVAS DA TRAJETÓRIA ESCOLAR DE MULHERES CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Beatriz de Paula Ferreira Silva
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Sandra Valéria Limonta

RESUMO: Este trabalho tem o intuito de investigar as narrativas sobre a trajetória escolar de mulheres concluintes do Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de analisar e compreender os desafios enfrentados e os principais elementos que constituem suas trajetórias escolares. A pesquisa, por meio da História Oral buscará, através da escuta de narrativas, entender os sentidos e significados atribuídos pelas mulheres estudantes da EJA ao processo de permanência e conclusão da Educação Básica, bem como conhecer suas perspectivas em relação ao futuro após a conclusão da Educação Básica. A pesquisa poderá contribuir para uma melhor compreensão dos aspectos subjetivos das estudantes da EJA, revelando o quão imprescindível é a ampliação da oferta e da qualidade desta modalidade de ensino para aqueles que têm suas trajetórias marcadas por contextos de marginalização, exclusão e desigualdades.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Histórias de vida; Mulheres estudantes da EJA.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada tem como objeto as narrativas sobre suas trajetórias escolares de mulheres estudantes da Educação de Jovens de Adultos (EJA) que estão concluindo o Ensino Médio nesta modalidade. Dando voz e vez às mulheres estudantes da EJA, pretendemos compreender, a partir de suas próprias histórias de vida, como foi a trajetória escolar e quais as dificuldades e percalços enfrentados até a conclusão da Educação Básica.

Nesse sentido, este estudo carrega consigo um grande potencial de contribuição para as políticas educacionais, formação docente e práticas pedagógicas na EJA, pois investigar as histórias de vida das estudantes por meio de suas narrativas significa também construir instrumentos de enfrentamento dos meios estruturantes que sustentam as desigualdades sociais e de gênero. Por essa razão, a proposta de analisar a permanência de mulheres na Educação de Jovens e Adultos de Goiânia, está ancorada na necessidade de dar visibilidade e voz a elas, para que possam revelar suas vivências e experiências, rompendo com o silenciamento que lhes foi imposto historicamente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A investigação se fundamenta numa concepção crítica da EJA no Brasil, dessa forma, nos apoiaremos nas obras de Freire (1982, 1998, 2001, 2004) e Arroyo (2014, 2017 e 2023). No que diz respeito sobre a condição da mulher estudante da EJA, traremos como aporte teórico trabalhos de autores como Marx, E. e Aveling (2021), Perrot (2005) e Araújo e Scalon (2005). As mulheres que estudam na EJA carregam em suas trajetórias marcas profundas de exclusão social, desigualdades e silenciamento. Muitas delas enfrentaram a interrupção dos estudos devido a múltiplos desafios e ao retornarem à escola, demostraram força, resiliência e o desejo de continuar, mesmo perante a tantas adversidades.

A EJA, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/1996 é uma modalidade de ensino voltada para as pessoas que em idade própria, não tiveram oportunidade de frequentar e/ou concluir sua escolarização. Segundo Silva (2012, p.132), a EJA busca "(...) minimizar as injustiças causadas pela desigualdade social, que inviabiliza uma parcela significativa de seres humanos ao acesso aos bens materiais e culturais produzidos historicamente". Além disso, a EJA vai além apenas da perspectiva de ensino, mas revela-se como um *lócus* de resistência, mudança social, emancipação e liberdade para essas pessoas que vivem à margem da sociedade.

Como afirma Freire (1987, p. 18), "(...) a liberdade é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca". Desse modo, entende-se que ao frequentarem a EJA, os estudantes tanto se apropriam dos saberes, quanto participam do processo de libertação da classe oprimida de forma individual e coletiva. Para Arroyo (2005), é necessário que ressignifiquemos o olhar em relação aos estudantes da EJA, enxergando-os para além de suas carências e compreendê-la como um campo de direito fundamental, pois garante o processo de humanização, o qual é inclusive, de responsabilidade pública.

No conjunto de estudantes da EJA, encontram-se as mulheres trabalhadoras, cujas trajetórias foram marcadas pelo silenciamento, conforme afirma Perrot (2005, p.9), "(...) o silêncio é o comum das mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada". Tal subordinação é resultante da estrutura patriarcal presente nas sociedades de classe, que ao longo do tempo promoveu uma invisibilidade social e política, afastando as mulheres dos

espaços de decisão, da produção e apropriação do conhecimento e da construção de suas próprias narrativas.

Essa conjuntura se dá principalmente, devido a divisão sexual do trabalho, que impacta diretamente na vida das mulheres, para Araújo e Scalon (2005), tal aspecto é uma construção social, a qual separa tarefas e responsabilidades distintas para mulheres e homens, o que acabou por naturalizar o papel das mulheres como sendo as responsáveis pelo trabalho doméstico. Isso se comprova quando analisamos as inúmeras responsabilidades das discentes da EJA, que precisam muitas vezes conciliar seus estudos com os afazeres domésticos, criação de filhos, cuidados com demais familiares, entre outros. Para Marx, E. e Aveling (2021, p. 22), "(...) as mulheres são as criaturas de uma tirania organizada dos homens", isso clarifica e mostra a urgência de se reconhecer que as mulheres de modo geral, são oprimidas pela estrutura social, econômica e ideológica, que historicamente as privou de seus direitos e as submeteram a relações de exploração nas mais diversas esferas da sociedade.

Considerando o exposto, compreende-se que ao investigar as trajetórias dessas discentes estamos compreendendo formas de enfrentar os meios estruturantes que sustentam essas desigualdades, contribuindo para a consciência de si mesmas ao recuperar suas memórias e vozes, o que representa um ato humanizador e político.

PROBLEMA DE PESQUISA

Com o propósito de analisar e refletir sobre a história de vida das discentes concluintes do Ensino Médio da EJA, apresentamos como problemática central deste estudo o seguinte questionamento: "O que revelam as narrativas sobre a trajetória escolar de mulheres concluintes do Ensino Médio na EJA?

OBJETIVO GERAL

Captar e analisar, por meio de entrevistas, quais são os principais desafios que afetam a permanência de mulheres na Educação de Jovens e Adultos, buscando identificar as

estratégias de resistência e superação que contribuem para a continuidade e conclusão de suas trajetórias educacionais.

Objetivos Específicos

a) Analisar e compreender os desafios estruturais e sociais enfrentados pelas discentes da EJA.

b) Analisar e compreender os fatores que motivaram as estudantes a continuarem os estudos.

c) Compreender como as discentes superaram as possíveis adversidades e obstáculos para permanecerem na escola.

d) Compreender quais são as perspectivas de futuro que as estudantes têm ao concluir o Ensino Médio.

METODOLOGIA

Nossa pesquisa, de cunho qualitativo, fundamenta-se na História Oral. A pesquisa qualitativa, conforme Brisola e Marcondes (2011), configura-se em considerar as problemáticas, caracterizando-se por focar especificamente nos aspectos de uma determinada realidade ou contexto.

Tomaremos a História Oral, segundo Santos e Silva (2022), como fundamento metodológico voltado para pesquisa social, o que nos permite aproximar o método do objeto e atenuar distâncias e dificuldades no levantamento de dados que serão interpretados na pesquisa. A História Oral é uma metodologia pautada na possibilidade de evidenciar de forma mais abrangente o passado sob outras perspectivas. Nesse sentido, realizaremos entrevistas em profundidade com as estudantes concluintes do Ensino Médio na modalidade EJA que aceitarem participar da nossa pesquisa.

Buscaremos analisar as entrevistas a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético, que de acordo com Oliveira (2023), requer que o pesquisador analise seu objeto de pesquisa partindo do concreto para chegar a uma análise teórica, a fim de capturar a essência do objeto investigado. Esta perspectiva é coerente com nossos objetivos, em que buscaremos

contemplar a trajetória escolar das estudantes na totalidade social em que se inserem. Sendo assim, as análises das entrevistas considerarão os aspectos subjetivos das estudantes, buscando compreendê-los no movimento histórico e nas contradições da realidade que reverberarem nas narrativas das estudantes entrevistadas (Silva, 2012).

A metodologia adotada exigirá da pesquisadora uma escuta atenta e sensível, tanto no registro quanto na análise das narrativas dessas mulheres, produziremos uma escrita onde elas sejam o centro da narrativa, contribuindo para uma EJA atenta às desigualdades de gênero e fortalecendo o debate sobre as políticas públicas voltadas para esta modalidade. Por fim, é imprescindível que enxerguemos essas mulheres como sujeitos ativos, protagonistas de suas histórias e capazes de modificar suas realidades, colaborando para um projeto de sociedade mais justo e igualitário.

RESULTADOS PARCIAIS

No momento estamos procedendo à construção do primeiro capítulo da dissertação, em que analisamos a constituição histórica e política da EJA no Brasil e o lugar da mulher nos processos de escolarização formal em nosso país. Também estamos nos aprofundando na metodologia da História Oral e trabalhando na elaboração do roteiro da entrevista em profundidade, bem como realizando os trâmites necessários, junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFG e à Secretaria Estadual de Educação de Goiás para que tenhamos acesso às escolas que ofertam Ensino Médio presencial na modalidade EJA e possamos contatar as estudantes que estiverem concluindo a Educação Básica para participar de nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direito e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de; GOMES, Nilma Lino. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2014

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite**. Do trabalho para a EJA – itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

ARROYO, Miguel. **Vidas re-existentes:** reafirmando sua outra humanidade na históriaPetrópolis-RJ: Vozes, 2023

BORREZZI, Monalisa Andrade Martins Ferreira; SANTOS, Sônia Maria dos**. História e memória da formação do professor de EJA.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, **[s.d.]**. Trabalho apresentado como TCC do curso de pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos – UFU/CAPES.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833–27841, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30/04/2025.

BRISOLA, Elisa Maria Andrade; MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira. A história oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos. **Revista Ciências Humanas - UNITAU**, Taubaté, v. 4, n. 1, p. 124–136, jan./jul. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação:** ensaios*.* 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Sobre educação.** São Paulo: Paz e Terra, 1982.

MARX, Eleanor; AVELING, Edward. **A questão da mulher do ponto de vista socialista.** Tradução de Helena Barbosa; Maíra Mee Silva e Maria Teresa Mhereb. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de. O materialismo histórico e dialético e a pesquisa em educação: considerações metodológicas a partir das obras de Marx. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 15, n. 2, p. 407–429, ago. 2023.

PERROT, Michelle**. As mulheres ou os silêncios da história.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. 520 p. (Coleção História). Tradução de: Les femmes ou les silences de l'histoire.

SANTOS, André Sousa; SILVA, Diôgo Rodrigues da. História oral e história de vida: aspectos conceituais e históricos. In*:* **Revisão bibliográfica: o uso da metodologia para a produção de textos.** Vol. 2. São Paulo: Editora Científica Digital, 2022. p. 42–58.

SILVA, Graziela Lucchesi da. Contradição entre trabalho e educação na sociedade capitalista: desnaturalização da precária formação escolar de jovens e adultos trabalhadores. **Revista Dialectus***,* Fortaleza, ano 1, n. 1, p. 129-142, jul./dez. 2012.

ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONCEPÇÕES, PERSPECTIVAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ANÁLISE

Lucí Côrtes Dourado
Orientadora: Profa. Dra. Sandra Valéria Limonta

Resumo:
Este trabalho tem por objetivo identificar e analisar quais teorias, perspectivas e/ou métodos de alfabetização evidenciam-se nas pesquisas recentes sobre alfabetização na Educação de Jovens e Adultos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo estado do conhecimento, que analisa artigos científicos, dissertações e teses produzidas nos últimos seis anos (2020-2025). Diante do atual cenário de intensa discussão sobre alfabetização, letramento e analfabetismo funcional da população brasileira, pretendemos, com essa pesquisa, a elaboração de um estado do conhecimento sobre alfabetização de jovens e adultos que permita identificar e analisar as tendências da produção do conhecimento sobre essa importante temática, bem como levantar e analisar as possíveis orientações e/ou proposições para o trabalho pedagógico com alfabetização na EJA. A pesquisa está no estágio de levantamento e análise da produção acadêmica sobre a temática.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Alfabetização; Letramento; Estado do conhecimento.

Introdução

A alfabetização, apropriação e desenvolvimento da linguagem escrita na Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido objeto de pesquisas, reflexões e debates há muitos anos e em diferentes instâncias da educação: política, acadêmica, pedagógica, no âmbito das secretarias de educação bem como no chão das salas de aula. Parte-se do pressuposto de que a apropriação consistente da linguagem escrita deverá levar os trabalhadores estudantes da EJA não apenas à apropriação do código escrito, mas à sua verdadeira apropriação, constituindo os significados e sentidos da linguagem como conhecimento vivo, dinâmico e em constante aperfeiçoamento e desenvolvimento, necessária para a apropriação de qualidade de todos os outros conhecimentos escolares.

É necessário atentar para o grande contingente de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas e um contingente ainda maior de pessoas jovens e adultas, em pleno exercício das capacidades e potencialidades das forças laborais e intelectuais, que não desenvolveram plenamente as habilidades de leitura e escrita, considerando-se em relação a isso o abandono

escolar e posterior retorno à escola na modalidade EJA. São cerca de 11 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas e cerca de 69 milhões de pessoas com 18 anos ou mais que não concluíram a Educação Básica, de acordo com dados do IBGE)[60]. Assim, devemos considerar que o jovem e o adulto trabalhadores com pouca ou nenhuma escolarização encontram-se em grande risco e vulnerabilidade social.

Diante do atual cenário em que se discutem o ainda elevado número de pessoas analfabetas no Brasil, a implementação, pelo Ministério da Educação (MEC) de mais uma campanha nacional de alfabetização (Programa Brasil Alfabetizado, no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização e Qualificação da EJA)[61] e o alto índice de pessoas jovens e adultas consideradas analfabetas funcionais (29% da população com 15 anos ou mais)[62], a pesquisa aqui apresentada revela-se pertinente ao buscar investigar e problematizar quais teorias, perspectivas e/ou métodos de alfabetização, bem como quais proposições e/ou orientações pedagógicas tem sido discutidas e apresentadas pela produção acadêmico-científica recente.

De acordo com Costa e Machado (2021), a EJA é um direito sistematicamente negado à população trabalhadora e a alfabetização das pessoas jovens e adultas trabalhadoras é (deveria ser) um compromisso humano, político, social e educacional que já deveria ter sido enfrentado e resolvido há muito tempo. No Brasil, a alfabetização de jovens e adultos ainda se configura como um grande desafio para o MEC, as redes de ensino, as professoras, professores e estudantes da EJA. Nesse sentido, esperamos que nossa pesquisa possa contribuir para o desenvolvimento não só do conhecimento teórico e pedagógico, mas também para a elaboração e realização de programas e ações de formação docente a respeito desta importante problemática (Pincano et. al., 2008).

[60] Cf. IBGE Educa – Conheça o Brasil – Alfabetização, disponível em https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/22321-alfabetizacao.html e a Síntese de Indicadores Sociais, disponível em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html. Acesso em 10/10/2024.

[61] Cf. https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-eja e https://www.gov.br/mec/pt-br/brasil-alfabetizado

[62] Cf. reportagem veiculada pelo Correio Braziliense: “Analfabetismo funcional persiste”, publicada no dia 06/05/2025. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/2025/05/7133034-analfabetismo-funcional-no-brasil-permanece-em-29-mesmo-indice-de-2018.html. Acesso em 06/05/2025.

Fundamentação teórica

Entendo a educação escolar como direito de todas as pessoas, é preciso atentar para o grave problema do grande contingente de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que não conseguem concluir a escolarização básica. Muitos e complexos são os fatores que constituem historicamente o alarmante dado de que quase 70 milhões de pessoas no Brasil não conseguiram concluir a Educação Básica, mas dentre esses fatores a questão estrutural é a pobreza e a imensa desigualdade socioeconômica que aflige nosso país. Desistir da escola para trabalhar e sobreviver é o principal fator que nos leva a esse problema e precisamos enfrentá-lo em conjunto com o enfrentamento das dificuldades internas à escola quanto aos processos, métodos e práticas de alfabetização de jovens e adultos. A desigualdade educacional não pode ser dissociada das condições socioeconômicas dos estudantes da EJA, uma vez que estas determinam suas possibilidades de acesso e permanência no sistema educacional (Antunes, 2013; Yannoullas, 2013).

Desse modo, nos propomos a investigar e contribuir em defesa de uma perspectiva crítica e emancipatória de alfabetização na EJA, no entendimento que o estudo acerca das tendências e perspectivas das pesquisas sobre alfabetização de jovens e adultos poderá apontar caminhos tanto para a formação docente quanto para práticas pedagógicas de alfabetização das pessoas jovens e adultas.

A pesquisa se fundamenta numa perspectiva crítica de EJA, particularmente em Freire (1979, 1982, 1996, 1998, 2001a, 2001b, 2004) e Arroyo (2014, 2017 e 2023). Em relação à alfabetização e apropriação da linguagem escrita na EJA, nos fundamentamos em Freire e Macedo (2022), Cobuci e Machado (2023) e Veiga (2021); na teoria histórico-cultural, particularmente em Vigotski (2001), Leontiev (1978) e Luria (1986 e 2010) e por fim, na perspectiva enunciativo-discursiva, particularmente em Bakhtin (1992) e Bakhtin e Volochinov (1995).

Problema de pesquisa e objetivos

Nossa pesquisa buscará responder ao seguinte problema: Quais são as teorias, perspectivas e/ou métodos de alfabetização evidenciadas na produção acadêmico-científica recente sobre alfabetização na EJA? Nosso objetivo geral é, portanto, identificar e analisar quais teorias, perspectivas e/ou métodos de alfabetização evidenciam-se na produção acadêmico-científica recente sobre alfabetização na EJA, considerando o período de 2020 a 2025. Os objetivos específicos são: realizar um levantamento bibliográfico que permita a elaboração de um estado do conhecimento das pesquisas sobre alfabetização de jovens e adultos; identificar e analisar as tendências e lacunas da produção acadêmico-científica sobre alfabetização na EJA e analisar as possíveis orientações e/ou proposições apontadas nas produções acadêmicas para o trabalho pedagógico com a alfabetização na EJA.

Metodologia

Trata-se aqui de uma pesquisa bibliográfica do tipo estado do conhecimento, que analisará artigos científicos, dissertações e teses produzidas nos últimos cinco anos (2020-2025). Estamos já em processo de coleta e sistematização do material bibliográfico, nas bases de dados da Scielo, Educ@ e no portal de periódicos da CAPES e, quanto às dissertações e teses, trabalharemos com a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)[63]. Segundo Morosini e Fernandes (2014, p. 155) "(...) estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção cientifica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo". O estado do conhecimento que pretendemos realizar possibilitará, portanto, identificar e analisar as produções recentes sobre alfabetização na EJA e assim contribuir para o avanço e a disseminação do conhecimento produzido (Khols-Santos e Morosini, 2021).

[63] Descritores: "Educação de Jovens e Adultos" or "EJA" and "alfabetização".

Resultados iniciais e discussão

O percurso do mestrado incluiu até o momento a conclusão dos créditos obrigatórios em disciplinas, a participação em eventos com apresentação de trabalhos e o encaminhamento para publicação de um artigo sobre desenvolvimento profissional docente. No momento estamos produzindo o primeiro capítulo da dissertação, que trata do problema da alfabetização e letramento de pessoas jovens e adultas não escolarizadas ou pouco escolarizadas no Brasil.

Já procedemos também a busca e seleção de artigos científicos nas bases de dados acima mencionadas e em levantamento bibliográfico inicial, em que foram analisados 19 artigos científicos que analisam a questão da alfabetização de jovens e adultos, publicados no período de 2020 a fevereiro de 2025, encontramos pesquisas originais e bastante importantes, que em seu conjunto expressam uma tendência “prescritiva” deste ou daquele método de alfabetização, desta ou daquela metodologia para a sala de aula. Tais pesquisas são relevantes e precisam ser disseminadas e amplamente conhecidas e apropriadas por gestores das redes de ensino e pelas professoras e professores da EJA. No entanto, ao nosso ver, revelam a necessidade de ampliar os espaços de formação para a EJA, particularmente nos cursos de Pedagogia, que fazem a formação das pessoas que irão se tornar alfabetizadoras e alfabetizadores também na EJA, para que sejam capazes de desenvolver um trabalho pedagógico crítico, criativo e de qualidade nas escolas.

Quanto às dissertações e teses, realizamos uma primeira busca e localizamos 165 trabalhos que trazem, nos campos do título, resumo e/ou palavras-chave, os descritores mencionados na nota de rodapé número 4. No momento estamos realizando a leitura dos resumos destes trabalhos e procedendo à seleção ou exclusão daqueles que comporão nosso corpo de análise. Os estudos realizados até agora e o levantamento bibliográfico inicial apontam para a relevância do tema e têm despertado, nesta pesquisadora, o desejo de aprofundar cada vez mais na questão da alfabetização de pessoas jovens e adultas, bem como o de lutar pela melhoria da EJA em nosso país e em nosso estado.

Referências

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2014

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite**. Do trabalho para a EJA – itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

ARROYO, Miguel. **Vidas re-existentes:** reafirmando sua outra humanidade na história Petrópolis-RJ: Vozes, 2023.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

COBUCI, Paula; MACHADO, Veruska. Educação linguística para jovens e adultos. São Paulo: Contexto, 2023.

COSTA, Cláudia B.; MACHADO, Maria Margarida. **Políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2021.

FREIRE, Paulo e MACEDO, Donaldo. **Alfabetização:** leitura do mundo, leitura da palavra. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. (1979). **Educação e Mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** 41 ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Cortez, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação:** ensaios. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

FREIRE, Paulo. **Sobre educação.** São Paulo: Paz e Terra, 1982.

KOHLS-SANTOS, Priscila; MOROSINI, Marília C. (2021). O revisitar da metodologia do Estado do Conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Revista Panorâmica**, n. 33, 2021. Disponível em: http.periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/article/view/1318. Acesso em 10/03/2025.

LEONTIEV, Aleksei Nikolaevitch. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Horizonte Univeristário, 1978.

LURIA, Aleksandr R. **Desenvolvimento cognitivo**. 8 ed. São Paulo: Ícone, 2010.

LURIA, Aleksandr R. **Pensamento e linguagem:** as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

MOROSINI; Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154 164, jul.-dez. 2014.

PINCANO, Antonia B.; BARBARA, Maristela M.; CONCEIÇÃO, Martinho da. **Alfabetização de jovens e adultos**. práticas diversas em diferentes perspectivas. São Paulo: ADS/CUT, 2008.

VIGOTSKI, Lev S. Pensamento e palavra. In: **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VOLOCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.

YANNOULAS, Silvia C. (Coord.). **Política educacional e pobreza**: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada. Brasília: Liber Livro, 2013.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS À DISTÂNCIA: Impactos sobre o Trabalho docente

William Alves de Souza
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Sandra Valéria Limonta
Bolsista CAPES

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo investigar e compreender como vem se dando o avanço da educação à distância na Educação de Jovens e Adultos, com o foco no que a produção acadêmico-científica tem discutido sobre o trabalho docente/trabalho pedagógico na EJA à distância. Nesse sentido, a pesquisa pretende realizar uma pesquisa bibliográfica do tipo estado do conhecimento a respeito da temática geral da EJA à distância, buscando identificar, na produção acadêmico-científica, como as pesquisas têm discutido o papel dos professores/as. A análise preliminar de artigos científicos sobre a temática expressam a tendência das pesquisas sobre esse tema na investigação e proposição de mediações pedagógicas com o uso de tecnologias e poucas investigações que fazem a problematização política e pedagógica do avanço da EJA a distância no Brasil.

Palavras chaves: Educação de Jovens e Adultos; Educação à Distância; Trabalho pedagógico; Tecnologias.

Introdução

A pesquisa aqui apresentada busca investigar e compreender as concepções e condições de oferta da EJA à distância no Brasil, por meio de uma pesquisa bibliográfica do tipo estado do conhecimento, tomando como foco, na produção acadêmico-científica, como estas analisam e problematizam o trabalho docente/trabalho pedagógico realizado na EJA à distância, buscando identificar como atuam e que elementos de precarização e intensificação do trabalho docente podem ser identificados. Também objetivamos, se possível, realizar entrevistas com professores/as que atuam no Programa EJA-TEC no estado de Goiás. Tomando como ponto de partida uma discussão mais ampla sobre as atuais condições de precarização e flexibilização do trabalho docente, pretendemos avançar na reflexão sobre os desdobramentos das condições de realização do ensino na EJA a distância.

O Programa EJA-TEC, desenvolvido e implementado pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás (Seduc-GO), objetiva a oferta de Ensino Médio a distância na modalidade EJA. O programa foi iniciado em 2019, sendo implementado de início em 26 escolas-polo localizadas em 13 municípios do estado de Goiás. Em 2023, o programa estava presente em 35 municípios (42 escolas-polo), ofertando 2.700 vagas. De acordo com o documento “Balanço de ações da Educação 2019-2022” divulgado pela Seduc-GO no primeiro semestre de 2023, o programa, nestes quatro anos iniciais de funcionamento, atendeu 25.026 alunos, número que certamente aumentou no período de 2024 até o momento. São números que impressionam e preocupam, uma vez que se trata de uma política, pode-se dizer, “pioneira” no Brasil, na implementação de educação a distância na Educação Básica e na modalidade EJA e podemos dizer que tal política está na contramão das pesquisas e orientações dos campos investigativo, pedagógico e político da EJA no Brasil.

Citamos aqui as recentemente homologadas Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB N. 3, de 8 de abril de 2025), que graças à pressão política e social de entidades, movimentos e instituições de ensino, estabelecem a proibição da oferta de EJA a distância no Ensino Fundamental e limita a 50% a carga horária a distância no Ensino Médio/EJA.

Fundamentação teórica

Entendemos que é urgente e necessária uma investigação a respeito de como se dá o avanço da oferta a distância da EJA no Brasil e quais são os impactos causados no trabalho docente/trabalho pedagógico, como professores/as têm constituído suas concepções e práticas pedagógicas no contexto da EJA à distância. Na contramão do discurso mais ou menos consensual nas redes de ensino, em que a EJA à distância é compreendida como dinâmica por permitir aos/as estudantes conciliar as jornadas de trabalho com a conclusão dos estudos na Educação Básica, nos fundamentamos em autoras e autores que veem com preocupação a expansão da EaD na modalidade EJA, enfatizando que a EJA à distância compromete o trabalho docente e a formação discente, levando à precarização das condições de trabalho pedagógico e ao empobrecimento da formação escolar, cultural e social dos/das estudantes (Laffin,

Durante os governos Temer e Bolsonaro a EJA sofreu com importantes cortes de verbas públicas, queda progressiva no número de matrículas, fechamento de salas de aulas presenciais e diversas outras medidas que afetaram muito a oferta da modalidade e a qualidade do trabalho pedagógico a ser realizado nas escolas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE), apontam que a EJA perdeu, nos últimos seis anos, 1 bilhão de reais em investimentos, o que representa 97% do orçamento que era destinado para a modalidade. Outro dado importante é que a EJA perdeu mais de 500 mil matrículas durante a pandemia do coronavírus e 72 milhões de brasileiros e brasileiras com 18 anos ou mais não concluíram a Educação Básica, a maior parte destes, não concluiu sequer o Ensino Fundamental. Neste cenário, nos parece que ofertar EJA à distância não é o caminho adequado a ser seguido pelas políticas educacionais voltadas para a modalidade.

A EaD no Brasil está bastante consolidada no ensino superior e o que estamos assistindo é que, também na Educação Básica, o ensino a distância tem sido colocado como um caminho, uma solução e já começa a penetrar, no nível médio, por uma série de projetos e programas que preconizam o “ensino híbrido” e colocam a relação entre a educação escolar e o uso de tecnologias como o grande problema e solução para os problemas da educação brasileira (Minto, 2009).

Dados do IBGE de 2023 apontam que cerca de 69 milhões de pessoas acima de 18 anos não concluíram a Educação Básica[64]. Esse dado, em pleno século XXI, deveria chamar a atenção de todos os segmentos sociais para um problema extremamente grave a ser enfrentado. No entanto, ao analisarmos a formação social do Brasil, percebemos o histórico descaso com o qual as elites que governam esse país se ocuparam da formação educacional da classe trabalhadora. A pobreza e a exploração são naturalizadas e funcionalizadas, de tal forma que uma notícia tão absurda quanto é o fato de que quase 70 milhões de brasileiros em plena capacidade produtiva não terem concluído a Educação Básica, passe quase despercebida ou como se fosse um problema de ordem individual desse contingente de pessoas.

Esse quadro pode piorar nos próximos anos, na medida em que temos assistido a gradual desarticulação e desmonte da EJA presencial em várias partes do país. O discurso oficial é o de que não existe demanda suficiente para a manutenção das turmas presenciais, mas isso não procede, uma vez que a demanda pela EJA, como vimos, é de milhões de pessoas. Demanda existe, entretanto, milhões de trabalhadores se veem obrigados a enfrentar duplas, até triplas jornadas de trabalho. As condições de trabalho pioraram na última década e se refletem no aumento da evasão escolar no Ensino Médio, uma vez que a juventude trabalhadora precisa começar a trabalhar cada vez mais cedo (Bellinaso, 2020).

A resposta a esse problema, no nosso entendimento, está sendo dada de forma equivocada, na promoção e crescente avanço da oferta de EJA à distância, cuja justificativa ideologizada para esse avanço está no próprio cotidiano cada vez mais precário dos estudantes: pouco tempo para estudar por conta da já mencionada jornada de trabalho cada vez maior. Justifica-se que, dada a flexibilidade da EaD, o estudante com pouco tempo para o estudo, consegue se organizar para realizar os estudos a qualquer momento. No entanto, isso não parece proceder e queremos compreender como a produção acadêmico-científica tem analisado este fenômeno. No nosso entendimento, estamos alimentando um gravíssimo problema educacional justificando-o com outro, não menos grave, problema social (Freitas, 2018).

[64] Síntese de Indicadores Sociais, disponível em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html. Acesso em 18/11/2024.

Problema de pesquisa e objetivos

Podemos, desta forma, sintetizar nosso problema de pesquisa na seguinte questão: Como as pesquisas recentes sobre EJA à distância tem compreendido essa questão e que análise fazem do trabalho docente/trabalho pedagógico: Deste problema principal decorrem outras duas questões de pesquisa que tentaremos também responder? Como tem se dado o avanço da EJA à distância no Brasil? Quais são os impactos desse avanço sobre o trabalho docente/trabalho pedagógico dos/das professoras que estão atuando em programa como EJA-TEC em Goiás?

O objetivo geral da pesquisa é identificar e compreender como as pesquisas recentes sobre EJA a distância tem compreendido essa questão e que análise fazem do trabalho docente/trabalho pedagógico. Como objetivos específicos nos propomos a construir um panorama geral do avanço da EJA à distância no Brasil e identificar e analisar os impactos deste avanço sobre o trabalho docente/trabalho pedagógico no Programa EJA-TEC em Goiás.

Metodologia

A metodologia da pesquisa é constituída por duas fases, a primeira, onde estamos atualmente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo estado do conhecimento, que tem o intuito de mapear e analisar a produção acadêmico-científica recente acerca da EJA à distância, abarcando o período de 2020-2025, na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). No segundo momento, pretendemos entrevistar professores/as que atuam no programa EJA-TEC. Neste momento estamos tentando realizar os trâmites burocráticos para que possamos ter permissão da Secretaria Estadual de Educação de Goiás para identificar e entrar em contato com os/as profissionais que estão trabalhando no programa.

Resultados iniciais e discussão

No momento estamos procedendo à coleta de teses e dissertações no BDTD a partir dos seguintes descritores: “Educação de Jovens e Adultos” or “EJA” and “educação a distância” or “EaD”, no período de 2020 a 2024. Até o momento foram identificados 76 trabalhos e estamos fazendo a leitura dos resumos para proceder à seleção ou exclusão dos trabalhos que comporão nosso estado do conhecimento. A leitura ainda incipiente e parcial apenas dos resumos já nos permite inferir uma certa tendência de compreender a EJA à distância como um fenômeno complexo, porém, já consolidado no cenário educacional. Percebemos também que um número considerável de trabalhos investigou as possibilidades de trabalho pedagógico com as tecnologias na EJA à distância, explorando suas potencialidades. Temas como sala de aula invertida online, gamificação, inteligência artificial e desenvolvimento de plataformas de ensino apareceram em um número considerável de trabalhos, tendência que pretendemos aprofundar e explorar em nossas análises.

São pesquisas relevantes e importantes para a formação e o desenvolvimento do trabalho pedagógico, todavia, considerando que esta questão será devidamente aprofundada em nossa investigação, vemos com certa preocupação a falta de problematização e questionamentos sobre os enfrentamentos do trabalho docente/trabalho pedagógico e a qualidade do ensino na EJA a distância. Estas questões serão melhor exploradas e analisadas, mas gostaríamos de problematizar: o avanço acelerado da EJA à distância, sua consolidação e a preocupação com o uso pedagógico das tecnologias não estariam refletindo uma certa exaustão da luta política? Precisamos analisar de forma contundente a totalidade dos fenômenos históricos e sociais no qual a EJA a distância se insere, e assim captar as contradições e reais interesses por trás desse fenômeno.

Considerações finais

Nas leituras que temos feito sobre a EJA à distância e as relações entre EJA e tecnologias, entendemos que é preciso avançar na problematização e análise política do fenômeno, uma vez que este tem sido compreendido com certa naturalidade nas redes de

ensino e as pesquisas acadêmicas, que fazem uma análise mais acurada do que está em andamento não alcançam os/as professores/as. Nos arriscamos a dizer que a EJA à distância, no presente momento, é vista a partir daquele movimento que ficou conhecido na história da educação brasileira como "otimismo pedagógico", ou seja, a crença de que a educação à distância implementada na EJA, de algum modo vai resolver os problemas do enorme déficit educacional da população brasileira e, consequentemente, os problemas econômicos e sociais do país.

REFERÊNCIAS

BELLINASO, F. **Educação à Distância e trabalho docente:** o aumento da precarização. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, UNESP - Campus de Marília-SP, 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução CNE/CEB N. 3, de 8 de abril de 2025,** que define as Diretrizes Operacionais Nacionais (DCNS) para a Educação de Jovens e Adultos.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GOIÁS. Secretaria de Educação. **Balanço de ações da Educação 2019-2022**. SEDUC: Goiânia-GO, 2023.Disponível em: https://goias.gov.br/educacao/balanco-de-gestao-2019-2022/. Acesso: maio/2025.

LAFFIN, M. H. L. F. **A constituição da docência entre professores da escolarização inicial de jovens e adultos**. 2006. Tese (doutorado em Educação), UFSC, Santa Catarina-SC, 2006.

MINTO, L. W. Educação superior e capitalismo no Brasil: problematizando o ensino a distância (EaD). Anais do VI Colóquio MARX-ENGELS. Campinas: Unicamp, 2009

FORMAÇÕES POLÍTICAS RECENTES EM MOVIMENTOS ESTUDANTIS: Centros Acadêmicos de cursos de humanas/licenciaturas e do DCE da UFG

Marina Lemes Landeiro
Orientadora: Profa. Dra. Amone Inácia Alves

RESUMO: Os movimentos sociais têm ganhado centralidade nas agendas de pesquisa contemporâneas, não apenas no campo das ciências humanas, mas em diversas áreas do conhecimento, dada sua presença multifacetada nos mais variados âmbitos e demandas sociais. Nesse cenário, as tecnologias digitais de informação e comunicação desempenham um papel estruturante, tanto na mobilização quanto na organização dos coletivos, ao mesmo tempo em que se observa a intensificação da atuação de partidos de direita e o avanço de pautas conservadoras no espaço público. A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a formação política dos movimentos estudantis universitários da Universidade Federal de Goiás (UFG), no período de 2014 a 2024, considerando a conjuntura sociopolítica nacional e as transformações tecnológicas que impactam a militância estudantil. Trata-se de uma investigação de abordagem qualitativa, ancorada na sociologia compreensiva e bourdieusiana, tendo como referencial a sociologia dos movimentos sociais. A metodologia envolve pesquisa de campo em centros acadêmicos (CAs) de cursos das áreas de ciências humanas e licenciaturas, bem como no Diretório Central dos Estudantes (DCE), filiado à União Nacional dos Estudantes (UNE), da UFG. Serão realizadas entrevistas narrativas e episódicas com militantes indicados por relevância política e adequação aos objetivos da pesquisa. A análise dos dados será orientada pela metodologia da teoria fundamentada????, visando à construção de categorias analíticas a partir do material empírico. O levantamento bibliográfico inicial, realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), identificou 527 trabalhos acadêmicos relacionados aos termos "formação política", "militância estudantil", "movimento estudantil", "DCE" e "CA" (e suas variações) presentes em títulos e assuntos. No entanto, esses dados ainda não foram sistematizados, constituindo uma etapa subsequente da pesquisa.

Palavras-chaves: formação política; movimento estudantil; centros acadêmicos; DCE.

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais têm ganhado centralidade nas pesquisas acadêmicas contemporâneas ultrapassando o campo das ciências humanas em razão do acirramento das disputas políticas nos mais diversos campos da vida social. Nesse contexto, um dos focos centrais de atenção recai sobre os ataques sistemáticos à educação pública brasileira, que se tornam expressão concreta das tensões entre projetos antagônicos de sociedade. Diante disso, esta pesquisa tem como objeto de análise os movimentos estudantis no interior da

universidade, compreendidos como sujeitos coletivos que protagonizam formas de resistência e elaboração de políticas em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

A articulação entre movimentos sociais e educação é considerada uma educação não escolar, que produz vivências e saberes. Ela constitui na interação “dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social (Gohn, 2011...)”.

Atualmente, as formas e os meios de mobilização política comumente se contrapõem as instituições estabelecidas e as lideranças. A ênfase é dada às organizações descentralizadas e coletivas. Supõe-se que neste contexto, as disposições partidárias tradicionais são impactadas. Os movimentos estudantis também foram. Se outrora eram historicamente formados por partidos políticos (Santos, 2016) e agora que a juventude questiona estas instituições? E, ainda, diante do aumento e consolidação de movimentos de direita e conservadores (Lacerda, 2019).

Outro fator é o papel das TDCIs nos movimentos sociais recentes. A partir do século XX e cada vez mais estes recursos proporcionam o aumento de participantes, maiores possibilidades de mobilização e de disputa política diante das elites (Gohn, 2010). Ao mesmo tempo, as pautas dos movimentos sociais se tornam mais fragmentados e há a construção de opiniões isoladas e apartidárias.

Algumas questões norteiam a pesquisa e se assemelham às pesquisas de Gohn (2010), que analisa as formas de transformação e recriação de movimentos sociais. Ora, se historicamente os movimentos estudantis estavam associados a partidos políticos, qual o impacto este distanciamento proporciona? Se antes a formação política era constituída a partir de valores partidários, como os movimentos sociais têm se sustentado? Como tem ocorrido a formação política? Quais e que tipo de instituições, redes, laços e valores está articulada à formação? A definição de movimento social também deve ser levada em conta na pesquisa. Gohn (2010) provoca ao chamar a atenção para a confusão dada entre movimento social e mobilização social.

A pesquisa pretende investigar o movimento estudantil universitário recente, a partir da década de 2014, pelo viés das ciências da educação e subsidiada pelas teorias sociais e dos movimentos sociais. O objeto geral da pesquisa é analisar as formações políticas universitárias

em cursos de humanas e de licenciaturas na UFG. Em relação aos objetivos específicos pretende-se: 1) Tipificar as formas organização e realização de formações políticas em CA's e no DCE da UFG; 2) Investigar as formas de mobilização dos movimentos estudantis e; 3) Identificar e analisar o perfil dos membros do movimento estudantil da UFG.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A abordagem de pesquisa adotada é a qualitativa e a tese tem como base teórica a sociologia compreensiva (Weber, 2015). Na teoria weberiana a cultura, a história e as *ações sociais* são centrais. Sobretudo, os agentes e suas motivações, já que as ações sociais são subjetivas e carregadas de *sentido*. A compreensão das ações sociais e logo a interpretação de fenômenos, diante da "apreensão interpretativa do sentido ou da conexão de sentido" (Weber, 2001, p. 404). Weber entende que o *motivo* é o fundamento da conexão de sentido do comportamento do agente e do observador, é algo típico, portanto, pode ser compreendido.

Este referencial teórico está acordado ao conceito utilizado neste projeto, o de juventude. A partir de Bernard Charlot, Dayrell (2003), entende o jovem como *sujeito social*, que vivência a historicidade com outros seres humanos, meio a relações sociais e construindo singularidades no mundo a partir de *ações sociais* carregadas de *sentido*.

O recurso metodológico do *tipo ideal* weberiano (2001) será utilizada na pesquisa, o tipo ideal não é nem um conceito ou teoria é "uma interpretação do sentido da conceitualização nas ciências históricas e sociais" (Colliot-Thélène, 2016, p. 57). Remete a uma seleção de fenômenos que servem como ponto de partida da pesquisa, com base hipotética. Os *tipos ideais* são construídos a priori e a partir ponto da vista e dos valores do pesquisador. E um dos seus objetivos é orientar o pesquisador durante o processo de pesquisa. Os conceitos e a compreensão da realidade veem da empiria mediada pelos *tipos ideais*. A construção deles partirá de observações e de referências históricas e bibliográficas.

Os movimentos sociais são carregados de conflitos, disputas e contradições. Entendemos que a teoria de Bourdieu contribuem para analisá-los. O *espaço social* é constituído tendo em conta uma sociedade com diferenciação, em que os recursos são

distribuídos de forma desigual. A identidade dos indivíduos se constitui, pela *posição social* que ocupa e em relação aos outros no *espaço social* (Bourdieu, 2011). Uma vantagem de utilizar Bourdieu na pesquisa é considerar as *disposições* dos indivíduos para além das estruturas e relações objetivas.

A pesquisa de campo acontecerá em CA's selecionados e no DCE. Durante a realização do campo, acontecerão observações que irão contribuir fazer parte da pesquisa caso agreguem à análise. Caso haja atas e sejam disponibilizadas também serão consideradas como documentos a serem avaliados. Os cursos das ciências humanas e as licenciaturas são prioridades.

Serão realizadas entrevistas com membros de centros acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes da UFG. A seleção de informantes considerará a indicação e relevância de indivíduos da comunidade acadêmica e dos entrevistados. Aqueles indivíduos que são indicados pela comunidade acadêmica como referência e que possuem reconhecimento. A solicitação de indicação será feita orientando sobre os interesses da pesquisa para o melhor direcionamento à pesquisa. Ao mesmo tempo, os resultados da pesquisa ao longo do percurso conduzem a novas questões para a seleção de entrevistados. A quantidade de entrevistas realizadas considerará a aproximação do real para compreendemos, buscará saturação de dados (Strauss, 2008).

O roteiro a ser usado é semiestruturado com o intuito de seguir a linha de raciocínio do entrevistado e construí-lo, tornando-o flexível. Dois tipos de entrevistas serão combinados: a *narrativa* e *a episódica* (Flick, 2004). A intenção de usá-las é capturar aspectos biográficos e experiências formativas, seja no plano macro ou específico da vida. Explorar momentos considerados importantes e poder observar os elementos das narrativas ajudam a compreender experiências e de forma contextualizada. Goss (2010) utiliza essa técnica para pesquisar trajetórias militantes e considera as entrevistas narrativas um bom meio para abordar o objeto de pesquisa. As entrevistas serão analisadas por *codificação* e o tipo será definido conforme os resultados da pesquisa e com base na *teoria fundamentada* (Strauss; Corbin, 2008).

RESULTADOS

Foi realizado levantamento bibliográfico no BDDT com os seguintes termos: formação(ções) política(s); militância(s) estudantil(is), movimento(s) estudantil(is), Diretório Central de Estudantes e Centro(s) Acadêmico(s) ou no título, ou no assunto. Movimento estudantil foi o que mais retornou resultados (318) e os seguintes foram, formação política (173); centro acadêmico (25); DCE (7) e militância estudantil (4), totalizando 527. Se considerado os termos nos resumos são 1995. Os dados foram pouco refinados. É preciso verificar a área de conhecimento. Apenas 10 trabalho eram das pós-graduações da UFG, duas são teses na educação. Pretende-se privilegiar área, as ciências sociais e, a depender história, e os trabalhos recentes, após a redemocratização, com ênfase a partir da década 2010. O levantamento ajuda a mapear tendências e deliminar os objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura da tese foi definida. O primeiro capítulo apresentará e discutirá a base teórica escolhida e a específica sobre o tema dos movimentos sociais e formação política estudantil com ênfase na bibliografia brasileira articulada à conjuntura. O segundo abordará a história recente, após a redemocratização, dos movimentos estudantis universitários no país. Com ênfase e recorte a partir de 2014, quando a juventude assume protagonismo diante do contexto político assoberbado e disputadas de diversas ordens à educação. E o terceiro capítulo apresentará e discutirá os dados empíricos.

O projeto ainda precisa ser submetido ao Comitê de Ética, os instrumentos de pesquisa, o termo de anuência e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido serão elaborados de acordo com a resolução de pesquisas com seres humanos (Brasil, 2024).

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas-SP: Papirus, 2011.

BRASIL. **Lei Nº 14.874, de maio de 2024**: dispõe sobre pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14874.htm. Acesso em: Maio de 2025.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. **A sociologia de Max Weber.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. O jovem como sujeito social, **Revista Brasileira de Educação***,* Rio de Janeiro-RJ, n. 24, p. 40-53, 2003. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=es&nrm=iso. Acessado em: maio de 2025.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e rede de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Vº 16, Nº 47, 31 p., 2011. Disponível em: . Acessado em: m https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=ptaio de 2025.

GOSS, Karine Pereira. Trajetórias militantes: análise de entrevistas narrativas com professores e integrantes do Movimento Negro. In: WELLER, Wivian Jany.; PFAFF, Nicole. (Orgs). **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação**: Teoria e Prática. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre-RS: Zouk, 2019.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Adrielma Silveira Fortuna dos. **Movimento estudantil universitário de Sergipe**: modelos de organização, redes sociais e engajamento individual (2000-2015). 2016. 223f. Tese (Doutorado em Educação, UFS), São Cristovão-SE, 2016. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6331/1/ADRIELMA_SILVEIRA_FORTUNA_SANTOS.pdf.

STRAUSS, Anselm Leonard; CORBIN, JULIET M. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da pesquisa fundamentada. Porto Alegre: Artes Médicas; Bookman 2008.

WEBER, Maximilian Emil. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

WEBER, Maximilian Emil. **Metodologia das Ciências Sociais, parte 2**. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Editora Universidade Estadual de Campinas, 2001.

ARTE URBANA E CULTURA VISUAL NO ENSINO DE ARTES: ESTÉTICAS PERIFERIZADAS, CULTURA JUVENIL E INSURGÊNCIAS

Jhon Maykel Fernandes
Orientadora: Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno
Bolsista CAPES

Resumo: O resumo expandido tem por objetivo compartilhar o projeto de pesquisa *Arte urbana e cultura visual no ensino de artes: estéticas periferizadas, cultura juvenil e insurgências*, cadastrado na Plataforma Brasil sob o CAEE nº 87641225.0.0000.5083, com bolsa do CNPq na modalidade GD nº 140653/2024-4 e PDSE - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior nº 88881.126265/2025-01. Vinculado à linha de pesquisa Formação, Profissionalização Docente e Trabalho educativo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, ao **DIDAKTIKÉ** - Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Questões Contemporâneas (DGP/CNPq) e a Rede Internacional de Escolas Criativas - RIEC (Acordo Multilateral de Cooperação Internacional Firmado por 15 instituições provenientes de países da União Européia e América Latina). A pesquisa em andamento, orientada pela Profª. Drª Marilza Vanessa Rosa Suanno, tem por problema investigativo: Como o repertório estético da arte urbana pode contribuir na formação do estudante, por meio do ensino de arte, na construção de conhecimentos, modos de ver, estar, sentipensar e agir?; Que conteúdos de cultura visual e arte urbana são trabalhados no ensino da arte na rede municipal de Goiânia?; Há práxis transdisciplinares em construção no ensino de arte?. O objetivo geral é compreender as nuances formativas da arte urbana no ensino de arte na escola pública municipal em Goiânia e os objetivos específicos são: 1) apresentar o conceito de arte urbana; 2) analisar os conhecimentos artísticos e estéticos trabalhados pelos professores de artes da rede municipal de educação de Goiânia; 3) reconhecer a arte do Grafite como conhecimento que transita nas brechas e bifurcações dos conhecimentos disciplinares; 4) compreender o papel transformador das Artes Visuais; 5) identificar o potencial ativador da Arte urbana para o diálogo e a criação de vínculos coletivos. A pesquisa se encontra em fase de cadastro na Plataforma Brasil, com previsão de qualificação para janeiro de 2027

Palavras-chave: Educação. Formação de professores. Artes Visuais. Arte urbana. Cultura Visual

Introdução, fundamentação teórica, problema de pesquisa e objetivos (geral e específico)

A pesquisa *Arte Urbana e Cultura Visual no Ensino de Artes: Estéticas Periferizadas, Cultura Juvenil e Insurgências* tem relevância por reconhecer e investigar o papel da arte urbana no ensino de Artes Visuais, pois é um tipo de arte que vai além do aspecto estético: expressa identidades culturais, questiona normas sociais e ocupa politicamente o espaço. Dessa forma, justifica-se por pensar um ensino de Arte que vai além da mera reprodução de

imagens, que valoriza a diversidade cultural e evita a imposição de ideologias redutoras. Possibilita, ainda, práticas pedagógicas que valorizam a expressão individual e coletiva dos estudantes, além de estimular a reflexão sobre o espaço urbano, a identidade e a cultura. Dessa forma, permite uma formação mais crítica, inclusiva e criativa, que reconhece diferentes expressões artísticas e amplia o repertório cultural dos estudantes.

A base epistemológica, ontológica e metodológica da pesquisa se sustenta nos princípios da Complexidade e do conceito de transdisciplinaridade interligada ao conceito de Cultura Visual e pauta-se em Morin (1993; 2003; 2008; 2011), Suanno (2009; 2015a; 2015b; 2017; 2021; 2022; 2023); Fernando Hernández (1998; 2007), Raimundo Martins (2007; 2009); Moraes e Torre (2004), Moraes (2008; 2023), Arce (1999) Ganz (2008) Gitahy (2002), Araujo (2011), Tavares (2010) dentre outros. Os principais conceitos abordados serão: Cultura Visual, Arte Urbana, Artes Visuais, Formação de professores, Ensino de Artes Visuais, Grafite, Cultura Juvenil e Hip Hop. A pesquisa vincula-se à linha de pesquisa 'Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo' que aborda a formação, a profissionalização, o exercício do trabalho docente e as práticas pedagógicas em diversos níveis, modalidades e etapas do ensino, incluindo também contextos educativos fora da escola (PPGE, 2025).

A presente pesquisa, no campo teórico, situa-se no diálogo entre os pressupostos da Cultura Visual e da Transdisciplinaridade, visando reconhecer a potência educativa da arte urbana como expressão estética e subjetiva de territórios periféricos. No campo empírico, a investigação será desenvolvida em 10 (dez) escolas da Rede Municipal de Educação de Goiânia, buscando compreender como a arte urbana pode promover a ampliação dos sentidos e fortalecer processos formativos por meio da valorização de narrativas visuais diversas. Os instrumentos de coleta de dados utilizados serão: Revisão de Literatura (RL), busca em banco de dados e documentos, entrevista semiestruturada, análise documental, diário de pesquisa e portfólios. Os dados coletados serão analisados considerando uma aproximação e alinhamento com os objetivos específicos da pesquisa.

Metodologia

A pesquisa é guiada pelo Método Antimétodo da Complexidade (Morin 1998, Suanno 2015). O tipo de pesquisa é a pesquisa participante (Brandão, 2006). Para a criação metodológica optamos por uma metodologia qualitativa, estruturada na pesquisa participante (Brandão; Borges, 2007), por compreender que ela se fundamenta em uma concepção da realidade social, considerada em sua totalidade, com toda sua estrutura e dinâmica. A abordagem qualitativa (Amado, 2014) se consubstancia em uma investigação sistemática, pois considera variados contextos sócio-culturais, não se restringindo a análise de dados objetivos e estatísticos.

Os sujeitos da pesquisa são professores com licenciatura em artes visuais que atuam como docentes em turmas do Ensino Fundamental II, em escolas municipais em Goiânia. O *lócus* da pesquisa são dez escolas da Rede Municipal de Educação de Goiânia. Assim serão utilizadas entrevistas do tipo Semiestruturadas e realizadas com o propósito de compreender como se dá a formação desses profissionais, identificar os conteúdos de Artes Visuais, na especificidade da Arte Urbana/Cultura Visual, que são trabalhados em sala de aula e analisar a contribuição do ensino dessa área para a formação dos estudantes. A partir de então, serão indagados sobre: a) quais conteúdos de Artes Visuais são planejados e desenvolvidos em sala de aula, com atenção especial à presença da arte urbana e imagens do cenário urbano local/regional; b) sobre a importância e os impactos do ensino de Artes Visuais, especialmente da arte urbana (como o grafite), na formação dos estudantes e nas relações sociais dentro e fora da escola; c) a trajetória formativa dos professores licenciados em Artes Visuais.

A revisão de literatura será realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Scielo (Scientific Electronic Library Online), com os termos e descritores: [Educação AND "Ensino de Artes" AND "Artes Visuais" OR "Cultura Visual" OR Grafite OR "Hip Hop"]. Ao realizar a busca das teses publicadas entre 2020 e 2024 identificou-se 29 teses que serão revisadas.

Resultados iniciais/parciais e discussão

A pesquisa encontra-se em andamento. O pesquisador já realizou: o cadastro do Projeto na Plataforma Brasil (CAEE nº 87641225.0.0000.5083); elaboração dos termos de consentimento e da carta de anuência institucional, que aguarda assinatura e autorização das instituições envolvidas; instrumentos de pesquisa, como os questionários das entrevistas. Está previsto, para o primeiro semestre de 2025, o cumprimento do Estágio de Docência e a elaboração, a partir dele, de uma seção na tese que tratará dos temas relacionados à formação dos(as) graduandos(as) em Licenciatura em Artes Visuais.

No segundo semestre de 2025, mais precisamente no mês de agosto, serão realizadas as entrevistas com os(as) professores(as) participantes da pesquisa. A partir de setembro, o pesquisador realizará um período de quatro meses (setembro a dezembro) de doutorado-sanduíche, pelo Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE), financiado pela CAPES. No primeiro semestre de 2026, será iniciada a fase de redação da tese, nas seções que articulam os dados empíricos com o referencial teórico já selecionado. No segundo semestre de 2026, está previsto o encerramento da redação de todas as seções para a qualificação. A qualificação da tese está prevista para janeiro/2027 e a defesa para julho/2027, uma vez que o pesquisador compõe a 21ª turma do Doutorado.

Considerações finais

A pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento. Diante disso, este trabalho não apresenta, neste momento, considerações finais.

Referências

AMADO, João (coord.) **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

ARAÚJO, M. da S. Grafite como discurso urbano: fantasia e utopia na composição artística do quarto elemento. **Revista Perspectiva Sociológica**, Rio de Janeiro, n.º 8, p. 38-47, jul./dez., 2011.

ARCE, J. M. V. **Vida de barro duro**: cultura popular juvenil e grafite. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Orgs). **Pesquisa participante**: o saber da partilha. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

GANZ, N. **O mundo do grafite**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GITAHY, C. **O que é graffiti**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação***:* os projetos de trabalho. Porto Alegre: ArtMed, 1998

HERNÁNDEZ, F. **Catadores da cultura visual**: proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2007.

MARTINS, R. Educar com Imagens: múltiplos tempos e interpretação. **Boletim Arte na Escola,** nº 45, 2007.

MARTINS, R. Das belas artes à cultura visual: enfoques e deslocamentos. In: MARTINS, R. (Org.) **Visualidade e Educação** (Coleção desenredos 3). Goiânia: FUNAPE, 2008. p. 25-35.

MARTINS, R. Imagem e processos de interpretação no contexto escolar. In: RODRIGUES, E. B. T.; ASSIS, H. L. A. (Orgs.). **O ensino de artes visuais**: desafios e possibilidades contemporâneas. Goiânia: Seduc/GO, 2009. p. 99-106.

MORAES, Maria Cândida; TORRE, Saturnino de la. **Sentipensar:** fundamentos e estratégias para reencantar a educação. Petrópolis: Vozes, 2004.

MORAES, Maria Cândida; VALENTE, José Armando. **Como pesquisar em educação a partir da complexidade e da transdisciplinaridade?** São Paulo: Paulus Editora, 2008.

MORAES, Maria Cândida. **Epistemologia da Complexidade e a Pesquisa Educacional.** São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas Edgar Morin. 2023.

MORIN, Edgar. Contrabandista dos saberes. In: PESSIS-PASTERNAK, G. **Do caos à inteligência artificial.** 4. ed. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

_____. **A cabeça bem feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O método 3:** O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2008.

_____. **La Vía. Para el futuro de la humanidade.** Tradução Núria Petit Fontseré. Barcelona: Paidós, 2011.

PPGE. Docentes e Linhas de Pesquisa. Disponível em: https://ppge.fe.ufg.br/p/44249-docentes-e-linhas-de-pesquisa. Acesso em: 05 mai 2025.

SUANNO, M. V. R. Formação Cultural de Professores: Conhecimento e sentipensar. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. **III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**, PUCPR, p. 9654- 9667, 2009.

_____. Fogo prometeico, reforma do pensamento e o redimensionar das práticas educativas: emergem perspectivas didáticas a partir da complexidade e da transdisciplinaridade. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v.5, n.1, Jan./Jun., 2015a, p. 41-64.

_____. Didática e trabalho docente sob a ótica do pensamento complexo e da transdisciplinaridade. 2015. **Tese (Doutorado em Educação)** – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2015b.

_____. **Revista Plurais** – Virtual, Anápolis - Go, Vol. 7, n. 2. Jul./Dez. 2017 – p. 296-301 - ISSN 2238-3751.

SUANNO, M. V. R; OLIVEIRA, F.L; KARAJÁ, V.H.M; OLIVEIRA, S.S. **transdisciplinaridade na educação escolar indígena bilingue e intercultural: escola como espaço de ciência com consciência e saberes ancestrais.** Revista Humanidades e Inovação. Educação especial. V.8 n.43 (2021) Dossiê: escola como espaço de ciência com consciência: iniciativas transdisciplinares e escolas criativas. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5872. Acesso em: 08/09/2023.

SUANNO, M. V. R. **Entre brechas e bifurcações a didática segue em movimento e em contraposição ao neoliberalismo/neotecnicismo**. Cadernos De Pesquisa, v. 29, n. 3, jul./set. 2022.

_____. Didática Complexa e Transdisciplinar. In: **Didática Crítica no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2023.

TAVARES, J. F. Construções, desconstruções e reconstruções: histórias do grafite goianiense contemporâneo. 2010. 153 p. **Dissertação (Mestrado em Cultura Visual)** – Programa de Pós-graduação em Cultura Visual, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

EDUCAÇÃO E LITERATURA: formação humana na relação metafórica entre prosa e poesia - análise de obras selecionadas de Edgar Morin

Valdirene Aparecida de Oliveira[65]
Orientadora: Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno[66]

Resumo: O resumo expandido tem por objetivo compartilhar o projeto de pesquisa "Educação e Literatura: formação humana na relação metafórica entre prosa e poesia – análise de obras selecionadas de Edgar Morin". A pesquisa bibliográfica, orientada pela Profª. Drª Marilza Vanessa Rosa Suanno, encontra-se vinculada à linha de pesquisa Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/FE/UFG), ao DIDAKTIKÉ – Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Questões Contemporâneas – FE/UFG, à Rede Internacional de Escolas Criativas – RIEC. A pesquisa em andamento tem por objeto de pesquisa a literatura na formação humana. A pesquisa se guia pelo problema investigativo: Para Edgar Morin, qual o lugar da literatura na formação humana? Qual a relação, entre literatura e educação expressa em obras de Edgar Morin? Como a dimensão poética da existência humana é tratada na relação com a educação escolar? Ao religar saberes qual o papel da literatura no movimento relacional entre razão-emoção, objetividade-subjetividade, subsistência/trabalho – existência/vida? Tendo por objetivo geral compreender, nas obras selecionadas de Edgar Morin, o lugar da literatura na formação humana e na educação escolar e o objetivo específico é analisar o papel da literatura na formação dos estudantes, na ampliação da dimensão poética da existência humana, na capacidade de pensar complexo e religar no conhecer e existir razão-emoção, objetividade-subjetividade, trabalho-vida. A qualificação da dissertação está prevista para 28 de outubro de 2025 e a defesa para fevereiro de 2026, uma vez que a pesquisadora compões a 37ª turma de mestrado.

Palavras-chave: Educação. Formação humana. Didática. Literatura. Epistemologia da Complexidade.

Introdução, fundamentação teórica, problema de pesquisa e objetivos (geral e específico)

[65] Mestranda em Educação pelo o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFG. Membra do DIDAKTIKÉ – Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Questões Contemporâneas – FE/UFG, à Rede Internacional de Escolas Criativas – RIEC. Professora na Faculdade de Indiara (FAIND) e Professora Estatutária na Rede Municipal de Indiara - GO. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2731-4838. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3158843201850978.

[66] Orientadora. Pós-Doutora pela Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT. Doutora em Educação – Universidade Católica de Brasília – UCB. Mestrado em Educação pela Pontíficia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás. Pedagoga pela Universiade Federal de Goiás – UFG. Pós-doutorado em andamento pela Universidade de Barcelona (UB). Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás - PPGE/FE/UFG (Goiânia, Goiás, Brasil), Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5892-1484 Lattes: http://lattes.cnpq.br/7736117519324293.

A pesquisa Educação e Literatura: formação humana na relação metafórica entre prosa e poesia – análise de obras selecionadas de Edgar Morin, justifica-se por contribuir na formação humana. A presente pesquisa reconhece a literatura com um direito, (Candido, 2017), sendo uma necessidade universal do ser humano.

A base epistemológica, ontológica e metodológica da pesquisa se sustenta nos princípios da Complexidade e no conceito de transdisciplinaridade e se referência em Edgar Morin (2000, 2001, 2003, 2013, 2015), Moraes (2020, 2023), Suanno (2015, 2020, 2022, 2023). A pesquisa se vincula à linha de pesquisa 'Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo' que "investiga a formação, a profissionalização, o trabalho docente e as práticas educativas nos diversos níveis, etapas e modalidades de ensino e em contextos não escolares. Contempla também a infância e sua educação em diferentes contextos socioculturais, bem como as diferentes bases e concepções epistemológicas das políticas de formação inicial e continuada de professores e suas relações com o trabalho educativo" (PPGE, 2025, p. 2).

O problema investigativo, que guia a busca da pesquisadora e que expressa a sua curiosidade pelo conhecimento, é: Para Edgar Morin, qual o lugar da literatura na formação humana? Qual a relação, entre literatura e educação expressa em obras de Edgar Morin? Como a dimensão poética da existência humana é tratada na relação com a educação escolar? Ao religar saberes qual o papel da literatura no movimento relacional entre razão-emoção, objetividade-subjetividade, subsistência/trabalho – existência/vida?

O objetivo geral é compreender, nas obras selecionadas de Edgar Morin, o lugar da literatura na formação humana e na educação escolar e o objetivo específico é analisar o papel da literatura na formação dos estudantes, na ampliação da dimensão poética da existência humana, na capacidade de pensar complexo e religar no conhecer e existir razão-emoção, objetividade-subjetividade, trabalho-vida.

Metodologia

A Complexidade é base epistemológica, ontológica e metodológica da pesquisa e essa tem sido operacionalizada pautada nos princípios do Método Antimétodo da Complexidade

de Edgar Morin. A pesquisa do tipo bibliográfica, com abordagem qualitativa e análise compreensiva de doze obras de Edgar Morin.

Resultados iniciais/parciais e discussão

A pesquisa encontra em andamento e a pesquisadora já realizou a revisão literária, o capítulo da metodologia de pesquisa, a análise compreensiva da relação metafórica prosa e poesia das doze obras selecionadas de Edgar Morin. Em 2025/01, a pesquisadora prepara a dissertação para qualificação marcada para 28 de outubro de 2025.

Considerações finais

A presente pesquisa está em andamento, com qualificação marcada para o dia 28 de outubro de 2025 e defesa para fevereiro de 2026.

Referências

ALMEIDA, M. da C; REIS, M. K. S; FRANÇA, F. **Edgar Morin: conferências na cidade do Sol** (Natal/Brasil 1989-2012) / Organizado por Maria da Conceição de Almeida, Mônica Karina Santos Reis e Fagner França. -Natal: EDUFRN, 2018. 136p.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: Vários Escritos. 6 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul / São Paulo: Duas Cidades, 2017.

MORAES, M. C. Da ontologia e epistemologia complexa à metodologia transdisciplinar. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, GO, v.5, n.1, p. 1-19, jan./jun., 2015. Dossiê ECOTRANSD: Ecologia dos saberes e Transdisciplinaridade. Disponível em: http://www.revistas.ufg.br/index.php/teri/issue/view/1593/showToc. Acesso em: 17 de jan 2025.

MORAES, M. C. **Epistemologia da complexidade e a pesquisa educacional**. São Paulo: CEPEM, 2023.

MORIN, E; DÍAZ, C. J. D. **Reinventar a educação: abrir caminhos para a metamorfose da humanidade** / Edgar Morin, Carlos Jesús Delgado Díaz; tradução de Irene Reis dos Santos – São Paulo: Palas Athena, 2016.

MORIN, E. **A aventura de O método e Para uma racionalidade aberta**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho; Mariza Perassi Bosco. – São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020. 144p.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma reformar o pensamento**. Tradução de Eloá Jacobina - 8º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade** 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 392 p.

MORIN, E. **Amor poesia sabedoria** / Edgar Morin; tradução Edgard de Assis Carvalho. – 8º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 72p.

MORIN, E. CIURANA, E. R. MOTTA, R. D. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

MORIN, E. **Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação**; tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. – Porto Alegre: Sulina, 2015. 183p.

MORIN, E. **Fraternidade: para resistir à crueldade do mundo** / Edgar Morin; tradução de Edgard de Assis Carvalho. – São Paulo: Palas Athena, 2019.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo** / Edgar Morin; tradução Eliane Lisboa. 5º ed. – Porto Alegre: Sulina, 2015. 120 p.

MORIN, E. **Lições de um século de vida** / Edgar Morin; tradução Ivone Benedetti – 1º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnida de Edgard de Assis Carvalho. 2º ed. Ver. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MORIN, E. RÖSING, T. M. K. FALEI, N. M. **Edgar Morin: Religando fronteiras**. Passo Fundo: UPF, 2004. 112 p.

MORIN, E. **Terra-Pátria** /Edgar Morin Anne-Brigitte Kern; tradução de Paulo Neves da Silva. 6. Ed.- Porto Alegre: Sulina, 2011. 181 p.

SUANNO, M V. R. **Didática e trabalho docente sob a ótica do pensamento complexo e da transdisciplinaridade**. Tese de Doutorado em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, pela Universidade Católica de Brasília. UCB, Brasília-DF, 2015. 493 p.

SUANNO, M. V. R. **Didática complexa e transdisciplinar**. In: LONGAREZI, A. M.; PIMENTA, S. G.; PUENTES, R. V. Didática Crítica no Brasil. São Paulo: Cortez, 2023. p. 252-278.

ESCOLAS CRIATIVAS E SABERES-FAZERES DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS COMPLEXOS, TRANSDISCIPLINARES E ECOFORMADORES

Rejane Gomes Tavares
Orientadora: Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno
Bolsista CAPES Edital PPGE/FE/UFG nº 10/2023

Resumo: Este resumo expandido objetiva compartilhar o projeto de pesquisa de doutorado "Escolas criativas e saberes-fazeres didáticos-pedagógicos complexos, transdisciplinares e ecoformadores" em processo de avaliação na Plataforma Brasil. O projeto se vincula a linha de pesquisa Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, ao DIDAKTIKÉ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Questões Contemporâneas (DGP/CNPq - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7805627761585698) e a Rede Internacional de Escolas Criativas – RIEC. A pesquisa em andamento tem como objeto de estudo a Didática de Escolas Criativas. A pesquisa se guia pela relação complexa dos seguintes questionamentos: Quais os compromissos filosóficos-políticos e as bases epistemológicas-teóricas de escolas reconhecidas pela Rede Internacional de Escolas Criativas? Como criam e desenvolvem o ato educativo? Quais saberes-fazeres didáticos-pedagógicos construíram e desenvolvem? Quais inovações didáticas realizam no ato de educar? Tem como objetivo geral compreender o compromisso filosófico-político e as bases epistemológicas-teóricas de escolas reconhecidas pela Rede Internacional de Escolas Criativas e, de que modo se expressam nos atos didáticos-pedagógicos de planejar, desenvolver, mediar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem. Definiu-se por objetivos específicos: identifica no Projeto Político Pedagógico e no trabalho educativo o compromisso filosófico-político e as bases epistemológicas-teóricas de escolas reconhecidas pela Rede Internacional de Escolas Criativas; Identificar saberes-fazeres didáticos construídos e desenvolvidos em escolas reconhecidas pela Rede Internacional de Escolas Criativas, em especial inovações didáticas no ato de educar elaboradas em contexto auto-co-ecoformação; compreender como Escolas Criativas constroem estudos nos quais as crianças estabeleçam relações com a vida, o conhecimento, a natureza, a cultura, a sociedade e consigo mesma; Analisar como os atos didáticos-pedagógicos favorecem o desenvolvimento da criatividade das crianças. É uma pesquisa do tipo narrativa, que se apoia na base epistemológica e ontológica da complexidade, tendo como estratégias: revisão de literatura; análise documental; entrevistas do tipo narrativa. O *lócus* da pesquisa são cinco escolas reconhecidas pela RIEC, sendo uma de cada região do Brasil. A qualificação da tese está prevista para dezembro/2026 e a defesa para julho/2027, sendo que a pesquisadora compõe a 21ª turma de Doutorado.

Palavras-chave: Educação. Didática. Escolas Criativas. Complexidade. Transdisciplinaridade.

Introdução, fundamentação teórica, problema de pesquisa e objetivos (geral e específico)

A pesquisa "Escolas Criativas e saberes-fazeres didáticos-pedagógicos complexos, transdisciplinares e ecoformativos" tem relevância por expectar entender os atos didáticos-pedagógicos a partir de perspectiva teórica complexa e transdisciplinar e justifica-se por buscar subsídios que levem a repensar a educação do século XXI, considerando a vertente didática.

A base epistemológica, ontológica e metodológica da pesquisa se sustenta nos princípios da Complexidade e do conceito de transdisciplinaridade.

A complexidade pauta-se no pensar complexo, que expressa a ideia de pensar junto considerando contradições e incertezas. Para Morin (2015), pensar complexo diz respeito a tecer junto temáticas planetárias, multidimensionais, heterogêneas e paradoxais. O pensar complexo instiga a reforma do pensamento a partir da multidimensionalidade, multirreferencialidade e autorreferencialidade a partir da religação de conhecimentos e saberes. Trata-se de superar o pensamento disjuntivo por um que é tecido junto, considerando o contexto e o sujeito, que é autônomo e dependente simultaneamente.

Transdisciplinaridade indica, segundo Nicolescu (2018), o que está entre, através e além das disciplinas. Pensa as temáticas de forma não-linear e em mais de um nível de realidade, se situando numa posição de transgressão de fronteiras ao buscar ir além dos limites delimitado pensando o sujeito inserido em um contexto local e global com desafios planetários.

A ecoformação, para Torre (2022a) é uma maneira integradora e sustentável de compreender a ação formativa, que considera o sujeito, a sociedade e a natureza numa relação complementar que, segundo Navarra e Mallart-Solaz (2022) compreende as linhas formativas pessoal, social e ambiental, estando o contexto e o conhecimento em relação conjunta que implica em processos de autoformativos, coformativos e ecoformativos.

Após compreender cada nuance que permeia os saberes-fazeres didáticos-pedagógicos, vê-se importante entender o que é didática. Para Libâneo (2012) a didática é entendida como: ciência da educação, disciplina pedagógica, campo de investigação e exercício profissional. O referido autor acrescenta que a didática tem por objeto, de forma

global, o fenômeno educativo que incorpora-se os saberes, fundamentos e condições necessários para o exercício da prática educativa (planejamento, desenvolvimento da aula e avaliação). Assim, a didática incorpora ações de ensino que geram as ações de aprendizagem.

O contexto da pesquisa considera como *lócus* Escolas Criativas, sendo um conceito utilizado pela Rede Internacional de Escolas Criativas – RIEC, que é uma rede internacional, que possui acordo de cooperação com 15 (quinze) instituições americanas e europeias, sendo que sua criação foi oficializada em Barcelona, em 2012 (Torre, 2012a). É organizada em 20 (vinte) Núcleos que, para Torre (2022b) atuam com a realização de ações de pesquisa, ensino e extensão. Atua como um elo de intercâmbio entre os pesquisadores e a universidades e escolas.

Escolas Criativas, expressão usada no plural por entender-se que há mais de um jeito de instituições educativas ser criativas, sendo autorais e inovadoras. São, segundo Torre (2012b), instituições que transcendam, recriam, valorizam e transformam o desenvolvimento do potencial criativo dos discentes. Essas escolas, segundo o supracitado autor tem como pilares a mudança, a inovação e a criatividade, iluminados pela consciência. Estas, tem como princípio a sustentabilidade, a ecologia de saberes e a ruptura com a lógica da fragmentação disciplinar do conhecimento (Torre, 2012b; Suanno, M. V.; Torre; Suanno, J. H., 2014).

O problema investigativo desta pesquisa se manifesta na relação entre as seguintes indagações: Quais os compromissos filosóficos-políticos e as bases epistemológicas-teóricas de escolas reconhecidas pela Rede Internacional de Escolas Criativas? Como criam e desenvolvem o ato educativo? Quais saberes-fazeres didáticos-pedagógicos construíram e desenvolvem? Quais inovações didáticas realizam no ato de educar? A partir desses questionamentos, o objetivo geral é: Compreender o compromisso filosófico-político e as bases epistemológicas-teóricas de escolas reconhecidas pela Rede Internacional de Escolas Criativas e, de que modo se expressam nos atos didáticos-pedagógicos de planejar, desenvolver, mediar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem. Os objetivos específicos são: 1) Identificar no Projeto Político Pedagógico e no trabalho educativo o compromisso filosófico-político e as bases epistemológicas-teóricas de escolas reconhecidas pela Rede Internacional de Escolas Criativas; 2) Identificar saberes-fazeres didáticos construídos e desenvolvidos em escolas reconhecidas pela Rede Internacional de Escolas Criativas, em

especial inovações didáticas no ato de educar elaboradas em contexto auto-co-ecoformação; 3) Compreender como Escolas Criativas constroem estudos nos quais as crianças estabeleçam relações com a vida, o conhecimento, a natureza, a cultura, a sociedade e consiga mesma; 4) Analisar como os atos didáticos-pedagógicos favorecem o desenvolvimento da criatividade das crianças.

A pesquisa vincula-se a linha de pesquisa 'Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo' que "investiga a formação, a profissionalização, o trabalho docente e as práticas educativas nos diversos níveis, etapas e modalidades de ensino e em contextos não escolares. Contempla também a infância e sua educação em diferentes contextos socioculturais, bem como as diferentes bases e concepções epistemológicas das políticas de formação inicial e continuada de professores e suas relações com o trabalho educativo" (PPGE, 2025, p. 2).

Metodologia

Esta pesquisa se apoia na base epistemológica, ontológica e metodológica da complexidade, sendo operacionalizada a partir dos princípios do Método Antimétodo da Complexidade de Edgar Morin. É uma pesquisa do tipo narrativa, realizada com docentes e coordenadores, tendo por *lócus* cinco escolas reconhecidas pela Rede Internacional de Escolas Criativas, sendo uma de cada região do Brasil: Escola Municipal de Tempo Integral Daniel Batista (Palmas / TO); Escola Vila (Fortaleza / CE); Escola Casa Verde – Aprendendo com os pássaros (Aparecida de Goiânia / GO); Escola Tarsila do Amaral (São Paulo / SP); Escola Básica Municipal Visconde de Taunay (Blumenau / SC). Assim, serão realizadas entrevistas presenciais do tipo narrativa com dois docentes e o coordenador pedagógico de cada instituição com o propósito de obter relatos que contemple ações e como são desenvolvidas que tenha visibilidade direcionando para o reconhecimento da instituição como Escola Criativa, assim serão indagados sobre: as ações e projetos que oportunizaram o reconhecimento; feitos que são criativos e transdisciplinares; a organização do planejamento pedagógico e da forma continuada; como ocorre o ensino, a mediação, a aprendizagem e a avaliação. A revisão de literatura realizada nos bancos de dados: Catálogo de Teses &

Dissertações CAPES; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD; Portal de periódicos d CAPES; Google acadêmico; Livros publicados, cuja publicação seja vinculada a RIEC; Espaço com publicações indicados pela escola. Nos portais online foram feitas buscas com os termos e descritores booleanos, sendo o nome da instituição em questão. A revisão de literatura selecionou 38 trabalhos que comporão a análise. A pesquisa contemplará também a análise documental, tendo em questão o Projeto Político Pedagógico – PPP de cada instituição mencionada. Para o procedimento na análise dos dados das entrevistas, material coletado em banco de dados e PPP será do tipo análise de conteúdo. Contará com abordagem qualitativa na análise dos dados da pesquisa por meio da construção de referenciais de codificação.

Resultados iniciais/parciais e discussão

A pesquisa encontra-se em andamento, estando em processo de avaliação pela Plataforma Brasil, para o qual foram elaborados os termos de consentimento e construído o instrumento de pesquisa (entrevista). A pesquisadora já realizou em sua totalidade os créditos referentes as disciplinas, por meio do curso das seguintes disciplinas: Formação e profissionalização de professoras e professores: epistemologias, pesquisas e perspectivas críticas (Dra. Sandra Valéria Limonta); Democracia, formação de professores e tecnologias em contextos emergentes (Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima e Dra. Rosemara Perpétua Lopes); Mulheres, trabalho, educação e cuidado (Dra. Maria Izabel Machado); Reforma educacional e gestão de sistemas públicos de ensino (Dr. Luís Gustavo Alexandre da Silva); Educação, trabalho e formação humana (Dra. Amone Inácia Alves). Como atividade complementar, em 2024/2 realizou-se o primeiro Estágio Docência na disciplina Estágio em Anos Iniciais do Ensino Fundamental II do curso de Pedagogia, sob a supervisão da professora Dra. Vanessa Gabassa. Em 2025/2 realizar-se-á o segundo Estágio Docência. Os demais créditos já foram cumpridos. Estamos em fase de levantamento de dados, como as produções científicas acerca das instituições participantes da pesquisa e realização de revisão de literatura. Em seguida, se dará o aprofundamento e lapidação da escrita do capítulo de metodologia. Em agosto/2025 sucederá a coleta de documentos institucionais. No mês

seguinte serão realizadas as entrevistas. A previsão para a qualificação da tese é para dezembro/2026 e a defesa para julho/2017.

Considerações finais

Pesquisa em andamento, qualificação prevista para dezembro/2026.

Referências

LIBÂNEO, José Carlos. Ensinar e aprender, aprender e ensinar: o lugar da teoria e da prática em didática. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Orgs.). **Temas de pedagogia:** diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez Editora, 2012. p. 35-60.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NAVARRA, Joan Mallart i; MALLART-SOLAZ, Albert. Ecoformação para a escola de hoje. In: ZWIEREWICZ, Marlene; TORRE, Saturnino de la (Orgs.). **Escolas Criativas:** reflexões, estratégias com projetos criativos ecoformadores. Caçador-SC: EdUniarp, 2022. p. 86-107.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. Tradução de Lucia Pereira de Souza. São Paulo: TRIOM, 2018.

PPGE. Docentes e Linhas de Pesquisa. Disponível em: https://ppge.fe.ufg.br/p/44249-docentes-e-linhas-de-pesquisa. Acesso em: 05 mai 2025.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; TORRE, Saturnino de la; SUANNO, João Henrique. Rede Internacional de Escolas Criativas. In: PINHO, Maria José; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; SUANNO, João Henrique. **Formação de professores e interdisciplinaridade**: diálogo investigativo em construção. Goiânia: América, 2014. p. 15-33.

TORRE, Saturnino de la (Coord.). **Instituciones Educativas Creativas:** instrumento para valorar el desarrollo creativo de las Instituiciones Creativas – VADECRIE. Servilla: Círculo Rojo, 2012b.

TORRE, Saturnino de la. Acta de constitución de la Red Internacional de Escuelas Creativas – RIEC. IV Fórum Internacional sobre Inovação e Criatividade: adversidade e escolas criativas, realizado na Universidade de Barcelona nos dias 27 e 28 de junho de 2012a.

TORRE, Saturnino de la. Escolas Criativas: olhar o presente e futuro com outra consciência. In: ZWIEREWICZ, Marlene; TORRE, Saturnino de la (Orgs.). **Escolas Criativas:** reflexões, estratégias com projetos criativos ecoformadores. Caçador-SC: EdUniarp, 2022a. p. 23-29.

TORRE, Saturnino de la. Projeto Rede Internacional de Escolas Criativas – RIEC: presente e futuro. In: ZWIEREWICZ, Marlene; TORRE, Saturnino de la (Orgs.). **Escolas Criativas:** reflexões, estratégias com projetos criativos ecoformadores. Caçador-SC: EdUniarp, 2022b. p. 162-189.

ESTÁGIO DOCÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO: formação para a docência na educação superior

Roberta Barbosa dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno

Resumo: O resumo expandido tem por objetivo compartilhar o projeto de pesquisa "Estágio Docência na Pós-Graduação: formação para a docência na educação superior" de autoria da mestranda responsável pelo presente resumo e orientado pela segunda autora. Pesquisa vinculado a linha de pesquisa Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, ao **DIDAKTIKÉ** - Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Questões Contemporâneas (DGP/CNPq) e a Rede Internacional de Escolas Criativas – RIEC. A pesquisa em andamento tem como objeto de pesquisa o estágio docência. A pesquisa se guia pelo problema investigativo como o estágio docência contribuiu para a formação do futuro professor universitário? Tendo por objetivo geral compreender o papel e as experiências formativas do estágio docência na formação dos pós-graduandos para o futuro exercício do magistério superior e como objetivos específicos: analisar o olhar dos(as) pós-graduandos(as) sobre a experiência vivida no estágio docência realizado em programa de pós-graduação em educação; mapear intencionalidades formativas e atividades realizadas no estágio docência; identificar quantos egressos atuam na docência na educação superior ou pretender atuar. A pesquisa é do tipo exploratória. A pesquisa contará com revisão de literatura em banco de dados, os dados empíricos serão coletados por meio de entrevistas narrativas e aplicação de questionários com egressos(as) do quadriênio 2020-2024 do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/FE/UFG). A qualificação da dissertação está prevista para março de 2026 e a defesa para julho de 2026, uma vez que a pesquisadora compõe a 38ª Turma de Mestrado.

Palavras-Chave: Educação. Formação de Professores. Estágio Docência. Didática da Educação Superior. Epistemologia da Complexidade.

Introdução

A pesquisa "Estágio Docência na Pós-Graduação: formação para a docência" tem relevância por contribuir com a pesquisa sobre o papel do estágio docência na formação de professores em programa de pós-graduação e justifica-se dada a ausência de pesquisas sobre

estágio docência com egressos do PPGE.

A base epistemológica, ontológica e metodológica da pesquisa se sustenta nos princípios da Complexidade e do conceito de transdisciplinaridade e se referência em Cunha (2009), Veiga (2020), Morin (2017), Moraes (2023), Suanno, (2015). A pesquisa se vincula à linha de pesquisa 'Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo' do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás que "investiga a formação, a profissionalização, o trabalho docente e as práticas educativas nos diversos níveis, etapas e modalidades de ensino e em contextos não escolares. Contempla também a infância e sua educação em diferentes contextos socioculturais, bem como as diferentes bases e concepções epistemológicas das políticas de formação inicial e continuada de professores e suas relações com o trabalho educativo" (PPGE, 2025, p. 2).

Metodologia

A Complexidade é base epistemológica, ontológica e metodológica da pesquisa e essa tem sido operacionalizada pautada nos princípios do Método Antimétodo da Complexidade de Edgar Morin. A pesquisa do tipo exploratória realizada com os egressos de Programa de Pós-Graduação em Educação do quadriênio 2021-2024, tendo por *lócus* da pesquisa será do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), assim serão utilizados questionários com questões fechadas e abertas aplicados com o intuito de coletar dados sobre estágio docência. As entrevistas narrativas também terão questões semiestruturadas no intuito de ampliar a compreensão do fenômeno investigado. A revisão de literatura será realizada no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, foram feitas buscas com os termos e descritores booleanos "Pós-graduação em educação" AND "estágio docência" AND "docência universitária", considerando a demarcação temporal 2020-2024 último quadriênio em avaliação pela Capes. Para o procedimento na análise dos dados dos questionários, entrevistas, material coletado em banco de dados será conforme os princípios da Epistemologia da complexidade. Contará com abordagem qualitativa para análise dos dados de modo contextualizado e no intuito de captar e os sentidos atribuídos pelos sujeitos, buscando reconhecer o todo e suas partes e sua relevância.

Resultados iniciais/parciais e discussão

A pesquisa encontra em andamento e a pesquisadora está em processo de cadastro do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil, elaboração de termos de consentimento, anuência institucional, revisão de literatura, construção dos instrumentos de pesquisa, aplicação de questionários, entrevistas, análise. Está previsto no planejamento a realização em 2025/1 cadastro na Plataforma Brasil, em 2025/2 revisão de literatura, coleta e análise de dados, 2026/1 qualificação e defesa.

Considerações finais

Este é uma pesquisa em andamento, a qualificação está prevista para junho de 2026.

Referências

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Circular nº 020/99/PR/CAPES**. Brasília,1999.

CUNHA, Maria Isabel da. O lugar da formação do professor universitário: o espaço da pós-graduação em educação em questão. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 09, n. 26, p. 81-90, abr. 2009. Disponível em < https://l1nq.com/Z1V5A >. Acesso em 10 de maio 2025.

MORAES, Maria Cândida. **Epistemologia da Complexidade e a Pesquisa Educacional**. São Paulo: CEP Edgar Morin, 2023.

MORIN, Edgar**. Os setes saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2017.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa Suanno. **Didática e trabalho docente sob a ótica do pensamento complexo e da transdisciplinaridade**. 2015. 493 p. Tese de Doutorado em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, pela Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília-DF, 2015.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; MORAES, Maria Cândida. **Breve apontamento sobre ensino e pesquisa em didática no Brasil**. In: REIS, Marlene Barbosa de Freitas e LUTERMAN, Luana Alves (Orgs.). Interdisciplinaridade na educação: redimensionando práticas pedagógicas. Anápolis: Editora UEG, 2017. 55-84p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CEPEC nº 1537/2017. **Art. 37**. Goiânia, 20 de dezembro de 2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FERNANDES, Rosana César de Arruda (orgs.). **Por uma didática da educação superior. 1**. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2020.

MEDIAÇÃO DIDÁTICA TRANSDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Thaís Gouvêa Silva
Orientadora: Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno

RESUMO: O presente resumo expandido visa compartilhar o projeto de pesquisa "Mediação didática transdisciplinar na educação básica", vinculado a linha de pesquisa Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/FE/UFG), ao projeto de pesquisa guarda-chuva 'Formação de professores e didática emergente' (UFG PI02868-2018), ao DIDAKTIKÉ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Questões Contemporâneas (DGP/CNPq) e ao Acordo Multilateral de Cooperação Internacional - Rede Internacional de Escolas Criativas - RIEC, coordenados e orientados pela Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno. Essa pesquisa, que está em andamento, busca propor o conceito de mediação didática transdisciplinar, tomando como base a Epistemologia da Complexidade de Edgar Morin, com vistas a propor um aprimoramento nos processos de ensino-aprendizagem que ocorrem na educação básica brasileira. A partir do Método Antimétodo da Complexidade e da Epistemologia da Complexidade, buscar-se-á na pesquisa desenvolver uma revisão conceitual de literatura nas obras de Edgar Morin, buscando entender como o autor pensa e/ou teoriza os conceitos mediação, transdisciplinaridade e complexidade vinculados ao ato educativo. A presente pesquisa de caráter bibliográfico e de tipo qualitativo tem por objetivo defender a presença e a atuação do professor, como um profissional intelectual crítico-reflexivo, na educação básica, já que ele produz níveis de ajuda na construção de aprendizagens, os quais podem ocorrer de maneira transdisciplinar a fim de potencializar as relações entre aluno e conhecimentos. A qualificação dessa pesquisa está prevista para o dia 28 de outubro de 2025, visto que a pesquisadora compõe a 37ª Turma de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação do PPGE/FE/UFG.

Palavras-chave: Educação. Didática. Trabalho Educativo. Transdisciplinaridade. Mediação Didática.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa em andamento tem como objetivo promover uma reflexão sobre a importância de pensarmos um processo de ensino-aprendizagem complexo e

transdisciplinar e, em especial, tecer o conceito de Mediação Didática Transdisciplinar para a educação básica brasileira. Tendo como base epistemológica, ontológica e metodológica os princípios da Complexidade e o conceito de transdisciplinaridade, a pesquisa se fundamenta nas obras de Edgar Morin para ser desenvolvida. Desse modo, e por estar vinculada à linha de pesquisa A pesquisa 'Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo', que "investiga a formação, a profissionalização, o trabalho docente e as práticas educativas nos diversos níveis, etapas e modalidades de ensino e em contextos não escolares" (PPGE, 2025, p.2), essa pesquisa visa a construção de uma nova reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem que ocorrem na educação básica e sobre a atuação dos professores nesses espaços.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente pesquisa de dissertação fundamenta-se na Epistemologia da Complexidade e na transdisciplinaridade, que é um princípio-estratégia que visa potencializar e humanizar os processos de ensino-aprendizagem. Destarte, para alcançar o que se propõe, a pesquisa será realizada a partir do estudo de nove obras de Edgar Morin, a saber, "Os sete saberes necessários à educação do futuro" (Morin, 2000), "Educar na era planetária: o pensamento complexo como Método de aprendizagem no e na incerteza humana" (Morin, 2003a), "Terra-Pátria" (Morin, 2003b), "Cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento" (Morin, 2003c), "Introdução ao pensamento complexo" (Morin, 2005), "Ciência com consciência" (Morin, 2008), "Ensinar a Viver: manifesto para mudar a educação" (Morin, 2015", "Reiventar a educação: abrir caminhos para a metamorfose da humanidade" (Morin, 2016), "Fraternidade: para resistir à crueldade do mundo" (Morin, 2019) e "A aventura de O Método e para uma racionalidade aberta" (Morin, 2020).

METODOLOGIA

Sabendo que a Complexidade é a base epistemológica, ontológica e metodológica desta pesquisa, ela será realizada com base nos princípios do Método Antimétodo da

Complexidade de Edgar Morin. Por isso, este resumo expandido lança luz sobre uma dissertação que é uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, ancorada na revisão conceitual de literatura que será realizada a partir das nove obras supracitadas de Edgar Morin (2000; 2003a; 2003b; 2003c; 2005; 2015; 2016; 2019; 2020).

RESULTADOS INICIAIS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em andamento, e a pesquisadora já realizou todas as disciplinas obrigatórias, bem como cumpriu as horas complementares necessárias, para finalizar esse processo formativo. A qualificação está agendada para ser realizada no dia 28 de outubro de 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser uma pesquisa em andamento, não há considerações finais para serem apresentadas ainda.

REFERÊNCIAS

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária:** o pensamento complexo como Método de aprendizagem no e na incerteza humana. Tradução: Sandra Tabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2003a.

MORIN, Edgar; DÍAZ, Carlos Jesús Delgado. **Reinventar a educação:** abrir caminhos para a metamorfose da humanidade. Tradução: Irene Reis dos Santos. São Paulo, Palas Athenas, 2016.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria.** Tradução: Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003b.

MORIN, Edgar. **A aventura de O Método e para uma racionalidade aberta.** Tradução: Edgard Assis de Carvalho e Mariza Perassi Bosco. São Paulo: SESC São Paulo, 2020.

MORIN, Edgar. **Cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. tradução: Eloá Jacobina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003c.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORIN, Edgar. **Ensinar a viver:** manifesto para mudar a educação. Tradução: Edgard Assis de Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. **Fraternidade: para resistir à crueldade do mundo.** Tradução: Edgard Assis de Carvalho. São Paulo: Palas Athena, 2019.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Tradução: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez ; Brasília: UNESCO, 2000.

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM GOIÁS: UM OLHAR POR MEIO DA REVISTA DE EDUCAÇÃO (1937-1963)

Cinthia Brenda Siqueira Santiago[67]
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira[68]
Bolsista CAPES

RESUMO: O presente resumo visa apresentar a síntese da tese de doutorado em curso cuja temática se insere no campo da educação especial. Enquanto objetivo geral, propõe-se analisar o contexto histórico da educação especial em Goiás, com foco nas concepções e práticas de educação especial, por meio da Revista de Educação e outras fontes documentais. Metodologicamente, caracteriza-se como pesquisa exploratória e documental, adotando o método historiográfico conforme Burke (2010), que compreende as narrativas históricas como construções contextuais. O referencial teórico fundamenta-se em estudiosos da educação especial como Jannuzzi (2012), Mazzotta (2005) e nas contribuições de Helena Antipoff. Os procedimentos consistem na análise das edições da Revista de Educação, com o intuito de identificar tendências pedagógicas, concepções de deficiência e práticas educacionais. Os resultados preliminares revelam a riqueza desse periódico como uma fonte relevante para o estudo do pensamento educacional goiano, pois seu mapeamento inicial sugere que ele foi utilizado como veículo de disseminação de tendências pedagógicas nacionais e internacionais. A pesquisa, ainda em fase inicial, apresenta relevância social e acadêmica ao visar o preenchimento de lacunas historiográficas regionais, com o intuito de evidenciar a memória educacional de grupos tradicionalmente marginalizados, além de propor subsídios para políticas educacionais inclusivas.

Palavras-chave: Educação Especial. Contexto Histórico. Revista de Educação. Goiás.

[67] Doutoranda em Educação (PPGE/FE/UFG).
[68] Professor Orientador (PPGE/FE/UFG).

INTRODUÇÃO

Historicamente, as pesquisas sobre educação especial em Goiás e no Brasil concentram-se ora nos marcos legislativos contemporâneos, ora nas experiências práticas recentes de inclusão escolar. Poucos estudos dedicam-se à investigação da historiografia que apresenta as concepções, práticas e políticas nessa área, especialmente por meio de fontes documentais, como a Revista de Educação.

A Revista de Educação constituiu-se em um dos principais instrumentos de normatização, difusão e debate das práticas educacionais no Estado de Goiás durante um período de transformações políticas, sociais e pedagógicas do Brasil. Criada em pleno contexto da expansão das reformas escolanovistas e sob a influência do movimento pela Escola Nova, a revista representou, para Goiás, não apenas a implementação de um canal de comunicação institucional, mas, sobretudo, um espaço de atualização e formação continuada dos professores e professoras em todo o território.

A análise da Revista de Educação entre 1937 e 1963 representa uma proposta inédita tanto na historiografia da educação especial goiana quanto na literatura nacional, pois ao focar numa publicação educativa de circulação estadual, a pesquisa busca promover uma descrição detalhada das tendências pedagógicas, concepções de deficiência, práticas escolares e influências de intelectuais como Helena Antipoff. Proposta que potencializa a produção de conhecimento original, ampliando a compreensão local da educação especial.

Na articulação entre a trajetória pessoal e acadêmica, a proposta de investigação da tese dialoga com o percurso desta pesquisadora, que sempre buscou interrogar criticamente as condições de inclusão e os desafios enfrentados pelos estudantes que compõem o Público de Atenção da Educação Especial (PAEE)[69] A experiência enquanto pesquisadora, professora atuante na modalidade da educação especial e defensora da inclusão destaca a necessidade

[69] Optou-se por adotar a expressão “Público de Atenção da Educação Especial – PAEE” em substituição ao termo “Público-alvo da Educação Especial”, frequentemente utilizado em documentos normativos. É importante destacar que a escolha se fundamenta no entendimento de que o adjetivo “alvo” pode remeter a uma visão reducionista e instrumental, típica de concepções neoliberais, enquanto “atenção” ressalta o compromisso ético e o direcionamento do olhar pedagógico às necessidades e potencialidades dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação.

de compreender não apenas os fenômenos atuais, mas também suas origens históricas, para subsidiar ações e políticas educativas atentas à singularidade desse público.

Com o propósito de compreender esse processo, foram levantadas, como problemática da pesquisa, as seguintes questões: como a Revista de Educação (1937-1963) refletiu e influenciou as concepções e práticas da educação especial em Goiás, e de que maneira essas concepções se alinham ou se distanciam das políticas educacionais e dos paradigmas nacionais do período?

Como objetivo geral da pesquisa, elegeu-se: analisar o contexto histórico da educação especial em Goiás, com foco nas concepções e práticas de educação especial, por meio da Revista de Educação e outras fontes documentais.

Dessa maneira, com intuito de detalhar e alcançar os resultados desejados, foram delineados como objetivos específicos: analisar o papel da Revista de Educação na disseminação de ideias pedagógicas e na formação de professores em Goiás, bem como identificar as tendências e temáticas educacionais em relação à educação especial; investigar as concepções de deficiência e os modelos de atenção a estudantes com necessidades especiais retratados na Revista de Educação, destacar as influências sociais e políticas sobre as práticas inclusivas e segregacionistas; mapear as políticas e práticas educacionais voltadas para a educação especial em Goiás e no Brasil, ressaltar as contribuições de Helena Antipoff; e comparar os resultados da revisão sistemática da literatura sobre educação especial em Goiás com as evidências encontradas na análise da Revistas de Educação.

Para fundamentar o estudo, utilizou-se como referenciais teóricos sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, autores(as) como: Jannuzzi (2012), estudiosa do contexto histórico da educação especial, a qual traz ricas contribuições para esse campo; Mazzotta (2005) que descreve o percurso histórico da educação especial e seus importantes marcos, além de Campos (2010); Antipoff, D. (1996); e Antipoff (1992) para destacar sua trajetória, dentre outros.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, qualitativa e documental. Além disso, utiliza o método historiográfico para analisar as transformações nas práticas e discursos educacionais ao longo do tempo. A abordagem escolhida possibilita a análise crítica e contextualizada de um acervo diversificado, formado pela Revista de Educação, documentos oficiais, dissertações, teses e artigos, com o objetivo de compreender a evolução das políticas e práticas educativas, especialmente no âmbito da educação especial e da inclusão escolar.

Essa abordagem permite compreender a evolução dos processos de ensino e gestão, bem como reconhecer as influências dos contextos sociais, políticos e culturais na construção do saber educacional por meio de uma perspectiva interdisciplinar, conforme apresentado na tradição historiográfica dos *Annales* e exemplificado no livro de Peter Burke, *A escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. Ademais, o estudo foca no contexto histórico da educação especial em Goiás e utiliza as edições da Revista de Educação publicadas entre 1937 e 1963 para proporcionar uma visão abrangente do percurso histórico, e uma análise detalhada de um tema que ainda carece de estudos aprofundados.

O acervo histórico construído a partir das revistas reúne edições publicadas entre 1937 e 1963 e constitui um registro histórico significativo da produção e circulação das ideias educacionais do período. A amostra, composta por 39 exemplares, foi organizada segundo critérios de ordem cronológica, temáticas abordadas e relevância dos periódicos no contexto educacional. Esse conjunto documental destaca-se pelo valor histórico e pedagógico ao oferecer subsídios para a compreensão das políticas educacionais e dos desafios envolvidos na implementação de suas práticas.

Ressalta-se que, as dissertações, teses e artigos foram selecionados por meio de revisão sistemática, e considerados importantes para o embasamento teórico e histórico do estudo. Os procedimentos adotados incluem leitura crítica e sistemática dos documentos, registro das informações relevantes, identificação de categorias temáticas e cruzamento de dados entre revistas, documentos oficiais e produções acadêmicas, construindo assim uma narrativa histórica fundamentada e coesa.

A pesquisa documental, por sua vez, contribui para identificar e interpretar fontes que oferecem compreensão sobre as políticas, práticas e discursos da época, ao apresentar uma percepção mais contextualizada da trajetória da educação especial em Goiás. Conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa documental caracteriza-se pela utilização de documentos como fonte principal de coleta de dados, os quais podem ter aspectos textuais ou não e constituem o que é denominado como fontes primárias. Desse modo, tais fontes documentais podem ser produzidas no momento da ocorrência do fato ou fenômeno observado, ou mesmo posteriormente, sendo importantes para compreender e analisar acontecimentos em sua essência histórica e contextual.

A historiografia, na perspectiva de Peter Burke (2010), vai além de uma mera compilação de fatos passados, configurando-se como um campo dinâmico e multifacetado que demanda constante reflexão. Pois não se trata apenas de narrar eventos, mas de compreender como as narrativas históricas são construídas, influenciadas e transformadas ao longo do tempo.

O cerne para essa compreensão é a análise das perspectivas que permeiam a escrita da história. Nesse sentido, Burke (2010) enfatiza que a objetividade absoluta é uma ilusão, pois cada historiador se aproxima do passado a partir de um lugar social e intelectual específico. Sendo assim, são suas experiências, valores e ideologias que moldam suas escolhas, interpretações e a própria seleção dos temas a serem investigados. Portanto, a historiografia se torna um estudo das mudanças nas abordagens, métodos e temas da história.

RESULTADOS INICIAIS/PARCIAIS E DISCUSSÃO

No tocante à discussão e ao detalhamento do estágio atual da pesquisa, ressalta-se que ela se encontra na fase inicial de desenvolvimento, processo que requer rigor metodológico e aprofundamento teórico-conceitual para fundamentar adequadamente a investigação histórica proposta. Até o presente momento, os resultados parciais concentram-se na estruturação do corpus documental e na delimitação das categorias analíticas que nortearão a análise da Revista de Educação (1937-1963).

O mapeamento preliminar dos exemplares disponíveis da Revista de Educação tem revelado a riqueza e a complexidade desse periódico como fonte para a compreensão do pensamento educacional goiano. A investigação em andamento já permite identificar, ainda que de maneira inicial, a presença de discursos relacionados à educação de pessoas com deficiência, evidenciando como as concepções e terminologias da época refletiam determinadas visões sobre normalidade, anormalidade e processos educativos especializados.

Os dados parciais sugerem que a Revista de Educação foi tida como importante veículo de disseminação de tendências pedagógicas nacionais e internacionais, possivelmente influenciadas por intelectuais como Helena Antipoff, permitindo estabelecer conexões entre o cenário educacional goiano e os movimentos mais amplos de institucionalização da educação especial no Brasil. Assim sendo, esta análise, ainda em curso, vem confirmando a relevância desta pesquisa para preencher lacunas historiográficas significativas e contribuir para a compreensão das raízes históricas que configuram o atual cenário da educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação encontra-se na fase inicial de elaboração dos capítulos teóricos, com avanços significativos na seleção de fontes bibliográficas pertinentes e sistematicamente estudadas por meio de leituras e fichamentos. Ressalta-se que todas as atividades complementares previstas no programa de doutorado foram integralmente cumpridas, incluindo a conclusão das disciplinas obrigatórias, publicações e a realização do estágio docência.

Espera-se demonstrar a relevância social desta investigação sobre o contexto histórico da educação especial em Goiás, ao preencher uma lacuna historiográfica importante por meio da Revista de Educação, sobre como se constituíram as bases conceituais e práticas que influenciam até hoje as políticas de inclusão educacional. Ressalta-se também que os resultados deste estudo poderão subsidiar o aprimoramento da formação docente, das

práticas pedagógicas e das estruturas institucionais que promovem a inclusão educacional e a justiça social.

REFERÊNCIAS

ANTIPOFF, Daniel. Iretzky. (1996). **Helena Antipoff**: sua vida, sua obra. Rio de Janeiro: José Olímpio.

ANTIPOFF, Helena. **Coletânea das obras escritas de Helena Antipoff**. - Org. pelo Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, CDPHA. - (V. 1 – Psicologia experimental). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1992.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **Helena Antipoff** / Regina Helena de Freitas Campos. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 3. Ed. Ver – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA FREIREANA: UM OLHAR TRANSVERSAL PARA MATEMÁTICA NAS CLASSES HOSPITALARES EM GOIÁS

Eriene Macêdo de Moraes/estudante[70]
Orientador: Dr. Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira/orientador[71]
Bolsista CAPES

RESUMO: Este estudo propõe investigar como se configuram as práticas e os sentidos do processo de ensino-aprendizagem de matemática nas classes hospitalares do estado de Goiás, no período de 2000 a 2013, considerando as especificidades do contexto hospitalar e os desafios pedagógicos impostos pela condição de vulnerabilidade dos estudantes em tratamento de saúde. Para esse intuito, a investigação pauta-se na pesquisa exploratória, cuja análise será bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. No que concerne ao referencial teórico, inicialmente foram elencados autores como Teixeira (2010), D'Ambrósio (1999), Almeida (2003), Apple (2006), Freire (2000, 2001, 2011, 2022, 2023), além de documentos e legislações vigentes que respaldam a temática em estudo. Os resultados iniciais da pesquisa indicam que a integração dos subsídios teóricos fundamentados nas obras de Paulo Freire, na crítica ao ensino excludente da matemática e, na prática didático-pedagógica inclusiva em classes hospitalares, podem suscitar uma compreensão abrangente dos desafios e das possibilidades inerentes à educação inclusiva em contextos hospitalares.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Educação Matemática. Classes hospitalares

INTRODUÇÃO

As questões que permeiam a educação matemática inclusiva em classes regulares promovem constantes discussões. Pensar essa inclusão a partir de classes hospitalares vai além de considerar as especificidades de cada estudante, é preciso haver um olhar didático-pedagógico mais detalhado. Devido a essas peculiaridades, as obras de Paulo Freire serão exploradas a fim de subsidiarem a questão da inclusão do estudante na educação matemática promovida nas classes hospitalares.

A temática "educação matemática inclusiva" teve origem na trajetória profissional da pesquisadora, na condição de professora, imbricada com as discussões sobre os estudos já realizados pelo orientador Dr. Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira sobre classes hospitalares,

[70]Doutoranda: Eriene Macêdo de Moraes (PPGE/FE/UFG). E-mail: eriene.macedo@discente.ufg.br
Endereço do ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6239-279X
[71] Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira (PPGE/FE/UFG). E-mail: professorricardoteixeira@ufg.br
Endereço do ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1603-2088

somados à perspectiva da releitura de obras freireana e dos cadernos pedagógicos das classes hospitalares disponíveis para estudo.

Esse movimento da educação matemática, a intencionalidade didático-pedagógica do professor nas classes hospitalares e a perspectiva freireana, aliadas às referidas leituras, se desdobraram no seguinte **problema de pesquisa**: De que maneira a articulação entre as temáticas freireanas e as práticas pedagógicas podem fomentar o desenvolvimento de uma educação inclusiva e humanizada na disciplina de matemática em classes hospitalares? A partir do referido questionamento, a pesquisa tem, como **objetivo geral,** investigar como se configuram as práticas e os sentidos do processo de ensino-aprendizagem de matemática nas classes hospitalares do estado de Goiás, no período de 2000 a 2013, considerando as especificidades do contexto hospitalar e os desafios pedagógicos impostos pela condição de vulnerabilidade dos estudantes em tratamento de saúde.

Os **objetivos específicos** foram delimitados conforme cada etapa da pesquisa, sendo eles: 1. Realizar revisão sistemática de literatura em teses e dissertações que contemplam o trabalho docente na área de matemática em classes hospitalares; 2. Dialogar com Paulo Freire para compreender a relação existente entre educação, trabalho docente e inclusão; 3. Mapear o contexto histórico das classes hospitalares no Brasil e em Goiás, aprofundando nas políticas que as contemplam; 4. Analisar as práticas pedagógicas inclusivas de ensino da matemática implementadas nas classes hospitalares, a partir dos registros escolares, com foco nos processos de aprendizagem vivenciados por estudantes hospitalizados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As contribuições dos conceitos e teorias estudados nas disciplinas do curso de doutorado e as suas respectivas associações com o objeto de estudo, agregadas ao aporte teórico a ser construído na pesquisa, serão fundamentais para o desenvolvimento da investigação. A princípio, foram eleitos alguns autores para discussão das relações entre educação, inclusão e matemática.

Para tanto, obras de Paulo Freire, em especial Pedagogia do Oprimido (2001), Pedagogia da Esperança (2023), Educação como Prática da Liberdade (2011), Pedagogia da

Autonomia (2022), Educação e Mudança (2023), Ação Cultural para a Liberdade (2022) e Pedagogia do Coração (2000), serão revisitadas visando promover a articulação entre práticas pedagógicas e a construção de uma educação inclusiva para a diversidade, bem como a superação de barreiras que dificultam a aprendizagem e valoriza, de maneira efetiva, as diferenças, a diversidade social e cultural, pautada no diálogo intercultural. A aproximação teórica entre os pressupostos freireanos e as práticas inclusivas oferece, assim, uma base sólida para repensar o ensino da matemática não apenas como um conjunto de procedimentos formais, mas como um instrumento para a transformação social.

Além de Freire, autores como D'Ambrósio (1999), Teixeira (2010), Apple (2006) e autores indagados na revisão sistemática de literatura subsidiarão as reflexões acerca da educação matemática e analisar as práticas pedagógicas inclusivas de ensino da matemática implementadas nas classes hospitalares. Nessa discussão, Apple (2006, p. 45) contribui: "[...] para que uma sociedade seja justa, precisa, tanto em termos de princípios quanto de ações, contribuir ao máximo para o benefício daqueles que estão em situação de desvantagem". Em vista dessa sociedade justa, o princípio da equidade revela-se fundamental para a efetivação de uma Educação Inclusiva, especialmente em um país marcado por realidades díspares e desigualdades socioeconômicas latentes.

Com o propósito de historicizar e respaldar as discussões sobre o contexto das classes hospitalares no Brasil e em Goiás, Almeida (2010), a legislação vigente e outros documentos serão consultados. A exemplo dos artigos 205, 206 e 208 da Constituição Federal, que fundamentam o princípio da educação, e a Educação Inclusiva, é um direito universal, ancorado na premissa de garantia do acesso e a permanência de todos em ambientes escolares (Brasil, 1988).

Nesse cenário, a Secretaria Estadual de Educação de Goiás, por meio da Superintendência da Educação Especial (1999), implantou a Política de Educação Inclusiva. Dentre essas ações surge o Projeto Hoje, posteriormente denominado Classes Hospitalares, cuja proposta é o atendimento educacional hospitalar em classes hospitalares no estado (Almeida, 2003). A autora reflete sobre a importância de promover a inclusão educacional em contextos hospitalares, onde os estudantes enfrentam desafios únicos. Assim, o Projeto Hoje será o ponto de partida para mapear a história das classes hospitalares no estado de Goiás.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia da pesquisa será de natureza exploratória e documental com abordagem qualitativa. Esse tipo de abordagem é caracterizada por aspectos humanísticos, permitirá uma compreensão das práticas pedagógicas e da inclusão nas aulas de matemática nas classes hospitalares em estudo. Minayo (2008) enfatiza que na pesquisa qualitativa, a objetivação é relevante, uma vez que é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, examinar criticamente as teorias sobre o tema, definir conceitos e teorias relevantes, usar técnicas de elaboração de dados apropriadas, em suma, analisar todo o material de maneira específica e contextualizada.

A construção da pesquisa, ocorrerá em etapas inter-relacionadas. Será realizado um mapeamento do contexto histórico das classes hospitalares no Brasil e, especificamente, em Goiás; revisão sistemática da literatura presente em teses e dissertações, acompanhada da análise das teorias sobre o tema, com ênfase na releitura das obras freireanas e análise de aproximadamente 400 cadernos de classes hospitalares de Goiás, os quais compõem o acervo da pesquisa.

A triangulação dos dados será constituída pela análise do acervo organizado na pesquisa (cadernos hospitalares), em face às obras de Paulo Freire, à fundamentação teórica e ao objeto da pesquisa. Com base nas informações do acervo, num processo de escuta dos registros dos professores das classes hospitalares, a Matemática Inclusiva será observada de maneira transversal. Para tanto, essa etapa da pesquisa terá contribuições de Barbier, que defende o seguinte pressuposto: “A escuta sensível é o modo de tomar consciência e de interferir próprio do pesquisador ou educador que adote essa lógica de abordagem transversal” (Barbier,1998, p. 172). Ao considerar a prática educativa presente nas anotações dos cadernos hospitalares que compõe o acervo da pesquisa, a transversalidade matemática será observada mediante a conexão entre as práticas didático-pedagógicas e as abordagens freireanas.

RESULTADOS INICIAIS/PARCIAIS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se na fase de leitura das obras freireanas, simultaneamente ao mapeamento do contexto histórico das classes hospitalares no Brasil e em Goiás. Posteriormente será feita a revisão sistemática de literatura em teses e dissertações. A etapa de construção do acervo da pesquisa já foi concluída, foram escaneados, aproximadamente, 400 cadernos das classes hospitalares referentes aos anos de 2000 a 2013 que estão sendo categorizados.

A pesquisa será estruturada em: introdução, que contemplará o desenvolvimento do objeto, problematização do tema, objetivos, desenho metodológico proposto e ponto de tese a partir da revisão sistemática de literatura. O primeiro capítulo abarcará o contexto das classes hospitalares no Brasil e em Goiás. É descrito, no terceiro capítulo, na intenção de projetar o percurso histórico das classes hospitalares e o amparo legal que as legitimam. O segundo capítulo tecerá um olhar didático-pedagógico sobre a relação educação e inclusão ancoradas em obras de Paulo Freire. Para isso, serão considerados os eixos temáticos (Amor e Esperança, Diálogo, Formação Humana, Ação-Reflexão) presentes em obras freireanas que consolidam a inclusão. O último capítulo será o resultado analítico das teses e dissertações (revisão sistemática), acervo pedagógico das classes hospitalares, a transversalidade entre matemática e o objeto de estudo seguido das considerações oriundas da pesquisa.

Os resultados iniciais da pesquisa, indicam que a integração dos subsídios teóricos fundamentados na obra de Paulo Freire, na crítica ao ensino excludente da matemática e, na prática didático-pedagógica inclusiva, em classes hospitalares suscita uma compreensão abrangente dos desafios e das possibilidades inerentes à Educação Inclusiva em contextos hospitalares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a pesquisa se encontra em andamento, os resultados iniciais ainda não são suficientes para validação dos objetivos propostos. O aprofundamento da revisão

sistemática de literatura, a análise do acervo e a releitura das obras freireanas proporcionarão subsídios para ampliar a compreensão dos processos pedagógicos investigados.

Portanto, o prosseguimento da pesquisa será instigado pela proposta de "educação como prática da liberdade" de Freire. A pesquisa enfatiza a importância de uma educação que impulsione os estudantes a se tornarem agentes ativos na transformação de suas realidades. Esse enfoque contribui para romper com modelos tradicionais e excludentes, despertando uma postura crítica e participativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dulce Barros de. **Do especial ao Inclusivo?** Um estudo da proposta de inclusão escolar da rede estadual de Goiás, no município de Goiânia. 2003. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e currículo**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 288. p.

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. *In*: BARBOSA, Joaquim (coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998. 168-199.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 4 maio 2023.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação para a sociedade em transição**. Campinas: Papirus, 1999. 167 p.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. 251 p.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. 57 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024. 189 p.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023. 110 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 74 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.143 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 33 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023. 333 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 251 p.

FREIRE, Paulo. Pedagogy of the Heart. Tradução: Ana Maria Araújo Freire. [E.U.A]. Continuum, 2000. 141 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 406 p.

TEIXEIRA, Ricardo Antonio Gonçalves. **Matemática Inclusiva?** O processo ensino aprendizagem de matemática no contexto da diversidade. 2010. 423 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

LINHA 5 – FUNDAMENTOS DOS PROCESSOS EDUCATIVOS

A RELAÇÃO ENTRE EMOÇÕES E MOTIVAÇÃO DOS ESTUDANTES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE FÍSICA: UMA PESQUISA HISTÓRICO-CULTURAL

Kássia Moreira Cunha
Orientadora: Profa. Dra. Gisele Toassa
Bolsista FAPEG

Resumo: O presente trabalho parte das problematizações concernentes ao ensino e aprendizagem de Física, considerando que a Física é uma das disciplinas pelas quais os alunos apresentam maior rejeição. Busca-se então com essa pesquisa, através do estudo da Psicologia histórico-cultural, investigar as motivações e emoções dos estudantes relacionadas a aprendizagem e ao estudo de Física e através desses achados apontar novos olhares sobre o ensino de Física. Para a análise dos dados encontrados, analisaremos a partir do entendimento da Psicologia histórico-cultural, sabendo que as motivações, motivos e emoções dos estudantes são construídas dentro de um contexto e uma realidade social.

Palavras-chave: Psicologia histórico-cultural; Ensino de Física; Aprendizagem de Física; Emoções; Motivação no ensino de Física.

Introdução

Sabemos que o ensino de Ciências da natureza, em especial o de Física, enfrenta diversos problemas e que é um desafio criar ambientes de aprendizagem onde os alunos se sintam motivados a aprender e a se envolverem com os conteúdos, assim, vamos analisar a forma como a emoção e a motivação atuam nesse cenário, como podem potencializar ou prejudicar o aprendizado, e como as emoções influenciam nas motivações dos alunos.

O estudo da motivação dentro do ensino de Física se faz necessário justamente porque a Física pode ser considerada como a disciplina mais problemática no que concerne ao aprendizado dos alunos, a maioria dos alunos demonstra desinteresse e rejeição pela disciplina, (Cunha, 2023) o interesse que abordamos aqui pode ser considerado como algo paralelo a curiosidade, vontade, envolvimento com o conteúdo.

A forma com que as pessoas constroem seus motivos, ou sua motivação, são determinadas socialmente e não individualmente, as relações sociais, relações afetivas e o

contexto social em que as pessoas estão inseridas são determinantes nesse desenvolvimento da motivação.

> Isso significa que é precisamente a actividade de outros homens que constitui a base material objectiva da estrutura específica da actividade do indivíduo humano; historicamente, pelo seu modo de aparição, a ligação entre o motivo e o objecto de uma acção não reflecte relações e ligações naturais, mas ligações e relações objectivas sociais. (Leontiev, 1978, P.78)

Seguindo o pensamento do autor, podemos observar a construção social dos motivos que as pessoas desenvolvem em relação a objetos, no caso dessa pesquisa, queremos analisar como os estudantes constroem seus motivos em relação ao ensino e aprendizagem de Física, como surge a motivação e a desmotivação e principalmente, como as emoções dos alunos em relação a Física influenciam na sua motivação, porque sabemos que a afetividade tem um papel muito importante nas relações sociais e, por consequência, em tudo o que fazemos. Dessa forma, a pergunta que nos propomos a tentar responder é: como as emoções dos estudantes influenciam na sua motivação ou desmotivação, interesse ou desinteresse, e nos motivos que eles desenvolvem para a aprendizagem de Física?

Objetivo Geral

Pesquisar sobre como a emoção envolvida em ambientes educacionais de aprendizagem, prioritariamente a sala de aula, podem influenciar na motivação de estudantes de nível médio e superior em relação a aprendizagem de Física.

Objetivos Específicos

- Pesquisar a teoria histórico-cultural e da atividade, tanto em textos clássicos como contemporâneos, no que toca ao tema das emoções, em relação com a motivação, motivos, interesses, atividade e conceitos afins.
- Investigar referências relativas aos conceitos acima, no contexto educacional em geral e no processo de ensino-aprendizagem da física em particular;
- Estudar as Influências da emoção sobre a motivação e o interesse dos estudantes;

- Analisar diferenças e semelhanças entre as emoções e motivações relatadas por estudantes de nível médio e superior.
- Elaborar contribuições para que novos olhares sejam desenvolvidos relacionados à análise do ensino e da aprendizagem de Física.

Fundamentação teórica

A atividade humana é definida por Leontiev (1978) como a essência da vida humana e acontece quando os motivos coincidem com o objeto, ou seja, para que algo se caracterize como atividade para Leontiev, é preciso que os motivos que direcionam tal ação, coincidam com o objeto de tal de ação, por exemplo: a ação de estudar determinado conteúdo só se caracteriza como atividade, se o motivo para tal estudo for o próprio conteúdo estudado e não motivos paralelos a ele. Porém o que pretendemos apontar aqui, é que essa atividade, e os motivos que levam a desenvolver tal atividade, são considerados por Leontiev como fruto das relações sociais e da realidade social.

Assim, percebemos que os motivos que desenvolvemos para a realização de diferentes atividades, são nada mais do que construções baseadas nas relações sociais, e não construções baseadas em características individuais inatas.

O autor discorre sobre como muitas atividades só adquirem caráter real de atividade quando analisada dentro das relações sociais presentes, ele apresenta o exemplo de uma pessoa que, dentro da atividade de caça, tem a função de bater/assustar a caça, para que essa vá em direção dos abatedores, essa atividade, quando analisada isoladamente, não parece consistir em uma atividade, apenas quando analisada dentro do ambiente social é que ela adquire um caráter de atividade.

> Por exemplo, assustar a caça é em si desprovido de sentido biológico. Isso só toma um significado nas condições do trabalho coletivo. São elas que conferem a esta ação o seu sentido humano e racional. Com a ação, esta unidade principal da atividade humana, surge assim a unidade fundamental, social por natureza, do psiquismo humano, o sentido racional para o homem daquilo que a sua atividade se orienta. (Idem, p.79)

Dessa forma, conseguimos perceber a força da coletividade no psiquismo humano, pois, em situações como essa exemplificada, a atividade só adquire um caráter racional do ponto de vista humano, quando se analisa a partir do ponto de vista coletivo. Assim, muitas

atividades, para adquirirem significado consciente, precisam ser observadas não isoladamente, mas a partir do social. E não apenas a atividade e as ações participam dessa modulação social, mas o autor vai também discorrer que os instrumentos, que são definidos pelo autor como: "(...) é o instrumento que é de certa maneira portador da primeira abscração consciente e racional, da primeira generalização consciente e racional" (idem, p.82).

Da mesma forma, um aluno que estuda sozinho em casa para realizar alguma prova, desfruta também de uma experiência da prática social, e as motivações que o levam a estudar ou a não estudar, são também fruto da experiência social daquele indivíduo. Sendo assim, o autor aponta que é nessa constante interação do homem com a natureza que ele se transforma e que seu pensamento é formado.

Leontiev aponta: "Ora, é precisamente a transformação da natureza pelo homem e não a natureza apenas enquanto tal, que é o fundamento mais essencial e o mais direto do pensamento humano e a inteligência do homem aumentou na medida em que ele aprendeu a transformar a natureza." (idem p.84) Ou seja, na medida em que o homem age sobre a natureza a transformando e interagindo com essa transformação, ele é também transformado, foi a partir da interação com a natureza que o homem começou a desenvolver formas de trabalho, e foi através do trabalho que, segundo o autor ponta, o cérebro do homem passou pela hominização.

Leontiev (1978) segue então apontando que o pensamento e o desenvolvimento intelectual do homem só aparece em união com o desenvolvimento da consciência social, então ambos caminham juntos, assim , se acontecem grandes mudanças na realidade social em que vivemos, necessariamente acontecerão mudanças no pensamento do homem e no desenvolvimento do seu psiquismo, então inclusive os motivos que as pessoas desenvolvem são socialmente constituídos.

Metodologia

O desenvolvimento de uma pesquisa histórico-cultural requer um olhar detalhado e minucioso para o método de pesquisa, já que, como aponta Vigotski, para se pensar no

método é preciso antes analisar o objeto a ser estudado (Costa; Ishibashi, 2024). Dessa forma, quando pensamos em uma pesquisa que busca investigar as motivações dos estudantes dentro de um contexto e uma realidade social, é imprescindível que adotemos um método de pesquisa que abarque todas as multiplicidades e traga um olhar detalhado para as narrativas dos estudantes, e para pensar nesse método, é preciso antes analisarmos o que pretendemos investigar aqui.

Como já foi discutido no nosso referencial teórico, sabemos que as motivações, os motivos e as emoções dos estudantes são socialmente determinadas, e é partir dessa determinação social que também a personalidade dos indivíduos são formadas, Vigotski se apoiou justamente no método materialista dialético de Marx para entender a consciência humana em suas multiplicidades, como apontam Costa e Ishibashi:

> Amparado nos princípios do materialismo dialético de Marx, Vigotski passou a refletir sobre esse problema. Ele emprestou de Marx alguns princípios que guiaram sua prática de pesquisa após 1927; entre ele temos aquele que diz que a prática é o critério de verdade, ou seja, é a prática que deve mostrar os limites dos métodos utilizados e mostrar se a representação do objeto pode ser generalizada. Vigotski reorientou sua prática de pesquisa ao longo de sua produção em completa concordância com esse princípio. (Costa; Ishibashi, 2024, p.186)

Dessa forma, percebemos que é a prática de pesquisa que direciona o método de pesquisa a ser utilizado, logo, sendo essa uma pesquisa que analisa como as emoções e as motivações dos estudantes vão influenciar em sua aprendizagem dentro de um contexto social específico, a saber, o contexto capitalista, é o método materialista dialético que irá direcionar nossas pesquisas e determinar o olhar que teremos sobre os dados encontrados.

O método de coleta de dados serão as entrevistas orais a partir de roteiro semiestruturado, com o objetivo de analisar o conteúdo emocional presente na fala dos entrevistados, e como essa carga emocional pode influenciar na motivação; bem como na influência dos significados e valores atribuídos por eles aos conteúdos pode modular a motivação, também analisaremos aspectos de motivação extrínseca como o alcance de objetivos e desejos de realização, a escolha das entrevistas se dá justamente pela possibilidade de interação e influência recíproca entre entrevistador e entrevistado (Ludke; André, 2018).

Com os estudantes selecionados, realizaremos uma entrevista a partir de um questionário, esse possuirá questões semiestruturadas concernentes ao possível afeto ou

desafeto dos alunos em relação à disciplina, bem como a pertinência e relevância do conteúdo para cada um.

Resultados parciais e discussões

Esse projeto ainda se encontra em fase de preparação para ser encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFG, por isso, não foram coletados dados para que possamos apresentar resultados e discussões.

Considerações Finais

Essa pesquisa objetiva analisar o ensino de Física dentro de um contexto social bem definido e perceber como a realidade social influencia na forma com que as motivações e emoções dos indivíduos sejam construídas, guiando-nos pelo olhar da Psicologia histórico-cultural, pretendemos realizar essa análise e trazer novas contribuições para a área da Educação em geral e do ensino de Física em particular.

REFERÊNCIAS

COSTA, E. M. da, & ISHIBASHI, W. L. S. (2024**).** **Método de pesquisa em Vigotski: Debates introdutórios.** Em G. Toassa & Marques, Priscila Nascimento (Orgs.), *Novas perspectivas em Vigotski: História, filosofia, arte e ciência* (1º ed, p. 171–210). Mireveja.

CUNHA, Kássia Moreira. **A relação entre a valência emocional e a aprendizagem: como as emoções podem direcionar os comportamentos em sala de aula?** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília. p. 141. 2023.

LEONTIEV, Aleksei Nikolaievitch. O **desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LUDKE.M; ANDRÉ.M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**.2º edição. Rio de Janeiro: E.P.U, 2018

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS E EDUCAÇÃO ESCOLAR: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Karine Custódio Ribeiro
Orientaodora: Profa. Dra. Juliana de Castro Chaves
Bolsista CAPES

RESUMO: A centralidade atribuída às competências socioemocionais nas políticas educacionais contemporâneas não acontecem por acaso. Alguns autores afirmam que há uma necessidade do modo de produção capitalista neoliberal que demanda sujeitos emocionalmente adaptáveis, alfabetizados em suas emoções. Assim, a educação escolar passa a ser convocada a formar indivíduos alinhados às lógica da flexibilidade e com responsabilização individual. É nesse contexto que nos perguntamos como será que as competências Socioemocionais estão sendo debatidas? O presente trabalho busca analisar a relação entre competências socioemocionais e educação escolar brasileira. Os objetivos específicos desse trabalho são: esclarecer como se dá a inserção da ideia de competências na educação, e mais especificadamente da competência emocional; Analisar como a produção do conhecimento vem debatendo a competência socioemocional na escola; Revelar, a partir dessas produções, quais as implicações pedagógicas de se considerar a competência socioemocional na escola e identificar tendências desses estudos. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa e bibliográfica do Estado do Conhecimento em periódicos de Programas de Pós-Graduação em Educação de Universidades Públicas Brasileiras, classificados com Qualis A1, A2 e A3, no período de 2015 a 2025. Escolhemos um periódico de cada região do Brasil, totalizando cinco. Para análise crítica do conhecimento sobre o tema, temos como base teórica o materialismo histórico que considera que o modo de produção da sociedade não produz apenas produtos, mas também formas de educar e conceber a escola e que é importante não perder a totalidade da sociedade com suas formas de ocultamento, ao analisar suas instâncias educativas.

Palavras-chave: competências socioemocionais; educação; escola; capitalismo.

Segundo Penna (et al., 2022), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2020 e o Fórum Econômico Mundial do ano de 2023, já estabeleceram um “projeto mundializado de educação para a classe trabalhadora no século XXI” (p.191), que incorporava as denominadas competências cognitivas e comportamentais, onde as competências socioemocionais estão inseridas.

Vieira *et al.* (2023) destaca que

> Recentemente, uma importante pesquisa sobre o futuro do emprego apontou habilidades desejadas nos profissionais, as quais foram registradas no Relatório Anual do Fórum Econômico Mundial (2023): 1. pensamento analítico; 2. pensamento criativo; 3. resiliência, flexibilidade e agilidade; 4. motivação e autoconsciência; 5. curiosidade e aprendizagem ao longo da vida; 6. alfabetização tecnológica;7.

> confiabilidade e atenção aos detalhes; 8. empatia e escuta ativa; 9. liderança e influência social; 10. controle de qualidade. Assim, é possível perceber que todas elas são relacionadas a "soft skills", ou habilidades comportamentais. Neste viés, competências socioemocionais, as quais também são chamadas de competências não-cognitivas, são o ponto central em assuntos quando relacionados à formação dos profissionais do século XXI (VIEIRA *et al.,* 2023, p. 02).

Essas competências, incluem atributos como empatia, resiliência, autocontrole, colaboração, dentre outras, e têm sido apresentadas como elementos centrais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Para Carmo (2023), ter conhecimento das competências socioemocionais permite com que cada um realize a regulação das emoções, "sentir e mostrar empatia pelos outros, estabelecer e desenvolver relacionamentos positivos, fazer decisões responsáveis, definir e atingir objetivos pessoais" (p. 39).

Na trajetória da relação entre emoção e educação, empresas de tecnologia educacional e organismos econômicos como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Mundial, ganharam força a partir da década de 2010 em conceber premissas voltadas para educação, em consonância com o movimento mundial, seguindo a determinação do capitalismo neoliberal que demanda também a reconfiguração do papel da escola (Ciervo; Silva, 2019).

Nesse cenário, a formação de sujeitos emocionalmente estáveis, adaptáveis e flexíveis torna-se um grande objetivo educacional. Para Carmo (2023, p. 43), a educação emocional associa "[...] na sua vida os conceitos, valores, atitudes e competências que lhes permitem compreender e gerir as emoções, construir uma identidade pessoal, dar atenção e cuidado aos outros, colaborar, estabelecer relacionamentos positivos, tomar decisões responsáveis e aprender a lidar com situações desafiadoras de forma construtiva e ética".

Na esteira deste debate, alguns autores questionam os pressupostos ideológicos, as metodologias e as implicações políticas da promoção das competências socioemocionais, especialmente no contexto das reformas educacionais, inspiradas em modelos de gestão empresarial. Há uma preocupação de que tais competências estejam sendo instrumentalizadas como dispositivos de conformação e alinhados às exigências do capitalismo contemporâneo, "tem pretensões de formar indivíduos submetidos à naturalização de padrões flexíveis de produção cada vez mais orientados por processos de automatização do trabalho humano; indivíduos adaptáveis à dinâmica ditatorial do mercado" (Penna *et al.*, 2022, p. 192).

É em meio a essa discussão, que percebemos que estudos que envolvam as competências socioemocionais em relação com a educação tornam-se urgente na medida em que sua presença nas políticas públicas e nos discursos pedagógicos têm implicações diretas sobre o currículo, a formação de professores, a avaliação educacional e, sobretudo, sobre o modo como concebemos a função social da escola. Ao mesmo tempo, trata-se de um campo ainda em consolidação.

A partir dessas questões que esse trabalho realiza a problematização sobre como as produções científicas estão debatendo a relação entre competências socioemocionais e educação escolar? Parte-se do entendimento de que as propostas de desenvolvimento socioemocional nas escolas não podem ser analisadas isoladamente, mas devem ser compreendidas em sua inserção no projeto mais amplo de reforma da educação.

A fundamentação teórica para análise crítica do que for revelado nas produções científicas envolve o Materialismo histórico e dialético de Marx (2008), autores que seguem o estudo da produção capitalista flexível neoliberal e autores com esse referencial teórico que analisem a relação mais específica das competências com a educação, como Kuenzer (2002; 2024) e Saviani (2024).

O objetivo geral é analisar como o conhecimento científico vem realizando a relação entre competências socioemocionais e educação escolar brasileira. Os objetivos específicos desse trabalho são: esclarecer como se dá a inserção da ideia de competências na educação, e mais especificamente da competência emocional; Analisar como a produção do conhecimento vem debatendo a competência socioemocional na escola; Revelar, a partir dessas produções, quais as implicações pedagógicas de se considerar a competência socioemocional na escola, identificar tendências desses estudos e realizar uma análise crítica do que encontrarmos na produção dos periódicos.

Nossa metodologia envolve uma pesquisa qualitativa e bibliográfica do Estado do Conhecimento (Ferreira, 2002; Lima e Mioto, 2007). Será realizada em cinco periódicos de Programas de Pós-Graduação em Educação de Universidades Públicas Brasileiras, classificados com Qualis A1 e A2, no período de 2015 a 2025, um periódico representando cada região do Brasil. 1) Na região Centro – Oeste, Programa de Pós Graduação em Educação PPGE/UFG, Revista Inter-Ação, Qualis A2; 2) Na região Nordeste, Programa de Pós-Graduação em

Educação/CE/UFRN, Revista Educação em Questão, Qualis A1; 3) Na região sudeste, Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG (PPGE/FaE/UFMG), Revista Educação em Revista, Qualis A1; 4) Na região Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/UFRGS), Revista Educação e Realidade, Qualis A1 e 5) região Norte, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA), Revista Cocar, Qualis A2.

Inicialmente fizemos uma revisão bibliográfica, com a temática educação e competências com os descritores: “emocional” e “escola”; “educação’ e “emoção”; “competência emocional”. Os descritores foram pesquisados nas plataformas Scielo, Google Acadêmico, Periódicos Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

A partir de algumas análises das discussões sobre o tema, percebemos que houve maior concentração de produções no ano de 2020, sendo 2016 o ano mais antigo das produções e 2024 o mais recente. A maioria dos artigos científicos se utilizaram da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) como ponto de convergência das competências, principalmente das competências socioemocionais. Dos artigos selecionados e analisados, a maioria não discute as competências fazendo relações com o modo de produção capitalista.

Iniciamos o levantamento dos artigos que abordam os descritores nos periódicos dos Programas de Pós-Graduação em Educação e estamos elaborando um instrumento para que haja a catalogação dos artigos que abordam o tema. Já é possível perceber que as competências socioemocionais têm ganhado centralidade nos discursos educacionais e que alguns relacionam a reforma na educação às demandas do capitalismo. O debate também considera o posicionamento dos organismos internacionais (OCDE e Banco Mundial) como orientador para as questões educacionais, tais como baixo rendimento escolar, evasão e desigualdade, o que acaba por reforçar uma lógica individualizada da formação escolar.

Além disso, o estudo até agora realizado revelou lacunas importantes na produção acadêmica nacional sobre o tema, como a ausência de análises mais profundas acerca das implicações sociais, políticas e ideológicas da introdução dessas competências no currículo escolar. Embora um discurso oficial tenha enfatizado o desenvolvimento integral dos estudantes, é preciso problematizar de que modo essa “integralidade” tem sido concebida e colocada em prática, considerando os interesses econômicos e as transformações no modo

de regulação da subjetividade. Diante disso, entendemos a importância de trazer e aprofundar o debate crítico sobre as competências socioemocionais.

REFERÊNCIAS

CARMO, Walkiria. B. do. Competências Socioemocionais na Escola: Incertezas e Desafios. **ALTUS CIÊNCIA** -ISSN 2318-4817. vol. 17.. jan.jul-2023. Disponível em: http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altusciencia/article/view/127/92 Acesso em 22 abr. 2025.

CIERVO, Tássia Joana Rodrigues; SILVA, Roberto Rafael Dias da. A centralidade das competências socioemocionais nas políticas curriculares contemporâneas no Brasil. **Revista e-Curriculum,** São Paulo, v.17, n.2, p. 382-401abr./jun. 2019. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/38834/29020 Acesso em 23 mar. 2025.

FERREIRA, N. S. DE A.. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257–272, ago. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?lang=pt Acesso em: 24 fev. 2025.

KUENZER, Acacia Zeneida**. Conhecimento e competências no trabalho e na escola.** Boletim Técnico do Senac, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 2–11, 2002. Disponível em: https://www.bts.senac.br/bts/article/view/539 . Acesso em: 24 fev. 2025.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente. *In:* LOMBARDI, Claudinei José, **Capitalismo, trabalho e educação** / organização José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, José Luís Sanfelice. - 3. ed - Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2024.

LIMA, T. C. S. DE .; MIOTO, R. C. T.. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. spe, p. 37–45, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Expressão

PENNA, A. M.; SIQUEIRA DOS SANTOS SEÑORANS, B. .; GONÇALVES DE LIMA, G. .; FERREIRA DA SILVA, J.; MARTINS COSTA, L.; WERNECK GUIMARÃES, M.; REGINA PESSÔA DIAN, M. Império das competências: nada de novo no projeto do capital para a chamada educação do século XXI. A busca do antídoto para o seu próprio veneno? **Germinal: marxismo e educação em debate,** [S. l.], v. 14, n. 3, p. 189–218, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/51311. Acesso em: 10 fev. 2025.

Popular, 2°ed. 2008

SAVIANI, Dermeval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. *In: In:* LOMBARDI, Claudinei José. **Capitalismo, trabalho e educação** / organização José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, José Luís Sanfelice. - 3. ed - Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2024.

VIEIRA, F. Da Silva; TROMBETTA, S. R.; DORNELLES Teixeira, C. A.; FADEL, L. M. . A Proatividade , Como Competência Socioemocional, E A Educação 4.0 No Processo Formativo Do Futuro Profissional. **Anais Do Congresso Internacional De Conhecimento E Inovação – Ciki,** [S. L.], V. 1, N. 1, 2023. Doi: 10.48090/Ciki.V%Vi%I.1490. Disponível Em: https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/1490. Acesso Em: 12 abr. 2025.

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA RACIONALIDADE DOS ATAQUES VIOLENTOS ÀS ESCOLAS BRASILEIRAS

Ana Luisa Bueno Mamede
Orientadora: Profa. Dra. Juliana de Castro Chaves
Bolsista CAPES

RESUMO O objetivo geral desta pesquisa é analisar de forma crítica documentos que discutem os ataques violentos às escolas no Brasil. Nos objetivos específicos buscamos tencionar o que os documentos estabelecem como causas, consequências e recomendações em relação aos ataques às escolas; entender esses ataques em relação ao contexto sócio-histórico e realizar uma análise crítica sobre os ataques violentos nas escolas estabelecendo relações entre indivíduo/autor e a produção de uma sociedade que também é violenta. O referencial teórico deste trabalho envolve a base Materialista Histórica e Dialética de Marx (2023), Adorno e Horkheimer (1947) e Chaui (2017). Faremos uma análise documental, qualitativa e crítica de oito relatórios, notas técnicas e estudos. São eles: 1) Cara *et al.*, (2022 e 2023); 2) Langeani (2023); 3) Lemos; Oliveira; Azevedo, (2023); 4) Oliveira; Costa; Azevedo (2023); 5) Prado (2023); 6) Schurig (2023); e 7) Vinha *et al.* (2023). Em revisão bibliográfica, constatamos diferentes nomenclaturas para se tratar dos ataques (massacres, atentados e tiroteios), que refletem diferentes caracterizações acerca dessa realidade. O conhecimento sobre o que vem se discutindo sobre o tema, sugere o aprofundamento de pesquisas que estabeleçam a análise acerca dessa realidade em relação à sociedade que também é marcada pela violência.

Palavras-chave: Ataques; escola; violência; capitalismo; neoliberalismo.

Processos violentos fazem parte da estrutura de organização da sociedade capitalista desde sua origem e estão presentes na ampliação da dominação de territórios e na exploração do trabalhador, sendo exercidos pelo Estado e suas instituições policiais dentre outras (Marx, 2023a; 2023b) Essa violência vem se expandindo inclusive em âmbitos educacionais. Na

atualidade, percebemos um aumento da violência realizada por indivíduos à escola, seja no âmbito mundial, seja no Brasil. Segundo Cara *et al.* (2023), aconteceram no Brasil 36 ataques entre 2002 e 2023, que deixaram 164 vítimas, sendo 49 fatais e 115 não fatais. Apenas de 2019 a 2023 aconteceram 28 ataques, com 104 vítimas, sendo 29 fatais e 75 não fatais, o que revela um aumento no número de ocorrências nesses cinco anos, não existindo mais relatórios sobre essa realidade após 2023. Os ataques, em sua maioria, foram efetuados por jovens alunos ou ex-alunos da instituição atacada.

Muschert (2007), no que diz respeito aos "*school shootings*[72]" (tiroteios em escolas), estabelece cinco tipos: a) "***rampage shootings*" (tiroteios sem alvo definido): cometidos por membros ou ex-membros da escola contra alvos aleatórios, devido ao **valor simbólico**, geralmente por vingança ou busca de poder; e b) "***mass murders***" (assassinatos em massa): envolve valor simbólico, ligado ao poder ou vingança, porém os autores não são relacionados à escola; c) "***terrorist attacks***" (ataques terroristas): efetuados por indivíduos ou grupos, por motivações políticas, tendo escola como alvo pelo valor simbólico; d) "***targeted shootings***" (tiroteios direcionados): envolve membro ou ex-membro da escola, com objetivo de atacar uma pessoa ou grupo específico como forma de vingança à um conflito (real ou percebido), e não tem intenção simbólica direcionada à escola; e e) "***government shootings***" (tiroteios por agentes do governo): envolve agentes estatais, geralmente em resposta a protestos estudantis ou em meio a crises de legitimidade governamental.

Para Brasileiro, Dos Santos e Da Silva (2024), dentre os cinco tipos, os ataques que envolvem "tiroteios sem alvo definido" e "tiroteios direcionados" são os que mais acontecem no Brasil, mesmo que nem todos tenham sido efetuados com armas de fogo e muitas discussões levantam intenções simbólicas do autor. Langeani (2023) e Vinha *et al.*, (2023), concordam que os ataques às escolas possuem caráter simbólico e a intenção em se produzir mortes. Vinha *et al.* (2023) acrescenta que tais ataques são atravessados por "ressentimentos, preconceitos, discriminação, racismo, misoginia, intolerância à existência de um grupo, aversão completa a outra pessoa, sectarismo, extremismo, entre outros sentimentos, concepções e valores análogos" (p. 6).

[72] Todos os termos em língua estrangeira foram traduzidos pela autora.

De acordo com Toquetão e Chaia (2024), os ataques envolvem múltiplos fatores, e alguns deles podem ser "intra-pessoais e relacionados a problemas de saúde mental" (p. 64), bem como "incentivo ao armamentismo e à ideologia da morte, a idolatria aos movimentos separatistas, ao nazismo e ao fascismo" (p. 65). Elas ressaltam a relação dos ataques mais recentes com o extremismo e a disseminação de discursos de ódio em comunidades de ambientes digitais. Nesse mesmo sentido, Cara *et al.* (2022) afirma que os ataques à escolas não se trata de eventos isolados, pois há vinculação à "questões políticas em andamento no país, assim como a propagação e falta de controle sobre a difusão de grupos de ódio na internet" (p. 9).

É no interior desse debate que nos perguntamos como os relatórios e documentos que catalogaram os ataques à escola no Brasil concebem as determinações dessa realidade, em especial o aumento de suas ocorrências? Como objetivo geral pretendemos analisar de forma crítica os relatórios e documentos que discutem os ataques violentos às escolas no Brasil, e como objetivos específicos compreender o que os documentos estabelecem como causas, consequências e recomendações em relação aos ataques às escolas; entender esses ataques em relação ao contexto sócio-histórico e realizar uma análise crítica sobre os ataques violentos nas escolas, levando em conta a relação entre indivíduo e sociedade.

Iremos realizar uma pesquisa qualitativa (Minayo, 2002) e mais especificamente documental. Analisaremos oito documentos: 1) "Relatório: O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental" (Cara *et al.*, 2022), elaborado para transição governamental Lula-Alckmin; 2) "Nota Técnica: Extremismo violento em ambiente escolar" (Prado, 2023), vinculado ao Grupo de Políticas Públicas para o acesso à informação, Escola de Artes, Ciências e Humanidades - USP; 3) "Relatório sobre a comunidade brasileira de glorificação de assassinos, atiradores escolares e supremacistas brancos (AAS) nas plataformas TikTok e Twitter" (Schurig, 2023), elaborado a partir de informações para reportagens no site Núcleo Jornalismo; 4) "Monitoramento das ameaças massivas de ataques às escolas e universidades: o papel das subcomunidades online que cultuam atiradores em escolas e sua relação com os boatos que produziram pânico generalizado no Brasil a partir do dia 09/04/2023" (Oliveira, Costa e Azevedo; 2023); 5) "RAIO-X de 20 anos de ataques a escolas no Brasil 2002-2023" (Langeani, 2023), estudo divulgado

pelo Instituto Sou da Paz, organização sem fins lucrativos, direcionada à pesquisas relacionadas à Segurança Pública; 6) "Relatório: Ataque às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental" (Cara *et al.*, 2023), divulgado pelo MEC, como relatório final em complementação ao relatório 1; 7) "Relatório de Política Educacional: Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: Causas e caminhos, divulgado em novembro de 2023" (Vinha *et al.*, 2023), vinculado ao Grupo Ética, Diversidade e Democracia na Escola Pública do Instituto de Estudos Avançados da Unicamp e Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Moral da Unesp/Unicamp; e 8) "Conteúdos extremos nas redes sociais: As subcomunidades virtuais do Twitter" (Lemos, Oliveira e Azevedo; 2023), indicado como um documento sigiloso enviado para a SECOM (Secretaria de Comunicação Social)[73].

Realizamos revisão bibliográfica nos portais Scielo e Periódicos da Capes, bem como no Banco de Teses e Dissertações (BDTD), usando os descritores "ataques", "ataques violentos", "atentado", "atentados", "massacres" e "tiroteios", todos em combinação ao termo "escola" e selecionamos as produções acadêmicas que tratam de ataques. Essa pesquisa se fundamenta em Marx (2023), que analisa a realidade em suas contradições, Adorno e Horkheimer (2015), representantes da escola frankfurtiana, para pensar a barbárie, o ressentimento e a racionalidade moderna e Chaui (2017) para a compreensão da violência no contexto brasileiro e outros autores que estudam a atualidade e o contexto neoliberal.

Na revisão bibliográfica, foram selecionados 14 artigos, produzidos entre os anos de 2006 e 2024. Identificamos a maior recorrência do termo "massacre", presente em 8 artigos, sobretudo em análises que se referem especificamente aos casos de Suzano e Realengo (com 2 e 3 menções, respectivamente). O termo "atentado" aparece em 3 trabalhos, enquanto "ataques a escolas", "ataques violentos em escolas" e "tiroteio" possuem apenas uma ocorrência cada. Foram encontradas 21 produções no BDTD. Percebemos em análise inicial, de que não há um consenso acerca da nomenclatura a ser utilizada, bem como uma escassa produção de trabalhos acadêmicos no âmbito da educação.

[73] Os relatórios 3, 4 e 8 foram elaborados a pedido do grupo de estudos vinculado ao relatório 1, no contexto de transição governamental, segundo Notas taquigráficas de Audiência Pública realizada em maio de 2023 (Câmara dos Deputados, 2023).

Consideramos que os recentes ataques violentos às escolas não se trata de eventos isolados ou desprovidos de contexto, revelando a necessidade de aprofundar a análise sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BRASILEIRO, Juliana Montenegro; DOS SANTOS, Larissa Medeiros Marinho; DA SILVA, Nilma Renildes. De Columbine a Suzano: Uma análise sócio-histórica de atentados escolares. **Psicologia USP**, 2024, v35. p.1-12. 2024. https://www.scielo.br/j/pusp/a/DVVnVBQsTdCgSjVBqqyscRm/?format=pdf&lang=pt Acesso em 05 mai. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Notas Taquigráficas:** Audiência Pública Extraordinária (Semipresencial) 24 de maio de 2023. Disponível em https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/68167?isTaquigrafia=false Acesso em 05 mai. 2025.

CARA, Daniel et al. **Ataques às escolas no Brasil:** análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental. 2023. Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf. Acesso em 05 mai. 2025.

CARA, Daniel et al. **Relatório o extremismo de direita entre adolescentes e jovens no brasil:** Ataques às escolas e alternativas para a ação governamental. 2022. Disponível em https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAtaquesEscolasAlternativasParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf Acesso em 05 mai. 2025.

CHAUI, Marilena; Sobre a violência. 1. ed. In ITOZAKU, Ericka Marie (org.); CHAUI-BERLINCK, Luciana (org.). **Escritos de Marilena Chaui**, v.5. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2017.

LANGEANI, Bruno. **Raio-x de 20 anos de ataques a escolas no brasil - 2002-2023.** 2023. Disponível em https://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/pesquisas/controle-de-armas/as-armas-do-crime/?show=documentos#9574-1. Acesso em 05 mai. 2025.

LEMOS, Beatriz; OLIVEIRA, Letícia; AZEVEDO, Tatiana. **Conteúdos extremos nas redes sociais: As subcomunidades virtuais do Twitter. 2023.** Disponível em https://nucleo.jor.br/content/files/2023/09/SUBCOM-relato-rio2023-MA.pdf. Acesso em 05 mai. 2025.

MARX, Karl. Capítulo 24 - A assim chamada acumulação primitiva. In: **O capital: Crítica da economia política.** Livro 1: O processo de produção do capital. Sessão VII: O processo de acumulação do capital. São Paulo: Boitempo, 3ª ed. ampliada. 2023a, p. 785-834.

MARX, Karl. Capítulo 25 - A teoria moderna da colonização. In: **O capital: Crítica da economia política.** Livro 1: O processo de produção do capital. Sessão VII: O processo de acumulação do capital. São Paulo: Boitempo, 3ª ed. ampliada. 2023b, p. 835-846.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social.** Teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf. Acesso em 05 mai. 2025.

MUSCHERT, G. W. (2007). Research in School Shootings. **Sociology Compass**, 1(1), 60-80. doi: 10.1111/j.1751-9020.2007.00008.x. Acesso em 05 mai. 2025.

OLIVERA, Letícia; COSTA, Paola; AZEVEDO, Tatiana. **Monitoramento das ameaças massivas de ataques às escolas e universidades:** O papel das subcomunidades online que cultuam atiradores em escolas e sua relação com os boatos que produziram pânico generalizado no Brasil a partir do dia 09/04/2023. Disponível em: https://assets.lupa.news/835/8353773.pdf Acesso em 05 mai. 2025.

PRADO, Michele. **Nota técnica 15 - Extremismo violento em ambiente escolar. 28 de março de 2023.** Monitor de Debate Político no Meio Digital. Grupo de Políticas Públicas para o Acesso à Informação. Escola de Artes, Ciências e Humanidades - USP. São Paulo. Disponível em https://www.monitordigital.org/wp-content/uploads/2023/03/nota-tecnica-15.pdf. Acesso em 05 mai. 2025.

SCHURIG, Sofia. **Relatório sobre a comunidade brasileira de glorificação de assassinos, atiradores escolares e supremacistas brancos (AAS) nas plataformas TikTok e Twitter.** Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/f1862483-1337-4f17-a71b-0592c43b9f90 Acesso em 05 mai. 2025.

TOQUETÃO, Sandra Cavaletti; CHAIA, Vera Lucia Michalany. A violência contra a escola e o fortalecimento da rede de proteção. Comunicação & Educação, São Paulo, Brasil, v. 29, n. 2, p. 59–71, 2024. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v29i2p59-71. Disponível em https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/212291 Acesso em 08 mai. 2025.

VINHA, Telma *et al.* **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil:** causas e caminhos. São Paulo, D3e, out. 2023. Disponível em: https://d3e.com.br/relatorios/ataques-de-violenciaextrema-em-escolas-no-brasil/. Acesso em: 05 mai. 2025.

LAICIDADE E EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA NO BRASIL: TENSÕES, DESAFIOS E DISPUTAS ATUAIS

Pedro Augusto Miranda
Orientadora: Prof. Dra. Gina Glaydes Guimarães de Faria

Resumo: Este trabalho tem como objetivo investigar, na produção acadêmica, as tensões entre o princípio da laicidade e a crescente influência de discursos político-religiosos conservadores no âmbito das escolas públicas brasileiras. Parte do pressuposto de que a laicidade é princípio fundamental para se garantir uma escola pública que não seja capturada por projetos político-religiosos excludentes. A pesquisa, de natureza bibliográfica, dialoga com autores como Apple (2003), Cury (2004), Cunha (2013), e Fischmann (2006) para a apreensão do debate sobre a laicidade na educação em seus princípios históricos e legais. O corpus de análise compõe-se de 35 trabalhos, entre teses e dissertações, que tratam diretamente do tema. Os trabalhos foram selecionados do catálogo de teses e dissertações da CAPES e da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações mediante os seguintes termos de busca: "laicidade e escola pública" e "ensino religioso e educação básica". Os resultados parciais indicam que, embora haja defesa de um ensino plural, a presença do ensino religioso na escola pública é pouco criticado; há prevalência do enfoque às religiões cristãs, católica e evangélica, e exclusão de religiões de matriz africana. Estudos recentes apontam que práticas escolares de cunho religioso presentes na escola reforçam uma moral cristã conservadora no cotidiano escolar.
Palavras-chave: laicidade; escola pública; neoconservadorismo; ensino religioso.

Introdução

Este trabalho apresenta elaborações parciais da pesquisa de mestrado em andamento que tem como objetivo apreender no âmbito da produção acadêmica o debate sobre o tema da laicidade e a educação escolar pública. O estudo justifica-se considerando o avanço das pautas regressivas na sociedade em geral e seus desenvolvimentos na área educacional em particular. Concepções e práticas de teor regressivo têm orientado discursos neoconservadores que visam associar valores religiosos à educação pública com a finalidade de resgatar tradições consideradas essenciais à preservação da sociedade. Na concepção adotada nesta pesquisa este posicionamento impossibilita a construção de um ambiente escolar laico, inclusivo e democrático.

Na década de 1990 Michael Apple já alertava para o avanço do conservadorismo na educação estadunidense mediante aliança entre neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e segmentos da classe média. Essa aliança tem operado no sentido de recompor

valores considerados legítimos não apenas para os EUA, mas para todo o mundo, particularmente quanto a oposição à defesa do "sermos todos iguais" e sua pretensa ameaça a religião dos "eleitos de Deus."

No Brasil, conforme será mencionado à frente, as relações entre religião e educação escolar pública acompanham a história da educação e o debate educacional. A crescente influência religiosa nas escolas tem desafiado o princípio da laicidade. A Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) garantem a liberdade de crença e proíbem o proselitismo nas escolas.

O Estado laico deve promover a "neutralidade" em relação às diversas crenças religiosas e proteger tanto a liberdade de crença quanto o direito de não aderir a nenhuma religião. De acordo com Cunha (2013, p. 9), "Laico é o Estado imparcial diante das disputas do campo religioso", portanto deve ser separado das práticas religiosas. A defesa do Estado laico, segundo o autor, está em processo de construção no Brasil no sentido de afirmar a liberdade de crença, incluindo a não crença religiosa (Cunha, 2013). Porém, a escola tem sido utilizada como espaço de evangelização cristã o que compromete direitos de alunos com outras crenças ou sem religião.

A laicidade na educação brasileira passou a ser debatida ainda no século XIX, quando surgiram os primeiros movimentos para separar o Estado da Igreja Católica. Esse processo, chamado por Cunha (2017) de "primeira onda laica", teve seu ponto mais forte com a Proclamação da República e a Constituição de 1891, que determinou que o ensino nas escolas públicas fosse laico, ou seja, sem interferência religiosa. No entanto, a influência religiosa na escola permanece atuante e a disputa entre continua até hoje, com a escola pública sendo usada, muitas vezes, como espaço de promoção de práticas religiosas, o que demonstra que a construção de um Estado realmente laico no Brasil ainda está em andamento (Cunha, 2013).

Cury (2004) afirma que ao separar igreja de Estado, ou seja, ao garantir a liberdade religiosa para todos os cultos, o Estado desloca o religioso para o campo privado e torna a "laicidade como um conceito referido ao poder de Estado" (Cury, 2004, p.183). Neste sentido, o ensino religioso, na visão do autor, é problemático, pois envolve um "distanciamento do Estado laico, ante o particularismo próprio dos credos religiosos" (Idem, p.183).

O ensino religioso nas escolas brasileiras assume um caráter evangelizador, influenciado pela herança católica e pelo avanço de setores evangélicos. Essa presença se expressa em práticas docentes e discursos conservadores que vinculam religião à educação pública. Fischmann (2004; 2006) afirma que o Estado laico deve assegurar a liberdade de crença e que a escola, como espaço público, não deve ser usada para impor valores religiosos. A autora alerta que a predominância de conteúdos ligados a religiões majoritárias fere a laicidade e compromete o papel democrático da escola.

Com base nessa problematização, o objetivo principal desta pesquisa é investigar, por meio de pesquisa bibliográfica, as tensões entre o princípio da laicidade e a crescente influência de discursos político-religiosos conservadores no âmbito das escolas públicas brasileiras. O estudo é desenvolvido em dois eixos principais: (1) a análise histórica da relação entre religião e educação no Brasil; e (2) a investigação do tema da laicidade na produção acadêmica. Em relação à pesquisa bibliográfica, Severino (2007) destaca que se trata de uma metodologia que permite aprofundar o tema escolhido por meio da análise crítica de diferentes autores. Lima e Mioto (2007) compreendem a pesquisa bibliográfica para além da "revisão de literatura", essencial para qualquer pesquisa. Diz respeito a um caminho metodológico que exige clareza nos critérios de seleção e vigilância crítica durante todo o percurso mediante movimento contínuo de leitura, interpretação e diálogo com os textos, que compõem o acervo da pesquisa.

No âmbito da metodologia adotada, está sendo realizado o mapeamento da produção acadêmica considerando tanto o Catálogo de teses e dissertações da CAPES quanto a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para o levantamento de trabalhos foram adotados os seguintes termos de busca: "laicidade e escola pública" e "ensino religioso e educação básica". Após sucessivas análises com base na leitura dos títulos e dos resumos, foram selecionadas 35 teses e dissertações que tratam diretamente do tema da pesquisa. Até o momento foram lidos e analisados apenas os resumos com a finalidade de mapear os temas mais recorrentes, os objetivos, as metodologias adotadas, os autores mais recorrentes e os resultados alcançados. Adiante são apresentados os resultados obtidos até o momento.

Resultados parciais

Os primeiros trabalhos selecionados foram produzidos em 2006, mas observa-se que a concentração das pesquisas foi significativa na última década, evidenciando o crescimento recente das pesquisas sobre o tema, em meio ao avanço de discursos conservadores na esfera pública. A maioria dos estudos está vinculada à área da Educação, embora haja contribuições relevantes de outras áreas. Observa-se predominância de pesquisas realizadas em universidades públicas e participação expressiva de instituições privadas confessionais.

Grande parte das pesquisas aponta para a presença do ensino religioso nas escolas públicas e investigam o sentido desta presença assim como suas práticas. Siqueira (2012), por exemplo, ressalta a ausência de um referencial epistemológico claro para o ensino religioso, o que permite práticas diversas e, muitas vezes, contraditórias. Além disso, algumas pesquisas destacam a carência de formação específica dos professores como um dos fatores que perpetuam o viés confessional, mesmo diante de diretrizes legais que exigem a chamada "neutralidade".

O ensino religioso é estudado no âmbito das políticas públicas educacionais especialmente em sua relação com documentos como a LDB, o Acordo Brasil-Santa Sé, a BNCC e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Tais documentos são utilizados como base normativa, embora muitos estudos critiquem a sua ineficácia em garantir uma abordagem laica e plural para o ensino religioso nas escolas. Chama atenção o fato de que, mesmo com críticas à forma como essa disciplina é aplicada, são poucos os trabalhos que questionam sua permanência nas escolas públicas

A questão da diversidade e a relação com o ensino religioso foi identificada, apenas na pesquisa de Lagoa Júnior (2023) demonstra como a moral cristã conservadora, reproduzida por agentes escolares, influencia negativamente o debate sobre diversidade no ambiente escolar. Esse estudo evidencia como práticas aparentemente neutras podem operar como mecanismos de exclusão.

Pesquisas como as de Bastos (2014) e Kunzler (2018) analisam o embate jurídico e histórico entre Estado e religião, revelando como decisões jurídicas e a história do ensino religioso reforçam a fragilidade do princípio da laicidade. Os estudos apontam para a

centralidade das religiões cristãs, sobretudo católica e evangélica, na condução do ensino religioso, frequentemente associando seus valores à ética e à cidadania. No entanto, como ressalta Noguera Júnior (2018), mesmo discursos voltados à diversidade podem reforçar uma lógica confessional velada, ao não romper com os valores morais cristãos como base da educação.

Sobre as religiões de matrizes africanas, Roif (2016) defende a existência da disciplina "Ensino Religioso Afro" e Iyagunã (2012) revela a dupla discriminação enfrentada por professoras negras adeptas dessas religiões. Esses estudos mostram como o racismo religioso e a intolerância persistem no ambiente escolar. Estudos recentes como os de Horn (2021), Scolaro (2023) e Tomazini (2022) introduzem conceitos como "dispositivo moralitúrgico" e "currículo oculto", respectivamente, para descrever práticas de abordagem cristã na disciplina e que, mesmo fora da aula de ensino religioso, essas práticas reforçam uma moral cristã no cotidiano escolar sustentada por convicções pessoais dos docentes.

Embora a maioria das pesquisas defenda um ensino religioso plural e não proselitista, poucas questionam a permanência dessa disciplina nas escolas públicas. Tal postura acaba por legitimar a presença da religião em um espaço que deveria ser laico. Outro achado que chama atenção é o que diz respeito relativa ausência do Ensino Médio nas investigações.

Considerações

Os achados do estudo realizado até o momento, expostos em linhas gerais, serão aprofundados mediante leitura integral dos trabalhos. A compreensão do tema no âmbito da produção acadêmica contribui para elucidar lacunas e indicar tendências das pesquisas, buscando fortalecer uma reflexão crítica sobre a laicidade em sua relação com a educação.

Referências bibliográficas

APPLE, Michael W. **Educando à direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo – SP – Cortez: Instituto Paulo Freire, 1a ed., 2003, 161 p.

BASTOS, N. A. P. **As possíveis consequências da declaração de (in)constitucionalidade do ensino religioso público pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de**

Inconstitucionalidade nº 4439/2010. Dissertação (Mestrado em Direito) — Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, p. 94. 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Educação Brasileira na Primeira Onda Laica:** do Império à República. Rio de Janeiro - RJ: Edição do Autor, 1a ed., 2017,534 p.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Religiões:** A descolonização religiosa da Escola **Pública**. Belo Horizonte - MG: Mazza Edições, 1a ed., 2013, 112 p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 183–191,2004.

FISCHMANN, Roseli. Ainda o ensino religioso em escolas públicas: subsídios para a elaboração de memória sobre o tema. **Revista contemporânea de Educação**, São Paulo-SP, v. 1, n. 2, p. 222-231, 2006.

FISCHMANN, Roseli. Da laicidade do estado como fundamento da cidadania igualitária: uma luta histórica no campo da educação. **Cadernos CERU**, *31*(1), v3, n. 1, 45-59, 2004.

HORN, G. B. **O dispositivo moralitúrgico em uma escola pública brasileira.** Tese (Doutorado em Educação em Ciências) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 150. 2021.

IYAGUNÃ, D. **Professoras negras:** gênero, raça, religiões de matriz africana e neopentecostais na educação pública. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 121. 2022.

KUNZLER, F. P. **Ensino Religioso nas escolas municipais de Cascavel-Paraná:** uma análise histórica. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, p. 120, 2018.

LAGÔA JÚNIOR, J. A. **A constituição das dissidências sexuais no discurso de docente de fé católica cristã.** Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino) – Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, Bagé, p. 132. 2023.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. ***Revista Katálysis***, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

NOGUEIRA JÚNIOR, S. P. **Práticas de ensino religioso de docentes da educação infantil:** tensões e possibilidades**.** Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Católica de Santos, Santos, p. 98. 2018.

ROIF, P. de O. **Narrativas de uma professora de Ensino Religioso Afro em escolas do município do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 114. 2016.

SCOLARO, S. A. T. **A religião está na escola:** educação e colonialidades religiosas no ensino fundamental II de Itaberaí-Goiás. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, p. 179. 2023.

SIQUEIRA, Rodrigo de Souza. **O ensino religioso nas escolas públicas do Brasil:** implicações epistemológicas em um discurso conflitivo, entre a laicidade e a confessionalidade num estado republicano. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 146 f. 2012.

TOMAZINI, D. A. **O ensino religioso na educação pública e o trabalho docente:** um estudo no município de Uberlândia/MG a partir da Lei de Diretrizes e Bases 1996/97. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p.195. 2016.